

ISSN: 1519-8782

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA
Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos
Universidade Veiga de Almeida
Rio de Janeiro, 24 a 28 de agosto de 2015



CADERNOS DO CNLF, VOL. XIX, Nº 02
LEXICOGRAFIA, LEXICOLOGIA,
FRASEOLOGIA, TERMINOLOGIA E SEMÂNTICA



RIO DE JANEIRO, 2015

**UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA
RIO DE JANEIRO – RJ**

REITOR

Arlindo Viana

DIRETOR ACADÊMICO

Eduardo Maluf

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Katia Cristina Montenegro Passos

**PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO,
PESQUISA E EXTENSÃO**

Maria Beatriz Balena Duarte

DIRETOR DO CAMPUS TIJUCA

José Luiz Meletti de Oliveira

COORDENADORA DO CURSO DE LETRAS

Flávia Maria Farias da Cunha

COORDENADORA LOCAL DO XIX CNLF

Anne Caroline Morais Santos

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Boulevard 28 de Setembro, 397/603 – Vila Isabel – 20.551-185 – Rio de Janeiro – RJ
eventos@filologia.org.br – (21) 2569-0276 – <http://www.filologia.org.br>

DIRETOR-PRESIDENTE

José Pereira da Silva

VICE-DIRETOR

José Mario Botelho

PRIMEIRA SECRETÁRIA

Regina Céli Alves da Silva

SEGUNDA SECRETÁRIA

Eliana da Cunha Lopes

DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Anne Caroline de Moraes Santos

VICE-DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Naira de Almeida Velozo

DIRETORA CULTURAL

Adriano de Souza Dias

VICE-DIRETOR CULTURAL

Agatha Nascimento dos Santos Dias

DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS

José Enildo Elias Bezerra

VICE-DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Dayhane Alves Escobar Ribeiro Paes

DIRETORA FINANCEIRA

Marilene Meira da Costa

VICE-DIRETORA FINANCEIRA

Maria Lúcia Mexias-Simon

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

de 24 a 28 de agosto de 2015

COORDENAÇÃO GERAL

*José Pereira da Silva
José Mario Botelho
Adriano de Souza Dias
Agatha Nascimento dos Santos Dias*

COMISSÃO ORGANIZADORA E EXECUTIVA

*Anne Caroline de Moraes Santos
Eliana da Cunha Lopes
Regina Céli Alves da Silva
Maria Lúcia Mexias-Simon
Marilene Meira da Costa
Naira de Almeida Velozo*

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE APOIO

*Anne Caroline de Moraes Santos
Eliana da Cunha Lopes*

COMISSÃO DE APOIO ESTRATÉGICO

*Marilene Meira da Costa
José Mario Botelho*

COORDENAÇÃO LOCAL

Anne Caroline de Moraes Santos

SECRETARIA GERAL

Silvia Avelar Silva

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

APRESENTAÇÃO

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe este número 02 do volume XIX dos *Cadernos do CNLF* que trouxe 17 trabalhos na primeira edição (com 234 páginas), sobre os temas “Lexicografia, Lexicologia, Fraseologia, Terminologia e Semântica”, que foram apresentados no XIX Congresso Nacional de Linguística e Filologia de 24 a 28 de agosto deste ano de 2015, e agora, na segunda edição, apresenta-se com 40 colaborações (em 552 páginas).

Nesta edição, estão publicados os trabalhos dos cinquenta e seis congressistas seguintes, devidamente relacionados no sumário: Abdelhak Razky, Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros, Alfredo Evangelista dos Santos Neto, Amós Coêlho da Silva, Andressa Teixeira Pedrosa Zanon, Antonio Marcos Vieira de Oliveira, Cecília Maria Tavares Dias, Celine Márcia de Souza Abbade, Clese Mary Prudente, Denise Salim Santos, Eliana Correia Brandão Gonçalves, Eliana Crispim França Luquetti, Eliane Pereira Machado Soares, Elias de Souza Santos, Fabiane Cristina Altino, Francisco de Assis Florencio, Francisco Edmar Cialdine Arruda, Ieda Tinoco Boechat, Jamilly Lorencini Carone, Joane Marieli Pereira Caetano, José Geraldo da Rocha, Karylleila dos Santos Andrade, Laís Teixeira Lima, Luana Santos Melo, Lúcia Helena Peyroton da Rocha, Marcelo Moraes Caetano, Márcia Antônia Guedes Molina, Maria D’Ajuda Alomba Ribeiro, Marise Rodrigues Guedes, Marly Custódio da Silva, Marta Maria Gomes, Milena Borges de Moraes, Milena Lopes Daltio, Monique Teixeira Crisóstomo, Natalina Sierra Assêncio Costa, Nataniel dos Santos Gomes, Orlando Cassique Sobrinho, Patrícia de Cássia Gomes Pimentel, Patrícia Oliveira de Freitas, Patrícia Peroni, Pedro Antonio Gomes de Melo, Raquel Frontelmo Gomes da Silva, Regina Simões Alves, Rita de Cassia Ribeiro de Queiroz, Rosane Cristina de Oliveira, Roza Maria Palomanes Ribeiro, Sandra Regina Feiteiro, Sérgio Arruda de Moura, Thiago Henrique Pinheiro Pinto, Thiago Leonardo Ribeiro, Thiago Soares de Oliveira, Verônica Ramalho Nunes, Virginia Sita Farias, Vitalina Maria Frosi, Vito César de Oliveira Manzolillo e Wagner Pavarine Assen.

Dando continuidade ao trabalho do ano passado, estamos editando, simultaneamente, o livro de *Minicursos e Oficinas*, o livro de *Resumos* e o livro de *Programação* em três suportes, para conforto dos congressistas: em suporte virtual, na página do Congresso; em suporte digi-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tal, no *Almanaque CiFEFiL 2015* (DVD) e em suporte impresso, nos três primeiros números do volume XVIII dos *Cadernos do CNLF*.

O *Almanaque CiFEFiL 2015*, em sua primeira edição, já trouxe mais de 130 textos completos deste XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA, junto com o livro de *Minicursos e Oficinas*, o livro de *Resumos* e o livro de *Programação*, para que os congressistas interessados possam levar consigo a edição de seu trabalho, não precisando esperar até o final do ano, além de toda a produção do CiFEFiL nos anos anteriores.

Aproveitamos a oportunidade para lhe pedir que nos envie, por e-mail, as críticas e sugestões para que possamos melhorar a qualidade de nossos eventos e de nossas publicações, principalmente naqueles pontos em que alguma coisa lhe parece ter viável melhoria.

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos e sua Diretoria lhe desejam uma boa programação durante esta rica semana de convívio acadêmico.

Rio de Janeiro, dezembro de 2015.



SUMÁRIO

0. Apresentação –	05
<i>José Pereira da Silva</i>	
1. A antroponímia em São Bernardo	11
<i>Patricia Peroni</i>	
2. A construção de um glossário terminológico como prática discursiva	20
<i>Sandra Regina Feiteiro e Abdelhak Razky</i>	
3. A construção resultativa intransitiva com o verbo virar: processos metafóricos e metonímicos envolvidos no processo de mudança semântica	31
<i>Patrícia Oliveira de Freitas e Roza Maria Palomanes Ribeiro</i>	
4. A descrição de palavras gramaticais em dicionários semasiológicos: o estado da arte na prática lexicográfica e projeções para o futuro	54
<i>Virginia Sita Farias</i>	
5. A linguagem da informática no discurso jornalístico	77
<i>Thiago Henrique Pinheiro Pinto e Márcia Antônia Guedes Molina</i>	
6. A obra lexicográfica de uso escolar: o léxico toponímico e o dicionário pedagógico de língua portuguesa	97
<i>Pedro Antonio Gomes de Melo</i>	
7. A toponímia da região central de Minas Gerais	111
<i>Patrícia de Cássia Gomes Pimentel</i>	
8. A transitividade à luz do funcionalismo linguístico: os verbos de objeto afetado em análise	118
<i>Raquel Frontelmo Gomes da Silva e Lúcia Helena Peyroton da Rocha</i>	
9. A transitividade de verbos de movimento na perspectiva funcionalista da linguagem: análise do verbo "mudar"	133
<i>Alfredo Evangelista dos Santos Neto e Lúcia Helena Peyroton da Rocha</i>	

10. **A transitividade dos verbos "partir", "voltar", "sair" e "chegar" na perspectiva funcionalista da linguagem** 146
Milena Lopes Daltio e Lúcia Helena Peyroton da Rocha
11. **A transitividade na canção de Chico Buarque: análise à luz do funcionalismo linguístico** 158
Jamilly Lorencini Carone e Lúcia Helena Peyroton da Rocha
12. **A variação lexical na rota do café: apontamentos do projeto de estudo geolinguístico no norte do estado do Paraná** 172
Thiago Leonardo Ribeiro e Fabiane Cristina Altino
13. **A vida da sintaxe e a sintaxe da vida – homenagem a Adriano da Gama Kury** 190
Marcelo Moraes Caetano
14. **Abordagem histórica dos afixos aumentativos: -ão, -ada, -aria, -eiro, -udo, -aço, -ento e -oso** 199
Regina Simões Alves
15. **Aplicação do questionário piloto de base semântico-lexical do estado do Pará/1997** 231
Cecília Maria Tavares Dias e Orlando Cassique Sobrinho
16. **As pedras do caminho: um estudo da lexia indígena "itá" em designativos de municípios da Bahia** 248
Clese Mary Prudente e Celina Márcia de Souza Abbade
17. **Bairro do Limoeiro ou vila Abobrinha, nome de personagens dos quadrinhos em um bairro real: análise toponímica do loteamento Costa Verde, região Mata do Segredo, zona norte de Campo Grande – MS** 262
Marly Custódio da Silva e Nataniel dos Santos Gomes
18. **Contribuições da lexicografia pedagógica para a lexicografia latina** 273
Francisco Edmar Cialdine Arruda
19. **Empréstimo linguístico e purismo** 290
Vito César de Oliveira Manzóllilo
20. **Estudo sobre o léxico do candomblé em Tocaia Grande** 313
Laura de Almeida e Luana Santos Melo
21. **Eventos discursivos carregados de sentidos: efeitos monitoráveis?** 320

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Ieda Tinoco Boechat, Thiago Soares de Oliveira e Sérgio Arruda de Moura

22. **Jargões dos tele-evangelistas: um estudo de caso de Valdemiro Santiago** 336
Wagner Pavarine Assen, Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros e Nataniel dos Santos Gomes
23. **Lexicologia e lexicofonia: uso e sentido do palavrão na cultura brasileira** 346
José Geraldo da Rocha e Rosane Cristina de Oliveira
24. **Manuscrito oitocentista, obras lexicográficas e o falar cacerense: uma leitura semântico-lexical** 356
Milena Borges de Moraes
25. **No sobe e desce das ladeiras, Salvador conta a sua história** . 365
Marta Maria Gomes e Celina Márcia de Souza Abbade
26. **O caderno de receitas da Abadessa Sórora Maria Leocádia do Monte do Carmo: um estudo léxico-semântico do vocabulário de cozinha** 382
Elias de Souza Santos
27. **O dicionário nas entrelinhas de pesquisas** 390
Amós Coêlho da Silva
28. **O processo formador de palavras “blend” lexical como difusor ideológico no facebook** 403
Joane Marieli Pereira Caetano e Eliana Crispim França Luquetti
29. **O que você está escrevendo no facebook? – As novas possibilidades lexicográficas e seu impacto em nível discursivo-textual** 414
Joane Marieli Pereira Caetano e Eliana Crispim França Luquetti
30. **O vocabulário sexual latino em Catulo** 424
Francisco de Assis Florencio
31. **Os caminhos de sentido na notícia: reescrituração e progressão textual** 434
Marise Rodrigues Guedes e Maria D’Ajuda Alomba Ribeiro
32. **Os estrangeirismos e empréstimos oriundos da língua inglesa: uma breve análise de seu processo de aquisição** 449
Laís Teixeira Lima, Andressa Teixeira Pedrosa Zanon, Monique Teixeira Crisóstomo e Eliana Crispim França Luquetti

33. **Os sobrenomes da comunidade de Nova Milano-Farroupilha (RS)** 458
Patricia Peroni e Vitalina Maria Frosi
34. **Quem canta seus males espanta: ditos populares analisados à luz da linguística cognitiva** 472
Antonio Marcos Vieira de Oliveira
35. **Quem crê verá: jargões evangélicos na internet**..... 486
Wagner Pavarine Assen, Natalina Sierra Assêncio Costa e Nataniel dos Santos Gomes
36. **Recursos fraseológicos e argumentatividade** 494
Denise Salim Santos
37. **Tereza Batista Cansada de Guerra: um estudo do campo lexical da sexualidade na obra de Jorge Amado** 502
Rita de Cassia Ribeiro de Queiroz
38. **Toponímia na perspectiva da teoria da interdisciplinaridade: breves considerações no contexto do ensino** 515
Verônica Ramalho Nunes e Karylleila dos Santos Andrade
39. **Variação lexical na fala de Tucuruí e ensino de língua portuguesa** 526
Cecília Maria Tavares Dias e Eliane Pereira Machado Soares
40. **Estudo do léxico a partir de textos teatrais: a recuperação dos vestígios da ditadura** 537
Eliana Correia Brandão Gonçalves

A ANTROPONÍMIA EM SÃO BERNARDO

Patricia Peroni (UCS)
patriciaperoni@hotmail.com

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é realizar uma análise antroponímica (estudo dos nomes) dos personagens principais do romance *São Bernardo* (1934) de Graciliano Ramos. Os nomes que serão analisados serão os dos protagonistas Dona Glória, Paulo Honório, Madelena e o da própria fazenda São Bernardo. Com esta análise, busca-se identificar se o significado do nome dos personagens diz respeito e é condizente com as atitudes dos mesmos durante a obra. Serão relacionadas essas atitudes e ações com os estudos de região, regionalidade e regionalismos para delimitar em qual dos conceitos cada situação se aplica. Além disso, se procurará, através dessa relação, o significado do nome versus a ação dos personagens; compreender se o meio é influenciado pelos personagens ou os mesmos são fruto do meio em que vivem. A análise dos nomes se baseou em dicionários etimológicos como Guérios (1981), em teóricos como Carvalhinhos (2003) e Dick (1992). Para os estudos de região, privilegiou-se Haesbaert (2009) e Pozenato (2003). O estudo se situa no campo da linguística por se tratar da análise etimológica dos nomes. Como resultado preliminar, percebe-se que existe relação das atitudes dos personagens com seus respectivos nomes.

Palavras-chave: Antroponímia. São Bernardo. Graciliano Ramos.

1. Introdução

O romance *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, foi escrito em 1934 e pertence ao movimento modernista da segunda geração (1930-1945). O romance retrata o nordeste brasileiro que é afetado pela seca, o que ocasiona a pobreza, o êxodo rural e a luta pela sobrevivência dos sertanejos. O autor, Graciliano Ramos, foi romancista, cronista, contista, jornalista e político brasileiro no século XX. Nasceu em 27 de outubro de 1892 e faleceu em 20 de março de 1953. O objetivo desta análise é verificar se os nomes dos principais personagens influenciam em suas atitudes, crenças e valores. Ainda, pretende-se verificar se existe a influência do meio em que eles vivem para o desfecho das atitudes, estabelecendo-se assim uma ideia e um conceito da região da fazenda de São Bernardo, e busca-se compreender se este meio e esta região também influenciam as atitudes das personagens.

2. A antropônimo e a definição de nome próprio

Situada no campo da onomástica, a antropônimo é a área de estudo que analisa o significado do nome próprio das pessoas. Nesse sentido, a análise busca, dentre outros objetivos, realizar o estudo dos nomes de alguns dos protagonistas da obra. Dentro da análise etimológica podemos receber informações importantes sobre os nomes das pessoas, que podem dizer respeito às suas qualidades, defeitos, preferências e peculiaridades. Entretanto, podemos considerar que, atualmente o nome das pessoas, em sua maioria, não possui mais o significado etimológico diretamente ligado à sua personalidade. Dick (1992) considera o nome próprio em seu aspecto cultural e social, em função de que nessa área de estudo o que mais interessa é a relação que existe entre o nomeador, o objeto nomeado e o seu receptor. O nome próprio é escolhido, muitas vezes, dentro da comunidade por uma razão específica ou simplesmente pela prática de nomeação. O nome dos indivíduos pode ou não mostrar outros motivos, entretanto, na literatura, como é o caso deste artigo, pode existir relação direta entre a escolha dos nomes e o papel que os indivíduos desempenham no romance. Carvalhinhos (2007), nesse sentido, cita que:

Se hoje as sociedades ocidentais apresentam esse fenômeno do esvaziamento semântico nos nomes próprios de pessoas, nestas mesmas sociedades durante a Antiguidade os nomes não eram atribuídos por tradição ou gosto, mas efetivamente havia um motivo ou uma motivação ao fazê-lo, fosse por atributos físicos ou morais que se quisesse imprimir no indivíduo nomeado, fosse por devoção ou pela crença que um nome sagrado ou ligado ao sagrado traria sorte ao portador do mesmo. As motivações que emergem hoje dos antropônimos pertencentes ao sistema onomástico brasileiro são antiquíssimas, e tais motivos (atualmente não conotativos) podem ser de diversas ordens, como profissões, local de origem, religiosidade, entre outros. (p. 5).

Conforme comentado acima, percebe-se que com o passar dos anos a prática de nomeação vai mudando e sofrendo certo “esvaziamento semântico”, que seria uma perda do significado original encontrado em fontes lexicográficas. Como já citado, por ser um estudo antropônimoico, diretamente ligado a uma obra literária é possível estabelecer a relação.

3. Análise dos nomes

O cenário por onde se passa toda a trama chama-se “São Bernardo”, analisaremos o significado do nome “Bernardo”. Segundo o dicionário Guérios (1981, p. 23), Bernardo é um nome bíblico e significa “forte

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

como um urso”. É formado pela junção dos elementos germânicos *ber*, que quer dizer urso, e *hart*, que significa forte.

O espaço é um lugar totalmente destinado ao trabalho. Na fazenda, pode-se perceber que tudo o que existe de belo tem a finalidade de venda. Assim, os moradores do local também veem o espaço como um local “frio” e exclusivamente destinado aos serviços laborais, especialmente pelo seu dono, Paulo Honório. Desse modo, o dono passa a todos os trabalhadores e visitantes o sentimento de que a fazenda é algo sem significado afetivo, e especialmente destinado ao lucro. Vejamos a seguir um momento em que o governador visita a fazenda.

O governador gostou do pomar, das galinhas Orpington, do algodão e da mamona, achou conveniente o gado limosino, pediu-me fotografias e pediu-me onde ficava a escola...e fui mostrar ao ilustre hóspede a serraria, o descarçador e o estábulo. Expliquei em resumo a prensa, o dínamo, as serras e o banheiro carrapaticida. De repente supus que a escola poderia trazer benevolência do governador para certos favores que eu tencionava solicitar. (RAMOS, 2005, p. 33 e 34)

E fui mostrar ao ilustre hóspede a serraria, o descarçador e o estábulo. Expliquei em resumo a prensa, o dínamo, as serras e o banheiro carrapaticida. De repente supus que a escola poderia trazer benevolência do governador para certos favores que eu tencionava solicitar. (RAMOS, 2005, p. 33)

Conforme podemos perceber através das citações acima, a fazenda é o local usado para se conseguir favores e benefícios. Tudo o que tem construído nela tem o objetivo de agradar o governador para assim conseguir alguma coisa em troca. Nesse sentido, o espaço precisa ser forte para poder suportar essa desumanização com o ambiente.

Madalena, segundo Guérios (1981) significa “a que vive na torre de Deus”, “habitante de Magdala”. Magdala era o nome de uma aldeia junto ao Mar da Galileia, que em hebraico significa “torre”. Ainda, refere-se também ao nome cristão Santa Maria Madalena. A personagem, como o próprio nome sugere é uma pessoa muito doce, amável, que sonha em ter uma vida romântica, viver no campo e ajudar à comunidade. Durante todo o romance, o seu sentimento de benevolência prevalece até o momento em que seu esposo começa a criticar as suas atitudes que tinham como objetivo ajudar aos necessitados e as crianças da escola.

A seguir podemos ver um momento onde Madalena estava muito feliz com a ideia de ter uma vida no campo. O trecho abaixo revela um dos primeiros momentos onde eles conversam e discutem a vida a dois.

– Parece que nos entendemos. Sempre desejei viver no campo, acordar cedo, cuidar de um jardim. Há lá um jardim, não? Mas por que não espera mais um pouco? Para ser franca, não sinto amor.

– Ora essa! Se a senhora dissesse que sentia isso, eu não acreditava. E não gosto de gente que se apaixona e toma resoluções às cegas. Especialmente uma resolução como esta. Vamos marcar o dia. (RAMOS, 2005, p. 70)

Toda essa “sede” de felicidade termina quando Paulo Honório expõe para Madalena que não tem interesse em ajudar às pessoas e que seu único interesse em melhorar a escola é político para mostrar ao governador os investimentos e assim obter benefícios. Além disso, seu esposo a acusa de traição e pouco a pouco faz com que Madalena vá entrando em uma profunda tristeza. A seguir podemos ver um dos momentos em que Madalena estava em seu quarto chorando de tristeza em função de tudo o que estava vivendo na fazenda.

Madalena chorava, chorava, até que por fim, cansada de chorar, pegava no sono. Encolhia-me à beira da cama, para evitar o contato dela. Quando ia adormecendo, percebia o ranger de chave em fechadura e o rumor de telhas arastadas. Despertava num sobressalto e continha a respiração. Quem estaria futucando portas? Quem estaria destelhando a casa? (RAMOS, 2005, p. 97)

O personagem principal do romance, Paulo, ainda segundo Guérios (1981) tem origem no latim Paullus, que significa pequeno, de baixa estatura. Tornou-se popular através de São Paulo da Igreja Católica. O nome Honório significa “homem honrado”, “homem de reputação”. Tem origem no latim Honoriu, formado pela junção da palavra honor que significa honra e com o sufixo *io*, assim, lê-se, homem honrado, homem de reputação. Antes de analisarmos as atitudes do personagem dentro do romance, podemos perceber que através do significado do nome do protagonista existe uma mescla de pequenez com honra e reputação.

Paulo conquista a fazenda de São Bernardo após muito trabalho. Ele teve uma infância pobre e sofrida e para ele o trabalho é o mais importante. Acumular riquezas e ter posses é o que move sua vida, no entanto, essa ambição torna Paulo Honório numa pessoa muito rancorosa, sem amor pelas pessoas e sem compaixão nem sequer pelo seu filho. Ele trata os trabalhadores da fazenda como apenas um número a mais, sem preocupar-se com o bem-estar dos mesmos e suas necessidades conforme podemos perceber no trecho a seguir:

Aqui nos dias santos surgem viagens, doenças e outros pretextos para o trabalhador gazer. O domingo é perdido, o sábado também se perde, por causa da feira, a semana tem apenas cinco dias, que a Igreja ainda reduz. O resul-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

tado é a paga encolher e essa cambada viver com a barriga tinindo. (RAMOS, 2005, p. 41)

A obra ainda aponta momentos em que ele pede para que façam seu filho parar de chorar, como se seu filho fosse um incômodo ou uma pessoa que ele não conhecesse. Durante todos os momentos ele pensa em beneficiar-se através de tudo que tinha ao seu redor, não pensando em nenhum instante nas pessoas que habitavam a fazenda e sua própria casa, apenas nele mesmo e nos lucros. Percebe-se que a desumanização da personagem ocorre desde o início e que após a morte de sua esposa ele mesmo percebe que não aproveitou sua vida e vê-se como uma pessoa “rude”, uma pessoa “pequena” assim como o nome sugere. No final da obra, ele mesmo sugere que parte da decadência de Madalena foi sua culpa em função de seu modo de ser e de viver como podemos ver abaixo.

Madalena entrou aqui cheia de bons sentimentos e bons propósitos. Os sentimentos e os propósitos esbarraram com a minha brutalidade e o meu egoísmo. Creio que nem sempre fui egoísta e brutal. A profissão é que me deu qualidades tão ruins. E a desconfiança terrível que me aponta inimigos em toda a parte! A desconfiança é também consequência da profissão. Foi este modo de vida que me inutilizou. Sou um aleijado. Devo ter um coração miúdo, lacunas no cérebro, nervos diferentes dos nervos dos outros homens. E um nariz enorme, uma boca enorme, dedos enormes. (RAMOS, 2005, p. 147)

A seguir podemos analisar um dos momentos em que Madalena busca auxiliar a escola e recebe de Paulo Honório a informação que não era necessário em função de ele ter aprendido a ler na cadeia com uma bíblia de capa preta, mas que, mesmo assim faria a compra para mostrar para os políticos.

Foi à escola, criticou o método de ensino do Padilha e entrou a amolar-me reclamando um globo, mapas, outros arreios que não menciono porque não quero tomar o incômodo de examinar ali o arquivo. Um dia, distraidamente, ordenei a encomenda. Quando a fatura chegou, tremi. Um buraco: seis contos de réis. Seis contos de folhetos, cartões e pedacinhos de tábua para os filhos dos trabalhadores. Calculem. Uma dinheirama tão grande gasta por um homem que aprendeu leitura na cadeia, em carta de ABC, em almanaques, numa Bíblia de capa preta, dos bodes. Mas contive-me. Contive-me porque tinha feito tenção de evitar dissidências com minha mulher e porque imaginei mostrar aquelas complicações ao governador quando ele aparecesse aqui. Em todo o caso, era despesa supérflua. (RAMOS, 2005, p. 43)

É por atitudes assim que Madalena vai se desiludindo e desistindo de ajudar, entrando em um estado de profunda indignação e tristeza que não consegue superar. Além disso, no momento do nascimento de seu fi-

lho, Paulo Honório não demonstra nenhuma sensibilidade, apenas preocupa-se com o choro da criança.

Ergui-me bocejando. O que eu estava era cansado. O dia inteiro no campo, inquirindo, esmiuçando. Senti as pernas bambas. Cansado. A noite chegava. Um pretume no interior da casa. Lembrei-me do dínamo encrocado. Mais esta. Deixei o alpendre e entrei:

– Maria das Dores, acenda os candeeiros.

O pequeno berrava como bezerro desmamado.

Não me contive: voltei e gritei para Dona Glória e Madalena: – Vão ver aquele infeliz. Isso tem jeito?

Aí na prosa, e pode o mundo vir abaixo.

A criança esgoelando-se!

Madalena tinha tido menino. (RAMOS, 2005, p. 123).

Dona Glória, ainda segundo o mesmo dicionário significa “glória”, “honra”. Derivado do latim, Glória é um nome de origem religiosa e influenciado por uma das invocações da Virgem Maria no culto a Nossa Senhora. Dona Glória acompanha sua sobrinha na fazenda de São Bernardo, é apenas sua tia, mas a trata e a criou como filha. A tia de Madalena é acostumada à vida na cidade e quando descobre que sua sobrinha irá morar na fazenda fica muito triste, pois detesta a vida rural, podemos ver o sentimento de desaprovação no trecho abaixo.

– O senhor mora na capital?

– Não, moro no interior.

– Em Viçosa?

– É.

– Eu também, há pouco tempo. Mas cidade pequena. Horrível, não é?

– A cidade pequena? E a grande. Tudo é horrível. Gosto de campo, entende? Do campo.

– Mato? Santo Deus! Mato só para bicho. E o senhor vive no mato?

– Em São Bernardo.

D. Glória não conhecia S. Bernardo, e essa ignorância me ofendeu, porque para mim S. Bernardo era o lugar mais importante do mundo.

– Uma boa fazenda. Não há lá essa água podre que se bebe por aí. Lama.

Não senhora, há conforto, há higiene.

D. Glória retificou a espinha, ergueu a voz e desfez o ar apoucado:

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

– Não me dou. Nasci na cidade, criei-me na cidade. Saindo daí, sou como um peixe fora da água. Tanto que estive cavando transferência para um grupo da capital. Mas é preciso muito pistolão. Promessas. (RAMOS, 2005, p. 85).

A personagem Dona Glória não tem uma presença muito marcante na obra, apenas manifesta-se nos momentos que quer enfatizar o seu descontentamento. Após a morte de sua sobrinha ela volta imediatamente para a cidade.

4. *O espaço e a sua relação com as personagens*

Todos os personagens citados acima pertencem ao mesmo espaço físico: a fazenda São Bernardo. O espaço, como já analisado, tem a finalidade de ser um local para a lucratividade, assim, torna-se um local cuja finalidade é o trabalho, o lucro e não o bem-estar dos indivíduos que ali habitam. A respeito do espaço, da região, vejamos as considerações de Haesbert (2010):

A “identidade de uma região” se refere “às características de natureza, cultura e dos habitantes que distinguem ou, de fato, podem ser usadas nos discursos da ciência, da política, do ativismo cultural ou da economia para distinguir a região frente às demais”, através de classificações que excluem determinados elementos e incluem outros, expressando assim “o poder de delimitar, nomear e simbolizar o espaço e grupos de pessoas” (PAASI, 2002b, p. 140). Por outro lado, a “identidade” ou “consciência” regional – ou, se quisermos, também, num certo sentido, regionalidade – envolve a identificação dos habitantes com sua região, tanto dentro quanto fora dela. Participam na sua construção ativistas sociais, instituições e organizações etc. (HAESBERT, 2010. p. 19)

Percebe-se que as personagens possuem a identidade da região, na medida em que elas entram em contato com o espaço físico da fazenda acabam adquirindo os mesmos hábitos dos que já habitam nela. Mesmo que tentem lutar contra, como no caso de Madalena, o espaço não é favorável e ela acaba se rendendo às coisas ruins que lá acontecem o que resulta em sua morte.

5. *Considerações finais*

Graciliano Ramos conseguiu escolher os nomes dos personagens de acordo com o desempenho individual de cada um na obra. Os nomes dizem respeito às suas atitudes, crenças e valores e essas características que fazem referência ao nome são facilmente identificadas. Em síntese, podemos considerar que Paulo Honório faz jus ao seu significado de

“pequenez” em função de toda a sua trajetória no livro, desumanização e superioridade em relação às pessoas que convive. Além disso, quer manter a sua honra não auxiliando sua esposa e nem a nenhuma pessoa das quais convivia. Sua honra sempre foi relacionada aos interesses políticos de seus acordos com o governador e relacionada ao dinheiro que conquistava com a venda de produtos que existiam em São Bernardo. Madalena, uma pessoa que buscava ajudar aos que convivem ao seu redor, na escola buscando melhorias na infraestrutura e no método de ensino, e com as moradoras locais doando seus vestidos e com os trabalhadores da fazenda dando palpites a Paulo Honório para que os mesmos pudessem trabalhar menos e ter mais direitos. Assim, também faz referência ao seu nome no sentido da benevolência e doação. Dona Glória faz jus ao nome no sentido de ter honra, ela não se deixa influenciar pelo meio e mantém seu posicionamento durante todo o tempo, como forma de manter sua “aparência”, sua “honra” e seus desejos. É possível identificar que a decadência da Madalena tem como principal responsável Paulo Honório, mas que, assim como ele, sua tia também buscava sua honra, assim, nenhum dos dois conseguia auxiliar a apoiar Madalena. Paulo Honório e dona Glória viviam em constante conflito, por serem em sua essência “iguais”, não conseguem conviver em harmonia por esta razão e também não conseguem ajudar a Madalena que de certa forma, está “sozinha” na fazenda.

Assim, podemos considerar que o meio tem influência sobre as personagens, o ambiente seco e destinado a gerar dinheiro torna as pessoas desumanizadas com relação ao ser humano. Mesmo que lutem contra o ambiente, como no caso de Madalena, não conseguem, pois as forças contrárias são muito maiores. Mesmo quem busca não se influenciar, como o caso de Dona Glória, acaba se desumanizando também no sentido contrário, de buscar afastamento. Então, de um modo geral, podemos considerar que quem não se junta ao meio e se transforma num personagem característico do ambiente acaba saindo dele por não se adequar às “regras” de convivência locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. 3. ed. São Paulo: Ave Maria, 1981.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. *Antares*, Caxias do Sul, n. 2, p. 27-60, jul./dez. 2009.

RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. 81. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, Rafael José dos. Relatos de regionalidade: tessituras da cultura. *Antares*, Caxias do Sul, n. 3, p. 2-24, jan./jun. 2010.

A CONSTRUÇÃO DE UM GLOSSÁRIO TERMINOLÓGICO COMO PRÁTICA DISCURSIVA

Sandra Regina Feiteiro (UFPA)

sfeitoiro@gmail.com

Abdelhak Razky (UFPA)

razky@ufpa.br

RESUMO

Este estudo se insere na temática “Práticas discursivas: seu funcionamento e suas materialidades” da disciplina “Análise do Discurso” do Programa de Pós-Graduação da UFPA e, dentro desse contexto, tem por objetivo analisar a elaboração de um glossário terminológico como prática discursiva. Busca evidenciar alguns conceitos essenciais referentes à terminologia e à análise do discurso. Essa relação entre discurso e a teoria terminológica articulada à luz do funcionamento da linguagem numa perspectiva interacional, é a articulação teórico-metodológica adotada para este estudo. A análise aponta para o pressuposto de que o resultado final parece ser o término do processo, mas na verdade a produção de um glossário terminológico constitui ponto de partida para a produção de outros textos, de outros sentidos.

Palavras-chave: Glossário terminológico. Léxico especializado. Prática discursiva.

1. Introdução

Este estudo surgiu da inquietação em analisar a construção de um glossário como prática discursiva, tendo em vista que ao descrever os termos que compõem o glossário, causa a impressão de um produto acabado. Assim, é relevante destacar a relação perceptível entre discurso, interação e saber/fazer terminológico nesse processo de tratamento textual e discursivo dos termos técnico-científicos, com importantes implicações para a produção de obras de referências temáticas.

No aspecto lexical é evidente a contribuição que as línguas especializadas têm dado para o enriquecimento do repertório vocabular das línguas naturais, por meio da propagação de termos que advêm da especialidade para a língua geral.

Na construção de um glossário, evoca-se a presença de, pelo menos, dois interlocutores. De um lado, um sujeito/autor cria um texto, ou seja, produz um questionário com o objetivo de revelar os termos de um dado domínio. De outro lado, um sujeito/leitor o analisa e busca compreender o que o sujeito/autor intencionou ao apresentar os questionamentos. Assim, temos duas situações que se mostram paralelas: produção/in-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

interpretação. Esse binômio embasa o movimento que conduz os sujeitos para a construção de muitos sentidos de um fenômeno linguístico, qual seja a construção de um glossário subjacente ao saber/fazer terminológico. Em outras palavras, a construção de um glossário é um texto que desencadeia outros textos, outros sentidos.

Essa relação entre discurso e a teoria terminológica articulada à luz do funcionamento da linguagem numa perspectiva interacional, é a articulação teórico-metodológica adotada para este estudo. O reconhecimento dessa interface se dá em priorizar a noção de discurso (in) formal e misto, uma vez que percebe a materialidade (a forma) como intimamente ligada à constituição dos discursos, em outras palavras, os comportamentos linguísticos do sujeito dão ao seu discurso uma natureza essencialmente formal ou informal. Dessa forma, nega-se a noção de assujeitamento da análise do discurso, sendo que o sujeito tem consciência de seu comportamento (linguístico) frente à estruturação de suas práticas discursivas.

Essa necessidade da articulação entre a análise dos termos como prática discursiva levou à reflexão proposta neste trabalho. Os termos utilizados todos os dias, pelos profissionais das áreas de especialidade, podem, simplesmente, por diversas razões, serem silenciados, apagados, ressignificados, dependendo das escolhas e das condições específicas da produção das obras. Afinal, é por meio do uso que os termos recebem novos sentidos, passam a significar algo mais, passeiam de um campo para outro, são registrados pela história. Por isso, a relevância em não ignorar o uso dos termos para prevalecer, então, o dinamismo da língua.

2. *Pressupostos teóricos*

A fundamentação deste texto está ancorada em estudos bibliográficos a partir de leituras que tratam sobre a terminologia, tendo como referência Faulstich (1995), Krieger & Finatto (2004) e Cabré (1995), para as quais importa o caráter interdisciplinar e comunicativo da terminologia e que congrega princípios de várias ciências como as ciências da linguagem e ciências sociais. Para referendar a constituição discursiva do termo adotou-se os postulados de Maingueneau (1997), para o qual o discurso não é simplesmente um conjunto de textos, mas uma prática discursiva. Ponto de discussão seguinte.

2.1. Aporte teórico discursivo

Se a pesquisa terminológica se volta para o estudo do léxico especializado como signo de pertencimento a enunciados que engendram textos (concebidos em sentido macro, são aqui entendidos como a materialização de um discurso) especializados, estes, por sua vez, além dos traços lexicais que veiculam a terminologia própria de um saber, também “possuem características peculiares em nível pragmático [...]”. (BARROS, 2004, p. 9).

Hoffman (*apud* KRIEGER & FINATTO, 2004, p. 353), na década de 80, já havia alertado para a importância de não limitar o trabalho terminológico à terminologia que dele se pode extrair: “[...] ter-se-á que tratar conjuntamente aspectos textuais, sintáticos e lexicais, além de observar fatores extralinguísticos”.

É com base nesses fatores extralinguísticos que parece ser possível reforçar uma aproximação entre ambas as áreas e é igualmente por meio deles que será abordada nessa seção para analisá-los com base no foco discursivo.

Discurso, neste texto, vai ao encontro da definição proposta por Maingueneau (2008, p. 61): “[...] dispositivos de comunicação que só podem aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes”. Nesses dispositivos, o texto assume um papel duplamente significativo. Corresponde, ao mesmo tempo, à materialidade de um discurso e ao lugar de encontro entre enunciador e coenunciador.

Para Maingueneau (1997), a interdiscursividade tem um lugar privilegiado no estudo do discurso: ao considerar o interdiscurso objeto, procura-se apreender não uma formação discursiva, mas a interação entre formações discursivas diferentes. Nesse sentido, dizer que a interdiscursividade é constituída de todo discurso é dizer que todo discurso é originário de um processo histórico sobre outros discursos.

É preciso lembrar que a linguagem é uma atividade essencialmente humana e se desenvolve na interação social. Por meio dela, os interlocutores, constantemente, transmitem e renovam informações e significações, produzindo discursos. Brandão (2007) define discurso “como toda atividade comunicativa entre interlocutores: atividade produtora de sentidos que se dá na interação entre falantes”.

Na produção discursiva, os interlocutores exprimem sentimentos, valores e crenças atribuindo sentidos, que não são apenas seus, mas de

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

comunidades sociais as quais fazem parte, convivem diariamente. Assim, interlocutores se colocam no discurso enquanto membros de grupos sociais e, logo, estão relacionados a um determinado tempo e a um dado espaço geográfico.

Entendemos por tempo, aqui, o tempo sócio histórico, segundo postula a análise do discurso de linha francesa, pois as marcas temporais constantes dos discursos desses sujeitos revelam valores, crenças e sentimentos de uma determinada época, mais certamente, da época em que vivem.

O espaço, por sua vez, não se restringe a um elemento exclusivamente geográfico, embora num primeiro momento, privilegie o local. Mas sim como aponta Santos (1996, p. 61): "a configuração geográfica e paisagem substituem frequentemente e equivocadamente a palavra "espaço". Ora a configuração espacial é um dado técnico, enquanto o espaço geográfico é um dado social".

Numa perspectiva assim, o tempo e o espaço implicam a presença dos sujeitos que, ao se expressarem tem seus sentimentos, pensamentos e crenças materializados na língua, na atividade discursiva. Entretanto, além dos conhecimentos linguísticos, na interação social, os sujeitos possuem competências em outros saberes. As unidades linguísticas passam a ser examinadas necessariamente a partir de um contexto de prática discursiva. Conforme Maingueneau (1997), ao mobilizar o conceito de prática discursiva implica questionar o entrelaçado existente entre um dito, um dizer e uma instituição.

Ainda de acordo com Maingueneau (1997, p. 56), prática discursiva é a "reversibilidade essencial entre as duas faces, social e textual, do discurso". Trata-se de reconhecer que a mesma ordem de determinações que constitui os espaços discursivos atua na forma como se constituem, se organizam e agem as comunidades discursivas responsáveis pela produção, circulação e recepção dos discursos.

Por conseguinte, de acordo com os postulados teóricos que conduzem esta discussão, entende-se que os espaços onde os discursos são produzidos e se interagem não podem ser considerados como espaços neutros nem estáveis, muito menos serem classificados um mediador invisível que não mudaria nada na discursividade.

Para que os conceitos sejam definidos, portanto, vale destacar ainda, que a análise do discurso tem como objeto de estudo o discurso,

entendido por Pêcheux (1993, p. 82) como “efeito de sentido” entre locutores que “designam lugares determinados na estrutura de uma formação social.” Tal teoria considera que a linguagem seja a mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. “Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive”.

Portanto, a organização dos termos no glossário, não somente exige a elaboração de uma forma discursiva adequada às novas circunstâncias, mas também, à reconstrução de um mesmo conhecimento para públicos diversificados. Questões que discutiremos a seguir.

2.2. Aporte teórico terminológico

De forma bem simplificada, podemos dizer que da terminologia buscamos o conceito de termo e de unidade terminológica, de forma a identificar os elementos constitutivos do glossário nos textos especializados da área. A partir da teoria comunicativa da terminologia, a dimensão comunicativa do termo passa a ser valorizada, juntamente com a dimensão linguística e cognitiva. A terminologia de cunho comunicativo parte de uma visão interdisciplinar que congrega princípios de várias ciências como as da linguagem e as sociais. A unidade terminológica é, portanto, unidade linguística, unidade cognitiva e unidade sociocultural, e seu estudo pode limitar-se a um aspecto, ou pode ser um estudo integrador das várias faces do termo. (CABRÉ, 1995)

A terminologia estuda os termos de uma área do conhecimento e, portanto, estabelece as características discursivas de cada uma das disciplinas, ou seja, descreve os usos terminológicos advindos de um sistema de discursos daquela área. Em uma concepção ampliada, terminologia é o estudo dos termos especializados. (CABRÉ, 1995)

A palavra terminologia tanto se refere aos termos especializados de uma determinada área como ao campo de estudos ou disciplina, nesse caso grafada como terminologia, conforme afirmam Krieger e Finatto (2004). Essa é uma área teórica e aplicada, pois também se ocupa da produção de dicionários especializados, glossários e banco de dados terminológicos. A terminologia surgiu da necessidade de uma padronização, normatização da língua, devido ao grande desenvolvimento científico, tecnológico e econômico observado no decorrer da história humana.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Na atualidade, estudos referentes aos aspectos lexicais de uma língua permitem conter em sua essência o exame de uma concepção de linguagem/discurso que leve em consideração os avanços da Linguística. Dessa forma, acreditamos ser incontestável que “toda atividade humana, todo domínio do saber implica grande número de conceitos” (PONTES, 1997, p. 1). Razão da relevância em dominar o maior número possível de termos para que possamos identificar e manipular as coisas.

O contexto de uso dos termos cria possibilidade de sentido peculiar, pois os “termos são signos que encontram sua funcionalidade nas linguagens de especialidade, de acordo com a dinâmica das línguas: são entidades variantes, porque fazem parte de situações comunicativas distintas” (FAULSTICH, 1998, p. 62)

Essa é uma realidade que suscita necessidade terminológica vasta e os trabalhos terminológicos se mostram com o objetivo de preencher lacunas diante das novas realidades da ciência e da técnica. Essa necessidade de elaboração e descrição sistemática de termos é importante para a formação dos discursos sobre uma área de domínio socialmente distinto. Conforme Strehler (2015, p. 1), “na elaboração de glossários, o trabalho terminológico não pode mais ignorar a vertente social nas línguas de especialidades.” Nesse sentido, um glossário contendo a terminologia de uma área de domínio, será de grande utilidade para os vários níveis de linguagem: tanto para o sujeito/ouvinte como para o sujeito/autor referidos anteriormente.

Nas disciplinas técnico-científicas, como alerta (CABRÉ, 1995, p. 290) “[...] a terminologia é um conjunto de unidades de expressão que permitem transferir o pensamento especializado”, pois “os termos são, para as especialidades, uma maneira de transferir, de comunicar”.

Biderman (2001, p. 13) observa que o léxico “constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo”. A seguir, explica como isso se processa:

Ao dar nomes aos seres e objetos, o homem os classifica simultaneamente. Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada como etapa primeira no percurso científico humano de conhecimento do universo. Ao reunir os objetos em entidades diferentes, o homem foi estruturando o mundo que o cerca, rotulando essas entidades discriminadas. Foi esse processo de nomeação que gerou o léxico das línguas naturais.

Acrescenta outro dado ao dizer que

ao nomear, o indivíduo se apropria do real como simbolicamente sugere o relato da Bíblia [...] A geração do léxico se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, cristalizada em signos linguísticos.

A autora indica dois elementos que caracterizam o léxico de uma língua natural, a saber: nomeação e cognição da realidade. No entanto, a leitura de ambos e a observação da atividade discursiva dos sujeitos contribuem para esclarecer o que é o léxico de uma língua, quer seja o geral quer seja o especializado.

Inicialmente, quando a autora diz que a “geração do léxico se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência”, percebemos uma clara referência aos atos de categorização e recategorização do mundo referencial/imaginário. Evidenciamos aí a presença dos sujeitos que, na interação social, categorizam e recategorizam o mundo referencial/imaginário a todo instante. Trata-se de um processo extremamente dinâmico, pela própria natureza da interação social. Uma das mais expressivas é o desempenho do termo na atividade discursiva.

Isso pode ser visto na atividade discursiva, quando, por exemplo, um termo lexical passa a ter um significado diferente daquele utilizado habitualmente. Ocorre, então, a ampliação ou restrição semântica no discurso, de acordo com o contexto. Essa natureza particular do léxico tem-se constituído em desafio para a abordagem dos itens lexicais no saber/fazer terminológico. Para a elaboração de um glossário, após a etapa inicial da escolha do domínio, é realizada a identificação do usuário da terminologia a ser descrita, logo em seguida a adoção de uma atitude descritiva; consulta a especialistas da área pesquisada; delimitação do corpus; seleção de uma documentação bibliográfica pertinente; precisão das condições de produção e de recepção do texto científico e técnico; concessão, na análise do funcionamento dos termos, de um estatuto principal à sintaxe e à semântica; registro dos termos e da(s) variante(s) do termo; redigir repertórios terminológicos apropriados de acordo com o conteúdo da matéria e o usuário. (FAULSTICH, 1995)

Em síntese, os glossários consistem-se um repertório em que os termos, normalmente de uma área, são apresentados em ordem sistemática, acompanhados de informação gramatical, definição, remissivas podendo apresentar ou não contexto de ocorrência.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Como a pesquisa terminológica tem etapas bem definidas, culminando com a descrição de termos, pode dar a impressão de se constituir num saber/fazer mecânico, cujo resultado é o glossário. Entretanto, cumpre assinalar que o glossário é, na verdade, um documento que dá origem a várias leituras. Ele traz em seu bojo as vertentes dos procedimentos teórico-metodológicos que norteiam a pesquisa terminológica. Entendimentos que será constituído no próximo tópico dessa discussão.

3. *A elaboração do glossário como prática discursiva*

A construção de um glossário afigura-se como uma necessidade diante do número elevado de termos resultantes da aplicação do questionário. Hoje, cada vez mais, os pesquisadores têm utilizado *softwares* para a elaboração de glossários e dicionários, de modo a permitir que o material seja não apenas utilizado de forma mais eficaz como também seja posto à disposição da coletividade.

Com efeito, os termos se integram na atividade discursiva. Dessa forma, é possível afirmar que o saber/fazer terminológico pressupõe uma atividade discursiva que ultrapassa as respostas do questionário e os itens linguísticos do glossário. Os dados linguísticos estampados nos glossários são parte constitutiva da produção discursiva que os sujeitos desenvolvem na interação social. Trata-se de uma atividade que constrói e reconstrói sentidos, desenvolve-se em relação a um dado tempo sócio histórico e no seio de uma comunidade linguística localizada num determinado espaço. Consequentemente, os termos registrados no glossário integram os discursos dessa comunidade. Como estão atravessados por sentimentos, crenças e valores dos sujeitos, os diferentes discursos expressam sua ideologia e, também, as transformações sócio-históricas da coletividade de modo explícito ou não.

Esse cenário é, no entanto, extremamente significativo quando se examina como se processa a prática discursiva em terminologia, sobretudo no tocante ao léxico. Na pesquisa terminológica do ponto de vista linguístico, utiliza-se o questionário semiestruturado para a coleta de dados. Trata-se de um instrumento semidirigido, com a finalidade de saber a designação que o sujeito entrevistado atribui a um determinado objeto do mundo/espaço sócio-histórico(s) resposta(s) da(s) corresponde(m) à designação ou designações utilizada(s) pelos sujeitos numa determinada especialidade.

Segmentado em domínios, o questionário é aplicado numa entrevista. Em geral, as respostas – unidades terminológicas ou frases breves – se desenvolvem numa sequência relativamente homogênea. Entretanto, às vezes, a sequência é interrompida por afirmações adicionais fornecidas pelo entrevistado ou indagações suplementares do entrevistador. Embora a atenção do pesquisador se volte prioritariamente para os termos, posteriormente transpostos para as fichas e registrados no glossário, em muitos trabalhos, as afirmações adicionais fornecidas pelo entrevistado ou indagações suplementares do entrevistador integram as notas colocadas pelo pesquisador.

Em realidade, o que se verifica é que as várias opções de designações de um termo, que retratam a linguagem especializada, correspondem às ocorrências atribuídas aos sujeitos de uma dada comunidade linguística num tempo sócio-histórico. Nesse sentido, as afirmações adicionais fornecidas pelo entrevistado ou indagações suplementares do entrevistador complementam esse leque de opções. Portanto, as várias opções de designações somadas às afirmações adicionais fornecidas pelo entrevistado ou indagações suplementares do entrevistador, enquanto repertório linguístico de um grupo localizado em dado espaço num determinado tempo sócio-histórico, representam a fala daquele grupo, com sua variação característica. Nessa variação, verifica-se não apenas o uso de determinadas designações, como também a produção de sentidos diferentes para algumas designações. Isso ocorre principalmente porque os discursos não são fixos, transformam-se em função das transformações sócio-históricas por que passa a sociedade. Os sentidos variam em função do contexto de produção e dos lugares ocupados pelos sujeitos que produzem os discursos. Conforme destaca Fernandes (2005 p. 23-24): “Os sentidos são produzidos face aos lugares ocupados pelos sujeitos em interlocução”.

4. Considerações finais

Ao longo deste trabalho, buscamos mostrar que o saber/fazer terminológico não se restringe à elaboração do glossário. Além de ponto de chegada, uma vez que o resultado final, representado sob a forma de listas de termos, parece ser o término de um processo; o glossário constitui, na verdade, ponto de partida para várias pesquisas, para outros textos produtores de sentido.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Do ponto de vista linguístico, como sabemos, o glossário resulta num conjunto de termos, os quais representam uma área de domínio de uma especialidade. Ao mesmo tempo, esse termo pertence a uma dada norma, integra um banco de dados terminológicos e faz parte da prática discursiva de grupos sociais.

Embora, em boa parte das vezes, se faça referência a unidades terminológicas como respostas a dadas questões, elas não podem ser analisadas fora do contexto, sob pena de não atender às necessidades de um público-alvo, e de não preencher uma lacuna de informação.

É evidente, à vista da discussão, que não podemos separar a terminologia do discurso em que aparece, nem das circunstâncias sociais em que se insere este discurso, simplesmente porque os termos se veem definitivamente determinados por estas circunstâncias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Lídia Almeida. *Curso básico de terminologia*. São Paulo: EDUSP, 2004.

BIDERMAN, M. T. C. Introdução: as ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Analisando o discurso*. Disponível em: <<http://www.museudalinguaportuguesa.org.br>>. Acesso em: 15-01-2007.

CABRÉ, M. T. La terminologia hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. *Ciência da Informação*. Brasília, vol. 24, n. 3, p. 289-298, 1995.

FAULSTICH, Enilde *Leite de Jesus*. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. *Ciência da Informação*, vol. 24, n. 3, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/486>>.

FERNANDES, C. A. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

KRIEGER, M. das Graças; FINATTO, M. José B. *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.

_____. *Gênese dos discursos*. Trad.: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.

PONTES, A. L. Terminologia científica: o que é e como se faz. In: *Revista de Letras*, vol. 19. n. 1-2, 1997.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad.: Jonas de A. Romualdo. Campinas: Unicamp, 1993.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

STREHLER, Rene. A socioterminologia como base para a elaboração de glossários. *Ciência da Informação*, vol. 24, n. 3, 1995 – Comunicações. Disponível em: <www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=8879>. Acesso em: 04-01-2015.

**A CONSTRUÇÃO RESULTATIVA INTRANSITIVA
COM O VERBO VIRAR:
PROCESSOS METAFÓRICOS E METONÍMICOS
ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE MUDANÇA SEMÂNTICA**

Patrícia Oliveira de Freitas (UERJ)

freitasp.letras@gmail.com

Roza Maria Palomanes Ribeiro (UFRRJ)

rozapalomanes@terra.com.br

RESUMO

Em estudo feito anteriormente com o verbo *ficar*, Palomanes (2007) percebeu a existência de um tipo de construção resultativa na língua portuguesa que se apresenta de forma semelhante às construções resultativas estudadas por Goldberg e Jackendoff (2004), com padrão formal SN *ficar* SR (Sintagma Nominal *ficar* Sintagma Resultativo) e semântica indicando X muda o estado a Y. O referido padrão construcional representa a construção resultativa do português, fato que refuta os estudos translinguísticos quanto ao que se dizia acerca de as línguas românicas não possuírem em seu rol de construções possíveis as resultativas. Dando continuidade aos estudos de Palomanes com três outros verbos, Freitas (2013) percebeu que um deles, o verbo “*virar*”, objeto de análise desta pesquisa, selecionava preferencialmente nomes para o preenchimento do sintagma resultativo. Para defender a hipótese de que a construção SN *virar* SN pertence à rede construcional das resultativas, foram levados em conta os processos cognitivos da metáfora e metonímia conceptuais enquanto fatores expressivos nos processos de mudança semântica. Acredita-se que a metáfora ESTADOS SÃO LOCALIZAÇÕES justifica a possibilidade de inserção desse verbo na construção resultativa. Trata-se metaforicamente de mudança de estado via mudança de lugar pela consideração da extensão metonímica de “mudar de lugar físico para mudar de estado”.

Palavras-chave: Construção resultativa. Gramática cognitiva das construções. Metáfora conceptual. Metonímia conceptual. Verbo *virar*.

1. Introdução

Em estudo feito anteriormente com construções em que figurava o verbo *ficar*, Palomanes (2007) percebeu a existência de um tipo de construção resultativa na língua portuguesa nos moldes das construções resultativas estudadas por Goldberg e Jackendoff (2004), com padrão formal SN *ficar* SR (Sintagma Nominal *ficar* Sintagma Resultativo) e semântica indicando X muda o estado a Y. O referido padrão construcional representa a construção resultativa do português, fato que refuta os estudos translinguísticos quanto ao que se dizia acerca de línguas românicas não possuírem em seu rol de construções possíveis as resultativas.

O estudo em questão suscitou, posteriormente, o interesse em ampliar o escopo da análise a fim de se verificar a produtividade do padrão construcional resultativo com outros verbos da língua portuguesa, confirmando a existência de tal padrão na língua em questão (FREITAS, 2013). Assim, foi possível verificar se outros verbos, além do verbo ficar, poderiam se encaixar também nesse paradigma. Os verbos selecionados para estudo foram *sair*, *acabar* e *virar* inseridos na construção resultativa intransitiva SN V SR, cuja semântica denota X *torna-se* Y, sendo o sintagma resultativo composto por um sintagma adjetival.

Em vista do que foi analisado nesses estudos que antecederam esta análise, percebemos que, sem o recurso da classe dos adjetivos no resultado final, as construções com o verbo *virar* exprimem a semântica de mudança de estado. Nesses casos, a preferência do preenchimento no SR se dá a partir de um sintagma nominal, mais precisamente por um substantivo.

A oração “O príncipe virou um sapo” exemplifica uma construção X *virar* Y, cujo SR se apresenta a partir de um sintagma nominal (SN). Muitos gramáticos assinalam a existência de vocábulos que, pertencentes a uma determinada classe, podem funcionar como termos de outras classes. É o caso dos nomes, que possuem a característica de adjetivar, obedecendo a uma semântica de transitoriedade entre substantivos e adjetivos. Consoante o autor Rocha Lima, “O substantivo aparece às vezes empregado como adjetivo, e disto exemplifica a seguinte expressão, dentre outras: “É muito verdade o que estou lhe dizendo” (2005, p.291). O autor Evanildo Bechara aborda o assunto da substantivação, situando o processo quando “certos adjetivos são empregados sem qualquer referência a nomes expressos como verdadeiros adjetivos” (2004, p.145).

Portanto, é possível perceber que a classificação das palavras não pode ser rígida, absoluta. As fronteiras que as delimitam são relativas. A mesma palavra pode ser de uma ou outra espécie conforme o contexto. Esse fato evidencia o papel sintático dos substantivos, que se prestam para além de nomear seres. Em outras palavras, podem desempenhar papéis primariamente exercidos pelos adjetivos, como qualificação e especificação de seres.

Por conta disso, o sintagma resultativo, que com os demais verbos analisados durante as pesquisas anteriores era composto apenas por uma unidade da classe dos adjetivos, nesta pesquisa, exclusivamente com o verbo *virar*, o resultado expresso se dará a partir de um nome.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Para comprovar que a construção SN *virar* SN pertence à rede construcional das resultativas, serão levados em conta os processos cognitivos metafóricos e metonímicos enquanto fatores expressivos nos processos de mudança semântica e em termos de interação de diferentes domínios experienciais. Acreditamos que é a partir das experiências de mundo do falante que o verbo *virar* esvazia-se de seu significado primário e passa a conceber um novo valor na construção.

O referido verbo apresenta uma semântica de mudança de posição no espaço. Como hipótese principal para esta análise, acreditamos que a metáfora ESTADOS SÃO LOCALIZAÇÕES é o que guia tal extensão, possibilitando, assim, a sua inserção no rol de construções resultativas do português.

Portanto, interessa a esta pesquisa a) propor uma análise diferenciada da construção resultativa do português, incluindo uma nova possibilidade, além das estudadas anteriormente por Palomanes (2007) e Freitas (2013), a fim de ampliar o escopo da análise. Acreditamos que esta análise poderá corroborar, positivamente, a existência deste padrão construcional resultativo a partir do emprego de um verbo cuja acepção primária indica mudança de posicionamento espacial e que, inserido no padrão construcional resultativo passa, via metáfora, a indicar mudança de estado e b) comprovar a possibilidade de o elemento oblíquo na construção resultativa ser representado, também, por um sintagma nominal.

2. Referencial teórico

2.1. Gramática das construções

A gramática das construções é uma das teorias da linguística cognitiva em que esta pesquisa irá se apoiar. Surge na década de 80, a partir de trabalhos de Langacker, Fillmore, Croft e outros. A gramática das construções ganhou outros métodos de enfoque a partir dos estudos que os referidos estudiosos iniciaram.

Considerada como uma “família” de teorias sintáticas concernentes à cognição, a abordagem não se trata de uma teoria unificada, dadas as pequenas diferenças entre as produções. Vale a pena salientar que a gramática das construções, na verdade, é composta por um grupo de teorias sintáticas que consideram a construção a unidade básica de processamento e organização sintática. Como aparato para esta análise, optou-se pela gramática cognitiva das construções de Goldberg (2006), já que a

autora trabalha com os aspectos gramaticais dentro de um modelo baseado no uso (*usage-based model*) e com as relações externas da construção, e não apenas aspectos meramente formais.

Quanto às características fundamentais partilhadas pela gramática das construções, o interesse dos estudos baseia-se essencialmente na própria construção gramatical, que deve ser observada como uma correlação entre “forma” (incluindo informações lexicais, sintáticas e morfofonológicas) e “significado” (incluindo informações semânticas e pragmáticas).

De acordo com Palomanes, a hipótese principal da gramática das construções baseia-se no fato de que as línguas naturais consistem em pares de esquemas conceptuais e padrões gramaticais que se inter-relacionam (2007, p. 29). Em outras palavras, há um padrão gramatical em que, atrelado a esse padrão, há uma semântica que facilita o entendimento enunciativo por parte do falante.

Para entender o parágrafo anterior, é necessário saber que os esquemas conceptuais são aquilo que o homem incorpora a partir de sua interação com o meio. Os autores Beaugrand and Dressler definem os esquemas como “modelos cognitivos globais ou estados organizados em sequência, ligados por relações de proximidade temporal e casual (...)” (*apud* FÁVERO, p. 66). Em outras palavras, essa inter-relação consiste em um pareamento entre forma e significado, que nada mais é do que uma relação intrínseca entre a sintaxe e a semântica.

Considerando-se que o postulado da gramática das construções confronta a abordagem tradicional, que determina o verbo como o único a selecionar os argumentos, esta abordagem prevê que não apenas o verbo fará essa ação, mas juntamente com ele, a construção. Nas palavras dos representantes da gramática cognitiva das construções:

Uma inovação importante no ponto de vista construcional é que nas construções de sintagma verbal (...), o complemento estrutural desse sintagma não é determinado pelo verbo sozinho, como supõem na maioria das gramáticas gerativas convencionais, bem como em muitas tradições funcionalistas. Na nossa visão, o argumento estrutural é determinado pelos efeitos composicionais do verbo e da construção. Uma das questões cruciais na visão construcional é trabalhar como essa composição é construída. (GOLDBERG; JAC-KENDOFF, 2004, p. 3) [Tradução nossa]

Para corroborar essa ideia, há restrições na utilização dos verbos, já que nem todos se encaixam nesse tipo construcional resultativo. Tanto o verbo quanto a construção possuem semântica própria e devem, ambos, combinar mutuamente.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Quanto ao modelo baseado no uso, deve-se levar em consideração que o seu objetivo é representar o conhecimento gramatical do falante em estreita relação com as teorias de processamento, aquisição e mudança linguística. Os registros de uso real, na verdade, retratam as expressões da própria língua como padrões individuais. Por esse fator é que há a importância da junção entre forma e significado, uma vez que eles somente são assimilados a partir do que indivíduo internaliza quando inserido em uma comunidade linguística cultural e social.

Com isso, fatores como idiosincrasia e generalizações da língua amplamente utilizadas por falantes reais, cuja gramática tradicional não consegue dar conta de explicar, com a abordagem construcional, que é o modelo baseado no uso, podem ser analisados em sua totalidade.

2.2. Construções resultativas

As construções resultativas são construções que podem ser reconhecidas por apresentarem um sintagma resultativo, situado tanto imediatamente após o verbo, no caso das construções resultativas intransitivas, quanto após o objeto, nas transitivas. Com isso, atribui-se à construção o valor semântico de expressão de resultado a que se chega a partir de uma ação do sujeito sobre o objeto, fazendo-o mudar de estado.

A discussão acerca da existência das construções resultativas em língua portuguesa tornou-se um assunto amplamente discutido em decorrência dos postulados anteriores que diziam não serem possíveis, em línguas românicas, os padrões resultativos até então estudados em línguas como o inglês e o alemão. Alguns autores, em sua defesa contra a existência das construções resultativas no português do Brasil, afirmam que para se caracterizar uma construção do tipo resultativa, elas deveriam ser representadas por orações curtas, não apenas por conta da similaridade com as estruturas mais prototípicas, mas também porque toda a informação que a construção carrega decorre de algo que é resultante da ação expressa pelo verbo.

Nesse sentido, para esses estudiosos, mesmo que haja semelhanças em termos formais com uma resultativa da língua inglesa, há um estorvo em termos de produtividade que impede a aceitação desse tipo construcional como equivalentes às tradicionais construções resultativas.

Entretanto, tomando como base Goldberg e Jackendoff, os autores, para contrapor a literatura vigente à época de que só havia um tipo de

resultativa, defendem o seguinte pensamento, amplamente aceito por esta análise:

(...) Em nosso trabalho (GOLDBERG 1991, 1995, JACKENDOFF 1990), temos tratado as resultativas como sendo uma espécie de “família” de construções (podemos chamá-las de “subconstruções” da resultativa), partilhando propriedades importantes, mas diferentes em certos detalhes, incluindo seu grau de produtividade. (2004, p. 5. Tradução nossa)

Em se tratando de transitividade, os autores dividiram as resultativas em transitivas e intransitivas:

Padrão Transitivo do Inglês	Padrão Transitivo do Português
<u>Sergio painted the vase pink</u> SN V SN SR	<u>Leonardo cortou a carne miúda</u> SN V SN SR
Padrão Intransitivo do Inglês	Padrão Intransitivo do Português
<u>The lake froze solid</u> SN V SR	<u>Rita e Joyce brigaram. Joyce saiu ferida.</u> <u>Joyce saiu ferida</u> SN V SR

Tabela 1 – Transitividade do padrão construcional Resultativo

Com base nos exemplos, percebe-se que o padrão transitivo na língua inglesa contém o objeto direto antecipando o sintagma resultativo (SR), o que significa que esse sintagma resultativo se refere ao objeto, enquanto que o padrão intransitivo, objeto de estudo deste artigo, possui o sintagma resultativo seguido imediatamente depois do verbo. Logo, se a semântica da resultativa intransitiva é “Sujeito torna-se sintagma resultativo como resultado da ação verbal”, em língua portuguesa a semântica do mesmo padrão será “X torna-se Y como resultado de uma ação anterior”, sendo imprescindível a análise de um contexto mais amplo a fim de se encontrar o que ocasionou aquele resultado.

Trava-se, então, a principal diferença entre as resultativas do inglês e do português. Enquanto no inglês o sintagma resultativo é encontrado em uma única sentença, apresentando simultaneamente a causa e a consequência do resultado, em português o sintagma resultativo não é a consequência do verbo, mas o resultado vindo de um acontecimento anterior que deve ser observado em um contexto mais amplo:

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

RECORTE	PADRÃO RESULTATIVO
<p>“tá... é uma... uma história engraçada... foi/ eu estava fazendo um trabalho <i>free-lancer</i> assim... pra um cara... aí eu liguei pra casa dele pra/ que ele tinha que me pagar por esse trabalho... então estou eu lá... liguei... aí eu “oi... Carlos... aqui é Mônica... tudo bem?” aí ele virou pra mim e falou assim “não... tudo mal...” aí o que é que eu pensei? eu falei “caramba... ele não gostou do trabalho... <u>saiu uma droga e tal</u>” (Informante 5 – Seção Rio de Janeiro)</p>	<p>O trabalho saiu uma droga. SN VS R</p> <p>CAUSA: O atendimento grosseiro ao telefone.</p> <p>RESULTADO: o atendimento grosseiro ao telefone fez com que a informante achasse que seu trabalho ficou/tornou-se uma droga.</p>

Tabela 2 –

Exemplo de uma Construção Resultativa com o verbo *sair* extraído do corpus D&G

Ressalta-se que, apesar de haver a semelhança sintática desse tipo construcional em ambas as línguas, é importante destacar a idiosincrasia envolvida nos discursos, que é o que leva o falante a ver as diferenças entre uma resultativa e outra.

2.3. A metáfora e a metonímia

A metáfora e a metonímia são processos cognitivos de considerável importância para a linguística cognitiva. Consoante Furtado, a extensa atenção dada ao assunto é o que permite a diferenciação entre a linguística cognitiva e outras abordagens cognitivistas. (2011, p. 91)

Esses processos são comumente ensinados como fatores relevantes para a mudança de significado. A metáfora, por exemplo, na maioria das vezes é vista como uma comparação implícita, já a metonímia consiste na transposição da significação a partir de um efeito de contiguidade, ou semelhança. Ademais, a literatura tradicional afirma que esses processos, assumindo uma posição cristalizada de figuras de linguagem, servem para atribuir maior expressividade ao texto, colocando-os em uma posição essencialmente poética.

Em uma análise mais complexa, especialmente quando se trata de um estudo pormenorizado de falantes reais de uma língua, percebe-se que nem sempre a intenção primária do enunciador é a de poetizar a sua fala. Na verdade, a metáfora e a metonímia são fatores que estão diretamente associados à forma como o falante experiencia, molda e transpõe o mundo por meio das palavras. Em síntese, e utilizando-se das palavras dos autores Lakoff e Johnson,

Metáfora e metonímia são diferentes tipos de processos. A metáfora é, principalmente, uma maneira de conceber uma coisa em termos de outra, e sua função principal é a compreensão. A metonímia, por outro lado, tem principalmente uma função referencial, isto é, ela permite a utilização de uma entidade para simbolizar uma outra. (2003, p. 30) [tradução nossa]

Considerando os processos metafóricos, os estudiosos Lakoff e Johnson foram os precursores de uma nova forma de se pensar sobre o processo em questão. Foram eles quem, com a publicação da obra intitulada *Metaphors we live by* (1980), demonstraram que a metáfora está diariamente presente na vida do indivíduo, não apenas na linguagem, mas também na forma como ele pensa e age. O que acontece, na verdade, é que o sistema conceptual do falante advém de uma natureza fundamentalmente metafórica. (2003, p. 8)

Para entender o parágrafo anterior e seguir com questões mais aprofundadas sobre o assunto, é necessário pôr em relevo as ideias cognitivistas em termos de projeção e domínios, sempre utilizados nas análises metafóricas e metonímicas.

Como já foi dito anteriormente, a experiência pela qual o indivíduo percorre é um dos elementos-chave para a construção do significado. A partir dessas experiências, o falante armazena hierárquica e categoricamente na memória os conhecimentos adquiridos neste percurso. Esses domínios cognitivos podem ser reproduzidos, dentre outros recursos, através dos modelos cognitivos idealizados (MCIs), utilizados para organizar a grande quantidade de informações depositadas na memória. No intuito de exemplificar a funções dos modelos cognitivos idealizados, Chiavegatto cita os enquadres culturais, observados na **Fig. 1**.

MCI SAÚDE . vitalidade . disposição . boa aparência . bom funcionamento FALTA DE SAÚDE . doença . indisposição . palidez . médicos . hospital . dor (etc)	MCI ECONOMIA . finanças . dinheiro . riqueza . fartura . licros . trabalho PROBLEMAS . desemprego . falência . crise . pobreza . depressão	MCI ENERGIA . combustível . força . necessidades . produção . produtos . meios . alternativas . petróleo . carvão . ventos . águas . abastecimento
---	--	---

Fig. 1 – Representação Gráfica dos MCI (CHIAVEGATTO, 2009, p.88)

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Pelo exposto, e considerando-se as expressões utilizadas no cotidiano, percebe-se que os diferentes domínios de conhecimento podem mesclar-se entre eles em função da criação de novos significados, conservando sempre algum sentido do seu significado original. É o caso de quando o falante se utiliza de expressões como *economia pálida*, *falência de órgãos*, *fatura de energia ou indisposição do mercado* (idem). Outro exemplo que pode servir de base para essa explicação diz respeito a um padrão geral sintetizado como AMOR É GUERRA, exemplificado por Geeraerts:

Ele é conhecido por suas muitas *conquistas* rápidas. Ela *lutou* por ele, mas sua amante *venceu*. Ela *o perseguiu incansavelmente*. Ele está vagarosamente *ganhando terreno* com ela. Ele *ganhou* sua mão em casamento. Ele a *dominou*. Ela é *cercada* pelos homens de terno. Ele tem que *defender-se* deles. Ele *recrutou o apoio* dos amigos dela. Ele *aliou-se* a mãe dela. Deles é uma *desafiança*, se é que eu já vi uma. (2006, p. 11) [tradução nossa]

O falante se utiliza de expressões dessa natureza por conta do seu envolvimento com o meio. Percebe-se que há a interação entre diferentes domínios de experiência, em que há um domínio-alvo (AMOR) e um domínio-fonte (GUERRA), cuja junção de ambos resulta em uma nova significação. O trecho fala de amor em termos de guerra. Com isso, o indivíduo tende a projetar – ou no sentido literal da palavra, lançar, atirar, arremessar – o significado de um domínio concreto (GUERRA), o que é peculiarmente metafórico, para outro domínio mais abstrato (AMOR).

A metonímia, por outro lado, não projeta mapeamentos de diferentes domínios do conhecimento. Na verdade, eles se deslocam e são projetados para o mesmo domínio de onde se originaram, expressando um efeito de contiguidade. Quando o falante diz, por exemplo, que gosta de ouvir Djavan, não se trata de ouvir a pessoa propriamente dita que é o cantor. Trata-se, metonimicamente, de uma totalidade das músicas representadas por ele e sintetizada pelo dono da fala a partir de seu conhecimento de que Djavan se refere a um intérprete musical.

Assim como as metáforas, as metonímias não podem e não devem ser tratadas em circunstâncias isoladas, uma vez que elas emergem da experiência, atingem os pensamentos e as ações do falante, resultando na construção de novos significados. Cabe ressaltar ainda que ambos os processos estão em constante interação, uma vez em quase todo processo metafórico é possível observar a sua estreita relação com um processo metonímico. Porém, diferentemente de como se apresenta o modelo cognitivo idealizado metafórico, que trata de transferências entre domínios

distintos, o mapeamento metonímico ocorre dentro do mesmo domínio conceptual quando um indivíduo busca representar toda uma categoria.

Dentre estas metáforas básicas, pode-se destacar a metáfora ESTADOS SÃO LOCALIZAÇÕES: Estados e situações são conceptualizados como regiões delimitadas no espaço (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 176, 179-181). Como mencionado anteriormente, é possível conceptualizar o mundo através de metáforas básicas, como propõe Lakoff (1980) e Lakoff e Johnson (1999) adquiridas através de uma interação (emocional, física, mental e/ou cultural) com o ambiente externo. Dessa forma, Lakoff afirma que “nosso sistema conceitual comum em termos dos quais nós pensamos e agimos é fundamentalmente metafórico por natureza” (1980, p. 3) e, como usamos a língua (principalmente) para comunicarmo-nos, é ela que fornecerá evidências para confirmarmos ou não sua tese, pois, segundo ele, “o não físico é conceituado em termos do físico e o menos claramente delineado em termos do mais claramente delineado”. (*Idem*, p. 12)

A partir do deslocamento físico, do qual o falante participa em uma experiência corpórea, ele enxerga e estrutura o mundo da forma como ele o vê, criando novos sentidos a vocábulos cuja significação pré-estabelecida se esvai a fim de dar seu lugar a novos conceitos através da metáfora e da metonímia.

3. Metodologia da pesquisa

Ao estudar as construções resultativas com os verbos sair, acabar e *virar* (FREITAS, 2013), complementando os estudos de Palomanes (2007, 2011), notou-se que a construção com o verbo *virar* no formato SN *virar* SR apresentava comportamento distinto dos demais. Esvaziado de seu sentido de direcionamento, o sintagma resultativo, na maioria das ocorrências, apresentava comportamento de sintagma nominal (SN). Além disso, graças aos processos cognitivos da metáfora e metonímia, o sentido de tornar-se, trazido pelo verbo *virar*, colaborou para a semântica construcional de resultado, sendo possível considerar tal construção como resultativa.

O *corpus* escolhido para a pesquisa foi o *Discurso & Gramática* (D&G, 1995), que apresenta a produção oral e escrita de informantes de cinco locais do Brasil, sendo eles o Rio de Janeiro, Rio Grande, Juiz de Fora, Niterói e Natal. O material também é composto de tipos de discurs-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

so diferentes, a saber, narrativas experienciais e recontadas, relatos de opinião e de procedimentos e descrições de local. Todas as seções do *corpus* foram utilizadas para a coleta dos dados.

Selecionamos sentenças que tivessem as características das construções resultativas intransitivas do português, cujo padrão gramatical fosse SN *virar* SN. Os dados foram analisados de forma a excluir qualquer construção que apresentasse o sentido prototípico de movimento a partir do verbo *virar*, devendo obedecer à semântica de uma construção “X torna-se Y”, em que houvesse uma mudança de estado a partir da ação do verbo.

Optamos por um tratamento predominantemente qualitativo dos dados por acreditar que essa opção atende ao principal objetivo da pesquisa, que é observar o verbo *virar* em construções de padrão resultativo intransitivo dentro de um contexto discursivo mais ampliado. Os fatores metafóricos e metonímicos, nos termos de Lakoff (2003), foram levados em conta a fim de se justificar a mudança de significado do referido verbo para que ele se encaixe nas chamadas construções resultativas do português do Brasil. Já a gramática cognitiva das construções nos auxiliou na observação do pareamento entre a forma e o significado das construções e na mútua relação existente entre o verbo e a construção.

No total, foram encontrados 16 dados em todo o *corpus*, que contou com a participação de 172 informantes. A tabela 3 apresenta o total de informantes considerados na pesquisa, já divididos pelas seções, com o quantitativo de dados coletados. Embora se trate de uma pesquisa qualitativa, apresentamos a tabela 3 a guisa de informação:

Localização	Informantes	Percentual de informantes	Dados encontrados	Percentual de dados encontrados
Rio de Janeiro	93	54,07 %	5	31,25 %
Niterói	20	11,63 %	2	12,5 %
Juiz de Fora	20	11,63 %	3	18,75 %
Natal	20	11,63 %	5	31,25 %
Rio Grande	19	11,04 %	1	6,25 %

Tabela 3:

Dados coletados com o verbo *virar* em construções resultativas de padrão intransitivo

A partir dos dados coletados, fica evidente a preferência dos falantes em relação à utilização do SN (substantivo) como sendo o sintagma resultativo, em detrimento do sintagma adjetival analisado em análises anteriores em que se encaixava o verbo *virar*. Nas pesquisas anteriores com o verbo *virar*, nas mesmas especificações desta análise, só en-

contramos no *corpus* D&G um dado em que o sintagma resultativo se tratava da classe dos adjetivos.

4. Análise da construção SN virar SN

A realização do resultado expresso a partir de um verbo, cuja semântica da ação verbal assume outra significação, pode ser explicada através dos recursos que o ser humano se utiliza para compreender a linguagem. A experiência corporificada, por exemplo, se origina a partir da inter-relação entre corpo, linguagem e mundo. Esse princípio é pautado naquilo que Lakoff e Johnson (LAKOFF, 1987; JOHNSON, 1987; LAKOFF & JOHNSON, 1999; JOHNSON & LAKOFF, 2002) designaram por “experencialismo”. Para os autores, o pensamento é corporificado (*embodied*), uma vez que é a partir dos sentidos corporais que o falante compreende o mundo. Não por coincidência, quatro dos cinco sentidos que captam e moldam a forma de se ver o mundo localizam-se na parte frontal da cabeça (MARTELOTTA & PALOMANES, 2007, p. 181), onde também se localiza a mente.

A metáfora, portanto, decorre daquilo que o falante vivencia no mundo. Os sistemas categorizadores e conceituais decorrem das relações experienciais dos seres, que são elas corporais e sociais. Essa experiência corporificada permite que o falante crie extensões metafóricas a partir do trajeto explorado por ele. Uma vez que ele se movimenta pelo espaço, logo, a mudança de posição é inevitável, e mudar de posição impulsiona a mudança de estado. O falante lança mão da semântica de “tornar-se”, internalizada a partir da sua convivência com o meio, construindo um padrão cujo verbo denota a resultatividade.

Como dito anteriormente, a gramática cognitiva das construções prevê as gramáticas das línguas compostas pelo vínculo entre os modelos conceituais e os padrões gramaticais que se relacionam mutuamente. Em outras palavras, há uma união intrínseca entre a semântica e a sintaxe, como será demonstrado nos resultados.

Cabe ressaltar ainda que algumas construções possuem o padrão resultativo mais prototípico do que outras [SN V SR], o que não prejudicará na identificação dos dados, uma vez que o verbo cuja semântica denota mudança de estado e, como consequência, o sintagma resultativo são os fatores cruciais para determinar o padrão construcional em questão.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

- (A) “e é bom/ eu acho que... o caminho é as pessoas... se rebelarem um pouco... pararem só de reclamar... e tomarem mais atitudes... aqui... politicamente... tipo... a/ as pessoas... têm dificuldade de aceitar até a UNE... que é a coisa mais certa... que tem que acontecer... é uma instituição que tem um poder enorme... já virou uma instituição... quer dizer... já deix/ era uma intuição fortíssima... deixou de ser por causa... da ditadura...”

[D&G, seção Rio de Janeiro, informante 6, Relato de Opinião]

A UNE	(JÁ) VIROU	UMA INSTITUIÇÃO
SN	V	SN

Dentre as singularidades do fenômeno, pôde-se se constatar que ainda que na construção em destaque não haja um sintagma nominal explícito na posição de sujeito, ele pode ser recuperado pelo contexto. Além disso, o próprio sintagma resultativo apenas é identificado a partir de um evento que tenha acontecido anteriormente, o que corrobora a ideia de o português do Brasil se tratar de uma língua perifrástica. Nas construções resultativas da língua inglesa, por exemplo, todas essas informações são vistas em apenas uma sentença.

- (B) “ela contou uma história... de uma sereia... que ela tinha ido pro mar... aí... eh... veio um... um navio... aí era... era um moço... aí ele afundou no mar... aí ela pegou ele e levou pra terra... aí depois ela... ela... ela foi pro mar... porque ela não queria... não queria que ele visse ela... aí ela foi pro mar... ficou numa pedra... aí depois... o pai descobriu... aí derrubou tudo... da coleção dela... aí... depois... ele... eles... eles... se encontraram... aí... o pai dele... eh... destruiu todo o barco dele... eto::eto... e todos os amigos dele... aí... **ela virou/elaficou feliz para sempre...**”

[D&G, seção Rio de Janeiro, informante 89, Narrativa Recontada]

ELA	VIROU/FICOU	FELIZ (PARA SEMPRE)
SN	V	SN

Observa-se em (B) que o falante primariamente se utiliza do verbo *virar*, antes do verbo “ficar”, em que o verbo em análise neste artigo pode ser inserido na construção resultativa após sofrer processamento cognitivo em que ambos os verbos se distanciam de suas respectivas semânticas de direcionamento e permanência e adquirem a significação de “tornar-se”. Porém, acredita-se que por questões de escolha, possivelmente para evitar eufonia, o informante selecionou o verbo “ficar” na hora de proferir a sentença. O que se deve pôr em relevo aqui é o fato de que, por conta da vivência do homem com o meio que o cerca, ele consegue criar construções que não podem ser rígidas em termos de significação. Apesar de o sintagma resultativo se tratar de um adjetivo, optamos pela seleção desse dado, uma vez que propomos o padrão construcional

intransitivo SN V SN. Permanece a hipótese de que a preferência do pre-enchimento do sintagma resultativo é por um substantivo.

Cabe ressaltar ainda a diferença semântica entre os verbos *virar* e *ficar*. Ainda que estejam na construção sinalizando mudança de estado, o verbo *ficar* sinaliza uma mudança mais duradoura que o *virar*, uma vez que originalmente seu sentido expressa algo permanente, estático (do latim, *figicare*, significando pregar com pregos). Se a escolha do informante se pautasse no verbo *virar*, haveria uma discrepância com o uso da expressão “para sempre”. A principal hipótese para este caso é a de que o falante, ao pensar primariamente no verbo *virar*, possivelmente ativou *frames* de que o referido verbo também pode sinalizar mudança de estado. Acreditamos, portanto, que a aceitação pelo dado é coerente.

Outro dado que merece destaque se mostra no exposto em (C), em que não se trata de um informante entrevistado do *corpus*, e sim o próprio entrevistador. Por não se tratar de uma pesquisa sociolinguística, em que variáveis extralinguísticas são colocadas à mostra, e sim de uma pesquisa que busca um padrão que ocorre na língua por meio de falantes reais, decidimos pela aceitação do dado a fim de que se corrobore a existência dessa semântica de resultado em ações verbais. Destaca-se que o entrevistador recorre a esse tipo de construção a partir de informações dadas pelo próprio entrevistado, que também se utiliza do verbo *virar* em um contexto de mudança de estado.

- (C) Informante: “(...) os brasileiros que jogam fora, na Europa ... não deveriam ser convocados po/ pois tem ... o Brasil tem grandes jogadores aqui dentro ... né ... ganham menos ... têm mais interesse de mostrar seu futebol num é? pra ... pra ... pra assim se promover e ... e ir pra fora também né? e ... é:: esses jogadores tão ... mais dizendo assim ... esses jogadores que tão fora ... tavam fora ... na Europa ... tavam de férias atualmente num ... não estão bem fisicamente ... e o que num acontece com os jogadores daqui que estavam em plena atividade num é? se fo/ se fosse escalado os jogadores daqui ... convocado esses jogadores daqui ... que jogam aqui... eu acho que estaria melhor também...”

[Dado que antecede a fala do entrevistador.
D&G, Seção Natal, Informante 1, Relato de Opinião]

- (D) Entrevistador: o ... com... é::você acha que... o futebol brasileiro hoje virou empresa? como é isso?

[D&G, Seção Natal, Entrevistador do Informante 1, Relato de Opinião]

O FUTEBOL BRASILEIRO	VIROU	EMPRESA
SN	V	SN

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

- (E) Informante: “não ... eu acho que ... o ... o futebol quando virar empresa ... vai melhorar né? mas enquanto ... enquanto está essa situação ... num tem condições porque ... todos os jogadores ... cada um procurando ... cada um queria ganhar mais ... então ... é ... cada um procurando ga/ querendo ganhar mais do que o outro né ...”

[D&G, seção Natal, Informante 1, Relato de Opinião]

O FUTEBOL BRASILEIRO	(QUANDO)VIRAR	EMPRESA
SN	V	SN

Com isso, percebe-se que, por meio de processos cognitivos, como a metáfora e a metonímia, é possível ir além da representação imediata da realidade. O mapeamento não é aleatório, mas motivado por analogia e relações icônicas (HOPPER & TRAUGOTT, 1993). Em geral, a metáfora opera como uma transferência de um conceito básico, concreto, para outro mais abstrato. No caso de *virar*, cuja semântica primária representa mudança de posicionamento no espaço, processada cognitivamente, ganha sentido de “se transformar”, “se modificar”.

A metonímia, por sua vez, é uma transferência semântica por meio de relação de contiguidade e indexação; aponta para relações no contexto e opera nos constituintes morfossintaticamente independentes. O termo metonímia tem sido utilizado para designar a mudança que sofre uma determinada forma em função do contexto linguístico e pragmático em que está sendo utilizada. (Cf. MARTELOTTA et al. 1996)

Partindo do uso linguístico em interação com a experiência sensorial e cultural, os processos cognitivos como metáfora e metonímia tornam mais abstratos o conceito mais concreto de *virar*, sendo dependentes do contexto resultativo. O dado (F), assim como os demais, permite ilustrar essa concepção, pois em uma única sentença de resultado, não há possibilidade de se descobrir a causa e o efeito da construção. O falante se utiliza de um senso cultural e experienciado por ele nesse contexto. Em síntese, é preciso saber que “Jardim do Sol” é um bairro – ativando os frames necessários para o entendimento do enunciado proferido – que, apesar das dificuldades distanciais, se fosse colocado em nível de uma cidade, não se tornaria o bairro que é.

- (F) “então a pessoa... que não... não... não... não tem carteira como eu e não tem... quinhentos carros na casa e coisa e tal... depende de ônibus... depende de... carona... depende de um monte de coisa... então::/ não que isso aí seja um baita incômodo... agora.. seria muito mais fácil se fosse... um... um bairro mais perto... então o ideal que a gente sempre fala... a gente queria botar o Jardim do Sol dentro da cidade... só que daí **não ia virar Jardim do Sol**... que daí ele ia... ser barulhento... ele ia... ter tudo aquilo que a cidade tem de ruim...”

O BAIRRO	(NÃO IA) VIRAR	JARDIM DO SOL
SN	V	SN

É importante esclarecer que, tal como são a forma e o significado intrínsecos para a gramática cognitiva das construções, os processos metafóricos e metonímicos não se excluem, são, antes, “processos complementares de nível pragmático que resultam de mecanismos duais de reanálise, ligados ao processo cognitivo de metonímia, e analogia, ligados ao processo cognitivo da metáfora”. (HOPPER & TRAUGOTT, 1993, p. 87)

No caso do verbo *virar*, cuja semântica aponta para uma mudança espacial, a metáfora ESTADOS SÃO LOCALIZAÇÕES fundamenta a inserção do referido verbo na construção de padrão resultativo; e a mudança de estado ocorre a partir da mudança de lugar e mediante a extensão metonímica de “mudar de lugar físico para mudar de estado”, guiada pela metáfora supracitada.

5. Considerações finais

Em vista do que foi produzido, e considerando os resultados atingidos, constatamos que esta pesquisa alcançou os objetivos propostos. A partir de um contexto linguístico baseado no uso, foi possível analisar as construções resultativas de padrão intransitivo SN V SR, cuja ação verbal denotava uma semântica de mudança de estado. Observamos que o sintagma resultativo era preenchido preferencialmente por um nome, sendo ele um substantivo. Para sustentar a hipótese de que efetivamente se tratava de uma construção resultativa, buscamos o fundamento em teorias abarcadas pela linguística cognitiva, que são elas a gramática cognitiva das construções e a teoria da metáfora e metonímia conceptuais.

A gramática cognitiva das construções foi essencial para esta análise, uma vez que a teoria desenvolvida por Adele Goldberg em parceria com Jackendoff (2004) define o ponto comum “familiar” das resultativas como sendo o sintagma resultativo, expresso nos dados coletados. Os autores defendem ainda que tais construções se diferem no grau de produtividade. Portanto, ainda que não tenha sido muito selecionado, o verbo *virar* pode funcionar como verbo resultativo se inserido no padrão construcional que apresente um sintagma resultativo representado por um nome.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

No que tange aos processos metonímicos e metafóricos, a metáfora conceptual ESTADOS SÃO LOCALIZAÇÕES expressa via a metonímia “mudar de lugar físico/mudar de estado”, em que se faz uso de uma entidade para referir-se a outra com a qual se relacione, fundamentou a inserção do padrão construcional SN V SN aqui estudado nas chamadas construções resultativas. A metonímia é favorecida pela possibilidade que o homem tem de olhar as coisas de outra perspectiva. É o deslocamento físico e as experiências advindas dessa transferência de espaço que o falante constrói uma nova significação através da Metáfora e da Metonímia.

Sendo assim, pode-se concluir que o verbo *virar* se encaixa no padrão resultativo intransitivo após esvaziado de seu sentido de direcionamento, via operações cognitivas como metáfora e metonímia, na forma como foi exposto no decorrer deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- CHIAVEGATTO, V. C. Introdução à linguística cognitiva. *Matraga* (Rio de Janeiro), vol. 16, p. 77-96, 2009.
- FAVERO, L. L. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 2009.
- FERRARI, Lilian Vieira. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.
- FREITAS, Patrícia. Construções resultativas do português do Brasil. *Revista Ciência Jovem*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Catu, 2013.
- GEERAERTS, D. *Cognitive Linguistics: Basic Readings*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2006.
- GOLDBERG, Adele; JACKENDOFF, R. The English Resultative as a Family of Constructions, unpublished ms. *Language*, vol. 80, n. 3, p. 532-568, 2004. University of Illinois at Urbana-Champaign, 2004. Disponível em: <<http://ase.tufts.edu/cogstud/jackendoff/papers/EnglishResultative.pdf>>.
- HOPPER, P.; TRAUGOTT, E.C. *Grammaticalization*. Cambridge University Press, 1993.

JOHNSON, Mark. *The Body in the Mind*. The Bodily Basis of Meaning, Imagination, and Reason. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

_____; LAKOFF, George. Why cognitive linguistics requires embodied realism. *Cognitive Linguistics*, vol. 13, n. 3, p. 215-144, 2002. Disponível em:

<[http://www.degruyter.com/dg/viewarticle/j\\$002fcogl.2002.13.issue-3\\$002fcogl.2002.016\\$002fcogl.2002.016.xml](http://www.degruyter.com/dg/viewarticle/j$002fcogl.2002.13.issue-3$002fcogl.2002.016$002fcogl.2002.016.xml)>.

LAKOFF, George. *Women, Fire, and Dangerous Things*: What Categories Reveal about the Mind. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

_____; JOHNSON, Mark. *Philosophy in the Flesh*: The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought. New York: Basic Books, 1999.

_____; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. London: The university of Chicago press, 1980.

_____; JOHNSON, M. *Metaphors We Live By*. Chicago y Londres: The University of Chicago Press, 2003.

LANGACKER, Ronald W. *Foundations of cognitive grammar*, vol. I. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 1987

_____. *Foundations of Cognitive Grammar*, vol. II. Stanford: Stanford University Press, 1991.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S.; CEZÁRIO, M. M. *Gramaticalização no português do Brasil*: uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

PALOMANES RIBEIRO, Roza M. *Construções gramaticais: uma análise das resultativas do português com o verbo ficar*. 2007. Tese (Doutorado em linguística) –Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. *Construções resultativas do português: uma análise sob a perspectiva da gramática das construções*. In: VII Congresso Internacional da ABRALIN, 2011, Curitiba.

VOTRE, S.; OLIVEIRA, M. R. (Coord.). *Discurso & gramática: a língua falada e escrita da cidade do Rio de Janeiro*. Impresso, 1995. Disponível em: <<http://www.discursoegramatica.lettras.ufrrj.br>>.

ANEXOS

Disponibilizamos os dados extraídos do *corpus* D&G com verbo *virar* em construções de padrão resultativo intransitivo dentro de um contexto discursivo mais ampliado.

- (1) “e é bom/ eu acho que... o caminho é as pessoas... se rebelarem um pouco... pararem só de reclamar... e tomarem mais atitudes... aqui... politicamente... tipo... a/ as pessoas... têm dificuldade de aceitar até a UNE... que é a coisa mais certa... que tem que acontecer... é uma instituição que tem um poder enorme... **já virou uma instituição**... quer dizer... já deix/ era uma intuição fortíssima... deixou de ser por causa... da ditadura... [D&G, seção Rio de Janeiro, informante 6, Relato de Opinião]

A UNE JÁ VIROU UMA INSTITUIÇÃO.

SN SV R

- (2) “como é que a minha sala? (riso) (ué)... tem dois... dois ambientes... né? uma tem a... mesa de jantar:... outra tem a televisão... o sofá... a mesa... isso?mais? eh:... tem dois sofás grandes de três lugares... duas poltronas... uma mesinha de canto... uma mesa de centro... um aparelho de som já no outro lado... com a... com a mesa de jantar... uma varandinha... onde tem as minhas plantas que eu gosto... o que mais? tem um... **um carrinho de chá que virou bar**... duas caixas de som... só...” [D&G, Seção Rio de Janeiro, Informante 8, Descrição de Local]

UM CARRINHO DE CHÁ QUE VIROU BAR

SN SV SR

- (3) “ah:: eu sei fazer uma torta gelada... é uma delícia... aprendi com a minha sogra... ela que me ensinou essa torta... () e quando eu faço geralmente eu Faço nos finais de semana... está todo mundo em casa... e tudo... né? aí eu faço geralmente nos finais de semana que todo mundo em casa... e eles gostam... a minha família gosta... aí eu faço... como eu faço... eu pego:: leite condensado... bato no liquidificador com duas gemas... depois levo ao fogo... um bocadinho de:: Cremogema... aí mexo... vou mexendo **até virar um mingau**... depois que forma aquele mingau... deixo esfriar um pouquinho... e na massa pra forrar a forma... [D&G, Seção Rio de Janeiro, informante 19, Relato de Procedimento]

ISSO VIRA UM MINGAU

SN SV SR

- (4) “ela contou uma história... de uma sereia... que ela tinha ido pro mar... aí... eh... veio um... um navio... aí era... era um moço... aí ele afundou no mar... aí ela pegou ele e levou pra terra... aí depois ela... ela... ela foi pro mar... porque ela não queria... não queria que ele visse ela... aí ela foi pro mar... ficou numa pedra... aí depois... o pai descobriu... aí derrubou tudo... da coleção dela... aí... depois... ele... eles... eles... se encontraram... aí... o pai dele... eh... destruiu todo o barco dele... eto::eto... e todos os amigos dele... aí... **ela virou/elaficou feliz para sempre...** [D&G, seção Rio de Janeiro, informante 89, Narrativa Recontada]

ELA VIROU/FICOU FELIZ PARA SEMPRE.

SN SV SR

- (5) “ Eu sei fazer um barquinho de papel é cantinho com cantinho ai vem um quadradinho ai vira um barquinho se Eu tirar pedasinho vira uma bruzinha” [D&G, Seção Rio de Janeiro, Informante 90, Relato de Procedimento – parte escrita]

O QUADRADINHO VIRA UM BARQUINHO/ VIRA UMA BRUSINHA

SN SV SR SR

- (6) “entrou uma outra... história do... do/ dos amigos meus... que vieram me chamar pra fazer Fantasia... né? ((risos)) me chamar pra fazer Fantasia... aí... eles falaram que tinham feito o texto no recreio... fizeram rápido... estava precisando de gente... eu ia ficar lá de dançarino... ficar lá atrás... só de:: figurante mesmo... só pra balançar o cabelo... essas coisas... e isso veio... chamar/ chamaram pra... pra ensaiar... fomos ensaiar... sobre teatro... né? ensaiamos... eh:: e embaixo... e o cara... e o cara que ia apresentar... ia ser a apresentadora... falou que não queria fazer porque já tinha uma outra peça pra fazer... então não ia fazer porque era muita coisa... aí o pessoal me chamou pra fazer... virei a apresentadora ((risos)) nem acredito...” [D&G, Seção Niterói, Informante 6, Experiência Pessoal]

EU VIREI A APRESENTADORA

SN SV SR

- (7) “Ah, e principalmente uma varanda enorme que contorna toda a casa, onde diga-se de passagem é o lugar que eu mais gosto, visto ser grande e bem ventilada. Lá é muito gostoso, principalmente quando junta várias famílias e tudo vira uma festa.” [D&G, Seção Niterói, Informante 7, Descrição de Local – parte escrita]

TUDO VIRA UMA FESTA

SN SV SR

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

- (8) “Em outra panela faz-se o molho branco, esquentando a panela, coloca manteiga, cebola picadinha e sal e deixa corar um pouco e depois acrescenta maizena ou farinha de trigo **até virar uma papa** e depois acrescenta leite e deixa cozinhar sempre mexendo. noutra panela, faz-se o molho de tomate colocando óleo, tempero e jogando tomates picadinhos dentro, até formar uma grossa polpa de tomate.” [D&G, Seção Juiz de Fora, Informante 4, Relato de Procedimento – parte escrita]

A MISTURA VIRA UMA PAPA.

SN SV SR

- (9) “a varanda é::/ ela é branca... tem... eh:: tem piso... tem um bocado de flor pendurado na parede::de... tem... tem dois cano que meu pai/ foi o meu pai fez... aí colocou::/ (pegou) dois desses canos de... de água... né? só que ele encheu com... com cimento... com concreto e virou/ ficou feito pilastra... segurando o arame... tem... tem porta... tem jardinei::ra... do lado... tem horta que meu pai faz... meu pai faz/ ele gosta muito de horta... ele faz/ fez uma horta assim... do lado... do lado lá de onde eu fico... eu fico lá sozinho... a noite inteira... gosto muito de ficar sozinho...” [D&G, Seção Juiz de Fora, Informante 5, Narrativa Experiencial]

O CONCRETO VIROU PILASTRA.

SN SV SR

- (10) “e às vezes a gente escolhe... a coisa errada... não é aquilo que você tem... vocação... que eu acho que todo mundo tem uma vocação pra... pra certa.../ pra uma coisa específica... se você não tiver a vocação... se você não/ se não foi isso que você... que você escolheu... que você gosta de fazer... aí você nunca vai ser um bom profissional... você vai... ser... mais um... formado... que/ mas... eh::/ que não::/ que formou e não produz nada... você está::/ virou mais um encargo social... que tem... mais um... problema social...” [D&G, Seção Juiz de Fora, informante 8, Relato de Opinião]

ISSO VIROU MAIS UM ENCARGO SOCIAL

SN SV SR

- (11) E: o ... com... é::/ você acha que... o futebol brasileiro hoje virou empresa? como é isso? [D&G, Seção Natal, Entrevistador do Informante 1, Relato de Opinião]

O FUTEBOL BRASILEIRO VIROU EMPRESA

SN SV SR

- (12) I: não ... eu acho que ... o ... o futebol quando virar empresa ... vai melhorar né? mas enquanto ... enquanto está essa situação ... num tem condições

porque ... todos os jogadores ... cada um procurando ... cada um queria ganhar mais ... então ... é ... cada um procurando ga/ querendo ganhar mais do que o outro né ... [D&G, seção Natal, Informante 1, Relato de Opinião]

O FUTEBOL QUANDO VIRAR EMPRESA

SN SV SR

- (13) “pois eu não ... pronto ... numas partes eu concordo com você ... você dá porque você quer ... pronto ... tem dia que eu chego e ... “mãe eu ... tal lugar” ... mas tem dias que eu num gosto de dizer ... sabe? porque eu já tô abusada ... já sabe de onde é que eu venho ... aí fica perguntando aí ... aquilo vir rotina sabe?” [D&G, Seção Natal, Informante 3, Experiência Pessoal]

AQUILO VIRA ROTINA.

SN SV SR

- (14) “crime no Brasil é o que você mais vê ... é pai matando mãe ... assim ... casal ... casais ... né? o esposo ... a esposa ... qualquer coisa ... mete a faca ... mata ... mete o machado no pescoço ... e rola tudo ... como é que pode? é o fim do mundo ... é o fim da era ... menina ... num tem como escapar não ... é o fim da era mesmo ... minha filha ... porque ... é homem virando mulher ... é mulher virando homem ... é uma história ... sabe?” [D&G, Seção Natal, Informante 3, Relato de Opinião]

HOMEM VIRANDO MULHER / MULHER VIRANDO HOMEM

SN SV SR SN SV SR

- (15) “aí depois ... depois de cinco anos ... aí o diabo e Deus se encontraram de novo ... aí Deus ... “ó tá vendo?” e o diabo ... “ó pron/ eu já botei ... eu desisto ... eu já botei todos os castigos que ... que poderia botar nele ... eu já botei até uma doença” ... uma coisa assim ... tava doente também ... tava mendigando ... de ver ele que era rico virou mendigo ...” [D&G, Seção Natal, Informante 4, Narrativa Recontada]

ELE VIROU MENDIGO

SN SV SR

- (16) “então a pessoa... que não... não... não... não tem carteira como eu e não tem... quinhentos carros na casa e coisa e tal... depende de ônibus... depende de... carona... depende de um monte de coisa... então:/: não que isso aí seja um baita incômodo... agora.. seria muito mais fácil se fosse... um... um bairro mais perto... então o ideal que a gente sempre fala... a gente queria botar o Jardim do Sol dentro da cidade... só que daí **não ia virar Jardim do Sol**... que daí ele ia... ser barulhento... ele ia... ter tudo aquilo que a cidade tem de ruim...” [Seção Rio Grande, Informante 4, Descrição]

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

de Local]

O BAIRRO NÃO IA VIRAR JARDIM DO SOL.

SN

SV

SR

**A DESCRIÇÃO DE PALAVRAS GRAMATICAIS
EM DICIONÁRIOS SEMASIOLÓGICOS:
O ESTADO DA ARTE NA PRÁTICA LEXICOGRÁFICA
E PROJEÇÕES PARA O FUTURO**

Virginia Sita Farias (UFRJ)
virginiafarias@hotmail.com

RESUMO

O conceito de *palavra gramatical*, embora muito debatido no âmbito da lexicologia e da semântica lexical, ainda está longe de um consenso. A ausência de uma compreensão clara desse conceito do ponto de vista teórico afeta diretamente o fazer lexicográfico. Os objetivos deste estudo são: (1) analisar a apresentação das informações dispostas nos verbetes de conjunções – tradicionalmente consideradas como palavras gramaticais – em dicionários de inglês, alemão, francês, italiano, espanhol e português, a fim de traçar um panorama geral do estado da arte na prática lexicográfica em relação ao tratamento das palavras gramaticais; (2) a partir dos resultados obtidos mediante a análise realizada, apresentar os fundamentos de um modelo metalexigráfico para a descrição de palavras gramaticais em dicionários semasiológicos.

Palavras-chave:

Metalexigrafia. Lexicografia Dicionários semasiológicos. Palavras gramaticais.

1. Introdução

Desenvolvido no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Metalexigrafia e Lexicografia¹, este estudo constitui um desdobramento do projeto de tese da autora, que pretendia apresentar os fundamentos de uma teoria geral dos mecanismos explanatórios em dicionários semasiológicos. (Cf. FARIAS, 2013)

Farias (2008) propõe a classificação das paráfrases definidoras encontradas em dicionários gerais de língua com base na oposição transparência/opacidade, constatando a existência de três tipos básicos de paráfrases: (a) transparentes, (b) opacas deficitárias e (c) opacas próprias

¹ O Grupo de Estudos e Pesquisas em Metalexigrafia e Lexicografia – sediado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – é liderado pelo Prof. Dr. Félix Valentín Bugueño Miranda e integrado por pesquisadores de diversas instituições nacionais e estrangeiras. Para maiores informações sobre o grupo de pesquisa e seus colaboradores e acesso à produção bibliográfica, cf. <http://www.ufrgs.br/metalexigrafia>.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

mente ditas. As paráfrases opacas deficitárias, ao sofrerem reformulações, podem tornar-se transparentes. As paráfrases opacas propriamente ditas, por outro lado, embora, muitas vezes, bem redigidas, dificilmente conseguem elucidar o significado da unidade léxica com êxito. A dificuldade em se oferecer uma definição transparente se deve à natureza do conteúdo semântico das unidades léxicas.

Farias (2013, p. 284 e ss.) debruça-se, justamente, sobre as unidades léxicas potencialmente passíveis de uma definição opaca propriamente dita, com a finalidade de, por um lado, identificar a metalinguagem definitória² mais apropriada em cada caso e, por outro, propor mecanismos complementares de elucidação do significado capazes de auxiliar a explanação do conteúdo semântico. Entre as unidades léxicas potencialmente difíceis de definir, encontram-se as chamadas “palavras gramaticais”³ – justamente nosso objeto de preocupação neste ponto da pesquisa. Os objetivos deste estudo são:

² Seco (2003) distingue entre metalinguagem de conteúdo (ou metalinguagem de segundo enunciado) e metalinguagem de signo (ou metalinguagem de primeiro enunciado). As paráfrases definidoras redigidas em metalinguagem de conteúdo – seguindo, via de regra, o modelo *genus proximum et differentia(e) specifica(e)* – respeitam a lei da sinonímia e são, portanto, em princípio, passíveis de aplicação à prova da substituição. As paráfrases definidoras redigidas em metalinguagem de signo, por sua vez, são, geralmente, introduzidas por fórmulas definitórias – por exemplo, “diz-se de”, “aplica-se a” etc. – e não se conformam à lei da sinonímia, do modo que não são aplicáveis à prova da substituição.

³ Adotamos, para este estudo, as designações *palavras lexicais* e *palavras gramaticais*, fazendo-as corresponder, respectivamente, às designações *expressões que significam* e *expressões que não significam*, mais polêmicas que as primeiras, usadas em trabalhos anteriores. Essa oposição – forjada no âmbito dos estudos lexicológicos tradicionais com base na distinção coseriana entre “significado lexical” e “significado categorial” (cf. COSERIU, 1978) – traz consigo uma série de dificuldades. Do ponto de vista conceitual, há uma clara discrepância em relação aos critérios empregados para a classificação das unidades léxicas com base na natureza do seu conteúdo semântico entre expressões “que significam” e “que não significam”. Dessa forma, há unidades léxicas tradicionalmente classificadas como expressões “que significam” – os verbos, adjetivos e advérbios, por exemplo – que nem sempre cumprem todos os critérios exigidos para sua classificação neste primeiro grupo. Por outro lado, também há unidades léxicas tradicionalmente classificadas como expressões “que não significam” – as preposições e conjunções, por exemplo – cuja possibilidade de paráfrase em metalinguagem de conteúdo parece indicar a existência de um conteúdo semântico similar ao das expressões linguísticas “que significam”. Já do ponto de vista designativo, a variedade de termos propostos para designar as expressões “que significam” e “que não significam” parece acompanhar a dificuldade em relação à descrição e classificação das unidades léxicas. Os problemas teóricos relativos às chamadas “palavras gramaticais” não poderão ser apresentados e discutidos de forma exaustiva na presente ocasião, dadas as dimensões físicas da exposição escrita. Para um panorama dos problemas conceituais e designativos atinentes à

1. Analisar a apresentação das informações dispostas nos verbetes de conjunções – geralmente consideradas como palavras gramaticais – em dicionários de diferentes tradições lexicográficas, a fim de traçar um panorama geral do estado da arte na prática lexicográfica em relação ao tratamento das palavras gramaticais.

2. Apresentar os fundamentos de um modelo metalexicográfico para a descrição de palavras gramaticais em dicionários semasiológicos.

2. As palavras gramaticais nos dicionários semasiológicos

Com o intuito de apresentar um panorama geral do estado da arte na prática lexicográfica em relação ao tratamento das palavras gramaticais, propusemo-nos analisar dicionários das principais tradições lexicográficas de línguas indo-europeias, quais sejam, inglês, alemão, francês, italiano, espanhol e português. Selecionamos dois entre os mais prestigiados títulos de cada uma dessas tradições lexicográficas, totalizando 12 obras, que elencamos a seguir: OEDe e CDAEe (inglês), DUWe e DBW (alemão), PRob e DHaLF (francês), ZVLI e VTLIe (italiano), DRAEe e DUEe (espanhol) e AuE e HouE (português).

O panorama do estado da arte em relação à descrição das palavras gramaticais será elaborado a partir do exemplo da descrição semântica de conjunções. Para tanto, selecionamos as conjunções aditivas (*and, und, et, e(d), y/e e e*) e adversativas (*but, aber, mais, ma, pero e mas*) mais frequentes em cada uma das línguas analisadas⁴.

2.1. Análise da descrição lexicográfica das palavras gramaticais

A análise restringiu-se à avaliação dos tipos de paráfrase/dos mecanismos elucidativos empregados em cada uma das obras. Os resultados obtidos podem ser sintetizados da seguinte maneira:

classificação proposta no âmbito das teorias lexicológicas tradicionais, cf. Bugeño Miranda & Farias (2011); para uma visão crítica do reflexo desses problemas no âmbito (meta)lexicográfico, cf. Farias (2014a).

⁴ O material analisado está disponível integralmente em anexo.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

1. Os dicionários das seis tradições lexicográficas empregam, distintamente, tanto definições “impróprias” (em metalinguagem de signo) como definições próprias (em metalinguagem de conteúdo). Enquanto as paráfrases impróprias correspondem, aproximadamente, às chamadas “instruções de uso” (cf. FORNARI, 2009), as paráfrases “próprias” constituem uma enumeração de sinônimos:

and conjunction **1** Used to connect words of the same part of speech, clauses, or sentences that are to be taken jointly [...] (OEDe)

*aber*¹ *Konj.*: **dagegen; jedoch, doch, allerdings:** [...] **allein** (*geh.*), **dabei, dennoch, doch, freilich, gleichwohl, immerhin, indes[en]** (*geh.*), **schließlich, trotzdem.** (DBW)

*aber*¹ *Konjunktion 1. a.* drückt einen Gegensatz aus, [je]doch, dagegen: [...] **b.** drückt aus, dass etwas der Erwartung nicht entspricht; indessen, [je]doch [...] (DUWe)

2. Os dicionários das seis tradições lexicográficas analisadas empregam de forma mais ou menos abundantes mecanismos explanatórios complementares às paráfrases, nominalmente, exemplos, pré- e pós-comentários⁵. Embora os exemplos sejam visivelmente mais frequentes (estão presentes em 100% dos verbetes analisados, acompanhando quase a totalidade das acepções descritas em cada uma das obras), também é possível encontrar um número significativo de pré- e pós-comentários:

und *Konjunktion 1. a.* verbindet nebenordnend einzelne Wörter, Satzteile und Sätze; kennzeichnet eine Aufzählung, Anreihung, Beiordnung oder eine Anknüpfung: *du und ich; gelbe, rote und grüne Bälle; Äpfel und Birnen; Männer und Frauen; sie traf ihren Chef und dessen Frau; essen und trinken; von und nach Berlin; Tag und Nacht; Damen- und Herrenfriseur; ihr geht zur Arbeit, und wir bleiben zu Hause; ich nehme an, dass sie morgen kommen und dass sie helfen wollen; (veraltet mit Inversion) wir haben uns sehr darüber gefreut, und danken wir Dir herzlich; [...]* (DUWe)

⁵ Considera-se como exemplo todo e qualquer enunciado completo, excerto de enunciado ou mesmo sintagma que acompanhe (ou, em casos excepcionais substitua) a paráfrase definidora, sem outra função aparente que auxiliar na elucidação do significado da unidade léxica definida (a esse respeito, cf. FARIAS, 2008; 2015b). Pré- e pós-comentários são informações que – neste caso específico – acompanham a informação oferecida no comentário semântico – que tem como núcleo e principal representante a paráfrase definidora (para uma introdução à terminologia (meta)lexicográfica pertinente à microestrutura, cf. WIEGAND, 1989a; BUGUEÑO MIRANDA, 2004). Pré- e pós-comentários são noções tomadas de Wiegand (1989b) que Farias (2011; 2013) trata de sistematizar no âmbito de um modelo geral para a apresentação de mecanismos explanatórios em dicionários semasiológicos.

mais conj. **1** Marque una restriction, une différence. *Elle est riche mais avare.* **2** Donne une explication. *Il a été puni mais il l'avait mérité.* **3** Marque una transition. *Mais qu'ai-je dit?* [...] (DHaLF)

and **1** (ALSO) [...] *conjunction* (used to join two words, phrases, or parts of sentences) in addition to; also: *boys and girls; We were tired and hungry.* And can be used when you add numbers: *Three and two are five.* [...] (CDAEe)⁶

e [...] *cong.* [...] **3** Ma, invece, mentre (con valore avversativo e antitetico): *lo credevo sincero e non lo è affatto; tutti lavorano e tu te ne stai lì a guardare* [...] (ZVLI)⁷

2.2. Problemas na descrição lexicográfica das palavras gramaticais

A análise realizada revelou uma série de problemas em relação à descrição semântica das conjunções nas obras analisadas – que são, em geral, compartilhados pelos verbetes de outras unidades léxicas tradicionalmente classificadas como palavras gramaticais⁸. A seguir, apresentamos uma síntese dos problemas encontrados:

1. Empregam-se, aparentemente de forma aleatória, paráfrases em metalinguagem de signo (fórmulas introduzidas, por exemplo, por “uso para [...]”, “expressa (que) [...]”, “serve para [...]”) e paráfrases em metalinguagem de conteúdo (definições por meio de sinônimos). Com efeito, a diversidade de técnicas definitórias evidencia a dificuldade que o lexicógrafo encontra ao tentar oferecer paráfrases elucidativas para essa classe de palavras – fato que se torna ainda mais aparente nos casos em que os dois tipos de paráfrases são combinados no verbete. Entretanto, deve-se levar em consideração que, por um lado, as paráfrases em metalinguagem de signo, que deveriam corresponder a uma espécie de instrução para o usuário a respeito do (contexto de) emprego da unidade léxica, nem sempre alcançam esse objetivo, quer porque utilizem termos especializados de difícil compreensão para o consulente sem conhecimentos

⁶ Os destaques são da autora, para identificar o pré-comentário.

⁷ Os destaques são da autora, para identificar o pós-comentário.

⁸ Cf., por exemplo, Wiegand (1982) e Wolski (1989), a respeito de advérbios/elementos modalizadores em dicionários semasiológicos; Fornari (2009) sobre conjunções e preposições; Lang (1989), para outra visão acerca das conjunções; e, finalmente, Farias (2014a), para uma panorama geral acerca da descrição do significado de unidades léxicas normalmente “parafraseadas” em metalinguagem de signo.

prévios de linguística (por exemplo, “Sirve para unir palabras o frases en relación de coordinación copulativa” (DUEe, s.v. y^2)), quer porque estejam formuladas de maneira prolixa ou, mesmo, equivocada (por exemplo, “Marque una restriction, une différence” (DHaLF, s.v. *mais*, ac.1)). Por outro lado, as paráfrases em metalinguagem de conteúdo – que, evidentemente, no caso das conjunções, jamais poderiam corresponder à fórmula *genus proximum et differentia(e) specifica(e)* – ao conformarem definições por meio de sinônimos, estão sempre sujeitas a todos os problemas desse tipo de paráfrase, tais como a geração de círculos viciosos (cf. MARTÍNEZ DE SOUZA, 1995, s.v. *definición lingüística; definición por sinónimos*). Outro problema – aliás, recorrente em dicionários de sinônimos e/ou antônimos (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS, 2008b) –, é a incorrência no erro da sinonímia cumulativa, na maioria das vezes, sem qualquer informação adicional a respeito de matizes de significação/de contexto de uso do sinônimo apresentado. A esse respeito, destaca-se, em primeiro lugar, a impossibilidade de sinonímia perfeita, de modo que os “sinônimos” oferecidos não podem substituir o signolema em todos os contextos, ou, ao menos, não sem alterar o sentido do enunciado (por exemplo, “[...] allein (*geh.*), dabei, dennoch, doch, freilich, gleichwohl, immerhin, indes[sen] (*geh.*), schließlich, trotzdem” (DBW, s.v. *aber^l*)). Em segundo lugar, um dos princípios definitórios básicos preconiza, justamente, que uma unidade léxica sempre deverá ser definida por outras mais simples (leia-se: mais frequentes), o que seria praticamente impossível no caso das conjunções analisadas.

2. Empregam-se, frequentemente, mecanismos explanatórios complementares às paráfrases. Esse fato reforça a dificuldade em relação à definição das conjunções. Não obstante, é possível notar, no caso dos exemplos, um uso excessivo desse mecanismo explanatório – característica marcante dos dicionários de inglês, francês e italiano – sem que se evidencie a funcionalidade⁹ desse segmento informativo na microestrutura das obras analisadas. Assim, produz-se um “inchaço” desnecessário da microestrutura, mediante a introdução de vários enunciados/trechos de enunciados/sintagmas com a função de ilustrar um único (contexto de) emprego da unidade léxica em questão (cf., por exemplo, em anexo, os verbetes *and* e *but* de OEDe, *e* e *ma* de ZVLI e VTLIe, que ilustram perfeitamente o problema mencionado). A formulação de verbetes muito ex-

⁹ Sobre a funcionalidade da informações em dicionários de língua, cf. Bugueño Miranda & Farias (2006; 2008a).

tenso – que, não raramente, ocupam várias colunas do dicionário com a superespecificação de acepções, que parece tentar dar conta do maior número possível de contextos de emprego do signo-lema – aliado ao uso excessivo de elementos tipográficos¹⁰ para salientar os diferentes tipos de informação/os diversos segmentos informativos, acabam perturbando a leitura e diminuindo a probabilidade de satisfazer as necessidades de consulta do usuário (cf., por exemplo, em anexo, os verbetes *et* e *mais* de PProb). Em relação aos pré- e pós-comentários, ressalta-se – ademais de problemas relativos ao “inchaço” microestrutural, mencionados anteriormente (cf., por exemplo, em anexo, o verbete *y* de DUEe) – a assistemática, do ponto de vista tanto formal como de conteúdo, na apresentação dessa informação. Isso, no entanto, já era esperado, devido à carência de estudos sobre a possibilidade de inserção desses segmentos informativos nos verbetes de dicionários de língua. (Cf. FARIAS, 2011)

Em suma, os resultados obtidos nos levam a concluir que: (a) parece, de um modo geral, não se levar em conta as reais necessidades de consulta dos usuários no momento de formular os verbetes, e (b) carece-se de um modelo (meta)lexicográfico que respalde a seleção e apresentação das informações na maior parte dos verbetes dos dicionários analisados.

3. *Esboço de um modelo para a descrição semântica de palavras gramaticais em dicionários semasiológicos*

Apresentaremos, aqui, os fundamentos de um modelo preliminar para a otimização da apresentação da descrição semântica de palavras gramaticais em dicionários semasiológicos, tendo em vista, por um lado, os problemas identificados em relação ao tratamento lexicográfico das conjunções, e, por outro, a tendência das investigações no âmbito (meta)lexicográfico nas últimas décadas, que, ao deslocar a figura do usuário para o centro das discussões, passa, conseqüentemente, a privilegiar a produção de obras monofuncionais, e não mais polifuncionais (Ccf. WIGAND, 1998; BERGENHOLTZ; TARP, 2003; BUGUEÑO MIRANDA, 2007). Em outro sentido, a atenção dispensada à figura do usuário

¹⁰ Sobre a importância bem como os problemas concernentes ao emprego de elementos tipográficos em dicionários de língua, cf. Bray (1989), Martínez de Souza (1995, s.v. *dicionario*) e Farias (2009, p. 60-66).

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

também acaba gerando a necessidade de se pensar de forma mais cuidadosa a seleção e apresentação da informação nos níveis macro, micro e medioestrutural (cf. TARP, 2006; 2008; 2011; TARP; GOUWS, 2010; 2012). Falamos, nesse caso, em funcionalidade da informação – definida em termos de discreção e discriminância e determinada em função da tríade tipo de dicionário-perfil de usuário-função(ões) do dicionário. (Cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS, 2006, 2008a)

Um modelo (meta)lexicográfico para a descrição de palavras gramaticais, a nosso ver, deve desenvolver-se nos limites de uma teoria (meta)lexicográfica integral – como, aliás, todo e qualquer modelo (meta)lexicográfico – e, ao mesmo tempo, nos limites de uma teoria geral dos mecanismos explanatórios.

Uma teoria (meta)lexicográfica integral – tal como a concebemos no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Metalexigrafia e Lexicografia – deve estar sustentada por três pilares fundamentais: (a) a definição taxonômica do dicionário, (b) o perfil do usuário e (c) a(s) função(ões) do instrumento a ser elaborado (cf. FARIAS, 2009, p. 33-55). A definição taxonômica consiste em uma classificação de acordo com um sistema de critérios pré-determinados, que possibilita a atribuição de traços específicos a um dado genótipo lexicográfico (cf. BUGUEÑO MIRANDA, 2014). A delimitação do perfil do usuário, por sua vez, resulta um pouco mais complexa. Não obstante sua centralidade no âmbito das mais recentes pesquisas em (meta)lexicografia, ainda não se dispõe de instrumentos que possam auxiliar na delimitação das necessidades dos consulentes, muito menos no reconhecimento de suas estratégias de busca¹¹. Por fim, as duas principais funções de uma obra lexicográfica são: auxiliar na compreensão e na produção linguística. Essas funções “primárias”, por assim dizer, podem desdobrar-se – ou especializar-se – em função do tipo de obra e do perfil de usuário¹².

Os fundamentos da “teoria geral dos mecanismos explanatórios” propostos em Farias (2013) partem do princípio de que se deve ultrapassar os limites de uma teoria da definição, integrando-se, assim, outros mecanismos capazes de auxiliar na elucidação do significado. Dessa

¹¹ Para um panorama atual das pesquisas acerca do usuário de dicionários, cf. Wiegand (1998) e Welker (2006).

¹² Cf., por exemplo, Tarp & Gouws (2010; 2012), Bugeño Miranda & Farias (2013) e Farias (2014b; 2015a) sobre a definição de funções de dicionários escolares.

forma – e retornando ao início da exposição –, deve-se, primeiramente, distinguir entre unidades léxicas “passíveis de uma definição elucidativa” e unidades léxicas “propensas a definições não elucidativas”. O passo seguinte seria, pois, propor uma parametrização do emprego de mecanismos explanatórios complementares/alternativos às paráfrases definidoras (ilustrações, exemplos, pré- e pós-comentários), que possam ser empregados para auxiliar a elucidar o significado de unidades léxicas “propensas a definições não elucidativas”. A parametrização do emprego de mecanismos explanatórios complementares/alternativos às paráfrases definidoras deve, claro está, respaldar-se em um modelo (meta)lexicográfico integral – no âmbito do qual, aliás, deve engendrar-se a teoria geral dos mecanismos explanatórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGENHOLTZ, H.; TARP, S. Two opposing theories: On H.E. Wiegand's recent discovery of lexicographic functions. *Hermes Journal of Linguistics*, n. 31, 2003, p. 171-196.

BRAY, L. Consultabilité et lisibilité du dictionnaire: aspects formels. In: HAUSMANN, F. J. et al. (Hrsgn.). *Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989, p. 135-146

BUGUEÑO MIRANDA, F. Notícia sobre o comentário de forma e o comentário semântico em um dicionário de falsos amigos espanhol-português. *Expressão*, v. 8, n. 1, 2004, p. 89-93

_____. A definição do perfil de usuário e a função da obra lexicográfica em um dicionário de aprendizes. *Expressão*, vol. 11, n. 2, 2007, p. 89-101

_____. Da classificação de obras lexicográficas e seus problemas: proposta de uma taxonomia. *Alfa*, vol. 58, n. 1, 2014, p. 215-231.

BUGUEÑO MIRANDA, F.; FARIAS, V. S. Informações discretas e discriminantes no artigo léxico. *Cadernos de Tradução*, n. 18, p.115-135, 2006.

_____. Desenho da macroestrutura de um dicionário escolar de língua portuguesa. In: BEVILACQUA, C. R. et al. *Lexicografia pedagógica: pesquisas e perspectivas*. Florianópolis: UFSC; NUT, 2008a, p. 129-167 Disponível em: <<http://www.cilp.ufsc.br/LEXICOPED.pdf>>.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

_____. O ensino de português e os dicionários escolares: Um segmento informativo da microestrutura para fins de produção textual. *Polifonia*, n. 15, 2008b, p. 1-14

_____. Sobre las palabras y su clasificación según su contenido. Los problemas para el lexicógrafo. *RFULL*, n. 29, p. 9-19, 2011.

_____. Proposta de um modelo de avaliação de dicionários escolares de língua portuguesa. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA, 14, SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA, 9, 2013, Uberlândia. *Anais...*, Uberlândia: Edufu, 2013, p. 1-20. Disponível em:
<http://www.ileel2.ufu.br/anaisdosilel/?doing_wp_cron=1404187503.2084469795227050781250>.

COSERIU, E. El estudio funcional del vocabulario (compendio de lexicomática). In: _____. *Gramática, semántica, universales*. Estudios de lingüística funcional. Madrid: Gredos, 1978, p. 206-239

DUDEN. *Das Bedeutungswörterbuch*. 4. Aufl. Mannheim: Bibliographisches Institut, 2010.

_____. *Duden online*. Berlin: Dudenverlag, 2015. (Disponível em: <www.duden.de>).

FARIAS, V. S. O exemplo como informação discreta e discriminante em dicionários semasiológicos de língua portuguesa. *Alfa*, vol. 52, n. 1, 2008, p. 101-122.

_____. *Desenho de um dicionário escolar de língua portuguesa*. 2009a. Dissertação (de Mestrado). –UFRGS, Porto Alegre.

_____. Considerações preliminares sobre o pós-comentário na microestrutura de dicionários semasiológicos. *ReVEL*, vol. 9, n. 17, p.109-139, 2011b. Disponível em:
<http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_17_consideracoes_preliminares.pdf>.

_____. *Sobre a definição lexicográfica e seus problemas. Fundamentos para uma teoria geral dos mecanismos explanatórios em dicionários semasiológicos*. 2013. Tese (de Doutorado). UFRGS, Porto Alegre.

_____. O legado das teorias lexicológicas tradicionais para a práxis lexicográfica: uma discussão sobre a metalinguagem da definição (com ênfase nos dicionários de língua espanhola). *Caligrama: Revista de Estudos*

Românicos, vol. 19, n. 2, p. 151-177, 2014a. Disponível em:

<www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/article/view/6192>.

_____. Descrição do léxico em dicionários escolares: Proposta para o *layout* de verbetes de substantivos, adjetivos e verbos. *Travessias*, vol. 8, n. 3, p. 522-549, 2014b.

_____. A política de distribuição de dicionários de língua portuguesa para alunos da educação básica no Brasil: Revisão dos parâmetros de avaliação e seleção de obras à luz de uma teoria metalexigráfica. In: ENCONTRO DO CELSUL, 11, 2014, Chapecó. *Anais...*, Chapecó: UFFS, 2015, p. 1-20 Disponível em:

<http://www.celsul.org.br/evento/anais_celsul_2014/231-c250b4701136dced05a2c657b141df9f.pdf>.

_____. Para uma teoria do exemplo lexicográfico. Formas e funções da exemplificação em dicionários semasiológicos. *D.E.L.T.A.*, 2015. [No prelo]

FERREIRA, A. B. H; ANJOS, M; FERREIRA, M. B (Coord.). *O novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 4.ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2009. 1 CD-ROM

FORNARI, M. K. O tratamento lexicográfico das palavras gramaticais: discussão teórica e análise de verbetes. *Travessias*, vol. 3, n. 3, p. 167-199, 2009.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. (Dir.). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. CD-ROM

ISTITUTO Della Enciclopedia Italiana. *Vocabolario Treccani della lingua italiana*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 1998. Disponível em: <<http://www.treccani.it/vocabolario>>.

LANDAU, S. (Ed.). *Cambridge Dictionary of American English*. 7. ed. Cambridge: CUP, 2006, CD-ROM.

LANG, E. Probleme der Beschreibung von Konjunktionen im allgemeinen einsprachigen Wörterbuch. In: HAUSMANN, F. J. et al. (Hrgs.). *Wörterbücher, dictionaries, dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Band I. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989, p. 862-868.

LE ROBERT. *Le nouveau petit Robert*. Paris: Le Robert, 2011.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

MARTÍNEZ DE SOUZA, J. *Diccionario de lexicografía práctica*. Barcelona: Bibliograf, 1995.

MÉVEL, J. P.; GAILLARD, B. (Dirs.). *Dictionnaire Hachette*. Paris: Hachette, 2012.

MOLINER, M. *Diccionario de uso del español*. 2. ed. Madrid: Gredos, 2001, CD-ROM

REAL Academia Española. *Diccionario de la lengua española*. 22. ed. Madrid: Espasa-Calpe, 2001. Disponível em: <www.rae.es>.

SECO, M. *Estudios de lexicografía española*. 2. ed. Madrid: Gredos, 2003.

SIMPSON, J.; WEINER, E. (Ed.). *The Oxford English Dictionary*. 2. ed. Oxford: OUP, 1989-2015. Disponível em: <<http://www.oxforddictionaries.com/us>>.

TARP, S. Lexicografia de aprendizagem. *Cadernos de Tradução*, n. 18, p. 295-317, 2006.

_____. Desafios teóricos y prácticos de la lexicografía de aprendizaje. In: BEVILACQUA, C.R. et al. *Lexicografía Pedagógica: Pesquisas e perspectivas*. Florianópolis: UFSC; NUT, 2008^a, p. 46-73 Disponível em: <<http://www.cilp.ufsc.br/LEXICOPED.pdf>>.

_____. Pedagogical lexicography: Towards a new and strict typology corresponding to the present state-of-the-art. *Lexikos*, n. 21, p. 217-231, 2011.

TARP, S.; GOUWS, R. H. Skoolwoordeboeke vir huistaalleerders van Afrikaans. *Lexikos*, n. 20, p. 466-494, 2010.

_____. School dictionaries for first-language learners. *Lexikos*, n. 22, p. 333-351, 2012.

WELKER, H. A. *O uso de dicionários*. Brasília: Thesaurus, 2006.

WIEGAND, H. E. Zur Bedeutungserläuterung von Satzadverbien in einsprachigen Wörterbüchern. Ein Beitrag zur praktischen Lexikologie. In: MENTRUP, W. (Hrsg.). *Konzepte zur Lexikographie. Studien zur Bedeutungserklärung in einsprachigen Wörterbüchern*. Tübingen: Max Niemeyer, 1982, p. 103-132.

_____. Der Begriff der Mikrostruktur: Geschichte, Probleme, Perspektiven. In: HAUSMANN, F. J. et al. (Hrsgn.). *Wörterbücher, Dictio-*

naries, Dictionnaires. *Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989a, p. 409-462.

_____. Arten von Mikrostrukturen im allgemeinen einsprachigen Wörterbuch. In: HAUSMANN, F. J. et al. (Hrsgn.). *Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989b, p. 462-501.

_____. *Wörterbuchforschung. Untersuchungen zur Wörterbuchbenutzung, zur Theorie, Geschichte, Kritik und Automatisierung der Lexikographie*. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1998.

WOLSKI, W. Die Beschreibung von Modalpartikeln im allgemeinen einsprachigen Wörterbuch. In: HAUSMANN, F. J. et al. (Hrsgs.). *Wörterbücher, dictionaries, dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Band I. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989. p. 805-814

ZVLI. ZINGARELLI, N. *Vocabolario della lingua italiana*. Bologna: Zanichelli, 2011.

APÊNDICE

VERBETES ANALISADOS

1. OEDe (SIMPSON & WEINER, 1989-2015)

and conjunction **1** Used to connect words of the same part of speech, clauses, or sentences that are to be taken jointly: *'bread and butter'* *'red and black tiles'* *'they can read and write'* *'a hundred and fifty'* *'The shop, which sells donated books and CDs, helps owners on benefits to pay for treatment for sick pets'* *'He and I had been friends for a long time'* *'He was wearing a navy blue and green anorak'* **SYNONYMS** *together with, along with, with, as well as, in addition to, also; besides, furthermore; informal plus* **1.1** Used to connect two clauses when the second happens after the first: *'he turned around and walked out'* *'she washed and dried her hair'* *'I opened the door and looked around'* *'The man then ran towards a waiting car and was driven away by someone else'* *'I lifted my arm and wiped my eyes with my sleeve'* **1.2** Used to connect two clauses, the second of which results from the first: *'do that once more, and I'll skin you alive'* *'But the fun had gone out of it and the next day we did not travel'* *'Early successes in some areas were dramatic, and by the early 1960s malaria was reduced to very low levels in certain countries'* *'Don't take the movie too seriously, and you might enjoy it too'* **1.3** Connecting two identical comparatives, to emphasize progressive change: *'getting better and better'* *'he felt more and more like an outsider'* *'Spamming is getting worse and worse - and more profitable for spammers'* *'This case just continues to get more and more complex'* *'Meeting the needs of a growing population will require the country to sink further and further into debt'* **1.4** Connecting two identical words, implying great duration or great extent: *'I cried and cried'* *'it takes hours and hours'* *'I've been a humongous fan of his music for years and years'* *'I ran and ran until I reached the outskirts of the forest'* *'This was a very flat land - he could see for miles and miles, it seemed'* **1.5** Used to connect two identical words to indicate that things of the same name or class have different qualities: *'all human conduct is determined or caused - but there are causes and causes'* *'But there are arguments and arguments, and it may be said that I have fastened on the wrong one'* *'There are Christians and Christians, as there Jews and Jews'* *'You lie, we lie, everybody lies - but there are lies and lies'* **1.6** Used to connect two numbers to indicate that they are being added together: *'six and four make ten'* *'She's sick of spending her lunches with people that are so stupid they can't add two and two'* *'I believe that four and four are eight'* *'I know that two and two make four - and should be glad to prove it too if I could'* **1.7** archaic Used to connect two numbers, implying succession: *'a line of men marching two and two'* *'The knights come riding two and two'* **2** Used to introduce an additional comment or interjection: *'if it came to a choice - and this was the worst thing - she would turn her back on her parents'* *'they believe they are descended from him, and quite right, too'* *'He's a crook, a bit nutty, and rightly did time for his crimes'* *'He plays the piano 'badly and vulgarly,' and what is worse, he plays Grieg'* *'As an incentive, a customer that brings friends - and hopefully sales - to a party may receive additional discounts'* **2.1** Used to introduce a question in connection with what someone else has just said: *'"I found the letter in her bag." "And did you steam it open?" "I've just needed some time to myself to think about us" "And have you reached a conclusion" "He wanted to know if I wanted to be his partner for a social project" "And what did you say?" "They are going to put my client out*

of business" "And where is the evidence of that, Mr. Adams?"' **2.2** (Especially in broadcasting) used to introduce a statement about a new topic: 'and now to the dessert' 'And now, the Page Six report' 'And next, we're going to go live to California for the very latest on the wildfires that are threatening celebrity mansions' 'Anyway, thank you for your lovely review! And here is the next chapter' **3** informal Used after some verbs and before another verb to indicate intention, instead of "to": 'I would **try and** do what he said' '**come and see me**' 'We're going to see a day where 100,000 people come and worship with us on a weekend, between our five services' 'Our primary objective right now is to try and market the region as a whole' 'The experts also advise that you try and keep your cool' [...]

but' conjunction **1** Used to introduce something contrasting with what has already been mentioned SYNONYMS yet, nevertheless, nonetheless, even so, however, still, notwithstanding, despite that, in spite of that, for all that, all the same, just the same; though, although **1.1** Nevertheless; however: 'he stumbled but didn't fall' 'this is one principle, but it is not the only one' 'I would have liked to have had a longer deal but the get out clauses were prohibitive' 'We can destroy with a cutting quip or a damning phrase but nobody expects us to create' 'We continued to talk all though the lesson, but there was no mention of the dance' **1.2** On the contrary; in contrast: 'I am clean but you are dirty' 'the problem is not that they are cutting down trees, but that they are doing it in a predatory way' 'They are not creating any value but on the contrary they are a drag on our resources' 'Mick Nolan kept a clean sheet but he had the advantage of a superb back sextet in front of him' 'Simon Moore was pulled back when clean through, but play was allowed to continue' SYNONYMS whereas, conversely, but then, then again, on the other hand, by/in contrast, on the contrary **2** [WITH NEGATIVE OR IN QUESTIONS] Used to indicate the impossibility of anything other than what is being stated: 'one cannot but sympathize' 'there was nothing they could do but swallow their pride' 'they had no alternative but to follow' 'Cause and effect are related in such a way that, if the first occurs, the second cannot but occur' 'This is another one of those Korean films that you cannot but have mixed feelings about' 'She knew he did not want to go, but she could still not help but feel anger at him' **3** Used to introduce a response expressing a feeling such as surprise or anger: 'but that's an incredible saving!' 'but why?' 'We did not know what to expect, but what a fantastic surprise night, it was a real thrill' 'It is also very funny, but don't be surprised if you have to cross a protest line to see it' 'I was slow to acknowledge their response as I broke my leg, but thank you, one and all' **4** Used after an expression of apology for what one is about to say: 'I'm sorry, but I can't pay you' 'I'm sorry, but she laughs in her sleep and can never remember the joke in the morning' 'I apologise but it's being moved to a new server and should be up again by Saturday' 'Sorry to be repetitive but this guy was in the tube in Russel Square when the bomb went off' **5** [WITH NEGATIVE] archaic Without its being the case that: 'it never rains but it pours' 'Her Own Tribesmen Never but Say Her Age Is 300 Yaers' 'I did read the names that one time, and never but that one time' [...]

2. CDAEe (LANDAU, 2006)

and 1 (ALSO) [...] conjunction (used to join two words, phrases, or parts of sentences) in addition to; also: *boys and girls*; *We were tired and hungry*. And can be used when you add numbers: *Three and two are five*. **And so on** or **and so forth** means together with other

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

things: *Kids need to learn how to treat people, deal with things, and so on and so forth.* **2** (THEN) [...] *conjunction* (used to join two parts of a sentence, one part happening after or because of the other part) after that; then: *I met Jonathan, and we went out for a cup of coffee.* **3** (TO) [...] *conjunction informal* (used after some verbs) to, or in order to: *Let's try and get tickets for the hockey game tonight.* **4** (VERY) [...] *conjunction* (used to join two words, esp. two that are the same, to make their meaning stronger): *The sound grew louder and louder.* **and/or** [...] *conjunction* (used to refer to both things or either one of the two mentioned) either "and" or "or": *If the game is canceled, you will get a refund and/or new tickets.*

but¹ (DIFFERENCE) [...] *conjunction* used to express a difference or to introduce an added statement: *You can take Route 14 to get there, but it may take you a little longer. We enjoyed our vacation a lot, but it was expensive.* [...]

3. DUWe (DUDEN online, 2015)

und Konjunktion 1. a. verbindet nebenordnend einzelne Wörter, Satzteile und Sätze; kennzeichnet eine Aufzählung, Anreihung, Beiordnung oder eine Anknüpfung: *du und ich; gelbe, rote und grüne Bälle; Äpfel und Birnen; Männer und Frauen; sie traf ihren Chef und dessen Frau; essen und trinken; von und nach Berlin; Tag und Nacht; Damen- und Herrfrisier; ihr geht zur Arbeit, und wir bleiben zu Hause; ich nehme an, dass sie morgen kommen und dass sie helfen wollen;* (veraltet mit Inversion) *wir haben uns sehr darüber gefreut, und danken wir Dir herzlich;* in formelhaften Verknüpfung: *und Ähnliches;* und [viele] andere [mehr]; und dergleichen; und so fort (Abkürzung: *usf.*); und so weiter (Abkürzung: *usw.*); und, und, und (umgangssprachlich emotional; und dergleichen mehr); bei Additionen zwischen zwei Zahlen: *drei und (plus) vier ist sieben* **b.** verbindet Wortpaare, die Unbestimmtheit ausdrücken Beispiele: *aus dem und dem/jenem Grund; um die und die Zeit; er sagte, er sei der und der* **c.** verbindet Wortpaare und gleiche Wörter und drückt dadurch eine Steigerung, Verstärkung, Intensivierung, eine stetige Fortdauer aus Beispiele: *sie kletterten hoch und höher; das Geräusch kam näher und näher; es regnete und regnete* **2. a.** verbindet einen Hauptsatz mit einem vorhergehenden; kennzeichnet ein zeitliches Verhältnis, leitet eine erläuternde, kommentierende, bestätigende o. ä. Aussage ein, schließt eine Folgerung oder einen Gegensatz, Widerspruch an: *sie rief, und alle kamen; die Arbeit war zu Ende, und deshalb freute sie sich sehr; er hielt es für richtig, und das war es auch;* elliptisch, schließt eine Folgerung an: *noch ein Wort, und du fliegst raus!;* elliptisch, verknüpft meist ironisch, zweifelnd, abwehrend o. ä. Gegensätzliches, unvereinbar Scheinendes: *er und hilfsbereit!; ich und singen? – Ich kann nur krächzen;* leitet einen ergänzenden, erläuternden o. ä. Satz ein, der durch einen Infinitiv mit »zu«, seltener durch einen mit »dass« eingeleiteten Gliedsatz ersetzt werden kann: *sei so gut und hilf mir;* tu mir den Gefallen und halt den Mund! **b.** leitet einen Gliedsatz ein, der einräumenden, seltener auch bedingenden Charakter hat: *du musst es tun, und fällt es dir noch so schwer; er fährt, und will er nicht, so muss man ihn zwingen;* **c.** leitet, oft elliptisch, eine Gegenfrage ein, mit der eine ergänzende, erläuternde o. ä. Antwort gefordert oder durch die eine gegensätzliche Meinung kundgetan wird: *»Das muss alles noch weggebracht werden.« – »und warum?«; »Die Frauen wurden gerettet« – »Und die Kinder?«*

aber¹ *Konjunktion 1. a.* drückt einen Gegensatz aus, [je]doch, dagegen: *heute nicht, aber morgen; er schlief, sie aber wachte* **b.** drückt aus, dass etwas der Erwartung nicht entspricht; indessen, [je]doch: *es wurde dunkel, aber wir machten kein Licht* **2. a.** drückt eine Einschränkung, einen Vorbehalt, eine Berichtigung, Ergänzung aus; doch, jedoch, aller-

dings: *arm, aber nicht unglücklich* **b.** drückt die Anknüpfung, die Weiterführung aus; jedoch: *als es aber dunkel wurde, machten sie Rast* **3. a.** drückt einen Einwand, eine Entgegnung aus: *einer von uns muss es aber gewesen sein; aber warum denn?; »Es wird schon klappen.« – »Aber wenn es doch schiefgeht?«*

4. DBW (DUEDEN, 2015)

und Konj.: a) drückt aus, dass jmd., etwas zu jmdm., etwas hinzukommt oder hinzugefügt wird: *ich traf den Chef und seine Frau auf der Straße; arme und reiche Leute; es ging ihr besser, und sie konnte wieder arbeiten; und, und, und* (ugs. emotional; und dergleichen mehr); (bei Additionen zwischen zwei Zahlen): *drei und (plus) vier ist sieben. auch, außerdem, darüber hinaus, des Weiteren, plus³, samt, sowie, überdies, wie, zugleich, zusätzlich, zuzüglich.* b) dient der Steigerung und Verstärkung, indem es gleiche Wörter verbindet: *nach und nach; sie überlegte und überlegte, aber das Wort fiel ihr nicht ein.* c) drückt einen Gegensatz aus; *aber: alle verreisen, und ich allein soll zu Hause bleiben?* d) (in Konditionalsätzen) *selbst wenn: man muss es versuchen, und wäre es noch so schwer.* e) (elliptisch) *verknüpft (meist ironisch, zweifelnd, abwehrend o. Ä.) Gegensätzliches, unvereinbar Scheinendes: du und hilfsbereit!; ich und singen?*

aber¹ Konj.: *dagegen; jedoch, doch, allerdings: er schlief, aber sie wachte/sie aber wachte; heute nicht, aber morgen; du kannst ja mitgehen, aber ich habe keine Lust; er ist streng, aber gerecht; das Unternehmen war schwierig, aber es glückte/es glückte aber; es ist aber so!; aber das stimmt doch gar nicht!; da es aber dunkel wurde, rasteten sie; im Winter reise ich nicht gern, wohl aber im Sommer; Zeit hätte ich schon, aber keine Lust; sie hat zwar Zeit zum Reisen, aber kein Geld. allein (geh.), dabei, dennoch, doch, freilich, gleichwohl, immerhin, indes[sen] (geh.), schließlich, trotzdem.*

5. Prob (LE ROBERT, 2011)

et [...] conj. [...] ■ Conjonction de coordination qui sert à lier les parties du discours, les propositions ayant même fonction ou même rôle et à exprimer une addition, une liaison, un rapprochement. ■ **1** Reliant des mots ou des groupes de mots de même catégorie • (Exprimant des éléments de même nature). *Paul et Virginie. Le meunier, son fils et l'âne. Toi et moi. Faire vite et bien.* « *Je payerai la demoiselle ; Et je l'épouserai* » **BEAUMARCHAIS**. ► **puis.** *Cela et le reste.* ► **et cætera.** *Deux et deux font quatre.* ► **plus.** *Cela n'est pas et ne sera pas.* ► **ni.** *Vous mentez l'un et l'autre.* ► **comme.** *Plus je le fréquente et plus je l'apprécie. J'a l'accepté. Et vous ? – (avec nuance d'insistance) C'est fini, et bien fini. – LITTÉR. Devant chaque terme d'une énumération* « *Cette mince et pâle et fine Juliette* » **FRANCE**. – **Reliant deux sujets séparés par un verbe** « *Albe le veut, et Rome* » **CORNEILLE**. – **SPECIALT.** *Il y a parfum et parfum, mensonge et mensonge* : tous les parfums, tous les mensonges ne sont pas identiques. • (Rapprochant des éléments différents ou opposés). « *Je plie, et ne romps pas* » **LA FONTAINE**. ► **mais.** *Nous l'hébergeons et tu nous voles.* ► **pour-tant.** « *Le peuple n'a guère d'esprit, et les grands n'ont point d'âme* » **LA BRUYÈRE**. ► **alors** (que). • **Signe typographique représentant le mot et.** ► **esperluette.** ■ **2** Reliant deux parties de nature différente. *Un gilet long et sans manches.* « *Les esprits justes, et qui aiment à faire des images* » **LA BRUYÈRE**. *Il parle l'anglais, et couramment. – Tu as accepté ? - Et après*?* ■ **3 Dans des nombres composés VX** « *la règle des vingt et quatre heures* » **CORNEILLE**. • **MOD.** Joint un aux dizaines (sauf dans quatre-vingt-un) et dans *soixante et onze. Vingt et un, trente et un.* **LITTÉR.** *Les Mille et Une Nuits.* – Devant la fraction d'un

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

nombre fractionnaire. *Et demi**. *Quatre heures et quart** (cf. *Un* quart*). *Deux heures et demie*. *Deux pages un cinquième, ou et un cinquième*.

■ En début de phrase avec une valeur emphat. *Et voici que tout à coup il se met à courir.* ► **alors**. « *Et je pleurais ! et je me trouvais à plaindre et la tristesse osait approcher de moi !* » **ROUSSEAU**. *Et les enfants de* crier ! Et comment* ! Et alors ?* **FAM**. *Et d'un(e), et de deux...* Mettant en évidence un processus. *Et d'un tu parles trop, et de deux, on m'a tout raconté.* [...]

mais [...] ■ **conj.** [...] ■ **1** Marquant une transition, en tête de phrase ► **et**. *Mais, dites-moi. Mais c'est de la folie ! Mais encore* ? Mais enfin* !* (**POP**. *m'enfin !*). « *Mais enfin, comment la chose s'est elle passée ?* » **DAUDET**. ■ **2** Introduit une idée contraire à cette qui a été exprimée. « *Les privilèges finiront, mais le peuple est éternel* » **MIRABEAU**. Après une négation *Ce n'est pas ma faute mais la tienne ! Je n'en veux pas un, mais deux. Ce n'est pas un accident, mais bien un crime. Mais au contraire.* ■ **3** Introduit une restriction, une correction, une addition, une précision indispensable. *Elle n'est pas belle, mais elle a du charme* (Cf. En compensation, par contre, en revanche). *Incrovable, mais vrai.* ► **cependant, néanmoins, pourtant, toutefois**. « *J'embrasse mon rival, mais c'est pour l'étouffer* » **RACINE**. « *Mon verre n'est pas grand, mais je bois dans mon verre* » **MUSSET**. *C'est mon avis, mais tu fais ce que tu veux.* ► **maintenant**. *Non seulement... mais, mais encore, mais aussi, mais même, mais en outre.* ■ **4** Introduit une objection (notamment sous forme interrog.). *Mais n'étiez-vous pas au courant ? – Je ne dis pas, mais... Oui mais...* [...]

6. DhaLF (MÉVEL & GAILLARD, 2012)

et conj. Lie des parties du discours (mots, propositions). *Vous avez tort et vous le regretterez.* **LOC Et commercial** : syn. d'esperluette. – **Et/ou** : indique que les deux termes coordonnés le sont soit par « et » soit par « ou ». [...]

mais conj. **1** Marque une restriction, une différence. *Elle est riche mais avare.* **2** Donne une explication. *Il a été puni mais il l'avait mérité.* **3** Marque une transition. *Mais qu'ai-je dit ?* **4** Employé avec une interjection, marque la surprise ou le mécontentement. *Ah mais !* **LOC litt N'en pouvoir mais** : n'y pouvoir rien. [...]

7. ZVLI

e [...] **cong.** [...] **1** Con valore coordinativo e aggiuntivo unisce semplicemente due o più elementi di una prop. che abbiano la stessa funzione (sostantivi, aggettivi, predicati, pronomi, avverbi, complementi) oppure due o più prop. della stessa specie: *la luna e il sole; Franco e Flavia; rosso e azzurro; bello e buono; è un lavoro utile e bello; noi e voi; presto e bene; a te e per te; gioca e si diverte molto* | Se gli elementi coordinati sono più di due la cong. precede in genere l'ultimo; viene invece ripetuta davanti a ogni elemento quando si voglia ottenere un particolare effetto stilistico: *un uomo, una donna e un bambino; bianco, rosso e verde; adesso, domani e sempre; esta selva selvaggia e aspera e forte* (**DANTE Inf. I, 5**); *e resiste e s'avanza e si rinforza* (**T. TASSO**); *a poco a poco cominciò poi a scoprir campanili e torri e cupole e tetti* (**A. MANZONI**). **2** Con valore rafforz.: *bell'e fatto; bell'e finito; bell'e andato; bell'e morto; tutti e due; tutt'e tre; tutt'e quattro* | (*rafforz. ed enfat.*) Al principio di un periodo: *e tu dov'eri allora?; e ho avuto cuore di abbandonarla?* (**U. FOSCOLO**); *e l'acqua cade su la morta estate* (**G. PASCOLI**) | In espressioni correl. introduce due elementi ai quali si vuole dare particolare rilievo (*e mangia e si lamenta di ingrassare; e uno*

piange e l'altro strilla) oppure assume il significato di 'sia...sia', 'sia...che', 'tanto... quanto' con valore aggiuntivo (*vuole e questo e quello; e d'estate e d'inverno*) o disgiuntivo (*e che vi piaccia e che non vi piaccia*). **3** Ma, invece, mentre (con valore avversativo e antitetico): *lo credevo sincero e non lo è affatto; tutti lavorano e tu te ne stai lì a guardare* | Eppure: *sapeva bene di sbagliarsi, e l'ha fatto ugualmente; non t'incresca restare a parlar meco; / vedi che non incresca a me, e ardo!* (DANTE *Inf.* XXVII, 24). **4** Ebbene (con valore enfat. Ed esortativo): *vuoi proprio comprarlo? E compralo!; e deciditi dunque! E sta un po' fermo!; e smettila!; e vattene!* **5** Più (nell'addizione, nella composizione dei numerali, nell'indicazione di pesi e misture): *tre e due. cinque; mille e duecento; cento e due; quattro kili e seicento; un metro e ottanta.* **6** †Allora, in tal caso, ebbene (con valore correl.): *quando questo fatto avrai, e io ti dirò il rimanente* (G. BOCCACCIO). **7** †Anche: *se pure questo v'è all'animo di volere essere moglie e marito insieme, e a me* (G. BOCCACCIO). **8** †Ecco che: *Com'io tenea levate in lor le ciglia, / e un serpente con sei piè si lancia* (DANTE *Inf.* XXV, 49-50). **9** †Ciòè: *la qual tu puoi, tornando al tuo fattore, / lasciasti in terra, e quel soave vello* (F. PETRARCA).

ma' [...] **cong. 1** Esprime, con valore avversativo più o meno esplicito, contrapposizione tra due elementi di una stessa proposizione o tra due proposizioni dello stesso genere: *è povero ma generoso; non per sfiducia ma per precauzione; non di te mi lamento ma di lui; fai come vuoi, ma ricorda i miei consigli; sembra felice, ma non lo è; esco volentieri, ma non di sera.* **SIN.** Bensì, però, tuttavia | (*colloq.*) Con valore rafforz. in unione con avverbi o con altre cong.: *ma anche; ma quando; ma però; ma tuttavia; ma nondimeno; ma bensì.* **2** In principio di frase indica, con più forza della cong. 'e', il passaggio ad altro argomento: *ma torniamo al discorso di prima; ma ammettiamo, se volete, che sia innocente; ma ecco che si avvicina uno sconosciuto* | (*colloq.*) Con valore enfat., o anche iron., in espressioni interrogative, dibitative ed esclamative: *ma cosa pretendi?; ma se lo sanno tutti!; ma cosa mi dici!; ma come!; ma certo!; ma quando mai?; ma bravo, bene!; ma va là!; ma no!; ma che bel bambino!; ma chi credi di essere?* **3** Con valore rafforz. e intens. spec. in unione con aggettivi o avverbi: *ti ho detto che è veloce, ma veloce davvero; una persona antipatica, ma veramente antipatica; ci vuole gente, ma gente di fegato.* [...]

8. VTLie (ISTITUTO, 1998)

e [...] **cong. [...]** **1.** La più comune fra le congiunzioni; ha funzione semplicem. aggiuntiva, serve cioè a unire due parti del discorso che nella proposizione compiono il medesimo ufficio (*io e tu; un foglio e una busta; bello e buono; mangiare e bere; svogliatamente e a malincuore*, ecc.) o due proposizioni coordinate (*chi va piano va sano e va lontano*). Quando sono accostati più elementi coordinati, la **e** precede di solito soltanto l'ultimo termine (*ieri, oggi, domani e sempre*), ma non di rado si ripete più volte per maggiore efficacia, e si ha allora la figura grammaticale detta *polisindeto*; per es.: *E mangia e bee e dorme e veste panni* (Dante); *e che tutti i parrochi d'intorno accorrevano, anche più da lontano; e che non bisognava stare indietro; e che questo, e che quest'altro; e imbarcarmi in un affare di questa sorte!* (Manzoni). Seguita da parola con consonante scempia iniziale ne produce (per assimilazione della **-t** etimologica) il rafforzamento fonosintattico, espresso dall'ortografia nelle parole composte (es. *epppure*), altrimenti sottinteso (es. *carta e penna (kàrta e ppénna)*). Davanti a vocale assume talvolta la forma eufonica *ed*, spec. davanti a un'altra **e**: *ed egli, Mario ed Elena, ed ora.* **2.** Usi particolari: **a.** In correlazione con *tra* o *fra*: *tra sé e sé; fra un albero e l'altro.* **b.** In locuzioni con numerali, senza una vera e propria funzione congiuntiva: *tutti e due, tutti e tre* (anche *tutt'e due, tutt'e tre*), ecc.; e valore rafforzativo ha in locuzioni quali *bell'e fatto, bell'e andato* e sim. **c.** Anticam. ebbe pure sign. di «anche».

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

come il lat. *et*. Può introdurre inoltre frasi antitetiche, col sign. di «ma, invece» (*vogliono che io taccia, e io parlerò; ha promesso di venire e non s'è visto*), di «eppure» (*Vedi che non incresece a me, e ardo* [Dante]; *E tu degnasti assumere Questa creata argilla* [Manzoni]); di «mentre» (*tutti lavorano, e tu stai con le mani in mano*). **d.** In altri casi esprime risoluzione, e corrisponde a «ebbene»: *Vuoi venire con me? E vieni!* **e.** Acquista una singolare efficacia in principio di periodo, in frasi contenenti un'interrogazione o un rimprovero: *E tu dov'eri allora?; E tu questo lo chiami lavorare?; E sta' zitto!; E che la cosa non si ripeta più!* **3.** In matematica la cong. *e*, conformemente al suo comune valore aggiuntivo, si usa nel senso di «più»: per es. $5 + 2 = 7$ si legge brevemente 5 e 2, 7. ♦ Per *e commerciale*, v. et.

ma' cong. [...] **1.** Congiunzione coordinativa avversativa, esprimente spesso esplicita contrapposizione al termine che precede, il quale è per lo più espresso negativamente: *Non fronda verde, ma di color fosco; Non rami schietti, ma nodosi e 'nvolti; Non pomi v'eran, ma stecchi con tòsco* (Dante); *non per crudeltà della donna amata, ma per soverchio fuoco nella mente concetto* (Boccaccio); *non fiori ma opere di bene; lo pensavo amico, ma ho dovuto ricredermi; è cosa incredibile, ma vera*. Talvolta sta in luogo della semplice cong. *e*, per introdurre una conseguenza diversa da quella che potrebbe più ovviamente supporre: *ho bussato, ma nessuno mi ha risposto; sono anni che glielo ripeto, ma non mi dà ascolto*. Altre volte serve a precisare, a distinguere, togliendo o aggiungendo qualche cosa al già detto: *ci restano alcune opere, ma frammentarie; è un'osservazione ovvia, ma forse non inutile; ne prenderò, ma solo un poco; non solo gli offrì il conforto della sua amicizia, ma fu generoso di aiuti*; come equivalente di un anzi correttivo o rafforzativo: *non probabile, ma certo, direi; non è bella, ma bellissima*. Ciò che si vuol negare o correggere può essere sottinteso: *un caffè, ma bollente davvero* (e non per modo di dire); *corri di là, ma di volata!* È spesso rafforzata da avverbî avversativi: *ma nondimeno, ma tuttavia, ma pure, ma però*; quest'ultima espressione, tradizionalmente considerata scoretta, è frequentissima nell'uso parlato, come equivalente del semplice *ma*; non ne mancano tuttavia anche esempî letterari: *Ma però di levarsi era neente* (Dante); *cose da levarsi l'allegria per tutta la vita; ma però, a parlarne tra amici è un sollievo* (Manzoni). **2. a.** In principio di periodo, si usa per indicare passaggio ad altro argomento, o per sollecitare il ritorno all'argomento che interessa: *Ma torniamo al nostro assunto...; Ma chi del canto mio piglia diletto, Un'altra volta ad ascoltarlo aspetto* (Ariosto); *«Ma, a lavarsi ha provato?» «Nossignore»* (Fucini); *Ma ecco ...*, per iniziare il racconto di un fatto nuovo, inaspettato. Talvolta dà l'avvio a frasi concessive: *Ma ammettiamo pure che tu abbia ragione: resta sempre a vedere se...* Nella seconda proposizione di un sillogismo o in dimostrazioni matematiche, serve a indicare un trapasso logico: *A è uguale a B; ma B è per ipotesi uguale a C, dunque ...* **b.** Nell'uso fam., introduce proposizioni esclamative esprimenti opposizione, contrarietà: *Ma che ragioni sono queste!; Ma che mi vai raccontando!; Ma che difficoltà o impedimenti! è la voglia che ti manca* (il solo *ma che!*, con valore di forte negazione, si scrive per lo più in una parola: v. *macché*). Talvolta, sempre nell'uso fam., serve a introdurre un'obiezione: *Ma se mi avevi detto tu stesso ch'eri d'accordo!*; oppure una frase che suona rimprovero, ammonimento, comando: *Ma Giovanni, che dici?; Ma insomma!; Ma via!; Ma smettila una buona volta!* Con funzione rafforzativa di aggettivi, avverbî, predicati, ha ora valore affermativo (*Ma certo!; Ma è chiaro!*); ora ironico (*Ma bene!; Ma bravo!; Ma quanto sei carino!*); ora esprime ammirazione o meraviglia (*Ma che bel bambino!; Ma non è ancora contento?*). [...]

9. DRAE (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, 2001)

y² [...] **1.** conj. copulat. U. para unir palabras o cláusulas en concepto afirmativo. Si se coordinan más de dos vocablos o miembros del período, solo se expresa, generalmente, antes del último. *Ciudades, villas, lugares y aldeas. El mucho dormir quita el vigor al cuerpo, embota los sentidos y debilita las facultades intelectuales.* **2.** conj. copulat. U. para formar grupos de dos o más palabras entre los cuales no se expresa. *Hombres y mujeres, niños, mozos y ancianos, ricos y pobres, todos viven sujetos a las miserias humanas.* Se omite a veces por asíndeton. *Acude, corre, vuela. Ufano, alegre, altivo, enamorado.* Se repite otras por polisíndeton. *Es muy ladino, y sabe de todo, y tiene una labia...* **3.** conj. copulat. U. a principio de período o cláusula sin enlace con vocablo o frase anterior, para dar énfasis o fuerza de expresión a lo que se dice. *¡Y si no llega a tiempo! ¡Y si fuera otra la causa? ¡Y dejas, Pastor santo...!* **4.** conj. copulat. Denota idea de repetición indefinida, precedida y seguida por una misma palabra. *Días y días. Cartas y cartas.*

*pero*³ [...] **1.** conj. adverb. U. para contraponer a un concepto otro diverso o ampliativo del anterior. *El dinero hace ricos a los hombres, pero no dichosos. Le injurié con efecto, pero él primero me había injuriado a mí.* **2.** conj. adverb. U. a principio de cláusula sin referirse a otra anterior, para dar énfasis o fuerza de expresión a lo que se dice. *Pero ¿dónde vas a meter tantos libros? Pero ¡qué hermosa noche!* **3.** conj. adverb. desus. sino (ll para contraponer a un concepto negativo otro positivo). **4.** m. coloq. Defecto u objeción. *Este cuadro no tiene pero. Es tan poco amigo de hacer favores, que nunca deja de poner algún pero a todo lo que se le pide.* [...]

10. DUEE (MOLINER, 2001)

y² [...] conj. Sirve para unir palabras o frases en relación de coordinación copulativa. [...]

□ Notas de uso

Lo mismo que las otras conjunciones de esta clase, puede enlazar no solamente oraciones, sino elementos de una misma oración que hacen el mismo papel con respecto al verbo; por esta circunstancia, la sustitución de la oración única por tantas oraciones como elementos hay de esa clase es siempre factible: ‘traigo rosas y claveles’ equivale a ‘traigo rosas y traigo claveles’. A veces, «y» tiene sentido *consecutivo: ‘Tengo muchos años y sé más del mundo que tú’; sobre todo cuando una de las oraciones es afirmativa y la otra negativa: ‘Conocía al capataz y no se fiaba de él’. También tiene a veces sentido *adversativo: ‘Está cansado y (y sin embargo) se empeña en seguir’; sobre todo en frases interrogativas: ‘¿Dices que sabes tanto y no sabes esto?’ En algunos casos tiene valor *concesivo: ‘Ande yo caliente y ríase (aunque se ría) la gente’. → Et, *que* no.

Se pone «y» entre dos adjetivos aplicados a un mismo nombre o delante del último si son más de dos; igualmente, entre dos complementos del verbo o delante del último si hay varios: ‘Era blanco, rubio y de ojos azules. He estado en Madrid, Valencia y Barcelona’. Sin embargo, lo mismo puede emplearse en el uso de esta conjunción la figura retórica llamada «asíndeton», suprimiéndola incluso delante del último de los términos coordinados, que la figura «polisíndeton», repitiéndola delante de todos ellos para dar énfasis a la acumulación: ‘Es perezoso, ladrón, descarado... no sé qué hacer con él. Estoy aburrido, y molido, y fastidiado, y con ganas de echarlo todo a rodar’.

En estilo moderno, tiende a descargarse de íes la frase, suprimiéndola tanto delante de un adjetivo que puede considerarse aplicado al total de la expresión que le precede, incluidos

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

em ella otro u outros adjetivos, como a un complemento en caso semejante. Se diría en la actualidad más frecuentemente «planta tropical del género del cañacoro, de fruto comestible», que «planta tropical del género del cañacoro y de fruto comestible».

A veces, se pone «y» al principio de una expresión, de modo que, aparentemente, no enlaza ésta con nada. Se puede suponer que el enlace se realiza mentalmente con algo pensado o dicho antes o por otra persona: 'Y no tardes. ¡Y no me habías dicho nada!'. A veces, no es tan fácil suponer un antecedente tácito y la «y» debe considerarse como una partícula expletiva; como en '¿y todavía no ves la torre del pueblo?' o en '¿y dejas, pastor santo,...?'.²

Se usa también expletivamente en lenguaje hablado informal entre una interjección y el complemento de ella: '¡Caramba y qué niña!'.

Delante de palabras que empiezan por «i», la conjunción «y» se transforma en «e». Pero no se hace así en los casos en que «y» está al comienzo de la frase interrogativa: '¿e hiciste eso?', y no '¿y hiciste eso?'; si el choque de íes le resulta incómodo al que habla, deberá buscar otro giro. Tampoco suele sustituirse delante de un nombre propio: 'Son las doce y Irene no está aquí'. Ni delante de la «i» de un diptongo: 'y hiende' y no 'e hiende'.

pero² [...] 1 conj. Es una conjunción *adversativa que expresa que lo que dice la oración a que afecta impide, justifica, compensa, contrarresta o atenúa lo dicho en la oración principal: 'Quería haber ido a verte esta tarde, pero he tenido visitas. La casa es vieja, pero es céntrica. Yo le pegué, pero él me había insultado. Me gusta el café, pero no me conviene. Es rico, pero tiene muchos hijos'. 2 También puede tener valor *concesivo, expresando que lo que dice la oración afectada por «pero» se realiza a pesar de que sería natural otra cosa dado lo dicho en la oración principal: 'Está en Madrid, pero (sin embargo) no le he visto. La casa es pequeña, pero cómoda'. 3 A veces tiene sentido restrictivo: 'Hacerlo si queréis; pero no contéis con mi ayuda. Te lo daré, pero no se lo digas a nadie'. 4 Es una partícula expletiva o enfática usadísima: '¡Pero qué chiquillo más hermoso! ¿Pero cómo te vas a marchar con lo que llueve? Pero vamos a ver... Pero dime... ¡Pero vete de una vez!'. ● A veces expresa *objeción o desaprobación: 'Pero él ya lo sabía. ¿Pero qué haces ahí parado?'. Añadiéndole «bueno» se acentúa la participación afectiva del que habla: 'Pero, bueno, ¿es que estoy loco?'. [...]

11. AuE (FERREIRA, ANJOS & FERREIRA, 2009)

e [...] Conjunção. 1. Aditiva: une orações ou palavras: *Antônio viaja e Manuel estuda*; "Fernão Dias Pais Leme os olhos cerra. E morre." (Olavo Bilac, *Poesias*, p. 271); *ordem e progresso*; *cultura e talento*. 2. Adversativa: mas, porém: *Quis falar, e teve de calar-se*. 3. Adversativa: e no entanto, e contudo; e apesar disso: "O pior é que era coxa. Uns olhos tão lúcidos, uma boca tão fresca, uma compostura tão senhoril; e coxa!" (Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, p. 105.) 4. E ainda por cima; e além do mais; e além de tudo: "Não era bonita, não era gaiata, nem tinha fatos garridos; e pobre!... Era o pior, palavra." (Fialho d'Almeida, *A Cidade do Vício*, p. 109.) 5. E em consequência: *Procura, e acharás*. 6. E mais; e ainda: *Esperou meses e meses*. 7. E em contraste; e em oposição: *Há maridos e maridos*. [...]

mas¹ [...] Conjunção. 1. Exprime oposição ou restrição; porém, todavia, entretanto, no entanto, contudo: "Dai-me \a fúria grande e sonora, / E não de agreste avena, ou frauta ruda; / Mas de tuba canora e belicosa, / Que o peito acende, e a cor ao gesto muda." (Luís de Ca-

mões, *Os Lusíadas*, I, 5); “apanhei o embrulho e segui / Segui, mas não sem receio.” (Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, p. 149); *É bondoso, mas não o demonstra*. **2.** No princípio da oração, indica relação com ideia anterior: — *Mas, doutor, por que não a quer tratar?* **3.** Exprime causa de uma ação: *Recebi-o mal, mas ele me deu motivos para isso*. **4.** Denota censura a palavras ou ações alheias: — *Mas como é que você fala mal do seu amigo?*; “— Paulina! — disse Tomás quase em delírio. — *Mas para que partes?* — continuou Paulina em tom de voz repassada de meiga exprobração.” (Júlio Dinis, *Serões da Província*, I, p. 72). [...]

12. HouE (HOUAISS & VILAR, 2001)

e [...] *conj.* **1** une vocábulos ou orações de mesmo valor sintático, indicando: **1.1 conj.adt.** uma conexão ou adição <João e Maria> <chegou, viu e venceu> **1.2 conj.advrs.** uma idéia contrária à que foi expressa; mas, porém; e no entanto, e contudo <ia sair, e choveu> <tão formosa, e gaga!> □ **e comercial** sinal gráfico [&] que substitui a conjunção aditiva *e*, us. modernamente quase que só como ligação nas razões comerciais (p.ex., *Alves & Cia.*) e entre nomes de autores em citações de obras bibliográficas e em nomes científicos de espécies [Em ing.: *ampersand.*] [...]

mas conj.coord. [...] **1 conj.advrs.** liga orações ou períodos que apresentam as mesmas propriedades sintáticas; contudo, entretanto, todavia, apesar disso, não obstante **1.1 conj.advrs.** com variações de sentido, introduz o segmento que denota basicamente uma oposição ou restrição ao que já foi dito **1.1.1 conj.advrs.** após uma negativa, estabelece (ou restabelece) a verdade sobre determinado assunto <não o fez, m. gostaria de tê-lo feito> **1.1.2 conj.advrs.** classifica o que foi dito como irrelevante, ou contrasta uma interpretação <era negligente e perdulário, m. tinha um coração de ouro> **1.1.3 conj.advrs.** depois de *sim* ou *não*, acrescenta um comentário para indicar que esse *sim* ou esse *não* não expressam perfeitamente o que se quis dizer e que algo mais precisa ser dito <liberdade, sim, m. com limites> <obesa, não, m. um tanto gordinha> **1.1.4 conj.advrs.** indica que se vai passar para outro assunto diferente <a alta do dólar é o tema do dia, m. vamos primeiro ao noticiário local> **1.1.5 conj.advrs.** introduz uma réplica feita a alguém, quando se deseja indicar relutância, descrença, recusa ou protesto <- Agradeço, m. não posso aceitar. - Mas como? Você vai recusar minha oferta?> **1.1.6 conj.advrs.** depois da referência a duas coisas parecidas, menciona a característica que as torna diferentes uma da outra <são ambos esquerdistas, mas um por convicção e o outro por conveniência> <os dois tinham a mesma altura, m. o mais velho era mais gordo> **1.1.7 conj.advrs.** seguindo um pedido de desculpas pelo que se vai dizer, declara o que se julga necessário <desculpe a franqueza, m. suas perguntas são muito tolas> **1.1.8 conj.advrs.** enuncia opinião ou declaração que normalmente causa espanto, mas cuja importância parece tal que o autor se sente compelido a fazê-la <pode ser uma aberração, m. quanto menos ela gosta de mim, mais eu gosto dela> **1.1.9 conj.advrs.** ante uma determinada situação, enfatiza a surpresa, o espanto ou a admiração que se experimenta <entende-se que ela o deixe por outro, m., bolas, sem qualquer explicação!> **1.1.10 conj.advrs.** introduz a causa que explica uma ação anterior <não me cumprimentou, m. devia estar distraído> [...]

A LINGUAGEM DA INFORMÁTICA
NO DISCURSO JORNALÍSTICO

Thiago Henrique Pinheiro Pinto (UFMA)

thiago_hpp@hotmail.com

Márcia Antônia Guedes Molina (UFMA)

marcia.molina@ufma.br

RESUMO

Neste trabalho discorre-se a respeito da inserção da linguagem da informática no jornal impresso. A coleta de dados foi realizada num dos jornais mais relevantes no estado do Maranhão: *O Estado do Maranhão*. Verificaram-se em quais cadernos as palavras ocorriam, se já estavam dicionarizadas, tanto num dicionário de língua portuguesa como num dicionário de informática, e observou-se qual o processo de sua formação. O método utilizado para análise foi o descritivo-analítico, seguindo Bardin (1977) e, em relação à formação de palavras, autores como Robins (1977), Kehdi (2003) e Basílio (1987) iluminaram a pesquisa.

Palavras-chave: Léxico da informática. *O Estado do Maranhão*. Análise.

1. *Introdução*

Com o intuito de acompanhar e entender as mudanças pelas quais passa a língua, muito se tem estudado o processo de formação de palavras na língua portuguesa. Nos meios de comunicação não é raro o emprego de uma palavra numa nova acepção, ou o seu uso de maneira inusitada, ou mesmo a utilização de um vocábulo “emprestado”. Os caminhos estão abertos à produtividade lexical.

Abordar-se-á neste trabalho um aspecto dessa produtividade: o emprego de palavras advindas do campo da informática no vocabulário jornalístico.

Para tanto, é analisado um tipo de periódico muito importante na e para a história do Brasil e do mundo: o jornal impresso. Para este trabalho, foi utilizado um dos principais jornais impressos do Maranhão, *O Estado do Maranhão*. Delimitou-se a coleta de dados em cinco dias (do dia 13 de outubro ao dia 17 do mesmo mês), observando a ocorrência de vocábulos vindos do campo da informática, avaliando os cadernos nos quais foram utilizados. Além disso, avaliar-se-ão os processos pelos quais foram criados e se estão dicionarizados.

Os objetivos do trabalho, a fim de que se possa compreender como se dá a entrada dessas palavras em nosso idioma, são, portanto:

- a) Pesquisar em periódicos da região o uso de termos da informática em notícias, propagandas etc., pontuando os cadernos nos quais aparecem.
- b) Analisar os contextos em que ocorrem;
- c) Avaliar os significados que adquirem;
- d) Avaliar o processo de sua formação;

Para atingir aos objetivos propostos, foi utilizado o método descritivo-analítico, seguindo os passos de Bardin (1977), isto é, seguindo as seguintes fases:

- a) *Fase da análise de conteúdo*, momento em que nos preocupamos em arquivar o material no período delimitado, para verificar que palavras advindas do campo da informática estão expressas nos textos e respectivos cadernos.
- b) *Fase de pré-exploração do material ou de leituras flutuantes*, momento em que foram pesquisadas e relacionadas as palavras¹³ e os cadernos em que se encontravam.
- c) *Processo de categorização e subcategorização*, momento em que foi analisada cada uma das palavras, quanto à dicionarização¹⁴ (ou não), contexto em que ocorria, a processo de formação de palavras.

Para análise dos processos de formação, o trabalho foi iluminado por autores como Robins (1977), Kehdi (2003) e Basílio (1987), principalmente.

2. Criação lexical

Para Kehdi (2003), todas as línguas evoluem, e uma forma de ampliação do léxico é por meio da criação de palavras dentro do próprio

¹³ Neste trabalho, optou-se por ter como sinônimas: palavra e vocábulo.

¹⁴ Para este trabalho foram utilizados somente dicionários on-line, tanto de língua portuguesa como de informática, por serem mais atuais e acessíveis para pesquisa.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

idioma, que se dá por meio de dois processos principais: derivação e composição.

Para esse autor, o processo de derivação ocorre em palavras já existentes, que chamamos de bases ou primitivas, adicionando-as um afixo (prefixo ou sufixo) para formação de uma nova palavra, chamada de derivada; e a composição, advém da junção de mais de uma palavra já existente no léxico.

2.1. Derivação

Derivação é o processo pelo qual uma palavra surge de outra já constante no léxico. Esse processo se dá não só por afixação (prefixação ou sufixação), mas também por outros processos, como derivação parasintética (acréscimo de um prefixo e um sufixo simultâneos), derivação imprópria (mudança da classe gramatical da palavra primitiva) e derivação regressiva (a palavra derivada é uma redução da primitiva), exemplo:

Primitiva (base)	Afixo	Derivada
ferro	eiro (sufixo)	ferreiro
feliz	in (prefixo)	infeliz
pedra	egulho (sufixo)	pedregulho
ativo	in (prefixo)	inativo
igual	dade (sufixo)	igualdade
leitura	re (prefixo)	releitura

Tabela 1 - Exemplos de derivação

Essas derivações são bastante produtivas, como se poderá perceber pelos exemplos:

a) *Derivação parassintética*

Ex.: a (prefixo) + noite (primitiva) + cer (sufixo) = anoitecer

b) *Derivação imprópria*

Ex.: A professora pediu o trabalho ontem, mas eu ainda não havia *feito*.

O aluno conseguiu um *feito* memorável.

Primeira frase: Feito – verbo no particípio

Segunda frase: Feito – substantivo

c) *Derivação regressiva*

Ex.: Comprar (verbo) – Compra (substantivo)

2.2. Composição

Segundo Basílio (1987), “O processo de composição se caracteriza pela junção de uma base a outra para a formação de uma palavra. Assim, dizemos que uma palavra é composta sempre que esta apresenta duas bases”. A composição pode ocorrer via dois métodos: justaposição e aglutinação.

- a) A *justaposição* se dá quando se juntam duas ou mais palavras ou radicais, e não ocorre alteração fonética, isto é, cada palavra ou radical permanece com sua mesma ortografia, assim como era antes da composição. Guarda-roupa, quarta-feira, passatempo, são alguns exemplos.
- b) A *aglutinação* ocorre quando se une dois ou mais vocábulos ou radicais, sendo que há alteração fonética, isto é, ocorre supressão de um ou mais de seus elementos fonéticos. Embora (em + boa + hora), fidalgo (filho + de + algo), aguardente (água + ardente), são exemplos de aglutinação.

Existem ainda outros processos de formação de palavras, como sigla, hibridização, onomatopeia, entre outros, menos produtivas.

Outro importante meio de o léxico de uma língua ser aumentado dá-se por conta de empréstimos, cujo processo ver-se-á a seguir.

2.3. Empréstimos linguísticos

É natural que quando ocorre o contato entre dois grupos distintos, com diferentes culturas e falantes de línguas desiguais, haja também o uso de vocábulos de outras línguas para que assim se expressem os pensamentos, ou se referenciem objetos, comportamentos para os quais não são encontradas palavras em sua própria língua. É aí que se inicia o uso de empréstimos linguísticos. Pode-se notar sem dificuldades que algumas expressões ou palavras estrangeiras que antes eram utilizadas individualmente passaram a ser usadas por um grupo maior, uma comunidade, com suas devidas alterações para melhor adequação ao padrão fonológico-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

co da língua receptora desses vocábulos. Dá-se o nome de empréstimo a todo esse processo.

Robins (1977) afirma que as palavras tabaco, café e chá na língua inglesa e na maioria das línguas da Europa são empréstimos linguísticos de uma língua índio-americana, do árabe e do chinês, respectivamente. Ele explica esse fato, asseverando que esses vocábulos faziam parte de línguas de onde esses produtos foram importados inicialmente no continente europeu. É facilmente perceptível que o mínimo contato com falantes de uma língua que tem boa representatividade e prestígio sócio-político provoca uma série de empréstimos linguísticos no ambiente em questão.

Verifica-se isso na influência que a língua francesa exerceu sobre a língua inglesa após a conquista normanda e a implementação do governo normando na Inglaterra. Outro exemplo claro é o corrente uso de palavras de origem gregas em áreas como literatura (ex.: biblioteca), ciência (Ex.: biologia), e de origem latina na filosofia (ex.: episteme), o que mostra a relevância dos gregos e latinos nessas áreas. No século XIX, no Brasil, devido à influência cultural francesa, palavras como *abajour* e *detalhe* eram abominadas por puristas.

Ainda segundo Robins (1977), “as línguas estão em um contínuo estado de mudança, e empréstimos dever ser considerados como aquelas palavras que não estavam no vocabulário em um período e que nele estão num período subsequente”, como as pessoas mudam, a língua também muda e evolui, e esses acontecimentos devem ser tratados como inerentes ao processo linguístico, porque palavras que antes não integravam uma língua passam a integrá-la a fim de suprir supostas “deficiências” em expressar as necessidades dos falantes. O linguista ainda afirma que uma língua recebe empréstimos constantemente, “mas sua frequência e suas fontes são temporariamente atingidas por fatores políticos e outros que resultam de contatos culturais restritos de uma ou outra espécie”.

3. *A linguagem jornalística e a utilização de empréstimos*

A linguagem jornalística, como informa Correia (2009), deve ser relevante, clara, concisa e tocar o leitor de imediato: A relevância, destaca o autor,

(...) a atividade dos jornalistas e das organizações noticiosas contribuindo para definir e redefinir, construir e reconstruir os fenômenos sociais, ajuda a produ-

zir normas que determinam o que possui relevância para ser considerado notícia. (TUCHMAN, 2002, p. 91-92, *apud* CORREIA, 2009, p. 10).

Nesse sentido, com a grande penetração da informática no cotidiano de nossa sociedade, nada estranho que palavras advindas desse contexto façam parte de artigos jornalísticos, visto a sua relevância.

Assim, pesquisam-se neste trabalho os vocábulos emprestados da informática encontrados no principal periódico veiculado em nosso Estado: *O Estado do Maranhão*, no período de 13 de outubro ao dia 17 do mesmo mês, os quais serão apresentados a seguir.

3.1. A linguagem da informática no *O Estado do Maranhão*¹⁵

Tabela 2 - Palavras no *O Estado do Maranhão*

Data	Trecho	Caderno
13 de outubro	Dilma <i>minimiza</i> impacto da aliança	(1) <i>Política</i>
13 de outubro	O presidente do PSB <i>publicou</i> uma mensagem	(1) <i>Política</i>
13 de outubro	Indivíduos que encontram na revolta contra o <i>sistema</i> , o <i>status quo</i>	(1) <i>Opinião</i>
13 de outubro	O cartão do Enem pode ser <i>acessado</i> pela internet	(1) <i>O país</i>
13 de outubro	Auxílio no <i>colhimento de dados</i> de acidentes	(4) <i>Cultura</i>
13 de outubro	é preciso fazer <i>login</i> no sistema	(1) <i>O país</i>
16 de outubro	<i>Virtual</i> candidata a prefeita de São Luís	(1) <i>Política</i>
16 de outubro	A <i>rede</i> de academias bodytech chegou em São Luís	(1) <i>Consumidor</i>
16 de outubro	Produção de conteúdos <i>digitais</i>	(4) <i>Alternativo</i>
16 de outubro	Contempla as categorias artes, <i>transmídia</i> etc.	(4) <i>Alternativo</i>
17 de outubro	Aécio anunciou nas <i>redes sociais</i> que o senador	(1) <i>Política</i>
17 de outubro	Outra atração é o <i>espaço digital</i> , onde os estudantes	(1) <i>Opinião</i>
17 de outubro	Messi usou sua <i>conta</i> no Instagram	(2) <i>Esporte</i>
17 de outubro	Viva internet já teve 5 milhões de <i>acessos</i>	(3) <i>Cidades</i>
17 de outubro	<i>Conexão gratuita</i> de internet	(3) <i>Cidades</i>
17 de outubro	O serviço tem 50800 <i>usuários</i> cadastrados	(3) <i>Cidades</i>
17 de outubro	Foram montadas telas <i>touchscreen</i>	(3) <i>Geral</i>
17 de outubro	A <i>blogger</i> eleita	(4) <i>Alternativo</i>
17 de outubro	Abrço e <i>selfie</i> de Sophia Reis	(4) <i>Alternativo</i>
17 de outubro	Edição <i>on-line</i> do colunista	(4) <i>Alternativo</i>
17 de outubro	Já é possível <i>navegar</i> pelo <i>game</i>	(3) <i>Geral</i>
15 de outubro	Criação de <i>ambientes digitais</i>	(3) <i>Geral</i>

¹⁵ Este jornal tem a seguinte organização: apresenta-se com 4 cadernos. O primeiro (1) compreende: Política, Opinião, O país, Economia, Consumidor e Geral; o segundo (2): Esportes; o terceiro (3): Cidades e Geral; e o quarto (4): Alternativo: Cultura e Lazer e Eventos sociais

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

15 de outubro	Optar por compra <i>mobile</i>	(1) Consumidor
15 de outubro	Da mesma forma que o <i>internet banking</i> ajudou na proliferação do <i>e-commerce</i> , o acesso de bancos por meio de <i>aplicativos móveis</i> irá ajudar na disseminação do <i>m-commerce</i> .	(1) Consumidor
14 de outubro	O destaque foi para a <i>programação de games</i>	(4) Alternativo

Na sequência, analisar-se-ão os vocábulos encontrados, restringindo-nos àqueles de um elemento¹⁶, observando:

- a) Se o mesmo está dicionarizado;
- b) Qual sua acepção no contexto da informática;
- c) Qual sua acepção no contexto utilizado;
- d) Qual o processo de formação que o criou.

4. Seleção e análise do corpus

4.1. Vocábulos encontrados no Estado do Maranhão

Minimizar =

- Está dicionarizado, com o sentido de “1. reduzir ao número, grau ou extensão menor possível: “Até que ponto será possível minimizar riscos?” (Arnaldo Magalhães de Giacomo). 2. Estimar no menor possível número ou proporção. 3. Depreciar. 4. *Inform* Em certos programas, reduzir a janela de um aplicativo para o tamanho de um ícone”.¹⁷
- Sua acepção no contexto da informática é: “Reduzir uma janela a um ícone”.¹⁸
- No contexto foi utilizado no sentido de tornar mínimo.
- O vocábulo foi criado pelo processo de derivação sufixal: mínimo + izar = minimizar.

Publicou (Publicar) =

- Está dicionarizado, com o sentido de “1. Afixar ou apregoar em lugares públicos; levar ao conhecimento público; tornar público e notório: *Publicar uma lei, uma sentença. vtd* 2

¹⁶ A análise das locuções ficará para um próximo trabalho.

¹⁷ *Dicionário on-line Michaelis*:

<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=minimizar>>. Acesso em: 18-12-2014

¹⁸ *Dicionário de informática*. Disponível em: <<http://www.dicweb.com/cc.htm>>. Acesso em: 18-12-2014.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Imprimir para a venda; editar: *Publicar uma revista, um livro. vtd* 3 Assoalhar, divulgar, espalhar: *Publicar os defeitos de alguém. vpr* 4 Proclamar-se: *Publicara-se por autor de uma obra realizada por outrem*".¹⁹

- Sua acepção no contexto da informática é: “*publicar una obra a través de algún soporte o a corregir y adaptar una obra de acuerdo a ciertas reglas y normas*”.²⁰
- No contexto foi utilizado no sentido de tornar público.
- O vocábulo foi criado pelo processo de derivação sufixal: public + ar = publicar.

Sistema =

- Está dicionarizado, com o sentido de “**1** Conjunto de princípios verdadeiros ou falsos, donde se deduzem conclusões coordenadas entre si, sobre as quais se estabelece uma doutrina, opinião ou teoria. **2** Corpo de normas ou regras, entrelaçadas numa concatenação lógica e, pelo menos, verossímil, formando um todo harmônico. **3** Conjunto ou combinação de coisas ou partes de modo a formarem um todo complexo ou unitário: *Sistema de canais*. **4** Qualquer conjunto ou série de membros ou elementos correlacionados: *Sistema de força*. **5** Hábito ou costume peculiar de cada criatura. **6** Processo de classificação dos seres pertencentes à História Natural. **7 Biol** Conjunto de órgãos destinados a idênticas funções fisiológicas; (...)”.²¹
- Sua acepção no contexto da informática é: “Programa que gerencia as funções básicas de um computador, armazenamento e recuperação de informações”.²²
- No contexto foi utilizado no sentido de ser um conjunto de princípios verdadeiros ou falsos, donde se deduzem conclusões coordenadas entre si, sobre as quais se estabelece uma doutrina, opinião ou teoria.
- Processo de formação: palavra primitiva

Acessado (acesso ou acessar) =

- Está dicionarizado, com o sentido de: “**1** Aproximação, chegada, entrada, admissão, alance. **2** Elevação, promoção de um cargo a outro. **3** Comunicação, trato social: *Homem de difícil acesso*. **4** Passagem, trânsito: *Direito de acesso*. **5 Med** Ataque repentino: *Aces-*

¹⁹ *Dicionário on-line Michaelis*. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=publicar>. Acesso em: 24-02-2015.

²⁰ *Dicionário on-line Definição.de*. Disponível em: <http://definicion.de/editor>. Acesso em: 24-02-2015.

²¹ <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=sistema>. Acesso em: 24-02-2015.

²² <http://www.dicweb.com/ss.htm>. Acesso em: 24-02-2015.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

so cardíaco. 6 Arrebatamento transporte: *Acesso de ira. 7Med* Fenômeno patológico que aparece e desaparece periodicamente: *Acesso de tosse. 8* Admissão a relações sexuais. *A. aleatório, Inform:* capacidade de acessar imediatamente posições de memória em qualquer ordem. *A. do Sol:* movimento que o aproxima do equador. *Antôn: recesso do Sol. A. instantâneo, Inform:* área de armazenamento que virtualmente não apresenta qualquer demora de acesso. *A. remoto, Inform:* ligação que permite a um usuário acessar um computador à distância, normalmente usando um *modem. A. sequencial, Inform:* método de recuperação de dados de um dispositivo de armazenamento, começando do início desse meio de armazenamento. Lê-se cada registro, um após o outro, até ser encontrado o dado desejado. *A. serial, Inform:* Acesso a um item de dado através da leitura de todos os dados numa lista, até que o dado correto seja encontrado”.²³

- Sua acepção no contexto da informática é: “Ingressar, por meio de uma rede, aos dados de um computador”.²⁴
- No contexto foi utilizado no sentido de ingressar, por meio de uma rede, aos dados de um computador.
- O vocábulo foi criado pelo processo de derivação sufixal: acesso + ado = acessado.

Login =

- Não está dicionarizado.
- Sua acepção no contexto da informática é: “Código com o qual o usuário se identifica para acessar o servidor de uma rede. O mesmo que Logon”.²⁵
- No contexto foi utilizado no sentido de ser um código com o qual o usuário se identifica para acessar o servidor de uma rede.
- Processo de formação: empréstimo

Virtual =

- Está dicionarizado, com o sentido de “**1** Que não existe como realidade, mas sim como potência ou faculdade. **2** Que equivale a outro, podendo fazer as vezes deste, em virtude ou atividade. **3** Que é suscetível de exercer-se embora não esteja em exercício; potencial. **4** Que não tem efeito atual. **5** Possível. **6** Diz-se do foco de um espelho ou lente, determinado pelo encontro dos prolongamentos dos raios luminosos”.²⁶

²³ <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/acesso%20_893131.html>. Acesso em: 24-02-2015.

²⁴ <<http://www.dicweb.com/aa.htm>>. Acesso em: 24-02-2015.

²⁵ <<http://www.dicweb.com/ll.htm>>. Acesso em: 24-02-2015.

²⁶ <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=virtual>>. Acesso em: 24-02-2015.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- Sua acepção no contexto da informática é: “del latín *virtus* (“*fuerza*” o “*virtud*”), *virtual* es un adjetivo que, en su sentido original, hace referencia a aquello que tiene virtud para producir un efecto, pese a que no lo produce de presente”.²⁷
- No contexto foi utilizado no sentido de não existir como realidade, mas sim como potência ou faculdade.
- Processo de formação: palavra primitiva

Rede =

- Está dicionarizado, com o sentido de “**1** Aparelho de pesca feito com fio que forma malhas, mais ou menos largas, que deixam passar a água e retém os peixes. **2** Tecido de malhas usado para apanhar aves e ainda aplicado em armadilhas para apanhar outros animais silvestres. **3** Tecido de fios metálicos pregado sobre caixilhos de portas ou janelas, a fim de evitar a entrada de insetos nas habitações. **4** Tecido fino de malha, com que as mulheres envolvem o cabelo. **5** Tecido de arame, para resguardar as vidraças. **6** Qualquer trançado de fios de qualquer material. **7**Leito balouçante, feito de malha ou de pano grosso, que se suspende pelas duas extremidades, em geral nos portais ou em árvores. (...) **16** *Radiotéc*n Fontes de potencial conjugadas de modo que qualquer uma ou todas possam ser utilizadas pelas estações delas dependentes”.²⁸
- Sua acepção no contexto da informática é: “Conjunto de computadores interligados, de modo a permitir aos usuários o compartilhamento de programas e arquivos”.²⁹
- No contexto foi utilizado no sentido de ser uma fonte de potencial conjugada de modo que qualquer uma ou todas possam ser utilizadas pelas estações delas dependentes.
- Processo de formação: Palavra primitiva.

Digitais (digital) =

- Está dicionarizado, com o sentido de “**1** Relativo ou pertencente aos dedos. **2** Diz-se da impressão deixada pelos dedos. **3** Que tem analogia com os dedos. **4** Relativo a dígito. *sf* **1** Impressão deixada pelos dedos. **2** *Bot V dedaleira*. **3** *Bot* Planta acantácea (*Sanchezia nobilis*). **4** *Eletrôn* Que se utiliza de um conjunto de dígitos, em vez de ponteiros ou marcas numa escala, para mostrar informações numéricas: *Termômetro digital*. **5** *Eletrôn* Diz-se do circuito eletrônico que produz e responde a sinais que, num determinado instante, encontram-se num dentre os vários níveis possíveis (geralmente dois). **6** *Eletrôn* Diz-se dos dados contínuos separados em unidades distintas, para facilitar a sua transmissão, processamento etc. **7** *Eletrôn* Diz-se da transmissão (*p. ex.*, de som) assim realizada.

²⁷ <<http://definicion.de/virtual>>. Acesso em: 24-02-2015.

²⁸ <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=rede>>. Acesso em: 24-02-2015.

²⁹ <<http://www.dicweb.com/rr.htm>>. Acesso em: 24-02-2015.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

8 *Inform* Computador que opera com quantidades numéricas ou informações expressas por algarismos. **9** *Inform* Computador cujos dados são processados por representações discretas”.³⁰

- Sua acepção no contexto da informática é: “Todo projeto que gera, armazena e transmite dados codificados pelo sistema binário. Os dados são numericamente representados pelos algarismos um e zero”.³¹
- No contexto foi utilizado no sentido de ser um projeto que gera, armazena e transmite dados codificados pelo sistema binário.
- O vocábulo foi criado pelo processo de derivação sufixal: digit + al = digital.

Transmídia =

- Não está dicionarizado.
- Sua acepção no contexto da informática é: “(1) a criação de novos dispositivos, como leitores de e-books e celulares com TV digital, os quais são estruturados por uma mesma tecnologia, a tecnologia digital; (2) uma cultura da convergência, na qual os interatores se engajam nestes distintos meios para procurar mais informações a respeito de uma determinada história; (3) um estudo específico sobre Narrativas. Transmídia é uma tipologia de narrativa pós-clássica estudada pela narratologia transmidiática”.³²
- No contexto foi utilizado no sentido de ser uma criação de novos dispositivos os quais são estruturados por uma mesma tecnologia, a tecnologia digital.
- O vocábulo foi criado pelo processo de derivação prefixal: trans (através de) + mídia = transmídia.

Conta =

- Está dicionarizado, com o sentido de “**1** Ação ou efeito de contar. **2** Cálculo, cômputo, operação aritmética. **3** Nota do que se deve; fatura: *Conta de luz. Conta de água.* **4** *Cont* Título em que se faz o lançamento de uma transação: *Conta de móveis e utensílios.* **5** Registro e confrontação dos débitos e créditos ou de receita e despesa. **6** Atribuição, cuidado, encargo, responsabilidade. **7** Atenção, cautela, prevenção, sentido. **8** Importância. **9** Notícia, participação. **10** Imputação, queixa. **11** Apreço, estimação, reputação. **12** Justificação. **13** Atribuições. **14** Cada uma das peças minúsculas de vidro, marfim, metal, madeira etc., perfuradas para serem enfiadas por linha, arame ou cordel, que se usam na confecção de rosários, terços, colares e bordados. **15** Miçanga. **16** *Inform* Em uma rede ou

³⁰ <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=digital>>. Acesso em: 24-02-2015.

³¹ <<http://www.dicweb.com/dd.htm>>. Acesso em: 24-02-2015.

³² *Enciclopédia Livre- Wikipédia*. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Transm%C3%ADdia>>. Acesso em: 24-02-2015.

sistema *online*, registro do nome, senha e direitos de acesso de um usuário a essa rede ou sistema; (...).³³

- Sua acepção no contexto da informática é: “Registro utilizado por um fornecedor de serviços on-line para identificar os serviços de um assinante ou cliente”.³⁴
- No contexto foi utilizado no sentido de ser uma rede ou sistema on-line.
- O vocábulo foi criado pelo processo de derivação regressiva: contar (verbo) – conta (substantivo).

Acessos (acessar) =

- Está dicionarizado, com o sentido de: “**1** Aproximação, chegada, entrada, admissão, al-cance. **2** Elevação, promoção de um cargo a outro. **3** Comunicação, trato social: *Homem de difícil acesso*. **4** Passagem, trânsito: *Direito de acesso*. **5 Med** Ataque repentino: *Acesso cardíaco*. **6** Arrebatamento transporte: *Acesso de ira*. **7 Med** Fenômeno patológico que aparece e desaparece periodicamente: *Acesso de tosse*. **8** Admissão a relações sexuais. **A. aleatório, Inform:** capacidade de acessar imediatamente posições de memória em qual-quer ordem. **A. do Sol:** movimento que o aproxima do equador. **Antôn:** *recesso do Sol*. **A. instantâneo, Inform:** área de armazenamento que virtualmente não apresenta qualquer demora de acesso. **A. remoto, Inform:** ligação que permite a um usuário acessar um com-putador à distância, normalmente usando um *modem*. **A. sequencial, Inform:** método de recuperação de dados de um dispositivo de armazenamento, começando do início desse meio de armazenamento. Lê-se cada registro, um após o outro, até ser encontrado o dado desejado. **A. serial, Inform:** Acesso a um item de dado através da leitura de todos os da-dos numa lista, até que o dado correto seja encontrado”.³⁵
- Sua acepção no contexto da informática é: “Ingressar, por meio de uma rede, aos dados de um computador”.³⁶
- No contexto foi utilizado no sentido de ingressar, por meio de uma rede, aos dados de um computador.
- Processo de formação: palavra primitiva.

³³ <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/conta%20_933714.html>. Acesso em: 24-02-2015.

³⁴ <<http://www.dicweb.com/cc.htm>>. Acesso em: 24-02-2015.

³⁵ <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/acesso%20_893131.html>. Acesso em 24-02-2015.

³⁶ <<http://www.dicweb.com/aa.htm>>. Acesso em: 24-02-2015.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Conexão =

- Está dicionarizado, com o sentido de “**1** Ligação de uma coisa com outra. **2** *Mec* Seção de tubo ou cano, de várias formas, para ligar as extremidades adjacentes de dois tubos ou canos. Segundo a forma e modo de ligação específicos, é denominada *luva*, *cruzeta*, *cotovelo*, *flange*, *níple*, *bucha*, *união*. **3** *Mec* Ligação entre duas peças, mecanismos, dispositivos etc. **4** *Eletr* Ligação de dois condutores de um circuito ou de um aparelho elétrico a um circuito. **5** Dependência, relação, nexo. **6** Analogia entre coisas diversas. **7** Coerência”.³⁷
- Sua acepção no contexto da informática é: ligação, embora não esteja dicionarizada.
- No contexto foi utilizado no sentido de ligação.
- Processo de formação: derivação sufixal: conectar + ação = conexão (com supressão fonética).

Usuário (s) =

- Está dicionarizado, com o sentido de “**1** Que, por direito proveniente de uso, frui as utilidades da coisa. **2** Que serve para nosso uso. **3** Dizia-se do escravo de que só se tinha o uso, mas não a propriedade. *sm* Aquele que, por direito de uso, frui as utilidades da coisa. *U. autorizado, Inform:* pessoa à qual é dada a permissão para acessar um sistema. *U. remoto, Inform:* pessoa que utiliza um computador ou programa através do acesso remoto. *U. sofisticado, Inform:* usuário que precisa do último e mais rápido modelo de computador, porque executa aplicações complexas, com alta demanda de processamento”.
- Sua acepção no contexto da informática é: “Indivíduo que utiliza um computador, rede de computadores ou os serviços de um site, nestes dois últimos casos, identificados por meio de um login ou senha”.³⁸
- No contexto foi utilizado no sentido de indivíduos que utilizam um computador (...) identificados por meio de um login ou senha.
- O vocábulo foi criado pelo processo de derivação sufixal: uso + ário (ação) = usuário.

Touchscreen =

- Não está dicionarizado.
- Sua acepção no contexto da informática é: “Tecnologia que dispensa o uso do mouse. Os comandos são executados por meio de toques na tela do computador”.³⁹

³⁷ <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=conex%E3o>>. Acesso em: 24-02-2015.

³⁸ <<http://www.dicweb.com/cc.htm>>. Acesso em: 24-02-2015.

³⁹ <<http://www.dicweb.com/tt.htm>>. Acesso em: 24-02-2015.

- No contexto foi utilizado no sentido de ser uma tecnologia na qual os comandos são executados por meio de toques na tela do computador.
- Processo de formação: empréstimo.⁴⁰

Blogger (bloguista) =

- Está dicionarizado, com o sentido de “autor de um blog. = BLOGUEIRO”.⁴¹
- Sua acepção no contexto da informática é: “um serviço do Google, que oferece ferramentas para edição e gerenciamento de blogs, de forma semelhantemente ao WordPress, mas indicado para usuários que nunca tenham criado um blog, ou que não tenham muito familiaridade com a tecnologia”.⁴²
- No contexto foi utilizado no sentido de que a candidata eleita era autora de um blog.
- O vocábulo foi criado primeiramente por empréstimo: de “blog” da Língua Inglesa, na sequência, pelo processo de derivação sufixal, utilizando-se sufixo -er (aquele que faz) emprestado da mesma Língua = blogger.

Selfie =

- Não está dicionarizado.
- Sua acepção no contexto da informática é: “*selfies* é um termo utilizado para fotografias de si mesmo através da câmera de celulares e tablets. De origem inglesa, esse termo se tornou uma moda nos últimos meses, após a contribuição de diversas celebridades, como os astros de Hollywood durante a cerimônia do Oscar e até o presidente norte-americano Barack Obama. Normalmente, essas imagens são tiradas através da câmera frontal dos aparelhos e, logo após, compartilhadas em redes sociais”.⁴³
- No contexto foi utilizado no sentido de ser um tipo de fotografia na qual a pessoa se fotografa, geralmente utilizando a câmera frontal de aparelhos como celulares ou tablets.
- Processo de formação: empréstimo.

⁴⁰ Trata-se de uma palavra composta em língua inglesa.

⁴¹ *Dicionário on-line Priberam*. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/bloguista>> Acesso em: 24-02-2015.

⁴² <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Blogger>> Acesso em: 24-02-2015.

⁴³ *Dicionário de tecnologia Techtudo*. Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2014/04/dicionario-de-tecnologia-entenda-o-significado-dos-termos.html>>. Acesso em: 24-02-2015.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

On-line =

- Não está dicionarizado.
- Sua acepção no contexto da informática é: “Termo utilizado para designar quando um computador está conectado à uma rede ou qualquer tipo de comunicação entre computadores”.⁴⁴
- No contexto foi utilizado no sentido de indicar que um computador está conectado a uma rede.
- Processo de formação: empréstimo.

Navegar =

- Está dicionarizado, com o sentido de “1 Viajar pelo mar ou pelos grandes rios: *Navegar pelo Atlântico, pelo Amazonas. Apenas uma vez navegamos. vtd 2* Atravessar, cruzar, percorrer o oceano ou o espaço: “...É navegar meus longos mares ousas” (Luís de Camões). *Navegar a estratosfera. vint 3* Dirigir um navio no mar. *vint 4* Dedicar-se à navegação. *vtd e vti 5* Andar, caminhar, percorrer certa distância: *Navegaram léguas!* “Ele navegava sempre por essas estradas, ia e vinha” (Valdomiro Silveira). *vtd 6* Carregar, transportar em navio: *Navegavam o pau-brasil. vint 7* Prosperar numa empresa: *Felizmente, vamos navegando. vint 8* gir Fugir apressadamente: *O malandro navegou. Navegar a remo e vela:* empregar todos os esforços; usar de todos os recursos. *Navegar de ló:* navegar contra o vento, quase à bolina. *Navegar de vento em popa:* o mesmo que *ir de vento em popa. Navegar na banca, gir:* apontar jogo na certa”.⁴⁵
- Sua acepção no contexto da informática é: “Metáfora utilizada para expressar o ato de procurar informação na Internet. Daí os programas específicos para esse fim (browsers) serem chamados também de navegadores”.⁴⁶
- No contexto foi utilizado no sentido de ser uma metáfora utilizada para expressar o ato de procurar informação na Internet.
- O vocábulo foi criado pelo processo de derivação sufixal: navegar + ar = navegar.

Game =

- Não está dicionarizado.

⁴⁴ <<http://www.dicweb.com/oo.htm>>. Acesso em: 03-03-2015.

⁴⁵ <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=navegar>>. Acesso em: 03-03-2015.

⁴⁶ <<http://www.dicweb.com/nn.htm>>. Acesso em: 03-03-2015.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- Sua acepção no contexto da informática é: “a) modo de jogar. *the noble game of chess* / o nobre jogo de xadrez. b) divertimento, brincadeira. **2** peça, zombaria, alvo de caçoadas. **3** artigos para jogo ou passatempo. **4** partida, peleja”.⁴⁷
- No contexto foi utilizado no sentido de jogo.
- Processo de formação: empréstimo.

Mobile =

- Não está dicionarizado.
- Sua acepção no contexto da informática é: “*Mobile* é uma expressão inglesa usada para classificar aparelhos e serviços criados para dispositivos móveis, como smartphones e tablets. Com a popularização dos celulares inteligentes, é cada vez mais comum que empresas lancem versões de programas de computador para esses equipamentos”.⁴⁸
- No contexto foi utilizado no sentido de ser uma expressão usada para classificar aparelhos e serviços criados para dispositivos móveis, como smartphones e tablets.
- Processo de formação: empréstimo.

E-commerce =

- Não está dicionarizado.
- Sua acepção no contexto da informática é: “[Ing. Forma reduzida para *Electronic Commerce*]. V. Comércio Eletrônico. Transações comerciais envolvendo bens ou serviços, entre pessoas físicas e jurídicas efetivadas por meio da internet”.⁴⁹
- No contexto foi utilizado no sentido de ser um tipo de transação comercial.
- Processo de formação: empréstimo.⁵⁰

M-commerce =

- Não está dicionarizado.

⁴⁷ *Dicionário de Inglês on-line Michaelis*. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/ingles/definicao/ingles-portugues/game_452704.html>. Acesso em: 03-03-2015.

⁴⁸ <<http://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2014/04/dicionario-de-tecnologia-entenda-o-significado-dos-termos.html>>. Acesso em: 02-02-2015.

⁴⁹ <<http://www.dicweb.com/ee.htm>>. Acesso em: 02-02-2015.

⁵⁰ Na criação da palavra em língua inglesa houve uma composição por aglutinação.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

- Sua acepção no contexto da informática é: “[Ing. Forma reduzida para mobile commerce] (comércio móvel). Modalidade de comércio eletrônico realizada, por meio de dispositivos móveis (sem fio), como o telefone celular, com acesso à internet”.⁵¹
- No contexto foi utilizado no sentido de ser uma modalidade de comércio eletrônico.
- Processo de formação: empréstimo⁵².

No jornal *O Estado do Maranhão* foram observadas no período analisado, vinte e duas ocorrências (de vocábulos de apenas um elemento), como mostra a tabela a seguir:

Cadernos:	Caderno 1	Caderno 2	Caderno 3	Caderno 4
Nº de ocorrências:	10	1	6	5
Percentual correspondente (do total):	45,454 %	4,545%	27,272 %	22,727 %

Tabela 3 - Porcentagem de ocorrências

5. *Discussão dos dados*

Nota-se que os cadernos em que foram observadas mais ocorrências foram os cadernos 1 (Política, Opinião, O país, Economia, Consumidor e Geral) e 4 (Alternativo - Cultura e Lazer e Eventos sociais), e os cadernos com menos ocorrências foram os cadernos 2 (Esportes) e 3 (Cidades e Geral).

Dados veiculados pelo jornal *O Estado do Maranhão*⁵³ mostram que 68,17% em média dos leitores dos cadernos 1 e 4 têm escolaridade entre nível fundamental completo e nível superior incompleto, enquanto 67,95% dos leitores dos cadernos 2 e 3 têm entre nível fundamental completo e nível superior incompleto, resultados esses que possuem diferença insignificante (0,22%). Tão pouca diferença permite inferir que o público leitor de tais cadernos é semelhante, e o uso de vocábulos advindos do léxico tecnológico poderia ser de semelhante proporção, pois seus leitores compreenderiam com facilidade esses termos, visto que pessoas com mais escolaridade têm mais acesso ao mundo informatizado.

⁵¹ <<http://www.dicweb.com/mm.htm>>. Acesso em: 02-02-2015.

⁵² Na criação da palavra em língua inglesa houve uma composição por aglutinação.

⁵³ <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:3TkCb-SgubsJ:imirante.globo.com/oestadoma/internas/o-jornal/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&q=br>>. Acesso em: 26-02-2015.

As palavras, muitas já constam em dicionários de língua portuguesa, enquanto outras, nem nos de informática são observadas, são estas: game, transmídia, blogger. Alguns vocábulos encontrados foram emprestados da língua inglesa e penetraram em nosso léxico como dessa língua vieram, são eles: e-commerce, m-commerce, login, touchscreen, selfie, on-line, game e mobile, que correspondem a 25,806% do total de ocorrências.

Outras palavras sofreram processos de derivação, são elas: minimizar, publicou (publicar), acessado, digital, transmídia, conexão, usuário, blogger, navegar, tuitada, conectados e viralizaram, que correspondem a 38,709% do total de ocorrências.

6. Considerações finais

Como já foi dito, o mundo da informática faz parte de nosso cotidiano e, como o jornal é uma leitura desse, não há de se estranhar a grande penetração de vocábulos desse mundo nesse tipo de veículo de informação.

Ao final da pesquisa, lembrando Correia (2009) que tratou da relevância da linguagem jornalística, podemos dizer que a linguagem tecnológica já adentrou o vocabulário da maioria da população letrada, visto que periódicos importantes a utilizam para a redação de suas notícias, propagandas, classificados, indicando que seus leitores a compreendem sem grande dificuldade, visto o contexto sociocultural em que se encontram. Palavras como “minimiza”, “publicou”, “sistema”, “status quo”, “virtual”, “rede” e “usuários”, que foram selecionadas como informatizadas e constam na tabela inserida páginas acima (páginas 13 a 16), sofreram o processo inverso ao que é apresentado neste trabalho, ou seja, são palavras que já existiam na língua portuguesa e passaram a adquirir novos significados ao serem incorporadas pelo “mundo da informática”.

No final das análises, percebeu-se que o caderno de Esportes apresenta menos ocorrências desses vocábulos, apontando que o jornal pode supor que seus leitores podem ter dificuldade na compreensão dos termos. Isso é fato, visto que os esportes (sobretudo o futebol) agradam, especialmente, o público masculino de qualquer escolaridade, de todos os níveis econômicos. Pode-se inferir também que o número de ocorrências dessas palavras nos cadernos esportivos poderia ser maior se nos esportes fossem utilizados mais recursos eletrônicos e de informática.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Tudo indica que, cada vez mais, o homem estará inserido neste mundo de tecnologia, atuando e interagindo em rede e o jornal, como foi dito, antena desse momento, mais e mais possivelmente fará uso do vocabulário advindo desse campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ed. Wilson. *200 anos da imprensa no Brasil: 50 anos do Jornal Pequeno*. 2004. Disponível em:

<<http://www.piratinga.org.br/artigos/2004/01/araujo-jornalpequenos.html>>. Acesso em: 19-10-2014.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASÍLIO, Margarida. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

DALCANAL, Verônica. *Publicar o impúblicável*. Disponível em:

<<http://www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/atualiza/a12702003.htm>>. Acesso em: 19-10-2014.

DICIONÁRIO de informática. Disponível em:

<<http://www.dicweb.com/cc.htm>>. Acesso em: 18-12-2014.

DICIONÁRIO de português online. Sistema. Disponível em:

<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=sistema>>. Acesso em: 24-02-2015.

DICIONÁRIO informática & negócios. Disponível em:

<<http://www.dicweb.com/ss.htm>>. Acesso em: 24-02-2015.

DICIONÁRIO on-line definicion.de. Disponível em:

<<http://definicion.de/editor>>. Acesso em: 24-02-2015.

DICIONÁRIO on-line Michaelis. Publicar. Disponível em:

<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=publicar>>. Acesso em: 24-02-2015.

KEHDI, Valter. *Formação de palavras em português*. São Paulo: Ática, 2003.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MELLO E SOUZA, Cláudio. *Impressões do Brasil*. São Paulo: Grupo Machline, 1986.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

MELO, José Marques de. (Org.). *Imprensa brasileira: personagens que fizeram história*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Universidade Metodista de São Paulo, 2005.

ROBINS, Robert Henry. *Linguística geral*. Trad.: Elizabeth Corbetta A. da Cunha. Porto Alegre: Globo, 1977.

**A OBRA LEXICOGRÁFICA DE USO ESCOLAR:
O LÉXICO TOPONÍMICO
E O DICIONÁRIO PEDAGÓGICO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Pedro Antonio Gomes de Melo (UNEAL)
petrus2007@ibest.com.br

RESUMO

Os dicionários pedagógicos assumem diversos papéis, respondendo a questões sociais, pragmáticas, culturais, ideológicas e didáticas, entre outras, e apresentam atributos especiais de composição, estilo, conteúdo temático e propósitos específicos, que o tornam diferente de qualquer outra obra escrita. Sob esse olhar, o presente artigo objetiva discutir a não presença de topônimos nos textos lexicográficos de dicionários escolares monolíngues impressos em língua portuguesa, à luz das teorias linguísticas interdisciplinares da toponímia e da metalexigrafia, advogando a relevância destes signos toponímicos no *corpus* lexicográfico pedagógico com a justificativa de que estes vocábulos não são registros raros de uso da língua, tanto em sua modalidade oral como escrita, como também não são usados apenas com a função identificadora como elementos de referencialização espacial, mas como elemento pragmático e discursivo de organização social e espacial. Assim, deveriam ser incluídos como palavra-entrada de enunciado-verbete nestas obras lexicográficas direcionadas ao ensino básico e, sobretudo, ao ensino médio.

Palavras-chave: Metalexigrafia. Toponímia. Dicionário pedagógico.

1. Introdução

A prática de nomear lugares evidencia os efeitos da sociedade sobre o linguístico e a maneira pela qual o mundo nele se representa, sobretudo em seu léxico toponímico⁵⁴, refletindo e refratando o modo de ver a realidade exterior e a forma como seus sujeitos sociais organizam o meio que os circunda, em seu trato diário com a língua.

Sendo assim, é possível percebermos como os falantes se valem da língua em sua multimodalidade para representar o mundo a sua volta e como o contexto extralinguístico é um relevante fator para o processo de aquisição e para o processo de ensino/aprendizado do léxico.

⁵⁴ Isquerdo (2012, p. 116) define léxico toponímico como o conjunto de “unidades lexicais investidas da função de nome próprio de lugar que podem reunir formas do vocabulário comum, alçadas à categoria de topônimos; nomes próprios de pessoas, de lugares, de crenças, de entidades sobrenaturais que são ressemantizadas com o fim precipuo de nomear um lugar.

Nesse sentido, refletirmos sobre os nomes de cidades brasileiras é retratar a história sociocultural da constituição lexical da língua portuguesa no país, na medida em que eles veiculam em seus conteúdos semânticos características geofísicas, ideológicas, políticas, culturais e históricas registradas numa memória toponímica, como também, mostrar os fundamentos do nome próprio em nossa civilização.

Com isso, queremos dizer que estes locativos⁵⁵ (re)adquirem diferentes aspectos da realidade de um grupo social e são receptores e refratores de determinantes geofísicos e antropoculturais de representações semânticas intencionais que podem revelar traços socioculturais da identidade de um povo mediante as particularidades cristalizadas nos topônimos.

O pecúlio lexical toponímico corresponde a um *corpus* lexical vivo e funcional que se atualiza continuamente no léxico ao ser utilizado pelos falantes em todas as situações da fala, não se constitui em um rol passivo de nomes de lugares, apenas identificando acidentes físicos e/ou humanos. Mas, sobretudo, em um repertório aberto, quer dizer, capaz de se renovar seguindo tendências de ordem biossocial que podem condicionar e/ou influenciar o surgimento, a permanência e/ou a mudança de topônimos.

Daí a importância dos dicionários escolares registrarem as inovações vocabulares toponímicas que vão surgindo no léxico toponímico e se incorporando à língua geral, como reflexo da evolução da sociedade contemporânea.

A partir do supradito, percebemos a relevância desse tipo de vocabulário na língua portuguesa, todavia, após uma observação preliminar dos dicionários de uso escolar: Michaelis (2014), Biderman (2012), Bechara (2011), Silveira Bueno (2007), Tufano (2005), Cegalla (2005), Miniaurélio (2001), não detectamos, em seu *corpus* lexicográfico, a presença de topônimos encabeçando verbetes nesses materiais pedagógicos atuais e considerados, pela crítica e professores, como excelentes em sua função pedagógica e, em alguns casos, avaliados e indicados pelo Programa Nacional do Livro Didático, mais precisamente pelo PNLD – Dicionário, do Ministério da Educação (MEC).

⁵⁵ Neste artigo, empregamos os termos *nome de lugar*, *topônimo*, *signo toponímico* e *locativo* como equivalentes.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Desse modo, neste artigo, torna-se oportuno advogarmos a inserção do signo toponímico como palavra-entrada do enunciado-verbete no repertório dos dicionários escolares monolíngues impressos em língua portuguesa para o ensino básico, sobretudo em dicionários adotados em aulas do ensino médio, fundamentado teoricamente na interface entre as subáreas da linguística: toponímia e metalexigrafia pedagógica.

Cumpramos ressaltarmos que pela carência de investigações lexicológicas/lexicográficas estatísticas no português do Brasil que viabilizem à identificação de um vocabulário básico adequado ao público escolar, muitas decisões para confecção de dicionários ainda são tomadas com base na intuição, pois faltam pesquisas para subsidiá-las. Portanto, se faz mister que estudos sejam realizados sobre o fazer dicionarístico, reconhecendo o dicionário como objeto multifacetado, do qual resultam várias formas de examiná-lo sob diferentes abordagens.

Logo, quanto à pertinência e atualidade deste artigo, entendemos que se justifica à medida que poderá oferecer uma real contribuição para a especialidade em questão, visto que não registramos, em abundância, estudos sobre o léxico toponímico neste gênero de obra de referência⁵⁶ como aqui proposto.

2. *A toponímia e a metalexigrafia: pontos de intersecção no estudo do léxico no contexto escolar*

A onomástica (do grego antigo ὀνομαστική, ato de nomear, dar nome) é uma ciência que integra a linguística, mais particularmente às pesquisas lexicais, “caracterizando-se pelo estudo dos nomes próprios em geral e possui duas subáreas de investigação: a toponímia e a antroponímia” (MELO, 2014, p. 97-98). E mais, nas palavras de Dick (2007, p. 144), o estudo onomástico

é muito mais do que um mero fator auxiliar do agir e do viver individual ou coletivo; é indício de rumos tomados pelos falares ao longo dos períodos históricos, de comportamentos presentes no cotidiano e de atitudes morais ou operosas valorizadas pela população.

⁵⁶ Empregamos, neste artigo, *referência* no sentido de que o usuário consulta o dicionário, sem que seja necessária sua leitura total para encontrar a informação de que precisa.

Neste artigo, utilizaremos como ponto de apoio teórico a toponímia em interlocução com a área da metalexigrafia no contexto escolar.

A toponímia consiste numa disciplina dinâmica e de caráter multidisciplinar, do ponto de vista linguístico, pode ser compreendida como um recorte do léxico de uma língua. Ela apresenta como eixo central de seus estudos o signo toponímico, investigando seus significados, sua etimologia, sua formação, sua variação e mudança, como também os aspectos históricos, socioculturais e ambientais que motivaram a escolha e/ou criação de um nome a partir da intencionalidade que impulsiona o sujeito-nomeador.

Sob esse ponto de vista, Melo (2012, p. 66), explica-nos que os estudos toponímicos podem ser compreendidos “como um indicador cultural, uma vez que o modo como a língua retrata a visão de mundo de um povo evidencia a inter-relação que se estabelece entre língua, cultura e sociedade”. Logo, quando se nomeia cidades no Brasil de forma primitiva e/ou quando se muda estas denominações ao longo do tempo, diferentes fatores podem motivar, influenciar e até determinar a escolha e/ou a mudança do topônimo, tanto de ordem físico-ambiental quanto antropológico-cultural.

Segundo Dick (1990, p. 19) *apud* SIQUEIRA (2011, p. 194) a toponímia “reflete a vivência do homem como membro do grupo que o recebe”. De fato, o ser humano, desde o princípio de sua vivência, procura erguer ou encontrar lugares onde possa fixar-se e dar início a aglomerados sociais (vilas, aldeias, cidades), nomeando as localidades onde firmam suas moradias.

Os estudos toponímicos compõem um caminho para o conhecimento do modo de vida das comunidades linguísticas que ocupam ou já ocuparam um determinado ambiente geográfico, histórico e cultural, no momento que um sujeito-nomeador determina um nome a um acidente humano ou físico revelam-se aí, tendências sociais, políticas, religiosas, culturais, entre outras.

Além disso, estas pesquisas viabilizam a compreensão de traços linguísticos e do homem denominador e, conseqüentemente, permite a percepção de vestígios das contribuições relativas aos aspectos do meio geofísico e sociocultural em que os topônimos foram gerados e suas transformações ao longo do tempo.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Daí a importância do dicionário escolar monolíngue impresso em língua portuguesa, enquanto veículo de armazenagem e recuperação dos fatos linguísticos e extralinguísticos, além de obra de referência para professores e aprendizes no contexto de sala de aula, registrar os topônimos que vão surgindo na toponímia brasileira, especialmente os nomes de cidades, e que se incorporam à língua geral.

Já no campo da lexicografia, podemos destacar que a elaboração de dicionários sempre foi apreciada ao longo dos tempos. Embora a produção de obras de cunho lexicográfico date de muitos séculos, é apenas no século XX que se expandem teorizações sobre a produção dos dicionários.

Trata-se de uma área do conhecimento linguístico que se “ocupa de todas questões relativas aos dicionários, tanto no que diz respeito a seu conteúdo científico [estudo do léxico], quanto à sua elaboração material e técnicas adotadas em sua realização”. (DAPENA, 2004, p. 24)

Com efeito, podemos concebê-la em duas perspectivas:

- (i) como técnica de montagem de dicionário, ocupa-se de critérios para seleção de nomenclaturas ou conjunto de entradas, de sistema definitórios, de estrutura de verbetes, de critérios para remissões, para registro de variantes etc.;
- (ii) como teoria, procura estabelecer um conjunto de princípios que permitam descrever o léxico (total ou parcial) de uma língua, desenvolvendo uma metalinguagem para manipular e apresentar as informações pertinentes. (BORBA, 2003, p. 15)

Sendo assim, a lexicografia também consiste numa subárea da linguística e divide-se em dois grupos – o primeiro, a lexicografia prática que se refere à produção dos dicionários e, o segundo a lexicografia teórica (doravante metalexicografia) que tem por finalidade o exame do dicionário já pronto.

Sob esse olhar, torna-se possível, então, a realização do estudo do léxico toponímico por meio da interface entre a toponímia e metalexicografia pedagógica com a finalidade de incluir nos dicionários escolares os topônimos.

Não há dúvida de que o dicionário – não apenas o escolar – possui um propósito pedagógico, no sentido de ser um material de referência.

Ainda que não haja um consenso entre alguns teóricos acerca de que deveria ser um dicionário escolar, recorreremos a Biderman (2001, p. 131-132) que o define como um dos tipos do chamado dicionário geral da língua, explicando que o aspecto diferenciador destes é “o total de en-

tradas, ou verbetes reunidos”. Enquanto o dicionário-padrão apresenta geralmente mais de 50.000 palavras-entrada podendo ultrapassar o número de 70.000, o dicionário escolar apresenta, aproximadamente, 25.000 entradas, sendo trabalhos lexicográficos direcionados ao espaço educacional.

Desde do início do século XXI, os dicionários escolares de língua portuguesa têm sido objeto de intenso interesse no Brasil. Eles consistem em um valioso instrumento de aquisição e ensino/ aprendizagem do léxico.

Ao abordar questões lexicográficas na confecção de dicionários escolares no Brasil, Gomes (2011, p. 153), afirma que

o século XXI inaugura uma etapa de pesquisa e labor lexicográfico inéditos na tradição brasileira; começa-se a delinear critérios e paradigmas para construção de propostas lexicográficas adequadas ao público e à realidade brasileiros, oferecendo como produto final dicionários, de fato, escolares e não meros recortes de obras mais amplas da língua portuguesa.

É nesse contexto que se encontra a metalexigrafia pedagógica no território brasileiro, compreendida como a análise teórica que visa fornecer subsídios conceituais e técnicos para o fazer dicionarístico no âmbito escolar. Ela engloba os estudos descritivos, críticos e históricos, como também, a teoria da organização do trabalho lexicográfico, as reflexões sobre a metodologia de elaboração e sobre a classificação tipológica das obras lexicográficas direcionadas à sala de aula e ao processo de ensino/aprendizagem de uma língua materna ou de língua estrangeira.

Em suma, esse ramo da lexicografia teórica, no ambiente escolar, ganha cada vez mais espaço no Brasil e tem como finalidade o fazer crítico de obras lexicográficas escolares existentes com o intuito de gerar reflexão linguística e metodológica sobre o próprio objeto de estudo, o dicionário escolar, específico por seu público-alvo, configuração gráfica, discurso lexicográfico e finalidade pedagógica.

3. Uma proposta de inclusão do léxico toponímico como palavra-entrada de verbetes em dicionários de uso escolar

O signo toponímico é o signo linguístico na função onomástica designativa de um espaço geográfico e/ou humano, estudá-lo é compreendê-lo em suas diversas potencialidades, identificando as razões que fazem com que o falante escolha um determinado nome, dentro de um eixo

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

de possibilidades sêmicas para nomear um lugar, desvendando pontos de convergências entre léxico toponímico e mundo exterior.

Para a reflexão aqui apresentada, interessa-nos apenas os topônimos relativos a nomes de cidades brasileiras. Nesse contexto, é importante não confundirmos o nome do lugar com o local propriamente dito, ou seja, o signo toponímico não é a localidade em si, mas uma representação em termos linguísticos, trazendo em sua estrutura sêmica uma convergência de um complexo de fatores na construção de sentidos.

Estes signos toponímicos adquirem sentidos por meio de intersecções línguo-culturais que estão atreladas a um sistema de práticas e valores, crenças e interesses coligados aos sujeito-nomeadores e continuam firmados nos topônimos mesmo no momento que a motivação toponímica, presente no ato de nomear, não mais exista de fato.

Sendo assim, estes locativos fazem parte de um vocabulário sócio-histórico, no qual podemos reconhecer informações que se interrelacionam com a toponímia e o mundo biossocial no qual o signo toponímico está inserido.

Quanto aos processos de formação lexical, eles podem ser caracterizados como elemento específico simples, elemento específico composto e elemento composto híbrido conforme sua estrutura morfossintática.

O topônimo é formado por dois termos: o primeiro chamado de elemento genérico que é relativo à entidade geográfica que irá receber a denominação identificando-a e singularizando-a dentre outras semelhantes e o segundo termo é o elemento específico, que é o topônimo propriamente dito, é o que particulariza a noção espacial.

Quanto ao seu valor semântico, é interessante destacarmos, ainda, que o signo toponímico se contrapõe ao signo linguístico pela sua motivação, porém não há uma relação direta entre linguagem e mundo, e sim um trabalho social designando o mundo por um sistema simbólico cuja semântica vai se construindo situadamente. Assim, é por meio da língua que dados são fornecidos para que se possa recuperar simbolicamente a realidade sociocultural e histórico-geográfica de um povo na construção do significado linguístico.

Por conseguinte, os signos toponímicos são veículos de cultura, marcam influências, atitudes, tradições e falares. Eles atuam na construção de sentidos, em seus objetivos pragmáticos e discursivos, ressaltando

a relação simbólica existente entre linguístico e seu contexto extralinguístico na ação de nomear lugares.

Daí percebemos, pois, o valor patrimonial destes locativos, conforme assinala Dick (1996, p. 337), o topônimo “vai deixando de ser apenas um instrumento de marcação ou de identificação de lugar para se transformar em um fundo de memória, de natureza documental tão valiosa e significativa como os textos escritos”. Portanto, deveriam estar incluídos no *corpus* lexicográfico dos dicionários escolares, sobretudo nos usados em sala de aula do ensino médio.

No aprendizado de uma língua e, conseqüentemente na aquisição do léxico, o que se adquire não é pura e simplesmente um código, com suas regras especificamente linguísticas, mas todo um sistema de práticas e valores, crenças e interesses a ele associados.

Portanto, estas obras lexicográficas direcionadas para sala de aula devem ser compreendidas como um gênero textual específico de suma relevância na prática pedagógica. Nelas, encontramos não apenas informações linguísticas, mas também conhecimentos enciclopédicos, científicos e ideológicos que podem auxiliar na leitura e produção textual em diferentes práticas sociais.

Cumpra salientarmos que o atual PNLD/Dicionários, em sintonia com os instrumentos oficiais que regulam o ensino de língua no país, elegeu o português do Brasil e a língua contemporânea como objetos por excelência dos dicionários escolares.

Ao tratar sobre o dicionário de uso escolar, Rangel (2011, p. 38) explica-nos que

um produto cultural como este é objeto de discussões em ao menos quatro esferas distintas: a acadêmica (no âmbito da lexicologia pedagógica, por exemplo), a prática didático-pedagógica, a da produção editorial (e/ou da prática lexicográfica) e das políticas públicas voltadas para o livro didático e a leitura, em especial as do âmbito educacional.

Os dicionários monolíngües de uso escolar envolvem conhecimentos não apenas linguísticos, mas também conhecimentos extralinguísticos na construção de sentidos. No que diz respeito aos topônimos, Dick (1990, p. 365) afirmar que “identificar acidentes geográficos, significando, é, sem dúvida, a primeira qualidade que se infere do signo topônimo”. Assim, eles podem viabilizar a compreensão de possíveis relações da língua com elementos internos e externos ao sistema linguísticos.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Dentro desta perspectiva, o texto lexicográfico pedagógico adquire sentidos que podem ser atribuídos aos nomes de lugares na produção e/ou recepção textual, assim como desvelar possíveis discursos vinculados a essas materialidades linguísticas e que não são levados a cabo em nossos dicionários escolares monolíngues impressos em língua portuguesa.

Da mesma forma que os dicionários de língua geral, os de uso escolar, também dispõem de dois eixos básicos: macro e microestrutura. Assim sendo, a não inclusão dos topônimos nestas obras lexicográficas causa um problema macro e microestrutural, como também quantitativo nos dicionários que, provavelmente, repercute nos aprendizes e professores em suas práticas de linguagem, no processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa e na produção e recepção de texto, visto que nessas obras de cunho pedagógico também não serão identificados os diversos saberes e dizeres que se materializam em signos toponímicos.

Vale apenas assinalarmos que a seleção macroestrutural da obra escolar deve buscar suprir as necessidades de aprendizagem de seu público alvo, incluindo palavras que façam parte das áreas do conhecimento com as quais ele tem contato nas diversas disciplinas escolares. Nesse sentido, os topônimos, em sua construção de sentido, se vinculam aos contextos tanto linguísticos como socioculturais. Dessa forma, dialoga com diferentes áreas do conhecimento.

Nessa perspectiva, Coroa (2011, p. 67) chama-nos atenção para o fato de como integrante de práticas discursivas, o dicionário “constitui-se em produtivo instrumento de fazer linguístico: é mais um dos elementos simbólicos de que cidadãos leitores e produtores de textos dispõem para construir, e reconstruir, redes de significações e constituir sujeitos”. Assim, torna-se de fundamental relevância um trabalho com dicionário escolar que possibilite desvendar de forma crítica que sentidos possíveis podem ser atribuídos a dados verbetes, podendo desvelar as dimensões discursivas que configuram e caracterizam os efeitos de sentidos no fazer dicionarístico pedagógico.

Na atividade docente de leitura e construção de sentidos, devemos ultrapassar o plano da forma, uma vez que a linguagem se pensada pelo viés discursivo, oportuna a apreensão de que a língua não serve unicamente como instrumento para comunicação; ela veicula, também, posições políticas e ideológicas na sociedade de classes da qual faz parte,

provocando um deslocamento na rede de filiação dos sentidos, pois os sujeitos e os sentidos se deslocam, realizam suas próprias trajetórias.

Cumpre lembrarmos, ainda, que o nomeador é um sujeito situado sócio-historicamente inserido num tempo e num espaço determinado e os nomes por ele escolhidos para designar uma localidade remetem à intencionalidade do ser humano, em um determinado contexto línguo-cultural.

Assim, os topônimos adquirem valores que transcendem o próprio ato de nomear lugares, pois podem designar várias iniciativas, como também, podem ser utilizados para propósitos muito diferentes e proceder de diversas intencionalidades.

Sob esse olhar, advogamos que topônimos não servem apenas para identificar lugares, ou seja, eles não teriam apenas uma função de referencialização espacial, mas uma representação intencional e objetiva na qual o nomeador, por meio da língua, faz conhecer a partir da atividade linguística uma demarcação expressiva de poder, de posse, de identidade de domínio geográfico de dados grupo(s), portanto são de suma relevância no léxico da língua e, conseqüentemente no contexto do dicionário escolar.

Além disso, pensando no quesito de frequência lexical, concordamos que não seja desejável que o dicionário escolar apresente registros raros de uso da língua, mas sim focar o que é comum, típico e frequente. Nesse sentido, os topônimos são usados na língua geral, estando presentes na vida diária quando se utiliza a língua em diferentes práticas sociais. Logo, deveriam ser alçados à categoria de palavra-entrada de verbetes nestas obras lexicográficas pedagógicas já que não são registros raros de uso da língua, tanto em sua modalidade oral como escrita, mas pelo contrário, são vocábulos comuns e frequentes.

Visto que estas obras lexicográficas de caráter pedagógico consistem em um produto linguístico, mas também, um produto histórico, cultural, social, temporal, econômico e ideológico. E mais, seu repertório lexicográfico está condicionado ao momento histórico no qual elas são produzidas; à situação cultural em que elas são geradas; ao valor de autoridade que lhe são atribuídas; à vigência das informações nelas contidas; ao custo econômico que implica em sua elaboração e aquisição; e à representação do mundo que elas oferecem.

4. Considerações finais

Os aspectos abordados no presente artigo, envolvendo questões sobre o signo toponímico e o texto lexicográfico do dicionário escolar monolíngue impresso em língua portuguesa direcionado ao ensino básico. Permite-nos tecer algumas considerações finais.

Primeiramente, destacamos que os topônimos recebem influências internas e externas à língua que podem ser únicas ou combinadas. Essas motivações toponímicas podem vir das condições geofísicas, ideológicas, históricas, culturais, sociais, etimológicas, semânticas, entre outras. Com efeito, os nomes de cidades brasileiras trazem informações diretas ou indiretas referentes à história do lugar ou e/ou do grupo social que constitui o local nomeado e seus significados resultam dos diferentes contextos sócio-históricos em que esses signos toponímicos surgem.

No entanto, a partir de uma análise comparativa entre os dicionários escolares monolíngues impressos em português: Michaelis (2014), Biderman (2012), Bechara (2011), Silveira Bueno (2007), Tufano (2005), Cegalla (2005) e Ferreira (2001), atestamos o não acolhimento de topônimos que designam cidades do Brasil como entradas de verbetes no *corpus* lexicográfico dessas ferramentas de consulta utilizadas pelos professores e aprendizes da língua portuguesa.

Sendo assim, em virtude de esses materiais didáticos assumirem diversos papéis respondendo a questões linguísticas, mas também sociais, pragmáticas, culturais, ideológicas, didáticas, entre outras, eles devem ser vistos sob novas perspectivas.

Portanto, torna-se fundamental desvendarmos os efeitos de sentidos constituídos no léxico toponímico e registrá-los no *corpus* lexicográfico pedagógico e, conseqüentemente incluir o signo linguístico em função onomástica como palavra-entrada de enunciado-verbebo nestas obras lexicográficas direcionadas à sala de aula de língua portuguesa no ensino básico, sobretudo no ensino médio.

Isso se torna possível, quando levamos em consideração a interface entre toponímia e metalexigrafia pedagógica.

É nesse cenário que devemos considerar a proposta de inserção dos topônimos que designam cidades brasileiras como entradas de verbetes no dicionário de uso escolar, visto que o verbebo lexicográfico pedagógico deve se constituir de informações semânticas, pragmáticas, dis-

cursivas e ideológicas que se integram e se complementam na construção do sentido com todas as suas implicações.

Cumpramos ressaltarmos ainda que, nessa reflexão, concordamos que não é desejável nos dicionários didáticos a presença de registros raros de uso da língua, mas sim unidades lexicais corriqueiras. Portanto, também seguindo o critério de frequência lexical, defendemos a inserção dos toponímicos com a justificativa de que estes signos toponímicos não são registros raros de uso da língua, tanto em sua modalidade oral como escrita, pelo contrário, eles estão presentes na vida diária quando se usa a língua em diferentes práticas sociais. Logo, deveriam ser alçados à categoria de palavra-entrada de enunciado-verbetes nestas obras lexicográficas pedagógicas.

Por fim, quanto ao uso do dicionário escolar nas aulas de língua portuguesa no ensino básico, defendemos sua utilização como práticas pedagógicas discursivamente situadas, visto que a linguagem não se constitui somente de formas linguísticas ou de uma enunciação monológica isolada, mas sim, da interação verbal no fenômeno social. Ela deve, dessa forma, ser estudada e entendida dentro da esfera da relação social organizada. Com efeito, a prática pedagógica com dicionários de uso escolar e a construção de sentidos nesse processo não poderiam estar desvinculadas desse princípio, uma vez que o texto lexicográfico enquanto objeto simbólico produz efeitos de sentidos e estão investidos de significância para os sujeitos e pelos sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. *Dicionário escolar de língua portuguesa*. Academia Brasileira de Letras, São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2008.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Dicionário ilustrado de português*. São Paulo: Ática; 2012.

_____. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, Aparecida Negri. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2001, p. 131-144.

BORBA, Francisco da Silva. *Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia*. São Paulo: UNESP, 2003.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2005.

COROA, Maria Luzia. Para que serve um dicionário? In: CARVALHO, Orlene Lúcia de Saboia; BAGNO, Marcos. (Orgs.). *Dicionários escolares: políticas, formas e usos*. São Paulo: Parábola, 2011, p. 61-72.

DAPENA, José-Álvaro Porto. *Manual de técnica lexicográfica*. [s./l.]: Arco/Libros, 2004.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

_____. *A dinâmica dos nomes na toponímia da cidade de São Paulo: 1554-1897*. São Paulo: Annablume, 1996.

_____. Atlas toponímico do Mato Grosso do Sul. *Trama*, vol. 3, n. 5, jan./jul, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio século XXI escolar: o minidicionário da língua portuguesa*. 4. ed. Rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GOMES, Patrícia Vieira Nunes. Aquisição lexical e uso do dicionário escolar em sala de aula. In: CARVALHO, Orlene Lúcia de Saboia; BAGNO, Marcos. (Orgs.). *Dicionários escolares: políticas, formas e usos*. São Paulo: Parábola, 2011, p. 141-154.

ISQUERDO, Aparecida. Negri. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. IN: *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*, vol. VI. Campo Grande: UFMS, 2012, p. 115-139.

MELO, P. A. G. de. Uma interface línguo-cultural: um estudo onomástico em topônimos da microrregião alagoana do Sertão do São Francisco. *Revista Memento*, Minas Gerais, UNINCOR, vol. 3, n. 1, jan.-jul. 2012.

_____. Língua e cultura: nomes de municípios de referência religiosa na mesorregião do leste alagoano. *Revista Língua, Linguística & Literatura*, João Pessoa, DLCV, vol. 11, n. 1, jan.-jun. 2014.

RANGEL, Egon de Oliveira. Dicionários escolares e políticas públicas em educação: a relevância da proposta lexicográfica. In: CARVALHO, Orlene Lúcia de Saboia; BAGNO, Marcos. (Orgs.). *Dicionários Escolares: políticas, formas e usos*. São Paulo: Parábola, 2011, p. 61-72.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

SILVEIRA BUENO, Francisco da, *Dicionário global escolar da língua portuguesa*. São Paulo: Global, 2007.

SIQUEIRA, Kênia Mara de Freitas. Estudo toponímico: âmbitos e perspectivas de análises. *Revista Revel*, Goiás, vol. 9, n. 17, 2011.

TUFANO, Douglas. *Moderno dicionário escolar*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

A TOPONÍMIA DA REGIÃO CENTRAL DE MINAS GERAIS

Patrícia de Cássia Gomes Pimentel (UFMG/PUC-Minas)
patriciacgp@ufmg.br

RESUMO

Este artigo visa à descrição dos principais aspectos teórico-metodológicos da dissertação em desenvolvimento, *A Toponímia da Região Central de Minas Gerais*, que tem por objetivo a caracterização e a análise do léxico toponímico da região Central de Minas Gerais. Fundamentando-se em pesquisa que vem sendo realizada a partir do banco de dados do projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (FALE/UFMG), projeto este coordenado pela Profa. Dra. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, o estudo dos nomes de lugares da região Central Mineira tem por finalidade demonstrar um pouco das contribuições linguístico-culturais para a formação toponímica do estado de Minas Gerais. A partir da análise dos topônimos de origem indígena e africana, investigaremos os 4069 (quatro mil e sessenta e nove) nomes de lugares que integram toda essa área territorial. Para tanto, adotamos como referencial teórico o modelo toponímico de Dauzat (1926) e Dick (1990).

Palavras-chave: Toponímia. Onomástica. Minas Gerais. Geolinguística.

1. *Introdução*

Desde épocas remotas, o homem nomeia os lugares por onde passa, facilitando, assim, a sua identificação e o seu deslocamento. Seja para nomear um universo recém constituído, como encontramos na *Bíblia*, no livro do *Gênesis*, ou para descrever as características de um determinado ambiente, como no caso das denominações de origem indígena, o fato é que este saber-fazer denominativo ultrapassa o caráter meramente nomenclatório.

Saber científico de caráter onomasiológico, a toponímia é definida, como propôs Leite de Vasconcelos, como o estudo dos nomes próprios de lugares (DICK, 2006). Caracteriza-se, assim, como disciplina investigativa do léxico toponímico, estudo que se realiza por meio da busca pelo conhecimento do significado e da motivação do nome de lugar.

À medida que resgata as intenções do homem no ato da nomeação do ambiente ao qual pertence, o estudo toponímico se reveste de grande importância, ao propor uma volta ao passado, visando ao preenchimento do possível esvaziamento semântico que se configurou em decorrência da passagem do tempo.

Em outras palavras, isto quer dizer que a toponímia conjugada com a história é capaz de indicar os movimentos dos povos, como migrações e colonizações, além das regiões onde determinado grupo linguístico deixou seus traços. (DAUZAT, 1926)

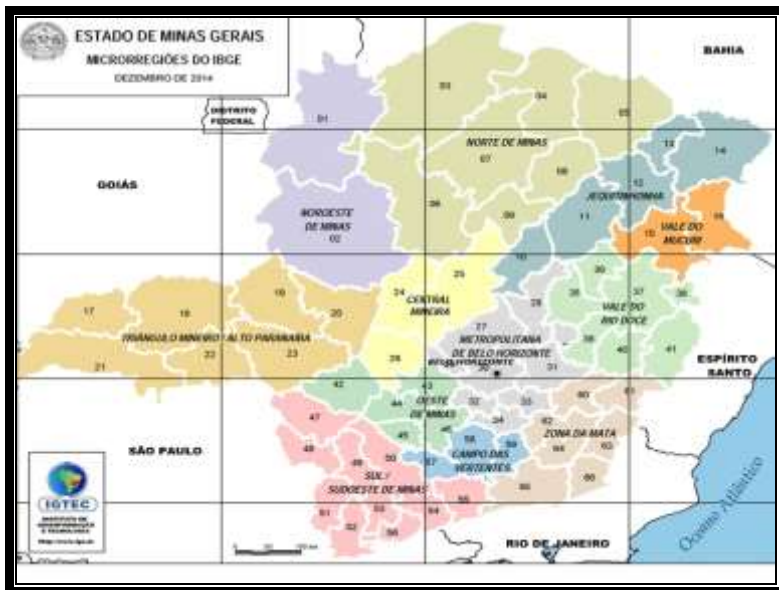
2. Objeto de estudo

O objeto de estudo da pesquisa em desenvolvimento são os nomes de lugares da região Central de Minas Gerais, sua descrição e análise. Fundamentando-se em pesquisa que vem sendo realizada a partir do banco de dados do projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (FALE/UFMG), projeto este coordenado pela Profa. Dra. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, o estudo toponímico dessa região tem por finalidade demonstrar um pouco das contribuições linguístico-culturais para a formação toponímica do estado de Minas Gerais, o qual se formou a partir de uma etnia diversificada, formada por estratos populacionais diversos, como os ameríndios, distribuídos em vários troncos e famílias, os portugueses, os africanos. Por essas razões, a nomenclatura geográfica do território mineiro se apresenta tão heterogênea quanto o seu próprio povo, fato este que se reflete na língua, nos usos e costumes regionais e, conseqüentemente, na toponímia local.

De acordo com a divisão proposta pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística), o referido estado se divide em 12 mesorregiões e 66 microrregiões, abrangendo um total de 853 municípios. As mesorregiões estabelecidas para Minas Gerais, conforme apresentação no mapa a seguir, são: Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Rio Doce, Oeste de Minas, Sul e Sudoeste de Minas, Campos das Vertentes e Zona da Mata.

A mesorregião Central Mineira é formada pela junção de trinta municípios que se encontram divididos em três microrregiões: Três Marias, Curvelo e Bom Despacho. Trata-se de uma região marcada por grande concentração populacional decorrente do número de investimentos e do efeito polarizador oriundos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, tendo se desenvolvido, principalmente, em decorrência da produção aurífera e cafeeira verificada nos séculos anteriores.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA



Fonte:

<https://www.mg.gov.br/governomg/portal/c/governomg/conhecaminas/geografia/5669-localizacao-geografica/69547-mesoregiones-e-microrregiones-ibge/5146/5044>

Cada uma dessas microrregiões é formada por uma quantidade ímpar de municípios. A microrregião de Três Marias é composta pelos municípios de Abaeté, Biquinhas Cedro de Abaeté, Morada Nova de Minas, Paineiras, Pompéu e Três Marias. Já a microrregião de Curvelo é formada pelos municípios de Augusto de Lima, Buenópolis, Corinto, Curvelo, Felixlândia, Inimutaba, Joaquim Felício, Monjolos, Morro da Garça Presidente Juscelino e Santo Hipólito. Por fim, a microrregião de Bom Despacho é constituída pelos seguintes municípios: Araújo, Bom Despacho, Dolores do Indaiá, Estrela do Indaiá, Japaraíba, Lagoa da Prata, Leandro Ferreira, Luz, Martinho Campos, Moema, Quartel Geral e Serra da Saudade.

3. Constituição do corpus

Os dados que formam o *corpus* da pesquisa em desenvolvimento são provenientes do banco de dados do projeto ATEMIG, do qual foram extraídos os nomes de lugares de origem indígena e africana identificados na mesorregião Central Mineira.

Para a realização do estudo toponímico, aplicamos a metodologia usada no projeto ATEMIG, no qual vem sendo realizados os seguintes procedimentos: a) coleta de dados: os nomes de lugares foram levantados das cartas municipais do IBGE com escalas de 1: 50.000, 1: 100.000 e 1: 250.000; b) categorização e análise prévia dos dados: os topônimos são registrados em tabelas, nas quais são especificados o tipo de acidente geográfico, a origem etimológica do nome e a distribuição toponímica em categorias taxionômicas que representam os principais padrões motivadores dos topônimos no Brasil, propostos por Dick (1990); c) catalogação dos dados em fichas lexicográficas: registro dos topônimos em fichas lexicográficas, conforme modelo sugerido por Dick (2004), de todos os topônimos.

Salienta-se que as etapas referidas nos itens *a* e *b* foram cumpridas pelo projeto ATEMIG. Já a elaboração e o preenchimento das fichas lexicográficas com vocábulos de origem africana e indígena foram realizados durante a pesquisa ainda em desenvolvimento, seguindo o padrão metodológico proposto pelo referido projeto.

As fichas são um conjunto estruturado de informações sobre os topônimos em estudo e possibilitam melhor sistematização e análise do *corpus* (SEABRA, 2004). Nelas, apresentamos: *Topônimo*: registro do nome de lugar de origem africana ou indígena proveniente do banco de dados do projeto ATEMIG; *Taxionomia*: categorização taxionômica conforme o modelo de classificação toponímica proposto por Dick, no qual há onze taxionomias de natureza física (astrotopônimo, cardinotopônimo, cromotopônimo, dimensiotopônimo, fitotopônimo, geomorfotopônimo, hidrotopônimo, litotopônimo, meteorotopônimo, morfotopônimo, zootopônimo) e dezoito taxionomias de natureza antropocultural (animotopônimo, antropotopônimo, axiotopônimo, corotopônimo, cronotopônimo, dirrematopônimo, ecotopônimo, ergotopônimo, etnotopônimo, hagiotopônimo, hierotopônimo, historiotopônimo, hodotopônimo, mitotopônimo, numerotopônimo, poliotopônimo, sociotopônimo, somatotopônimo); *Origem*: indicação da origem do topônimo, ou seja, se é indígena ou africana; *Estrutura Morfológica*: indica a classe gramatical e o gênero; *Registro no Banco de Dados do Projeto ATEMIG*: além de quantificar o número de vezes que o topônimo aparece no território mineiro, são indicados também o município e o tipo de acidente (humanos: cidade, vila, povoado, fazenda; e físicos: serra, morro, rio, córrego, cachoeira, riacho, ribeirão); *Informações enciclopédicas*: neste campo, encontram-se várias informações sobre o topônimo estudado, as quais embasam a classifica-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

ção sobre sua origem, sobre sua estrutura morfológica e sobre sua taxionomia.

Apresentamos, a seguir, uma das cento e sessenta e nove (169) fichas lexicográficas elaboradas nesta pesquisa para fins de análise dos topônimos em estudo.

1. ANGOLA Mesorregião: Central Mineira Microrregião: Três Marias Origem: Banto. Do quimbundo <i>Ngóolá</i> > <i>Ángoola</i> > <i>Angola</i> . Estrutura Morfológica: Nf Ocorrências: 02 ▶ Angola → Nomeia córrego e fazenda no município de Pompéu (microrregião de Três Marias). ▪ 2 ocorrências. Informações enciclopédicas: ▶ Do quimbundo <i>Ngóolá</i> > <i>Ángoola</i> > <i>Angola</i> . Refere-se a um “país do sudeste da África, na costa do Atlântico, de povos do grupo linguístico banto, entre os quais se destacaram no Brasil os de fala quimbundo, quicongo e umbundo” (Pessoa de Castro, 2001, p. 153).	Taxionomia: Co
--	-----------------------

4. *Apuração e análise dos dados*

Foram quantificados, agrupados e enumerados os 4069 (quatro mil e sessenta e nove) topônimos, segundo suas taxes e estruturas morfológicas. Esses dados estão agora sendo registrados em gráficos e tabelas para serem analisados.

Para a análise linguística dos topônimos de origem africana e indígena, observamos, inicialmente, se a sua base léxica estava registrada como africanismo e indigenismo em dicionários gerais, morfológicos e etimológicos do português. Em seguida, observamos se esses africanismos e indigenismos eram encontrados em outras obras de estudiosos que tratam especificamente do léxico africano e indígena, como Yeda Pessoa de Castro (2001) e Teodoro Sampaio (1987).

5. *Elaboração do glossário*

Como última etapa da dissertação, será elaborado um glossário com os termos de origem indígena e africana encontrados na mesorregião Central de Minas Gerais. Segue um modelo de verbete a ser utilizado:

Angola (banto) sf. País da costa ocidental africana, habitado por povos do grupo linguístico banto. Etim.: Quimb. <i>Ngóolá</i> > <i>Ángoola</i> > <i>Angola</i> . ▪ Corotopônimo.

6. Considerações finais

Conforme já mencionado, a dissertação *A Toponímia da Região Central de Minas Gerais* se encontra ainda em desenvolvimento na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra.

Buscamos com este artigo apresentar e descrever os principais aspectos teórico-metodológicos que estão sendo adotados na pesquisa em questão. Após a análise detalhada do *corpus* em estudo, pretendemos apresentar e discutir, em outro artigo, os resultados obtidos com esta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Yeda P. de. *Falares africanos na Bahia* (um vocabulário afro-brasileiro). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, Topbooks, 2001.

DAUZAT, A. *Les noms de lieux*. Paris: Librairie Delagrave, 1926.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxionômicos*. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.

_____. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990a.

_____. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b.

_____. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotônimos na onomástica brasileira. In: *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2004, p. 121-130.

_____. Fundamentos teóricos da toponímia. Estudo de caso: O projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

GOVERNO de Estado de Minas Gerais – *Mesorregiões e microrregiões*. Disponível em:

<<https://www.mg.gov.br/governomg/portal/c/governomg/conheca->

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

minas/geografia/5669-localizacao-geografica/69547-mesorregioes-e-microrregioes-ibge/5146/5044>. Acesso em: 25-09-2015.

ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*, vol. VI. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2012.

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: Pennsylvania University Press; Oxford: Blackwell, 1972.

OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2001.

SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. 5. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1987.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. *A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da Região do Carmo*. 2004. Tese (de doutorado). FALE/UFMG, Belo Horizonte.

_____. (Org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

**A TRANSITIVIDADE
À LUZ DO FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO:
OS VERBOS DE OBJETO AFETADO EM ANÁLISE**

Raquel Frontelmo Gomes da Silva (UFES)
raquelfrontelmo@hotmail.com

Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES)
lhpeyroton@gmail.com

RESUMO

O nosso objetivo, neste artigo, é apresentar um estudo em desenvolvimento no Núcleo de Pesquisas em Linguagens da UFES. Estamos analisando, descrevendo e explicando o funcionamento dos verbos “destruir”, “desfazer”, “cortar”, “secar”, “quebrar” e “queimar”, considerados verbos de objeto afetado. Esses verbos se caracterizam por terem os seus objetos modificados (Cf. *Pedro destruiu o muro. / Ana cortou o cabelo. / O assassino desfez o rosto da vítima. / O fogo queimou o canavial*). O corpus foi constituído de manchetes e notícias de jornais que circulam socialmente, coletados via ferramenta de pesquisa *online*. Para procedermos à análise dos dados, adotamos como referenciais teóricos: a gramática de valências proposta por Borba (1996) e os parâmetros de transitividade de Hopper e Thompson (1980), dentro da perspectiva Funcionalista da linguagem. Esperamos como resultado: (i) uma maior compreensão do fenômeno da transitividade e também do funcionamento dos verbos, objeto desta pesquisa; (ii) contribuir para a melhoria do ensino de língua portuguesa, no que tange ao complexo fenômeno da transitividade nas redes públicas e particulares de ensino.

Palavras-chave:

Transitividade. Verbos de objeto afetado. Argumentos. Valências. Funcionalismo.

1. Introdução

A complexidade que envolve a transitividade tem instigado estudiosos de várias vertentes linguísticas a se debruçarem sobre esse fenômeno, com vistas a compreender melhor o seu funcionamento, sobretudo, no que tange à língua em uso. É na tentativa de tornar mais claras as abordagens consignadas em gramáticas e dicionários da língua portuguesa que o Núcleo de Pesquisas em Linguagens, da UFES, tem empreendido esforços para analisar, descrever e explicar a transitividade de vários grupos de verbos (de posse, de extensão e escala, de sentimentos etc.).

Neste artigo, cabe-nos apresentar o estudo que temos realizado com os verbos “destruir”, “desfazer”, “cortar”, “secar”, “quebrar” e “queimar”, em ambiência linguística, em que ocorrem com objeto, que

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

passam por mudança de estado, o que Cano Aguilar (1981), citado por Azeredo (2000), cunhou como verbo de objeto afetado.

A partir da proposição de Borba (1996) e de Ignácio (2002), observamos que esses verbos se comportam como ação-processo, uma vez que há um fazer por parte de um agente [+humano] e intencional, codificado sintaticamente como sujeito, e um acontecer por parte do argumento afetado, codificado sintaticamente como objeto.

O *corpus* de análise foi coletado em *sites* de pesquisa *online*, observamos aproximadamente 100 (cem) ocorrências, sendo 20 (vinte) de cada verbo. Analisei e descrevi os dados a partir da gramática de valências preconizada por Borba (1996), que concebe o termo valência nos três níveis, a saber: no primeiro, está a valência quantitativa, que indica o número de argumentos que um verbo seleciona. No segundo, encontra-se a valência qualitativa ou morfossintática, que evidencia a natureza dos elementos, tanto do ponto de vista morfológico quanto do sintático; e, no terceiro nível, figura a valência semântica, que diz respeito às características categoriais, ou seja, às funções temáticas ou papéis temáticos. A valência é, dentro dessa perspectiva, entendida como a relação entre o verbo e os constituintes obrigatórios na organização da oração. Além dos complementos tradicionais (objetos), incluem-se os chamados complementos circunstanciais (de tempo, lugar, etc.) e o próprio sujeito.

Assim um verbo será monovalente (Ex.: O bebê *dormiu*), bivalente (Ex.: A menina *comeu* a maçã), trivalente (Ex.: A mulher *doou* sangue para o acidentado), tetravalente (Ex.: O Presidente da empresa *levou* o documento do escritório para o cofre de sua casa), ou ainda, avalente (Ex.: *Choveu* ontem). Essa valência quantitativa se dá em função da presença dos constituintes, considerados argumentos, no uso da língua. É importante salientar que, no tocante aos verbos tetravalentes, não há consenso entre a sua existência. Isso pode se dar em função de que, não raro, quando o falante afirma: "Eu já levei o livro", por exemplo, não haver necessidade para fins comunicativos, de explicitar nem a origem, nem a destinação do objeto "livro", porque esses elementos podem fazer parte do conhecimento dos indivíduos envolvidos nesse evento linguístico, no momento da interação.

Aplicamos também os dez parâmetros de transitividade de Hopper e Thompson (1980), dentro da perspectiva funcionalista da linguagem. Hopper e Thompson (1980) estabelecem a transitividade como um complexo de dez parâmetros sintático-semânticos independentes, que focali-

zam diferentes ângulos da transferência da ação em uma porção diferente da oração. Embora independentes, esses dez traços da transitividade funcionam juntos e articulados na língua. É importante ressaltar que nenhum deles sozinho é suficiente para determinar a transitividade de uma oração. Nessa perspectiva teórica, a transitividade é vista no contínuo, de forma escalar, e gradiente. Fala-se, assim, em grau de transitividade, como mostrarei nos exemplos e discussões posteriores. Esta pesquisa se justifica na medida em que adota como objeto de estudo o fenômeno da transitividade que embora venha sendo discutido por muitos estudiosos ainda ocupa o centro da preocupação de professores e pesquisadores pela complexidade que a envolve.

2. A transitividade na gramática tradicional

As gramáticas tradicionais acolhem o verbo quanto à predicação dentro de dois escopos macros: transitivo e intransitivo. Além disso, apresentam a transitividade como uma propriedade do verbo e seus complementos. Ao subcategorizarem os verbos transitivos em: transitivos diretos, indiretos, diretos e indiretos, e ao conceituarem os verbos intransitivos, por vezes, não deixam claro qual critério utilizam em suas proposições. Said Ali (1964), por exemplo, reúne como intransitivos, tanto os verbos, comumente, rotulados assim pela maioria dos gramáticos que abordam a questão, quanto alguns verbos considerados transitivos indiretos por outros autores; como atesta o exemplo a seguir: *O bom resultado depende do esforço / O ensino compete ao mestre*. Entretanto, ainda que a colocação de Said Ali (1964) esteja respaldada pela concepção latina de transitividade por ele adotada, não atenua o problema que envolve a questão.

Kury (1996) e Rocha Lima (1998), por sua vez, dão aos verbos de movimento “ir” e “morar” um tratamento, que difere totalmente do da NGB (1959) e também da maioria dos gramáticos. Kury considera o verbo “ir” numa oração como: *Ana foi à UFES*, como *verbo transitivo adverbial* (grifo nosso), Rocha Lima o classifica como *transitivo circunstancial* (grifo nosso). Defende este autor que o elemento locativo é tão indispensável à construção do verbo quanto os demais complementos verbais. Tem-se, com isso, uma outra questão que também se mostra dissonante entre as abordagens tradicionais, de modo geral, a noção de complemento e a de adjunto, uma vez que esses elementos de natureza adverbial acolhidos por Kury (1996) e por Rocha Lima (1998) como ten-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

do o mesmo *status* dos complementos (objeto direto e objeto indireto) não são concebidos assim por vários autores seguidores ou não da NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira). Mas a discussão acerca de complemento e adjunto será um outro estudo a ser desenvolvido no nosso Núcleo de Pesquisas.

O enredamento que envolve a noção de (in) transitividade e a divergência classificatória apontam para a necessidade de se buscar, a partir de um referencial teórico, uma orientação que permita entender e explicar o fenômeno de (in) transitividade. Por isso, buscamos na gramática de valências de Borba (1996) e no funcionalismo linguísticos, principalmente na proposição de Hopper e Thompson (1980), as ferramentas que nos permitem descrever, analisar e explicar o fenômeno da transitividade. Trataremos dessas perspectivas teóricas nos itens subsequentes.

3. Gramática de valência

Entende-se por valência o conjunto de relações estabelecidas entre o verbo e seus argumentos ou constituintes indispensáveis. Sendo assim, tem-se por gramática de valência a relação de dependências, que se baseia na relação estabelecida entre categorias de níveis diferentes, entre elementos básicos (= palavras) ou categorias básicas correspondentes aos elementos básicos que (co)ocorrem num contexto. (BORBA, 1996)

O primeiro entendimento de itens lexicais interdependentes foi designado por “gramática de dependências” em um modelo teórico de análise fundado por Tesnière (1959), na obra *Éléments de Syntaxique Structurale*, foi ele quem introduziu o termo “valência” na teoria linguística. Borba (1996) concorda com o fato de que as primeiras ideias sobre valência se devem a Tesnière, que é quem parte do verbo como núcleo oracional.

Assim, valência é a propriedade que tem uma classe de elementos, de poder ligar-se com *classes* específicas de outros elementos, sendo que esta mesma classe se distingue de outras de mesmo nível sintagmático. Isso amplia o sentido da expressão gramática de valências abrangendo também o regime dos nomes, dos adjetivos e de alguns advérbios. A gramática de valências é uma gramática de dependências, que se baseia na relação estabelecida entre categorias de níveis diferentes, entre elementos básicos ou categorias básicas correspondentes aos elementos básicos que (co)ocorrem num contexto.

4. Funcionalismo

O funcionalismo, desenvolvido inicialmente na escola de Praga e na escola de Genebra, ganhou força com Jakobson e Martinet e acabou gerando focos de estudo na Europa: Halliday, na Inglaterra e Dik, na Holanda. Mesmo nos Estados Unidos, a perspectiva funcionalista esteve sempre presente com os trabalhos de Bolinger, Kuno, Del Himes, Labov e outros etno e sociolinguistas.

Modernamente, na linguística dos Estados Unidos, há uma tendência de base cognitivo-funcional se desenvolver paralelamente às pesquisas em gramática gerativa. Essa linguística cognitivo-funcional, caracteriza as investigações desenvolvidas, por representantes da linguística cognitiva, como Lakoff, Langacker, Fauconnier, entre outros, e da linguística funcional, como Givón, Thompson, Chafe, apenas para citar alguns. Na pesquisa desenvolvida há um privilégio ao segundo grupo, ou seja, a chamada linguística funcional.

O funcionalismo linguístico concebe a língua não como um sistema autônomo, uma vez que noções como cognição e comunicação, interação social e cultura, entre outras, são importantes para o entendimento do sistema linguístico (GIVÓN, 1995). As análises linguísticas fundamentadas, nessa teoria, tratam os fenômenos linguísticos, adotando como postulado básico que a língua é uma estrutura maleável, sujeita às pressões do uso e constituída de um código não totalmente arbitrário.

Nos termos de Du Bois (1985), as gramáticas devem ser vistas como “sistemas adaptáveis, isto é, como sistemas parcialmente autônomos (por isso, sistemas) e parcialmente sensíveis a pressões externas (por isso, adaptáveis)”. O objetivo deste trabalho foi analisar e descrever os verbos “destruir”, “desfazer”, “cortar”, “secar”, “quebrar” e “queimar” no uso em diversos textos que circulam socialmente. Para dar conta, seguimos também a orientação de Furtado da Cunha (2005, p. 5), que em seu estudo observou que a estrutura argumental – relação entre um predicado e seus argumentos – é uma noção gradiente, ou seja, se os verbos transitivos variam em relação à fixidez *versus* à frouxidão de sua estrutura argumental. A autora concluiu que a “estrutura argumental não é rígida, podendo se manifestar, no discurso, com diferentes configurações”.

5. *A transitividade por Hopper e Thompson (1980)*

Hopper e Thompson (1980) defendem que a transitividade se refere à transferência de uma ação de um agente para um paciente e, por conseguinte, quanto mais efetiva for a transferência mais transitiva será a sentença. Os autores concebem a transitividade como sendo uma propriedade escalar, vista no contínuo, que fica condicionada por fatores sintáticos, semânticos e discursivos. Os autores apresentam dez parâmetros a partir dos quais a transitividade oscila entre a alta transitividade e a baixa transitividade. No quadro a seguir apresento esses parâmetros e, em seguida os explico.

Parâmetros	Transitividade Alta	Transitividade Baixa
Participantes	Dois ou mais	Um
Cinese	Ação	Não ação
Aspectos do verbo	Perfectivo	Não perfectivo
Pontualidade do verbo	Pontual	Não pontual
Intencionalidade do sujeito	Intencional	Não intencional
Polaridade da oração	Afirmativa	Negativa
Modalidade da oração	Modo <i>realis</i>	Modo <i>irrealis</i>
Agentividade do sujeito	Agentivo	Não agentivo
Afetamento do objeto	Afetado	Não afetado
Individuação do objeto	Individuado	Não individuado

Quadro 1: Parâmetros de transitividade propostos por Hopper e Thompson (1980)

Segundo Hopper e Thompson (1980), cada parâmetro pode ser explicado assim:

- (1) uma ação só pode ser transferida se houver, pelo menos, dois participantes: **A** e **O** (*Izaías abraçou Renata versus Renata partiu*);
- (2) ações podem ser transferidas de um participante para outro, enquanto que estados, não (*Maria empurrou Ana versus Lara admira Sara*);
- (3) uma ação vista de seu ponto final é mais efetivamente transferida para um paciente do que uma ação vista em desenvolvimento (*Eu comi a maçã versus Eu estou comendo a maçã*);
- (4) ações realizadas sem nenhuma fase de transição óbvia entre o início e o fim tem um efeito marcadamente maior do que ações inerentemente contínuas (*Pedro chutou a bola versus Pedro carregou a bola*);

- (5) quando **A** age intencionalmente, a ação se dá mais efetivamente do que quando não há uma intenção definida (*Vera escreveu seu nome na areia (intencional) versus Vera esqueceu seu nome (não intencional)*);
- (6) a polaridade refere-se à distinção entre afirmação e negação, sendo a afirmação mais efetiva do que a negação (*Ana comeu o lanche versus Ana não comeu o lanche*);
- (7) uma ação que não aconteceu, ou que é descrita como ocorrendo no plano irreal, é menos efetiva do que uma que ocorreu ou que corresponde a um evento no plano real (*João comprou uma moto nova versus João vai comprar uma moto nova*);
- (8) participantes com maior potencial de agentividade podem transferir uma ação mais efetivamente do que participantes com potencial menor de agentividade (*Mara abriu a porta versus O vento abriu a porta*);
- (9) a transferência de uma ação ocorre em maior grau se o paciente for totalmente afetado (*Sandra bebeu o leite todo versus Sandra bebeu um pouco do leite*);
- (10) uma ação pode ser mais efetivamente transferida para um paciente individuado do que para um não individuado (*Maria ama seu namorado versus Mara ama sanduíche.*) Hopper e Thompson (1980) apresentam este último parâmetro nos traços a seguir:

INDIVIDUADO	NÃO-INDIVIDUADO
Próprio	Comum
Humano, Animado	Inanimado
Concreto	Abstrato
Singular	Plural
Contável	Não contável
Referencial	Não referencial

Quadro 2: Propriedades da individuação por Hopper e Thompson (1980)

Cada um desses parâmetros contribui para a ordenação de orações na escala de transitividade, assim toda a oração é classificada como transitiva, não apenas o verbo. Tomados em conjunto, esses parâmetros permitem que as orações sejam classificadas como mais ou menos transitivas. (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2011, p. 50)

6. *Análise do corpus*

O *corpus* se constituiu de manchetes e de notícias pesquisadas por meio de ferramentas de busca *online*, em que observamos o funcionamento dos verbos “destruir”, “desfazer”, “cortar”, “secar”, “quebrar” e “queimar”. A análise foi realizada dentro dos pressupostos teóricos da gramática de valências de Borba (1996) e pelos parâmetros de transitividade de Hopper e Thompson (1980), dentro da perspectiva funcionalista da linguagem.

Dessa forma, a partir da gramática de valências (Borba 1996) e da visão de transitividade proposta por Hopper e Thompson (1980), apresentamos a análise das orações em que os verbos, objeto de nossa pesquisa, são analisados:

Exemplo 1: verbo "destruir"

Mandela destruiu o Apartheid, diz historiador

Rio de Janeiro – O Apartheid foi destruído por Nelson Mandela. A avaliação é do historiador, escritor e ex-professor de filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Joel Rufino dos Santos, para quem o ex-presidente da África do Sul foi mais que um herói para o país africano. “Mandela foi o maior de todos. Foi ele quem destruiu o Apartheid. Ele é um dos melhores homens de toda a humanidade”.

Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/12/mandela-destruiu-o-apartheid-diz-historiador>>. Acesso em: 11-02-2014

A manchete e o excerto da notícia, extraídos do *site* EBC Notícias, relatam a afirmação feita pelo historiador Joel Rufino sobre a luta contra o Apartheid, por Nelson Mandela. Na perspectiva da gramática de valências, o verbo “destruir” é empregado no sentido de “causar danos em; arruinar, demolir” comporta-se como verbo de ação-processo, seleciona um agente, codificado sintaticamente como sujeito: Mandela, cujos traços são: [+humano, +intencional, +controlador. Quanto à valência quantitativa, esse verbo tem valência dois, uma vez que além do sujeito, seleciona como complemento codificado como objeto: um nome concreto não animado: Apartheid. Apartheid foi um regime de segregação radical adotado de 1948 a 1994 pelos sucessivos governos do Partido Nacional na África do Sul, no qual os direitos da maioria dos habitantes foram cerceados pelo governo formado pela minoria branca.

Dentro da análise da transitividade, proposta por Hopper e Thompson (1980), a transitividade é vista como uma noção contínua, escalar, não categórica, como já dissemos anteriormente. Dessa forma, esses autores posicionam-se, diferentemente, da proposição da gramática tradicional, visto que não consideram necessária a ocorrência do sujeito, verbo e objeto para que uma oração seja considerada transitiva.

Para Hopper e Thompson (1980), a transitividade é dada como um complexo de dez parâmetros sintático-semânticos independentes, que focalizam diferentes ângulos da transferência da ação. No que tange a esses dez parâmetros, a manchete é analisada como segue: Há dois participantes envolvidos na cena: Mandela e Apartheid. Há cinese aferida por haver ação e um objeto afetado. A ação é perfectiva por poder ser vista do seu ponto final: Mandela destruiu. É pontual, a ação de destruir foi concluída, a polaridade é afirmativa, a modalidade é *realis*, uma vez que a sentença evidencia um fato já ocorrido. O objeto: Apartheid é afetado possui uma individuação alta, visto que os traços: próprio, concreto, singular, contável, referencial, definido marcam esse objeto. A análise da transitividade, a partir das perspectivas teóricas adotadas, mostra de maneira mais eficiente como funciona a língua. Uma vez que ao levar em conta o funcionamento do gênero manchete no jornal, observamos que a transitividade aferida revela-se alta. Isso pode ser atribuído também à natureza do assunto em que se exigem os aspectos positivos dos parâmetros para que a manchete atinja o seu objetivo: atrair a atenção do leitor.

Exemplo 2: verbo "desfazer"

PM do Acre diz que traficantes desfizeram cerco à base da FUNAI

O comando da Polícia Militar do Acre mandou uma guarnição de seis policiais para patrulhar a região na fronteira com o Peru onde se localiza a base da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) que, segundo servidores do órgão federal, havia sido cercada por narcotraficantes armados.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/956479-pm-do-acre-diz-que-trafficantes-desfizeram-cerco-a-base-da-funai.shtml>>. Acesso em: 11-02-2014.

A manchete do jornal *online Folha de S. Paulo*, exibida no site UOL Notícias e Entretenimento, relata a ação de impedimento da polícia militar contra narcotraficantes que cercaram a base da FUNAI (Fundação Nacional do Índio).

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

O verbo “desfazer” no sentido de “desmanchar o que está feito; anular” enquadra-se como verbo de ação-processo, seleciona um sujeito agente, representado por traficantes, cujos traços são: [+ humano; +intencional; + controlador]. Seleciona como complemento um elemento não animado: cerco.

Dentro da perspectiva de análise proposta por Hopper e Thompson (1980), em que para aferir a transitividade levamos em conta toda a oração, podemos observar que, na manchete, há dois participantes: traficantes e cerco. Há ação e um abjeto afetado, logo o parâmetro cinesa está presente. É perfectiva: traficantes desfizeram. É pontual, devido a ação de desfazer ter sido concluída; a polaridade é afirmativa, a modalidade é *realis*, uma vez que a sentença evidencia um fato que ocorreu. O objeto "cerco" significa "bloqueio militar" é afetado tem uma individuação relativamente alta, visto que os traços: concreto, singular, contável, referencial, definido marcam esse objeto.

Exemplo 3: verbo "cortar"

**'Isso não é justiça',
diz delegado sobre família que cortou dedo de menor**

O delegado Osmany Pinheiro Machado Júnior afirma que a prisão de quatro pessoas acusadas de torturar uma garota de 14 anos, ocorrida na quarta-feira (5), em Várzea Paulista (SP), deve servir como exemplo para que as pessoas não façam justiça com as próprias mãos, mas recorram às autoridades quando se sentirem lesadas.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2014/03/nao-se-deve-fazer-justica-assim-diz-delegado-que-prendeu-por-tortura.html>>. Acesso em: 11-02-2014.

A manchete do jornal *online Gazeta*, exibida no *site Globo*, relata a ação da polícia que prendeu quatro pessoas, por torturarem uma jovem de 14 anos na tentativa de fazer justiça com as próprias mãos. O verbo “cortar” significando “dividir, separar com instrumento de gume”, enquadra-se como verbo de ação-processo, seleciona um sujeito agente, representado por família, cujos traços são: animado, intencional, controlador. Seleciona como complemento um substantivo concreto não animado: dedo.

Dentro da perspectiva de análise proposta por Hopper e Thompson (1980), a manchete é analisada como segue: há dois participantes: família e menor. Há ação e um objeto afetado: parte do corpo (dedo), o

parâmetro chinês está presente, uma vez que há uma ação claramente realizada. É perfectiva: família cortou. É pontual, devido a ação de cortar ter sido concluída, a polaridade é afirmativa, a modalidade é *realis*, uma vez que a sentença evidencia um fato que ocorreu. O objeto dedo (parte do corpo) é afetado tem uma individuação relativamente alta, visto que os traços: concreto, singular, contável, referencial, definido marcam esse objeto.

A manchete *online*, do jornal regional do Espírito Santo, *A Gazeta*, exibida do *site* G1, Editorias: Entretenimento e Notícias, relata a ação da polícia que prendeu um homem, no sul do Espírito Santo, que roubou uma televisão da vitrine. O verbo “Quebrar” significando “partir, romper, fragmentar”, enquadra-se como verbo de ação-processo, seleciona um sujeito agente, representado por: homem, cujos traços são: [+humano, +intencional, +controlador]. Seleciona como complemento um substantivo concreto não animado: vitrine.

Dentro da perspectiva de análise proposta por Hopper e Thompson (1980), a manchete apresenta-se com dois participantes: homem e vitrine. Há ação e um objeto afetado, logo o parâmetro chinês está presente. É perfectiva: homem quebrou. É pontual, devido ao fato de a ação de romper ter sido concluída, a polaridade é afirmativa, a modalidade é *realis*, uma vez que a sentença evidencia um fato que ocorreu. O objeto vitrine é afetado, tem uma individuação relativamente alta, visto que os traços: concreto, singular, contável, referencial, definido marcam esse objeto.

Exemplo 5: verbo "queimar"

Egípcios que queimaram a Bíblia serão julgados no Egito

Três egípcios acusados de insultar a religião cristã serão julgados no país, dois por terem queimado Bíblias. De acordo com a agência oficial Mena, Mohammed Abdallah, conhecido como “Abu Islam”, presidente da rede de televisão Al-Omma, seu filho Islam, diretor da mesma rede, e o repórter do jornal independente Al-Tahrir, Hani Yassin Gadallah serão levados à justiça.

Disponível em: <<http://noticias.gospelmais.com.br/egipcios-queimaram-biblia-serao-julgados-egito-43070.html>>. Acesso em: 13-02-2014.

A manchete e parte da notícia extraída do *site* cristão, descreve a futura punição que três egípcios terão por queimarem Bíblias. O verbo

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

“queimar” empregado no sentido de “consumir pelo fogo, reduzir a cinzas” comporta-se como verbo de ação processo, seleciona um sujeito agente, representado por egípcios, cujos traços são: +humano, + intencional, + controlador. Esse verbo seleciona como complemento um nome concreto não animado: Bíblia.

Dentro da análise da transitividade, proposta por Hopper e Thompson (1980). Na manchete, há cinese aferida por haver ação e um abjeto afetado. A ação é perfectiva por poder ser vista do seu ponto final: Egípcios queimaram. É pontual, a ação de queimar foi concluída, a polaridade é afirmativa, a modalidade é *realis*, uma vez que a sentença evidencia um fato já ocorrido. O objeto Bíblia é afetado possui uma individuação relativamente alta, visto que os traços: próprio, concreto, singular, contável, referencial, definido marcam esse objeto. A análise da transitividade, a partir das perspectivas teóricas adotadas mostra de maneira mais eficiente como funciona a língua.

Exemplo 6: verbo "secar"

**Motorista sem noção
diz que dirigia em alta velocidade para “secar carro”**

Um comando policial na Rodovia 40, em Chatham-Kent, em Ontário, Canadá, parou um motorista depois que seus radares verificaram que ele estava dirigindo seu carro a uma velocidade de 143 km/h. Isso nem é uma novidade tão grande, mas o legal mesmo foi a desculpa que o sujeito deu. O motorista, que tem 52 anos de idade e não teve seu nome revelado, disse aos policiais que tinha levado o carro pra lavar, mas o pessoal que lavou, não secou o veículo e, por isso, ele meteu o pé na tábua? pra que ele secasse mais rápido. A polícia riu bastante da desculpa do sujeito, mas imprimiu uma acusação de direção perigosa em sua ficha e suspendeu sua carta por uma semana.

Disponível em: <<http://www.meionorte.com/entretenimento/mundo-bizarro/motorista-diz-que-dirigia-em-alta-velocidade-para-secar-o-carro-207772>>. Acesso em: 12-09-2013.

O verbo "secar" figura na manchete e no excerto da notícia, porém a nossa análise ficará circunscrita na porção do texto, uma vez que o verbo no infinitivo não é contemplado neste estudo.

O verbo “secar” empregado no sentido de “tirar a umidade; tornar seco; enxugar” comporta-se como verbo de ação-processo, seleciona um sujeito agente, representado por "o pessoal", cujos traços são: [+humano,

+intencional, +controlador]. Esse verbo seleciona como complemento um nome concreto não animado: carro.

A aplicação dos parâmetros de transitividade propostos por Hopper e Thompson (1980), observamos que a ação não se concretiza, uma vez que "o pessoal que lavou, não secou o veículo".

A ação não é perfectiva porque não pode ser vista do seu ponto final: o carro continuava molhado, segundo relata o motorista. Não é pontual, a ação de "secar" não foi concluída, a polaridade é negativa, a modalidade não é *realis*, uma vez que a sentença aponta para a não realização do fato. O objeto não é afetado, logo não é individuado. Nesse sentido, vale salientar que a transitividade é muito baixa.

7. Conclusão

A gramática tradicional opera com as noções transitivo x intransitivo, o que deixa escapar, de certa forma, o que de fato abarca essas noções, qual critério adotado para explicar o suposto caráter intransitivo dos verbos de movimento, por exemplo. O que fez Said Ali (1964), por um lado, anexar ao rol dos intransitivos verbos como "depende" e "competir", considerados pela maioria dos gramáticos como verbo transitivo indireto; por outro lado, o que fez com que Kury (1996) e Rocha Lima (1998) considerassem elementos de natureza adverbial, como complemento dos verbos "ir" e "vir".

Como já temos discutido o fenômeno da transitividade ainda causa grande dificuldade tanto para quem tem que ensinar este conteúdo quanto para aqueles que precisam entendê-lo. Muitos foram os estudiosos que se debruçaram sobre este fenômeno, com aparatos teóricos diversos, com vistas a elucidá-lo. Mas sabemos que se há dissonância com relação as abordagens consignadas em nossos manuais de gramática, perdura ainda hoje dúvidas quanto à aplicação das novas formas de trabalharmos este conteúdo em sala de aula e também quanto à aplicação das novas perspectivas teóricas como as duas aqui adotadas.

A análise à luz da gramática de valências, em que se trabalha a estrutura frásica, em que o verbo é o núcleo semântico que ocupa a posição central da frase e estabelece com os elementos com quais coocorrem uma relação de independência. Com isso, esse modelo considera que o sujeito, os objetos (direto e indireto) e o adjunto adverbial são complementos dos

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

verbos, são lugares vazios a serem preenchidos na frase, de acordo com a estrutura relacional inscrita no verbo como propriedade do seu significado.

Os verbos “destruir”, “desfazer”, “cortar”, “quebrar” e “queimar” comportaram-se, nos dados, como verbos de ação-processo, bivalente, com argumento, codificado sintaticamente como sujeito e semanticamente como agente; exceto com a ocorrência do verbo “secar”, uma vez que a ação não se efetivou, não podemos falar que houve um agente, mas há sintaticamente um sujeito que não realizou a ação de “secar o veículo”.

Observadas no contínuo, as cláusulas, onde encontram-se os verbos “destruir”, “desfazer”, “cortar”, “quebrar” e “queimar” mostraram altamente transitivas, no entanto, a com o verbo “secar” o mesmo não ocorreu.

Diante do exposto, esboçamos algumas conclusões que consideramos bem preliminares, fato que está nos impulsionando a dar continuidade a esta pesquisa.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAÇADO, J.; KENEDY, E. (Orgs.). *Transitividade traços a traço*. Niterói: UFF, 2014.

AZEREDO, J. de C. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BORBA, F. da Silva. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; SOUZA, M. M. *Transitividade e seus contextos de uso*. São Paulo: Cortez, 2011.

GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

HOPPER, P. J.; THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, Baltimore, vol. 56, n. 2, 1980.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

IGNÁCIO, Sebastião Expedito. *Análise sintática em três dimensões: uma proposta pedagógica*. São Paulo: Ribeirão Gráfica, 2002.

ILARI, R.; BASSO, R. M. O verbo. In: CASTILHO, A. T.; ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: classes de palavras e processos de construção*. Campinas: UNICAMP, 2008.

KURY, A. da G. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 1996.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

SAID ALI, M. *Gramática secundária da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos. 1964.

TESNIÈRE, L. *Éléments de syntaxe structurale*. 2. ed. Paris: Klincksieck, 1965.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

A TRANSITIVIDADE DE VERBOS DE MOVIMENTO NA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA DA LINGUAGEM: ANÁLISE DO VERBO "MUDAR"

Alfredo Evangelista dos Santos Neto (UFES/PIVIC)

alfredo.evangelista@hotmail.com

Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES)

lhpr@terra.com.br

RESUMO

Este artigo apresenta resultado de nossa Pesquisa desenvolvida no Núcleo de Pesquisas em Linguagens, desenvolvida na UFES, sob a coordenação da Profa. Dra. Lúcia Helena Peyroton da Rocha. Tem como objetivo analisar, descrever e explicar o funcionamento de verbos de movimento em situação de uso. Entendemos por verbos de movimento aqueles que codificam deslocamento de objetos, que expressam uma trajetória, descrevem a direção do movimento, de forma implícita ou explícita etc. Ex.: *Pedro colocou o livro na estante. João mudou para Vitória. Ana tirou a mesa da sala 3. Pedro trouxe os livros.* Dentre os verbos estudados, apresentaremos o funcionamento do verbo "mudar" em textos escritos coletados em *site* de pesquisa da *Web*. Para dar conta do objeto de nossa pesquisa, usaremos como aportes teóricos a gramática de valências de Borba (1996) e o funcionalismo linguístico (GIVÓN, 1995, 2001; HOPPER; THOMPSON, 1980). Esperamos que os resultados deste estudo, juntamente com os demais realizados, em nosso Núcleo de Pesquisas, revertam em benefício do ensino das redes públicas e privadas do estado do Espírito Santo.

Palavras-chave: Verbos de movimento. Transitividade. Valências. Funcionalismo.

1. Introdução

Uma revisão da literatura, no que tange aos verbos, na perspectiva tradicional, evidenciou que os verbos, tradicionalmente, são estudados dentro de uma parte que é destinada à morfologia, ora na parte que é designada à sintaxe. Tomamos como ponto de partida as proposições de Rocha Lima (2007) e Bechara (2005), com vistas a observar como esses dois expoentes posicionam-se frente ao verbo. E, dentro uma perspectiva mais linguística investigamos a posição de Ilari e Basso (2008), uma vez que ampliam a compreensão sobre verbo adotada por vários gramáticos.

Rocha Lima (2007) define verbo como

expressão de um fato, um acontecimento: o que se passa com os seres, ou em torno dos seres. É a parte da oração mais rica em variações de forma ou acidentais gramaticais. Estes acidentais gramaticais fazem que ele mude de forma

para exprimir cinco id3ias: modo, tempo, número, pessoa e voz. (LIMA, 2007, p. 122).

Rocha Lima assegura que há diferentes formas que alguns gramáticos chamam de modos, ao lado dos modos indicativo, subjuntivo e imperativo. Todavia, afirma que são formas nominais do verbo, afinal, não possuem encargo exclusivamente verbal: o infinitivo, o particípio e o gerúndio.

Bechara (2005, p. 249) conceitua verbo como “uma unidade de significado categorial que se caracteriza por ser um molde pelo qual organiza o falar seu significado lexical”. Ele diferencia predicado verbal e nominal, abordando a discrepância dos verbos em nocionais e relacionais, alertando que esta subclassificação tem sido colocada em questionamento dentre os linguistas modernos, visto que, no campo sintático, até mesmo quando o verbo tem um significado amplo e vago, o núcleo da oração sempre será o verbo.

Ilari e Basso (2008, p. 164) propõem um estudo sobre os verbos, que se coaduna, em grande parte, com a nossa proposta, porque admitem que tratá-los evidenciando as inúmeras formas que compõe no paradigma de conjugação, como é feito pelos gramáticos tradicionais, é negligenciar as várias funções que são desempenhadas pelo verbo no discurso e na comunicação. Por isso, advogam no sentido de que o verbo possui funções, como a de ser matriz para a construção de sentenças. Os autores afirmam que determinados verbos preveem o preenchimento de determinados espaços lexicais. Sendo assim, buscamos por meio das teorias que subsidiam nossas análises observar como esses espaços são preenchidos pelo verbo "mudar" em contexto que é utilizado como verbo de movimento. Entendemos por verbos de movimento aqueles que sistematizam deslocamento de objetos, que apresentam um trajeto, relatam a direção do movimento, tanto de maneira explícita quanto implícita.

Os verbos de movimento desempenham um papel importante dentro da subclasse dos verbos dinâmicos. Nessa perspectiva, a proposta deste artigo é apresentar um recorte da pesquisa maior, realizada na Iniciação Científica, em que outros verbos de movimento foram estudados. Nesse recorte, pretendemos mostrar a análise, a descrição e a explicação do verbo "mudar", quanto ao seu funcionamento e a sua natureza morfosintática, semântica, discursiva e pragmática.

Esses verbos, por apontarem a locomoção de um determinado objeto no espaço, faz-nos presumir que haja, na sua estrutura argumental,

um locativo-origem e um locativo-meta, equivalentes ao ponto de partida e ponto de chegada, respectivamente, de um objeto qualquer (objeto direto, segundo esquema genérico [X1 + V ± X2 + Loc-Or + Loc-Met]). Um exemplo decorrente disso é encontrado em Ignácio (2002), como pode ser observado em: *João transporta madeira do Pará para São Paulo*. Em que: *madeira*, substantivo de natureza concreta, codifica sintaticamente o objeto direto do verbo "transportar", do exemplo de Ignácio (2002), e "transportar" comporta-se como verbo de ação-processo, empregado com o sentido de "conduzir de um lugar para outro". Dessa forma, a rede argumental tem seus quatro lugares preenchidos, nos termos da gramática de valências. (BORBA, 1996)

Ignácio (2002), em seu livro "Análise sintática em três dimensões", apresenta-nos o verbo de um ponto de vista diferente, tratado como o centro estruturador da oração, ou seja, é aquele que comanda toda a estrutura oracional, não o sujeito. A partir dessa proposição, utilizaremos para a análise que faremos, a orientação argumental já prevista pela gramática de valências e também posta em discussão por Hopper e Thompson (1980) e Thompson e Hopper (2001), a partir de uma óptica funcionalista da língua, em que se estuda a linguística baseada no uso, levando-se em consideração todo o contexto linguístico e a situação extralinguística. De acordo com essa concepção, trataremos a sintaxe como uma estrutura que estará sujeita a mutações frequentemente, em virtude de pressões do uso na interação comunicativa.

Por conseguinte, este trabalho se justifica na medida em que revisa os estudos de caráter tradicional, adota uma teoria e recomenda analisar fenômenos linguísticos, levando em consideração a língua em uso efetivo e prever uma nova perspectiva de estudo dos verbos. Por esse sentido também que se torna importante e significativo.

2. *Aporte Teórico*

2.1. Gramática de valências

A gramática de valências, ou "gramática de dependências", ou "teoria dos predicados", modelo teórico, cuja origem foi atribuída a Tesnière (1969) na obra *Éléments de Syntaxe Structurale*, possui a finalidade de caracterização das relações de dependência, ou seja, descrevem todo o contexto estabelecido entre o predicador e seu escopo. Além de verbos, funcionam também como predicadores os adjetivos, substantivos e al-

guns advérbios. Concordando com a proposição de centralidade dos verbos, Borba (1996) propõe sua gramática de valências do português.

Baseando-nos na centralidade verbal, a oração é estruturada a partir da valência verbal, ou seja, cada verbo possui um número de elementos obrigatórios com valor sintático/semântico, a obrigatoriedade dos elementos ocorre para que sejam preenchidas as “casas vazias” da estrutura oracional. Na gramática de casos, tais elementos executam funções semânticas como instrumental, agente, paciente etc. Esses são chamados de casos ou papéis semânticos ou papéis temáticos. E, a partir do momento em que adotam funções de constituintes oracionais são também chamados de argumentos. (BORBA, 1996; IGNÁCIO, 2002)

Um verbo pode ser analisado tanto em função do número de complementos que exige; daí ter a configuração quantitativa (valência quantitativa), quanto ao tipo de complementos que seleciona (valência qualitativa). Desse modo, o verbo “mudar”, por exemplo, poderá ser trivalente ou tetravalente, dependendo do número de elementos que se fazem obrigatórios em sua realização. Pode assim, exigir no mínimo três elementos (*Neymar mudou de São Paulo para Barcelona*), mas, há também a possibilidade de encontrarmos quatro elementos (*João mudou o porta-retrato da sala para o quarto*).

Borba (1996, p. 46-57) discursa sobre valência quantitativa, sintática e semântica: (i) refere-se a quantidade de argumentos necessários para o preenchimento dos “espaços vazios”. Desse ponto de vista, um elemento lexical poderá ser aivalente ou monovalente, bivalente, trivalente ou tetravalente. (ii) valência sintática, qualitativa ou morfossintática leva em consideração as particularidades dos actantes, ou seja, da ocupação do espaço vazio por determinadas classes com suas propriedades morfológica; (iii) decorre da necessidade de traços que caracterizam os argumentos, isto é, um verbo como “trabalhar”, por exemplo, pode selecionar apenas um elemento codificado sintaticamente como sujeito e semanticamente como agente. (Cf.: *Pedro trabalha*).

A gramática de valências se mostra um importante aporte teórico, uma vez que, na medida em que nos permite analisar a língua em uso, em que elementos podem ser exigidos pelos verbos, dependendo do que pretendemos comunicar, coaduna-se com a perspectiva funcionalista, já que também estuda a língua em percurso, não trabalha com categorias discretas e a representação sintático-semântica dos verbos é descrita através de

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

uma análise do contexto, diferentemente das descrições de cunho formalista, como pudemos observar na gramática tradicional.

2.2. Funcionalismo

O funcionalismo é uma vertente linguística que, diferentemente dos estruturalistas e gerativistas, estuda a língua em sua interação social. Sendo assim, o uso da linguagem cotidiana estabelece a estrutura gramatical. Dessa forma, o linguista deve observar cada detalhe comportamental do usuário da língua para compreender o funcionamento da linguagem, como esclarece Martelotta (2003) em seu capítulo “A visão funcionalista da linguagem no século XX”.

Os funcionalistas entendem por gramática as diversas habilidades estratégicas idealizadas para se compor um discurso. O discurso, por sua vez, é o atual estado da linguagem em circulação, podendo se modificar com o passar do tempo.

Está presente nas convicções de Martelotta (2006), em um capítulo destinado ao funcionalismo, a ideia de que a língua traduz os pensamentos, o que remete ao conceito de iconicidade. Existem três subprincípios relacionados a ideia de iconicidade: da ordenação sequencial, da quantidade e da integração, todos eles refletem a estrutura em si da língua, a maneira que nós trabalhamos as informações e o modo que nos adaptamos as diferentes informações do universo biossocial quando entramos em contato com o outro.

Um outro princípio funcionalista é o denominado princípio de marcação, que se caracteriza por obtermos algumas formas linguísticas marcadas e outras não marcadas, no sentido que, as marcadas possuem pouca frequência de uso, são mais complexas e causam estranheza. Há uma relação de marcação com expressividade. Acredita-se que as estruturas mais comuns, quando muito utilizadas perdem a expressividade. Por outro lado, as menos comuns tornam-se mais complexas e menos utilizadas, sendo assim, mais expressivas.

Em suma, tratando-se do funcionalismo, a gramática é formada pela organização de um conjunto de peças estratégicas recorrentes no falar cotidiano, criadas e desenvolvidas por meio do discurso.

2.2.1. *Transitividade segundo Hopper e Thompson*

Ainda que Hopper e Thompson (1980) tenham se inspirado no modelo mais tradicional do conceito de transitividade, a proposta estabelecida por eles vai muito além de ser transitivo (precisar de algum complemento) ou ser intransitivo (prescindir de complemento). No que diz respeito à transitividade, os autores admitem que para que ela seja realizada, é preciso que haja uma transferência de uma ação de um agente para um para um paciente, e completam que quanto maior é essa transferência, mais transitiva a será a sentença.

Hopper e Thompson (1980) adotam a transitividade como sendo um fenômeno escalar, vista no contínuo, que fica condicionada por fatores sintáticos, semânticos e discursivos. Para que uma pesquisa baseada nos parâmetros estabelecidos pelos autores seja concebida, é necessário testar o verbo em dez parâmetros apresentados pelos autores. Com isso, perde-se a dicotomia transitivo x intransitivo, uma vez que se passa a falar com Hopper e Thompson (1980) em transitividade alta ou baixa, em função do número de parâmetros aplicados nas orações onde ocorrem os verbos. Nessa perspectiva, a Transitividade oscila entre alta e baixa, como demonstraremos a seguir:

COMPONENTES	ALTA TRANSITIVIDADE	BAIXA TRANSITIVIDADE
Participantes	Dois ou mais	Um
Cinese	Ação	Não ação
Aspecto	Perfectivo	Não Perfectivo
Pontualidade	Pontual	Não pontual
Intencionalidade do sujeito	Intencional	Não intencional
Polaridade da oração	Afirmativa	Negativa
Modalidade da oração	Realis	Irrealis
Agentividade	Agentivo	Não agentivo
Afetamento de O	O totalmente afetado	O não afetado
Individualização de O	O individuado	O não individuado

Quadro 1: Parâmetros de transitividade de Hopper e Thompson (1980)

Hopper e Thompson (1980) explicam cada parâmetro da seguinte forma: (1) uma ação só pode ser transferida se houver, pelo menos dois participantes: A e O (*Julia beijou Carlos versus Julia saiu*); (2) ações podem ser transferidas de um participante para outro, enquanto que estados, não (*Maria acariciou João versus Maria demonstra tristeza*); (3) uma ação vista do seu ponto final é mais efetivamente transferida para um paciente do que uma ação vista em desenvolvimento (*Carolina caiu*

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

escada abaixo versus Carolina está caindo da escada); (4) ações finalizadas sem uma fase de transição óbvia entre o início e o fim têm um efeito marcadamente maior do que ações inerentes contínuas (*Maria chutou a bola de futebol versus Maria carregou a bola de futebol*); (5) Quando A age intencionalmente, a ação se dá mais efetivamente do que quando não há uma intenção definida (*João lavou a louça versus João esqueceu de lavar a louça*); (6) a polaridade refere-se à distinção entre afirmação e negação, sendo a afirmação mais efetiva do que a negação (*Vera quis ser agradável ao servir o chá versus Vera não quis ser agradável ao servir o chá*); (7) uma ação que não aconteceu, ou que é descrita como ocorrendo no plano irreal, é menos efetiva do que uma que ocorreu ou que corresponde a um evento no plano real (*Carlos graduará este ano versus Talvez Carlos gradue este ano*); (8) participantes com maior potencial de agentividade podem transferir uma ação mais efetivamente do que participantes com potencial menor de agentividade (*Carla me feriu versus Sua grosseria me feriu*); (9) a transferência de uma ação ocorre em maior grau se o paciente for totalmente afetado (*Luíza bebeu o café todo versus Luíza bebericou o café*); (10) uma ação pode ser efetivamente transferida para um paciente individuado do que para não individuado (*João ama seu pai versus João ama doces*). Hopper e Thompson (1980) desdobram esse último traço em outros 6:

Individuado	Não individuado
Próprio	Comum
Humano, animado	Inanimado
Concreto	Abstrato
Singular	Plural
Contável	Incontável
Referencial, definido	Não referencial

Quadro 2: Propriedades da individualização por Hopper e Thompson (1980)

3. *Análise de dados*

(1)

Da estrutura, a arquiteta retirou todos os antigos armários, luminárias, janela, porta de ferro, piso, azulejos das paredes, bancada e mesa. E ainda mudou geladeira, fogão e pia de lugar.

Fonte: <<http://www.campograndenews.com.br/lado-b/arquitetura-23-08-2011-08/reforma-faz-da-cozinha-onde-ninguem-queria-ficar-a-atracao-da-casa-de-mineira>>. Acesso em: 24-02-2015.

O exemplo (1) foi coletado de um *site* que aborda diferentes curiosidades sobre a terra de Campo Grande, uma de suas colunas fala sobre arquitetura, de onde o primeiro exemplo foi coletado. Postado por Paula Maciulevicius, em fevereiro de 2015. O verbo “mudar”, na perspectiva da gramática de valências, comporta-se como verbo de ação-processo. O sujeito sintático “Arquiteta”, nesse caso, assume o papel semântico de agentivo, caracterizando-se como [+humano], [+intencional] e [+volitivo], visto que houve intenção ao agir e teve controle sobre sua ação. Tem como complemento: geladeira, fogão e pia de lugar. É um verbo trivalente.

A aplicação dos parâmetros de Hopper e Thompson (1980) ao exemplo pode ser observado a seguir:

Participantes	+
Cinise	+
Aspecto	+
Pontualidade	+
Intencionalidade	+
Polaridade	+
Modo	+
Agentividade do Sujeito	+
Afetamento do O	+
Individualização do O	-
Total de traços positivos [+]	9

No que tange à individualização do objeto, consideramos negativo, uma vez que se trata de objetos: geladeira, fogão e pia de lugar, com as seguintes características: concreto, singular e contável com baixa individualização.

(2)

Marie *mudou* sua sala de consultas do sudoeste para o noroeste e dispôs as cadeiras, de modo que ficasse sentada para o sudeste, e os clientes ficassem voltados para o oeste.

Disponível em:

<<https://books.google.com.br/books?id=zNYGbifh3wkC&pg=PA117&lpg=PA117&dq#v=onepage&q&f=false>>, p. 117. Acesso em: 24-02-2015.

O exemplo (2) foi coletado de um livro, que se propõe a falar sobre negócio e dar dicas de “como construir uma carreira gratificante”. Publicado por Simon Brown em 2000. O verbo “mudar”, segundo os preceitos da gramática de valências, comporta-se, assim como o primeiro

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

exemplo, como um verbo de ação-processo. O sujeito sintático Marie é codificado semanticamente como agentivo por ter traços: [+humano], [+intencional] e [+volitivo]. Contém como complemento: sua sala de consultas, a origem: do sudoeste e a Meta: para o noroeste. É um verbo tetravalente.

Os parâmetros de Hopper e Thompson (1980) aplicados são representados pelo que é evidenciado no quadro a seguir:

Participantes	+
Cinese	+
Aspecto	+
Pontualidade	+
Intencionalidade	+
Polaridade	+
Modo	+
Agentividade do Sujeito	+
Afetamento do O	+
Individualização do O	-
Total de traços positivos [+]	9

No que tange à individualização do objeto, consideramos negativo, uma vez que se trata de objetos: sua sala de consultas, com as seguintes características: concreto, singular, contável e referencial, por isso configura-se como individualização média, uma vez que de seis traços que caracterizam o parâmetro em questão podem ser observados.

(3)

A cantora, que mora no Reino Unido, revelou que decidiu se *mudar* para Nova Iorque no ano que vem.

Disponível em: <<http://www.disney.com.br/radiodisney/drops/1018/jessie-j-se-mudara-para-nova-iorque>>. Acesso em: 28-02-2015.

O exemplo (3) foi coletado de um *site* que, além de rádio, fornece curiosidades sobre as celebridades. Publicado em 2013. O verbo “mudar”, nesse caso, encontra-se no infinitivo. “Decidiu” tem um agente e um objeto sentencial, “mudar” não tem um agente gramaticalmente expresso. Tem como complemento: se mudará para Nova Iorque. Não se aplica a valência, nesse caso, porque o verbo “mudar” está dentro de uma locução verbal, as locuções não foram contempladas pela gramática de valências.

Seguindo os parâmetros de Hopper e Thompson:

Participantes	-
Cinese	-
Aspecto	-
Pontualidade	-
Intencionalidade	-
Polaridade	+
Modo	-
Agentividade do Sujeito	-
Afetamento do O	-
Individualização do O	-
Total de traços positivos [+]	1

Com relação ao exemplo (3), algumas observações fazem-se necessárias, a partir das quais podemos compreender melhor o funcionamento do verbo "mudar", objeto deste artigo. A natureza do *site* que, dentre suas funções está a de apresentar curiosidades sobre celebridades, por exemplo, tem que ser considerada. Há, dessa forma, uma reprodução da opinião da cantora, em que indubitavelmente quem a reescreveu pode ter eleito o verbo "revelar", com vistas a conferir a uma suposta decisão um *status* de importância, que a "curiosidade" em si não tem. Nesse sentido, vale a pena observar: (i) o verbo "revelar" que significa "fazer conhecer (o que era ignorado ou secreto)", antes ninguém sabia do plano da cantora Jessie J; (ii) o verbo "decidir", empregado no sentido de "resolver". Ademais, é mister afirmar que o fato de lançar a informação, parece criar uma certa expectativa para os fãs da cantora, sem que haja garantia de sua efetiva realização. Isso pode ter contribuído para baixa transitividade do verbo "mudar" dentro desse contexto de uso.

(4)

Mudei as orquídeas de vaso, estão bonitas, mas não florescem. Adubo uma vez a cada 15 dias e nada. Orquídea demora tanto assim para dar flor?

Disponível em:

<<http://www.minhasplantas.com.br/duvidas/orquideas/151>>. Acesso em: 27-02-2015.

O exemplo (4) foi coletado de um *site* que fornece informações e esclarece dúvidas a respeito de plantas. Postado por Veridiana Menezes. O verbo "mudar" está na primeira pessoa do pretérito do indicativo. O sujeito oculto "eu" assume o papel temático de agente. Possui como complemento: as orquídeas de vaso. É um verbo trivalente, uma vez que tem três casas preenchidas: Argumento 1 - "eu" e Argumento 2: as orquí-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

deas e Argumento 3: de vaso. Embora, não estejam explícitos: os argumentos Origem e Meta, podemos inferir que foi retirada de um vaso e replantada em outro.

De acordo com os parâmetros de Hopper e Thompson:

Participantes	+
Cinese	+
Aspecto	+
Pontualidade	+
Intencionalidade	+
Polaridade	+
Modo	+
Agentividade do Sujeito	+
Afetamento do O	+
Individualização do O	-
Total de traços positivos [+]	9

A oração em que o verbo "mudar" está inserido apresenta-se com alta transitividade, havendo apenas um traço entre os dez parâmetros de Hopper e Thompson (1980) que caracteriza-se negativamente. Isso se dá, porque o objeto embora concreto e contável, os outros elementos que codificam a alta individualização do objeto não estão presentes.

4. Considerações finais

Como foi dito anteriormente, este artigo discute, analisa e explica a transitividade do verbo "mudar", adotando os parâmetros de transitividade de Hopper e Thompson (1980) e a proposta de gramática de valências de Borba (1996).

Na perspectiva valencial (BORBA, 1996), "mudar" comportou-se como verbo de ação-processo, nos excertos (1), (2) e (4). O *corpus* de pesquisa se constituiu em *sites* da *web*, tais como relatos pessoais, reclamações, curiosidades, *etc.* Dos quais foram escolhidos quatro para compor este artigo.

No decorrer do processo de análise, encontramos uma discrepância entre o esquema genérico [X1 + V ± X2 + Loc-Or + Loc-Met] e os contextos em que o verbo "mudar" se encontra, nem sempre nos dados que analisamos, encontramos Loc-Or e o Loc-Met. Em algumas ocorrências, esses elementos são recuperáveis no contexto, visto que houve ocorrência em que apenas o elemento Loc-Or estava presente, enquanto em outros apenas o Loc-Met. Nos exemplos aqui apresentados, em (1), po-

demus inferir que a mudança dos objetos se deu dentro dos ambientes de que cada objeto faz parte. Em (2), estão presentes todos os argumentos do verbo "mudar", inclusive o Loc-Or e o Loc-Met. Essa realização não foi muito recorrente nos dados analisados. Isso parece estar diretamente ligado tanto à natureza do assunto a ser tratado, do tipo de texto, quanto aos usuários da língua envolvidos na interação.

Vale ressaltar também que a transitividade oscilou nos exemplos coletados, presume-se que em: (3) o fato do autor apresentar determinada informação criando, possivelmente, uma grande expectativa para os fãs da cantora sem dispor de uma certeza da realização do que foi divulgado, pode ter tido contribuição para que a oração com o verbo "mudar", dentro desse contexto, assumisse uma baixa transitividade. Entretanto, nos exemplos: (1), (2) e (4), as orações mostram-se altamente transitivas, uma vez que numa escala de transitividade que varia de 0 a 10, as orações em questão situam-se próximas do grau 10.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BORBA, F. S. *Uma Gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.

HOPPER, P. J.; THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*. Baltimore, vol. 56, n. 2, 1980.

IGNÁCIO, Sebastião Expedito. *Análise sintática em três dimensões: uma proposta pedagógica*. 2. ed. São Paulo: Ribeirão, 2002.

ILARI, R.; BASSO, R. M. O verbo. In: CASTILHO, A.; NEVES, M. H. de M. (Orgs.). *Gramática do português falado no Brasil: classes de palavras e processos de construção*. Campinas: UNICAMP, 2008.

_____; _____. O verbo. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, M. H. de M. *Gramática do português culto no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2008.

LIMA, C. H. da Rocha, *Gramática normativa da língua portuguesa*. 48. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

MARTELOTTA, MÁRIO. Funcionalismo. In: WILSON, Victória; MARTELOTTA, Mário; CEZARIO, Maria Moura. (Orgs.). *Linguística: fundamentos*. Rio de Janeiro: CCAA, 2006.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

MARTELOTTA, M. E; AREAS, E. K. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, M. A. Furtado da; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FAPERJ/DPGA, 2003.

**A TRANSITIVIDADE
DOS VERBOS "PARTIR", "VOLTAR", "SAIR" E "CHEGAR"
NA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA DA LINGUAGEM**

Milena Lopes Daltio (UFES)

milenadaltio@gmail.com

Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES)

lhpr@terra.com.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar a análise, a descrição e a explicação do funcionamento dos verbos de movimento: "partir", "voltar", "sair" e "chegar" dentro de contextos de uso. Para dar conta dessa empreitada, embasamos a nossa pesquisa, tanto na gramática de valências de Borba (1996) quanto no funcionalismo linguístico (GIVÓN, 1995; HOPPER & THOMPSON, 1980). O *corpus* se constitui de textos escritos e sua coleta foi realizada de duas formas: (i) em *sites* de pesquisa da *Web* e (ii) manualmente. Este trabalho se justifica porque busca dar conta de explicar o funcionamento desses verbos, no que tange a sua transitividade, para além das proposições das gramáticas tradicionais. Como este estudo está vinculado a uma pesquisa mais ampla, esperamos ao final conseguir publicar, em forma de livro, os resultados completos desta pesquisa e também de outros grupos de verbos (cf. de posse, de escala e extensão, de sentimentos etc.) investigados por outros pesquisadores do Núcleo de Pesquisas em Linguagens da Universidade Federal do Espírito Santo. Esperamos com isso que nossos estudos não fiquem circunscritos aos muros acadêmicos, mas que cheguem, sobretudo, às escolas públicas do estado do Espírito Santo.

Palavras-chave: Verbos de movimento. Transitividade. Valência.
Funcionalismo Linguístico. Parâmetros de transitividade.

1. Introdução

Ilari e Basso (2008, p. 163) defendem que “o papel que o verbo desempenha na sentença, no discurso e na comunicação é bem mais complexo do que sugerem aquelas explicações tradicionais”, por isso, temas relacionados aos verbos como a transitividade vêm sendo muito discutidos por diversos estudiosos da língua, que adotam várias perspectivas teóricas, com vistas a elucidar problemas classificatórios e conceituais inscritos em manuais de gramática. Acredita-se que as contribuições deixadas pelos gramáticos tradicionais não foram suficientes para definir de fato o comportamento dos verbos na oração.

A transitividade é um tema que, embora já discutido, ainda muito há que se investigar sobre esse fenômeno. A começar por uma pesquisa

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

em algumas abordagens de gramáticos consagrados da língua portuguesa, podemos observar que Said Ali (1964) acolhe sob o rótulo de intransitivos verbos como “depende” e “competir”, considerados transitivos indiretos, Kury (1996) registra “ir” e “vir” como verbos transitivos adverbiais de lugar e Rocha Lima (1998) também advoga no sentido de que esses verbos exigem complementos de natureza diferente dos objetos diretos e indiretos. Para este autor, o complemento é codificado semanticamente como circunstancial de lugar.

Diante do exposto, um objetivo geral se instaura: compreender melhor o funcionamento dos verbos de movimento: "partir", "voltar", "sair" e "chegar" em contexto de uso. Alguns objetivos específicos podem ser delineados: analisar, descrever e explicar o funcionamento desses verbos de movimento e também entender como se dá a transitividade desses dentro de contextos de uso, já que respaldaremos a nossa análise na teoria funcionalista da linguagem. Para realizarmos esta pesquisa e apresentarmos os dados esperados, utilizaremos tanto a gramática de valências de Borba (1996) quanto o funcionalismo linguístico. (GIVÓN, 1995; HOPPER & THOMPSON, 1980)

A perspectiva funcionalista nos permitirá analisar as ocorrências linguísticas não apenas nos seus elementos internos, mas também nos atos comunicativos e interativos em que eles se encontram, logo, analisaremos o fenômeno proposto na língua em uso, onde serão levadas em consideração tanto as características morfossintáticas quanto as semânticas e pragmáticas.

A análise dos verbos em questão, de acordo com os parâmetros de transitividade propostos por Hopper e Thompson (1980) nos mostrará a transitividade dentro de uma gradiência, que oscila entre a alta, a média e a baixa transitividade. Com isso, refuta-se a oposição transitivo/intransitivo diretamente ligado ao verbo, uma vez que a visão teórica aqui adotada, afere-se a transitividade num contínuo, dentro de uma escala que vai de zero a dez.

A gramática de valências proposta por Borba (1996) subsidiará a análise, no que tange aos participantes e aos papéis temáticos desempenhados nos eventos comunicativos.

2. Referenciais teóricos

2.1. Gramáticas de valências

Borba (1996) atribui a Tesnière as primeiras noções de valências, a partir do postulado da centralidade do verbo pelo linguista francês. Em 1996, Borba amplia o conceito de valência, passando a abranger também os nomes, os adjetivos e alguns advérbios.

Para Borba (1996), valência consiste na capacidade de uma propriedade de elementos poder distinguir as suas classes de outras classes de mesmo nível sintagmático ao serem ligadas em uma estrutura oracional, daí a noção de gramáticas das dependências ou teoria dos predicados.

Neste sentido, a valência deve ser analisada em três níveis. No primeiro nível, encontra-se a *valência quantitativa*, *valência lógica ou lógico-semântica*, o item lexical pode ser avalente (V_0), monovalente (V_1), divalente (V_2), trivalente (V_3) ou tetravalente (V_4). A classificação dependerá da quantidade de argumentos que o predicado exigirá. O segundo nível diz sobre a *valência qualitativa*, *valência sintática ou morfossintática*, onde serão levadas em consideração as características dos actantes e o preenchimento dos espaços vazios, assim como das suas funções sintáticas e das propriedades morfossintáticas de cada item. O terceiro e último nível diz sobre a *Valência semântica* que tratará das características, das atribuições temáticas e das restrições que determinarão os argumentos.

2.2. Funcionalismo

A linguística moderna, segundo alguns autores, foi iniciada com a publicação do *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure (1916). A partir desta publicação os estudos linguísticos foram divididos em dois grandes polos: formalismo e funcionalismo, mas cabe a nós o aprofundamento do polo funcionalista, já que a análise dos resultados desse artigo se dá através da língua nas diferentes situações de uso e o formalismo tende a estudar a língua como um sistema estrutural.

O funcionalismo é uma teoria linguística desenvolvida inicialmente nas escolas de Praga e de Genebra, difundida posteriormente em outras escolas da Europa. Nos Estados Unidos, essa vertente também teve um

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

grau de destaque em trabalhos de diversos linguistas como Bolinger e Labov.

A teoria funcionalista surgiu da concepção de que a língua não deve ser analisada apenas estruturalmente, ou seja, apenas por seus elementos internos, mas também por suas diferentes situações comunicativas, já que a principal função desta é estabelecer a comunicação entre as pessoas. Para os funcionalistas, o uso que os falantes fazem da língua determinam a sua estrutura de tal maneira, que os linguistas não poderiam deixar de estudá-las para compreender, de fato, o funcionamento da linguagem.

Com isso, os funcionalistas acreditam que a utilização real e concreta que os falantes fazem da língua moldam a gramática, ideia oposta ao que pensam os linguistas das diferentes vertentes da teoria formalistas ao basearem seus estudos na ideia de que as estruturas internas da língua moldam a maneiras que os falantes irão conduzir o discurso.

2.3. Parâmetros de transitividades segundo Hopper e Thompson (1980)

Hopper e Thompson (1980) concebem a transitividade como uma noção contínua, gradiente, não categórica. Esses autores propõem um complexo de dez parâmetros sintático-semânticos independentes, que focalizam diferentes ângulos da transferência da ação em uma porção diferente da oração. Embora independentes, os dez traços da transitividade funcionam juntos e articulados na língua, o que significa que nenhum deles sozinho é suficiente para determinar a transitividade de uma oração.

Dentro desse escopo, a transitividade é considerada uma propriedade linguística universal, que engloba toda a oração e não apenas o verbo, conforme propõem as abordagens tradicionais. Refuta-se com isso as noções transitivas (e suas variações) x intransitivos, restritas aos verbos, visto que diferentemente do que fazem os formalistas, dentro da perspectiva funcionalista não se trabalha com categorias discretas, mas com o contínuo em que são explicados os fenômenos linguísticos. Diferentemente desse ponto de vista, adota-se a partir dos dez parâmetros, uma orientação analítica em que a transitividade das orações é aferida num *continuum* a partir da aplicação de 10 (dez) parâmetros sintático-semânticos independentes que se inter-relacionam, os quais “focalizam diferentes ângulos da transferência da ação em uma porção diferente da

oração” (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007, p. 37). A seguir, apresentaremos o quadro, contendo esses parâmetros que nos permitem entrever como a ação expressa pelo verbo acontece dentro das orações, levando em consideração todos os elementos envolvidos.

COMPONENTES	ALTA TRANSITIVIDADE	BAIXA TRANSITIVIDADE
Participantes	Dois ou mais	Um
Cinse	Ação	Não ação
Aspecto	Perfectivo	Não Perfectivo
Pontualidade	Pontual	Não pontual
Intencionalidade do sujeito	Intencional	Não intencional
Polaridade da oração	Afirmativa	Negativa
Modalidade da oração	Realis	Irrealis
Agentividade	Agentivo	Não agentivo
Afetamento de O	O totalmente afetado	O não afetado
Individualização de O	O individuado	O não individuado

Quadro 1: Parâmetros de transitividade - Hopper e Thompson (1980)

O parâmetro Individualização do objeto pode ser desdobrado como atesta o quadro abaixo:

Individuado	Não individuado
Próprio	Comum
Humano, animado	Inanimado
Concreto	Abstrato
Singular	Plural
Contável	Incontável
Referencial, definido	Não referencial

Quadro 2: Propriedades da Individualização do Objeto

3. *Análise dos dados*

A partir de exemplos encontrados em diferentes *sites* da internet, principalmente em jornais *online*, os verbos de movimentos “partir”, “voltar”, “sair” e “chegar” serão analisados de acordo com a gramática de valências (BORBA, 1996) e com os parâmetros de transitividade proposto por Hopper e Thompson (1980).

Com relação ao parâmetro - participante - acrescentamos a orientação de Crystal, segundo a qual esse termo refere-se, juntamente com outros, às funções semânticas ou papéis temáticos estabelecidos na rede argumental dos verbos (predicado e seus argumentos). Ademais, concordamos com Crystal (2008), no que diz respeito à falta de consenso em relação ao número de funções de participantes disponíveis aos falantes das

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

línguas. O autor inclui no rol de participantes as funções arroladas no quadro 3.

Instrumento	Os meios pelos quais uma ação é executada ou algo acontece. É o desencadeador de uma ação. Caracteriza-se por ser controlado e sempre pressupor um Agente.
Tema	A entidade que é movida por uma ação ou cuja locação é descrita.
Experienciador	A entidade que está a par da ação descrita pelo predicado, mas que não está no controle. É o que experimenta um processo físico ou psíquico, o depositário de um sentimento ou experimentador de uma sensação.
Beneficiário	A entidade que se beneficia ou é afetada pela ação ou processo; ou seja, para quem o benefício da ação foi dirigido.
Locação (Locativo)	É o lugar onde se realiza o evento ou o lugar de referência de um estado de coisas.
Destinação (objetivo)	A entidade em direção da qual algo se move.
Origem	A entidade ou lugar que evidencia o ponto de partida (de origem) de onde algo se move.

**Quadro 3 - elaborado pelas autoras
a partir da abordagem de Crystal (2008) e de Ignácio (2002).**

Análise do verbo "Chegar"

EXCERTO 1:

Um dos participantes que se sentiu prejudicado foi *Gustavo Freire*, 17 anos. Morador de São Miguel Paulista, bairro da zona leste da cidade, ele prestou o exame no campus Santo Amaro da *FMU*, que fica na zona sul da capital. *Roberto de Souza Tezeirag*, 52 anos, pai do estudante, estava revoltado com a situação: "Saímos de casa às 10h30 da manhã e *chegamos* às 11h30, por causa do trânsito péssimo. Ele não comeu direito por que era muito cedo para almoçar e teve que acordar muito cedo também. *Acho isso cansativo, desestimulante. Parece até de propósito*".

Disponível em:

<<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2014/11/08/1114731/paulo-estudantes-revoltam-prestar-enem-longe-casa.html>>. Acesso em: 15-11-2014.

3.1. Análise do EXCERTO 1 dentro da perspectiva da gramática de valências de (BORBA, 1996)

"Chegar" é um verbo de movimento, em que há um deslocamento de X, neste excerto: filho e pai se deslocam de um lugar: São Miguel

Paulista, para o outro: *campus* Santo Amaro da FMU, que fica na zona sul da capital. "Chegar" está empregado no sentido de "atingir determinado ponto", comporta-se como um verbo de ação, seleciona um sujeito agente, resgatável pela terminação verbal *-mos*, que equivale a *nós* (Gustavo Freire, estudante e seu pai Roberto de Souza Teizeireg). Nessa ambiência linguística, o verbo é bivalente, porque tem dois argumentos: X e Y; como pode ser visto no esquema: X chegar a Y, X = (Gustavo Freire e seu pai Roberto de Souza Teizeirag) e Y = *campus* Santo Amaro da FMU.

3.2. Análise do EXCERTO 1 dentro da perspectiva do funcionalismo linguístico, segundo a proposição dos parâmetros de transitividade de Hopper e Thompson (1980)

Hopper e Thompson (1980) concebem a transitividade a partir da proposição de dez parâmetros sintático-semânticos independentes que focalizam diferentes ângulos da transferência da ação em uma porção diferente da sentença. Com isso, levam em consideração toda a oração para aferirem a transitividade, distanciando-se também da abordagem da gramática tradicional, que pauta sua análise no verbo e seus objetos (direto e indireto).

Ao aplicarmos os dez parâmetros, observamos que há mais de um participante: agente (Gustavo Freire, estudante e seu pai Roberto de Souza Teizeireg) e destinação, nos termos de Crystal (2008), há ação, quanto ao aspecto do verbo é perfectivo, télico, pontual, há um sujeito agentivo e intencional, quanto à polaridade da oração é afirmativa, quanto à modalidade é *realis*, não há afetamento nem individuação do objeto. Com essas características, a oração da qual o verbo "chegamos" faz parte é de transitividade alta, porque apenas dois parâmetros que sinalizam a baixa transitividade foram observados: não há um objeto afetado nem individuado.

Análise do verbo “Voltar”

EXCERTO 2:

Chávez volta para a Venezuela

Atualizado em 4 de julho, 2011 - 11:46 (Brasília) 14:46 GMT O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, *voltou* de Cuba para o seu país nesta segunda-feira de madrugada, depois de ter passado quase um mês no exterior em tra-

tamento médico.

Disponível em:

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/07/110704_chavez_venezuela_dg.shtml. Acesso em: 25-10-2014.

3.3. Análise do EXCERTO 2 dentro da perspectiva da gramática de valências de (BORBA, 1996):

O verbo de movimento “voltar”, no sentido de "retornar; regressar", marca um deslocamento de alguém de um lugar para o outro. No excerto dois, esse deslocamento acontece, pois Hugo Chávez estava em Cuba para um tratamento médico e após o tratamento voltou para o seu país. Nessa ambiência linguística, o verbo é trivalente, pois mantém relação com três argumentos para completar o preenchimento das casas vazias, em que o Argumento 1 (X) = Hugo Chávez + "voltar" de (Y) = Cuba PARA (Y) = seu país = Venezuela.

3.4. Análise do EXCERTO 2 dentro da perspectiva do funcionalismo linguístico, segundo a proposição dos parâmetros de transitividade de Hopper e Thompson (1980)

Tendo como base a abordagem de Hopper & Thompson (1980) que se utiliza de dez parâmetros sintático-semânticos, em que cada parâmetro pode ter transitividade alta ou baixa, a transitividade se dá pela análise de toda a oração. Esta proposta se afasta da gramática tradicional, pois a mesma apenas analisa o verbo e seus objetos. Analisando toda essa oração de acordo com os dez parâmetros, encontramos mais de um participante, uma vez que aceitamos a ampliação de participantes defendida por Crystal (2008). Nesse sentido, participam do evento linguístico, Hugo Chávez, codificado sintaticamente como sujeito e semanticamente como agente, volitivo e intencional, os locativos – origem: Cuba e destinação/meta: seu país = Venezuela. Em relação à cinesis, há ação, o verbo é perfectivo e pontual, a oração tem a polaridade afirmativa e é *realis*, o objeto não é afetado nem individuado. A identificação destes parâmetros, assim como oito de transitividade alta e dois de transitividade baixa classificam essa oração como de transitividade alta (grau oito).

Análise do verbo “Sair”

EXCERTO 3:

No domingo, 19 de novembro de 1967, três dias depois de tomar posse na Academia Brasileira de Letras, ato que vinha adiando por superstição, Guimarães Rosa brincava com a neta, Vera Tess. Como fazia todo domingo, ela *saiu* com a avó Aracy para ir à missa da tarde na capela do Forte de Copacabana.

Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=106>>.
Acesso em: 13-05-2014.

3.5. Análise do EXCERTO 3 dentro da perspectiva da gramática de valências de (BORBA, 1996)

Sob a perspectiva da gramática de valências de Borba, no excerto três, o verbo de movimento “saiu” comporta-se como um verbo de ação, no sentido de “passar do interior para o exterior; ir para fora”. O argumento 1: neta (Vera Tess), argumento 2: avó Aracy e, pro fim, argumento 3: missa. A análise que esta gramática nos permite fazer leva-nos a conclusão de que o verbo “sair” empregado na oração é trivalente, pois este é acompanhado de três argumentos: X, Y e Z, no qual X sair de Y para Z, X = (neta e avó); Y = (algum lugar não especificado na oração) e Z = missa da tarde na capela do Forte de Copacabana.).

3.6. Análise do EXCERTO 3 dentro da perspectiva do funcionalismo linguístico, segundo a proposição dos parâmetros de transitividade de Hopper e Thompson (1980)

Assim como na gramática proposta por Borba (1980), a perspectiva funcionalista, segundo Hopper e Thompson analisa toda a oração para aferir a transitividade da sentença, não apenas os verbos e seus objetos separadamente. De acordo com os dez parâmetros propostos pelos autores, a oração acima possui mais de um participante, há ação, o verbo é tanto perfectivo quanto pontual, a intencionalidade do sujeito é positiva, a oração é afirmativa e a sua modalidade é *realis*, o sujeito é agente e não ocorre afetamento e individuação do objeto. De todos os dez parâmetros analisados, essa oração possui dois que não são de transitividade alta. São eles o não afetamento e individuação do objeto. Mediante a essas

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

características, chegamos à conclusão de que a oração da qual o verbo “sair” faz parte é de transitividade alta (grau oito).

Análise do verbo “Partir”

EXCERTO 4:

Governo pró-imperialista de Kiev e a CIA tentaram atingir avião de Putin e acabaram matando civis

A derrubada do Boeing da Malaysia Airlines, atingido por um míssil quando cruzava o espaço aéreo da Ucrânia fez parte de uma operação militar da CIA que pretendia assassinar o presidente russo Vladimir Putin. A comitiva estatal russa retornava de uma viagem ao Brasil, onde consolidou politicamente o bloco dos BRICS com a criação de um banco de fomento gerando a ira do FMI, quando atravessou o céu da Ucrânia uma hora depois do avião civil que *partiu* da Holanda para a Malásia. O serviço secreto russo não divulgou previamente a rota do moderno avião de Putin, que está equipado com baterias antimíssil, mas há suspeitas de infiltração da CIA na delegação russa, o que não é propriamente uma “novidade”. A frota aérea da comitiva estatal de Putin dispõe de dois aviões idênticos e nunca é divulgado em que aeronave o presidente embarcará, esta prática de segurança é a mesma utilizada pelo governo ianque há várias décadas, como o espaço de tempo entre os dois jatos é de cerca de meia hora especula-se que o Boeing da Malaysia se “meteu” na mira dos terroristas da CIA exatamente neste interregno. Uma reportagem da agência de notícias “Russia Today” traz a declaração de uma fonte da Aviação da Rússia que pediu para não ser identificada: “Posso dizer que o avião presidencial e o Boeing de Malaysia Airlines cruzaram o mesmo ponto e o mesmo corredor. Isto ocorreu perto de Varsóvia a uma altitude de 10.100 metros.

Disponível em: <<http://lbi-qi.blogspot.com.br/2014/07/governo-pro-imperialistade-kiev-e-cia.html>>. Acesso em: 29-08-2014).

3.7. Análise do EXCERTO 4 dentro da perspectiva da gramática de valências de (BORBA, 1996)

Segundo a gramática de valências de Borba (1996), o verbo é o núcleo oracional que rege elementos constitutivos para preencher as casas vazias que a oração possui. Esse preenchimento se dá em função de necessidades comunicativas. A valência por sua vez é o número limite de lugares que cada verbo tem a ser preenchido em determinada colocação. De acordo com essa perspectiva, o verbo “partir” neste excerto é trivalente, pois X = avião civil partiu de um lugar para outro, como pode ser o

observado no esquema: X partiu de Y para Z, onde X = avião do governo russo; Y = Holanda e Z = Malásia.

3.8. Análise do EXCERTO 4 dentro da perspectiva do funcionalismo linguístico, segundo a proposição dos parâmetros de transitividade de Hopper e Thompson (1980)

A aplicação dos parâmetros de Hopper e Thompson (1980) evidencia que na cena linguística em voga, podemos vislumbrar mais de um participante. Há ação, o aspecto do verbo é perfectivo e o mesmo é pontual, o sujeito é intencional e agentivo, representado por um instrumento, quanto à oração a polaridade é afirmativa e a modalidade é *realis*, e não há afetamento nem individuação do objeto. Contudo, essa oração é de alta transitividade, pois possui apenas dois parâmetros, caracterizadores de baixa transitividade.

4. Conclusão

Para analisar, descrever, explicar e também compreender melhor o comportamento dos verbos “partir”, “chegar”, “sair” e “voltar” e como se dá a transitividade desses em diferentes contextos respaldamos a nossa análise nos pressupostos da gramática de valências de Borba (1996) e na teoria funcionalista da linguagem, dentre a qual utilizamos a gramática dos parâmetros de transitividade de Hopper e Thompson (1980).

A gramática de valências no permitiu analisar os elementos que gravitam em torno do verbo, tanto no que tange aos seus aspectos morfológicos, sintáticos quanto os semânticos e pragmáticos, o que já aponta para um estudo da língua em uso. Além disso, o sujeito passa a ser um complemento com o mesmo *status* dos demais (objeto direto e indireto).

No que diz respeito à aplicação dos dez parâmetros formulados por Hopper e Thompson (1980), que defendem uma análise da oração como um todo, não apenas do verbo e seus complementos, pudemos observar que mesmo quando numa oração, há um sujeito prototípico [+humano; +intencional], como nos excertos 1, 2 e 3, marcada por alta transitividade, há ainda que ser observado que o fato de considerarmos com Crystal (2008) a ampliação da noção de participantes, em que são englobadas entidades como aquelas apresentadas no Quadro 3, não há uma transferência efetiva da ação de "partir", de "voltar", de "sair" e de

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

"chegar", uma vez que o outro participante é uma locação (locativo, no termos de Crystal, 2008), fato que no impulsiona a dar continuidade à pesquisa, no que tange, sobretudo aos participantes envolvidos nos eventos linguísticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAÇADO, J.; KENEDY, E. (Orgs.). *Transitividade traços a traço*. Niterói: UFF, 2014.

BORBA, F. S. *Uma gramática de valência para o português*. São Paulo: Ática, 1996.

CRYSTAL, D. *A dictionary of linguistics and phonetics*. New Jersey: Blackwell Publishing, 2008.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. . *Pressupostos teóricos fundamentais*. In: FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariângela Rios; MARTELOTTA, Mário Eduardo. (Orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

HOPPER, P. J.; THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, vol. 56, n. 2, Baltimore, 1980.

ILARI, R.; BASSO, R. M. O verbo. In: CASTILHO, A. T.; ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: classes de palavras e processos de construção*. Campinas: UNICAMP, 2008.

SAID ALI, M. *Gramática secundária da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

**A TRANSITIVIDADE NA CANÇÃO DE CHICO BUARQUE:
ANÁLISE À LUZ DO FUNCIONALISMO LINGÜÍSTICO**

Jamilly Lorencini Carone (UFES)

jamilly.carone@gmail.com

Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES)

lhpr@terra.com.br

RESUMO

Este trabalho faz parte de uma pesquisa em sua fase inicial e está sendo desenvolvida no Núcleo de Pesquisas em Linguagens da UFES. A transitividade sempre chamou a nossa atenção, quer pela dificuldade que envolve o seu ensino, quer pela complexidade que envolve esse fenômeno. O objetivo da pesquisa mais ampla é analisar em que medida as escolhas lexicais, sobretudo no que tange aos verbos presentes em canções produzidas no período da Ditadura Militar, no Brasil, são estrategicamente feitas, com vistas a driblar a censura. Neste artigo, apresentaremos a análise da transitividade na canção "Construção", composta por Chico Buarque, em 1971. Partimos da hipótese de que esse poema canção, por narrar a história de um trabalhador e a condição indigna vivida no país na época, refletirá uma transitividade que oscila entre o grau médio e alto, nos termos de Hopper & Thompson (1980), na perspectiva funcionalista da linguagem. Acreditamos que a nossa contribuição ficará por conta tanto do referencial teórico eleito para a análise quanto pela escolha das canções e sua época de produção.

Palavras-chave: Transitividade. Canção. Transitividade. Funcionalismo.

1. Palavras iniciais

A transitividade é um fenômeno que vem sendo investigado por vários estudiosos da linguagem e por vieses teóricos diversos. Dentre os estudos, destacam-se os parâmetros de transitividade formulados por Hopper & Thompson (1980), em que esses autores aferiram a transitividade em narrativas.

Capitaneados pelo funcionalismo linguístico, entendemos a língua sob a ótica da interação, sendo que a comunicação entre os falantes e a compreensão de ambas as partes é de extrema importância para que o sentido seja construído. Sob essa concepção, a língua adota uma significação funcional, utilizada com um propósito específico, o que torna possível uma análise mais aprofundada do gênero canção, eleito *corpus* de nossa investigação.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

O objetivo deste artigo é apresentar o estudo que estamos desenvolvendo no Núcleo de Pesquisas em Linguagens, na Universidade Federal do Espírito Santo. Coube-nos analisar, dentro dos meandros das canções compostas durante a Ditadura Militar no Brasil, a transitividade, a escolha e utilização de algumas formas lexicais, que tinham o objetivo de chamar atenção à realidade que a sociedade daquela época estava vivenciando, e que tentavam burlar a rígida censura dos anos 60 e 70. Para tal, utilizamos como base teórica os estudos do funcionalismo, bem como os parâmetros de transitividade segundo Hopper & Thompson, que contribuirão para um maior entendimento acerca da canção selecionada.

A música escolhida para esta empreitada foi “Construção”⁵⁷, de Chico Buarque de Holanda, por se tratar de uma canção que narra a história de um trabalhador que vem a óbito, após cair da construção que estava edificando, deixa-nos entrever a situação vivida na época ditatorial brasileira e que perdura nos dias atuais, sobretudo para os menos favorecidos, que não raro “morrem na contramão atrapalhando o tráfego”.

Como as canções de Chico Buarque são conhecidas por possuírem muitas críticas nas entrelinhas, e pelos jogos de palavras utilizados para driblar a censura, a escolha desse *corpus* se deu para que pudéssemos compreender a ligação entre o uso dos verbos e a sua transitividade dentro do interior da letra, e sua função para a criação de sentido desta.

2. *Teorizar é preciso*

2.1. Funcionalismo

Os estudos funcionalistas da língua, embora tenham tido um enfoque maior a partir da década de 1960, já existiam desde 1926, com a criação do *Círculo Linguístico de Praga*, composto por linguistas pós-saussurianos que admitiam a língua como *estrutura*, e não mais como *sistema*, tal como preconizava Ferdinand Saussure. A partir do estruturalismo, obteve-se dois polos distintos, o *formalista* e o *funcionalista*.

O funcionalismo é um aporte teórico que tem seu foco na relação entre a língua e a sua aplicação dentro da comunicação entre os falantes, opondo-se ao gerativismo e ao estruturalismo. Essa teoria apresenta a

⁵⁷ Ouça esta canção em <https://www.youtube.com/watch?v=jzWI_JfBr0>.

língua como um sistema funcional, ou seja, é utilizada com uma determinada finalidade. Nessa concepção, a comunicação é um fator primordial, pois é nela, nas situações comunicativas do dia a dia, no *discurso*, que a estrutura gramatical é determinada. Partindo dessa ideia, é o falante que faz com que a *gramática* se molde dentro das situações de comunicação.

O discurso, caracterizado pelo uso concreto da língua (MARTELOTTA, 2006), só consegue se tornar compreensível ao ouvinte por causa das estratégias criativas que o interlocutor elabora ao formular sua fala, e que precisam ser coerentes e coesas para que esse sentido seja negociado. Já a gramática, por sua vez, é designada como um composto de procedimentos que devem ser utilizados para que haja um entendimento por parte dos falantes. Ambos – interlocutor e ouvinte – devem ter conhecimento desses métodos para formar e entender frases e textos dentro de uma língua.

No funcionalismo, a gramática não despreza o fato de existirem mecanismos inerentes ao ser humano para com a língua, mas prevê que só podemos desenvolvê-los através do discurso, o que faz com que ambos possuam uma relação de reciprocidade: a gramática só se transforma dentro do discurso, e o discurso necessita dos procedimentos gramaticais para acontecer. “A gramática não é vista como um organismo autônomo” (MARTELOTTA, 2006), pois, para ser internalizada, depende tanto das atividades psicológicas, quanto da capacidade de interação social, a fim de que as estruturas possam ser inseridas dentro de contextos comunicativos reais. Os padrões gramaticais, então, não podem ser arbitrários: eles são produzidos no próprio uso da língua, no campo da *sintaxe*, que “[...] tem a forma que tem em razão das estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva”. (MARTELOTTA & AREAS, 2003, p. 24)

Dadas as concepções de língua, discurso e gramática, dentro da abordagem Funcionalista, trataremos agora da questão do fenômeno da transitividade, utilizando os dez parâmetros propostos por Hopper & Thompson (1980) como base de análise funcional.

2.1.1. Parâmetros de transitividade segundo Hopper & Thompson (1980)

A transitividade, amplamente trabalhada por Hopper & Thompson em *Transitivity in Grammar and Discourse* (1980), identifica-se como

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

uma propriedade escalar que entende a oração não só como uma divisão entre sujeito, verbo e objeto, mas a analisa como um todo, não necessitando desses três elementos para ser propriamente transitiva, ao contrário do que visa a gramática tradicional. Além disso, para os autores, a transitividade pode ser designada como a transmissão da ação de um participante a outro, do agente ao paciente, sendo que quanto mais bem-sucedida for essa transmissão, maior será a transitividade dessa interação. A partir disso, essa proposição é dividida em dez parâmetros sintático-semânticos independentes, que mostram que a transitividade pode variar entre alta e baixa. Com a análise dos parâmetros que serão apresentados a seguir, é possível compreender como a transitividade se torna uma propriedade global dentro da sentença, e não um caso restrito ao verbo.

COMPONENTES	ALTA TRANSITIVIDADE	BAIXA TRANSITIVIDADE
Participantes	Dois ou mais (agente e objeto)	Um
Cinese	Ação	Não ação
Aspecto	Télico	Atélico
Pontualidade	Pontual	Não pontual
Volitividade	Volitivo	Não volitivo
Polaridade	Afirmativa	Negativa
Modalidade	Realis	Irrealis
Agentividade	Agentivo	Não agentivo
Afetamento de O	O totalmente afetado	O não afetado
Individualização de O	O individuado	O não individuado

Quadro 1: Tabela com os parâmetros da transitividade apresentados por Hopper & Thompson (1980)

Segundo Hopper & Thompson (1980), os parâmetros de transitividade podem ser divididos da seguinte maneira:

(1) participantes

– é necessária que hajam, pelo menos, dois participantes no momento da interação, para que a ação seja transferida com êxito, nesse caso, **A e O** (*Júlia e Gustavo deram as mãos versus Júlia dormiu*);

(2) cinese

– os estados, ao contrário das ações, não podem ser transmitidos de agente para paciente, de participante para participante (*Jurema bateu em Roberto versus Jurema ama Carlo*);

(3) aspecto

– a ação que está em movimento não possui uma transferência tão efetiva quanto aquela que já foi finalizada (*Michelle amarrou o cadarço versus Michelle está amarrando o cadarço*);

(4) pontualidade

– quando a ação não possui uma demarcação entre seu início e fim, ela possui um efeito maior que uma ação que apresenta um seguimento, uma continuação (*João comeu bolo de chocolate durante toda a manhã versus João andou de bicicleta*);

(5) volitividade

– se o participante A age de forma intencional, essa ação será mais efetiva do que se não houvesse uma finalidade estabelecida (*Evaristo colocou a caneta dentro do estojo – intencional – versus Evaristo esqueceu a caneta – não intencional*);

(6) polaridade

– diferença entre a oração afirmativa e a oração negativa, sendo que a primeira é mais eficiente que a segunda (*Sandra foi à praia versus Sandra não foi à praia*);

(7) modalidade

– se a ação for apresentada como ocorrida dentro do campo irreal, ou simplesmente não tiver acontecido (por exemplo, no caso das hipóteses), sua eficácia será menor do que aquela que ocorreu no campo real (*Judite atendeu o telefone versus Judite vai atender o telefone*);

(8) agentividade

– o participante que possui um maior nível de agentividade pode ser mais efetivo no momento de sua transferência de uma ação, do que participantes com menor nível de agentividade (*Garcia regou as plantas versus A chuva regou as plantas*);

(9) afetamento de O (do objeto)

– o grau da transferência de uma ação pode ser medido considerando se o paciente for, ou não, totalmente afetado (*Ivan comeu todo os sanduíche versus Ivan comeu um pedaço do sanduíche*);

(10) individualização do O (do objeto)

– se o paciente for individualizado, há maiores chances de a ação ser efetivamente transmitida, do que se fosse para um paciente não individualizado (*Kelly gosta de sua avó versus Kelly gosta de refrigerante*). Este parâmetro pode ser ainda desmembrado em outros seis:

Individuado	Não individuado
Próprio	Comum
Humano, animado	Inanimado
Concreto	Abstrato
Singular	Plural
Contável	Incontável
Referencial, definido	Não referencial

Quadro 2: A individualização do objeto

Sendo assim, pode-se dizer que, considerando a transitividade como algo que segue continuamente, o nível transitivo mais alto que pode existir numa sentença se dá quando se consegue comportar em seu interior todos os dez parâmetros marcados positivamente. Quando ocorre o contrário e todos estão negativos, pode-se dizer que a sentença possui zero grau de transitividade.

3. *Caracterizar o corpus é preciso: o gênero canção em foco*

O estudo da canção, definido como um gênero híbrido, visto que contempla os campos do texto e da música, abrange tanto a linguística textual quanto a análise do discurso, e tem a música como seu alvo de pesquisa. Esta, considerada por Manzoni e Rosa como “[...] um fato social em constante mudança” (MANZONI & ROSA, p. 2), procura, através de suas letras e melodias, despertar no ouvinte ou leitor alguma espécie de sentimento durante e após o momento de sua reprodução, expondo, assim, a face real de uma sociedade que também está continuamente se transformando.

A canção é uma produção pequena, executada através do canto, e que pode ter, ou não, o auxílio de instrumentos musicais durante sua realização. Além disso, está à margem do texto literário, principalmente do poético, sendo a separação do poema da música algo impossível, visto que há uma relação de interdependência entre ambos, para que o sentido seja construído. Segundo Foucault, “[...] a música elaborava o poema que elaborava a música”. (2006, p. 389, *apud* MANZONI & ROSA, p. 3)

Esse gênero pode ser dividido em três outros, dessa vez, musicais, que são o erudito (clássico), o folclórico e o popular. No primeiro, “a canção é composta com melodias e harmonias mais refinadas e elaboradas” (p. 2), sendo construídas por pessoas com instrução vasta e variada, além de conhecimento profundo da música. Já no gênero folclórico, é

predominante a questão cultural, uma vez que suas canções falam sobre os trabalhos, as festas rurais, as colheitas etc., além de canções de ninar e cantigas de roda. Nesse gênero, a reprodução é oral e sem um autor fixo, responsável pela canção, e a forma escrita não se faz necessária. E, por último, no gênero popular, as canções possuem vários estilos diferentes, com compositores e intérpretes por muitas vezes bastante conhecidos, e que com a divulgação das mídias sócias, promovem o possível sucesso dentro das comunidades urbanas.

Costa (2003) subdivide a canção em três graus de materialidade: a materialidade linguística, a materialidade formal, e a materialidade enunciativa ou pragmática. Na primeira, a linguagem cotidiana se faz presente, não havendo tanto apego às regras sintáticas normativas. O texto coerente não se faz necessário, muito menos obrigatório, uma vez que a melodia pode preencher a lacuna deixada pelos sentidos que faltarem, o que acarreta em quebras de palavras, sílabas, e até mesmo, sons. Já na formal, a reprodução da canção se dá apenas de forma oral, sendo que a letra pode ser escrita posteriormente à realização da melodia. Sua reprodução pode ser tanto oral quanto por microfones e aparelhos de som num geral, tal como ter acompanhamento de instrumentos musicais, e sua apresentação acontece nos mais diversos socioletos. Por último, mas não menos importante, na materialidade enunciativa ou pragmática, o foco principal se concentra na interação entre o “tu” e o “eu” no núcleo da letra, sendo, “[...] extremamente permissiva a relação com outras linguagens: dramática, cênica, cinematográfica e plásticas (fotografia, pintura e desenho) dentre outras” (MANZONI; ROSA, p. 4). Para que haja uma boa execução da canção nesse tipo de materialidade, é necessário, ainda, que o intérprete possua conhecimento sobre a melodia e competência para o canto.

Segundo a psicóloga Yara Cazanó (2000), a música pode ser observada sob o ponto de vista estético e o funcional. Na música estética, também chamada de música pura, o valor estético é marcado dentro do âmbito da canção de maneira independente em relação a outras formas que não sejam sonoras. É possível conceber essa análise principalmente nos cantos eruditos. Já a música funcional caracteriza-se como um “[...] repertório criado e executado com finalidades extramusicais, ou seja, que não chama a atenção do ouvinte para si, para seus componentes estritamente musicais”. (2000, p. 2, *apud* MANZONI & ROSA, p. 5)

As canções compostas na década de 1960, durante o período da Ditadura Militar, são exemplos de música funcional, por terem sido es-

critas, em sua maioria, com o propósito de intervir dentro da realidade política daquela época, através de suas letras e melodias. Para tal, utilizava-se de uma linguagem aproximada à linguagem do povo, da prosa, e usava-se a metáfora como forma de ludibriar a censura. Nesse sentido, a canção assumia sua posição de lugar de interação, de comunicação, e até mesmo o silêncio possuía um sentido, e não uma ausência dele.

A partir dessa perspectiva, analisaremos a seguir a canção “Construção” de Chico Buarque de Holanda, buscando compreender o uso dos verbos transitivos em sua letra a partir dos parâmetros abordados por Hopper & Thompson (1980), e seguindo as premissas do funcionalismo norte-americano.

3.1. Análise da canção “Construção”, de Chico Buarque de Holanda

3.1.1. Contextualizando

Em 1971, após passar um período na Itália, exilado, Chico Buarque retornou ao Brasil e lançou “Construção”, canção que contava a história de um operário da construção civil que, num dia de trabalho como tantos outros, caiu da obra que estava construindo e morreu. “Trata-se de uma crônica sobre a vida e a morte de um trabalhador” (CAVALCANTI, 2009), mas, mais que isso, um retrato da situação pela qual o país estava passando, uma vez que a Ditadura Militar ainda se fazia presente.

Naquela época, a classe operária não tinha voz, muito menos direitos, e as condições de trabalho eram precárias. O trabalhador era um indivíduo submisso, que fazia o que lhe era mandado sem questionar, o que remete “à submissão forçada, o obedecer ou ser punido, da ditadura militar” (NOGUEIRA, 2013). Tratado apenas como uma parte da mecanização imposta pelo capitalismo vigente daqueles dias, o protagonista de “Construção” era a face real da negligência do governo para com o povo, e Chico Buarque utilizou-se dessa narrativa para criticar tal sistema, mesmo que nas entrelinhas.

A letra da canção, composta de um jogo de palavras proparoxítonas, traz a história desse trabalhador anônimo, desrostificado, que beija a mulher, os filhos, sai de casa e parte para mais um dia de seu ofício, mal sabendo ele que não os veria novamente jamais. Passa o dia de trabalho com animação, erguendo a construção “como se fosse máquina”, comendo, bebendo, dançando e gargalhando com os outros operários, até trope-

çar no andaime e partir, em queda livre, para a morte. O acontecimento, porém, ao invés de despertar compaixão ou indignação, só demonstra que “[...] sua morte apenas atrapalha a sociedade, perturba o sistema” (NOGUEIRA, 2013), e que não significa nada para o governo.

“Construção” demonstra, em cada verso, em cada escolha de palavra, como o trabalhador era injustiçado socialmente, uma vez que nem mesmo sua morte, o ponto ápice da dor transposta através da letra da canção, é tida como importante, e o descaso acaba chocando. É o trabalhador que gasta seus dias construído, edificando a cidade, para ser morto por ela, pela selva de pedras em que, no fim das contas, será soterrado.

Embora a análise dessa canção apresente toda a problematização trabalhada por estudiosos de várias áreas ao longo dos anos, Chico Buarque confessou, dois anos após o lançamento da canção, numa entrevista dada à revista Status, que “Construção” não fora pensada como uma forma de protesto, muito menos tinha a ver com a questão do operariado, mas que, na hora de compô-la (e não só ela, mas todas as canções de Chico), só havia trabalhado com a emoção. Segundo Chico, “em ‘Construção’, a emoção estava no jogo de palavras. Agora, se você coloca um ser humano dentro de um jogo de palavras, como se fosse... um tijolo – acaba mexendo com a emoção das pessoas”. Porém, nesse sentido, mesmo que o autor não tenha pensado na canção com uma forma de evidenciar uma determinada situação de insignificância de um trabalhador da construção civil, sobretudo depois de sua morte, porque ainda “atrapalhou o tráfego”, para o ouvinte/leitor inevitavelmente este sentido se constrói.

3.1.2. Aplicando os parâmetros de transitividade de Hopper & Thompson (1980) na canção “Construção” de Chico Buarque

Levando em conta os versos da primeira estrofe da canção aqui apresentada, uma vez que os mesmos se repetem na segunda e terceira estrofes, as ocorrências encontradas, todas com verbos no pretérito perfeito do indicativo, foram:

(1) “Amou daquela vez como se fosse a última”

Nesse verso de “Construção”, o verbo “amar” apresenta dois participantes: o agente “o operário”, sujeito oculto, mas que pode ser inferido através do contexto em que se encontra a canção, e o paciente “sua

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

mulher”, informação recuperada ao longo da estrofe. Nesse caso, o verbo adota a definição de “ato sexual”, sendo realizado pelo sujeito agente, que é movido de intencionalidade e realiza a ação. Quanto ao aspecto, há telicidade, visto que existe transferência de ação para o objeto, “sua mulher”, sendo este totalmente afetado e individuado. Do ponto de vista da pontualidade a ação foi finalizada, classificando-se, então, como pontual, e segundo a polaridade e a modalidade, a sentença é afirmativa e se encontra no modo *realis*, o que evidencia a alta transitividade, uma vez que os dez parâmetros estão marcados positivamente.

(2) “*Beijou sua mulher como se fosse a última / E cada filho seu como se fosse o único*”

No segundo e no terceiro versos, há dois participantes em cada verso, o primeiro participando dos dois versos é o “operário”, agente, movido de intenção caracteriza-se como [+intencional]. “Sua mulher” e “cada filho seu” são codificados sintaticamente como objeto direto e do ponto de vista semântico como pacientes totalmente afetados e individuados. O aspecto é o télico, havendo transferência realizada do agente ao paciente em sua etapa final, a sentença é definida como afirmativa sob o ponto de vista da polaridade, e está no modo *realis*, sendo também pontual, indicando sua alta transitividade através da marcação positiva em que os dez parâmetros se encontram.

(3) “*E atravessou a rua com seu passo tímido*”

Já no quarto verso, o verbo “atravessar” apresenta dois participantes: “o operário” e “a rua”. Nesse caso, “a rua” pode ser caracterizada como um participante de locação, segundo o que foi pressuposto por Crystal (2008, p. 48), que incluiu como funções dos participantes disponíveis as que agregam valor de *instrumento*, *tema*, *experiência*, *benefício*, *locação*, *destinação* e *origem*. Sendo assim, o primeiro, “o operário”, destaca-se como agente de alta potência, movido de intencionalidade, e o segundo, “a rua”, como paciente da ação, sendo totalmente afetado, mas não individuado, uma vez que, dentro dos parâmetros de individualização do objeto, apresenta-se como [-animado]. O aspecto apresentado é o télico, a sentença é pontual, possui polaridade afirmativa e a modalidade em que se encontra é a *realis*.

A mesma estrutura pode ser observada no quinto e sexto versos, “*Subiu a construção como se fosse máquina / Ergueu no patamar quatro paredes sólidas*”, tendo “o operário” como agente em ambos os casos, e “construção” e “patamar” como pacientes, respectivamente. Porém, enquanto no sexto verso “patamar” também exerce papel de participante de locação, no quinto, “construção” pode ser considerado um participante temático, ou seja, uma entidade movida por uma ação. Tendo em vista esses aspectos, é possível afirmar que as três sentenças possuem alto grau de transitividade, com nove traços marcados positivamente.

(4) “*Sentou pra descansar como se fosse sábado*”

No nono verso da canção, há apenas um participante, “o operário”, codificado sintaticamente como sujeito e semanticamente como [+agentivo]. A sentença possui aspecto télico, é pontual, há volitividade, encontra-se sob a polaridade afirmativa, na modalidade *realis*. Não há afetamento de objeto, nem individuação. A sentença ainda é considerada altamente transitiva, uma vez que apenas os três parâmetros: participantes, afetamento do objeto e individuação do objeto não são aplicados positivamente.

(5) “*Comeu feijão com arroz como se fosse um príncipe*”

Por sua vez, no décimo verso, há dois participantes; um é “o operário”, codificado sintaticamente como sujeito e o outro é o objeto, codificado semanticamente paciente: “feijão com arroz”. Do ponto de vista da polaridade, trata-se de uma sentença afirmativa, apresentando também o aspecto télico e [+pontualidade], além de se encontrar no modo *realis*. Apesar de o complemento “feijão com arroz” parecerem dois objetos, juntos eles formam o nome de uma comida específica, tipicamente brasileira, sendo o objeto [+referencial], [+singular], [+concreto] e [+contável]. Dessa forma, o objeto, por obter quatro traços positivos, dos parâmetros de individuação do objeto, aproxima-se de uma alta individuação e o verso por evidenciar parâmetros marcados positivamente configura-se com alta transitividade.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

(6) *“Bebeu e soluçou como se fosse um náufrago / Dançou e gargalhou como se ouvisse música”*

O décimo primeiro e o décimo segundo versos apresentam uma estrutura semelhante, ao trazerem os três verbos, a saber: “bebeu”, “dançou” e “gargalhou”, com sujeito: “o operário”: [+intencional], e um verbo “soluçou”, cujo sujeito é [-não intencional]. Nas sentenças, em que figuram “bebeu”, “dançou” e “gargalhou”, há apenas um participante, o mesmo se dá com “soluçou”. As cláusulas trazem apenas um participante, “o operário”, não havendo, então, a transferência das ações para um paciente. Por conta disso, o agente possui potência fraca, e o afetamento e individualização dos objetos permanecem negativos. Apesar disso, as cláusulas: “bebeu”, “dançou” e “gargalhou” podem ser caracterizadas como [+ação], [+téllica], [+pontual], [+volitivo] [+afirmativa] e, do ponto de vista da modalidade, [+realis], contabilizando seis pontos positivos, o que ainda assim indica que a sentença possui alta transitividade. Já em “soluçou”, encontramos uma baixa transitividade.

(7) *“E tropeçou no céu como se fosse um bêbado”/ “E flutuou no ar como se fosse um pássaro”*

O décimo terceiro e o décimo quarto versos por se tratarem de metáforas não serão analisados, neste artigo.

(8) *“E se acabou no chão feito um pacote flácido”*

No décimo quinto verso, há a presença de dois participantes, “o operário” e “no chão”, afetado, mas não individuado, por se tratar de um participante de locação, e estar marcado como [-animado]. “Acabar-se” empregado no sentido de “decair fisicamente; morrer” codifica semanticamente processo, com isso alguns parâmetros não se aplicam: [-ação], [-volitivo], [-agentividade], [-indivuação de O]. [+téllico], [+pontual], [+afirmativo], [+realis], [+afetamento de O]. Embora possamos considerar com alta transitividade, já que seis traços se apresentam positivamente, o fato de não haver uma transferência de ação para um paciente parece deixar essa cláusula medianamente transitiva. Mas esse aspecto será aprofundado, na continuidade dos estudos.

(9) “*Agonizou no meio do passeio público*”

O décimo sexto verso da canção não será analisado neste artigo, por se tratar de verbo de estado. Analisaremos em artigo posterior.

(10) “*Morreu na contramão atrapalhando o tráfego*”

Por fim, o último verso também não será analisado.

4. *Para (não) concluir*

No presente estudo, buscamos analisar, explicar e compreender melhor o fenômeno da transitividade na canção “Construção” de Chico Buarque, tendo como base de pesquisa a concepção funcionalista da linguagem, a fim de mostrar como tais escolhas puderam influenciar no significado transmitido e reforçar a crítica contra a Ditadura Militar que vigorava no Brasil nos anos 60 e 70.

Utilizando os parâmetros de transitividade pressupostos por Hopper & Thompson (1980), pudemos observar como, na canção, os primeiros versos possuem uma maior transitividade em relação aos últimos, justamente por contar a história de um operário que perdeu sua vida enquanto trabalhava. O parâmetro que nos indica tal fato é o da volitividade, que determina a intencionalidade do agente, e que passou a ser marcado como negativo a partir do décimo terceiro verso, em que o trabalhador tropeça, agoniza e morre.

Outro fator interessante que pôde ser observado nesta análise foi a presença de participantes de caráter inanimado, abrindo então a discussão a respeito da função dos participantes disponíveis na nossa língua. Para tal questionamento, usamos as definições de Crystal (2008), que incluiu em seus estudos mais sete posições a respeito dos participantes. Além disso, o uso desse tipo de participante relaciona-se, também, ao cenário contextual em que a canção se encontra, o que só demonstra a importância do funcionalismo para esse tipo de pesquisa.

Portanto, o objetivo deste artigo é de que o estudo da transitividade ganhe mais atenção e que possa ser cada vez mais discutido, principalmente no que tange o gênero canção, em que se é possível encontrar cláusulas com os mais variados graus de transitividade, de acordo com o contexto em que estão inseridas.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAVALCANTI, P. *Construção*, 2009. Disponível em:
<<http://rollingstone.uol.com.br/edicao/37/noticia-3939#imagem0>> Acesso em: 05-2015.
- COSTA, N. B. Canção popular e o ensino da língua materna. *Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, v. 4, jul./dez. 2003.
- CRYSTAL, D.; *A dictionary of Linguistics and Phonetics*. 6. ed. Blackwell Publishing, 2008.
- HOPPER, P. J.; THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, Baltimore, vol. 56, n. 2, 1980.
- MANZONI, A. S. S.; ROSA, D. B. *Gênero canção: Múltiplos olhares*. Universidade Federal de Alagoas, [s./d.]. Disponível em:
<<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/322/230>> Acesso em: 29-04-2015.
- MARTELOTTA, M. Funcionalismo. In: WILSON, V.; MARTELOTTA, M.; CEZARIO, M. M. (Orgs.). *Linguística: fundamentos*. Rio de Janeiro: CCAA, 2006.
- MARTELOTTA, M.; AREAS, E. K. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, M. A. F.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. (Orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- NOGUEIRA, M. D. V. Um parafuso da engrenagem capitalista: análise da música “Construção”, de Chico Buarque. 2013. Disponível em:
<<http://pt.slideshare.net/marcusNOGUEIRA/construo-chico-buarque-23721091>>. Acesso em: 05-2015.

**A VARIAÇÃO LEXICAL NA ROTA DO CAFÉ:
APONTAMENTOS DO PROJETO
DE ESTUDO GEOLINGUÍSTICO
NO NORTE DO ESTADO DO PARANÁ**

Thiago Leonardo Ribeiro (UEL)
thiagoleonardoribeiro@gmail.com

Fabiane Cristina Altino

RESUMO

O presente trabalho tem por mote principal registrar a herança lexical deixada pelos colonizadores das cidades que compõem a Rota do Café, realizando o devido registro e estudo geolinguístico, considerando a importância da cultura do café para o Brasil e, especialmente, para a região norte do Paraná. Descreveremos e analisaremos as respostas às perguntas do questionário elaborado a partir de estudos já publicados e dos questionários do *Atlas Linguístico do Brasil – ALiB* (2001) e *Atlas Linguístico do Paraná – ALPR* (AGUILERA, 1994). Apoiados nos princípios da dialetologia, da geografia linguística, da lexicologia e da sociolinguística, principalmente em Coseriu (1987), Tarallo (1999) e Thun (2005), pesquisadores da variação linguística, o estudo se insere numa perspectiva pluridimensional, uma vez que trataremos da perspectiva diatópica, diagenérica e diageracional e diastrática. Ao todo, serão inquiridos 40 informantes, quatro entrevistados nos dez pontos estabelecidos, um homem e uma mulher de 30 a 50 anos, e um homem e uma mulher de 60 a 80 anos, com, no máximo, o nível fundamental I de escolaridade. Seguindo com transcrição grafemática, análise dos dados e cartografia das lexias mais destacadas pela representatividade do falar regional, frequência e riqueza da variação lexical. Pretendemos, com a análise dos dados, inventariar parte da variação lexical estabelecida com a vinda dos colonizadores de Minas Gerais, São Paulo, Itália, Alemanha e Japão, dentre outros, analisando a fala dos mais idosos e o que permanece na fala dos mais jovens. Por fim, a contribuição deste trabalho é para a descrição da língua portuguesa falada nesta região do Paraná. Esta comunicação se constitui de um recorte da pesquisa em que pretendemos discutir a metodologia e a fundamentação teórica adotadas.

Palavras-Chave: Variação lexical; Geolinguística; Rota do Café; Paraná.

1. Introdução

O presente trabalho tem por mote principal registrar a herança lexical deixada pelos colonizadores das cidades que compõem a *Rota do Café*, realizando o devido registro e estudo geolinguístico, considerando a importância da cultura do café para o Brasil e, especialmente, para a região norte do Paraná.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Amparados pelo Projeto de Turismo *Rota do Café*⁵⁸, lançado em 2009 e ainda em desenvolvimento pelo SEBRAE/PR, que proporciona aos visitantes uma oportunidade única e envolvente de volta às origens, conhecimento da história e vivência dos atrativos naturais e culturais do norte do Paraná, com roteiros elaborados de acordo com o perfil e necessidade de cada cliente, com visitas às fazendas históricas, centros culturais, restaurantes rurais e lugares pitorescos, propomo-nos a investigar a fala de moradores das cidades que compõem esse trajeto que parte de Ribeirão Claro e segue por Cambará, Santa Mariana, Uraí, Ibiporã, Cambé, Rolândia, Londrina, São Jerônimo da Serra e chega a Tamarana.

Assim, entendemos que estudos desta natureza, como nos trazem Razky et al. (2012, p. 38) citando Alves e Barros (2009, p. 15), propiciam o conhecimento do léxico de determinada comunidade, permitindo-nos: i) observar a leitura que essa comunidade faz de seu universo linguístico-cultural e ii) preservar parte de sua memória sócio-histórica e linguístico-cultural, além de possibilitar o registro e a documentação da diversidade lexical.

Para Tarallo (1999, p. 14), a língua pode representar “um fator extremamente importante na identificação de grupos, em sua configuração, como também uma possível maneira de demarcar diferenças sociais no seio de uma comunidade”.

Nas palavras de Aguilera (1998, p.99), o “Paraná é um mosaico vivo de dezenas de povos e culturas diversificadas, [...] assimilando mutuamente, em maior ou menor escala, seus costumes e hábitos, inclusive e sobretudo os linguísticos”.

2. *Sobre o café no Brasil e no Paraná*

Historicamente, o café chegou ao norte do Brasil⁵⁹, em Belém, em 1727, trazido da Guiana Francesa para o Brasil pelo Sargento-Mor Francisco de Mello Palheta a pedido do governador do Maranhão e Grão-Pará, que o enviara às Guianas com essa missão. Já naquela época o café possuía grande valor comercial. Palheta aproximou-se da esposa do go-

⁵⁸Vale ressaltar, que utilizamos a *Rota do Café*, empreendida pelo SEBRAE, por julgar importantes tais destinos para o estudo da linguagem da região norte do Estado do Paraná.

⁵⁹ Disponível em <<http://www.rotadocafe.tur.br/pt/historico.php>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

vernador de Caiena, capital da Guiana Francesa, conseguindo conquistar sua confiança. Assim, uma pequena muda de café Arábica foi oferecida clandestinamente e trazida escondida na bagagem desse brasileiro.

Devido às nossas condições climáticas, o cultivo de café se espalhou rapidamente, com produção voltada para o mercado doméstico. Em sua trajetória pelo Brasil o café passou pelo Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Num espaço de tempo relativamente curto, o café passou de uma posição relativamente secundária para a de produto-base da economia brasileira. Desenvolveu-se com total independência, ou seja, apenas com recursos nacionais, sendo, afinal, a primeira realização exclusivamente brasileira que visou à produção de riquezas.

A região norte do Paraná, com terra roxa e muito fértil, era até poucas décadas atrás uma extensa floresta inexplorada. Por volta dos anos 40, esta região passa por uma grande transformação com o surgimento do café. O impacto econômico e social provocado pela cultura cafeeira pode ser comparado, sem exageros, aos impactos da cana-de-açúcar no Nordeste brasileiro no período colonial, ao do ouro na região das Minas Gerais no século XVIII. Nesta região, o café transformou vazios geográficos em regiões prósperas e urbanizadas. Através dele, surgiram vários municípios, atraindo várias ondas migratórias, tanto de mineiros e paulistas, como de imigrantes europeus e asiáticos que juntamente com os brasileiros de diversas regiões, proporcionaram uma especificidade cultural singular.

Até a década de 70 o café gerou centenas de milhares de empregos, colocou alimento nas mesas de milhares de famílias e gerou muita riqueza, a ponto de ser o maior produtor nacional. A cultura cafeeira proporcionou oportunidades nas diversas etapas de sua produção: no plantio e capina das roças; na colheita, na comercialização e transporte até as máquinas de beneficiamento. Sem dúvida, o ciclo do café contribuiu de forma significativa e única para a formação deste Norte do Paraná forte, independente e diferente.

No *Almanaque Abril* (2011, p. 663) consta que a população dessa área foi formada por imigrantes europeus que começaram a chegar ao final do século XIX, contribuindo para o desenvolvimento da economia, baseada na pequena propriedade rural de policultura. Os índios ocupavam a região na época do descobrimento; espanhóis e portugueses chegam com as missões jesuíticas; e os negros são trazidos como escravos.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Italianos, eslavos e alemães se fixam no Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina, açorianos colonizam o litoral; alemães, a região norte; e italianos, o planalto e a porção oeste. No Paraná, fixam-se italianos, alemães e japoneses. Entre 1920 e 1970 cai a imigração, mas melhora a qualidade de vida, o que aumenta a migração interna, sobretudo de paulistas e mato-grossenses, para as lavouras do norte do Paraná. A partir dos anos 1970, com o êxodo rural, as famílias começam a voltar para São Paulo. No governo militar, há emigração para colonizar a Amazônia, principalmente paranaenses e gaúchos partem para Mato Grosso e Rondônia.

O estado do Paraná, cortado pelo trópico de Capricórnio ao norte, possui temperaturas amenas, o que constitui um dos fatores de atração de imigrantes europeus no fim do século XIX. A economia é inicialmente marcada pelo cultivo de café nas férteis terras roxas e o estado passa a ser depois, o maior produtor de grãos do país.

No século XVI, a região do atual estado é uma área remota da capitania de São Paulo, e os portugueses iniciam um lento povoamento limitado à baía de Paranaguá. No século seguinte, os bandeirantes paulistas organizam frequentes expedições armadas para capturar índios. Até então, colonos e jesuítas espanhóis são os principais povoadores de Paranaguá, no litoral, e de Curitiba, no planalto – onde nascem as vilas mais importantes.

No século XVIII, durante o ciclo do ouro em Minas Gerais, o Paraná fica em uma posição secundária na capitania, com uma economia de agropecuária de subsistência. Sob o Império, em 1853, o Paraná torna-se província independente, e, no fim do século, já na República, a economia é impulsionada pelo cultivo da erva-mate, a seguir pela exploração madeireira e pelas lavouras de café.

A expansão cafeeira nas férteis terras roxas do norte atrai migrantes de outros estados, além de imigrantes europeus e japoneses. Esse desenvolvimento, no entanto, não ocorre sem conflitos. Entre 1912 e 1916, camponeses pobres enfrentam forças federais e estaduais na defesa das terras e de sua crença religiosa, na região do Contestado, divisa com Santa Catarina. Na época, a região é disputada pelos dois estados.

No início do século XX, passam a atuar grandes companhias de colonização, como a inglesa Paraná Plantation. Surgem, assim, as cidades de Londrina e Maringá, que se tornam importantes centros produtores de café entre os anos 1950 e 1970.

As mudanças econômicas, sobretudo na agroindústria, trazem prosperidade, mas também problemas sociais, particularmente no campo. Estima-se que, na década de 1970, pelo menos um milhão de pequenos proprietários e trabalhadores rurais tenham perdido sua terra e o emprego. Esse quadro é atribuído à concentração de terras, favorecida por uma geada, em 1975, que dizima as lavouras. Muitos agricultores sem terra se tornam boias-frias, outros migram para as regiões Norte, Centro-Oeste ou para o Paraguai. Os que ficam começam a se organizar num movimento de luta pela terra, dando origem ao atual Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). O aumento do êxodo rural, nos anos 1980, contribui para um acelerado e tardio processo de urbanização do estado, que não conta com um mercado industrial e de serviços capaz de sustentá-lo.

3. Arcabouço teórico

Apoiados nos princípios da dialetologia, da geografia linguística, da lexicologia e da sociolinguística, principalmente em Coseriu (1987), Tarallo (1999) e Thun (2005), pesquisadores da variação linguística, o estudo se insere numa perspectiva pluridimensional, uma vez que trataremos da perspectiva diatópica, diagenérica e diageracional e diastrática.

A geolinguística, hoje um ramo da dialetologia, consiste em um modo de estudar a diversidade da linguagem por meio de atlas linguísticos, uma série de mapas do mesmo território, sendo um mapa para cada conceito ou fonema (série de fonema), cuja existência tenha sido comprovada pelo investigador numa rede de pontos (localidades) previamente estabelecida (COSERIU, 1987, p. 82).

Bassi e Margotti (2012, p. 50) corroboram o alegado, versando que

A Geolinguística ou a geografia linguística, conforme Elizaincin (1992), foi o método mais calculadamente elaborado dentro da dialetologia, já que se preocupava com a diatopia e com o resgate de antigos dialetos regionais. Desse modo, é bom não confundir dialetologia e geolinguística, pois esta é um método utilizado pela dialetologia.

Na visão de Barbosa-Doiron (2010, p. 115),

Cabe à dialetologia descrever, examinar e compreender de que forma elementos de ordem sócio-históricas operam nos falares regionais de uma língua. Já à geolinguística, atrelada aos estudos dialetológicos, compete reproduzir e classificar, dentro de um espaço delimitado, por meio de mapas e cartas específicas, as variações dialetais registradas em dado grupo social.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Na busca por um retrato linguístico das diversidades regionais, conforme afirma Altino (2009, p. 34), temos a migração, o contato entre as culturas, o menor ou o maior grau de acesso à mídia e à escolaridade, entre outros fatores, contribuindo para que a língua seja cada vez mais dinâmica e sofra mudanças continuamente.

A autora ainda nos informa que o Estado do Paraná é um dos pioneiros nos estudos dialetológicos, com a publicação do *Atlas Linguístico do Paraná* em 1994 – resultado da tese de doutoramento da Profa. Vanderci de Andrade Aguilera (UEL) em Letras pela UNESP-Assis (1990). Observando que o estudo do português falado neste Estado pode ser dividido em duas fases: uma que abrange o final do século XIX até a década de 40 do século XX e a outra fase que se inicia na década de 50 do século passado e chega aos nossos dias.

Sobre o início do estudo do léxico paranaense destaca

Foi a partir do trabalho do General José Cândido da Silva Muricy, apresentado por Andrade Muricy durante o Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada no Rio de Janeiro (1938), que o estudo do léxico paranaense passou a tomar corpo. Segundo Andrade Muricy, o General empenhou-se em descrever suas viagens pelo interior do Estado e, em sua obra, relacionou 236 vocábulos dispostos em ordem alfabética contendo explicações de uso ou significado do dialeto falado no Extremo Oeste paranaense. (ALTINO, 2009, p. 38)

A seguir elencamos trabalhos acerca do léxico no Paraná que merecem ser destacados, como nos mostra a autora: *Algumas vozes Regionais do Paraná do Extremo Oeste* (MURICI, 1938); *Vocabulário de Tibagi* (TONIOLO, 1981); *Aspectos Linguísticos da Fala Londrinense: Esboço de um Atlas Linguístico de Londrina – EALLO* (AGUILERA, 1987); *Áreas Fonéticas do Paraná* (MERCER, 1992); *Atlas Linguístico do Paraná* (AGUILERA, 1994); *Aspectos Linguísticos da Fala de Cândido de Abreu: um Estudo Geossociolinguístico* (LINO, 2000); *Glossário da Fala Rural Paranaense* (RODRIGUES, 2000); *Pelos Caminhos da Geolinguística Paranaense: um Estudo do Léxico Popular de Adrianópolis* (ALTINO, 2001); *Do Presente ao Passado: um Olhar sobre o Vocabulário de Tibagi* (TONIOLO, 2002); *Medicina Caseira Paranaense: um Estudo Geolinguístico* (Souza, 2005); *Em Busca de uma História para o Léxico Rural Paranaense* (RODRIGUES, 2007); *Atlas Linguístico do Paraná – ALPR II* (ALTINO, 2007); *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Oeste do Paraná – ALERO* (BUSSE, 2007); *Atlas Geossociolinguístico de Londrina: um Estudo em Tempo Real e Tempo Aparente* (ROMANO, 2012).

Todos contribuindo, assim, para a preservação, compreensão e disseminação dos fatos linguísticos.

Nesse viés, corrobora Isquerdo (2012, p. 124)

[...] dá a importância do registro do léxico regional em obras lexicográficas e em atlas linguísticos como forma de perenização de determinadas formas que foram representativas de um momento da história da língua e da cultura de um povo e que são substituídas por outras no decurso dessa história.

Em estudo de Aguilera e Altino (2012, p. 878), encontramos uma citação de Romano em coautoria com Aguilera (2009), que, dentre outras considerações importantes para os estudos de natureza geolinguística e lexicológica, destacam a importância dos estudos geolinguísticos como fonte segura para os lexicógrafos.

Ainda, sobre o levantamento de dados semântico lexicais, as autoras defendem que

permite organizar a apresentação do universo vocabular para as respostas obtidas às questões, segundo alguns critérios, como: arcaísmos, brasileirismos, criações neológicas, variações no âmbito da diatopia, dialetismos, formação dos vocábulos, africanismos, vestígios das línguas indígenas; coletados nas entrevistas e que poderão ser apresentados nas cartas semântico-lexicais (2012, p. 879).

A respeito da capacidade da fala de representar de diferentes formas a realidade, mesmo em comunidades homogêneas, Busse (2008, p. 02) apregoa que

é possível perceber essa realidade, que se coloca como uma réstia por onde se vislumbram sombras do passado que se unem como elos da história. A fala resguarda nos seus traços mais diversos e específicos o presente e o passado, reconstruindo o trajeto dos grupos no espaço e no tempo.

A citada autora, sobre o fenômeno da variação, diz que “a descrição da fala nos espaços geográficos constitui verdadeiro documento do registro dos elementos que se unem à história, à cultura, aos percursos, aos trajetos no espaço e aos contatos entre as diferentes culturas” (2008, p. 02). E continua, dizendo que um atlas registra por onde estão distribuídas as variantes linguísticas, além de conduzir a estudos das condições de aparecimento ou não de dado fenômeno.

Tarallo (1999, p. 08) acerca do termo variantes linguísticas apregoa que são “diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de ‘variável linguística’”.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

A língua falada referida acima é o veículo linguístico de comunicação usado em situações naturais de interação social; é o vernáculo, momento em que o mínimo de atenção é prestado à língua, ao *como* da enunciação, que se constitui no material básico para a análise sociolinguística. (TARALLO, 1999, p. 19)

E para alcançar tal intento, conforme Lavov (2008, p. 244), devemos descobrir como as pessoas falam quando não estão sendo sistematicamente observadas, mas só podemos obter esses dados por meio da observação sistemática.

O autor ainda nos informa que para superarmos o *paradoxo do observador*, temos que acabar com os constrangimentos da situação de entrevista, desviando a atenção dos falantes, permitindo que o vernáculo venha à tona. Uma técnica é fazer vários intervalos e pausas, para que a pessoa presuma que não está sendo entrevistada. Outra é envolver a pessoa com relato de experiência, com perguntas e assuntos que recriem emoções fortes experimentadas no passado, como por exemplo, pergunta que lida com o risco de morte. Geralmente a pergunta implica uma resposta sim ou não, e uma vez que o informante reconheceu o fato, passa a fazer o relato para não parecer que fez afirmação falsa (2008, p. 245).

4. Sobre o Projeto Atlas Linguístico do Brasil - ALiB

A respeito do Projeto ALiB⁶⁰, cabe-nos dizer que surgiu do compromisso de elaborar um atlas nacional, retomando a ideia dos linguistas brasileiros do início da segunda metade do século XX, durante o Seminário *Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*, ocorrido em Salvador/BA, em novembro de 1996, assessorados pelo pesquisador francês Michel Contini (Universidade de Grenoble). Este atlas possuiria uma metodologia única e revelaria a realidade linguística brasileira (ROMANO, 2013, p. 218). Remetemo-nos, então, ao Decreto 30.643, de 20 de março de 1952, que incumbia a Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa da elaboração do atlas linguístico do Brasil.

O projeto é dirigido por um Comitê Nacional e por coordenadores regionais e objetiva descrever a língua portuguesa no Brasil, documen-

⁶⁰ Mais informações no site *Projeto Atlas Linguístico do Brasil – ALiB*, disponível em: <<http://twiki.ufba.br/twiki/bin/view/Alib/WebHome>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

tando as variações diatópicas, diastráticas, diageracionais e diagenéricas (diassexuais), sendo, portanto, um atlas pluridimensional. Conta com questionário, para a constituição do *corpus*, que aborda aspectos fonético-fonológico, semântico-lexical, morfossintático, pragmático, semi-dirigido, metalinguístico e uma parábola (texto) para leitura. O questionário semântico-lexical (QSL) é formado por 202 perguntas dos tipos *namming* (onomasiológica), *completing* e *inversing*, pretendendo documentar os registros coloquiais do falante, as variantes mais usadas na localidade. Para tanto, está estruturado em 14 áreas semânticas, como alimentação e cozinha, religião e crenças, vida urbana, dentre outras. (Comitê Nacional do Projeto ALiB, 2001)

Este instrumento foi aplicado para a coleta de dados em 250 pontos (selecionados por critérios demográficos, históricos e culturais), em entrevistas com informantes de duas faixas etárias (de 18 a 30 e de 50 a 65 anos de idade), de ambos os sexos, por todo o país (interior e capital). Em cada localidade do interior quatro informantes de nível fundamental, e, nas capitais, além desses, mais quatro de nível superior.

Mister se faz destacar o importante papel do ALiB na formação da mentalidade dialetológica e no estabelecimento e discussão das diretrizes norteadoras do trabalho do geolinguista no Brasil.

Os pressupostos metodológicos do ALiB (1996), um marco nos estudos dialetológicos, influenciou sobremaneira a elaboração de atlas linguísticos de pequeno domínio, e demais trabalhos científicos, como monografias, artigos, dissertações e teses.

5. Sobre pluridimensionalidade

Estudos como o nosso podem ser enquadrados como produtos pluridimensionais, ou multidimensionais, uma vez que se encaixam na classificação proposta por Thun, encontrada no trabalho de Razky (2013, p. 253)

Thun (1997, 1998 *apud* ALTINO, 2007) propõe uma classificação dos atlas linguísticos em monodimensionais, bidimensionais e pluridimensionais. Para ele, os atlas monodimensionais estão focados na dimensão espacial e, por isso, permitem a identificação do uso da língua dentro de uma determinada área geográfica. Os atlas bidimensionais, por outro lado, além da dimensão geográfica, contemplam outra dimensão: diagenérica ou diageracional. Já os atlas pluridimensionais focalizam, além da dimensão geográfica, duas ou mais dimensões sociais: diastrática, diageracional, diagenérica, diafísica etc.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Para Thun (2005, p. 63), a pluridimensionalidade está presente desde os inícios da dialetologia românica, quando Dante Alighieri, em *De Vulgari Eloquentia* (I, cap. X),

não pensava somente nos tantos “idiomas” das regiões da Itália, mas, com certeza, também nas diferenças entre a maneira de falar dos homens e das mulheres (cap. XIV), dos velhos e dos jovens (cap. IX), das distintas profissões (cap. VII) e, evidentemente, dos estilos (Liber II).

Como exemplo de dimensões e parâmetros, cabível trazer a distinção feita por Thun (2005, p. 71), no tocante ao *Atlas Linguístico Diatópico y Diastrático del Uruguay – ADDU*: dialingual (espanhol x português), diatópica – topostático (A x N), diatópico-cinética (topostático x topodinâmico), diastrática (classe alta x classe baixa), diageracional (geração I x geração II), diassexual (homens x mulheres), diafásica (respostas x leitura x conversa livre), diarreferencial (fala “objetiva” x fala metalinguística).

6. Metodologia

Descreveremos e analisaremos as respostas às perguntas do questionário elaborado. Ao todo, serão inquiridos 40 informantes, quatro entrevistados nos dez pontos estabelecidos, um homem e uma mulher de 30 a 50 anos, e um homem e uma mulher de 60 a 80 anos, com, no máximo, o nível fundamental I de escolaridade. Seguindo com transcrição grafe-mática, análise dos dados e cartografia das lexias mais destacadas pela representatividade do falar regional, frequência e riqueza da variação lexical.

Os pontos a serem investigados são os municípios integrantes da *Rota do Café*, dez cidades distribuídas pelo Norte Pioneiro e Norte Central do Estado do Paraná, conforme mapa ilustrativo encontrado no site da rota⁶¹. A seguir, elencamos informações acerca dos municípios encontradas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE⁶².

⁶¹ Disponível em: <<http://www.rotadocafe.tur.br/pt/atrativos.php>>. Acesso em: 17-08-2014.

⁶² Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=41&search=parana>>. Acesso em: 19-08-2014.



Mapa 1 – Cidades que compõem a Rota do Café no Norte do Paraná.

Fonte: site da Rota do Café

6.1. Ribeirão Claro

Os ribeirão-clarenses, com população estimada em 10.952 habitantes, ocupam uma área territorial de 629.223 km².

Os primeiros habitantes da região foram agricultores e colonizadores precedentes dos estados de *São Paulo*, *Minas Gerais* e *Rio de Janeiro* (grifo nosso), que se estabeleceram à margem esquerda do rio Itararé, formando ali, uma povoação que recebeu a denominação de Maria Ferreira, em território então pertencente ao município de São José da Boa Vista.

6.2. Cambará

Os cambaraenses, com população estimada em 25.051 habitantes, ocupam uma área territorial de 366.174 km².

Em 1904, Alexandre Domingos Caetano, conhecido também, por Alexandre Dutra, e Francisco Moreira, estabeleceram-se às margens do Rio Alambari, dando início aos trabalhos preparatórios para a instalação de um povoado. A notícia da fecundidade das terras próprias para as lavouras de café, algodão, cana-de-açúcar, arroz etc., atraiu para o local

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

novos moradores, inicialmente grande contingente de *paulistas e mineiros*, conforme Aguilera (1996, p. 19).

A partir dessa época, a localidade já era conhecida como núcleo de colonização, com a denominação de Alambari, nome do ribeirão que banhava a região.

6.3. Santa Mariana

Os santa-marianenses, com população estimada em 12.496 habitantes, ocupam uma área territorial de 427.193 km².

Formou-se em 1934 um pequeno povoado em terras pertencentes a Francisco Junqueira, o qual se foi aos poucos desenvolvendo, com a afluência constante de forasteiros de diversas procedências atraídos pela fertilidade do solo, vieram, como *paulistas e mineiros* (descendentes de camponeses europeus, principalmente *italianos*). Mais tarde, *cariocas, baianos, cearenses, japoneses e sírio-libaneses*.

6.4. Uraí

Os uraienses, com população estimada em 11.711 habitantes, ocupam uma área territorial de 237.810 km².

As terras onde hoje se localiza o município pertenciam à Companhia Nambei Tochi Kabushiri Kaisha, e faziam parte do território do município de Assaí.

Em maio de 1936, um grupo de colonos *japoneses* liderados por Manjiro Watanabe, então gerente da referida Companhia, chegou à região e deu início, ali, à formação de um povoado que recebeu a denominação de Colônia Pirianito e que, graças à fertilidade de suas terras e ao trabalho dinâmico de seus colonizadores, teve rápido desenvolvimento.

6.5. Ibiporã

Os ibiporanenses, com população estimada em 51.802 habitantes, ocupam uma área territorial de 297.742 km².

Os primeiros habitantes do atual município de Ibiporã apontaram ali em 1934. Até então, a localidade era inteiramente desabitada, porém,

a zona abrangida pelo próprio município de Ibiporã, às margens do Rio Tibagi, no norte do Paraná, foi visitada e conhecida por povoadores e colonizadores brancos, pelos menos a partir da segunda metade do séc. XIX. Essa colonização teve origem na abertura de uma picada que o Barão de Antonina mandou abrir, a fim de facilitar os transportes para o Mato Grosso através dos Rios Tibagi, Paranapanema, Ivinhema e Brilhante.

É importante mencionar que os irmãos Beltrão, Francisco e Alexandre, foram responsáveis por todo o planejamento e execução definitiva da cidade de Ibiporã. Que logo passou a receber imigrantes de origem *italiana, árabes, russa, japonesa, espanhola, portuguesa e búlgara*, além de migrantes, provenientes em sua maioria dos Estados de *Minas Gerais e Espírito Santo*.

6.6. Cambé

Os cambesenses, com população estimada em 103.036 habitantes, ocupam uma área territorial de 494.870 km².

Em 1925, a Companhia de Terras Norte do Paraná adquiriu uma área de 515 mil alqueires de matas nativas, equivalentes a 14% do total do Estado, de solo fértil e pronta para ser colonizada. Somaram-se a essas vantagens o incentivo à imigração e a difícil situação econômica do Ocidente, que criaram condições necessárias para ocorrência de uma corrente migratória para a América.

Assim chegaram os pioneiros de Cambé, alemães oriundos da cidade de Dantzig atual Gdansk, na Polônia, tornada independente após a 1ª Guerra Mundial. As primeiras 10 famílias chegaram à futura colônia de Nova Dantzig em janeiro de 1932. O nome foi escolhido pela Companhia de Terras, que previu para Cambé a vinda de um grande número de pessoas de Dantzig. Por causa do clima tropical a que não estavam acostumados, e, devido à flora e fauna estarem intocadas, enfrentaram muitas dificuldades para iniciar a colonização.

Mas, atraídos pela fertilidade das terras, vieram em seguida *japoneses, italianos, eslovacos, portugueses, alemães, espanhóis, libaneses*, além de *paulistas e nordestinos*. O norte do Paraná, afinal, significava a oportunidade de reiniciar vida nova em um ambiente fértil e promissor.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

6.7. Rolândia

Os rolandenses, com população estimada em 62.590 habitantes, ocupam uma área territorial de 459.024 km².

A cidade de Rolândia foi fundada pela Companhia de Terras Norte do Paraná, subsidiária da Paraná Plantation Ltda., cujos donos eram ingleses. No dia 29 de junho de 1934, iniciou-se a construção da primeira casa no perímetro urbano, o Hotel Rolândia. Daí para frente as construções se sucederam e uma próspera vila emergiu no local da mata.

A fama da fertilidade da "terra toxa" se espalhou por todos os rincões do país e o Norte do Paraná ficou sendo conhecido como a Canaã Brasileira. Logo, *mineiros, paulistas, nordestinos e filhos de imigrantes alemães radicados em Santa Catarina e Rio Grande do Sul* estavam povoando e construindo Rolândia. Dos imigrantes estrangeiros que colaboraram para o desenvolvimento de Rolândia, destacam-se *japoneses, alemães, italianos, portugueses, espanhóis, sírio-libaneses, húngaros, suíços, poloneses, tchecos, austríacos*, entre outros.

6.8. Londrina

Os londrinenses, com população estimada em 543.003 habitantes, ocupam uma área territorial de 1.653.075 km².

Atendendo a um convite do governo brasileiro – que sabia do interesse dos ingleses em abrir áreas para o cultivo de algodão no exterior – chega a Missão Montagu, chefiada por Lord Lovat, técnico em agricultura e reflorestamento. Lord Lovat ficou impressionado com a exuberância do solo norte-paranaense e acabou adquirindo duas glebas para instalar fazendas e máquinas de beneficiamento de algodão, com o apoio da *Brazil Plantations Syndicate*, de Londres.

O empreendimento fracassou, devido aos preços baixos e à falta de sementes sadias no mercado, obrigando a uma mudança nos planos. Foi criada, assim, em Londres, a Paraná Plantations e sua subsidiária brasileira, a Companhia de Terras Norte do Paraná, que transformaria as propriedades do empreendimento frustrado em projetos imobiliários.

Tal empreendimento, associado à expansão da rede ferroviária, deu início a um dos maiores movimentos migratórios de que se tem notícia no Brasil, atraindo pioneiros *paulistas, mineiros, nordestinos, sul pa-*

ranaenses, além de japoneses, alemães, poloneses, italianos, sírios, libaneses, espanhóis e portugueses. (AGUILERA, 1996, p. 26)

6.9. São Jerônimo da Serra

Os jeronimenses, com população estimada em 11.570 habitantes, ocupam uma área territorial de 823.774 km².

A colonização dos sertões onde se localiza o município teve origem na abertura de uma picada que o Barão de Antonina mandou fazer, a fim de facilitar o transporte para o Mato Grosso ligando com as vias fluviais Tibagi-Parapanema-Ivinheima-Brilhante. A expedição era comandada pelo sertanista Joaquim Francisco Lopes, dela fazendo parte os missionários capuchinhos Frei Timóteo de Castelnuovo e Frei Luiz de Cemitille, que acamparam no lugar denominado Jataí, o qual passou a ser sede da Colônia Militar. Antes disso, era povoado por indígenas da tribo caingangue (AGUILERA, 1996, p. 26).

6.10. Tamarana

Os tamaranaenses, com população estimada em 13.518 habitantes, ocupam uma área territorial de 472.155 km².

As primeiras movimentações na região ocorreram por conta de "safristas", entre os anos de 1915 a 1925 quando *safristas vindos do Sul de São Paulo e do Norte Velho* do Estado paranaense iniciaram a criação de porcos na região. Mais tarde vieram imigrantes *japoneses e britânicos*. Dentre eles encontrava-se o pioneiro Evaristo Camargo que construiu uma capelinha para o São Roque, seu santo protetor, ao redor desta capela foi surgindo um agrupamento de casas, que mais tarde atraiu os tropeiros vindos da região do Tibagi, São Jerônimo da Serra e outras regiões.

No âmbito do ALiB, foram utilizados os questionários fonético-fonológico – QFF, semântico-lexical – QSL e morfossintático – QMS. Verificamos que o QSL, com 202 questões, de orientação basicamente onomasiológica e de interesse diatópico, tem por objetivo a documentação do registro coloquial do falante, buscando as formas de emprego mais geral na localidade, sem priorizar regionalismos, arcaísmos ou linguagens especiais de grupos.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Em nossa pesquisa, elaboraremos questionário a partir de estudos já publicados e dos questionários do *Atlas Linguístico do Brasil* – ALiB (2001) e *Atlas Linguístico do Paraná* – ALPR (AGUILERA, 1994).

As entrevistas serão realizadas diretamente pelo pesquisador, em cada localidade pré-determinada, ocasião em que será aplicado o questionário e solicitado um relato de experiência pessoal.

Para tanto, serão usados um notebook, um gravador, uma câmera fotográfica/filmadora para registrar a fala do informante, e sua imagem/fotografia para que possamos, além de identificá-lo, verificar os traços étnicos.

Para as cartas lexicais serão selecionados os vocábulos pela representatividade do falar regional e pela riqueza da variação lexical.

7. Considerações finais

Pretendemos, com a análise dos dados, inventariar parte da variação lexical estabelecida com a vinda dos colonizadores de Minas Gerais, São Paulo, Itália, Alemanha e Japão, dentre outros, analisando a fala dos mais idosos e o que permanece na fala dos mais jovens.

Por fim, a contribuição deste trabalho é para a descrição da língua portuguesa falada nesta região do Paraná. Esta comunicação se constitui de um recorte da pesquisa em que pretendemos discutir a metodologia e a fundamentação teórica adotadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILERA, V. de A. (Org.) *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Eduel, 1998.

_____. *Atlas linguístico do Paraná: apresentação*. Londrina: UEL, 1996.

_____; ALTINO, F. C. Para um atlas pluridimensional: pesquisas e pesquisadores. In: *Alfa: Revista de Linguística* (São José do Rio Preto), vol. 56, nº 3, São Paulo, p. 871-889, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-57942012000300007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 20-09-2014.

ALMANAQUE Abril, ano 37. São Paulo: Editora Abril, 2011.

ALTINO, F. C. Estudos dialetológicos no Paraná: convite a um passeio pela história. *SIGNUM: Estudos Linguísticos*, Londrina, vol. 12, n. 1, p. 33-63, jul. 2009. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/4176/4594>>. Acesso em: 20-09-2014.

BARBOSA-DOIRON, M. P. Ocorrências lexicais para redemoinho no falar paulista: um estudo dialetológico. *SIGNUM: Estudos Linguísticos*, Londrina, vol. 13, n. 2, p. 113-130, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/4787/6969>>. Acesso em: 28-02-2014.

BASSI, A.; MARGOTTI, F. W. Um estudo geolinguístico nas capitais brasileiras das variantes lexicais para a brincadeira infantil amarelinha. In: ALTINO, F. C. (Org.). *Múltiplos olhares sobre a diversidade linguística: uma homenagem à Vanderci de Andrade Aguilera*. Londrina: Midiograf, 2012.

BUSSE, S. Atlas Linguístico-etnográfico da região Oeste do Paraná – o *ALERO*: um estudo do movimento das línguas e dos dialetos no espaço e no tempo. In: *Anais do CELSUL 2008*. GT – estudos geolinguísticos no Brasil, p. 01-17. Disponível em:

<http://www.celsul.org.br/Encontros/08/atlas_linguistico_etnografico.pdf>. Acesso em: 20-09-2014.

COMITÊ Nacional do Projeto ALIB. *Atlas linguístico do Brasil: Questionários 2001*. Londrina: Eduel, 2001.

COSERIU, E. A geografia linguística. In: *El hombre y sulenguaje*. Trad. Carlos A. da Fonseca; Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1987, p. 79-117.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Cidades*. Paraná. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=41&search=parana>>. Acesso em: 19-08-2014.

ISQUERDO, A. N. A vitalidade do “cuitelo na Região Sul do Brasil: um estudo com base em dados de atlas rurais e urbanos de diferentes domínios. In: ALTINO, F. C. (Org.). *Múltiplos olhares sobre a diversidade linguística: uma homenagem à Vanderci de Andrade Aguilera*. Londrina: Midiograf, 2012.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Trad.: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

PROJETO Atlas Linguístico do Brasil – ALIB. Metodologia. Rede de pontos. Região Sul. Disponível em: <<http://twiki.ufba.br/twiki/pub/Alib/RedePontos/mapa1-sul.jpg>>. Acesso em: 10-05-2014.

RAZKY, A. A dimensão sociodialetoal do léxico no projeto Atlas Linguístico do Brasil. In: *SIGNUM: Estud. Ling.*, Londrina, n. 16/2, p. 247-270, dez. 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/15659/14016>>. Acesso em: 20-09-2014.

_____ et al. Variação de pessoa sovinha nos dados do Atlas Geossociolinguístico do Pará. In: ALTINO, F. C. (Org.). *Múltiplos olhares sobre a diversidade linguística: uma homenagem à Vanderci de Andrade Aguilera*. Londrina: Midiograf, 2012.

ROMANO, V. P. Balanço crítico da geolinguística brasileira e a proposição de uma divisão. *Entretextos*, Londrina, vol. 13, n. 02, p. 203-242, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/16388/13897>>. Acesso em: 28-02-2014.

ROTA do Café – Norte do Paraná. Projeto de Turismo Norte Paranaense – SEBRAE/PR. Disponível em: <<http://www.rotadocafe.tur.br/index.php>>. Acesso em: 17-08-2014.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1999.

THUN, H. A dialetologia pluridimensional no Rio da Prata. In: ZILLES, A. M. S. (org.). *Estudos de variação linguística no Brasil e no Cone Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

**A VIDA DA SINTAXE E A SINTAXE DA VIDA
– HOMENAGEM A ADRIANO DA GAMA KURY**

Marcelo Moraes Caetano (UERJ)
marcelomcaetano@gmail.com

RESUMO

A linguística é a disciplina que visa ao estudo científico da linguagem, que só pode ser concretizada por meio de uma língua. Portanto, a linguística não pode prescindir do estudo das línguas com suas particularidades de conteúdo e expressão, estrutura e pragmática. Em outras palavras, não pode afastar-se em demasia dos estudos da gramática, pois padeceria de imprecisão terminológica em sua epistemologia científica. Um dos conceitos que o termo “gramática” abarca diz respeito ao conjunto de regras para que uma língua se sistematize, formal e funcionalmente. Esse conceito se aproxima da noção de “sistema” descrita por Coseriu. É dessa noção que ela pode se bipartir em microlinguística e macrolinguística. No que tange à língua como sistema, cabe à microlinguística o aprofundamento na vertente formalista, cujo objeto de estudo é a gramática enquanto conjunto de regras para a consecução de uma língua, englobando a morfossintaxe (que culmina na lexicologia), alicerçadas nos estudos de fonética e fonologia e balizadas na semântica. A macrolinguística, cujo objeto de estudo é a língua observada segundo seus pressupostos gramaticais em funcionamento, volta-se para as situações concretas de uso em que os agentes criam sentido a partir das relações interdiscursivas. Assim, o estudo da sintaxe em sua forma teórica (que se ocupa da ordem ou linearidade da língua, além dos mecanismos de relação e aderência que descrevem essa linearidade, presente até mesmo na morfologia, e assentada tanto na “gramática sistêmica” quanto na “gramática normativa” – ou uma das “normas” de Coseriu) auxilia na compreensão do mundo em si, pois o universo conceitual humano é perpassado pelo poder simbólico da palavra e de suas formas de concepção desse mesmo mundo. Essas questões foram desdobradas nas preleções de Gama Kury.

Palavras-chave: Sintaxe. Adriano da Gama Kury. Linguística. Língua. Linguagem.

Podemos definir a sintaxe como a parte dos estudos da linguagem que se preocupa *grosso modo* com 3 frentes: 1) a *ordem* (sequência ou linearidade) em que os termos são colocados na frase; 2) a *relação* que esses termos guardam uns com os outros; 3) a *aderência* promovida entre os termos, que muitas vezes gerencia a ordem e a relação há pouco citadas, e, por outro lado, muitas vezes é gerenciada por elas.

É necessário tecermos observações acerca de cada uma dessas frentes com que a sintaxe, como dizíamos, se preocupa.

Sobre a *ordem*, é, sem dúvida, um dos conceitos mais incensados pela atenção dos professores e estudantes. Muitas vezes chega a parecer

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

que a sintaxe se resume ao estudo da ordem – sequência linear no espaço ou no tempo – das palavras lexicais e gramaticais (ou morfemas independentes e dependentes, cf. Câmara Jr., 1957; ou formas livres, cf. Bloomfield, 2005).

Assim, aprende-se, corretamente, que há uma ordem não marcada na língua portuguesa, que é a *ordem direta*, em contraposição a uma ordem marcada, que seria a *ordem inversa*. Na ordem direta canônica máxima, temos, em português, sujeito + verbo + complementos verbais + adjuntos adverbiais. Pela apreciação dessa ordem, podem-se até mesmo ensinar princípios de pontuação gráfica, já que o deslocamento dessas categorias implicará, por via de regra, a presença da vírgula.

É o que se passa na frase a seguir, corretamente virgulada exatamente porque apresenta o adjunto adverbial deslocado em mais de um local que não o fim da frase, que seria a sua posição não marcada, isto é, em ordem direta:

Ontem, João leu um livro excelente.

João, ontem, leu um livro excelente.

João leu, ontem, um livro excelente.

Se quisermos aprofundar ainda mais um pouco a questão da ordem, podemos recorrer ao latim e averiguar que, naquela língua, as designações casuais marcavam a função sintática dos termos, o que tornava a ordem das frases menos rigorosa. Muitas vezes, em latim, o deslocamento de um termo devidamente marcado como objeto direto, por exemplo (o acusativo), era mera questão estilística, sendo desimportante para aspectos sintáticos, mas muito relevante para questões de interpretação discursivo-pragmática da sentença.

Por exemplo, podíamos dizer:

Puella amat matrem. [A menina ama a mãe].

Matrem amat puella.

Puella matrem amat.

etc.

Em qualquer uma das escolhas sintáticas, não haveria ambiguidade de semântica: saber-se-ia “quem ama quem”, pois a terminação de acusa-

tivo em “*matrem*” (a desinência casual -m) demonstra que se trata do objeto direto da frase, onde quer que esse termo apareça.

Já no português, a perda dessa desinência requereu uma reorganização sintática que tendeu à maior rigidez. Se dissermos *A menina ama a mãe*, é a ordem que determina que *a mãe* é o ser amado. Se disséssemos *A mãe ama a menina*, igualmente a ordem determinaria que o ser amado é, dessa vez, *a menina*.

Na própria voz passiva sintética ou pronominal, a modificação da ordem não marcada pode implicar mudança de sentido, o que será ratificado pela mudança da voz passiva para uma voz reflexiva.

Na voz passiva sintética, como sabemos, a ordem não marcada é:

VERBO + SE + SUJEITO

Seria o caso de uma frase como:

Olha-se a menina.

Nela, a primeira interpretação possível é a de uma voz passiva com o correspondente: *A menina é olhada*.

Já em:

A menina olha-se,

O que emerge como interpretação verossímil é a presença de uma voz reflexiva, em que se pode parafrasear ou reforçar com *A menina olha(-se) a si mesma*.

O pressuposto apresentado sobre ordem em correlação com sintaxe não é incorreto, mas carece de muitas observações para que seja encaixado num entendimento maior da própria sintaxe.

Por exemplo, a sintaxe, enquanto ordem, está presente também no íntimo da morfologia. A menor unidade da sintaxe, no que se refere à ordem, é o sintagma. Podemos falar em *sintagmas lexicais*, como itens do léxico (correspondentes ao lexema, portanto, porém, diversamente do lexema, observados sob um ponto de vista sintático).

É desse modo que podemos dizer que a vogal temática em português vem após o radical. Trata-se de uma sintaxe, pois estamos falando de uma ordem de elementos intralexicais. A própria constatação da localização distribucional de prefixos e sufixos (antes e depois do radical,

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

respectivamente), não deixa de ser constatação de cunho sintático, mais especificamente no que tange à primeira definição de sintaxe, que é esta de ordem que temos observado até aqui.

Os verbos são estruturas morfológicas que apresentam um intrincado código sintático de elementos que os formam, que podemos, num plano máximo, assim representar:

PREFIXO + RADICAL + SUFIXO⁶³ + VT⁶⁴ + DMT⁶⁵ + DNP⁶⁶

Exemplo:

RE + JUVEN + ESC + E + RE + MOS

Como se observa, trata-se de uma verdadeira “frase” lexical, cuja construção dependeu da obediência dos segmentos morfológicos mínimos a uma ordem que, sem nenhum obstáculo, pode ser classificada como sintática.

Essa “frase lexical” pode trocar alguns de seus elementos mínimos (morfemas), mantendo sua base, assim como um verbo transitivo pode mudar seus objetos diretos (semanticamente), o que tornará diferentes os sentidos obtidos, mas com algo em comum, efetivado pela presença do mesmo verbo transitivo direto:

João bebeu água.

João bebeu suco.

João bebeu cerveja.

No que se refere à sintaxe dos verbos, teríamos, em cotejo com o que foi mostrado há pouco:

RE + JUVEN + ESC + I + A + S

RE + JUVEN + ESC + E + RIA + M

⁶³ Geralmente marcadores de aspecto verbal. Não vejo inconveniente a que se chame a esses sufixos verbais aspectuais de “infixos”, uma vez que eles não estão no fim dos verbos, nem mesmo no infinitivo, pois sempre se lhes seguirá a vogal temática.

⁶⁴ Vogal temática.

⁶⁵ Desinência modo-temporal.

⁶⁶ Desinência número-pessoal.

RE + JUVEN + ESC + E + Ø + M

RE + JUVEN + ESC + E + RÁ + Ø

Outro importante aspecto em que a ordem deve ser observada também nos estudos de morfologia aparece no fato de que a língua portuguesa é analítica e sintética. Com isso, podemos dizer:

Mesa pequena

– estrutura analítica, sintagma nominal (SAdj = adjetivo).

Mas também:

Mesinha

– estrutura sintética, sintagma lexical (S_{Lex} = Rad. + Suf.).

Da mesma forma poderíamos dizer:

Romance de Machado de Assis

– estrutura analítica, sintagma nominal (SAdj = locução adjetiva).

Romance machadiano

– estrutura sintética, sintagma lexical (SAdj = S_{Lex} = adjetivo / Rad. + Suf.).

Portanto, no que diz respeito à ordem sintática, vemos que ela requer certa rigidez na língua portuguesa, tanto na ordem da frase (sintaxe propriamente dita), quanto na ordem dos morfemas (categorias gramaticais, plano do conteúdo, cf. Hjelmslev, 1966; Martinet, 1978) e morfemas (atualizações concretas dessas categorias, plano da expressão, cf. Hjelmslev, 1966; Martinet, 1978), no âmbito morfológico (questões sintagmáticas).

No que se refere à *relação*, vemos que reside aí um dos elementos mais importantes da sintaxe, que, embora seja muitas vezes, infelizmente, acutilado no ensino dessa parte da gramática, é a própria essência da sintaxe. Há um velho ditado que afirma: *Diz-me com quem andas, e eu te direi quem és*. Este ditado pode ser aplicado ao conceito de relação em sintaxe: um termo é, sintaticamente, algo que sua relação com outros termos propicia e permite que seja.

Desse modo, é muito importante que se frise que, no período composto por subordinação, por exemplo, a chamada “oração principal” recebe este nome porque é ela que determina (ou rege) qual será a função sintática de suas “orações subordinadas”, que assim se chamam exatamente por se subordinarem à principal. É a oração principal que dirá qual

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

a função sintática de suas subordinadas. Se não houver essa determinação (regência *lato sensu*, cf. Caetano, 2011), haverá coordenação, justaposição ou aposição.

Por isso é que podemos usar uma mesma oração subordinada com funções sintáticas distintas, uma vez que tenham se modificado as principais que as classificaram. Como dissemos, há, nessa relação entre a oração principal e a oração subordinada, uma aderência (de que falaremos) de regência, em que a oração principal é o termo regente e a oração subordinada é o termo regido.

É necessário que ele venha. – sujeito.

Quero que ele venha. – objeto direto.

Preciso (de) que ele venha. – objeto indireto.

O necessário é que ele venha. – predicativo do sujeito.

Tenho necessidade (de) que ele venha. – complemento nominal.

Uma coisa é necessária: que ele venha. – aposto.

A relação, como veremos, está intrinsecamente ligada à *aderência*, que é o mecanismo pelo qual um termo ou um elemento mórfico se liga a outro (concordância, regência, colocação), indicando isso de forma clara ou não. Veremos isso melhor um pouco adiante.

Já se tem dito com frequência que a análise sintática é a análise das relações entre os termos uns com os outros. Não há sintaxe se não se reconhecem as relações estabelecidas. A análise dos termos na oração e das orações no período pressupõe conhecimentos de inter-relações que permitem a detecção de funções sintáticas e, muitas vezes derivada disso, a ordem sintática que vimos de ver.

É nesse ponto que, para começarmos, não devemos definir um verbo transitivo direto, numa frase, como um suposto verbo que “exige objeto direto” ou, pior, que “exige complemento”. Essa definição, que padece de cientificidade sintática por ser exclusivamente semântica, poderia levar um aluno a achar que o verbo “escutar” na frase seguinte é transitivo direto, pois “exigiria” um complemento, objeto direto (escutar “alguma coisa” ou “alguém”):

A moça não escuta bem.

No entanto, o verbo “escutar”, na frase, é intransitivo, pelo fato de que não apresenta objeto direto. Ou seja, não se trata de uma análise virtual, mas real, concreta. Devemos dizer que um verbo é transitivo direto se, efetivamente, numa frase, apresentar objeto direto. A relação desse verbo com esse objeto é que o tornará transitivo direto. A ausência de um objeto direto numa frase pode perfeitamente transformar um verbo que muito frequentemente se apresenta como transitivo direto num verbo intransitivo, como foi o caso da frase apresentada, em que “bem” é tão somente adjunto adverbial de modo.

É adequado lembrar que o estudo da sintaxe, e de seus componentes mínimos, os sintagmas, está atrelado exatamente ao que Saussure chamou de “sintagma”, em contraposição ao “paradigma” (cf. SAUSSURE, 1984). Assim sendo, o “sintagma”, ou o estudo da “sintaxe”, só pode lidar com o que efetivamente se apresenta, com a presença concreta (ainda que subentendida ou elíptica, é claro), e nunca com virtualidades ou possibilidades oriundas dos campos associativos conceituais.

Assim, uma palavra é adjunto adverbial porque se relaciona com um verbo (como foi o caso de “bem” na frase apresentada). Um verbo é intransitivo se só se relaciona com adjuntos adverbiais ou não se relaciona com nada (como foi o caso de “escutar” na frase apresentada). Em outras inter-relações possíveis, poderíamos ter diferentes funções sintático-semânticas para “bem”, por exemplo, que surgiriam dos termos com que se relacionasse:

O bem vencerá o mal – sujeito; relaciona-se com o verbo, aderindo a ele e obrigando-o a ajustar-se em número e pessoa (aderência promovida pela sintaxe de concordância).

Só precisamos do bem – objeto indireto; relaciona-se com o verbo (aderência promovida por meio da sintaxe de regência).

Ora, o conhecimento de uma língua pressupõe o conhecimento de sua sintaxologia. Quando uma língua é ensinada, portanto, há categorias gramaticais que devem ser consideradas. Cabe à linguística aplicada, aliada a outras disciplinas, a pesquisa de métodos que gerenciem o aprendizado (artificial) do que seriam estruturas naturais e espontâneas para indivíduos nativos de um determinado idioma. Em outras palavras, o vernáculo, que é o idioma *transmitido* ou *adquirido* de forma natural (no que Chomsky, usando vestígios de Arnauld e Lancelot, e também de Humboldt, chamou de “gramática universal”, cf. Chomsky, 1969), neces-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

sita de artifícios técnicos a fim de ser *aprendido* por um falante não nativo.

Vernáculo é o conceito usado na linguística para identificar a língua natural e espontânea dos indivíduos, adquirida na infância durante o processo de aquisição da linguagem. O vernáculo é anterior à influência sociocultural padronizante da escola e do letramento, sendo, assim, considerado como a instância mais natural de uma língua. (KENEDY, 2013, p. 92)

A distinção aqui entre língua *transmitida* ou *adquirida* e língua *aprendida* aproxima-se das distinções filológicas entre *Erbgang* e *Lehrgang* (ou fundo hereditário e fundo aprendido), que Carolina Michaëllis de Vasconcelos usou para falar do léxico herdado e do léxico inovador, respectivamente, de que uma língua se vale ao longo de sua deriva. (Cf. VASCONCELLOS, 1946)

O domínio das questões básicas que dizem respeito à sintaxe, portanto, que neste texto restringimos a três de seus aspectos mais relevantes – ordem, relação e aderência –, é fundamental para que o utente de um idioma, seja ele vernáculo ou não, possa encará-lo de modo reflexivo. Uma língua, sobretudo de ciência, não é adquirida exclusivamente de forma espontânea ou vernacular. No seu repositório de funcionamento e sistema deve estar calculada a técnica com a qual ela possa ser aprendida por outros usuários que precisem tornar-se seus utentes. Assim, a descrição dos mecanismos sintáticos de uma língua, que obedecem às suas categorias específicas, deve ser empreendida com o máximo afinco, pois a língua raramente se circunscreve à aquisição natural de falantes nativos adstritos a um espaço geográfico limitado.

A vida de uma língua alça voos para muito além das fronteiras de determinado território geopolítico, e essa característica requer uma metalinguagem descritiva capaz de fazer outros futuros falantes compreenderem categorias e realizações sintagmáticas particulares dessa língua.

Num dos desdobramentos de Coseriu entre sistema (o mínimo de categorias necessárias ao funcionamento de uma língua), norma (a concretização desse sistema num determinado domínio discursivo) e fala (a atualização individual ou de grupos adstritos em relação ao sistema e à norma), podemos inferir que o conhecimento de sintaxe, o aprofundamento em sua metalinguagem e na lógica que ela encerra, enfim, pode levar o falante aos três saberes que ainda Coseriu, desdobrando a trico-

tomia apresentada, mostrou existirem: saber elocucional, saber idiomático, saber expressivo. (Cf. COSERIU, 1967)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. Delhi: Motilal Banarsidas Publishers Private, 2005.

CAETANO, Marcelo Moraes. *Gramaticalização – de Meillet aos dias contemporâneos: parâmetros para uma pesquisa sob perspectiva pan-crônica*. 2011. Dissertação (de mestrado). PUC-Rio, Rio de Janeiro. [Maxwell-Lambda-PUC-Rio].

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de filologia e linguística*. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1957.

CHOMSKY, Noam. *Structures syntaxiques*. Trad.: Michel Braudeau. Paris: Seuil, 1969.

COSERIU, Eugenio. *Teoria del language y lingüística general*. Madrid: Gredos, 1967.

HJELMSLEV, Louis. *Prologomènes à une théorie du langage*. Trad: Uma Canger e Annick Wewer. Paris: Minuit, 1966.

KENEDY, Eduardo. *Curso básico de linguística gerativa*. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINET, André. *Estudios de sintaxis funcional*. Madrid: Gredos, 1978.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1984.

VASCONCELOS, Carolina Michaëllis de. *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa: Revista de Portugal, 1946.

ABORDAGEM HISTÓRICA DOS AFIOS AUMENTATIVOS:
-ÃO, -ADA, -ARIA, -EIRO, -UDO, -AÇO, -ENTO E -OSO

Regina Simões Alves (UFRJ)
salvesregina2011@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho surge do questionamento sobre o porquê de se ter na língua portuguesa tantos afixos com sentido de aumento, a exemplo de *-ão*, *-aço*, *-ada*, *-aria*, *-eiro* (a), *-udo*, *-ento* e *-oso*. Estamos diante de diferentes sufixos que podem ser adjungidos a uma mesma base e cujos produtos não compartilham, na maioria das vezes, da mesma interpretação, como em “cabelão”, “cabelada”, “cabeleira”, “cabeludo”, “pio-lhão”, “pio-lhaço”, “pio-lhento”, “pio-lhada”, “pio-lhudo” etc. Alguns afixos passaram a imprimir o sentido de aumento, de acordo com a sua história, mesmo quando a língua já dispunha de outros formativos para esse fim. O trabalho visa apresentar abor-dagens históricas desses afixos que figuram em construções de aumento e observar a in-flexão aumentativa adquirida ao longo da história dos mesmos e atestada através dos dados coletados em compêndios de gramática histórica (SAID ALI, 1966; COUTI-NHO, 1968; MACHADO, 1967) e, principalmente, em dicionários etimológicos e ele-trônicos e também por consulta à base de dados de “*Corpus do Português*”. Com base na constatação da afinidade semântica entre esses sufixos é possível observar a rela-ção semântica de aumento existente entre eles no processo de formação de palavras e de-fender que de acordo com os princípios de não sinonímia e poder maximizado de Gol-dberg (1995) essas formas não são sinônimas, o que explicaria a mudança que os dota-ram da capacidade de atualizar essa noção de aumento.

Palavras-chave:

Construção aumentativa. Gramática das construções. Formação de palavra

1. *Introdução*

Esta pesquisa sobre o percurso histórico dos sufixos que figuram na construção de aumentativo se justifica porque trabalhamos com a hipótese de que a origem do afixo influi no significado atual do afixo. Propomos este percurso para melhor compreensão de seu uso e significado atualmente. Em outra pesquisa realizada (ALVES, 2011), através do percurso histórico do afixo *-ão* (aumentativo), observou-se que algumas pa-lavras que possuíam no latim o formativo *-one*, *-onis* não passaram ao português com a forma *-ão*, a exemplo de ‘*capitō*, *-ōnis*’ que significa “o que tem a cabeça grande” (FARIA, 1994). Em português, a forma resul-tante é ‘cabeçudo’, que data de 1220 e possui o mesmo significado. A forma ‘cabeção’ (séc. XIII) significa “cabeça grande...” (HOUAISS, 2009) e não ‘aquele que possui a cabeça grande’, ou seja, não possui o

sentido de posse, fato que nos leva a formular a hipótese de que a forma ‘*capito, -onis*’ passou ao português, como vimos mais acima, com o sufixo -udo. O mesmo se observa com palavras do tipo ‘*lanio, -ōnis*’, cuja tradução é ‘carniceiro, açougueiro’. Segundo Väänänen (1967), o sufixo -onis significava, *primeiramente*, nos sobrenomes derivados de nomes de objetos, a qualidade individualizada e o mesmo ocorreu com verbos, a exemplo de “*bibere > bibo, -onis*: beberão; *glutire > glutto, -onis*: glutão”. Em *segundo* lugar, figura em palavras como ‘*lanionis*’ para indicar, nesse caso, uma atividade. O significado em português se materializou no sufixo -eiro, que, por sua vez também tem, como -one, o significado de ‘aumento’ (grande quantidade de) a exemplo de ‘*lamaceiro*’ e ‘*aguaceiro*’. Por não haver trabalho que relacione os sufixos apresentados, pretendemos mostrar essa relação, mas somente no que se refere à semântica de aumento.

2. A visão dos sufixos na gramática tradicional

É importante observar que a visão tradicional a respeito de tais afixos em muito difere da visão defendida por outros estudiosos e pelo presente trabalho. Bechara (2001), no capítulo que trata dos processos de formação de palavras, precisamente na seção em que aborda a derivação por sufixação, separa os sufixos de acordo com sua finalidade ou acepção. É característica desses afixos, a exemplo de -ão, -udo, -eiro, apresentarem mobilidade categorial, pois selecionam várias classes de palavras de base e geram produtos de várias categorias, sendo considerados, portanto, heterogramaticais. Vejamos em que grupo(s) o autor aloca os afixos estudados e os exemplos dados por ele:

O sufixo -eiro(a), por exemplo, é alocado em cinco grupos diferentes:

- 1) como um dos principais sufixos formadores de substantivo (lavadeira, padeiro),
- 2) para significar abundância, aglomeração, coleção (desgraceira),
- 3) para significar causa produtora, lugar onde se encontra ou se faz a coisa denotada pela palavra primitiva (açucareiro, chocateira),
- 4) para formar nomes de naturalidade (brasileiro),
- 5) para formar adjetivo (costumeiro, verdadeiro).

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

O sufixo *-ada* é incluído em quatro grupos:

- 1) derivados de verbo (estada) [estadia na norma de Portugal],
- 2) derivados de substantivo (laçada, braçada, pousada),
- 3) para significar abundância, aglomeração, coleção (boiada),
- 4) para formar adjetivo (barbado).

Os grupos do sufixo *-aria* são três:

- 1) para significar lugar, meio e instrumento (livraria, tesouraria),
- 2) para significar abundância, aglomeração, coleção (cavalaria, infantaria),
- 3) para significar causa produtora, lugar onde se encontra ou se faz a coisa denotada pela palavra primitiva (livraria, mercearia).

São dois os grupos do sufixo *-ão*:

- 1) para formar nomes de naturalidade (coimbrão),
- 2) principais sufixos de nomes *aumentativos* muitas vezes tomados pejorativa ou afetivamente (cadeirão, homenzão, [formas encorpadas: vozeirão, coparrão, homenzarrão, grandalhão, chapeirão, toleirão]).

O sufixo *-aço(a)* apresenta quatro grupos:

- 1) derivado de substantivo (vidraça),
- 2) para significar abundância, aglomeração, coleção (chumaço),
- 3) aumentativo (ricaço, barçaça, copaço),
- 4) diminutivo (fumaça).

O formativo *-udo* apresenta apenas um grupo:

- 1) para formar adjetivo (barrigudo, cabeçudo).

São dois os grupos de *-oso*:

- 1) para formar nomes técnicos usados na ciência [NA.1, 123-124] (cloreto mercurioso),
- 2) principais afixos para formar adjetivos (bondoso, fastoso, untuoso, espirituoso).

O sufixo *-ento* também figura em dois grupos:

- 1) aumentativo (farturento),
- 2) para formar adjetivo (cruento, corpulento).

De acordo com o autor, os afixos estudados são distribuídos da seguinte forma: a) *-eiro*, *-aria* e *-ada* (com acepção aumentativa) são colocados no grupo de sufixos que significam abundância, aglomeração, coleção; b) *-ão*, *-aço* e *-ento* são alocados no grupo dos sufixos aumentativos e c) *-udo* e *-oso* são alocados no grupo de sufixos formadores de adjetivo, mas Bechara não explica que *-udo* e *-oso* atualizam uma semântica de aumento de tamanho para ‘mais’ ou ‘muito’ ou ‘grande’. Contudo, na seção que descreve a gradação do adjetivo, indica três tipos de gradação: o positivo, o comparativo e o superlativo. Na mesma seção, defende que ‘o positivo’ não constitui a rigor uma gradação, enunciando simplesmente a qualidade, e exemplifica com ‘cuidadoso’; portanto, para ele, o sufixo *-oso* pode ser inserido entre os sufixos que indicam gradação, mas, ao mesmo tempo, restringe a noção aumentativa do formativo. Nesse caso, o afixo não é considerado um protótipo da categoria aumentativo e ocuparia um lugar na periferia do centro prototípico. Quanto ao formativo *-udo*, o autor não explica sua noção aumentativa e chega a excluí-lo de sua descrição no capítulo que trata da formação de adjetivos.

2.1. O sufixo aumentativo *-ão*: primeiros estudos

Apresentamos nesta seção o percurso histórico do afixo *-ão* de acordo com Alves (2011). Ela mostra um fato que influenciou na formação dita “encorpada” (Cf. MACHADO, 1941) da terminação (*-onis*) que mais tarde resultou no sufixo estudado. O desgaste fonológico sofrido pelos vocábulos, devido ao acento de intensidade do latim, reduziu, por vezes, esses nomes a uma única sílaba. Os monossílabos resultantes foram reforçados com o uso de sufixo e prefixo de várias espécies, assim sur-

gindo, por exemplo, o aumentativo, usado, de acordo com esse autor, tão somente para dar corpo ao vocábulo original. Portanto, inicialmente, o afixo foi adjungido a palavras tão somente para aumentá-las de tamanho. Como afirma Machado: “os sufixos primitivos *-n- ěn, -õn, -õn* entram na estrutura de palavras antigas para ampliá-las: *sangu-is, sangu-in-is, car-o car-n-is, ingu-en-is > inguinis*” (MACHADO, 1941, p. 352-353). São, para ele, sufixos latinos que não possuem significado próprio. Segundo o autor (*op. cit.*), o sufixo *õ* (vogal média posterior longa) influenciou, mais do que qualquer outro, na formação de substantivos de qualidade, que originaram, depois, sobrenomes e apodos que designam a qualidade individualizada: *Cícero Ciceronis*, de *cicer*. *Ciceronis* significa ‘o mais brilhante orador de Roma’ ou ‘oradores comparáveis a *Cícero*’ ou, ainda, ‘eloquentes como *Cícero*’. Machado destaca ainda que, com formação idêntica, o sufixo *-õn-* forma substantivos que indicam uma espécie de aumentativo, como em *edo > ed-on-is > edonis*: “comilão”.

Väänänen (1967) postula que os sufixos *-o, -onis* originalmente serviam para formar nomes que faziam pares com adjetivos em *-us, -a, -um*: *manducus > manduco* (“tragador” ou “comilão”) (cf FARIA, 1994, p. 329). Esse sufixo, segundo ele expressivo, designa *primeiramente*, nos sobrenomes derivados de nomes de objetos, a qualidade individualizada: “*frons – fronto*: o que tem a frente grande; *nasus – nāsõ* (Naso)”, em que Nasão é um sobrenome romano. Väänänen (*op. cit.*) salienta que o mesmo ocorreu com verbos: “*bibere > bibo*: beberrão; *gluttire > glutto*: glutão”.

Devido ao exposto, é lícito dizer que a desinência *-onis* não se constituía, no latim clássico, em sufixo puro, mas uma terminação do genitivo singular da terceira declinação para nomes terminados em *-o, -o*, como, por exemplo, *Cícero – Ciceronis, Otto – Ottonis, Bruno – Brunonis*.

No latim medieval, essa terminação continua a ser usada com a mesma função, mas assume o estatuto de sufixo com característica de aumentativo, transmitindo a ideia de afeto, simpatia e benquerença, quando aplicado a nomes próprios, como destacado acima. O latim vulgar *conservou* e *ampliou* as aplicações primitivas do sufixo “*-o*” com a terminação “*-one*”, desenvolvendo uma aplicação aumentativa, como atestam as línguas românicas: Italiano: *boccone*, espanhol: *bocón*, português: *bocão, bocona* (segundo a norma gramatical, *bocarra*). Portanto, as terminações *-one, -on* e *-ão* são, respectivamente, os principais sufixos aumentativos dessas línguas.

Coutinho (1971) afirma que sufixo aumentativo era raro no latim e que os escritores romanos tinham preferência pelo processo analítico: “*dorsum immane*” (dor imensa), “*altum dolorem*” (alta dor, dor intensa/aguda/grande). Destaca, ainda, que alguns sufixos aumentativos usados no português “não passam de terminações latinas que significavam coisas ou objetos grandes” (COUTINHO, 1971, p. 240). Quanto ao *-ão*, do latim *-one*, afirma que o mesmo se junta a temas verbais (designando agente, como em ‘brigão’, ‘chorão’) e nominais (designando tanto aumento de proporções como aumento de intensidade, a exemplo de ‘casarão’, ‘sabichão’, ‘pobretão’). Destaca, por fim, que entre o tema e o sufixo pode vir uma consoante de ligação (*-r-*, *-ch-*, *-t-*), como vemos nos exemplos acima.

Rosa (1982), em sua dissertação, concorda com Rocha Lima (2006[1972]) que o sufixo formador de aumentativo, por excelência, é o *-ão*. A divergência maior de seu trabalho, comparado ao de Alves (2011), é que Rosa (*op. cit.*) defende, assim como Bechara (2002) e Rocha Lima (*op. cit.*), entre outros autores, que o grau aumentativo é utilizado como forma de depreciação e que “sua afetividade é tida como indicadora, em geral, de desprezo” (ROSA, p. 18). Rosa também exclui formas como ‘babão’, ‘reclamão’ e ‘esfregão’ da categoria ‘aumentativo’. Para a autora, o aumento tem que incidir sobre o referente para o afixo ser considerado ‘aumentativo’, diferentemente de Alves (2011) que compartilha a afirmação de Sandmann (1998) de que o sufixo de grau aumentativo se presta, especialmente, ao desempenho das funções expressivas e apelativas, centradas no emissor e receptor, e bem menos na função referencial, centrada no objeto ou referente. Assim também afirma Villalva: “a descrição da interpretação da semântica das palavras que esses sufixos integram é complexa, não se esgotando na expressão de dimensão...” (VILLALVA, 2003, p. 958). Também Gonçalves (2011) defende que o grau pode servir de veículo para o falante exteriorizar sua impressão a respeito de algo ou de alguém. Em ‘chorão’, ‘beberrão, pidão’, o que se ressalta não é o tamanho do referente, e sim a intensidade da ação habitual.

Rio-Torto (1998) defende a homonímia presente no sufixo *-ão*. Segundo ela, esse formativo é analisado, no português contemporâneo, como quantificador aumentativo, sendo suscetível de se agregar a bases substantivas, adjetivas e verbais. Sublinha, categoricamente, que não se trata de apenas um sufixo e sim “de tantos outros homônimos quantas as diferentes relações categoriais e/ou semânticas envolvidas na sufixação de *-ão*” (RIO-TORTO, 1998, p. 150). A autora separa os produtos de

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

acordo com a categoria a que pertencem com relação às bases e não de acordo com as acepções que o afixo adquire. Nesse sentido, Rio-Torto (1998) divide as formas derivadas *X-ão* em dois grandes grupos: a) isocategoriais (denominais, deadjetivais e diminutivo) e b) heterocategoriais (adjetivos denominais, *nomina actionis* [deverbais]). Observamos que, em palavras como ‘chorão’, ‘comilão’, ‘fujão’, casos por ela chamados de incômodos e “derradeiros”, o sufixo acumula a função de agente com a de intensidade, o que para Rio-Torto é impossível:

De resto, uma solução deste tipo colide com o recorte semântico das operações derivacionais actuanes na língua portuguesa, porquanto nesta não há lugar para uma operação afixal que contemple simultaneamente uma relação heterocategorial e uma relação, também sistêmica, mas isocategorial, ainda que de intensificação. (RIO-TORTO, 1998, p. 171)

A solução encontrada pela autora é a de defender que há um afixo *-ão* formador de adjetivos deverbais (“que V”), os quais, uma vez nominalizados, podem designar “aquele que V”. No caso dos deverbais, ainda há os nomes instrumentais, como ‘esfregão’, ‘pilão’, ‘podão’, cuja paráfrase é ‘instrumento com o qual um agente humano executa a ação denotada pelo verbo’ ou ‘aquilo (com) que (se) V’. Segundo Rio-Torto (*op. cit.*), há argumentos contra e a favor da inclusão desse grupo no grupo dos “*nomina agentis*”, grupo esse, segundo a autora, marcado pelo traço [+humano]. Em todos os exemplos, citados acima, temos uma ação que exige força humana para sua execução. Rio-Torto defende que “o sistema derivacional do português contemporâneo não possui um só afixo *-ão*, mas vários sufixos homônimos com a mesma estrutura formal” (RIO-TORTO, 1998, p. 172-173). Temos homônimos no grupo dos isocategoriais: os que têm valores aumentativo-intensivo e diminutivo, com origem em *-one*. No grupo dos heterocategoriais, estão o sufixo *-ão* com valor relacional cuja origem está em *-anu* e o sufixo *-ão* deverbal que engloba os nomes de ação e os agentivos, todos com origem em *-one*.

Se tomarmos apenas o sufixo *-ão* aumentativo, conforme a divisão da autora, teríamos apenas os denominais cuja operação semântica é de dimensão ou intensidade, já que para ela os deverbais formariam um grupo distinto. De acordo com Alves (2011), pontuamos no que diz respeito às várias acepções do afixo aumentativo, que não são casos de homonímia, mas de polissemia. Contudo, fazemos ressalva no que se refere à formação deverbal.

Autores, como Mattoso Camara Jr., Said Ali e Coutinho, incluem a formação agentiva (‘babão’, ‘comilão’) na categoria aumentativo e li-

gam essas formações ao sufixo latino *-one*, com exceção de Said Ali (1971) que o liga a *-onis*. Porém, no que diz respeito a essas formações, podemos, sim, admitir um caso de homonímia se concordarmos com Pharies (2002). O autor postula que o sufixo tem duas origens e funções: como sufixo nominal aumentativo, remonta a *-ō -ōnis*, sufixo latino utilizado para derivar majoritariamente designações de pessoas a partir de bases verbais e nominais. O outro (*-iō -ōnis*) tem a função de derivar nomes de ações bruscas a partir de verbos. Os dois tipos acabam se influenciando mutuamente. Segundo afirma o autor, é costume dizer que *-ō -ōnis* desempenha uma função “individualizadora” em latim e designa pessoas que se destacam por alguma ação ou característica habitual, geralmente indesejável. Como se trata de ação, o produto tem por base um verbo (*errō -ōnis* ‘vagabundo’ > *errō -āre* ‘vagar’), (*bibō -ōnis* ‘beberrão’ > *bibō -ere* ‘beber’) etc., enquanto os derivados de radicais nominais, conforme destacamos anteriormente, fazem referência a sobrenomes baseados em características pessoais (*frontō -ōnis* ‘pessoa que tem a frente larga’ > *frons -ntis* ‘frente’). Por outro lado, *-io -onis* é sufixo latino de *nomina actionis* (-ção em português) e alguns derivados desse último afixo fazem referência às ações bruscas, violentas ou repentinas exemplificadas, inicialmente, com *-çã* que sofre mudança no final do século XV, época em que surgem exemplares com *-ã*, a exemplo de ‘empurrão’, ‘encontrão’, ‘apertão’, de acordo com Pharies.

Há controvérsias também em relação à produtividade do sufixo *-ão* aumentativo entre os autores citados. Alguns o analisam como produtivo, mas Mattoso Câmara (1970) o analisa como pouco produtivo, bem como Coutinho (1971). Na verdade, em Alves (2011), o afixo é considerado muito produtivo e conforme observamos na pesquisa, os dados comprovam essa afirmação. O afixo é adjungido a diferentes tipos de bases (substantiva, adjetiva, verbal, adverbial) e possui várias acepções, como mostramos no quadro 1, abaixo. Esse afixo tem, hoje, juntamente com o diminutivo, uso extremamente enriquecedor no campo lexical e possui uma enorme capacidade linguística de expressividade.

Com a pesquisa histórica sobre o afixo, podemos afirmar que ele possui, desde sua origem, um teor semântico de aumento, o que corrobora com o fato de ser considerado o prototípico entre todos os outros. Vejamos alguns dados com *-ão* e suas respectivas datas:

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Afixo: <i>-ão</i>	Base substantiva	Base Adjetiva	Base adv.	Base verbal
Dimensão (tamanho)	cachorrão (1922), narigão (1716), bundão (1913) carrão (1595), casarão, (s/ data),	Altão, gordão (s/d)		
Intensidade	calorão (s/ data), trabalhão (1881)	felizão (1899), espectralhão (s/ d), lentão (não dicionarizada) pobretão(1819),	rapidão, cedão, tardão	<i>Agentivo</i> : babão(1712), beberão (séc. XV), brigão (séc. XVI), cagão (a 1836), chorão (1562), fujão (1562), comilão (1603), vacilão <i>Uiensílio</i> : podão <i>Ato ou efeito</i> : chupão (1712) safanão (1874), puxão (1844)
Quantidade	dinheirão, pozão (s/ datação), loução			
Valoração (afeto > muito afeto, simpatia)	Filhão, mãezona, Marcão,	amigão		
Valoração (muita beleza, conforto, importância e grandeza)	bundão (1913), carrão (1595)*, feirão (1913), pernã (1899), mulherão (1881)			
Metonímia	Empadão (1890), salão (1672-1693), paredão (1660)	Frescão (ônibus com ar condicionado -s/d), quentão (bebida) séc. XX		
Metáfora	Cebolão (1258), orelhão(s/datação), sapatão (1858*), tijolão (celular grande)			cagão (a 1836), galinhão

Quadro 1: Tipos semânticos de produtos em *-ão* aumentativo

O formativo pode ser agregado a uma base numeral formando adjetivo, como por exemplo, a) vintão (s/d), b) trintão (s/d), c) quarentão

(1817-1819), d) cinquentão (s/d), e) sessentão (s/d), f) setentão (s/d), g) oitentão (1873) e noventão (s/d). Observemos o dado abaixo:

(01) “Ele é um sessentão⁶⁷ requisitado no mercado de trabalho”.

‘Sessentão’ faz referência a uma quantidade de anos vividos por uma pessoa que a torna experiente, apesar de ser, em nossa cultura, uma idade já elevada para esse tipo de atividade laboral. No exemplo abaixo o afixo não atualizaria uma ideia de quantidade elevada:

(02) “Bahia reduziu o ingresso pra 20 – “vintão” no setor popular”⁶⁸.

Nesse caso, ‘vintão’ faz referência a um valor irrisório. O afixo não exprime uma ideia de grande quantidade, mas, um teor avaliativo.

Rio-Torto (1998) inclui essa acepção no grupo dos heterocategoriais e na subclasse dos adjetivos denominais com origem na forma latina *-anu*. A autora não o considera um exemplo de aumentativo e afirma ser esse *-ão* relacional uma forma homônima do afixo *-ão* aumentativo. Pharies (2002) afirma que o aumento, nesse caso, não recai no referente e sim no número de idade que é considerado demasiadamente grande, o que não seria verdade em ‘vintão’, conforme explicado acima. Em nosso trabalho, apesar de observarmos um sentido avaliativo nesse uso, não o colocaremos na categoria aumentativo, pois percebemos que é o numeral que traz a semântica de quantidade e a origem desse sufixo relacional não é a mesma do sufixo aumentativo.

Observando os dados, podemos afirmar que a datação nos fornece dois importantes esclarecimentos acerca das formas deverbais: (1) boa parte tem entrada anterior à das formas nominais e (2) a formação mais antiga com adjunção do afixo aumentativo em português é deverbal, a exemplo de ‘glutão’ (sXIV) e ‘beberrão’ (sXV).

2.2. O sufixo *-aço*, desde sua origem.

O sufixo *-aço* vem do latim *-āceus* (var. *ācius*), que formava adjetivos, denotando matéria, semelhança, etc. Segundo Maurer Junior

⁶⁷ Palavra usada por um jornalista da Rede Globo numa matéria que trata da falta de mão de obra qualificada no mercado de trabalho da construção civil exibido em 06/08/11.

⁶⁸ Disponível em: globoesporte.globo.com/pr/torcedor de 18/11/2013. Acessado em 18/09/2015.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

(1959), o afixo, nas línguas românicas, tem muitas vezes sentido pejorativo e aumentativo. Observemos os exemplos (a): *Vinaceus*: (espécie de vinho), ‘mau vinho’ (em português, vinhaço) e (b) *carnaceus*: (relativo à carne), carne de má qualidade, salsicha. De acordo com Pharies (2002), trata-se de um sufixo latino utilizado para derivar adjetivo de pertencimento a partir de bases substantivas, mas o sentido aumentativo se desenvolve pela primeira vez no latim falado ocidental. No que diz respeito à língua portuguesa, grande parte dos produtos com -aço são substantivos.

Em Rosa (1982), conseguimos visualizar, através da testagem que a autora fez, a mudança na semântica de -aço e também o aumento de sua produtividade. Vejamos o que afirma a autora:

“...somente falantes da faixa etária de sessenta anos fizeram leituras como: ‘mulheraço’ (mulher vagabunda, vulgar, debochada), ‘jogaço’ (jogo vagabundo), ‘maridaço’ (marido mais ou menos), apartamentação (apartamento mais ou menos) e ‘carraço’ (aumentativo de carro, mas bem pejorativo)”. (ROSA, 1982, p. 40)

Segundo Rosa, falantes adultos somente “aceitavam termos consagrados pelo uso: ‘golaço’, ‘filmaço’, ‘jogaço’...” e rechaçavam termos como “‘sonzaço’, ‘musicaço’, ‘solzaço’...” que eram naturalmente utilizados pelos jovens.

Em Bechara (2002), encontramos o exemplo ‘mulheraça’⁶⁹ com significado pejorativo, o que vai de encontro com a pesquisa de Rosa (1982), que conseguiu identificar a mudança semântica do afixo, vinte anos antes da afirmação de Bechara (*op. cit.*). A autora afirma que os jovens reconheciam no sufixo -aço um valor positivo e que a noção pejorativa do afixo praticamente se perdeu. Para os jovens que participaram da pesquisa, ‘mulheraço’, por exemplo, é uma “mulher com físico perfeito”, bem como ‘apartamentação’ é um “apartamento bem decorado” (ROSA, 1982, p. 41). Tais definições corroboram com o Princípio da Não-Sinonímia de Goldberg (1995) e o valor positivo que o afixo possui atualmente. Concluímos, de acordo com a pesquisa histórica, que o afixo se prestava à função avaliativa, expressando um conteúdo pejorativo e mais tarde adquire a noção de avaliação positiva. Também observamos que ad-

⁶⁹ O exemplo está no feminino, diferentemente de Rosa (1983). Falaremos da diferença de gênero em outro momento do trabalho.

quiriu a noção de aumento como em ‘piolhaço’. Observemos no quadro 2 alguns dados com -aço.

Afixo -aço	Base substantiva	Base adj.	Base adv.	Base verbal
Valor intensivo	Solzaço	bonzaço, curtaço, felizaço, gordaço (1576) ricaço (c1570)	cedaço,	puxaço
Dimensão	balaço (1675), piolhaço, mulheraça (1845-1881)	Gordaço (1576)		
Valoração (beleza, eficácia, qualidade positiva)	apartamentoço, corpaço (s/datação), filmaço, golaço (s/ datação), jogaço, mulheraço, vidaço	mulataço		
Metonímia	Balaço, buzinaço (d1985), panelaço			cagaço (1873),

Quadro 2: Produtos com a acepção aumentativa com o sufixo -aço.

Há exemplos de palavras em -aço com sentido pejorativo, porém elas têm datação antiga, anteriores ao trabalho de Rosa (1983)⁷⁰.

2.3. O formativo -ada e sua origem

O afixo -ada, consoante Maurer Jr (1959), tem sua origem no particípio passado latino na forma *-ata*, mais precisamente da forma de feminino, junta-se a temas substantivos para designar conteúdo, depois coleção e ato. É um formativo provindo de uma desinência latina com aspecto perfectivo (particípio passado ou supino de verbo da primeira conjugação). O afixo foi e continua sendo produtivo e é adjungido a diversos tipos de bases, conforme o lexicógrafo Houaiss (2009). Nesse caso, o sufixo pode ser (a) formador de adjetivo adjungido a formas verbais substantivadas do particípio passado na forma feminina, tendo a acepção de *resultado de ação (incluindo golpe)*: ‘alfinetada’ (1858), ‘chegada’ (d.s.XIII), ‘misturada’ (1623); (b) acrescido a uma base nominal (substantivo) para formar substantivos ligados à *culinária*, como em ‘abacatada’ (sXIX), ‘laranjada’ (1640), ‘galinhada’ (s/d), (c) indicador de espaço de *tempo*: ‘alvorada’ (sXV), ‘noitada’ (1873), ‘temporada’ (sXIV); (d)

⁷⁰ Como ‘gentaçá’ (sécXV): conjunto de pessoas pertencentes às camadas mais baixas da sociedade. ‘Doutoraço’ (s/d): homem que se cobre de ridículo ao se por pretensiosamente na pele de um sábio. (HOUAISS, 2009).

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

relativo à *taxionomia biológica* (*tendo como forma de output: substantivo*): ‘coronada’, ‘cilioflagelada’; (*e*) *Medida*: ‘braçada’, ‘polegada’, ‘trovada’... Neste mesmo grupo incluiríamos outras formas de medida criadas metonimicamente como: ‘colherada’, ‘fornada’... (*f*) *formador de coletivo*: ‘aguaceirada’ (s/d), ‘baianada’ (1889), ‘bicharada’ (a1776), ‘cariocada’ (s/d).

Apresentamos as acepções do afixo de uma forma um pouco diferente do que se encontra no Houaiss (*op. cit.*). Como podemos perceber, o afixo apresenta vários matizes semânticos, inclusive o de aumento. O sufixo -ada em ‘chubarada’ não exprime conteúdo, coleção ou ato e sim uma noção de acúmulo, de grande quantidade ou coletividade e de acordo com o dicionário Houaiss (2009), ‘chubarada’ significa chuva abundante e data de 1899.

Pesquisas recentes vêm ao encontro do que se afirmou acima. Becker (2014) apresenta um estudo histórico do afixo e analisa vários grupos de acepções do sufixo. O único grupo que o autor não inclui em sua pesquisa é o grupo (*d*) descrito acima; o que faz referência à taxionomia biológica. Seguindo a mesma linha de classificação, Takahashi (2014) também exclui de seus grupos essa mesma acepção (taxionomia biológica). Os grupos desses autores são descritos de forma diferenciada, mas os exemplos são os mesmos, o que nos autoriza a afirmar que os autores possuem uma classificação semelhante. A diferença consiste na descrição semântica do grupo, no que diz respeito ao domínio conceptual. Becker nomeia um determinado grupo (na divisão do autor, grupo 4) de ‘produto alimentar, bebida’ e exemplifica com “bananada, laranjada”. Takahashi nomeia este mesmo grupo de ‘termos relacionados à culinária’ e exemplifica com: “feijoadas, laranjadas, cocada”. As datações do surgimento dos grupos (a partir do primeiro exemplar) diferem, no entanto. Para Becker (*op. cit.*), o grupo que designa “alimento e bebidas”, por exemplo, surgiu no século XV, já no trabalho de Takahashi (2014), esse mesmo grupo tem como data de aparecimento o século XIII. Becker aponta divergência no surgimento do afixo com a forma que tem hoje na língua. Segundo, o autor:

Os estudos diacrônicos discordam bastante no que tange a gênese do procedimento derivacional em -ada. Basicamente, podem-se distinguir duas construções avançadas na literatura linguística. Por um lado tanto Meyer-Lübke (1894), quanto filólogos posteriores, como Rohlf (1969, p. 444) e Tekavěč (1972, p. 67), defendem a hipótese de que o sufixo surgiu como participio perfeito passivo dos verbos de 2ª e 3ª classes que ocorria junto com substantivos em expressões sintagmáticas... (p. 125-126).

Ainda segundo o autor, Collin (1918) contesta esta etimologia e apresenta outra:

Conforme sua reconstrução *-ata-* remonta ao sufixo *-tus* (com o alomorfe *-sus*), que, junto com *-(t)io*, formava *nomina actionis* (“ação ou efeito de X”) na língua latina. Os dois sufixos que, em um primeiro momento, distinguiram-se pelo conteúdo semântico (*-tio*: eventivo vs. *-tus*: resultativo), chegaram a forma dubletes como ‘abortio’, abortus.

O autor acredita que a reconstrução da gênese de *-ada* proposta por Collin (que passa pela reanálise do plural do neutro, mas é demasiado complexa para ser particularmente atraente) fornece uma explicação do momento “coletivo/sumativo” das formações em *-ada*.

Em nosso trabalho temos uma visão diferente da visão de Becker no que diz respeito às formações aumentativas atualmente. Em suas ‘Considerações finais’, o autor afirma que a acepção aumentativa perde sua vitalidade no século XIX e se estanca no século XX. Como a nossa acepção aumentativa inclui a ideia de quantidade e intensidade, além da dimensiva, como o próprio autor admitiu, concluímos que a noção de aumento no sufixo não é a primeira, mas o afixo foi utilizado para esse fim e hoje é utilizado com frequência, principalmente a partir do século XIX, como podemos ver nos exemplos no quadro 3 que apresenta formações, inclusive, sem datação por serem recentes:

Afixo <i>-ada</i>	Base substantiva	Base participial	Base adj.
Quantidade	Concreta: buracada (s/d), cabelada, chuvarada (1899) goleada (1958), lamaçada, fumaçada (1899), panelada (a1858), poeirada (1858), pio-lhada (1899),	fofocada (séc. XX).	
Intensidade	abstrata: barulhada (1954), brigalhada (1885), mentirada (a1899), caozada		
Metonímia	Braçada (sXIII)		Burrada (1647), fornada (sXV)

Quadro 3 : Produtos com o sufixo *-ada* e suas acepções aumentativas.

2.4. O sufixo *-eiro* desde sua origem

O afixo *-eiro* se origina de *-arium* (*arius* – genitivo) da língua latina. Segundo Maurer Jr (1959), o sufixo formava adjetivos, depois nomes designativos de agente e ofício, nomes de árvores, nomes de lugar.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Portanto, no próprio latim, o afixo já apresentava várias acepções. Nas línguas românicas, emprega-se abundantemente para formar nomes de agente, a exemplo de *'ferrarius'* e *'porcarius'*. Com a elipse do substantivo *'arbor'* em nomes como *arbor persicarius* (árvore de pêssigo) ou *arbor persicaria*, que passa a *persicarius* (pessegueiro), ocorre a substantivação dos antigos adjetivos em *-arius*. O mesmo aconteceu com outros sufixos designativos de árvores.

Almeida & Gonçalves (2005) apresentam um estudo cognitivista das construções X *-eiro* e se propõem a investigar o seu sentido mais básico; para isso, tomam por base a relação fillmoriana entre a cena de evento e os elementos básicos que integram a estrutura dessa cena, como (a) o agente, (b) a ação, (c) o local, (d) o objeto etc., apresentando ao final do trabalho uma rede polissêmica com as várias acepções do sufixo, tendo no centro, como protótipo da categoria, a acepção agentiva. Os autores identificam seis acepções para o sufixo: agente profissional, agente habitual, agente natural, locativos, intensificadores e modais e assim conceituam os intensificadores: “Esse grupo reúne formas que designam o modo da ação que pode ser intensificada com a metonímia ‘substância pelo seu excesso’: ‘lamaceiro’, nevoeiro” (ALMEIDA & GONÇALVES, p. 243). Para eles:

o grupo dos intensificadores deve ser derivado do grupo dos locativos porque nesse há uma noção de multiplicidade que é refocalizado como excesso de algo. Por serem menos tipicamente agentivos e por serem gerados por habilidades cognitivas diferentes das anteriores, são mais afastados do centro prototípico. (ALMEIDA & GONÇALVES, 2005, p. 243).

Rio-Torto (2008) faz uma reflexão em seu artigo sobre a relação entre as teorias e a realidade das mudanças linguísticas. Nesse trabalho, a autora toma como objeto de estudo o sufixo *-eiro* e, para ela, o valor primeiro do afixo, atestado desde os primórdios da Língua Portuguesa, é o agentivo, fato que corrobora com a descrição de Almeida & Gonçalves (2005), que colocam os agentivos no centro da rede polissêmica, porém não há consenso no que diz respeito aos intensificadores (a categoria que realmente nos interessa neste trabalho), pois, para Rio-Torto (*op. cit.*), não há como defender que os intensificadores tenham vindo da acepção locativa uma vez que os dados observados de acordo com a cronologia mostram que “desde sempre os locativos (lamaceiro, esterqueira) acusam marcas de grande quantidade, de excessividade e de avaliação...” (RIO-TORTO, 1998, p. 239).

Observamos, com base em dados históricos como de Coelho (2004, apud Rio-Torto, 2008), que não há ocorrência de casos com a noção intensiva no Português arcaico até 1536. No quadro de Coelho (2004) são encontradas cinco acepções do afixo: nomes de agentes humanos, adjetivos, nomes de instrumentos, nomes locativos e nomes de árvores. Marinho (2004) também não encontrou formações intensivas *X-eiro* nas primeiras fases históricas do português em seu estudo sobre produtividade lexical, embora mostre ser essa acepção muito usual nos dias de hoje. Antes do século XIII, portanto, os produtos com *-eir-* são adjetivos (dianteiro, traseiro) e agentivos profissionais (vaqueiro), segundo Rio-Torto, dando continuidade ao valor latino de *-ariu-*. Ao longo da história, percebe-se um enriquecimento semântico e o afixo vai figurar em produtos com sentidos abstratos. A partir do século XIII, crescem numericamente os nomes locativos e de nomes de árvores e no século XV surgem nomes de estados (cegueira) e nomes de quantidade/ intensidade, como ‘cabeleira’ e ‘nevoeiro’. De acordo com a autora, somente no século XIX é que são atestados nomes de estados “em que se V intensamente” como “baboseira”, “barulheira” etc. Vale a pena ressaltar que ‘chuveiro’ e ‘nevoeiro’ datam do século XV, de acordo com Viaro (2010), o que mostra que esses valores (intensivo e avaliativo) são concomitantes a diversos valores inscritos no sufixo. Marinho (2004) defende datas diferentes para o surgimento da acepção intensiva:

O que percebemos é que o leque significativo do sufixo apresentou, ao longo dos séculos, acréscimo de duas significações. *As referências a agente habitual e excesso são datadas do século XIX e sobretudo do XX, segundo Cunha (1986). A única acepção, portanto, que deve ter surgido entre a época latina e o século XIX é a de gentílico. Isso ocorreu após o século XVI, em virtude do descobrimento do Brasil por Portugal e a consequente extensão de sentido que viria do agente profissional “brasileiro”, trabalhador do pau-brasil. (MARINHO, 2004, p. 59)*

As datações de Marinho (2004) não encontram respaldo nas informações apresentadas neste trabalho, como podemos observar mais abaixo. No século XV e XVI, encontramos exemplos de construções intensivas com *-eiro* e para Marinho (*op. cit.*) as construções surgem no século XIX e XX. A acepção gentílica, segundo ele, tem datações mais antigas, contrariando o que defendem Cunha (1997), Rio-Torto (2008), Coelho (2005) e Viário (2007). Marinho (*op. cit.*) concorda, assim como Rio-Torto, entre outros autores já citados neste trabalho, que a acepção agentiva é a primeira do afixo. Também concordamos com o autor ao incluir no grupo produtivo de *-eiro* o sentido intensivo/excesso, pois, como

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

podemos comprovar através dos dados, esse grupo se mostra bastante produtivo nos dias de hoje.

Para Rio-Torto, “uma concepção sequencialista da mudança dificilmente consegue representar os esquemas de simultaneidade dos vários valores de sufixo, desde os mais remotamente atestados até os mais recentes”. (RIO-TORTO, 1998, p. 239).

Viaro (2010) defende uma origem diferente para os chamados ‘intensificadores’. Para o autor, o sufixo *-eiro* de ‘galinheiro’ (locativo) é bastante antigo e remonta ao século III a.C.; trata-se de forma neutra que sofreu reforço semântico de uma convergência com o sufixo *-árrion* grego formador de coletivo e dele vem o sentido derivado de ‘grande quantidade’ e, por conseguinte, de ‘grande intensidade’. Com essa informação, torna-se necessário investigar o sufixo grego (*-árrion*) para confrontarmos com as outras informações creditadas neste trabalho.

Coelho & Simões Neto (2014) concordam com Viaro (2011) que a acepção de coletivo do sufixo, amalgamada com a de locativo, provém de uma convergência semântica do *-arium* latino, que formava locativos com o *-árrion* grego que formava coletivo. Mas, na conclusão do artigo, Coelho & Simões Neto discordam de Viaro (2011), alegando que “tendo em vista outras amálgamas, podemos considerar que o próprio potencial polissêmico do sufixo lhe dê essa dupla acepção, por assim dizer” (COELHO & SIMÕES NETO, 2014). Na verdade, os autores apresentam uma contradição dentro do próprio trabalho. Também encontramos em Coelho & Simões Neto (2014) divergência no que se refere à descrição dos considerados ‘coletivos’ e ‘intensificadores’; na seção em que apresentam a visão de Rocha (1998), os autores discordam desse morfólogo, que considera “aguaceiro”, “nevoeiro” e “berreiro” como exemplos de coletivos. Nas palavras dos autores: “Podemos entender que os termos ‘aguaceiro’, ‘nevoeiro’ e ‘berreiro’ estariam mais bem categorizados se o autor considerasse uma classificação ou ideia de ‘intensidade, acúmulo e aumento’ como feito por Cunha & Cintra (1998)” (COELHO & SIMÕES NETO, 2014, p. 94), porém na subseção 7.2, intitulada ‘análise semântica’, os autores colocam esses mesmos exemplos, “aguaceiro” e “nevoeiro”, como fenômeno da natureza, assim como “fumaceiro”, retirando de *-eiro* nessas formações a acepção de intensidade/excesso e colocam “berreiro” num grupo intitulado ‘ato iterativo, excessivo, duradouro’, trazendo como exemplo de “coletivo e acúmulo” construções como “cancioneiro” e “trabalheira”.

Neste trabalho, concordando com Viaro, pois entendemos que ‘galinheiro’ tanto faz referência ao local como a uma quantidade do que se encontra nesse local, no caso, galinha. Mas sabemos que o afixo -eiro em ‘galinheiro’ pode não atualizar uma ideia de grande quantidade, além do local. Vejamos um exemplo desse caso em (03):

- (03) “Seu Zé, quantas galinhas sobraram no galinheiro depois que caiu o barranco?” – “Uma”.

No exemplo acima não há a atualização das duas acepções no afixo. É lícito afirmar que quando a base tem como referente elemento quantificável, como ‘formiga’, ‘galinha’, ‘vespa’, podemos identificar na forma *output* (com o sufixo) a ideia de local amalgamada com a de quantidade. Não entraremos na questão do amálgama de outras construções com -eiro, como ‘cafeteira’ e ‘chaleira’, que para alguns autores são objetos e para outros, são locativos. Há, ainda, autores como Coelho & Simões Neto (2014) que sugerem a análise como objeto em que se faz e armazena (chá, café) – Produtor e armazenador. O que nos interessa são as construções em que -eiro atualiza a acepção de intensificador e quantificador. Como já observado nas pesquisas realizadas, há uma incoerência na separação e quantificação dos grupos semânticos de -eiro e também há variação na identificação desses grupos. Rocha (1998) classifica ‘berreiro’, ‘nevoeiro’, aguaceiro, entre outros exemplos, como coletivo/conjunto, ao passo que Cunha & Cintra (1998), Marinho (2004), Gonçalves & Almeida (2005), Viaro (2011) o identificam como <<intensidade, acúmulo>>. Nesta pesquisa, concordamos com as análises de Marinho (2004) e Viaro (2011), pois nos parecem mais coerentes e compatíveis com os dados. Villalva (2000) separa os grupos de -eiro e coloca formações como ‘berreiro’, ‘nevoeiro’, ‘cabeleira’, ‘poeira’ no grupo de intensificadores ou coletivo. Observemos, portanto, em (04), exemplos com o formativo com acepção de intensividade/acúmulo/excesso e suas respectivas datações.

Afixo -eiro	Base substantiva	Base participial	Base adj.
Quantidade	aguaceiro (1557), buraqueira (1899), cabeleira (1420), chuveiro (1534) ⁷¹ lamaceira (1899), pi-	choradeira (1720)	

⁷¹ Não há concordância na datação desta palavra “chuveiro” entre autores como Viário (2007), séc. XV e O lexicógrafo Houaiss (2009), séc. XVI.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

	olheira (-), poeira (1554) roubalheira (1899)		
Intensidade	barulheira (1899), fumaceira (1899), luzeiro (sXIV)		Bobeira Doideira maluqueira

Quadro 4: Produtos com o afixo *-eiro* com semântica de acúmulo/ excesso.

Com base no estudo histórico, podemos afirmar que a semântica de ‘quantidade’ e ‘intensidade’ não foi primeira no sufixo *-eiro*. Esse valor semântico foi adquirido depois, mas com algumas datações não tão recentes.

2.5. O sufixo *-udo*, desde sua origem.

O afixo tem origem no latim na forma *-ūtus -a -um* que designava o particípio passado dos verbos de segunda conjugação. Desse modo, *-udo* é um sufixo formador de adjetivos derivados de nomes e designa desenvolvimentos notáveis, exagerados de uma parte do corpo. É sufixo de abundância, excesso, característica aumentada; encontrado na língua desde o século XIII, talvez pela convergência da desinência de particípio passado, como referido acima, com função adjetiva. De acordo com Teyssier (2007), o particípio passado de verbos da segunda conjugação em *-udo* sofre modificação, de *-udo* passa a *-ido*, ‘perdido’ passa a ‘perdido’; essa mudança ocorre entre os séculos XIV e XVI, num momento em que a língua passa por diversas transformações que tiveram por objetivo a fixação da morfologia e da sintaxe. Pharies (2002) afirma que o formativo remonta da terminação latina *-ūtus -a -um*: *-u* vogal procedente de substantivo da quarta declinação, mais *-tus*, sufixo adjetivo que indica posse (*aurītus* – que tem orelhas grandes, ‘orelhudo’). Mais tarde se agrega a palavras de outras declinações (*nāsūtus* – ‘narigudo’). Assim, podemos afirmar que, como o formativo *-ão*, *-udo* não é um sufixo puro em português, pois temos em sua forma um ‘*u*’, vogal latina de nomes de quarta declinação + *-tus*, sufixo latino formador de adjetivo que indica posse. Há poucos exemplos no Latim literário. *Barbatus*, *capillatus*, *cornutus* são exemplos de uso no latim vulgar.

Em muitas formações com *-udo*, podemos perceber que na conceptualização desse sentido (de aumento) funciona um princípio metonímico *de parte-todo*, incluindo uma semântica de posse. Como já foi explicitado, ‘narigudo’ denomina aquele que possui o nariz grande, ou

seja, focaliza uma parte do corpo, mas faz referência ao possuidor, diferentemente de ‘narigão’, que indica um nariz grande, não apontando para o possuidor. Nesse último caso, o foco está apenas no nariz.

Rosa (1983) exclui as construções *X-udo*, a exemplo de ‘cabeludo’, da categoria aumentativo, pois para a autora ‘cabeludo’ faz referência a ‘aquele que tem muito cabelo’, ou seja, o referente é diferente. Para ela o referente deveria ser ‘cabelo’ e não o possuidor dessa grande quantidade de cabelo. Dito de outra maneira, para Rosa não importa que o termo ‘narigudo’, por exemplo, somente possa ser utilizado se o ‘nariz’ for grande. Temos um ponto de vista diferente, pois percebemos que há sim uma possibilidade de ordenamento numa mesma escala entre esse item e outro a ele morfológicamente relacionado – fator exigido pela própria autora para justificar a inclusão ou não de um exemplar na categoria aumentativo. Defendemos neste trabalho a inclusão das construções *X-udo* na categoria aumentativo com base nas ideias de projeção, defendidas por Fauconnier (1996), e de perfilamento. (Cf. LANGACKER, 1987)

Agregado a bases abstratas, como em ‘sortudo’, *-udo* não apresenta a relação metonímica de parte-todo, porém, assim como o que indica dimensão, faz referência a um possuidor e neste caso, o possuidor não tem ‘X grande’ e sim ‘X em grande quantidade’. Já no caso de ‘boazuda’, ‘loiruda’ e ‘piranhudo(a)’, o afixo é adjungido a uma base adjetival e temos como paráfrase “aquele que é muito X”. Em ‘crackudo’, o afixo *-udo* atualiza uma ideia de ação, ‘aquele que usa crack’, concepção esta que remonta ao seu uso original: participípio passado e guarda a ideia de ação. Vejamos os exemplos em 5, a seguir:

Afixo <i>-udo</i>	Base substantiva	Base Adjetivo
Dimensão	Bigodudo, bochechudo (c1560), cabeçudo (1220), cabeludo (sXIII), carrancudo (1562), joelhudo (1858), narigudo (1716), orelhudo (sXV), olhudo (1720), ossudo (1720), rombudo (1899), troncado (sXX)	
Metonímia/ Metáfora	Abelhudo (sXV), olhudo (1720), linguarudo (1769), raçudo, topetudo	piranhuda
Intensidade/ quantidade	Classudo, posudo (s/data), sortudo, tesudo (s/data)	Boazuda, loiruda

Quadro 5: Produtos com o afixo *-udo*

Como podemos observar, o sufixo *-udo* é utilizado desde o latim vulgar com ideia de aumento, porém diferenciando-se do sufixo prototípico *-ão*, pois era ricamente utilizado para formar adjetivos a partir de

bases substantivas com uma semântica de posse. Atualmente, é adjungido a bases abstratas como (a) ‘sorte’, ‘sortudo(a)’, (b) ‘classe’, ‘classudo(a)’, (c) ‘tesão’, ‘tesudo(a)’, todas já dicionarizadas, e a bases adjetivas, a exemplo de ‘boazuda’, ‘loiruda’, ‘piranhuda’, fato que aponta para o enriquecimento semântico e uma ampliação de seu uso.

2.6. O sufixo *-aria* desde sua origem

O sufixo *-aria* tem origem no latim. De acordo com o lexicógrafo Houaiss (2009), o afixo *-aria* remonta de duas fontes, *-ia* e *-eiro*, donde resulta *-eria* e este em *-aria*. O formativo *-eria* tanto pode ter tido forma portuguesa interna (à analogia e, por vezes, influência do espanhol *-eria* e do francês *-erie*), como pode ter sido desde o início concorrente com *-aria* pelas influências referidas. Criava substantivos de substantivos e adjetivos e por vezes de verbos, tendo, inicialmente, conexão entre agente e ação (‘cavaleiro’ – ‘cavalaria’, ‘oleiro’ – ‘olaria’, ‘chapeleiro’ – ‘chapelaria’), com essa relação logo se estendendo para a noção de coleção, conjunto.

Observemos as acepções do formativo, incluindo a noção de aumento: Em (a) temos a *nomeação de cargos e patentes*; ‘cavalaria’ (1257), ‘engenharia’ (1789), ‘infantaria’ (1510), ‘secretaria’ (sXV); (b) *estado*: ‘calmaria’; (c) *arte*: ‘lapidaria’, (d) *fábrica, oficina, estabelecimento (local)*: ‘chapelaria’ (1858), ‘charutaria’ (1871), ‘cervejaria’ (1881), ‘churrascaria’ (1961), ‘drogaria’ (c1508), ‘perfumaria’ (1836), ‘lapidaria’ (1752-1797), ‘malharia’ (s/d), ‘pizzaria’ (sXX), ‘padaria’ (1720), ‘papelaria’ (1881); (e) *ação de alguém*: ‘asnaria’ (1676), ‘bruxaria’ (1727), ‘patifaria’ (1836), ‘zombaria’ (sXV); (f) *coletivo*: ‘bicharia’ (1712), ‘maquinaria’ (1858), ‘vidraria’ (1813) ou ‘vidraçaria’ (1836); (g) *grande quantidade*: ‘boataria’ (1902), ‘rouparia’ (1635-1688), ‘velharia’ (1881).

De acordo com Maurer Junior (1959), o latim possuía o sufixo *-arium* (*arius*) e *-aria*, cuja origem estaria, às vezes, no feminino e às vezes no plural neutro e traz como exemplo ‘caldaria’ e ‘carraria’. Para Viaro (2011), o latim disporia, entre seus sufixos, das formas *-arius* e *-arium*, ambas fonte do sufixo *-eiro* e de seu paralelo culto *-ario*. Uma forma feminina singular em *-a* poderia ser interpretada como neutra, plural em *-a* (produzindo assim uma forma coletiva), o que vem ao encontro do que diz Maurer Junior (*op. cit.*). Em Pharies (2002), encontramos uma explicação um pouco diferente. Para o autor, o sufixo *-aria* é na verdade

uma junção do afixo *-eiro* (na verdade de seu paralelo culto *-ario*) com *-ia*. Entre outras acepções, o autor atribui ao afixo a acepção de conjunto de coisas ou de pessoas e é a partir desse sentido que identificamos o sentido de aumento.

O sufixo *-aria* é extremamente rico semanticamente e é agregado a uma mesma base com acepções diferentes, como ‘vidraria’ que pode ser a fábrica de vidros, o estabelecimento comercial onde se vendem vidros, o comércio com vidros, o conjunto de vidros ou objetos de vidro e a arte de fabricar vidros. O mesmo ocorre com ‘pescaria’ (842), que pode atualizar a semântica de ato de pescar, a técnica de pescar, a indústria dos pescadores ou pesca e grande quantidade de peixes. Villalva (2000) identifica um grupo de intensificadores ou coletivos na semântica de *-aria* e cita exemplos como: boataria, calmaria, doçaria, escadaria, gritaria, judiaria, pancadaria, rouparia, velharia etc.

Afixo <i>-aria</i>	Base substantiva	Base participial
Quantidade	bicharia (1712), boataria (1902), gritaria (1726), prataria (1899), piolharia (1720), rouparia (1635-1688), os-saria (1836), pancadaria (1858), velharia (1881)	
Intensidade	Calmaria	risadaria (s/d)
Dimensão	Peitaria	

Quadro 6: As acepções aumentativas de *-aria*.

2.7. O sufixo *-oso* desde sua origem

O afixo *-oso* é proveniente do latim *-ōsus*, *-a -um* e fecundo na formação de adjetivos que indicam qualidade; é proveniente de temas nominais, consoante Machado (1961). A origem é complicada segundo o autor, pois é proveniente da raiz *-wnt-*, precedida de vogal temática *-o-*, e ampliada com o sufixo *-to-*: *o-went-to*, cuja evolução fonética seria: *-owentto-*, > *-on-tsto-* > *-onso-* > *-osso-* > *-ōso-* (MACHADO, 1961, p. 360). O autor cita como exemplos *form-osus*, *glori-osus*, *libidin-osus*, tirados respectivamente dos substantivos *forma*, *glória* e *libido*. Machado inclui apenas uma forma adjetiva com origem verbal: *bib-osus*, do verbo *bibo*. Para Pharies (2002), o afixo é muito produtivo e se agrega a bases, prioritariamente, substantivas e raramente se agrega a bases adjetivas e verbais; sua acepção principal é de abundância, propensão e semelhança. Sua função central é formar adjetivos. Quando agregado a bases abstratas, o afixo atualiza uma acepção de aumento (abundância) do que se denota na base: ‘medo’ > ‘medroso’ (XIII). Quando agregado à base con-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

creta, o sufixo serve para derivar palavras relacionadas à área de medicina: ‘fibroso’, ‘bolhoso’, ‘bulboso’ e termos da área de química: ‘cloroso’, ‘fosforoso’, ‘nitroso’, ‘sulfuroso’, não havendo, nessas construções, a noção de aumento.

Segundo Basílio (2006), o afixo tem função predicativa e adiciona elementos semânticos aos do substantivo base, nesse caso, a noção é ‘provido de’. De acordo com a autora, o sufixo *-oso* se adiciona a substantivos latinos primitivos ou derivados e acrescenta a ideia de posse ou provimento em relação ao significado da base.

Para Bybee (2010), exemplares com o sufixo *-oso* trazem uma reflexão a respeito do conceito de composicionalidade. Composicionalidade é uma noção semântica e se refere ao grau de previsibilidade do significado do conjunto a partir do significado dos componentes. Para a autora, palavras derivadas podem ser composicionais ou não e ela nos fornece exemplos como ‘esperançoso’ e ‘cuidadoso’, afirmando que esses itens lexicais têm significados bem previsíveis com base nos substantivos-base e no sufixo *-oso*; porém ‘maravilhoso’ é menos composicional, uma vez que ‘maravilhoso’ indica uma avaliação positiva não necessariamente veiculada em ‘maravilha’, que é a origem. Essa assertiva ajuda na análise dos dados e de sua inclusão ou não na construção sufixal de aumentativo. Quanto à manutenção ou não da vogal final, Scalise (1983) afirma que, quando a vogal final é tônica, em latim, ela permanece, como em “*virtù*” > “*virtuoso*”. Já “*fama*” tem a sílaba ‘*fa*’ mais forte, a vogal de ‘*ma*’ é átona e cai, ao acrescentarmos *-oso*, gerando assim, ‘famoso’. Examinemos alguns exemplos no quadro 7:

Afixo <i>-oso</i>	Base substantiva	Base adjetiva
Intensidade	Espirituoso (1462), ganancioso (1696), gorduroso (1844), horroroso (1708), luxuoso (1873), talentoso (sXIV), monstruoso (1563-1570), montanhoso (sXIII), oleoso (1661), pomposo (sXIV), precioso (séc.XIII), preguiçoso (sXIII)	Belicoso (c1508)
Metonímia	Fogoso (1574-1590)	

Quadro 7: Produtos com o sufixo *-oso*

2.8. O sufixo *-ento* desde sua origem:

O afixo *-ento* proveio do latim (*-entus*, *-a* *-um*) com a mesma função intensificadora. Conforme Pharies (2002), o sufixo *-ento* é formador de adjetivo, geralmente pejorativo, e é agregado a bases nominais. Surge

pelo falso corte do sufixo latino *-ulentus*, étimo do sufixo culto *-lento*, que denota abundância de alguma coisa ou característica. A forma *-ento* seria um alomorfe. São exemplos de derivados latinos as formas (a) *lutulentos* (cheio de lodo – *lutum -i* ‘lodo’) e (b) *aquilentus* (aquoso, abundante em água – *aqua -ae* ‘água’). Ernout (1949) apresenta uma explicação diferente para a gênese do sufixo latino *-ulentus* (cf. PHARIES, 2002, p. 321). Para Ernout, *-ulentus* representa o encadeamento do sufixo verbal *-ul-*, como ‘*bibulus*⁷²’ (que bebe muito – *bibō -ere* beber); *crēdulus* (crédulo – *crēdō -ere* crer) e a terminação de *cruentus* (sangrento – *cruor -ōris* – sangue derramado), tendo como ponto de partida a palavra ‘*violentus*’ (violento), de *vis* (força) e o verbo correspondente *violō -āre* (fazer violência a.). A existência de sufixos diminutivos *-ulo*, *-ula* ao lado de formas simples pode ter contribuído para o aparecimento de formas como ‘*faeculentus*’, ‘*glēbulentus*’. Pharies afirma que “Estamos, pois, diante de um aparente processo *-entus* > *-ulentus* > *-ento*, onde tanto a adição como a subsequente perda de *-ul-* depende de uma reanálise morfológica da terminação”.⁷³ (PHARIES, 2002, p. 321)

É importante observar que Machado (1941) afirma que: “Do sufixo *-lo/-la* precedido de *u*, formou-se o sufixo *-ulo/-ula*, que entra em um bom número de substantivos de agente, muitos deles tomados de adjetivos substantivados; construídos sobre raízes verbais: ‘*bib-ulo-s* > *bibulus*, *credulus*, *querulus*, *tremulus*’. (MACHADO, 1941, p. 347). Analisando os exemplos, ousamos afirmar que havia já em *-ul(o)* um sentido de intensidade.

Algumas formações em língua Portuguesa conservam restos do segmento do sufixo latino, como ‘corpulento’, sanguinolento, sonolento, fraudulento.

Para o dicionarista Houaiss (2009), *-ento* é um sufixo formador de adjetivos intensificados (‘com muito de, abundante em’), generalizando seu uso a muitas formas, segundo ele, vulgares como ‘barulhento’, bor-

⁷² De acordo com Machado (1941), ‘*bibulus*’ é um agentivo proveniente de um adjetivo substantivado criado a partir de base verbal, assim como ‘*credulus*’ e tantos outros. O dicionário (FARIA, 1994:80) traduz ‘*bibulus*’ como: “que bebe bem, que é bom bebedor, que gosta de beber”.

⁷³ “Estamos, pues, ante un aparente proceso *-entus* > *-ulentus* > *iento*, donde tanto la adición como la subsequente pérdida de *-ul-* depende de un reanálisis morfológico de la terminación”. [Tradução nossa]

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

bulhento’, ‘sangrento’. Observemos o quadro abaixo com alguns exemplos e suas respectivas datações.

Afixo -ento	Base substantiva
Quantidade	aguacento (s XV), babento, corpulento (1675), dinheirento, fumacento, fraudulento (séc. XIV), lamacento (1716), piolhento (1858), poeirento (1881)
Intensidade	barulhento (1871), briguento (1789), calorento (s/d), friorento (séc. XIV), marrento (1990)

Quadro 8: Produtos com o sufixo -ento e suas acepções.

Como podemos observar, o formativo apresenta, desde sua origem, a aceção aumentativa e possui sempre como produto um adjetivo.

2.9. O grau aumentativo de acordo com a Gramática de Mira Mateus (2003) e Villalva (2000).

No capítulo em que aborda os processos de formação de palavras, a gramática portuguesa organizada por Mira Mateus (2003) trata os sufixos de grau de uma forma diferente das até então apresentadas. Nas palavras da Villalva que assina o capítulo:

Tendo em conta que a descrição da interpretação da semântica das palavras que esses sufixos integram é complexa, não se esgotando na expressão de dimensão (...) e admitindo que, qualquer que seja o efeito da adjunção de um destes afixos, todos eles exprimem um juízo de valor do locutor relativamente ao conteúdo semântico da forma de base, adopta-se, para os identificar, a designação de avaliativos. (MIRA MATEUS, 2003, p. 958)

Villalva (*op. cit.*) inclui os avaliativos no rol dos sufixos modificadores – que é o caso de aumentativos, diminutivos e superlativos. Porém, exclui desse grupo os exemplos de aumentativos que outros autores chamam de lexicalizados, idiomatizados ou com significação especializada: ‘caixão’, ‘portão’, ‘garrafão’. Para ela, essas formações apresentam o sufixo *-ão* derivacional.

Desse modo, temos como resultado três estatutos diferentes para a sufixação em português: flexional, derivacional e avaliativa. O sufixo *-ão* pertence aos dois últimos, a depender do resultado do produto. Portanto, para a autora, o grau não é nem flexional nem derivacional; tem uma classificação à parte. Podemos observar exemplos como ‘caixa’ – ‘caixona’, em que *-ona* é sufixo avaliativo, e ‘caixa’ – ‘caixão’, em que *-ão* é sufixo derivacional. Essa mesma relação aparece em outros exemplos, como em ‘porta’ – ‘portona’ – ‘portão’, ‘garrafa’ – ‘garrafona’ – ‘garrafão’. Segundo Villalva (*op. cit.*), sufixos que definem o valor do gênero

(base feminina + sufixo *-ão* = produto masculino), como em ‘perna’ > ‘pernão’, são sufixos derivacionais responsáveis pela relação de hiperonímia-hiponímia. Para ela, os sufixos modificadores (avaliativos) não são responsáveis por mudança de classe, ou seja, base e produto devem pertencer à mesma categoria lexical, não admitindo sequer a mudança de gênero; caso isso ocorra, estaremos diante de um sufixo derivacional ou um pseudoavaliativo. Observando as afirmações da autora, chegamos à conclusão de que, para ela, o sufixo aumentativo *-ão*, quando avaliativo, exprime apenas dimensão. Quando se trata de valoração e lexicalização, a autora inclui o afixo na classe dos derivacionais. Em outras palavras, a autora afirma que estamos diante de dois sufixos diferentes, certamente homônimos (embora ela não chegue a afirmar isso categoricamente) e exclui a possibilidade de tais formações exibirem o mesmo elemento morfológico, com diferentes acepções, sendo, por isso mesmo, um formativo polissêmico por natureza.

Em Villalva (2000), a autora defende que flexão e derivação são processos distintos e que sufixos flexionais e derivacionais ocupam diferentes posições estruturais. Para a autora, sufixos flexionais selecionam temas e geram palavras, eles não mudam a categoria sintática da base, como também não admitem recursividade; já os sufixos derivacionais são adjungidos a radicais, determinam a categoria sintática da base e admitem a recursividade. Ainda segundo a autora, os sufixos avaliativos, como já afirmado nesta seção, integram processo independente quer da flexão, quer da derivação e são incluídos entre os modificadores morfológicos, assim como os prefixos *des-* (desatento) e *in-* (infeliz). Na derivação, o sufixo é o núcleo da estrutura, trata-se de um processo de predicação morfológica e a flexão é um processo de especificação morfológica, já os avaliativos, segundo Villalva, não possuem nenhuma das duas funções, configura um processo que gera, por adjunção, estruturas categorialmente idênticas às estruturas de base e que é paralelo à prefixação com formas como ‘super’ ou ‘mini’. Observemos exemplos da autora:

atrevidão > superatrevido,

carrinho > minicarro.

Scalise (1984, *apud* VILLALVA, 2000) defende que os sufixos avaliativos têm comportamento parcialmente distinto quer da derivação, quer da flexão e os coloca num grupo autônomo. Villalva concorda com a separação dos avaliativos assim como Scalise e acredita que os modificadores morfológicos operam exclusivamente sobre categorias morfos-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

semânticas, acrescentando informação. A autora afirma que a sufixação avaliativa é um processo de modificação morfológica, como já mencionado anteriormente, e os distribui em quatro categorias, da seguinte forma:

1. diminutivo
2. aumentativo
3. valorativo
4. pejorativo

Villalva afirma que os sufixos avaliativos modificam a semântica da base, caracterizando a sua dimensão (diminutiva ou aumentativa) e valorizando ou depreciando a sua qualidade. Tais categorias são descritas com paráfrases da seguinte forma pela autora. (VILLALVA, 2000, p. 311):

Diminutivo: ‘pequeno N’

Aumentativo: ‘grande N’

Valorativo: ‘bom N’

Pejorativo: ‘mau N’

Quando adjungido a bases adjetivais e adverbiais apresentam valores atenuativos, intensificador, valorativos e pejorativos. Na descrição dos avaliativos a autora utiliza apenas o diminutivo em sua exemplificação. As formações com ‘z’ como ‘papelzinho’, ‘florzinha’, ‘aldeãozinho’, a autora coloca em grupo diferente: Z-avaliativo. Villalva considera ‘-zinho’ um outro sufixo e acha inaceitável analisar o ‘z’ como infixos, pois este se associa à base existente e produz novas formas que, pelo menos, possuem interpretações semânticas distintas das formas de base, que para ela são palavras flexionadas. Para Nunes este ‘z’ é consoante de ligação, para Mattoso ‘-zinho’ é uma variante de -inho. Em toda descrição a autora apenas apresenta exemplos no diminutivo. A autora segue a teoria *X-barra* (com base nos estudos de Sportiche, 1989) que na morfologia, ela chama de *XM-barra*. Para Villalva, em português, tanto o radical (unidade lexical pertencente a uma categoria sintática) como o tema (estrutura morfológica que resulta da adjunção do índice temático) e também a palavra (estrutura morfológica formada pela adjunção da flexão morfológica ao tema) podem estar na base de processo de formação de palavras. Com base nisso, a autora substitui a hipótese de base-palavra de

Aronoff (1976) por Condição sobre a base. Observemos exemplos da autora:

Radical (base)

Cert	(rad.adj)	→	certeza
Livr	(rad. n)	→	livreiro
Sabor	(rad. n.)	→	saboroso
Intruj	(rad. v)	→	intrusão
Barc	(rad. n.)	→	barcaça
Grit	(rad. n.)	→	gritaria
Valent	(rad. adj)	→	valentão

Tema (base)

Certo	(t. adj)	→	certo
Organiza	(t. verbal)	→	organização
Discuti	(t. verbal)	→	discutível

Palavra (base)

Previsível	(adj)	→	imprevisível
Papel	(n)	→	papelzinho

Villalva afirma que a palavra é uma base disponível para os processos de prefixação e para alguns processos de sufixação deadjetival e denominal. Segundo esta assertiva, a palavra não é base disponível para sufixação deverbal, pois a mesma seleciona radical (respondão) ou tema (respondedor). Como podemos observar com os exemplos de Villalva (2000), os afixos que atualizam uma semântica de aumento são adjungidos a radicais assim como os sufixos da morfologia derivacional e admitem recursividade, mas nem todos são responsáveis por mudança de categoria sintática como *-oso*, *-udo*, *-ento*. Já os sufixos *-eiro*, *-ada* e *-aria* (com teor aumentativo) não são responsáveis por mudança de categoria sintática, o que para autora deve ocorrer na morfologia flexional, a pesar de propiciarem a mudança de gênero, fato que os excluíam desta mes-

ma morfologia. No caso do afixo *-ão*, observamos um comportamento diferente; quando acrescido a bases nominal, adjetival ou adverbial, não muda a categoria sintática da base, mas quando acrescido a uma base verbal, sim, promove essa mudança. Portanto, os sufixos estudados têm características flexionais e derivacionais, podendo ser analisados num *continuum* flexão-derivação como apresentado em Alves (2011).

3. *A visão da gramática das construções*

Defendemos que a base teórica da linguística cognitiva, mais precisamente a gramática das construções, ajuda-nos a entender o uso dos afixos aumentativos e a interpretação das formas de output com esses sufixos. O conhecimento de uma forma pode suscitar a formação de outra com significado mais específico que atenda aos objetivos comunicativos. Nesse caso, temos perfilamentos diferentes para cada cena que a construção evoca. Os conceitos pertencentes a esse aporte teórico corroboram com esta pesquisa sobre os afixos com acepção de ‘aumento’, aqui considerados como uma categoria que expressa uma relação existente entre um significado considerado normal e outro considerado *acima* numa escala (de dimensão, intensidade e quantidade, incluindo valores pragmáticos).

As acepções que tais afixos veiculam se concretizam em formas gramaticais diferentes e essa diferença na forma aponta diferença no perfilamento, que é resultado da combinação resultante da atividade cognitiva que o item linguístico ativa. Como afirma Langacker (1987), um mesmo significado pode se concretizar em diferentes formas gramaticais de acordo com a forma que se construa ou profile. Os itens lexicais ‘cabeção’, ‘cabeçudo’, ‘cabeleira’ e ‘cabelada’, por exemplo, apresentam diferença na forma; logo, devem apresentar também diferenças no frame que cada forma ativa que justificará uma diferença semântica ou pragmática.

Como o objetivo deste trabalho não é o de explicar as construções com tais afixos (objetivos de um outro trabalho em andamento), não focalizaremos aqui os pressupostos da dita teoria.

4. Considerações finais

Esse passeio descritivo a respeito dos afixos aumentativos nos mostra o quanto é importante um estudo minucioso e atualizado sobre eles e foi o que nos propomos fazer neste trabalho que deixou explícito o ponto de vista de vários autores evidenciando a divergência e a convergência entre eles. Fazer a análise dos afixos nas mais diversas literaturas de cunho morfológico nos mostrou sim que não há consenso entre os autores na descrição dos formativos, mas deixou claro que os critérios diacrônico e o sincrônico são imprescindíveis para uma análise mais sistemática sobre os sufixos, de forma geral. Como podemos observar, esses elementos passaram por transformações ao longo de sua história e alguns deles nem sempre desempenharam funções que hoje exercem e foram essas mudanças que os tornaram dotados de alta capacidade e potencialidade de formar palavras. Esta pesquisa faz parte de um trabalho que está em construção a respeito da categoria aumentativo, analisada de acordo com os pressupostos da linguística cognitiva. Trabalhar com os preceitos dessa teoria se torna um privilégio, pois possibilita uma análise mais detalhada desses formativos, seu potencial de uso e sua produtividade, salientando seus valores semânticos e pragmáticos, não importando se estes sufixos pertencem à morfologia flexional ou derivacional, pois oferece a possibilidade de um *continuum* entre essas morfologias e a formalização de uma rede construcional para essa categoria. Um dos objetivos deste trabalho é mostrar que o percurso histórico atrelado aos pressupostos da teoria da linguística cognitiva explica o motivo da inflexão aumentativa adquirida por tais formativos ao longo de sua história.

Diante do exposto, esperamos ter mostrado que os afixos têm, hoje, um uso extremamente enriquecedor e possuem capacidade linguística de enorme expressividade e que a pesquisa contribua com os estudos em língua portuguesa e, principalmente, com o avanço dos estudos morfológicos nessa perspectiva teórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Lúcia, Leitão de; GONÇALVES, Carlos Alexandre. Polissemia sufixal: o caso das formas em -eiro – propostas e problemas. In: XX Encontro anual da APL. Lisboa. *Actas...* Lisboa: APL, 2006, vol. 1, p. 204-215.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

ALVES, Regina Simões. *O processo de formação de palavras com o sufixo aumentativo -ão: uma análise cognitivista*. 2011. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). – Faculdade de Letras/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BASÍLIO, Margarida. *Formação e classe de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BECKER, Martim. O sufixo *-ada* em português: aspectos diacrônicos. In: VIARO, Mário Eduardo. (Ed.). *Morfologia histórica do português*. São Paulo: Cortez, 2014, p. 118-153.

BERNARDO, Sandra. Mesclagem conceptual em análise de cartum. *Veredas on-line*, Juiz de Fora: UFJF, p. 251-261, 2011. Disponível em <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2011/05/ARTIGO-181.pdf>>

BYBEE, Joan. *Morphology*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1985.

CÂMARA JR., J. Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

COUTINHO, I. L. *Pontos de gramática histórica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.

FARIA, Ernesto. *Dicionário escolar latino português*. 6. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1994.

GOLDBERG, Adele. *Contructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1995.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LANGACKER, R. W. *Foundations of cognitive grammar*. Stanford, Cal.: Stanford University Press, 1987.

MACHADO, José. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Confluência, 1972.

MARINHO, Marco Antônio Ferreira. *Questões acerca das formações X-eiro do português do Brasil*. 2004. Dissertação (de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MATEUS, Maria Helena Mira et al. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2003.

MAURER JR, Theodoro H. *A gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.

RIO-TORTO, Graça Maria. Mudança genolexical: teoria e realidade. *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*. Porto, 2008, vol. 3, p. 223-240.

ROSA, Maria C. A. P. *Formação dos nomes aumentativos: um estudo da produtividade de alguns afixos portugueses*. 1982. Dissertação (de Mestrado). – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SAID ALI, Manoel de. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

SANDMANN, Antônio José. *Morfologia geral*. São Paulo: Contexto, 1991.

SIMÕES NETO, Natival Almeida; COELHO, Juliana Soledade Barbosa. O morfema -eir- no português brasileiro contemporâneo. *Literatura y Lingüística*, vol. 35, n. 65, p. 87-111, 2014. Disponível em: <<http://hispadoc.es/download/articulo/4766148.pdf>>

TAKAHASHI, Mônica Yurico. *Mudanças semânticas no sufixo -ada*. In: VIARO, Mário Eduardo. (Ed.). *Morfologia histórica do português*. São Paulo: Cortez, 2014, p. 335-350.

VÄÄNÄNEN, Veiko. *Introducción al latín vulgar*. Madrid: Gredos. Biblioteca Universitária, 1968.

VIARO, Mario Eduardo. *A especialização do sufixo latino vulgar -arium*. Universidade de Évora, 2010.

_____. A formação do significado agentivo de -eiro. In: XVI Congresso Internacional de la ALFAL, Alcalá de Henares. *Actas...* Alcalá de Henares, 2011, p. 2671-2679.

VILLALVA, Alina. *Estruturas morfológicas: unidades e hierarquia do Português*. Lisboa: FCT, 2000.

APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO PILOTO
DE BASE SEMÂNTICO-LEXICAL DO ESTADO DO PARÁ/1997

Cecilia Maria Tavares Dias (UFPA)

ceciliatavaresdias@gmail.com

Orlando Cassique Sobrinho (UFPA)

RESUMO

O presente trabalho apresenta um estudo que foi realizado a partir de aplicação do questionário piloto de base semântico-lexical em um ponto de inquérito no estado do Pará e está vinculado ao projeto “Atlas Geossociolinguístico do Pará”, coordenado pelo Prof. Abdelhak Razky. Desse modo, está embasado nos postulados teóricos da sociolinguística e da geografia linguística e tem como alicerce um corpus constituído de quatro fitas de áudio, referente a quatro informantes, moradores da zona rural de Tucuruí. Seu objetivo foi o de testar a adequação do questionário piloto à realidade dos falantes paraenses e identificar as possíveis variações lexicais existentes nas localidades pesquisadas.

Palavras-chave: Sociolinguística. Variedade linguística. Atlas do Pará.

1. Introdução

Este artigo é um recorte de um trabalho de conclusão de curso, que realizei nos anos 90, que tratava de uma investigação de base semântico-lexical, aplicada num município amazônico, sudeste paraense, vinculada ao Projeto “Atlas Geossociolinguístico do Pará”, coordenado pelo professor Abdelhak Razky. Por isso, os fundamentos incluem primeiramente, algumas definições de sociolinguística; em seguida, introduz alguns aspectos de variação linguística e, finalmente, faz referências à geografia linguística. Assim, fez-se necessário optar-se por estes três enfoques: sociolinguística, variação e geografia linguística, por se tratar de um estudo que abarca tais aspectos.

2. A sociolinguística

Para Elia (1987, p. 21), “de um modo geral, pode-se dizer que a Sociolinguística estuda as relações entre língua e sociedade”. Posteriormente, o autor (1987, p. 35) acrescenta que “no nível mais abstrato, a sociolinguística deveria estudar os fatores sociais que condicionam a competência linguística de uma comunidade”. Segundo Orlandi (1993), o objetivo da sociolinguística é sistematizar a variação existente na lingua-

gem, para tanto, ele considera que o sistema da língua não é homogêneo, mas heterogêneo e dinâmico. As regras, portanto, têm de abranger a variação das formas.

A sociolinguística considera o falar natural do falante e os sociolinguistas analisam as formas linguísticas usadas pelos falantes em seu meio social. O informante é visto como um falante real e tudo o que diz interessa ao estudo do questionário de base semântico-lexical. Os elementos da fala do informante, várias vezes distantes da língua utilizada pelo pesquisador, registram marcas próprias do seu dizer, da localidade e do grupo (localidade que reside e do grupo social ao qual pertencente). E são, justamente, essas marcas próprias que constituem a riqueza desta abordagem. Conforme Tarallo (1986, p. 6-7), os resultados da língua que optam por uma abordagem sociolinguística se propõem a “analisar e aprender a sistematizar variantes linguísticas usadas por uma mesma comunidade de fala”. Acrescenta, que podem ser entendidos como sociolinguistas, todos aqueles que entendem por língua um veículo de comunicação, de informação e de expressão entre os indivíduos da espécie humana.

3. *Variação linguística*

Diferentes variedades linguísticas são apresentadas numa mesma língua, determinadas pela localização geográfica e pelo contexto socio-cultural de seus falantes. E é através do processo de comunicação que os indivíduos aprendem sua função social e adquirem sua identidade cultural, pois ao nascer o indivíduo é inserido num contexto socioeconômico cultural pré-existente e à medida que cresce participa de um processo de socialização que o transformam um indivíduo falante de uma determinada variedade da língua, sob influência do meio social em que vive. Os indivíduos aprendem sua função social e adquirem sua identidade cultural através do processo de comunicação, o qual seleciona os diversos comportamentos do indivíduo como o que fala, onde, em que momento e como se diz. Pois ao falar, sua estrutura social é reforçada, formando assim a identidade cultural, peculiar do indivíduo, visto que seu modo de falar é identificado com a maneira de viver do grupo social e da localidade onde mora.

E justamente no meio social a que está inserido, que os grupos socioeconômico-geográfico-culturais diferentes possuem modos próprios de falar, traduzem variadas maneiras de viver, e por extensão aparecem

daí as variedades linguísticas, que ora podem ser de natureza geográficas (caracterizando os dialetos regionais), ora socioculturais, o que representa os dialetos sociais. As variedades geográficas se referem aos regionalismos, os quais, caracterizam, entre outros, a maneira de falar dos falantes de cada região de um país, assim como distingue o falar urbano do falar rural. Há alterações destas variedades no que tange aos limites de uma determinada variedade geográfica, haja vista diversos fatores, como a idade, a posição social, grau de escolaridade, profissão que contribuem para que haja variedades linguísticas empregadas pelo falante, como por exemplo, a variedade urbana, que se manifesta em diferentes variantes socioculturais. As variedades linguísticas se explicam nas diferentes formas de falar, seja no léxico empregado, na morfossintaxe e/ou na fonologia. Este trabalho concentra-se na variedade lexical.

4. A geografia linguística

Segundo Mattoso Câmara Jr. (1964, p. 194)

Jules Gilliéron criou o método de pesquisa conhecido pelo nome de geografia linguística, levando mapas de distribuição de cada forma vocabular num território dado, mediante um inquérito linguístico em que o pesquisador interroga um ou mais informante em cada localidade, e o cotejo das diferenças da forma colhida entre cada uma localidade e as demais veio evidenciar entre os falantes locais séries de empréstimos a respeito de casos em que se acreditava, ingenuamente, na persistência de um mesmo vocabulário durante um curso de séculos.

Conforme com Coseriu *apud* Brandão (1991), geografia linguística designa

o método dialetológico e comparativo [...] que pressupõe o registro em mapas especiais de um número relativamente elevado de formas linguística (fônicas, lexicais ou gramaticais) território, ou que, pelo menos, tem em conta a distribuição das formas no espaço geográfico correspondente à língua, às línguas, aos dialetos ou aos falares estudados.

De acordo com Brandão (1991), apesar de nenhum método abarcar a totalidade da variabilidade de uma língua, os princípios da geografia linguística combinados aos da sociolinguística podem ensejar um melhor conhecimento do mecanismo com que opera uma língua e dos fatores que determinam sua evolução.

A geografia linguística pressupõe mencionar os conceitos de língua, dialeto e falar. Para Alvar, *apud* Brandão (1991),

língua é um sistema linguístico de que se utiliza uma comunidade falante e que se caracteriza por ser grandemente diferenciado, por possuir alto grau de nívelação, por ser veículo de importante tradução literária e, por ter-se imposto a sistemas linguísticos de sua própria origem.

Dialeto pressupõe “sistemas divergente de uma língua comum, viva ou desaparecida, normalmente com uma concreta limitação, mas sem forte diferenciação frente a outros de origem comum”. Em se tratando do falar, há uma distinção entre falares regionais e locais. Os regionais apresentam particularidades expressivas próprias de uma determinada região e precisam da coerência interna que possui o dialeto, e os locais apresentam estruturas linguísticas de traços pouco diferenciados, mas com matizes características dentro da estrutural regional a que pertence e cujos usos estão limitados a pequenas circunscrições geográficas, normalmente de caráter administrativo.

Conforme Brandão (1991), o estudo da modalidade oral do Português do Brasil, além da dialetologia e sociolinguística, ampara-se em pressupostos históricos. Serafim da Silva Neto, Celso Cunha, Sérgio Buarque e José Honório Rodrigues, ressaltam que a história deve subsidiar as pesquisas linguísticas, normalmente aquelas que tenham por escopo a língua oral. Embora o nosso pluralismo cultural seja evidenciado por escritores regionalistas através de obras que retratam peculiaridades etnográficas e linguísticas, é necessária a elaboração de um Atlas linguístico que retrate a realidade da língua falada no Brasil.

5. O atlas linguístico

De acordo com Brandão (1991), um atlas linguístico é o conjunto de mapas em que se registram os traços fonéticos e/ou morfossintáticos característicos de uma língua num determinado âmbito geográfico. Para se chegar a uma descrição fiel da realidade linguística do país, região ou localidade, é essencial não somente recolher e analisar os dados, segundo rigorosa metodologia específica, mas também proceder a um estudo preliminar que possibilite conhecer as especificidades da região e dos segmentos sociais onde se desenvolverá a pesquisa. É necessário incluir variáveis como: idade, sexo, nível de instrução, fator socioeconômico, com o objetivo de obter máxima revelação das peculiaridades do sistema dialetal e conhecimento adequado dos conhecimentos socioculturais que presidem a distribuição geográfica dos fenômenos linguísticos.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

As etapas que compõem um atlas linguístico são apresentadas por Brandão (1991), cuja primeira etapa refere-se ao levantamento preliminar de dados. Várias são as exigências necessárias para a elaboração de um atlas linguístico, entre eles, um estudo de inquérito e dos interlocutores, a elaboração do questionário para a recolha dos dados e a leitura de obras que caracterizem a área de pesquisa. A segunda etapa refere-se à fixação dos pontos de inquérito. É preciso que se atente para alguns aspectos relevantes ao ponto de inquérito, como a seleção dos lugares em que se realiza a recolha dos dados é baseada na relação entre os fatores extensão territorial e a população da área estudada. Também são importantes na determinação do ponto de inquérito, aspectos históricos e geoeconômicos. Os números de pontos de inquérito podem ser alterados durante a análise dos resultados dos dados.

Em seguida, tem-se a etapa que trata da seleção dos informantes, que devem ser considerados por ponto de inquérito, segundo os critérios que norteiam sua escolha, como por exemplo, ser nativo da localidade (pais e cônjuge); não apresentar problemas de dentição e fonação; ser inteligente e loquaz. A faixa etária, o sexo, o nível de escolaridade e a situação socioeconômica são fatores determinantes para a compreensão dos fatores que determinam a mudança ou conservação linguística, por tratar-se de um estudo sociolinguístico. A etapa seguinte refere-se à recolha de dados.

A aplicação do questionário com variáveis linguísticas, devidamente selecionadas, permitirá que se caracterizem as áreas dialetais. A formulação das perguntas depende dos objetivos do projeto, de modo claro e que vise ao estudo de aspectos fonéticos, lexicais e/ou morfossintáticos. É necessário que se faça um levantamento preliminar de dados para um devido conhecimento da região e para uma prévia seleção de fenômenos cuja extensão não tenha sido delimitada. Devido à carência de conhecimento da língua falada, aqui no Brasil, torna-se imprescindível a elaboração de um pré-questionário um tanto quanto exaustivo e geral que após a sua aplicação, indique as questões que devem ser objeto de uma atenção considerada por parte do pesquisador, e o leve à elaboração do questionário que lhe permitirá confeccionar as cartas linguísticas e/ou etnográficas torna-se necessário.

Para Gilliéron *apud* Brandão (1991), o questionário ideal seria aquele que se faria ao término da pesquisa, pois só ela dá a dimensão dos fatos relevantes e o grau da variação existente. Em se tratando da organização do questionário este deve contemplar as peculiaridades de cada re-

gião. Para tanto, destacam-se vários critérios gerais, com elaboração de dois questionários para o Atlas de territórios com considerável variedade idiomática sem um, de caráter geral, para todos as localidades; e outro, especial contemplando aspectos que só se dão em algumas regiões como: cultivos, indústrias, pescas e outros. O questionário deve ser organizado por campos semânticos (corpo humano, alimentação, vestuário, etc.) ordenando suas questões em ordem lógica, com vistas a desenvolver uma conversa coerente com o informante e atentando para que as questões correspondam a um conceito preciso, delimitado e único. Para obtenção de material lexical, em dialetologia, Trudgill, *apud* Brandão (1991), propõe gravações de elocuições livres e aplicação de questionário. Quanto ao inquérito, no trabalho de campo, o pesquisador depara-se com uma série de expectativas: grau de receptividade das comunidades que se pretende estudar; postura a ser assumida durante a entrevista a fim de que se estabeleça maior identidade possível entre pesquisador e informante; modo de formulação de perguntas, para que não induza o informante à resposta ou respostas que fujam às estruturas linguísticas que lhe são peculiares e que abarquem detalhadamente os fatos que se quer focalizar.

É muito importante realizar o inquérito experimental, pois através de sua realização poderá se mudar os critérios para a seleção de informantes, inclusão ou exclusão de perguntas e a ampliação do número de pontos de inquérito. Assim, o pesquisador poderá ter uma dimensão real das dificuldades materiais que enfrentará no decorrer do trabalho. O documento bem fundamentado linguisticamente deve discutir com os outros membros da equipe sobre a melhor forma de conseguir as respostas que deseja, assim como deter o máximo conhecimento sobre as características culturais e linguísticas da região e dominar o sistema de notação fonética a ser utilizado na fase de transcrição de dados. Várias providências se têm que tomar para o fator ponto de inquérito, tais como, estabelecer contato com os membros da comunidade e familiarizar-se com ela; selecionar os informantes de acordo com os critérios preestabelecidos; aplicar o questionário e/ou registrar elocuições livres, tendo em mãos um gravador de boa qualidade.

A distribuição dos trabalhos pode se dar através da divisão das localidades entre os membros da equipe e dos temas do questionário, ou os documentadores podem atuar em conjunto, o que proporciona uma discussão coletiva. Quanto ao arquivamento e transcrição dos dados, a gravação em fitas magnetofônicas possibilita a investigação exaustiva dos dados. Opta-se pela transcrição grafemática. As respostas que ilustrarão

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

as cartas fonéticas deverão ser transcritas foneticamente em fichas ou cadernos especiais por localidades. O arquivamento do material, além de facilitar o trabalho do pesquisador, poderá ser utilizado por estudiosos de outras áreas. No que se refere ao preparo das cartas, de acordo com os objetivos do pesquisador, as cartas, todas numeradas, podem registrar as variantes de um fonema ou as variantes fonéticas de um significante de um vocábulo; as palavras que correspondem ao mesmo conceito, independentemente de sua variação fônica; as variações de um determinado traço morfológico; e as variações de uma mesma estrutura sintática.

As formas de apresentação das cartas podem ser pontuais, sintéticas ou mistas. Sendo que a primeira apresenta uma transcrição das formas por ponto; a segunda apresenta a análise que reúne as formas semelhantes documentadas; e a última assinada, com um símbolo próprio, cada variante sem, no entanto, apresentar detalhe de cada segmento fônico obtido. As informações complementares para adequada e produtiva interpretação das cartas são: a apresentação do sistema de transcrição fonética empregado; as normas de apresentação das cartas e das respostas; nomes dos informantes, seguidos de dados pessoais (idade, profissão, naturalidade, grau de instrução etc.); o elenco de localidades em que se realizaram os inquéritos (caracterizados fisiográfica, histórica, geográfica e economicamente); os nomes e a área de atuação dos documentadores; e a metodologia empregada (recolha de dados, seleção de informantes e pontos de inquérito).

Dentre os atlas linguísticos que se dispõe, encontra-se o *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, publicado em 1963 e organizada do por Nelson Rossi. Este foi o primeiro documento feito com técnicas mais rigorosas e é o resultado de uma aprendizagem baseada na experimentação. Registra 2808 formas em quatro áreas semânticas (homem, biológico, terra, vegetais), em cinquenta pontos de inquérito, distribuído em 154 cartas ilustradas e resumitivas. Dois informantes por localidade, sem obrigatoriedade de apresentarem sexos diferentes. Questionário de 164 perguntas. Permitiu, apesar do pequeno número de pontos, traçar algumas áreas linguísticas no estado da Bahia e evidenciar traços fonéticos, léxicos e semânticos. A partir deste atlas se criou um grupo bastante motivado para o estudo de questões que dizem respeito à diversidade linguísticas no Brasil. O *Atlas Linguístico de Sergipe*, iniciado no Nelson Rossi em 1963, e publicado em 1987. Esse foi o atlas melhor elaborado dos quatro que se encontram disponíveis no momento. É uma continuação do APFB, com 15 pontos de inquérito, do sul ao norte do Estado.

Aos informantes foram aplicadas 700 perguntas que geraram 182 cartas. As cartas vêm elaboradas de comentário sobre o modo de formulação das perguntas que motivou a forma recolhida; o contexto frásico em que apareceu; e as acepções em que ocorreram. A maioria dos informantes pertencia à faixa etária de 35 a 50 anos. Houve também mapeamento das atividades econômicas predominantes nas localidades, facilitando a compreensão dos condicionamentos culturais das lexias apresentadas.

O *Atlas Linguístico de Minas Gerais* teve a recolha de dados iniciada em 1970 e o primeiro volume publicado em 1977. O questionário apresentava como campo semântico: tempo, folguedos infantis, o homem, água e terra. Seus elaboradores foram José Ribeiro e Roberto Zágari da Universidade Federal de Juiz de Fora. Apresenta pesquisa sociolinguística ao verificar a influência exercida pelos negros a fala de certos locais. O *Atlas Linguístico da Paraíba*, que gerou três volumes, dos quais foram publicados dois, faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo, que tem por objetivo realizar um levantamento paradigmático do léxico paraibano, analisando, ainda, os falares de pessoas de nível cultural mais alto. Coordenado por Maria do Socorro S. de Aragão e Cleusa Palmeira R. de Menezes, o projeto foi elaborado em 1976. Foram entrevistados de três a dez informantes cada uma das 25 sedes de municípios, utilizando-se um questionário de duas partes: a geral (2889 questões em sete campos semânticos); e a específica (588 questões, léxico relativo aos 5 principais produtos agrícolas). Além dos atlas linguísticos já publicados, outros se encontram em processo de elaboração. Este trabalho pretende ser uma contribuição ao Atlas Geo-sociolinguístico do Pará, em andamento, cujo projeto tem por objetivo geral: elaborar o Atlas geossociolinguístico do Pará; e como objetivos específicos: elaborar o Atlas geossociolinguístico do sudeste paraense; e identificar, analisar e mapear a variação linguística. A pesquisa envolverá três componentes: variação fonética, variação morfossintática e variação lexical, sem excluir as consequências do contato linguístico entre variações regionais ao nível micro e macrosociolinguístico.

A elaboração do atlas referido compreende três etapas: a primeira etapa foi implantada em Belém com o fim de se criar uma amostra estratificada de quarenta e dois informantes representando a cidade de Belém. Na segunda etapa, escolheram-se os pontos linguísticos que serão pesquisados. Nesta etapa foram selecionados cinquenta e sete pontos de inquérito. Na terceira etapa serão pesquisados vinte e sete pontos linguísticos, compreendendo uma pesquisa urbana e outra rural. Para tanto, dois

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

questionários serão seguindo a tradição dialetológica, um geral para todos as localidades e um outro específico para aspectos ligados à região investigada.

6. *Dados sócio-histórico-geográficos*

6.1. O estado do Pará

O estado do Pará tem uma extensão territorial de 1.253.164,5 km², sendo o segundo maior Estado da União – ficando atrás apenas do estado do Amazonas. A população paraense – de acordo com os dados último censo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1991 – é de 5.332.187 habitantes, dos quais 2.353.672 (47,54%) pertencem à zona rural e 2.596.388 (52,46%) à zona urbana. A população rural conta com 1.237.787 homens (52,59%) e 1.115.885 mulheres (47,41%), enquanto que nas cidades a população masculina é de 1.264.635 (48,71%) e a feminina de 1.331.753 (51,29%).

A população paraense é composta de 2.798.149 pessoas alfabetizadas e por 1.439.121 que não sofreram processo de alfabetização. A densidade demográfica é de 5,07 habitantes/km² e as maiores concentrações populacionais se encontram na região metropolitana de Belém e nas microrregiões de Santarém, Cametá e Guamá, respectivamente.

6.2. Tucuruí

As informações constantes, neste trabalho, sobre o município de Tucuruí, conferem com o período pesquisado. Para tanto, dados como número de habitantes, por exemplo, estão desatualizados para o momento.

A cidade de Tucuruí está localizada no sudeste do Pará, a microrregião de Tucuruí, zona do Alto Tocantins, banhada de norte a sul pelo Rio Tocantins. Sua extensão territorial é de 2.095 Km² (15 Km² urbano e 2.080 Km² 12 rural) e seu clima é tropical úmido de monção, tipo AM. A média anual da temperatura varia de 26° a 27° C, com máxima 32° a 33° C, e mínima de 22° a 23° C. Sua população é de 73.740 habitantes (IBGE-2000). Há na zona urbana de Tucuruí 60.867 habitantes correspondentes ao percentual de 82,54%, e zona rural 12.873 habitantes correspondentes ao percentual de 17,46%. A população masculina é de 59,39%

e a feminina corresponde a 49,61% e a densidade demográfica é de 28,5 habitantes por km².

A economia do município em épocas passadas era baseada unicamente na castanha-do-pará, pesca e madeira de boa qualidade. Hoje, volta para a exportação de madeiras, indústrias de leite, agricultura, pesca, pecuária, extração de argila, madeira, areia, couro, etc. A extração de madeira de lei é exportada para diversos pontos do mundo, como África, Alemanha e outros. Seus resíduos são aproveitados para a produção de carvão vegetal na ordem de três mil toneladas/ano comercializados com a CCM (Camargo Correa e Metais).

Com a formação do lago artificial da UHT (Usina Hidrelétrica de Tucuruí) a atividade pesqueira obteve 100% de crescimento. São retiradas do lago 80 a 100 toneladas de peixe por mês, principalmente, tucunaré, pescada, mapará e jacundá. Cabe destacar que a produção de pescado não é totalmente consumida no município. Uma parcela significativa desta produção é voltada para a exportação para outros estados e municípios. A agricultura do município é feita geralmente de maneira primitiva. Os principais produtos agrícolas são: o abacaxi, o arroz, o feijão, a mandioca, a melancia e o milho (produtos de culturas temporárias); o abacate, a banana, o cacau, o café, o coco, a laranja, o maracujá (principais produtos de culturas permanentes).

Em consequência da UHT (Usina Hidrelétrica de Tucuruí), o setor industrial cresceu aceleradamente no município, destacando-se as indústrias de transformação – energia gerada que beneficia parte da região Norte e algumas cidades do Nordeste e Centro-Oeste. Em se tratando da região Norte a maior parte desta energia é destinada para grandes projetos minério-metalúrgicos, tais como Alunorte, Albrás e o grande Projeto Carajás. Além da UHT, a Camargo Correa Metais – CCM, instalada no vizinho município de Breu Branco, gera cerca de 400 empregos diretos que beneficiam diretamente o município de Tucuruí, graças a facilidade de acesso entre as cidades. Tucuruí também apresenta indústria manufatureira ou artesanal, assim como um comércio bem diversificado e distribuído.

A cidade possui 07 agências bancárias (duas do Banco do Brasil, sendo que uma é na *Vila Permanente e o outro na cidade), 68 estabelecimentos de ensino (40 escolas na zona urbana e 28 na zona rural), 02 estabelecimentos na área federal de ensino (um *campus* avançado da UFPA e uma filial da Escola Técnica Federal do Pará), 02 agências dos Correios

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

(01 na cidade e outro no centro comercial da Vila Permanente), serviços médico-hospitalares (rede básica municipal): 02 prontos-socorros, 03 postos de saúde, 04 centros de saúde, 01 clínica odontológica, 16 consultórios médicos particulares, 05 consultórios odontológicos particulares e 05 laboratórios de análises clínicas.

O acesso à cidade se dá por vias rodoviária, fluvial e aérea. Geograficamente, ela se limita ao norte com Baião, ao sul com Novo Repartimento, ao leste com Breu Branco e ao oeste com Pacajá. Sua distância para a capital do estado (Belém) é de 280 km em linha reta, 400 km por via fluvial, 385 km por via terrestre e 185 km por via aérea. Se considerarmos o território de Tucuruí na data de emancipação, antes da barragem da hidroelétrica, a origem nativa do município, pode estar ligada a três povos ou nações indígenas, embora duas atualmente, devido a formação do lago, tiveram que ser removidas para outras áreas demarcada sem outros municípios.

Os primeiros fatos históricos que se têm registros do município de Tucuruí, datam de 1791, quando a Vila de Pederneiras foi fundada pelo governador José Nápoles Telles de Menezes. No entanto a cidade de Tucuruí verdadeiramente, foi fundada por volta do mês de fevereiro de 1782, quando o então governador mandou construir um forte de Fachina, denominado Nossa Senhora de Nazaré, criando assim o registro de Alcobaça, obstante a esse fato já existia no local um Mocambo comandado por uma mulher Felipa Maria Aranha que governava cerca de 300 negros que haviam fugidos em sua maioria de engenhos ou cacaiais da região de Cametá.

Os negros que haviam fugido da escravidão, viviam em uma verdadeira república, inclusive, com uma jurisdição policial por eles criada, praticando uma agricultura de subsistência e, é a partir daquele mocambo que se inicia a história do atual município de Tucuruí. Em 31 de dezembro de 1870, pela lei nº 661, o governador provisório do Pará criou a freguesia de São Paulo, no lugar Pederneiras. Cinco anos depois, a 19 de abril de 1875, pela lei nº 839 foi elevada a categoria de freguesia São Pedro Pederneiras. A denominação São Pedro de Alcobaça perdurou até 1943 quando o decreto lei nº 4505 de 30 de dezembro surge a nova denominação de Tucuruí, nome de origem tupi-guarani cujo significado é Rio dos Gafanhotos ou Rio das Formigas.

Em meados dos anos 40, foi nomeado para interventor do Pará o general Luiz Geolás de Moura Carvalho, através da lei n.º 62, art. 36 de

31 de dezembro de 1947, surge a emancipação de Tucuruí desmembrando-se do município de Baião. Com o passar dos anos e acontecimentos que marcaram a história do município, entre estes, a estrada de ferro e a hidrelétrica, a cultura local recebeu considerável influência da cultura de outros estados, como a linguagem popular, que nas últimas décadas se modificou, fugindo das tendências regionais caboclas, para se aproximar das características habituais dos outros estados brasileiros dos quais tais populações migraram.

7. Metodologia

7.1. Descrição

O questionário semântico-lexical foi aplicado em três localidades (outroza, zonas rurais de Tucuruí): Breu Branco, Muru (este, hoje pertencente ao município de Breu Branco, emancipado há 7 anos) e Novo Repartimento, ambos na região sudeste do estado. O acesso a esses municípios se dá por via terrestre, gastando-se uma hora para o município de Breu Branco, duas horas para a vila de Muru e duas horas e meia para o município de Novo Repartimento. Os informantes foram selecionados com base no critério geossociolinguístico, indicado no projeto: quatro informantes, sendo informantes do sexo masculino e dois do sexo feminino, cujas faixas etárias indicadas são de 18 a 30 anos e de 40 a 70 anos, e a escolaridade deveria ser até a 4ª série, também o informante teria que ser nativo (sem ter morado em outro lugar) e filho também de nativo.

Foi um pouco difícil selecionar os informantes que se adequassem ao perfil solicitado pelo projeto, em virtude do grande fluxo de pessoas de outras regiões do Brasil à procura de emprego e até mesmo para trabalhar na Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Em função disso, na localidade de Novo Repartimento encontrou-se uma jovem com 18 anos, que atendeu parcialmente ao perfil sugerido pelo projeto, pelo fato de que seu pai nasceu no Maranhão, embora viesse ainda jovem para Tucuruí. Quanto ao outro jovem da faixa etária de 18 a 30 anos, foi mais fácil porque Muru fica mais ao norte de Tucuruí (perto de Baião) e para essas bandas não há consideráveis mudanças de pessoas.

Houve esforço na aplicação do questionário para possibilitar a espontaneidade dos informantes, assumindo-se uma postura familiar e demonstração de interesse pela realidade do lugar. O pesquisador foi adquirindo maior familiaridade com o inquirido, à medida que avançava a

aplicação do questionário, o que lhe foi possibilitando esclarecer melhor as questões e minimizando a ideia de uma entrevista. O questionário possui 256 questões e é dividido em quinze campos semânticos: natureza e acidentes geográficos, fenômenos atmosféricos; astros e tempo; flora; atividades agropastoris (agricultura, instrumentos agrícolas); fauna; corpo humano; cultura e convívio; ciclo da vida; religião e crenças; festas e divertimentos; habitação; alimentação e cozinha; vestuário e vida urbana.

7.2. Adequação do questionário

Ao começar a aplicação do questionário foi sugerido aos informantes, como meio de enriquecer o *corpus*, que estes narrassem algumas vivências pessoais ou algo que lhes havia sido significativo. O primeiro campo semântico – Natureza e Acidentes Geográficos – é constituído de 18 questões, versando sobre aspectos gerais referentes à natureza: tipos de terrenos e de rio. Das três primeiras perguntas (que faziam parte de uma mesma questão (n.º 01), houve uma certa complexidade na compreensão da pergunta “Que tipo de terreno você conhece?” Constatou-se dificuldade por parte dos informantes em respondê-la. Em relação ao segundo campo semântico – Fenômeno Atmosférico – constituídos de dezessete questões, percebemos que as de n.º 23 a 30 apresentaram variedades de léxico, correspondendo aos novos dados às diversas manifestações do fenômeno da chuva e do vento.

A maior dificuldade ocorreu na questão 35 (“como dizem aqui quando termina a chuva e o sol começa a aparecer?”). As respostas foram diferentes e um informante não conseguiu responder. No terceiro campo semântico – Astro e Tempo – constituído de vinte e duas questões, percebemos dificuldades na aplicação das questões 41 e 49, pelo fato de que os informantes não estabelecerem diferenças entre as respostas haja vista a semelhança entre elas. Sobre o quarto campo semântico – Flora: árvores e frutos, apresentando quatorze questões, constatou-se que a questão de número 67 não repercutiu a realidade dos pontos pesquisados. Insistiu-se na pergunta, mas não se obteve a resposta inerente à questão. As respostas obtidas foram referentes a outras plantas típicas de farmacologia conhecida na região como “erva-doce” e “alfazema”.

No que tange ao quinto campo semântico – atividades agropastoris (agricultura, instrumentos agrícolas), com vinte e oito questões, as perguntas “...a parte da planta onde estão os grãos de trigo, arroz ou milho” e “quando a gente tira todos os grãos do milho, o que sobra?” um in-

formante disse ser a mesma resposta para as duas perguntas. E na questão de nº 90, teve grande dificuldade para se obter a resposta desejada, principalmente pelos informantes de Breu Branco e Muru. Referindo ao sexto campo semântico – Fauna, contendo quarenta e três questões, constatou-se que a questão 123 apresenta uma variedade lexical diferente do que contempla o dicionário. Campo semântico – Cultura e Convívio e o novo campo – Ciclos da Vida não se encontraram dificuldades na aplicação das questões. No sétimo campo semântico – Corpo Humano: parte do corpo, funções, doenças, etc. Por falta de atenção não foi feita a pergunta 144 para os informantes 1 (Zenilde), 2 (Francisco) e 3 (Sebastiana). Também não foi feita a pergunta 164 para o informante 3 e a 156 para o informante 4 (Marcos). Quanto ao décimo campo – Religião e Crenças, com 8 questões, constatou-se que todos os informantes encontraram dificuldades em encontrar as respostas para a questão de nº 202 (“...o objeto que algumas pessoas usam para dar sorte ou afastar males”), tanto que nenhum respondeu.

Sobre o décimo primeiro campo semântico – Festas e Divertimentos, com 18 questões, em relação à questão 217, referente à descrição de brincadeiras, constatou-se que os informantes confundiram-na com outra brincadeira parecida com a do “chicote queimado” conhecida como “anelzinho”, “brinca de anel” ou foge do conhecimento de mundo da região. No décimo segundo campo semântico – Habitação, no décimo terceiro – “Alimentação e Cozinha” e décimo quarto campo semântico – Vestuário, não se encontraram dificuldades na aplicação das questões.

Durante a aplicação do questionário, um dos informantes (nº. 3) foi interrompido várias vezes porque não havia quem cuidasse de seu bebê. Isso chegou a deixá-lo um pouco incomodado em preferir algumas respostas. Embora esse imprevisto, o informante não perdeu o bom humor. Os demais informantes também se mantiveram satisfeitos e bem-humorados durante toda a recepção do questionário. Apesar de ter-se verificado a necessidade de algumas mudanças, o questionário, de um modo geral, alcançou boa receptividade por parte dos informantes. No entanto, a aplicação, por parte do pesquisador, apontou certas limitações devidas, muito provavelmente, à extensão do questionário, ao fato de determinadas questões não apresentarem temáticas referentes à realidade local e à linguagem sugerida na formulação das questões que, em alguns casos, desvia o raciocínio do informante da obtenção da resposta.

7.3. Análise final

Com base nos dados analisados, constatou-se predominância na variação linguística no município. Os informantes mencionaram um total de 693 palavras, o que denota a riqueza semântico-lexical da região. Do quantitativo total referido no *corpus* 88 palavras se mantiveram unânimes entre os informantes: ilha, raio, nuvem, arco-íris, lua, sol, estrela, janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, novembro, dezembro, ontem, “ontonte”, amanhã, raiz, caroço, espinho, enxada, machado, poço, balde, coador, “bage” (vagem), cangalha, aranha, teia, carapato, ovo, dois ovos, clara, gema, tucunaré, guelra, isca, piolho, lêndea, pulga, vaga-lume, urubu, beija-flor, rabo, chifre, mocho, sanguessuga, gogó, calcanhar, cócegas, “zanolho”, terçol, soluço, corcunda, canhoto, sovaco, vomitando, quebranto, parteira, gêmeas, mãe-de-leite, irmão-de-leite, caçula, menino, menina, visagem, medalha, peteca, baladeira, papagaio (brinquedo), ladrão, chave, grade, isqueiro, lanterna, bagana, bota, camisa, chapéu, vestido, meia, paletó, saia, calcinha.

8. Considerações finais

Por tratar-se da aplicação de um questionário piloto de base semântico-lexical do Estado do Pará, um dos objetivos deste trabalho foi o de testar a adequação do referido questionário à realidade dos falantes paraenses. Neste sentido, sua aplicação revelou algumas inadequações que acarretam sugestões de alterações. Na primeira questão sobre tipos de terrenos, referente ao primeiro campo semântico e acidentes geográficos, houve hesitação pela maioria dos informantes em responder à questão “Que nome se dá aqui para o terreno ou a terra que fica próxima ao rio?”. Sugere-se a possibilidade de em desdobramento da questão em três: “tipo de terreno, tipo de terra que fica próxima ao rio, o que se pode plantar em cada um dos tipos de terreno”.

A questão 67, referente ao quarto campo semântico “flora”, é desconhecida dos quatro informantes, uma vez que trata de um tipo de planta que não há na região. Sugere-se que esta questão seja suprimida ou substituída por outras plantas medicinais mais utilizadas na região, por exemplo substituir camomila por erva-doce/alfazema. Do décimo primeiro campo semântico, referente a festas e divertimentos, este necessitaria ser melhor trabalhado considerando a realidade local, acrescentando questões referentes a brincadeiras em conformidade com a cultura re-

gional, tais como queima, amarelinha etc., ao invés de chicote queimado, ovo podre, como na questão 217, por exemplo.

Quanto ao décimo terceiro campo semântico, sugere-se que deveria haver questões que incluíssem alimentação no sentido de pesquisar as variações e mesmo especialidades da culinária local, dada a grande originalidade e diversificação deste campo semântico. Outro campo, o quatro sobre a flora, também poderia ser explorado por envolver os frutos regionais, ou mesmo frutos que são encontrados em outras regiões, mas que recebem outras denominações na região. Na aplicação do questionário piloto, do modo como foi elaborado, observou-se em determinados momentos dificuldades em tornar a questão clara ao informante para a obtenção da resposta desejada, alongando-se no questionamento e explicação para que houvesse entendimento, por vezes este alongamento dispersava ainda mais o informante, tornando o questionário um tanto cansativo.

A fim de facilitar a aplicação do questionário, sugeriu-se em anexo ao trabalho, um conjunto de figuras ilustrativas referentes às questões que tratavam de objetos concretos, tais como, ponte, bolsa, entre outros. Segundo Gilliéron, o questionário ideal seria aquele que se faria ao término da pesquisa. Nesse sentido, o que foi apresentado anteriormente pretende ser uma contribuição à reelaboração do questionário tendo em vista à realidade local e regional, constatada a partir da aplicação do questionário piloto em um ponto de inquérito no Estado do Pará: Tucuruí, conforme figura 1, anexa a este trabalho. Na análise dos dados coletados através do questionário aplicado, pôde-se identificar possíveis variações lexicais na localidade pesquisada, conforme as tabelas por campo semântico apresentadas no corpo deste trabalho. Os dados apresentados nas tabelas, bem como o conjunto de fitas de áudio anexas ao trabalho, estão disponíveis e possibilitam inúmeras investigações no campo da Sociolinguística.

Ao término do trabalho foi possível identificar que há variações linguísticas, assim como há léxicos que se mantêm unânimes em sua utilização, ou seja, não apresentam variação, conforme respostas obtidas através da aplicação do questionário em quatro informantes. Os informantes mencionaram palavras, das quais apenas 88 foram citadas pelos quatro. O que denota a riqueza semântico-lexical da região. A variação linguística é preponderante em relação a não variação.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, Silva Figueiredo. *A geografia linguística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.
- CAMARA JR., J. Mattoso. *Princípios de linguística geral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1964.
- ELIA, Silvio. *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Padrão/Eduff, 1987.
- FONSECA, C., *Sinopse da história dos municípios do Pará*. [Livro antigo da Biblioteca Estadual. [Sem dados editoriais].
- IBGE, 1991, Censo Demográfico. Produção agrícola municipal. Produção Pecuária. *A Província do Pará*, 27 e 28/03/1994.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- ORLANDI, Eni. *O que é linguística*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- REVISTA *Nosso Pará*, 1996, n. 2.
- TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1986.

**AS PEDRAS DO CAMINHO:
UM ESTUDO DA LEXIA INDÍGENA ITÁ
EM DESIGNATIVOS DE MUNICÍPIOS DA BAHIA**

Clese Mary Prudente (UNEB)

cleseprudente@gmail.com

Celina Márcia de Souza Abbade (UNEB)

celinabbade@gmail.com

RESUMO

Este trabalho consiste na análise semântico-etimológica dos topônimos de acidentes humanos do território baiano, classificados como litotopônimos, formados pelo morfema lexical tupi-guarani *itá*, “pedra”. Vinculado à geografia física, essa lexia, apresentada em posição sintagmática inicial, e acompanhada de elementos determinantes ocupando a posição final para a formação de designativos de lugares, é frequente na toponímia brasileira. Ao resgatar o conteúdo semântico desses designativos, busca-se relacionar a origem do nome à história e à geografia locais. Para esse fim, utilizou-se como aporte teórico: *O tupi na geografia nacional*, de Theodoro Sampaio, 2ª edição, publicada em 1914; a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* (EMB), publicada pelo Serviço Gráfico do IBGE em 1958; os volumes 1, 2 e 3 da *Contribuição Indígena ao Brasil*, de Irmão José Gregório, publicados em 1980; e o *Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi*, de Luiz Caldas Tibiriçá, edição de 1985. O resultado do estudo é apresentado seguindo a segmentação do território baiano em mesorregiões e pretende valorizar a memória linguística indígena como uma das raízes culturais da história do povo brasileiro.

Palavras-chave: Toponímia. Etimologia. Litotopônimos. *Itá*. Municípios baianos.

1. Considerações iniciais

“No meio do caminho tinha uma pedra. Tinha uma pedra no meio do caminho” (ANDRADE, 2012, p. 237). Nos caminhos da Bahia, são vinte e cinco municípios cujas denominações de etimologia tupi-guarani apresentam, em sua estrutura morfológica, o morfema lexical *itá*, “pedra”, em posição inicial, e que se constituem testemunhos da presença indígena no estado: Itabela, Itaberaba, Itabuna, Itacaré, Itaeté, Itagi, Itagibá, Itagimirim, Itaguaçu da Bahia, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itamaraju, Itamari, Itambé, Itanagra, Itanhém, Itaparica, Itapé, Itapebi, Itapetinga, Itapicuru, Itapitanga, Itaquara, Itarantim, Itatim.

Analisar o processo de nomeação do espaço e recuperar o sentido de cada uma dessas “pedras” é o objetivo deste artigo, que se apoia nos fundamentos da onomástica – ramo da lexicografia que estuda os nomes

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

próprios de pessoas (antropônimos) e de lugares (topônimos), mais especificamente a toponímia, ciência que estuda a etimologia, a formação linguística e os aspectos históricos e culturais que influenciaram a criação do nome de uma localidade a partir da intencionalidade que impulsiona o seu denominador. Busca-se, portanto, desvendar o sentido desses

vocábulos doces e sonoros, longos muitas vezes, excelentes em geral como designação de lugares, mas que muito perdem do seu valor, por se não saber o que exprimem, o que recordam, o que nos revelam do sentir e do gênio do povo primitivo que nol-os legou. (SAMPAIO, 1914, p. 30)

A pesquisa desenvolvida teve por base, principalmente, as seguintes obras: *O Tupi na Geografia Nacional*, de Theodoro Sampaio, 2ª edição, publicada em 1914; a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, doravante EMB, publicada pelo Serviço Gráfico do IBGE em 1958; os volumes 1, 2 e 3 da *Contribuição Indígena ao Brasil*, de Irmão José Gregório, publicados em 1980; e o *Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi*, de Luiz Caldas Tibiriçá, edição de 1985. Considerando que, para os topônimos Itabela e Itanagra, os dados pesquisados não foram encontrados no aporte teórico utilizado, a pesquisa foi estendida às páginas eletrônicas do IBGE ou das prefeituras desses municípios.

2. A colonização europeia: uma história de extermínio e mestiçagem

A região que hoje constitui o Estado da Bahia, local de chegada dos primeiros portugueses ao Brasil no ano de 1500, era habitada até então por populações de nativos, especialmente os tupinambás, mais belicosos, ao norte, e os tupiniquins, mais amistosos, ao sul, pertencentes à grande família tupi, tronco tupi-guarani (BUENO, 2003). A colonização portuguesa praticamente aniquilou esses primeiros habitantes, não somente através de guerras, massacres, escravidão e doenças, mas também do ponto de vista cultural, pela ação da catequese e da intensa e forçada miscigenação com outras etnias, em uma demonstração de desrespeito pela cultura dos habitantes da terra, o que pode ser percebido em obras de estudo destinadas ao ensino médio, como Ojeda e Petta:

No dia 21 de abril foram notados os primeiros indícios de terra, avistada no dia seguinte, 22 de abril de 1500. Os portugueses haviam chegado a *Pindorama*⁷⁴, como os índios denominavam a sua terra. Como não vieram para sa-

⁷⁴ *Pindó-rama*, a região ou o país das palmeiras (SAMPAIO, 1914).

ber o que os índios pensavam ou queriam, rebatizaram a terra de *Vera Cruz*. (OJEDA & PETTA, 2003, p. 67-68)

O mesmo ato de desconsideração à cultura dos donos da terra aconteceu com *kirimurê*, "grande mar", nome de batismo dado pelos tupinambás à Baía de Todos os Santos. Em entrevista ao jornal online G1, o historiador Ricardo Carvalho (MAIOR..., 2014) ainda agradece ao fato dos portugueses terem chegado às novas terras no dia 1º de novembro: "Tivemos sorte. Se os portugueses atrasassem um dia, ela se chamaria Baía de Finados", brinca o professor.

Seja por desrespeito à cultura dos habitantes primitivos, por desconhecimento das denominações preexistentes ou por determinação da metrópole, a ação dos colonizadores europeus ao renomearem as terras recém-descobertas, se configura, segundo Dick (1992), em um processo de superposição toponímica, ou seja, a mudança no nome do lugar em virtude de uma invasão de outros povos, uma forma simbólica de demarcar o domínio sobre um território. Seguindo os padrões determinados pela coroa portuguesa e pela ideologia religiosa que impregnava a mentalidade do homem europeu na época, a substituição dos topônimos indígenas por outros de origem portuguesa obedecia, como afirma Nascentes (1960, p. 103), a uma imposição oficial, "para fazer desaparecer o topônimo aborígene" e "dissimular a origem indígena dos povoados", ou para "impedir que o idioma dos indígenas continuasse a suplantar o dos colonizadores".

Para entender como a cultura indígena conseguiu sobreviver a essa tentativa de aniquilamento do colonizador europeu, é importante ressaltar que, no processo inicial de colonização, a cultura, a língua e os conhecimentos indígenas foram fatores determinantes. Conhecedores do ambiente e das técnicas de sobrevivência no clima e natureza rudes da selva e do sertão, era comum a participação de nativos do litoral e mame-lucos⁷⁵ nas expedições colonizadoras. Além de ensinar o caminho, eles eram responsáveis pela coleta de frutos, ervas e raízes necessárias à alimentação do grupo e pelo uso da "medicina" com base em recursos da flora e da fauna. (LUCIANO, 2006)

Outro fator que determinava a presença de nativos nas expedições colonizadoras era o fato de que as línguas indígenas tinham um tronco

⁷⁵ Mestiço resultante da união do europeu com a mulher índia.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

geral que tornava mais fácil a compreensão entre as tribos, permitindo assim o encontro com grupos do interior. Nesse aspecto, além da presença de indígenas nas expedições, os portugueses foram forçados a aprender as línguas aborígenes para facilitar a convivência com os nativos e a consequente colonização do território. Também os missionários jesuítas que chegaram ao Brasil no começo de 1549 precisaram conhecer as línguas indígenas para catequizar as tribos e disseminar os valores europeus.

O contato com o colonizador e com outros grupos provocou modificações profundas nas culturas dos povos indígenas, pois, de acordo com Gersem Luciano (2006, p. 18), os nativos “não contavam com uma experiência prévia de intensas relações interétnicas e com os impactos provocados pela violência dos agentes de colonização, que foram por demais severos”. Como consequência dessa ação devastadora, das 1.200 a 1.500 línguas indígenas existentes no Brasil quando Pedro Álvares Cabral chegou a Porto Seguro, somente cerca de 180 ainda são faladas hoje, segundo pesquisadores e estudiosos da área da linguística.

Essa intensa mestiçagem cultural, promovida principalmente pelo movimento das entradas e bandeiras (séc. XVII e XVIII), fez com que a língua tupi, modificada pelo convívio com a língua portuguesa e utilizada como *língua geral*⁷⁶ pelos bandeirantes para a comunicação com os nativos, fosse difundida por todo o território colonizado:

As *bandeiras* quase que só fallavam o tupi. E se por toda a parte onde penetravam estendiam os domínios de Portugal, não lhe propagavam, todavia, a língua, [...] Recebiam então um nome tupi as regiões que se iam descobrindo e o conservavam pelo tempo adiante, ainda que nellas jámais tivesse habitado uma tribu de raça tupi (SAMPAIO, 1914, p. 42).

Somente a partir da segunda metade do século XVIII a língua portuguesa conseguiu suplantiar as línguas indígenas e se tornar o idioma oficial, *status* garantido através do decreto do Marquês de Pombal, datado de 17 de agosto de 1758, que não só declarou o português a língua oficial, mas também proibiu o uso da *língua geral* em todo o território. Entretanto, um grande legado indígena já havia sido deixado no léxico,

⁷⁶ A língua tupi-guarani classificava-se em três grupos essenciais: o amazônico, também chamado de *nheengatu*, o tupi usado no litoral, denominado *língua geral*, e o guarani ou *abaneenga*, que era falado na área meridional. (DIÉGUES JUNIOR, 1980)

especialmente nas designações da flora, da fauna, dos acidentes geográficos e das povoações.

3. *Onomástica, toponímia e história: a construção da memória social das terras da Bahia*

Como parte da lexicologia, a onomástica refere-se ao ato de nomear e envolve o estudo dos nomes próprios, lexias que individualizam seres e lugares. Constituída de elementos linguísticos que, segundo Seabra (2006), conservam antigos estágios denominativos, a onomástica envolve duas áreas de estudo: a antroponímia, que tem como objeto os nomes próprios individuais, os nomes parentais ou sobrenomes e as alcunhas ou apelidos; e a toponímia, que investiga os nomes próprios de lugares.

Considerada por Dick (1990) como a crônica de um povo, ao gravar o presente para o conhecimento das gerações futuras, a toponímia, que caminha lado a lado com a história e a geografia, deriva-se das palavras gregas τόπος, "lugar", e ὄνομα, "nome", significando, portanto, "nome de lugar". Assim, para a análise e compreensão dos elementos que influenciam o processo de nomeação do espaço e a formação dos topônimos, entendidos como “fonte de conhecimento, não só da língua falada na região em exame, como também de ocorrências geográficas, históricas e sociais testemunhadas pelo povo que a habitou, em caráter definitivo ou temporário” (DICK, 1990, p. 42), torna-se necessária a utilização de conhecimentos derivados de outras áreas do saber científico.

Uma investigação histórica associada à localização geográfica dos designativos do espaço, possibilita a compreensão das causas físicas e humanas responsáveis pelo seu aparecimento como identificador e o resgate e a preservação desses signos linguísticos, em concordância com o que afirma Sampaio (1914, p. 28): “preservar-lhes a graphia verdadeira, e a verdadeira pronuncia, fixar-lhes o significado, interpretado através do véo obscuro dos metaplasmos, vale tanto como resguardar um monumento histórico”.

No léxico onomástico aqui estudado, ou seja, topônimos de acidentes humanos do território baiano formados pelo morfema lexical *itá*, um elemento vinculado à geografia física, em posição sintagmática inicial, e um elemento determinante ocupando a posição final, verifica-se a ligação entre essas denominações de índole mineral, relacionadas à natu-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

reza constitutiva dos solos ou dos terrenos, e as causas históricas e naturais do seu emprego, o que justifica, segundo Dick (1992), o grande número de litotopônimos existentes no Brasil.

Nas terras da Bahia, as riquezas naturais foram motivo de cobiça desde a época da descoberta, atraindo aventureiros e grupos humanos que deram início ao processo de povoamento do território. Como mostra Dick (1990), em capítulos das *Notícias do Brasil*, de Gabriel Soares de Sousa (1974), relatando o estado geral da terra ao rei de Portugal:

Dos metais que o mundo faz mais conta, que são o ouro e a prata, fazemos aqui tão pouca, que os guardamos para o remate e fim desta história, havendo-se de dizer deles primeiro, pois esta terra da Bahia tem deles tanta parte quanto se pode imaginar... (SOUSA, 1974 *apud* DICK, 1990, p. 130).

Para entender como as nomeações compostas aqui estudadas resultam da relação entre nativos e colonizadores, e evidenciam a impressão do denominador sobre o ambiente, é fundamental entender que, à época do descobrimento, os nativos desconheciam o uso dos metais, como afirma Sampaio,

No tupi se representa pela palavra *itá*, pedra, todo e qualquer mineral ou metal apenas diferenciado ou qualificado pelo seu aspecto physico mais aparente, o da côr. Assim é que denominavam o ferro, *itaína*, mineral ou pedra preta; a prata, *itá-tinga*, mineral branco; o ouro, *ita-yúba*, mineral amarello; cobre, *itá-yúbarana*, mineral amarellado, ou ouro falso. [...] Na época dos descobrimentos e explorações sertanejas, a tecnologia tupi para os mineraes deve ter-se desenvolvido à medida das necessidades novas. Aparecem então no vocabulário brasílico os nomes: *itajyca*, para designar o estanho; *itá-etê*, o aço; *itamembeca*, chumo; *itá-beraba*, ou *itátiberaba*, o crystal; *itaberaba-etê*, o diamante; *itá-em*, pedra hume; *itá-obim*, ou *itá-obi*, a esmeralda; *itá-bubúí*, a pedra pomes. (SAMPAIO, 1914, p. 119-121)

Após a chegada dos colonizadores, os povos indígenas começaram então a distinguir os metais e a nomeá-los, fazendo surgir um tipo de neologismo, em um processo de criação lexical por composição. Nesse processo, termos preexistentes na língua se uniram em novas formações, como resultado da incorporação dos novos conhecimentos trazidos pelos europeus.

4. Fazer as “pedras” contarem sua história: uma análise do léxico toponímico

Com relação à estrutura morfológica dos designativos de lugar, foram identificados, segundo a discussão metodológica apresentada por

Dick (1990) para a formação dos topônimos, 22 exemplos que seguem um processo de formação composto, aquele que apresenta mais de um elemento formador, todos de origem tupi-guarani; e 3 exemplos de topônimos híbridos, Itabela, Itaju do Colônia e Itaguaçu da Bahia, formados por elementos oriundos de línguas diversas, o tupi-guarani e o latim.

Para apresentar o resultado, optou-se por acatar a segmentação do território baiano em mesorregiões, propostas pelo IBGE, conforme aspectos socioeconômicos. Do *corpus* estudado, 11 formações compostas e 2 formações híbridas foram encontradas na Mesorregião do Sul Baiano: Itabuna, Itacaré, Itagibá, Itagimirim, Itajuípe, Itamaraju, Itamari, Itanhém, Itapé, Itapebi, Itapitanga, Itabela e Itaju do Colônia. Na Mesorregião do Centro-Sul Baiano, encontram-se 6 formações compostas: Itaeté, Itagi, Itambé, Itapetinga, Itaquara, Itarantim. Na Mesorregião do Centro-Norte Baiano, assim como na Mesorregião Metropolitana de Salvador constam 2 formações compostas em cada uma: Itaberaba e Itatim, e Itaparica e Itanagra, respectivamente. Já na Mesorregião do Nordeste Baiano, somente 1 formação composta foi registrada: Itapicuru, e na Mesorregião do Vale São- Franciscano da Bahia, tem-se 1 formação híbrida: Itaguaçu da Bahia. Nenhuma designação foi encontrada na Mesorregião do Extremo Oeste Baiano.

Observa-se uma grande incidência das designações estudadas – 19 de 25 – nas Mesorregiões Sul Baiano e Centro-Sul Baiano (**Fig. 1**). Sustentando o ponto de vista de Lessa (2007), para quem a grande frequência desses topônimos resulta do fato de a pedra e a montanha terem sido muito importantes na marcação dos caminhos dos bandeirantes paulistas nos séculos XVII e XVIII, encontra-se, na Mesorregião Centro-Sul Baiano, a Chapada Diamantina. Localizada na Serra do Espinhaço, essa cadeia montanhosa se estende pelos estados da Bahia e de Minas Gerais, e por ela passa necessariamente a história das “minas gerais”:

Historicamente, a Cadeia do Espinhaço tem sido uma fonte importante de riquezas minerais, principalmente pedras preciosas durante o período colonial. Várias cidades ali se estabeleceram durante os ciclos do ouro e do diamante, entre os séculos XVII e XIX. (RAPINI *et al*, 2008, p. 17)

Reforçando a importância e a função motivadora dos minerais na toponímia, ressalta-se que essas duas mesorregiões baianas fazem divisa com o Estado de Minas Gerais, reconhecido por suas riquezas minerais. Essas são áreas marcadas pela ocorrência de reservas minerais, especialmente de gemas e pedras preciosas, como mostrado pelo geólogo Luiz

Quanto ao processo de formação dos topônimos, foram identificadas discordâncias entre as fontes estudadas. Em Itabuna, Itacaré e Itapicuru não há unanimidade entre os autores com relação à existência da lexia *itá*, “pedra”, no composto formado, comprovando o que afirma Sampaio (1914, p. 124), de “que não raro acontece darem esse radical a vocabulos que na verdade o não têm, provindo dahi grande numero de corrup-tellas”. Nesses casos, optou-se por mostrar todas as explicações encontradas, sem indicar preferência.

Apresenta-se, a seguir, o resultado da análise semântico-etimológica realizada, por mesorregião, seguindo a ordem decrescente de incidência. Para fins de exposição, optou-se por listar os topônimos em negrito, seguidos, após dois pontos, do morfema lexical inicial *itá*, apresentado em itálico e separado por vírgula do seu correspondente na língua portuguesa. Após o símbolo matemático de adição (+), segue-se o elemento determinante em itálico, precedido da indicação da etimologia latina (lat.) nos três casos de topônimos híbridos, e seguidos de todos os sentidos encontrados nas obras pesquisadas. O símbolo matemático de igualdade (=) antecede o conteúdo semântico recuperado da designação, apresentado entre aspas duplas, seguido da indicação da fonte, ou fontes, quando obras diferentes apresentam resultados semelhantes, e, em alguns casos, de um breve comentário sobre a motivação toponímica. Quando a discordância entre os autores foi identificada, utilizou-se o sinal de ponto e vírgula para separar os dados encontrados nas obras pesquisadas.

4.1. Mesorregião do Sul Baiano

Itabela: *itá*, pedra + *lat. bellus*, belo, bonito, encantador (CUNHA, 2013, p. 86) = “pedra bonita, monte belo”. Tem relação com o Monte Pascoal, visto da cidade.⁷⁷

Itabuna: *i*, a (prônimo de 3ª pessoa que funciona também como artigo definido) + *tab*, aldeia + *una*, negra, escura = “a aldeia negra” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 63); *itá*, pedra + *una*, preto = “pedra preta”, em virtude do rio Cachoeira, que banha a cidade, ter o seu leito coberto de pedras pretas (EMB, 1958, p. 306).

Itacaré: *itá*, pedra + *caré*, torta = “pedra torta” (GREGÓRIO, 1980, p.763); *y*, água, rio + *táca*, ruidosa, barulhenta + *ré*, diferente = “rio de ruído diferente” (SAMPAIO, 1914, p. 191/229); *i*, a (artigo definido) + *taquar-é*, taquara, bambu saboroso = “a cana de açúcar” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 63).

⁷⁷ Informação presente na página eletrônica da prefeitura do município. Disponível em: <<http://www.itabela.ba.gov.br/historia>>. Acesso em 15 fev. 2015.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

- Itagibá:** *itá*, pedra + *jybá*, braço = “braço de ferro”. (GREGÓRIO, 1980, p. 770); *itá*, pedra + *gybá*, braço = “o braço de ferro”. É também o nome de um chefe Tobayara (SAMPAIO, 1914, p. 230).
- Itagimirim:** *itá*, pedra + *jy*, machado, + *mirim*, pequeno = “machadinho de pedra” (GREGÓRIO, 1980, p. 770); *itá*, pedra + *jy*, machado, + *miri*, pequeno = “machado de pedra pequeno” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 64).
- Itaju do Colônia:** *itá*, pedra + *yú* (contração de *yuba*), amarelo = “pedra amarela, ouro” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 65) + *do* (conectivo) + Lat. *colônia*, posse, domínio (CUNHA, 2013, p. 162), “do Colônia” (rio em cuja margem esquerda o município está situado).⁷⁸
- Itajuípe:** *itá*, pedra + *juba*, metal amarelo, ouro + *y*, rio, + *pe*, em = “no rio do ouro” (GREGÓRIO, 1980, p.770); *itá*, pedra + *yú* (contração de *yuba*), amarelo, + *y*, rio, + *pé*, caminho = “no caminho do rio do ouro” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 65/157).
- Itamaraju:** *itá*, pedra + *morojuba*, amarelado, dourado = “pedra amarelada, dourada” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 65).
- Itamari:** *itá*, pedra, + *mari*, planta, diversas espécies de Cássias, espinheiro = “planta sobre pedra” (SAMPAIO, 1914, p. 246).
- Itanhém:** *itá*, pedra + *nheenga*, pedra que canta = “sino” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 66).
- Itapé:** *itá*, pedra + *apé*, caminho = “caminho de pedra” (GREGÓRIO, 1980, p.776); *itá*, pedra + *pé*, caminho (ou alteração de *itá-peba*) = “caminho de pedra, laje, pedra plana” (SAMPAIO, 1914, p. 231), (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 67).
- Itapebi:** *itá*, pedra + *peba*, laje, + *y*, rio = “rio da laje” (GREGÓRIO, 1980, p.776); *itapeb*, laje de pedra + *y*, rio = “rio da laje” (SAMPAIO, 1914, p. 231), (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 67).
- Itapitanga:** *itá*, pedra + *pitanga*, vermelho = “pedra vermelha”, espécie de alga, madréporas (colônia de pólipos) que vegetam nas costas do nordeste (GREGÓRIO, 1980, p.779); *itá*, pedra + *pytanga*, vermelho = “pedra vermelha” (SAMPAIO, 1914, p. 232).

4.2. Mesorregião do Centro-Sul Baiano

- Itaeté:** *itá*, pedra + *etê*, verdadeiro = “pedra de verdade, aço” (GREGÓRIO, 1980, p.766); *itá*, pedra + *etê*, verdadeiro = “ferro verdadeiro, o aço” (SAMPAIO, 1914, p. 229), (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 64).
- Itagi:** *itá*, pedra + *jy*, machado = “machado de pedra” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 64).
- Itambé:** *itá*, pedra + *t’embé*, beirão = “pedra a prumo, talhada em beirão, morro a pique” (GREGÓRIO, 1980, p. 772); *itá*, pedra + *aymbé*, afiado = “pico ou monte agudo, escarpas nas encostas rochosas dos montes” (SAMPAIO, 1914, p. 106-107); alteração de *itapeba*, “laje, lageado”, ou de *itaimbé*, “precipício, abismo, despenhadeiro” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 66).

⁷⁸ Informação presente na página eletrônica do IBGE. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/itajudocolonia.pdf>>. Acesso em 15 fev. 2015.

Itapetinga: *itapé*, laje de pedra + *tinga*, branco, claro = “laje branca” (GREGÓRIO, 1980, p. 778), (SAMPAIO, 1914, p. 232), (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 67).

Itaquara: *itá*, pedra + *cuara*, buraco = “buraco da pedra” (GREGÓRIO, 1980, p.781); *itá*, pedra + *cuara*, furada = “pedra furada, poço” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 68).

Itarantim: *itá*, pedra + *r’atã*, dura + *tĩ*, ponta, bico = “ponta de pedra dura, ponta de flecha” (GREGÓRIO, 1980, p.782); *itá*, pedra + *rã*, soltar, desatar + *tinga*, branco = “pedra branca fragmentária, gesso” (SAMPAIO, 1914, p. 192), (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 68).

4.3. Mesorregião do Centro-Norte Baiano

Itaberaba: *itá*, pedra + *beraba*, brilhante, reluzente = “pedra reluzente, cristal” (GREGÓRIO, 1980, p. 760), (SAMPAIO, 1914, p. 229); “pedra brilhante, diamante” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 63).

Itatim: *itá*, pedra + *tĩ*, ponta = “ponta de pedra” (GREGÓRIO, 1980, p. 783); *itá*, pedra + *tĩ*, ponta, nariz = “ponta ou nariz de pedra” ou forma contrata de *itá-tinga*, “pedra branca, prata, metal branco” (SAMPAIO, 1914, p. 233).

4.4. Mesorregião Metropolitana de Salvador

Itaagra: *itá*, pedra + *nagra*, areia⁷⁹ = “pedra de areia” (IBGE Cidades...)

Itaparica: *itá*, pedra + *pari*, barragem, cerca = “cercado de pedras” (GREGÓRIO, 1980, p. 775); *itá*, pedra + *pari*, barragem, cerca = “cerca feita de pedras” (SAMPAIO, 1914, p. 231), uma referência aos arrecifes que contornam toda a costa da ilha.

4.5. Mesorregião do Nordeste Baiano

Itapicuru: *i*, a (artigo definido) + *tapi*, entrepernas, + *curú*, rugosas, ásperas = “a ave pescadora” (SAMPAIO, 1914, p. 269); *itapé*, laje de pedra + *curu*, enrugada, ondulada = “laje áspera, enrugada” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 67).

4.6. Mesorregião do Vale São-Franciscano da Bahia

Itaguaçu da Bahia: *itá*, pedra + *guaçu*, grande = “pedra grande, penedo, rochedo” (GREGÓRIO, 1980, p. 767); *itá*, pedra + *gãsu*, grande = “pedra grande; pedra furada que serve de âncora às embarcações” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 64) + *da* (conectivo) + Lat. *baía*, pequeno golfo (CUNHA, 2013, p. 76), “da Bahia”, diferenciando de Itaguaçu do Espírito Santo.

⁷⁹ Esse sentido não é confirmado pelos outros autores. Tanto Sampaio (1914) quanto Tibiriçá (1985) identificam “areia” em tupi como *ibicui* (*yby*, terra, chão + *cuí*, farinha, pó, poeira).

5. *Considerações finais*

Em relação ao léxico toponímico formado pelo morfema lexical tupi *itá*, em posição inicial de estruturas compostas, Dick (1990, p. 145) reconhece que “a ocorrência desta tipologia denominativa na nomenclatura geográfica do Brasil estaria por justificar um estudo pormenorizado dos litotopônimos e o reconhecimento da função motivadora preponderante que exercem na toponímia nacional”.

Ao buscar recuperar o conteúdo semântico dos topônimos compostos com essa formação, existentes no Estado da Bahia, atende-se à indicação da pesquisadora, ao tempo em que se reconhece a sobrevivência da toponímia de origem indígena na Bahia como uma forma de resistência às tentativas de apagamento da cultura nativa e de resgate e valorização da memória linguística indígena como uma das raízes culturais da história do povo brasileiro.

A relação identificada entre os litotopônimos estudados e a geografia local evidencia que, assim como os topônimos de origem portuguesa expressam o sentimento religioso e a forte influência do catolicismo na época do descobrimento, o léxico toponímico de origem tupi reflete a relação do homem com o seu próprio meio ambiente, a visão imediata da terra. E dessa forma são conservados: como reflexos da memória do povo. A recuperação, no campo da onomástica, do significado desses nomes, representa, como acredita Seabra (2006), uma contribuição “para uma maior visibilidade à leitura sociocultural da região”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. No meio do caminho. *Antologia Poética*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 237.

BAIXAR mapas. Mapa da Bahia – Mesorregiões. Disponível em: <<http://www.baixarmapas.com.br/mapa-da-bahia-mesorregioes>>. Acesso em: 20-02-2015.

BUENO, Eduardo. *Brasil: uma história – a incrível saga de um país*. 2 ed. São Paulo: Ática, 2003.

CARVALHO, Luiz Moacyr de. Recursos minerais: aspectos econômicos e áreas de relevante interesse mineral. In: _____. *Geodiversidade do estado da Bahia*. Salvador: CPRM, 2010, p. 29-58.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

_____. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. *Etnias e culturas no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vol. XX e XXI. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1958.

GREGÓRIO, Irmão José. *Contribuição indígena ao Brasil*. Belo Horizonte: União Brasileira de Educação e Ensino, 1980.

IBGE – biblioteca. Disponível em:

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/itajudocolonia.pdf>>.

Acesso em: 15-02-2015.

IBGE – Cidades. Disponível em:

<<http://www.ibge.com.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=291590&search=bahia|itanagra|inphographics:-history&lang= ES>>. Acesso em: 15-02-2015.

LESSA, Luísa Galvão. A presença das línguas indígenas no uso diário brasileiro. *Amazônia*, vol. 1, p. 12-14, 2007.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje*. Brasília: Ministério de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Rio de Janeiro: LACED/Museu Nacional, 2006.

MAIOR baía do país tem ilhas, esconde naufrágios e é retrato da desigualdade. *G1*, 01 nov. 2014. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/ba/bahia/cidade/salvador.html>>. Acesso em: 01-11-2014.

NASCENTES, Antenor. A saudade portuguesa na toponímia brasileira. *Letras. Revista da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná*, n. 11, 1960, p. 102-107.

OJEDA, Eduardo Aparicio Baez; PETTA, Nicolina Luiza de. *História: uma abordagem integrada*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

PORTAL da Prefeitura Municipal de Itabela. Disponível em:
<<http://www.itabela.ba.gov.br/historia>>. Acesso em: 15-02-2015.

RAPINI, RIBEIRO, LAMBERT, PIRANI. A flora dos campos rupestres da Cadeia do Espinhaço. *Revista Megadiversidade*, vol. 4, n. 1-2, p. 17, dez. 2008. Disponível em:
<http://www.conservation.org.br/publicacoes/files_mega4/megadiversidade_espinhaco.pdf>. Acesso em: 20-02-2015.

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. 2. ed. São Paulo: O Pensamento, 1914.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Referência e onomástica. In: *Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)*. Uberlândia: ILEEL, 2006.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi*. São Paulo: Traço, 1985.

**BAIRRO DO LIMOEIRO OU VILA ABOBRINHA,
NOME DE PERSONAGENS DOS QUADRINHOS
EM UM BAIRRO REAL:
ANÁLISE TOPONÍMICA DO LOTEAMENTO COSTA VERDE,
REGIÃO MATA DO SEGREDO,
ZONA NORTE DE CAMPO GRANDE – MS**

Marly Custódio da Silva (UEMS)

mcsilva05@hotmail.com

Nataniel dos Santos Gomes (UEMS)

natanielgomes@uol.com.br

RESUMO

Entender a toponímia é estar a par não só de conhecimento histórico, social, geográfico, cultural, econômico e político de uma região, mas de um povo. O nome de lugar, neste caso de ruas, é uma testemunha da valorização, da relevância e das particularidades que influenciaram a pessoa na hora de nomeá-las. Teremos como base Isquierdo (2012) para fundamentar nossas primeiras impressões. A análise toponímica do loteamento Costa Verde consiste no estudo de atuais 8 ruas do loteamento localizado na Mata do Segredo região norte de Campo Grande – MS, que recebem o nome de personagens dos quadrinhos de Maurício de Sousa, objetivando mostrar os 11 anos do Loteamento e a relação dos moradores com os nomes e significação dos logradouros sob a divulgação externa de sua origem.

Palavras-chave: Toponímia. Personagens. Quadrinhos.

1. Introdução

Ao habitar um espaço físico-geográfico com moradias é necessário nomeá-lo para fins de garantir a localização espacial e a identidade comunitária. Dessa maneira, por meio da toponímia, podemos analisar a ligação existente entre o homem e o lugar em que ele ocupa nos dando a possibilidade de analisar, entre diversas situações, o vínculo existente entre a língua, a cultura, a sociedade e a natureza, refletida no processo de nomeação de logradouros.

A nomeação dos logradouros não é feita de forma aleatória, uma vez que o nomeador representará nos topônimos os elementos que deseja homenagear. Ao sugerir os nomes, a princípio o ato é espontâneo e natural, obedece no tempo presente a vontade do nomeador, mas quando esses nomes de lugar *se* tornam parte de uma vila ou bairro, o nome deve seguir normas toponímicas exigidas pelos órgãos oficiais (em caso de

bairro ou vila seria o Governo Municipal), sendo feito uma pesquisa se não há outro nome em outro bairro ou vila da cidade.

Para entender o motivo da nomeação das ruas foi necessário o acesso às informações étnicas e culturais de uma determinada região. Para a produção deste artigo buscamos nas origens (Planurb, Semadur, Financeira Imobiliária e entrevista oral com os moradores) a motivação do parcelamento do Bairro Monte Castelo à nomeação das ruas do loteamento Costa Verde (um dos parcelamentos do bairro).

Buscaremos analisar a etimologia dos nomes e a relação com os quadrinhos produzidos pelo cartunista Maurício de Sousa que há mais de cinquenta anos encantam crianças, jovens e adultos. Contaremos como se originou o nome Mata do Segredo e suas curiosidades.

2. *Toponímia*

Segundo o *Dicionário Houaiss* (2015), toponímia é um substantivo feminino introduzido na língua portuguesa em 1874 com sua etimologia *toponymia*, sendo o estudo linguístico dos nomes próprios e compõe a disciplina Onomástica.

Uma atividade exclusivamente humana, a prática de nomear lugares deixa claro as ações de uma sociedade sobre a língua, em especial no léxico toponímico, que conforme Isquierdo (2012),

(...) são unidades lexicais investidas da função de nome próprio de lugar que podem reunir formas do vocabulário comum, alçadas à categoria de topônimos; nomes próprios de pessoas, de lugares, de crenças, de entidades sobrenaturais que são ressemantizadas com o fim precípuo de nomear um lugar.

A partir dessa reflexão quebra-se o modo de como é visto o mundo exterior e a forma de como os membros de uma sociedade organizam o meio que os cercam. Dessa maneira e de forma natural é possível observar que os falantes se utilizam da língua para caracterizar o mundo a sua volta.

Seguindo essa caracterização, o presente artigo investiga a relação simbólica entre língua e a cultura nos nomes de personagens de histórias em quadrinhos em um bairro específico da capital sul-matogrossense – Campo Grande –, o bairro Monte Castelo, com diversos parcelamentos dentre eles o nosso objeto de estudo denominado loteamento Costa Verde. Com a iluminação dos estudos toponomásticos, a partir de uma descrição-crítica dos antropotopônimos – topônimos relativos a nome pró-

prio de pessoa ou de ser personificado –, que neste caso trata-se de personagens dos quadrinhos do cartunista Maurício de Sousa registrados no léxico onomástico-toponímico municipal campo-grandense da região Norte da Capital Morena, Mata do Segredo.

3. *Mato Grosso do Sul e a capital Campo Grande*

O atual estado de Mato Grosso do Sul fazia parte do Estado de Mato Grosso até 1977, sendo dividido em 11 de outubro de 1977, por meio da Lei Complementar nº 31, pelo então Presidente da República General Ernesto Geisel. Conforme a Lei Complementar art. 2º “A área desmembrada do estado de Mato Grosso para constituir o território do estado de Mato Grosso do Sul, situa-se ao sul”, tendo como capital do novo estado Campo Grande.

Com a consolidação de Campo Grande como a capital do estado esta passa a representar um novo ciclo de progresso na região, estimulados pela sua expansão urbana, cultural, social e política torna-se o centro das decisões político-administrativas de uma Unidade da Federação Brasileira.

O Estado de Mato Grosso do Sul, conforme fonte do IBGE/2014 possui 79 municípios, Campo Grande com o maior número de habitantes, aproximadamente 843.120 habitantes e uma área de 8.092,95 km².

A capital do estado possui 100 bairros, divididos em 7 regiões (Anhanduizinho, Bandeira, Centro, Imbirussu, Lagoa, Prosa e Mata do Segredo) e 2 distritos, conforme a PLANURB (2014), dois distritos fazem parte do município: Anhanduí e Rochedinho. Conforme a Lei Complementar n. 94, de 6 de outubro de 2006, que institui o Plano Diretor de Campo Grande, estes distritos são considerados como Regiões Urbanas para fins de planejamento.

Para melhor ilustrar as divisões das regiões na cidade de Campo Grande – MS, segue o mapa com as divisões das regiões e o mapa da localização exata dos dois Distritos da cidade:



Planurb (2014)



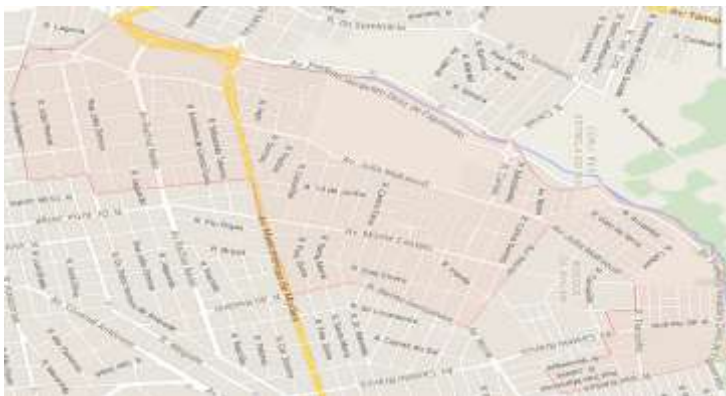
Planurb/IBGE 2014

4. Região Mata do Segredo

A região Mata do Segredo é onde estão localizadas as cabeceiras do córrego Segredo com suas nascentes, situando-se na região norte da área urbana do município, sendo localizadas na Lagoa da Cruz, no Parque Estadual Mata do Segredo e, na área do Exército Brasileiro, próximo ao bairro Nova Lima.

Por não ter registros escritos, apenas relatos de moradores, acredita-se que o nome Segredo vem das ações dos moradores que ao fim da tarde se reuniam às margens do córrego para contar segredos, principalmente os segredos de amor, conforme afirma o historiador Paulo Coelho Machado em entrevista a Revista Arca (2000), o córrego recebeu o nome de Segredo porque era o lugar onde se comentava bastante sobre amores ocultos, principalmente de Manoel Oliverio, um antigo morador do local, seria então o primeiro escândalo do povoado. Diferentemente do nome de outro córrego muito conhecido na cidade, o Córrego Prosa, em que os moradores “proseavam” livremente às margens do córrego.

O tempo passou, o nome Segredo se consolidou e a população cresceu, formando a Região Mata do Segredo que compreende 08 bairros (Coronel Antonino, José Abrão, Mata do Segredo, Monte Castelo, Nasser, Nova Lima, Seminário). Vamos destacar o bairro Monte Castelo com seus parcelamentos: Monte Castelo (parte), Residencial Vale do Sol I, Residencial Vale do Sol II, Residencial Vale do Sol III, Residencial Indaiá, Jardim São Paulo (parte), Vila São João Bosco, Residencial Otávio Pécora, jardim Bosque de Avilan, Center Park, Jardim Aruba, loteamento Campo Dourado, loteamento Costa Verde.



Google Maps 2015

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Dentro do bairro Monte Castelo há um parcelamento que nos chama a atenção, pois as ruas do loteamento Costa Verde recebem nomes de personagens em quadrinhos, mais especificamente dos personagens criado pelo cartunista Maurício de Sousa. Diante dessa curiosa nomeação damos início à história do bairro e o motivo pela utilização dos nomes dos personagens em quadrinhos que há mais de cinquenta anos encanta crianças e adultos.

5. *Loteamento Costa Verde*

O loteamento Costa Verde é um dos 120 parcelamentos (assim são chamadas as vilas que compõe a região dentro do bairro maior) aprovado no ano de 2004 pela Prefeitura Municipal de Campo Grande e composto por 7 bairros, sendo um deles o bairro Monte Castelo, situado ao Norte da cidade de Campo Grande – MS, formando a Região Urbana Mata do Segredo.

O loteamento compõe 228 lotes, todos habitados por famílias de médio porte e uma situação social de nível médio, há professores, atendentes de comércio, agente de saúde, mestre de obras e dona de casa.

Considerado no início da adolescência, com apenas 11 anos, o Loteamento tem toda a infraestrutura de um bairro em desenvolvimento como, asfalto, água, luz, rede de telefonia, tratamento de esgoto (devido a nascente do córrego que lá existe – o Segredo), comércios e área de lazer. Escola e assistência médica, como posto de saúde fica cerca de dois quilômetros do Loteamento (parcelamento vizinho como Estrela do Sul, por exemplo). Conforme depoimento de moradores, com o crescimento do loteamento Costa Verde não há de demorar a construção de escola e posto de saúde para atender a população.

No próximo item, vamos conhecer os logradouros do Loteamento e destacar a opinião de moradores em relação aos nomes que as ruas receberam.

6. *Nomeação das ruas*

Poderia até ser mais uma das histórias criadas pelo maior cartunista brasileiro, Maurício de Sousa, mas não é. É um bairro real, pois no loteamento Costa Verde os logradouros receberam as seguintes toponímias: Rua Anjinho, Casção, Cebolinha, Chico Bento, Franjinha, da Mô-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Visitando o Loteamento percebe-se que os moradores desconhecem o motivo da nomeação das ruas, afirmando o desconhecimento uma matéria foi veiculada no jornal eletrônico Campo Grande News (2013) em que se tem o depoimento de duas moradoras:

Eu achei meio esquisito um pouco, mas depois acostumei. É meio Turma de Mônica, quando dou o endereço em algum lugar, as pessoas riem e sempre perguntam, mas isso é aqui em Campo Grande?

As ruas são do gibi do Maurício de Souza e eu não faço ideia de onde surgiu.

Apesar do desconhecimento dos moradores do loteamento Costa Verde fomos em busca do motivo da utilização de personagens em quadrinhos para a onomástica dos logradouros. Em entrevista via telefone com o diretor da Financial Imobiliária Ltda. (antiga proprietária do Loteamento), Geraldo Barbosa de Paiva mencionou o valor que a imobiliária dá aos artistas nacionais, ou melhor, à cultura nacional, pois essa foi uma forma de homenagear aquele que seria o maior cartunista brasileiro, Maurício de Sousa.

Segundo Paiva, apesar da homenagem à cultura brasileira, a imobiliária recebe várias críticas da área política da cidade por não colocar nomes de personalidades que fizeram história no desenvolvimento urbano da capital. Mas, para essa crítica Paiva tem uma esclarecida resposta: “As histórias em quadrinhos com personagens de Maurício de Sousa ensinaram a ler muito de nossos moradores e também é de fácil entendimento e todos conseguirão gravar e escrever com facilidade os nomes dos logradouros”.

Veremos a seguir algumas significações e proposições de significados em relação aos nomes das ruas, para isso utilizaremos os significados do dicionário Houaiss (2015) versão on-line e Dicionário de nomes próprios, disponível na internet:

- Anjinho – relacionado a anjo pequeno, palavra inserida no vocabulário da língua portuguesa em 1562. A etimologia da palavra nos mostra com clareza o processo de metaplasmo sofrido pelo vocábulo durante a evolução da língua *anjo* + *-inho*; ver *angel(i/o)*- 1562 *anginho* > *anjinhos* (1580) > *anjinho* (1793) > *anginho* (1813) > *anginhos* (1875-1888) > Anjinho (2015).
- Cascão – relativo a crosta enrijecida de matéria pastosa, nos levando a alusão de sujeira, palavra inserida no vocabulário da

língua portuguesa em 1789, a etimologia se dá através da seguinte formação *casca* + *-ão*.

- Cebolinha – pequena cebola que ao ser retirado da terra aparecem cinco pequenos fios em sua superfície, palavra inserida no vocabulário da língua portuguesa no século XIII, provavelmente pelos primeiros habitantes desta terra.
- Chico Bento – nome composto, sendo que Chico seria a forma reduzida e carinhosa que naturalmente as pessoas que possuem o nome Francisco são chamadas e Bento nos remeteria a algo bendito, que foi abençoado. Na junção dos nomes “Chico Bento” nos faz lembrar de São Francisco de Assis, personagem da igreja católica que deixa o conforto do lar para viver entre os humildes e menos favorecidos da sociedade em que habitava.
- Franjinha – palavra inserida no vocabulário da língua portuguesa em 1507- franja – sendo o aqui colocado no diminutivo com o sufixo -inho. Uma forma carinhosa de falar de cabelo puxado para a testa, que a encobre total ou parcialmente.
- Mônica - palavra inserida no vocabulário da língua portuguesa antes de 1899. A etimologia é incerta, provavelmente tem origem no grego *Mónikos* derivado da palavra *mónos*, que quer dizer “um”, e significa “só”.
- Magali – nome próprio, também de origem incerta, podendo ser de uma variante francesa de Madalena, do grego *Magdaléne*, significa “natural de Magdala”, onde Magdala era nome de uma cidade antiga palestina.
- Horácio – origem do latim *Horatius*, derivado do grego *Horai* (*Horas*), que quer dizer “tempo, estação”. Horas está relacionado com a mitologia grega, e eram o conjunto de guardiãs filhas de Júpiter e Têmis, deuses que presidiam as estações do ano. Inicialmente era utilizado como nome de família romano.
- Pipa – palavra inserida no vocabulário da língua portuguesa antes de 1152, um dos significados está relacionado à ludologia, mais precisamente a um instrumento de diversão de crianças e adultos composto por varetas, papel seda e linha que quando soltado ao vento voa enfeitando o céu. A etimologia da palavra vem o latim *pippa* > *pipa*.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Afirmando a fala de Paiva, diretor da Finacial Imobiliária Ltda., foi de grande sabedoria registrar os logradouros de formar bem brasileira e fácil de serem gravadas e escritas por uma população que vai desde do letrado ao que não teve acesso aos estudos.

7. *Considerações finais*

A pesquisa realizada na região norte, especificamente na região Mata do Segredo – loteamento Costa - nos proporcionou a identificação e o motivo da nomeação dos logradouros com alguns dos personagens mais famosos dos quadrinhos brasileiro criado pelo cartunista Maurício de Sousa, sem rotular a região Mata do Segredo como “caipira”, pois se pode constatar que região é está em pleno desenvolvimento e crescimento populacional. Foi possível notar a satisfação dos moradores com os nomes batizados por tais personagens, confirmando dessa maneira o primeiro pensamento do nomeador para que fosse de fácil compreensão da escrita e da fala dos moradores.

Percebe-se também que nem sempre é possível localizar documentos que confirmam nomes de córregos, lagos, rios e também placas de identificação nas ruas, porém o relato oral da comunidade tem sempre muito valor cultural e esses valores são transmitidos de geração a geração perpetuando-se e enriquecendo a região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DICIONÁRIO de nomes próprios*. Disponível em: <http://www.dicionariodenomesproprios.com.br>. Acesso em: 18-07-2015.
- IBGE, Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico. *Cidades*. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=50&search=mato-grosso-do-sul&lang>. Acesso em: 13-07-2015.
- ISQUERDO, Aparecida. Negri. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In: _____. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*, vol. VI. Campo Grande: UFMS, 2012, p. 115-139.
- GOOGLE Maps*. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Monte+Castelo+Campo+Grand>

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

e+-+MS/@-20.4312874,-54.6100212,15z/data=!3m1!4b1!4m2!3m1!1s0x9486e7d5b8ff31c9:0xfd45f0d56808bf0>. Acesso em: 13-07-2015.

PRESIDÊNCIA da República. Lei Complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp31.htm. Acesso em: 13-07-2015.

REVISTA Arca. Campo Grande: um divisor de águas. Era uma vez um córrego... Relato Oral. Revista de Divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande. 2000.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA
CONTRIBUIÇÕES DA LEXICOGRAFIA PEDAGÓGICA
PARA A LEXICOGRAFIA LATINA

Francisco Edmar Cialdine Arruda (URCA)
edmar.cialdine@urca.br

RESUMO

O ensino de língua latina nas universidades brasileiras não possui boa fama diante dos alunos que iniciam um curso superior em cuja grade curricular se oferece a referida matéria. As dificuldades que os aprendizes enfrentam diante das incontáveis listas e quadros de declinações e conjugações somam-se às metodologias tradicionais que priorizam a memorização, bem como a ausência de material didático que privilegie o aprendiz iniciante – destacamos, aqui, o dicionário latino, material sem o qual se torna quase impossível qualquer atividade de tradução. Os dicionários utilizados em sala de aula são, geralmente, materiais cuja estrutura se baseia em obras antigas que datam décadas, quando não são essas próprias obras. Nosso objetivo central, com este trabalho, é levar as contribuições da lexicologia moderna, em especial a lexicografia pedagógica, ao ensino de língua latina. Para tanto, apresentaremos um panorama teórico da lexicografia pedagógica e campos de estudos afins, a problemática existente hoje do ensino de latim, um exemplo, de uma obra lexicográfica utilizada em sala de aula, e finalizaremos com uma proposta de microestrutura para alunos iniciantes.

Palavras-Chave: Latim. Ensino. Dicionário.

1. Introdução

O ensino de língua latina nas universidades brasileiras não possui boa fama diante dos alunos que iniciam um curso superior cuja grade curricular oferece a referida matéria. As dificuldades que os aprendizes enfrentam diante das incontáveis listas e quadros de declinações e conjugações somam-se às metodologias tradicionais que priorizam a memorização; bem como a ausência de material didático que privilegie o aprendiz iniciante – destacamos, aqui, o dicionário latino, material sem o qual torna-se quase impossível qualquer atividade de tradução.

Os dicionários utilizados em sala de aula geralmente são materiais cuja estrutura se baseia em obras antigas que datam décadas, quando não são essas próprias obras. Nosso objetivo central, com este artigo, é levar as contribuições da lexicologia moderna, em especial a lexicografia pedagógica, ao ensino de língua latina. Para tanto, apresentaremos um panorama teórico da lexicografia pedagógica e campos de estudos afins, a problemática existente hoje do ensino de latim, um exemplo de uma obra

lexicográfica utilizada em sala de aula e finalizaremos com uma proposta de microestrutura para alunos iniciantes.

2. Da lexicografia pedagógica

Tradicionalmente e de modo amplo, podemos dizer que a lexicografia trata das questões ligadas aos dicionários: sua produção, análise, usos etc. Dentre tantas questões, há aquelas que ligam a lexicografia ao ensino de línguas. É lexicografia pedagógica que irá se deter às reflexões ligadas ao dicionário de uso escolar. Para Humblé (1998), citado por Pontes (2009), essa disciplina se define a partir de duas características fundamentais: *a escolha de um público definido (o aprendiz de língua) e de um fim específico (a aprendizagem de língua)*. Essas discussões ampliam a visão que temos de dicionário escolar e seus usos em sala de aula.

De fato, é preciso ter em mente que as questões que orientam um dicionário com finalidades didáticas são complexas. De início, o lexicógrafo pedagogo define o usuário ideal da sua obra, para tanto é preciso saber seu nível de conhecimento linguístico, comunicativo e de mundo, isso fará com que o dicionarista focalize sua produção nas necessidades de aprendizagem do usuário. Definido tal ponto, o produtor do dicionário poderá trabalhar a estrutura do dicionário a favor de seu objetivo. Percebemos, assim, a importância do usuário diante da produção lexicográfica.

A atenção dada ao usuário em potencial do dicionário influencia diretamente nas propostas de classificação de dicionários. Pontes (2009) afirma que o usuário é um elemento essencial para definir os diversos tipos de dicionários, a partir das diferentes características formais motivadas pelos seus diversos usos e finalidades. Os aspectos que podem servir para caracterizar o usuário podem estar relacionados com questões, como, idade, competência na língua materna, nível de conhecimento em línguas estrangeiras ou a função voltada para a produção ou para a compreensão. Por isso, dada a importância do usuário para caracterizar um tipo de dicionário, cabe indicar informações relacionadas às suas finalidades e a que tipo de usuário pretende atender em suas páginas iniciais. Desse modo, uma vez que, várias são as necessidades dos usuários e uma obra lexicográfica dificilmente contemplaria todas, vários serão os tipos de dicionário e suas formas de classificação.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

É claro que tais questões e as pesquisas ligadas a elas estão em seus primeiros passos, no entanto é perceptível que a lexicografia pedagógica vem se desenvolvendo cada vez mais e fazendo uso de outras áreas de pesquisa como, por exemplo, a teoria da multimodalidade.

A teoria da multimodalidade (KRESS; VAN LEEWEN, 1996) trata dos diversos modos semióticos utilizados em uma comunicação, em especial destacamos os aspectos visuais encontrados em materiais didáticos como, por exemplo, dicionários infantis. Pontes (2009) aponta para a existência de uma gradação de recursos visuais utilizados em dicionários. Teríamos os dicionários gerais, com quase nenhum recurso visual, de um lado e, do outro, os dicionários ilustrados infantis. Tal como o autor, acreditamos que realmente haja essa gradação. Observemos alguns exemplos retirados de diferentes edições do *Dicionário Aurélio* (FERREIRA, 1975, 2001, 2005a).

Calva (1). 2. Calvíce, acomia. • S. 2 g. 3. Indivíduo calvo. • S. m. 4. Bras. Pop. V. Diabo (2). • Adj. 2g. 5. Diz-se de indivíduo calvo. 6. Pop. Diz-se do pneu liso, com os frisos já inteiramente gastos pelo uso. ♦ **Estar careca de.** Bras. Fam. Estar habituadíssimo a; estar cansado de: *E s t o u c a r e c a d e f a l a r d e l a ; E s t o u c a r e c a d e o u v i r a q u e l a h i s t ó r i a .* (FERREIRA, 1975)

Esse exemplo foi retirado da primeira edição de um *Dicionário Aurélio* geral. Notemos que são poucos os recursos visuais empregados aqui. Há apenas o uso de *italico*, *negrito*, os símbolos • e ♦, além disso, chamamos a atenção para o espaçamento empregado nos exemplos de uso para dar destaque às colocações. Todavia, o dicionarista não faz uso de cores na microestrutura dessa edição, diferentemente dos dois exemplos abaixo⁸⁰:

ca.re.ca. Sf. 1. Calva (1). 2. Calvíce. • S2g. 3. Pessoa calva. • Adj2g. 4. Diz-se de pessoa calva. (FERREIRA, 2001)

⁸⁰ O primeiro caso, Ferreira (2001), foi retirado do *Miniaurélio escolar do século XXI*, que, apesar do autor destacar a quantidade de 32 mil verbetes – o que o classifica como tipo 3 para as séries finais do ensino fundamental – parece-nos que seu uso se estende, também, ao ensino médio. Já o segundo exemplo, Ferreira (2005a), foi retirado do dicionário escolar Aurélio Júnior, cuja nomenclatura, segundo o autor, comporta 30 mil verbetes e é indicado para 4º a 6º ano do ensino fundamental I.

ca.re.ca. *subst. fem.* 1. Calva. 2. Calvíce. ● *subst. 2 gên.* 3. Pessoa calva. ● *adj 2 gên.* 4. Diz-se de pessoa calva. (FERREIRA, 2005a)

Em ambos os exemplos, temos uma maior variedade de recursos visuais em uso. Há uso de cores e fontes diferentes – além dos citados no exemplo primeiro. Comparemos agora os três exemplos já citados com outros dois retirados de dicionários infantis ilustrados, o *Dicionário Aurelino Infantil*, ilustrado pelo cartunista Ziraldo, de 1989 (FERREIRA, 1989) e o dicionário *Aurelino* de 2005 (FERREIRA, 2005b), respectivamente:



Fig. 01: verbete “carneiro” (FERREIRA, 1989)



Fig. 02: verbete “carneiro” (FERREIRA, 2005b)

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Nos três exemplos anteriores, não há uso de ilustrações – diferentemente desses dois últimos, Ferreira (1989) e Ferreira (2005b). Note-mos, no entanto, que, apesar de ilustrado, Ferreira (1989), nessa obra, não faz uso de tantos recursos visuais (cores e formas) quanto Ferreira (2005b) cujas entradas e classe gramatical são destacadas em verde. Ademais, a ilustração do segundo caso é uma fotografia e não um desenho. O uso de fotografia no lugar de desenhos, aproxima a imagem de um contexto mais real.

Por fim, ressaltamos que tais recursos visuais são de grande importância para quaisquer obras lexicográficas por tornarem-nas ferramentas mais eficazes para o aprendiz de língua.

3. *Do ensino de latim*

De início, importa-nos ressaltar que os estudos latinos têm passado por modificações no decorrer dos últimos anos. Na década de 60, observamos o fim de sua obrigatoriedade no currículo escolar e a redução da carga horária de disciplinas de estudos clássicos nos cursos de letras. Sobre isso, Oliveira (2004) afirma:

A partir da segunda metade do século XX começam a aflorar as tendências para as mudanças que vinham latentes ao longo de décadas. A década de 60 foi um período de verdadeira explosão, um momento de revelação da crise *fazendo eclodir um processo acelerado de mudanças que até hoje não encontramos seu ponto de equilíbrio.* (OLIVEIRA, 2004, p. 249, grifo nosso)

Boa parte desse referido desequilíbrio ocorre por incertezas quanto aos objetivos do ensino das línguas clássicas, consequência das crenças existentes a partir de um ensino tradicional prescritivista. Nóbrega (1962, *apud* MIOTI, 2006), apresenta, dentre os objetivos de ensino de latim, aqueles de “caráter disciplinar”, isto é, que fazem “uso do raciocínio de maneira bastante acentuada, a ponto de ser o latim considerado a ‘matemática das línguas’, ao propiciar ‘o desenvolvimento da inteligência’” (MIOTI, 2006, p. 13). No entanto, a própria Mioti, que critica tal visão, justifica o posicionamento de Nóbrega, uma vez que sua obra data de um período cuja educação se pautava por uma concepção tecnicista que sobrepunha as matérias tidas como mais humanistas.

De fato, não podemos ignorar as peculiaridades próprias das línguas clássicas em relação às línguas modernas – das quais podemos destacar a inexistência de falantes nativos – sob pena de tomarmos atitudes, por vezes, questionáveis, como utilizar metodologias de ensino de lín-

guas modernas, *sem qualquer adequação*, no ensino de línguas clássicas. Tais iniciativas podem estimular o debate sobre a importância do latim na atualidade, mas devem ser vistas com cuidado sob pena de cairmos em inadequações. Sobre o tema, destacamos Moita Lopes (1996). O autor faz uso de modernas teorias de ensino de línguas, mais especificamente das teorias interacionistas da leitura, como forma de alavancar o ensino das línguas e ele usa como exemplo o ensino de latim.

Assim, vários podem ser os objetivos que orientam os estudos da língua latina. Muitos livros e cursos de ensino de latim, em suas introduções, defendem que seu objetivo central é possibilitar ao aluno capacidade de ler os originais de textos literários de autores latinos como Cícero, Ovídio, Virgílio etc. Mioti (2006) defende que, através desses textos, poderíamos ter contato com os aspectos culturais que circundam a antiguidade clássica⁸¹. Ademais, há questões relativas ao aprimoramento da língua portuguesa, isto é, a língua portuguesa, como uma língua neolatina, guarda, em sua estrutura linguística, resquícios da estrutura latina. Assim sendo, muitos estudiosos tradicionais como, por exemplo, Nóbrega (1962 *apud* MIOTI, 2006) e Mello (*apud* OLIVEIRA, 2004) defendem que o conhecimento da língua latina auxilia no domínio da língua portuguesa. Furlan (2006), na introdução de sua obra, cita o relatório da Comissão Nacional para o Aperfeiçoamento do Ensino/Aprendizagem da Língua Materna, de 1986, cujo texto defende a reintrodução do latim no ensino médio objetivando um conhecimento mais profundo da língua portuguesa.

Apesar das críticas traçadas a tal objetivo, não podemos negligenciar a importância do estudo do latim para a língua portuguesa. Ter uma base latina é necessário para estudos diacrônicos da língua. Estes, por sua vez, acabam por complementar as lacunas deixadas por uma concepção estritamente sincrônica da língua, dando um suporte ainda mais sólido para o professor de língua portuguesa.

Em nosso trabalho, procuramos adotar uma concepção de ensino que abrangesse tanto a leitura de textos clássicos, quanto os aspectos lin-

⁸¹ Sobre esse aspecto é importante que se diga que não só obras latinas clássicas. Atualmente muitas obras literárias modernas tem sido traduzidas para a língua latina. Citamos, a título de ilustração *O Pequeno Príncipe (Regulus)* de Saint-Exupéry e *Harry Potter e a pedra filosofal (Harrisi Potter et Philosophi Lâpis)* de J.K. Rowling.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

guísticos. Tal posicionamento nos parece coerente com as dificuldades apontadas por Moita Lopes (1996) sobre o ensino de línguas clássicas.

No referido capítulo, o autor defende um ensino interacionista da leitura, como já afirmamos, que se baseia no uso conjunto do conhecimento sistêmico (conhecimento da estrutura linguística) e do conhecimento esquemático (conhecimento de mundo do leitor). Ele sinaliza que o foco dado pelos professores de línguas clássicas aos aspectos sistêmicos acaba por comprometer o ensino de tais línguas por deixar de lado os aspectos esquemáticos, “que são cruciais no ato da compreensão escrita e que podem até minimizar a falta de conhecimentos sistêmicos por parte do aluno” (MOITA LOPES, 1996, p. 150). De fato, o autor justifica essa prática comum dos professores de enfatizar a língua por conta do pouco conhecimento sistêmico e esquemático dos alunos, ele afirma:

Depreende-se da concepção interacionista de leitura que ensinar a ler é ensinar o leitor-aprendiz a relacionar os conhecimentos sistêmico e esquemático através de procedimentos interpretativos. Note-se, antes de mais nada, que o aluno de LCs [línguas clássicas] já está familiarizado com o ato de ler em sua LM [língua materna] e, por vezes, em uma ou mais LEs [línguas estrangeiras]. Portanto, o que ele tem a fazer é aprender a ler uma LC. *Todavia, devido à falta dos conhecimentos sistêmico e esquemático por parte do aluno, esses procedimentos não podem ser ativados, por assim dizer, pelo leitor-aprendiz.* O professor tem, então, de facilitar a utilização desses procedimentos interpretativos através de artifícios pedagógicos adequados. (MOITA LOPES, 1996, p. 152, grifo nosso)

Desse modo, podemos dizer que o problema não está em se trabalhar os aspectos linguísticos do latim, mas sim, tornar tais aspectos seu foco (FURLAN, 2006).

Acreditamos que unir objetivos como: a leitura de textos clássicos e o conhecimento profundo da estrutura da língua (seja como suporte para o desenvolvimento do conhecimento sistêmico, seja como base de estudos diacrônicos) pode vir a contribuir para a formação do profissional da linguagem.

4. *Dos dicionários latinos em geral*

Sob vários aspectos, a lexicografia latina está pautada na visão tradicional de ensino de latim. Raras são as obras que fazem uso de teorias linguísticas, de teorias de ensino de língua ou mesmo da lexicografia moderna:

A descrição do léxico latino nos dicionários, como não poderia de ser, segue a descrição da gramática. As formas eleitas para figurar nas entradas dos verbetes têm a finalidade de remeter ao “paradigma” [sic], entendido tradicionalmente como conjunto descrito pela gramática que serve de modelo à declinação ou à conjugação. Essa solução só faz sentido como parte de uma abordagem que prevê a assimilação mnemônica dos dados, já que torna problemática a localização da entrada de qualquer variante nominal que não seja o nominativo singular, ou verbal que não seja a primeira pessoa do singular do presente do indicativo. (LONGO, 2006, p. 43)

Como consequência, não raro, deparamo-nos com situações como a apontada por Torrão (1997): alunos que, mesmo já estando no quarto ano de latim, insistiam em procurar no dicionário o significado da palavra “erat”. Com isso, o dicionário, ferramenta essencial segundo os autores citados acima e tantos outros, acaba por se tornar prejudicial ao aluno iniciante de latim. É fato que Torrão (*op. cit.*) assinala possíveis vantagens e desvantagens no uso do dicionário. Para ser mais exato, o autor se detém às questões de aquisição de vocabulário sugerindo, inclusive, alguns meios que poderiam auxiliar nesse processo. Destacamos algumas sugestões que poderiam ser aproveitadas na composição de um dicionário:

1. A reunião de palavras em famílias, “que virá permitir ao aluno utilizar em simultâneo a memória, mas também o raciocínio para progredir neste campo” (TORRÃO, 1997, p. 3);
2. A exploração etimológica cuja vantagem é de permitir que o aluno enriqueça o vocabulário de língua clássica e de outras línguas modernas;
3. A exploração de vocábulos compostos através do conhecimento de prefixos e sufixos produtivos da língua.

Tais tópicos podem auxiliar o lexicógrafo ao tomar decisões sobre a macroestrutura como, por exemplo, *a existência ou não de uma lista de palavras cognatas, a inclusão ou não de prefixos e sufixos mais produtivos como entradas e a relevância de informações etimológicas no corpo da microestrutura*.⁸²

No que se refere ao uso de dicionário em si, o autor afirma que a escolha do momento de iniciar o aluno no uso do dicionário, se cedo ou

⁸² É mister ressaltar que tais escolhas devem ser tomadas levando em consideração o objetivo da obra lexicográfica e seu público-alvo (aprendizes iniciantes ou avançados, por exemplo).

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

mais tardiamente, possui suas consequências e, por conseguinte, o professor deve fazê-lo no momento que notar sua necessidade; contudo, ao decidir introduzir o uso do dicionário às aulas, *é de extrema importância que o professor reserve o tempo que for necessário para esclarecer ao aluno sobre como encontrar as informações contidas no corpo da obra lexicográfica*. Salientamos a importância de tal atitude, principalmente, por notarmos que os dicionários latinos comumente carecem de explicações sobre seu uso, cabendo ao consulente perceber, na prática, como as informações estão dispostas na sua nomenclatura.

Já Lima (1995, *apud* LONGO, 2006), ao tratar da questão, assinala três pontos tidos como essenciais para um dicionário latino feito a partir de uma perspectiva linguística: o *vocábulo*, a *significação léxica* e o *valor*. Diante de uma teoria lexicográfica moderna, parece-nos que os respectivos termos equivalem a: a *entrada*, o *enunciado definitório* e *exemplos de uso*. Assim sendo, neste trabalho usaremos os termos equivalentes já consagrados pelos estudos lexicais modernos. Importante salientar que daremos especial destaque à entrada.

A principal problemática, apontada por Longo (2006), sobre as entradas em dicionários latinos gira em torno do grupo de palavras flexionáveis: *substantivos, adjetivos e verbos*. De fato, palavras como o advérbio “*hodie*” ou a preposição “*inter*” não se configuram problemas para um consulente iniciante. Todavia, se a palavra for, como no exemplo de Torráo (1997), “*erat*” e o aluno buscar exatamente essa palavra, ele dificilmente encontrará seu significado, uma vez que as formas lematizadas dos verbos iniciam com estes na primeira pessoa do singular do presente do indicativo ativo seguida das demais formas primitivas, a saber: “*sum, es, esse, fui*”. O mesmo pode ser dito sobre substantivos e adjetivos cuja entrada privilegia o caso nominativo que, não raro, possui uma forma completamente diferente dos demais casos. Sobre esta questão, Longo (*op. cit.*) aponta uma possível explicação:

Um dos argumentos usados para defender a apresentação do nominativo, na entrada dos verbetes nominais dos dicionários, pode ser o de que esse é o caso que mais deformações sofreu em decorrência do uso. De fato, há situações em que, sincronicamente, é impossível inferir o nominativo a partir do tema. *Como, por exemplo, prever gurges a partir de gurgit-?* Certamente, as leis da fonética histórica do latim que explicam os fenômenos evolutivos podem justificar tal “irregularidade”. (LONGO, 2006, p. 50. Grifo nosso)

Realmente, para um aluno iniciante, como nossa própria experiência docente de latim aponta, traduzir um enunciado com o vocábulo “*gurgitem*” exige um conhecimento da língua que ele ainda está em vias

de aprender. Uma possível solução defendida por Longo (*op. cit.*) é o uso do *tema*⁸³. Através dele torna-se possível criar oposições com a flexão de caso, já que os temas são unidades virtualmente presentes em todas as manifestações latinas. Ainda assim, há o problema dos itens lexicais cujo nominativo difere do tema. Para solucionar tal questão, a autora advoga a favor da identificação dos temas através de palavras cognatas, como, por exemplo, das palavras “corpóreo”, “corporal”, “corporação” para apresentar ao aluno o tema latino “*corpor-*” e o nominativo “*corpus*”. Mais do que simplesmente apresentá-los, é importante, segundo a autora, deixar claro para o aluno que ambos os itens lexicais acima são variantes de um mesmo tema.

A despeito do que a autora defende, acreditamos que uma alternativa seria apresentar a entrada a partir de uma base comum entre ambos, isto é, de “*corpor-*” e “*corpus*”, a base “*corp-*” como entrada para o que um dicionário tradicional poderia trazer como “*corpus, oris*”. Tal decisão acreditamos tornar o dicionário latino mais funcional para o aprendiz iniciante.

5. Exemplo de dicionário: Dicionário Latino-Português (BUSSARELLO, 2005)

A edição analisada foi a 3ª impressão da 6ª edição de 2005. Não há referência à data da primeira edição. A obra possui um formato de bolso e contém, segundo um de seus prefácios, dez mil palavras. Em suas páginas iniciais, há uma lista de abreviatura, o prefácio da quinta edição, bem como o prefácio da edição atual – ambos não foram feitos pelo autor. Não há instruções de uso, a única referência nesse sentido é feita em um dos prefácios quando é dito que o hífen, utilizado algumas vezes na microestrutura, funciona para separar prefixos de radicais. Por conseguinte, muitas informações ficam perdidas ou são recuperadas com dificuldade por um consulente que se encontra nas primeiras lições de latim. Ademais, algumas decisões tomadas pelo dicionarista carecem de expli-

⁸³ Para a autora, tema é “a unidade constituída pelo radical acrescido da vogal temática, à qual se opõem as desinências correspondentes a cada caso, gênero e número, o *tema* é de natureza virtual e, como morfema que é, assinala-se graficamente com hífen” (LONGO, 2006, p. 33). Ressaltamos a existência do termo “radical formador” para se referir a “tema”.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

cação como, por exemplo, na lista de abreviaturas há os números “1” e “3” remetendo às conjugações verbais latinas:

1 indica um verbo de 1ª conjugação tanto regular como depoente
3 indica um verbo de 3ª conjugação

Contudo, apenas a microestrutura dos verbos de primeira conjugação possui a sua numeração. Abaixo um exemplo da terceira e da primeira conjugação respectivamente:

ac-cipio, is, ěre, cĕpi, cĕptum, tr. tomar, acolher, saber, aceitar
af-firmo 1, tr. fortalecer, confirmar, asseverar; assegurar

Uma vez que o próprio dicionário não explica a existência das formas verbais primitivas⁸⁴, é exigido que aluno recupere essas formas dos verbos de primeira conjugação através de seu próprio conhecimento da língua: “*affirmo, affirmas, affirmare, affirmavi, affirmatum*”. A regularidade do radical, comum aos verbos da primeira conjugação, facilita a recuperação de tal informação. Entretanto, questionamos a ausência do número “3” na microestrutura, já que sua função seria identificar o grupo ao qual o verbo pertence.

Um outro ponto interessante de se observar, a partir dos exemplos expostos, é a ausência de um hífen que indique quando temos, na sequência, um item lexical completo ou apenas a terminação. Vejamos outros exemplos para melhor destacar esse fato:

acer, acris, acre, adj. agudo, picante, ardente, mordaz, acre.
fero, fers, ferre, tŭli, lātum, tr. levar, trazer, suportar; **aegre ferre**: não tolerar; aborrecer-se com.
magister, tri, m. mestre; chefe; diretor
magnus, a, um, adj. grande, extenso, largo; imponente; nobre, generoso
miser, ěra, ěrum, adj. Miserável, infeliz, mesquinho, desgraçado.
tribŭo, is, ěre, tribŭi, tribŭtum, tr. dividir; conceder; ter consideração para.

Nos exemplos acima, temos diferentes situações. Em “*fero, fers, ferre, tŭli, lātum*”, o verbo é apresentado por extenso em todas suas formas primitivas, o mesmo não ocorre em “*tribŭo, is, ěre, tribŭi, tribŭtum*” cuja microestrutura se apresenta híbrida, isto é, há tanto as formas escritas

⁸⁴ Chamamos “formais verbais primitivas” aquelas que fornecem os três temas verbais que, acrescidos das desinências dão origem aos tempos derivados. Tradicionalmente os dicionários latinos apresentam: 1ª e 2ª pessoas do singular do presente, infinitivo presente, 1ª pessoa do pretérito perfeito e o supino – todos do modo indicativo e na voz ativa.

por extenso (“tribũo, tribũi, tribũtum”) quanto apenas terminações. É comum obras lexicográficas apresentarem o uso do hífen para indicar as terminações. Dessa forma, um aprendiz iniciante pode confundir o infinitivo de “tribũo” com “tribuoẽre”, “tribuoẽre” ou “tribẽre”. O mesmo pode ocorrer com “magister” e suas formas declinadas, “miser” e talvez “magnus”, como nossa experiência docente já testemunhou. Por fim, ao notarmos o adjetivo “acer, acris, acre”, escrito por extenso, questionamos-nos se o aproveitamento de espaço no dicionário não seria o principal critério dessas escolhas.

Busarello (2005) não esclarece, em sua nomenclatura, a separação do “u” vocálico (apresentado com a letra “u”) do “u” consonantal (letra “v”) e ainda não faz o mesmo com o “i” vocálico e o “i” consonantal. Não encontramos justificativas para esse comportamento diferenciado para o “u” e o “i”. Busarello (2005) também não deixa claro para o consulente o uso dos sinais de quantidade de modo que o aprendiz iniciante acaba precisando de alguém mais experiente para orientá-lo.

Outro tópico que nos chamou a atenção foi a existência de algumas subentradas que poderiam se configurar como entradas independentes:

altus, a, um, adj. alto, elevado; ilustre; poderoso; **altum, i**, n. o alto, o céu; o profundo, alto-mar
amicus, a, um, adj. agradável; caro; afeiçoado; **amicus, i** m. amigo; favorito.

De fato, causa-nos um estranhamento a preferência do dicionarista em manter os substantivos como subentrada dos adjetivos, uma vez que a tradição lexicográfica opta pelo inverso.

Observamos, também, que o parêntesis possui muitas funções dentro da microestrutura, vejamos algumas:

acinus, i, m. (**acinum, i**, n.) bago de uva (de romã)
aedes (aedis), is f. tempo; (pl.) habitação, morada, casa.
cano, is, ère, cecĩni, (cantatum), tr. e intr. Cantar; celebrar narrar; tocar.
diēs, eĩ, m. f. dia; prazo; jornada; luz (do dia)
genu, us, n. joelho; nó (de uma planta)

Certos usos dos parêntesis não são claros para o consulente como no exemplo de “cano, is, ère, cecĩni, (cantatum)” e outros verbos que observamos na nomenclatura. Uma vez que não há instruções de uso, não há como identificar esse uso: sinonímia ou desuso ou remissiva ou outra coisa? No entanto, o uso dos parêntesis nas demais situações poder ser

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

inferido. Em “*diēs*” e “*genu*” os parêntesis são utilizados para explicar a definição de modo que “*genu*”, em sua segunda acepção, não é um nó, mas um nó de uma planta, igualmente “*diēs*” é a luz do dia. Já o uso dos parêntesis em “*aedes*”, aponta para uma variante ortográfica e ainda uma diferenciada para o plural. Contudo, chamou-nos à atenção o verbete “*acīnus*”, já que “*acīnum*”, apesar da sinonímia, possui um gênero diferente – nesta situação, talvez coubesse uma nova entrada. Por fim, novamente em “*diēs*”, o uso das duas abreviações sem uma separação como a conjunção “e”, usada em algumas situações:

facio, is, ěre, fĕci, fĕctum, tr. e intr. Fazer, efeutar, cumprir; produzir; causar; supor.
loquor, ěris, lŏqui, locŭtus sum, dep. intr e tr. falar, dizer; exprimir.

Notamos que há uma falta de padronização na microestrutura da obra. Para concluir a descrição desse dicionário, um outro aspecto que não nos parece claro é o uso da vírgula e do ponto-e-vírgula para separar as acepções. A princípio, parecia-nos que o ponto-e-vírgula separava acepções diferentes, enquanto a vírgula as sinonímias. Mas, ao verificarmos com cuidado, não parece ser esse um critério seguido a risca pelo dicionarista:

ac-cipĭo, is, ěre, cĕpi, cĕptum, tr. tomar, acolher, saber, aceitar.
delĕo, es, ěre, ěvi, ětum, tr. apagar, riscar; destruir.
dico, is, ěre, dĭxi, dĭctum, tr. dizer; pronunciar; declarar; chamar; escrever; falar em público.
nŭbes, is, f. nuvem; multidão, bando.
res, rĕi, f. coisa, matéria; condição; respeito, relação; fato; assunto; interesse público; a coisa (pública), causa; negócio.

A partir dos exemplos expostos, podemos ver que não há um critério que o consulente possa inferir pela microestrutura. Enquanto que em “*ac-cipĭo, is, ěre, cĕpi, cĕptum*” todos os equivalentes estão separados por vírgula, independente se há ou não uma relação de sinonímia entre eles, no verbete “*dico, is, ěre, dĭxi, dĭctum*” todas as acepções são separadas por ponto-e-vírgula. Como consequência, sem um parâmetro para a aplicação de tais pontuações, o uso desse recurso lexicográfico na microestrutura se perde, isto é, se não há critério, a padronização em apenas uma forma, ou vírgula ou ponto-e-vírgula, tornaria a microestrutura mais coerente para um usuário principiante.

6. Uma proposta microestrutural

Diante das descrições feitas, podemos, agora, lançar mão de nossa proposta microestrutural. Uma vez que um dos objetivos de um dicionário como esse é dar uma certa independência ao aluno no momento da consulta, é preciso que as informações sejam objetivas e claras.

Um dos pontos advogamos é uma seleção criteriosa das informações realmente necessárias para um público iniciante. À medida que as necessidades de consulta vão se tornando mais complexas, o aprendiz deve recorrer a dicionários, também, mais complexos.

O segundo ponto defendido por nós é o modo como a entrada está disposta – isso vai influenciar na agilidade da consulta pelo aluno. Dentro dos aspectos socioafetivos na aprendizagem de línguas, mais especificamente no uso do dicionário escolar, a lentidão em localizar a palavra ou, pior, não encontrar o verbete que se busca poderá contribuir negativamente nas próximas consultas – de modo a fazer com que o aluno deixe de lado a obra lexicográfica.

Acreditamos que uma alternativa seria apresentar a entrada a partir de uma base morfológica comum entre os radicais existentes daquela palavra para, em seguida, apresentar as formas flexionáveis mais importantes. Importante ressaltar que tais formas viriam por extenso e não abreviadas como dita a tradição lexicográfica. Isso porque nosso aluno não teria problemas com a reconstrução das formas lexicais que pudessem gerar dúvidas. Exemplifiquemos:

pater, tris. m. pai, chefe de família; (pl.) senadores

Nesse exemplo, sabemos que há duas formas coexistentes, a do nominativo “*pater*” e a do genitivo, “*patris*”. É a partir do genitivo que temos o radical “*patr-*” do qual declina todas as suas formas, à exceção do nominativo e vocativo singular. Com isso, a entrada de nossa proposta poderia constar como “*pat-*”, já que é a base comum entre ambas as formas, ficando, a princípio:

PAT-

● **pater, patr.is** (masc.) *pai, chefe de família; (pl.) senadores.*

Essa microestrutura, acreditamos, deve auxiliar ao aluno na busca, uma vez que ele possa estar procurando o significado para a palavra “*paterem*” (acusativo singular) ou “*patrum*” (genitivo plural). Há de se notar o uso de cores, que explicaremos mais a frente, e a palavra por extenso.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Escrito assim, por extenso, não há como o aprendiz, ao tentar reconstruir a forma genitiva, escrever “*patertris*”, por seu turno, o ponto destaca a separação entre o radical formador e desinência casual do genitivo singular, ao mesmo tempo que o negrito destaca a palavra no genitivo. Vejamos um outro exemplo com um verbo:

dico, is, ěre, dīxi, dictum, tr. dizer; pronunciar; declarar; chamar; escrever; falar em público.

A reconstrução dos radicais formadores exige um certo conhecimento linguístico, mesmo porque não há um hífen indicativo de terminação em “*is, ěre*”. Desse modo poderíamos propor:

DI-
● **dic.o**, dic.is, dic.ěre (dic.ěre), **dīx.i**, **dict.um** (verb. trans.) *dizer; pronunciar; declarar; chamar; escrever; falar em público*.

Através dessa microestrutura, a localização das informações seria otimizada para o aluno, dando-lhe uma melhor independência com o uso da obra.

Uma possível problemática que nossa microestrutura pode apresentar é quando o item lexical tiver a mesma forma base que um outro item. No caso, teríamos duas subentradas, cada uma introduzida com o símbolo “●” em vermelho escuro. Vejamos um exemplo de verbete para ampliar a discussão:

AMIC-
● **amicĭ.o**, amicĭ.s, amicĭ.re, **amicŭ.i**, **amĭct.um** (verb. trans.) *cobrir, vestir*.
● **amĭc.us**, amĭc.a, amĭc.um (adj.) *agradável, caro, afeiçoado*.
● amĭcus, **amĭc.i** (subst. masc.) *amigo, favorito*.
AMICA-
● amĭca, **amĭc.ae** (subst. fem.) *amiga, amásia, amante*.

O verbete para o item lexical “*amica*” não se configura como subentrada, uma vez que sua base comum não é “*amic-*”, mas “*amica-*”. É certo que nossa proposta, em vários aspectos, foge da tradição lexicográfica latina. Apenas uma testagem poderia ampliar a discussão sobre sua relevância ou não. Entretanto, mesmo uma proposta como a que estamos expondo ou uma outra que siga os modelos tradicionais, não geraria tantos problemas com uma introdução que oriente os consulentes no processo de busca.

Por fim, restamo-nos defendermos os aspectos visuais empregados. Quando empregados de forma coerente, sem poluir visualmente o

verbete, recursos multimodais não só tornam a localização das informações mais precisa, como fazem com que a obra fique mais atrativa e lúdica para aprendiz – apelando para as estratégias socioafetivas da aprendizagem de línguas.

7. *Considerações finais*

A despeito de tudo, procuramos colaborar para o desenvolvimento de um diálogo interdisciplinar entre diferentes campos de estudos. Na verdade, há muito a se considerar no que tange ao fazer dicionário para ensino de latim. Chamamos a atenção dos professores e pesquisadores latinistas para a os estudos lexicográficos modernos. Todavia, não é fácil falar sobre dicionários, essa obra cuja fama o torna algo inviolável e incontestável. De fato, tal crença se espalha por todas as instâncias dos estudos lexicais. Muito embora as pesquisas crescentes dentro desse campo de estudo busquem desenvolver uma visão científica sobre os dicionários, estudar essa temática ainda requer um processo de garimpagem, por vezes, cansativo. O que se dirá, então, da produção de um dicionário de cunho pedagógico? Por tal razão, procuramos elucidar nossa perspectiva acerca da lexicografia pedagógica e como os estudos feitos, hoje, podem contribuir para seu desenvolvimento, em especial, os estudos ligados à teoria da multimodalidade. Realmente, acreditamos que essa teoria seria um acréscimo salutar à lexicografia latina. Não à toa, os dicionários para aprendizes, cada vez mais, fazem uso de recursos visuais – cores, ilustrações etc. – em sua estrutura. O uso de ilustrações em dicionários de línguas clássicas poderia elucidar o consulente a cerca da realidade social, histórica e cultural que permeia a antiguidade clássica. Podemos exemplificar com imagens de caráter mitológico, obras de arte, gravuras com lugares, bustos de personagens históricos, desenhos representativos de situações, como um teatro romano da época.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUSARELLO, Raulino. *Dicionário básico latino-português* 6. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

_____. *Dicionário Aurélio infantil de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

_____. *Miniaurélio século XXI*. 5. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

_____. *Dicionário Aurélio júnior: dicionário escolar da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2005a.

_____. *Aurelinho: dicionário infantil ilustrado da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2005b.

FURLAN, Oswaldo Antônio. *Língua e literatura latina e sua derivação portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2006.

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. *Reading images: the grammar of visual design*. London: Routledge, 1996.

LONGO, Giovanna. *Ensino de latim: problemas linguísticos e uso de dicionário*. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

MIOTI, Charlene Martins. *O ensino do latim nas universidades públicas do estado de São Paulo e o método inglês reading latin: um estudo de caso*. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística). – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Leitura e ensino de línguas clássicas*. In: _____. *Oficina de linguística aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas*. Campinas: Mercado das Letras, 1996, p. 147-163.

OLIVEIRA, Alzir. *Discurso e prática didática do latim no ensino de graduação*. In: PINHEIRO, Hélder (Org.). *Território da linguagem*. Campina Grande: Bagagem, 2004.

PONTES, Antônio Luciano. *Dicionário em sala de aula: saberes e aplicações*. Fortaleza: Eduece, 2009.

TORRÃO, João Manuel Nunes. *A aquisição de vocabulário e o uso de dicionário*. II Colóquio Clássico – *Actas*. Aveiro, Universidade, 1997. Disponível em: <<http://www2.dlc.ua.pt/classicos/Dicionario.pdf>>. Acesso em: 20-07-2015.

EMPRÉSTIMO LINGUÍSTICO E PURISMO

Vito César de Oliveira Manzollilo (USP)
cesarhb@hotmail.com

Toda a fúria nacionalista contra essa *avalancha* de termos e construções, caracterizados como *estrangereiros*, teve a sustentá-la um arcabouço teórico muito mais filológico que linguístico. Com o desenvolvimento da linguística moderna e a sua disseminação no âmbito universitário, esse fenômeno relacionado aos empréstimos linguísticos começou a ter novas *abordagens*.

(FEIJÓ, 1994, p. 64)

RESUMO

Dizendo respeito especialmente ao léxico – segundo Vilela (1979: 55), “o último nível linguístico antes da passagem à realidade não linguística” –, aqui no Brasil, assim como em outros países, o empréstimo já foi considerado vício de linguagem, barbarismo, ameaça à pureza da língua e, em casos mais extremos, elemento capaz de provocar a sua derrocada. Felizmente, na atualidade, a ciência da linguagem vem se encarregando de colocar as coisas em seus devidos lugares, seja esclarecendo que o empréstimo não pode ser abordado exclusivamente a partir de condicionamentos linguísticos, seja evidenciando o absurdo de propostas como a de um deputado federal que, no final do século passado, julgou ser possível controlar o uso de palavras estrangeiras por meio de decreto. Nesse sentido, abordar aspectos ligados ao binômio empréstimo/purismo é o que se pretende com esta exposição.

Palavras-chave: Neologismo. Empréstimo linguístico. Purismo.

Para Leite (1999a, p. 19),

o purismo linguístico é um fenômeno que surgiu a partir do estabelecimento, em uma dada língua, de um modo de falar ou de escrever “melhor” do que os demais. Isto é, decorre de haver em cada língua vários usos, tendo um deles sido escolhido como o que poderia servir de modelo a ser imitado por todos.

Elia (1962, *s.v. vernáculo*) explica que “o amor exagerado ao vernáculo se chama *purismo*”. Para ele (1962, *s.v. purismo*),

o purismo deriva de uma atitude intransigentemente estática diante dos fatos da linguagem e, geralmente, elege um período da língua como intocável (para a língua portuguesa é o período clássico), perante o qual se prostra em reverente submissão. O purismo se choca com a realidade da língua, fruto de múltiplos e atuantes fatores que a impedem de marmorizar-se em cânones infrangíveis. Todavia a língua possui uma disciplina, que a liberta de inovações pa-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

rasitárias ou nocivas e a mantém dentro do espírito progressista da tradição do idioma.

Rodrigues (2004, *s.v. purismo*), ao definir purismo como a “atitude segundo a qual a utilização da língua deve se conformar a uma norma ideal que visa a privilegiar um uso dito ‘puro’, sem empréstimo de outras línguas”, torna explícita a forte correlação existente entre purismo e empréstimo”.

Faraco (2001, p. 143) informa estar a raiz do purismo

na cultura ocidental, (...) no ideal greco-latino de pessoa culta, ao qual se agregava o pressuposto de bem-falar e bem-escrever, isto é, de cultivar certos padrões de língua identificados com o uso dos autores consagrados. A chamada *puritas* (isto é, a “correção idiomática”, ou, como diríamos hoje, o uso da norma padrão) era, assim, uma das grandes qualidades do estilo do orador e do escritor.

Dubois *et al.* (1973, *s.v. purismo*), de forma ampla, identificam purismo com o

comportamento de certos falantes para com sua língua, caracterizado pelo desejo de fixá-la num estado de sua evolução, considerado como norma ideal e intangível, à qual devem ser reduzidos todos os desvios; o purismo busca justificar-se por meio de considerações de ordem moral (preservação da pureza da língua).

Ao comentar o conceito, Jota (1981, *s.v. purismo*) deixa bem claro não ver razão de ser no purismo, caracterizado por ele como uma

excessiva obediência à pureza da língua, com repúdio aos neologismos, aos estrangeirismos, às gírias. Decorrente de uma deformada visão da língua, que não se harmoniza com o amplo horizonte da linguística moderna, atualmente só os ignorantes podem ainda esposar tanta intransigência, como se a língua fosse simples massa petrificada. A língua, por si mesma, gera o antígeno que a defende de corpos indesejáveis, preservando-lhe a estrutura e a índole.

Crystal (1997b, p. 435) define a noção como “a visão de que uma língua precisa preservar padrões tradicionais de correção e ser protegida contra a influência estrangeira”. Em outra ocasião (1997a, *s.v. purism (purist)*), lembra ainda que, em linguística, o termo é usado de modo pejorativo para caracterizar uma escola de pensamento que encara a língua como algo que precisa ser preservado das influências estrangeiras e também daquelas advindas da linguagem coloquial. Na visão do autor, a postura purista não é aceita pelos linguistas, pois estes têm a consciência da inevitabilidade da mudança linguística.

Pinto (2011, vocabulário crítico, *s.v. purismo*) encara o termo como uma “atitude de apego às formas vernáculas da língua e, consequen-

temente, de repúdio a toda inovação, quer proveniente de outra língua, quer devida a formação interna recente”.

Câmara Jr. (1991, *s.v. purismo*), por seu turno, define purismo como a

atitude de extremado respeito às formas linguísticas consagradas pela tradição do idioma, que muitas vezes se assume na língua literária; a língua é considerada à maneira de uma água cristalina e pura, que não deve ser contaminada. Daí, a hostilidade aos estrangeirismos, aos neologismos e a todas as formas linguísticas não autorizadas pelo uso literário tradicional. Essa atitude, adotada rigidamente, cerceia a capacidade expressiva.

No âmbito da linguagem literária, noção relacionada a purismo é a de *vernaculidade*, isto é,

a qualidade de um escritor saber aproveitar os traços característicos e distintivos da língua nacional, mesmo os mais fugidios, de preferência a recorrer a neologismos e estrangeirismos; a vernaculidade é o dom da expressão estilística dentro do purismo. (CÂMARA JR., 1991, *s.v. vernáculo*)

Em outra oportunidade, observando mais detidamente o binômio purismo/*estrangeirismo*, Câmara Jr. (1999, p. 131) expõe que

pode-se dizer, em essência, que o purismo consiste em imaginar a língua como uma espécie de água cristalina e pura, que não deve ser contaminada. Perde-se a noção de que ela é o meio de comunicação social por excelência, ou, para mantermos o símile, a água de uma turbina em incessante atividade e mais ou menos turva pela própria necessidade da sua função. De um ponto de vista assim teoricamente falso, passa-se a rejeitar tudo aquilo comumente usado, mas que resulta de uma influência estrangeira ou da generalização do que foi de início um erro individual, um vulgarismo ou um regionalismo. Em português, a norma culta tem-se deixado conduzir, neste particular, para uma posição de excessiva hostilidade contra os estrangeirismos.

E completa: “É uma atitude pouco inteligente e negativa a de rejeitar uma palavra ou um tipo de frase de que todos se servem, pelo simples motivo de lhe sabermos a origem francesa, inglesa ou alemã” (CÂMARA JR., 1999, p. 133).

Relativamente ao português, o conceito de purismo encontra-se bastante ligado à noção de *empréstimo*, especialmente entre os séculos XVIII e XX, época de grande influência francesa no mundo, inclusive no Brasil e em Portugal, que viveram então período de grande galicofobia⁸⁵.

⁸⁵ Na Itália, a situação era a mesma, de acordo com Tagliavini (1993, p. 448): “O léxico francês penetrou fundo no italiano, com empréstimos e decalques, suscitando inclusive, mais de uma vez, protestos violentos ou acalorados de puristas nostálgicos contra o galicismo invasor”.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Consoante assinala Leite (1999a, p. 131), “o antigalicismo era uma briga de Portugal, que não queria se submeter, também na língua, ao domínio francês já existente na esfera político-econômica. Por extensão, e não por convicção, os brasileiros reagiam contra esse domínio”.

Paxeco (1949, p. 58, nota 142) assinala ainda que

a influência da Língua Francesa, não só quanto ao léxico, mas ainda no que respeita à morfologia e sintaxe, tem sido tão grande no português, que os Gramáticos se viram obrigados, desde longa data, a escrever obras de combate ao *galicismo* – palavra que tomou um conteúdo emocional muito mais forte que o de *espanholismo*, *italianismo* ou *anglicismo*.

Nessa ocasião de ascendência linguística e cultural francesa, era comum que “autoridades linguísticas” elaborassem glossários de palavras e de construções que deveriam ser evitadas justamente por serem consideradas galicismos. Pretendia-se, com essa prática, instruir o povo e salvar a pureza e a autossuficiência do idioma.

Conforme informação de Cunha (1981, p. 33),

em princípios do século XIX, o perigo era considerado de tal monta que a Academia Real das Ciências (de Lisboa) incluiu como assunto prioritário no programa de 1810, da classe de literatura portuguesa, a elaboração de um “Glossário, ou catálogo de palavras e frases, em que se mostre com toda a individualização as que são próprias da língua francesa, e que por descuido ou ignorância se tem introduzido na locução portuguesa moderna, contra o antigo e bom uso, e principalmente as que forem contra o gênio da nossa língua, e como tais inadotáveis nela”. Foi para satisfazer à aspiração dos seus confrades que Frei Francisco de São Luís [ou cardeal Saraiva, 1766-1845] escreveu o *Glossário das palavras francesas*, publicado em 1827 às expensas da própria Academia.⁸⁶

É claro que o juízo crítico dos autores dos glossários não era suficiente para regular os usos linguísticos. Muitas das palavras condenadas ainda hoje sobrevivem, tendo ocorrido também o fato oposto, isto é, elementos tidos como proveitosos acabaram por desaparecer, numa clara

⁸⁶ O título completo da obra é *Glossário das palavras e frases da língua francesa, que por descuido, ignorância, ou necessidade, se tem introduzido na locução portuguesa moderna; com o juízo crítico das que são adotáveis nela*. Segundo informa Leite (1999b, p. 83), sua data de publicação foi 1816. Esse também é o ano que aparece em Bagno (2004, p. 60). Verdelho (2002, p. 60), no entanto, concorda com Cunha.

evidência de que, em matéria de língua, os próprios falantes é que acabam decidindo o melhor rumo a seguir.⁸⁷

Algumas décadas depois, precisamente em 1889, o médico brasileiro Antônio de Castro Lopes (05.01.1827 – 11.05.1901)⁸⁸, ainda hoje lembrado muito mais em função do inusitado e do pitoresco de suas propostas do que de seu real valor como estudioso, publica, no Rio de Janeiro, a obra *Neologismos indispensáveis e barbarismos dispensáveis*, na qual sugeria a substituição de estrangeirismos em voga naquele momento por criações produzidas a partir de bases, sobretudo, latinas. Assim, em lugar de *nuance*, passaria a ter uso *ancenúbio*, o mesmo ocorrendo com *balípedo* em relação a *futebol*⁸⁹, *cardápio (menu)*⁹⁰, *choribel (carnê)*,

⁸⁷ Entre as palavras condenadas pelo cardeal Saraiva, por exemplo, encontram-se as seguintes: *confinar, emoção, fuzil, fuzilar, imbecil, panfleto, perecível, regressar, reprimenda, rotina e sabre*. Por outro lado, a expressão *grande mundo* (do francês *le grand monde*), aceita pelo autor, acabou, naturalmente, por cair no esquecimento – cf. Cunha (1981, p. 105, notas 59 e 60). Também com relação ao espanhol, as recomendações dos puristas não foram levadas em conta, conforme se depreende do seguinte trecho, extraído de Haensch *et al.* (1982, p. 411): “A experiência demonstrou que os excessivos esforços proibitivos e prescritivos que vão contra as tendências evolutivas da língua tiveram, em geral, pouca influência sobre esta. Como demonstrou o *Dicionário de galicismos* de R. Baralt, muitos vocábulos e construções censurados por este autor são hoje correntes no espanhol padrão, e não poucos inclusive foram admitidos pela Real Academia Espanhola”. Além disso, conforme informa Bagno (2003, p. 109-110), “no III Congresso Internacional da Abralín (Associação Brasileira de Linguística), realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro em março de 2003, a linguista canadense Shana Poplack apresentou dados interessantíssimos de sua pesquisa sobre a relação entre realidade linguística e atividade dos gramáticos. Apoiada na análise de 300 gramáticas normativas da língua francesa publicadas ao longo de 400 anos (entre os séculos XVI e XX), Poplack mostrou que as tentativas dos gramáticos de domar a língua se revelam amplamente frustradas: por mais que os gramáticos criem regras para controlar a atividade linguística dos falantes, estes dão pouca ou nenhuma importância efetiva a tais regulamentações, e continuam a moldar a língua segundo suas próprias intuições e necessidades ‘atropelando’ a gramática normativa e ‘errando’ à vontade. Assim, construções linguísticas que até hoje são condenadas como erro pelos normativistas já eram empregadas pelos falantes do francês 400 anos atrás, conforme testemunham as prescrições dos gramáticos antigos! Isso prova que, de fato, é a *atividade linguística* dos próprios falantes em suas interações sociais e em suas relações de poder que, em cada época, moldam os critérios de rejeição e de aceitabilidade.”

⁸⁸ Conforme comenta Martins (1988, p. 65), “o latinista e médico Doutor Antônio de Castro Lopes, [sic] ficou tristemente famoso por duas obras – uma, por propor explicações estapafúrdias à origem dos anexins; outra, por sugerir substituições gregas e latinas para os estrangeirismos, como aquele terrível *anidropodoteca*, e outras *sesquipedalia verba*”.

⁸⁹ Segundo Houaiss e Villar (2001, s.v. *balípedo*), essa foi a palavra proposta por Castro Lopes em substituição ao anglicismo *futebol*. De acordo com Carvalho (2002, p. 66) e com Monteiro (2002, p. 199), a forma em questão seria *ludopédio*. Já em Maciel (1931, p. 435-436), lê-se que o “jovem e

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

concião (*meeting*), *convescote*, (*piquenique*), *focale* (*cachenê*), *lucivêu* ou *lucivelo* (*abajur*), *ludâmbulo* (*turista*), *nasóculos* (*pincenê*), *plutenil* (*parvenu*), *preconício* (*reclame*), *premagem* (*massagem*), *protofonia* (*overture*), *runimol* (*avalanche*) e *venaplauso* (*claque*).

Observando-se de forma atenta a relação anterior, nota-se que os esforços do médico-filólogo Castro Lopes não obtiveram lá muito êxito. Em alguns casos, tanto sua criação quanto o estrangeirismo combatido deixaram de ser usados (cf. *concião* e *meeting* e *plutenil* e *parvenu*, por exemplo). *Pincenê* e *claque* não desapareceram de todo, embora sejam cada vez menos utilizados. Melhor sorte, talvez, esteja reservada a *reclame*, pelo menos enquanto o apresentador Fausto Silva ainda estiver no ar anunciando “os reclames do Plim-Plim”.

Pode-se dizer ainda que apenas *cardápio* e *protofonia* lograram alguma aceitação, apesar de o primeiro não ter conseguido expulsar de modo definitivo o concorrente francês. Quanto a *convescote*, trata-se, conforme se lê em Resende (1993), de “um preciosismo que traz uma nota galhofeira”.

O fato é que nem mesmo um purista convicto como Cândido de Figueiredo via de forma muito positiva essa prática de Castro Lopes. A respeito dela, assim se manifestou numa ocasião: “É óbvio que, na substituição de um estrangeirismo, sobretudo se ele está vulgarizado, é mil vezes preferível *aportuguesá-lo*, ou substituí-lo por palavra já conhecida, a criar vocábulos eruditos, que o povo não percebe nem aceita facilmente”. (FIGUEIREDO, 1928, p. 284)

No Brasil, Castro Lopes não foi o único a forjar palavras que pudessem tomar o lugar de estrangeirismos. De acordo com Cunha (1991, s.v. *vespera*), na acepção de festa ou espetáculo realizado à tarde, “o voc. [*vesperal*] foi introduzido na língua portuguesa, para traduzir o fr. *matinée*, por Cláudio de Sousa, em 1920”.⁹¹ Já o escritor romântico brasileiro

ilustrado professor Archanchy” criou uma alternativa que pudesse fazer as vezes do estrangeirismo, isto é, o “belo vocábulo *ballipodio*.”

⁹⁰ Conforme se lê em Neves (2003, s.v. *cardápio*), a criação de Castro Lopes é mais usada do que a unidade léxica francesa: 69% contra 31%.

⁹¹ Em Duarte (1982, p. 39-40), a responsabilidade pela inovação é atribuída a Amadeu Amaral: “Foi Amadeu Amaral quem do adjetivo pouco usado *vesperal*, relativo à tarde, tirou o substantivo *vesperal*, espetáculo que se realiza à tarde, para substituir o galicismo desnecessário *matinée*, que criava raízes e quase já desapareceu”. Já em Elia (1962, s.v. *neologismo*), lê-se: “*Vesperal* foi

Visconde de Taunay (1843 – 1899), autor de *Inocência*, propôs, nesse caso com grande aceitação, a unidade léxica *necrotério* para substituir o francesismo *morgue*. O item lexical *chofer*, por sua vez, foi “consid. gal. pelos puristas, que sugeriram em seu lugar: *motorista*” (Houaiss e Villar, 2001, s.v. *chofer*).⁹²

O temor de que a língua nacional pudesse sucumbir em função de uma grande quantidade de empréstimos não era exclusividade luso-brasileira. Da mesma forma, a técnica de combate a estrangeirismos adotada no Brasil por Castro Lopes também teve adeptos em outros países, ao que parece, com resultados mais profícuos, segundo se lê em Störig (1987, p. 140):

durante algum tempo palavras estrangeiras chegavam à Alemanha em tal quantidade que se temia viesse a língua a perder suas características próprias. Contra isso lutaram muitas personalidades importantes, chamadas então de “puristas”, que eram até mesmo ironizadas. O próprio Goethe zombou do purista J. H. Campe, que, por volta de 1800, procurou e propôs substitutos alemães para vários estrangeirismos. Com o decorrer do tempo muitas de suas novas criações acabaram por ser aceitas.

A luta sistemática contra as palavras estrangeiras envolvia muito mais do que razões puramente linguísticas. Para alguns, pureza da língua era quase como pureza da raça. Patriotismo e soberania também acabavam entrando em jogo. Aceitar e usar unidades léxicas emprestadas era sinal de subordinação, de inferioridade e de submissão. Nesse sentido, estas palavras de Bréal (1992, p. 74), de Faraco (2001, p. 139-140) e de Nunes (1928, p. 24) são significativas:

Quando se vai ao fundo da repulsa que as palavras estrangeiras provocam em certos espíritos, descobre-se que ela vem de associações de ideias, de lembranças históricas, de visões políticas. Aos puristas alemães, a presença das palavras francesas lembra uma época de imitação que eles gostariam de apagar de sua história. Os filólogos helenos, que baniram as palavras turcas do vocabulário, continuam, a sua maneira, a guerra de independência. Os tchecos, que chegam até a querer traduzir os nomes próprios alemães para não deix-

neologismo de Cláudio de Sousa para substituir *matinée* no sentido de espetáculo à tarde.” Assim como Elia, Bueno (1967b, p. 186) também credita o surgimento da novidade a Cláudio de Sousa. Quanto à frequência de uso, de acordo com Neves (2003, s.v. *matiné*), a forma francesa (aportuguesada) é a que aparece em 94% dos casos.

⁹² Em crônica de sua autoria, Resende (1993) credita a paternidade da palavra a Medeiros de Albuquerque. No mesmo texto, informa ainda que a proposta de Castro Lopes para substituir *chofer* foi *cinesíforo*.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

rem resquícios de um idioma ouvido por muito tempo, ligam à sua obra de expurgo a esperança de sua autonomia. A “pureza” serviu, pois, muitas vezes, de etiqueta a aspirações ou a ressentimentos que não queriam mostrar-se abertamente.

O discurso antissemita dos nazistas incluía uma condenação do que eles identificavam como “*jidichismos*” (isto é, termos emprestados do *ídiche*) na língua alemã. Em outros termos, a “*raça pura*” deveria falar uma “*língua pura*”.

O meio pelo qual um povo melhor afirma a sua independência é o uso da linguagem própria, a de que se serviram os seus antepassados e lhes foi transmitida de geração em geração; substituímos pela dos outros a que herdamos é em certo modo renunciarmos ao modo de ser e pensar que nos caracteriza e define, para assumirmos o dos outros, por vezes tão diferente; é, numa palavra, uma escravatura, tanto mais indigna quanto nos não foi imposta pela força, mas aceita por nós sem o mínimo sinal de protesto ou revolta.

De forma lúcida, Bechara (2009, p. 599) comenta que

os estrangeirismos léxicos que entram no idioma, por um processo natural de assimilação de cultura ou de contiguidade geográfica, assumem aspecto de sentimento político-patriótico que, aos olhos de puristas extremados, trazem o selo da subserviência e da degradação do país. Esquecem-se de que a língua, como produto social, registra, em tais estrangeirismos, os contatos de povos. Este tipo de patriotismo linguístico (Leo Spitzer lhe dava pejorativamente o nome de *patriotite*) é antigo e revela reflexos de antigas dissensões históricas.

Na esfera da lusofonia, tolerava-se mal o galicismo; havia, porém, certa condescendência com elementos de outras proveniências – italianismos e espanholismos –, os quais pertenciam a línguas estruturalmente mais semelhantes ao português.

O idioma francês era então encarado como um autêntico inimigo, cujas palavras e expressões iam “mareando cada vez mais o brilho da língua nacional” (PEREIRA, 1932, p. 249). Com exagero, falava-se até em “desmoronamento da língua” (VASCONCELLOS, 1966, p. 330), o que, obviamente, não sucedeu.⁹³ O sentimento de inferioridade em relação a outros povos também era comum: “se noutros países se respeitam e defendem as respectivas línguas (...), por que haveremos nós de continu-

⁹³ Como oportunamente assinala Bagno (2004, p. 66), “o sentimento pessimista de que as línguas, em seus estados atuais, representam inevitavelmente uma ‘*corrupção*’ ou ‘*decadência*’ de um estágio anterior de suposta ‘*pureza*’ não é exclusivo dos falantes do português”. O autor conta que, mesmo entre falantes do inglês e do francês, a sensação de declínio e de morte em relação a suas línguas tem sido observada ao longo do tempo.

ar desinteressando-nos da nossa? Será ela menos digna que as demais, em seus predicados?” (AMARAL, 1944, p. 45)

Com o intuito de comprovar a danosa ascendência do francês, alguns autores apelavam para comparações com outras línguas, como fazem, respectivamente, Vasconcellos (1966, p. 329), Nunes (1975, p. 408) e Barreto (1980b, p. 364, nota 1) nestes trechos:

Os nossos autores dos séculos XV e XVI sabiam espanhol, italiano e latim; eram as respectivas literaturas o que sobretudo lhes alimentava o espírito. O francês então cultivava-se pouco. Ora a influência exercida no nosso idioma por aqueles não foi nefasta, como depois a do francês, do século XVII em diante, quando ele começou verdadeiramente a dominar. O francês, de facto, distanciava-se mais do português do que o espanhol e o italiano; o latim era língua-mãe.

A par do francês, também o *espanhol* nos transmitiu alguns vocábulos, mas contrariamente aos daquele idioma, em número muito limitado, não obstante o convívio literário, dantes muito íntimo, e a contiguidade territorial, o que se explica decerto pelo mais estreito parentesco das duas línguas e grande comunidade vocabular.

(...) mas a influência exercida no nosso idioma pelo espanhol e pelo italiano não foi nefasta, como foi depois a do francês, porque espanhol e italiano são línguas mais conformes à índole da nossa: o francês distancia-se mais do português.⁹⁴

Curioso é observar que até mesmo os mais combativos soldados do exército purista às vezes sucumbiam e acabavam por cometer os mesmos erros contra os quais lutavam. Tal comportamento pode ser observado em Vasconcellos (1966, p. 355), o qual, se desculpa, ao fim de um “exame de delinquências gramático-vocabulares” por eventualmente cometer também algumas das infrações comentadas.

Já Barreto (1982a, p. 311) afirma:

Em matéria de galicismos (...) todos pecamos, porque os mamamos com o leite. Ainda sabendo que são galicismos, eles escorrem-nos pela pena sem darmos fé. Nem os escritores mais puros logram livrar-se do extenso contágio francês que nos rodeia. Não podemos ser inimigos sistemáticos do galicismo.

⁹⁴ Bréal (1992, p. 172), de forma pertinente, observa que “os defensores da pureza (...) recomendam – se for necessário aceitar os empréstimos – dirigir-se de preferência a uma língua irmã (...). O conselho é excelente, mas nem sempre fácil de seguir, porque da mesma forma que é preciso pegar os objetos necessários à vida onde eles se encontram, não se pode pegar as palavras a não ser junto aos que as possuem”.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Alguns são necessários, e outros, menos úteis, estão já tão difundidos que hão de sobreviver aos furibundos puristas que os condenam.

Em outra oportunidade (1982b, p. 23), discorrendo ainda sobre o mesmo tema, completa:

No capítulo de galicismos todos pecamos. Nem os que mais se prezam de escrever bem, logram sair imunes de tão extenso contágio francês que nos rodeia. Não é só aos tradutores de folhetins que escapam galicismos: também eles escorrem das mais autorizadas penas.

Ainda que os estrangeirismos léxicos também não fossem poupados, reprimiam-se de forma mais veemente os sintáticos ou fraseológicos, por atingirem diretamente a estrutura do idioma.

Na esfera do vocabulário, eram admitidos apenas os itens lexicais considerados necessários, se bem que poucos autores tenham se dado o trabalho de definir satisfatoriamente o significado desse adjetivo, apelando, não raro, para critérios subjetivos.

Mais específico do que os demais relativamente à definição de palavra necessária (não viciosa, portanto), Almeida (1985, p. 507), reconhecendo que “a permuta de vocábulos é, até certo ponto, admissível entre as diversas línguas como consecutório do comércio ou intercâmbio internacional”, define como aceitáveis as

que servem para nomear objetos, artefatos, usanças, ritos, privativos ou originários de nação estranha, bem como produtos da flora, da fauna ou da geologia local, quando, em vez de designados por nome técnico científico ou nome universitário com equipolentes nos outros idiomas, o são por *antonómias* filiada a tradições ou acidentes meramente indígenas.

Para Barreto (1980b, p. 368-9, nota 1), até mesmo os nomes próprios de pessoas deveriam ser traduzidos, quando da existência de correspondentes na língua portuguesa. Propunha, por exemplo, que o nome do estudioso francês *Michel Bréal* fosse escrito Miguel Bréal, com mudança do prenome e conservação do sobrenome. Acerca dessa mesma questão, faz também estas considerações:

A propósito de nomes próprios, achamos em extremo ridícula a mania de muitos papás e mamãs que (...) recorrem às línguas estrangeiras, para condecorar os seus pequenos com um nome exótico (...). Os nossos nomes (...) são vulgaríssimos, antipáticos, desarmonicos. Soam melhor no inglês e no francês.

Que frivolidade! Que refinadíssima parvoíce! Como se progride bem no caminho da vernaculidade... à moda do carangeijo!⁹⁵

Como se viu, o conceito de estrangeirismo necessário não era muito preciso. Daí, a preferência, sempre que possível, pelo uso de uma palavra vernácula. Nesse sentido, louvava-se o esforço daqueles que, de alguma forma, seja criando um neologismo, seja ressuscitando um arcaísmo, conseguiram escapar do empréstimo, pois, como diz Barreto (1982b, p. 134, nota 3), “melhor seria uma palavra tirada da língua mesma do que adotar uma de fábrica estrangeira”.

Apesar de toda a campanha empreendida em favor da exclusão de estrangeirismos do português, também se nota, por parte dos gramáticos tradicionais, certa resignação quanto à ineficácia de semelhante atitude, como os seguintes trechos permitem entrever:

Não têm faltado os paladinos da boa linguagem nos dois países onde se fala o idioma português (...). Infelizmente, aos seus esforços nem sempre tem correspondido o êxito desejado, porque para muitos eles não passam de *caturrices*; isso, não obstante o bom combate não deve deixar de ser prosseguido pelos que amam a sua língua, porque, embora se não consiga todo o resultado proposto, alguma coisa sempre se alcançará. (NUNES, 1928, p. 11-2)

Todos os puristas (...) lutaram e lutam debalde contra estrangeirismos em geral e em especial contra galicismos. Nunca os poderão extirpar de todo. Ainda assim, a sua campanha, inspirada por veemente amor-pátrio é muito simpática, útil, sempre que expliquem bem as razões por que condenam certos galicismos e proponham boas formas e fórmulas nacionais (ou pelo menos pe-

⁹⁵ Como constata Carvalho (2009, p. 68-69), na segunda metade do século passado, a situação permanecia inalterada: “Em nenhum país lusófono há uma adoção indiscriminada de nomes próprios em inglês como no Brasil, sobretudo nos baixos estratos sociais urbanos. João, Manuel, Maria, Severina, Francisco vão sendo substituídos por Magaiver, Kelly, Marilyn, Josiley, Kennedy, Tyrone, Daiane e muitos outros, mais estranhos, que constam da lista de chamada das escolas públicas. Parece que a escolha é baseada na paráfrase ‘quanto mais estranho, melhor’”. Atualmente, de acordo com matéria publicada por uma revista semanal brasileira, que leva em conta dados referentes a 2003, há “duas preferências nacionais na hora de escolher o nome do bebê”: a opção por um nome da moda, grafado, muitas vezes, de forma altamente inusitada. Especificamente com relação a nomes estrangeiros, percebeu-se um “predomínio de nomes mais identificados com a sonoridade da língua pátria (exceções feitas a Giovanna e Kauan, ambos em meteórica e multigrafada ascensão), em detrimento dos importados que prevaleciam nas décadas de 60 e 70 – uma multidão de Wellington, Washington, Robinson e outros terminados em ‘on’. De modo geral, quanto mais alta a classe social maior a tendência a nomes ‘simples’, enquanto a quantidade de ípsilons e eles dobrados aumenta em proporção inversa. ‘Uma das explicações para a quantidade de variações do mesmo nome no Brasil é a falta de conhecimento da grafia certa. Muitas vezes, a pessoa escreve pelo som ou pelo que acha que é’”, afirma Regina Obata, professora de biblioteconomia da USP, entrevistada na reportagem – Cf. Moherdaui (2004, p. 96).

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

ninsulares (...)) com que seria possível substituí-los. (VASCONCELOS, 1946, p. 322)

Apesar do combate que lhes deram incansáveis vernaculistas, como Fr. Francisco de S. Luís, Filinto Elísio, Silva Túlio, Castilho e outros, as palavras e expressões francesas vão tomando de assalto o nosso vocabulário, dele desterrando vozes e expressões castiças. (COUTINHO, 1976, p. 195)

É desmedido o número de palavras e locuções estrangeiras que em revistas, periódicos e livros afeiam, desnaturalizam e corrompem a língua portuguesa. Parece que são inúteis os esforços dos gramáticos e puristas para depurar a linguagem de tão bárbara e perniciososa pestilência. (BARRETO, 1980a, p. 349)

Muitos dos seus [de Castro Lopes] alvitres não tiveram nem podiam ter eco, porque o *indivíduo*, por mais autoridade e competência que deva ao trabalho e à boa fortuna, é quem menos intervém na formação e evolução das línguas – produto de *colectividades* através do tempo. Mas é incontestável que, dos persistentes esforços de Castro Lopes, ficou alguma coisa no devotado amor, que muitos dos seus compatriotas consagram aos foros e regalias da língua portuguesa. (FIGUEIREDO, 1956, p. 117)

Nota-se também entre os gramáticos a consciência de que a condenação de uma palavra não é algo definitivo e perene. É possível que o vício de linguagem de hoje se transforme na riqueza lexical de amanhã. Sobre isso, assim se expressa Barreto (1982a, p. 230):

O *Glossário de Galicismos* do monge beneditino está hoje antiquado e deve-se estudar com grande prudência (...). Muitas palavras das que censurou D. Fr. Francisco de S. Luís foram depois empregadas por escritores excelentes e que também se distinguem pelo zelo da propriedade e pureza dos vocábulos.

Não há dúvida de que, ao se falar em empréstimos no âmbito da gramática prescritiva, os nomes de Cândido de Figueiredo (1846-1925) e de Mário Barreto (1879-1931) são logo lembrados. Os dois autores escreveram pela mesma época, o primeiro em Portugal, o outro no Brasil. Atuavam em verdadeiros consultórios gramaticais – semelhantes aos que se veem hoje na maioria dos jornais do País –, respondiam a dúvidas de consulentes e comentavam fatos da língua, muitos deles relativos a estrangeirismos. Defensores da pureza do idioma português, cultores de um estilo rebuscado e grandiloquo, vários de seus escritos provocariam riso, se fossem vistos com os olhos de hoje. Observem-se alguns deles:

a) Fora dos limites do necessário e do útil, são altamente condenáveis, e não-se de castigar sem misericórdia, palavras estrangeiras que intentam roubar o posto a palavras nossas, antigas e vivas, precisas, límpidas, comuns (BARRETO, 1980b, p. 343-344);

b) Os linguistas preferem, sempre que a coisa é possível, harmonizar a ortografia com a pronúncia, segundo a tradição da língua. Assim faz, entre outros, o sr. dr. Cândido de Figueiredo, o qual tem sido em nossos dias um bizarro paladim com a lança no riste em honra e defesa das excelências da vernaculidade (BARRETO, 1980b, p. 345);

c) Os dignos mestres que procuram difundir o uso e amor da língua portuguesa, pura e castiça, fazendo-lhe a propaganda com livros, nas cátedras onde ensinam, em jornais ou revistas, e fazem advertências endereçadas a impedir a corrupção do idioma, são ridicularizados com os apodos de *puristas*, *pedantes*, *gramáticos*, por aqueles que, em vez de confessar que empregam as construções viciosas ou bárbaras por ignorância das castiças e corretas, preferem fazer do sambenito gala, e mofar dos que mantêm os foros da sintaxe portuguesa (...) (BARRETO, 1980b, p. 371);

d) Na tradução devemos evitar a voz *detalhes*, francesa a mais não poder. Em seu lugar temos *pormenores*, *minudências*, *particularidades* etc., como para *detalhado* há *circunstanciado*, *minucioso*, *miúdo*; e para *detalhar* há *especificar*, *particularizar*, e para *detalhadamente* há *circunstançiadamente*, *miudamente* (...). O cardeal Saraiva, Silva Túlio, Cândido de Figueiredo, Rui Barbosa, e outros puristas têm censurado os três galicismos *detalhe*, *detalhar* e *detalhadamente*. Mas parece que todas as censuras são como marteladas sobre ferro frio. A mais da gente não as quer ouvir (BARRETO, 1980b, p. 507);⁹⁶

e) *Fornecer* (...) é vocábulo de uso corrente – dirão –, mas este fundamento não me convence, pois de uso, e até de abuso, são *constatar*, *debutar*, etc., etc.; e nenhum aspirante a escritor vernáculo os empregaria certamente (BARRETO, 1980b, p. 543);

⁹⁶ Sobre o galicismo *detalhe*, assim se manifesta Ali (1971, p. 104-105): "*Detalhe* (...), francesismo tão expressivo e tão afortunado, que facilmente se introduziu e adotou também nos demais idiomas cultos: em inglês, alemão, espanhol, italiano, russo, sueco e dinamarquês. Em espanhol, língua tão semelhante à nossa, foi o vocábulo *detalhe* sancionado pela autoridade da Academia, que o incluiu no seu Dicionário na edição de 1884. A palavra *detalhe* corre em boca portuguesa e brasileira há século e meio, vive e floresce hoje e anda impressa em livros e jornais. Puristas extremados e exagerados a evitam. Estes, porém, expungindo o termo, não suprem a falta como em casos análogos costumam, quer dizer, não recorrem a outra palavra que signifique o mesmo e de que se saiba ao certo haver sido usada pelos clássicos da língua. *Pormenor* é o substituto predileto; (...). Quem vê os fatos da linguagem com mais largueza não irá tão longe; contentar-se-á com os dous termos já admitidos no falar corrente. Tanto direito de viver tem o galicismo – não é o único – como o termo cujo emprego clássico ainda está por apurar".

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

f) Os galicismos são corsários que me não vencem nunca ao primeiro assalto (FIGUEIREDO, 1928, p. 115);

g) Portanto, o *tourisme* francês só poderá aporuguesar-se, passando para *torismo* ou *turismo*. (...). Teremos, pois, o *turismo* e os *turistas*. *Tourismo* poderá aplicar-se à arte de correr *touros* ou *toiros*. Para outra coisa não serve, a não ser para escalracho da língua. E para isto já cá temos francesias em barda. Antes a praga dos gafanhotos (FIGUEIREDO, 1927, p. 94-95).

h) Tive ocasião de registrar centenares de destemperados galicismos, a muitos dos quais me referi, para os condenar, no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* e noutros livros meus. É infinita, porém, a seara dessas plantas daninhas e exóticas (FIGUEIREDO, 1956, p. 10).

i) Ocioso será dizer que esta praga de galicismos é mais numerosa e nociva, que a dos gafanhotos bíblicos (FIGUEIREDO, 1956, p. 115);

j) Os franceses não são os únicos exportadores de falsos arrebiques que, em vez de enfeitar, deturpam o nosso idioma. O castelhano, o italiano, o inglês e o alemão, também têm culpas no cartório. Mas afinal as culpas são todas nossas. Eles exportam o que têm; nós importamos o que poucas vezes nos é preciso, e fingimos de pobres, sendo talvez mais ricos do que eles. (FIGUEIREDO, 1956, p. 115)

Em seus últimos textos, Mário Barreto passou a adotar uma postura menos intransigente com relação a estrangeirismos. Reconheceu o poder de penetração do francês em muitos outros idiomas e passou a externar opiniões menos inflexíveis acerca do assunto. Eis algumas delas:

É vã a alegação de que é supérfluo o transplantar de uma língua a outra palavras forasteiras, quando se possui o necessário (...). Daí o grande êxito de certas palavras pedidas de empréstimo e que estão hoje espalhadas por toda a parte (...). Certo é que algumas de tais palavras têm a correlativa portuguesa; creio, porém, que poucas vezes correspondem com exatidão à mesma ideia, por mais que se haja dito e se repita com frequência o contrário, e por mais neologismos que propusesse o publicista Dr. Castro Lopes. (BARRETO, 1986, p. 67)

Compreendo muito bem que existe uma corrente poderosíssima de ideias que vêm de França aos dois países de língua portuguesa e deixa fatalmente um sedimento de vocábulos e construções novas contra cuja intrusão é impossível lutar. (BARRETO, 1986, p. 284)

Não fazemos guerra aos neologismos como os puristas acadêmicos ou academizantes ou como certos gramáticos que, à vista de termos novos, rompem em gritos e gestos de antropopitecos selváticos. Introduzir uma palavra

duma língua análoga afigura-se-lhes um crime; todo neologismo lhes parece uma blasfêmia. Não querem ver que as línguas só se desenvolveram e se desenvolvem, graças à assimilação de provincianismos e até de barbarismos, e à criação contínua de neologismos, nas construções e nas palavras. (BARRETO, 1986, p. 291-292)

Consultando outros estudiosos, vê-se que Bueno (1967a, p. 238-239) também analisa o conceito de purismo em sua gramática histórica. Nessa obra, faz um pequeno retrospecto da questão da luta pela pureza do idioma, observável já nos períodos mais antigos da língua portuguesa. Comenta que, tanto na literatura de Portugal quanto na do Brasil, nunca faltaram livros que clamassem contra o galicismo (sempre ele!). Classifica a tese do purismo como anticientífica, pois, assim como não existem raças puras, também não há línguas puras. Com o intuito de comprovar a inutilidade do combate sistemático ao galicismo, cita a lista organizada por Duarte Nunes do Leão, em *Origens da língua portuguesa*, na qual, segundo ele, das 360 palavras condenadas, apenas 5 não estão em vigor na língua atual.

Silva Neto (1956, p. 12) lembra o fato de que

o purismo é uma arma bigúmea; se, de um lado, pela defesa das boas formas vernáculas, presta bons serviços – de outro corre o risco de contribuir para empobrecer a língua, pois levanta um obstinado muro, que opõe feroz intransigência a qualquer penetração de neologismos. O Purismo é uma exagerada e exclusiva imitação do passado, é deturpação, é imobilidade morta. O passado não dever ser um modelo cristalizado e hirto, mas um modelo em perpétuo movimento, constantemente vivificado e enriquecido.

Já Lapa (1998, p. 38) crê ser contraproducente e até grotesco lutar contra o galicismo. Ainda de acordo com o autor,

a adoção dos estrangeirismos é uma lei humana e particularmente portuguesa; constitui como que uma fatalidade, devida aos intercâmbios das civilizações. A língua, especialmente o vocabulário, só tem a lucrar com isso. O ponto está em que essa imitação não exceda os limites do razoável e não afete a própria essência do idioma nacional.

Ribeiro (1964, p. 127) define purismo como “o exagerado apego às regras gramaticais”. O autor discorda do purismo exacerbado e, por meio de uma comparação singular, censura os puristas ardorosos, os quais “representam, perante a língua, a mesma figura que esses moralistas ridículos e tartufos desempenham em nossa sociedade”. (RIBEIRO, 1964, p. 128)

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Num texto em que discute precisamente o conceito de purismo, Ali (1957, p. 188) diz não ver sentido na doutrina que defende a pureza da linguagem e questiona até os critérios por ela utilizados.

Não é justa nem lógica no conceder ou negar entrada a inovações que venham suprir faltas reais ou supostas. Admite latinismos, admite grecismos, não se opõe talvez a hispanismos e italianismos, mas repele os galicismos com singular veemência. Em rigor, para uma língua constituída, que de há muito possui literatura, tão intrusos são os termos que vêm de uma parte como os que arribam de outra. Se já não bastam os meios de que até agora dispúnhamos, se é preciso sair de casa a pedir, tanto humilha bater à porta da direita como à da esquerda.

Os modelos de perfeição purista eram, lembra o autor, as obras clássicas portuguesas, as quais foram escritas em um tempo em que não era costume inspirar-se literária e linguisticamente na França. Daí, a ausência de galicismos nessas produções artísticas. A partir do século XVIII, com a França a ditar normas na Europa, a situação mudou. Mas, na opinião de Ali (1957, p. 188), “não foi só a necessidade que canalizou para o português dicções francesas; cooperou também o desamparo em que a gente educada ia deixando, por menos fecundo, o cultivo da tradição vernácula”.

Sabe-se que essa superioridade francesa trouxe a campanha contra os galicismos, que inclui, como já se viu, obras como o glossário de Fr. Francisco de S. Luís, classificado por Ali (1957, p. 189) como “notável pela abundância de conceitos judiciosos”. De acordo com o juízo crítico desse autor, o frei acertou em muitas de suas previsões quanto à incorporação de certos vocábulos; condenou, todavia, outros que se encontram “hoje de tal modo incorporados ao português, que já ninguém se lembra de discutir sobre a sua legitimidade ou, sequer, de a pôr em dúvida” (ALI, 1957, p. 189). Tais seriam os casos de *jornal*, *progredir*, *população*, *corte (tribunal)* e *rotina*.

A ideia do purismo levado às últimas consequências não é encampada por Said Ali. Segundo ele (1957, p. 201), tal modo de pensar pressupõe uma absurda concepção de linguagem que se satisfaz com o material doméstico, nem que, para isso, seja necessário ressuscitar arcaísmos e fabricar neologismos, não raro, contrários à própria índole do idioma, proporcionando um abastecimento forçado da língua, o qual não é sinal de riqueza ou de virtude.

Em outra ocasião (1971, p. 83), sobre a atuação dos puristas, nem sempre sensata, comenta:

Sentenciar não custa; mas para quem encara os fenômenos da linguagem como a ciência pede, a questão dos galicismos não consiste em julgar se são ou não são desnecessários. Melhor juiz não pode haver do que a própria linguagem quando se apodera das novas expressões e delas se utiliza a todo instante, e nunca mais as abandona, por muito que contra tal uso ou abuso bradem os zeladores da tradição antiga (...). O cardeal Saraiva e os demais puristas do seu tempo tinham ideias errôneas e confusas sobre a história do idioma. Imaginavam que a língua de Camões e Vieira fosse cousa perfeita, pura, inalterável. Acreditavam que os clássicos não introduziriam galicismos na língua em que escreviam. E eram, de fato, incapazes de o fazer; pois desconheciam em geral o francês; mas aceitavam sem discutir – para o que lhes faltava competência – os galicismos e outros estrangeirismos que porventura já eram correntes no idioma.

Melo (1981, p. 151) também comenta a ação dos vernaculistas, puristas e gramáticos a partir do século XVIII contra a onda de francesismos, assinalando que “algum efeito sempre produziu a contínua campanha dos defensores da língua, porém muito alta vai a contribuição de Alémpirineus”.

O autor (1981, p. 151) combate os galicismos “desnecessários ou tolos” – não esclarece o que quer dizer com isso –, afirmando que

justo é que se guarde a pureza do idioma, justo que se mostre a riqueza vernácula e que se ponha a nu a pedanteria ou a ignorância dos veiculadores de galicismos desnecessários ou tolos. Mas é preciso ter medida, reconhecer que o empréstimo é fenômeno normal em toda língua viva, curvar-se diante do *fato* e, sobretudo, não deixar influir antipatias e gostos pessoais no julgamento. Porque puristas há por aí tão radicalmente contrários às francesias, que as querem de qualquer modo substituir, ainda seja que por um espanholismo ou por grotescas vozes manipuladas com elementos gregos ou latinos.

Cunha dedica todo um capítulo – intitulado justamente “O terrorismo purista” – de sua obra *Língua portuguesa e realidade brasileira* à análise da questão do purismo. De saída, pergunta:

Quando gramáticos e escritores, para resguardo da pureza idiomática – entendida como suprema virtude da expressão –, propõem uma rigorosa barreira alfandegária à entrada de termos e construções estrangeiras, que conceito têm de *pureza*? O português é o latim numa evolução de vinte séculos, ao qual cedo se incorporaram elementos gregos, das línguas indígenas da Península Ibérica, dos conquistadores godos e árabes e, posteriormente, uma quantidade enorme de palavras francesas, provençais, italianas, espanholas, inglesas, alemãs e, também, das línguas africanas, asiáticas e americanas. Que significa então português *puro*? (CUNHA, 1981, p. 29)

Na visão de Cunha (1981, p. 35), em lugar de promoverem a condenação sistemática aos estrangeirismos, os gramáticos portugueses e brasileiros deveriam preocupar-se mais com as condições de aclimação

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

dessas palavras ao português. Na conclusão do texto, Cunha opina não ser o estrangeirismo algo facilmente extirpável de um idioma. Além disso, lembra que muitos dos itens léxicos estrangeiros que se instalaram no português ingressaram igualmente noutras línguas, constituindo os chamados “barbarismos universais” de que fala Manuel Bandeira em seu poema “Poética”.

Consoante os autores pesquisados permitem supor, o comportamento purista não se circunscreve somente à esfera do estrangeirismo, ainda que haja uma forte relação entre as duas noções. Apesar de tudo o que hoje se sabe acerca do comportamento das línguas, o temor de que um idioma possa vir a ser descaracterizado e até mesmo aniquilado pela influência de outro ainda vive em alguns corações e mentes, especialmente naqueles mais suscetíveis ao alarmismo, sendo a mudança linguística, não raro, ao contrário do que ocorre em outros setores da vida, encarada como fator de decadência.

O desejo de manter a língua, uma realidade histórico-cultural, num estado perene de fixidez e de repouso é absurdo e vai contra a própria natureza do funcionamento da linguagem, em que transformação e mudança se fazem sempre presentes.

No mundo lusófono, o combate ao estrangeirismo, de forma ingênua, nunca levou em conta o ponto fulcral da questão, quer dizer, a razão principal do acolhimento de tantas unidades léxicas alógenas, que não é outra senão a dependência cultural e o atraso científico e tecnológico.

Resultado de uma ideia ultrapassada, a de que “a aceitação de elementos de outras línguas era vista como uma degradação, uma abdicação da mentalidade coletiva” Câmara Jr. (1977, p. 77-78), o purismo intransigente já não pode mais encontrar espaço no âmbito dos estudos linguísticos modernos. Também não tem mais sentido – se é que algum dia o teve – a concepção de gramático todo-poderoso a ditar regras norteadoras dos usos linguísticos gerais, como se vê desde o *Appendix Probi*, uma das primeiras manifestações do gênero, a qual, como bem se sabe, já naquela época não alcançou os propósitos esperados.

Por fim, seguem algumas palavras de Saramago (1991, p. 193-194), que bem podem sintetizar todo o anteriormente exposto:

Eu penso que a língua, e essa é que é a questão fundamental, deve manter a sua vitalidade e, sem perder a sua identidade, abrir-se. Sim, porque não podemos fechar a língua a sete chaves, a pretexto de que é um cabedal precioso. E se formos só ler os clássicos e não pensarmos no tempo de hoje, então tere-

mos uma língua, eventualmente perfeita, eventualmente pura, eventualmente formosa, mas que já não será deste mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, Manuel Said. *Meios de expressão e alterações semânticas*. Rio de Janeiro: FGV, 1971.

_____. O purismo e o progresso da língua portuguesa. In: _____. *Dificuldades da língua portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957, 179-201.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 1985.

AMARAL, Vasco Botelho do. *Cultura, defesa e expansão da língua portuguesa*. Lisboa: Revista de Portugal, 1944.

BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. Cassandra, Fênix e outros mitos. In: FARACO, Carlos Alberto (Org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Parábola, 2004, p. 49-83.

BARRETO, Mário. *Através do dicionário e da gramática*. 4. ed. Rio de Janeiro: Presença/INL/FCRB/MEC, 1986.

_____. *De gramática e de linguagem*. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença/INL/FCRB/MEC, 1982a.

_____. *Fatos da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença/INL/FCRB/MEC, 1982b.

_____. *Novíssimos estudos da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença/INL/FCRB/MEC, 1980a.

_____. *Novos estudos da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença/INL/FCRB/MEC, 1980b.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev., ampl. e atual conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRÉAL, Michel. *Ensaio de semântica: ciência das significações*. Coord. e rev. téc. da trad. Eduardo Guimarães. São Paulo: Educ/Pontes, 1992.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

BUENO, Francisco da Silveira. *A formação histórica da língua portuguesa*. 3. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 1967a.

———. *Estudos de filologia portuguesa*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1967b.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

———. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico/INL/MEC, 1977.

———. *Manual de expressão oral e escrita*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CARVALHO, Nelly. *Empréstimos linguísticos*. Recife: UFPE, 2002.

———. *Empréstimos linguísticos na língua portuguesa*. São Paulo: Cortez, 2009.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 7. ed. rev. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

CRYSTAL, David. *A dictionary of linguistics and phonetics*. 4. ed. updated and enlarged. Oxford: Blackwell, 1997a.

———. *The Cambridge Encyclopedia of Language*. 2. ed. New York/Melbourne: Cambridge University Press, 1997b.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. rev. e acresc. de um suplemento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 8. ed. atual. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.

DUARTE, Paulo. Prefácio. In: AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira: gramática, vocabulário*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC/INL/MEC, 1982.

DUBOIS, Jean *et al.* *Dicionário de linguística*. 9. ed. Dir. e coord. ger. da trad. Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1973.

ELIA, Sílvio. *Dicionário gramatical*. 3. ed. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Globo, 1962.

FARACO, Carlos Alberto. Empréstimos e neologismos: uma breve visita histórica. *ALFA – Revista de Linguística*, 45. São Paulo: UNESP, 2001, p. 131-148.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

FEIJÓ, Luiz Cesar Saraiva. *A linguagem dos esportes de massa e a gíria no futebol*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UERJ, 1994.

FIGUEIREDO, Cândido de. *O que se não deve dizer: bosquejos e notas de filologia portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Clássica, 1927, vol. III.

———. *Os estrangeirismos*. 6. ed. corr. e melh. Lisboa: Clássica, 1956, vol. I.

———. *Problemas de linguagem*. 4. ed. Lisboa: Clássica, 1928, vol. I.

HAENSCH, Günther *et al.* *La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JOTA, Zélio dos Santos. *Dicionário de linguística*. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1981.

LAPA, Manuel Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEITE, Marli Quadros. *Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999a.

———. Purismo no discurso oral culto. In: PRETI, Dino (Org.). *O discurso oral culto*. 2. ed. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999b, p. 79-113.

MACIEL, Maximino. *Gramática descritiva*. 12. ed. aum. e refund. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Francisco Alves, 1931.

MARTINS, Antonio. *Arthur Azevedo: a palavra e o riso*. São Paulo: Perspectiva, 1988.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

MOHERDAUI, Bel. Soletre, por favor. *Veja*. São Paulo: Abril, 11.02.2004, p. 96-97.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. 4. ed. rev. e ampl. Campinas: Pontes, 2002.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Guia de uso do português: confrontando regras e usos*. São Paulo: UNESP, 2003.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. 8. ed. Lisboa: Clássica, 1975.

_____. Galicismos. In: _____. *Digressões lexicológicas*. Lisboa: Clássica, 1928.

PAXECO, Elza. *Galicismos arcaicos*. Lisboa: Revista de Portugal, 1949.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática histórica*. 7. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1932.

PINTO, Edith Pimentel. Século XX. In: SPINA, Segismundo (Org.). *História da língua portuguesa*. Cotia: Ateliê, 2011, p. 515-583.

RESENDE, Otto Lara. Palavras inventadas. In: *Bom dia para nascer*. Sel. Matinas Suzuki Jr. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p. 98.

RIBEIRO, Joaquim. *Estética da língua portuguesa*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro/São Paulo: J. Ozon, 1964.

RODRIGUES, Diego *et al.* (Coord. Edit.). *Larousse ilustrado da língua portuguesa*. São Paulo: Larousse do Brasil, 2004.

SARAMAGO, José. Mesa-redonda sobre a relação entre a língua portuguesa e os diversos ramos do saber. In: ESTRELA, Edite. *Bem dizer bem escrever: itinerário linguístico-cultural*. 2. ed. Lisboa: Notícias, 1991.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da filologia portuguesa*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1956.

STÖRIG, Hans Joachim. *A aventura das línguas: uma viagem através da História dos idiomas do mundo*. Trad.: Glória Paschoal de Camargo. São Paulo: Melhoramentos, 1987.

TAGLIAVINI, Carlo. *Orígenes de las lenguas neolatinas: introducción a la filología romance*. Trad.: Juan Almela. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

VASCONCELLOS, José Leite de. *Lições de filologia portuguesa*. 4. ed. enriq. com notas do autor, pref. e anot. por Serafim da Silva Neto. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1966.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

VASCONCELOS, Carolina Michäelis. *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa: Revista de Portugal, 1946.

VERDELHO, Telmo. Dicionários portugueses, breve história. In: NUNES, José Horta; PETTER, Margarida (Orgs.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas, FFLCH/ USP; Campinas: Pontes, 2002, p. 15-64.

ESTUDO SOBRE O LÉXICO DO CANDOMBLÉ
EM TOCAIA GRANDE

Laura de Almeida (UESC)
prismaxe@gmail.com
Luana Santos Melo (UESC)
luuh16sm@hotmail.com

RESUMO

O léxico do candomblé é algo muito peculiar da cultura brasileira. No caso específico de nosso estudo será com base na obra de Jorge Amado, *Tocaia Grande*, em que discutimos a carga cultural que essa linguagem específica traz em seu bojo. Nosso objetivo é fazer um levantamento lexical dos termos relativos ao candomblé na língua portuguesa e sua tradução para a língua inglesa. Os dados serão classificados segundo as modalidades de tradução de Vinay e Darbelnet (1960). Nosso arcabouço teórico se constrói com base na intraduzibilidade discutida por Mounin (1963) e Rónai (1987). Pautamo-nos nas pesquisas sobre tradução cultural de Aubert (1995), além dos estudos sobre a linguagem do candomblé de Póvoas (1989) e Bastide (2001) e dos estudos culturais de Hall (2002). Com base no exposto, apresentamos resultados parciais de uma pesquisa de iniciação científica sobre o estudo desse léxico e suas repercussões na cultura baiana.

Palavras-chave: Tradução cultural. Estudos culturais. Candomblé. Língua e cultura.

1. *Introdução*

O presente artigo apresenta parte da pesquisa realizada em um Projeto de Iniciação Científica intitulado "Aspectos da cultura baiana na tradução para a língua inglesa", no qual se inclui o trabalho "Aspectos da religião traduzidos da língua portuguesa para a língua inglesa na obra *Tocaia Grande* de Jorge Amado", com o qual objetivamos analisar aspectos da religião do candomblé na tradução da obra *Tocaia Grande* de Jorge Amado para a língua inglesa. Nossos objetivos específicos visaram: a) Classificar os termos culturalmente marcados presentes na obra *Show Down*, de acordo com as diferentes modalidades de tradução; b) Discutir os resultados da análise descritiva e comparativa entre original e tradução para o inglês dos termos religiosos culturalmente marcados na obra *Tocaia Grande: A Face Obscura*.

Nossa proposta foi analisar a questão da tradução cultural extraída da obra de Jorge Amado, *Tocaia Grande* traduzida por Gregory Rabassa, também para o inglês americano como *Show Down*. Para tanto, partimos com base na seguinte indagação: Podemos traduzir a cultura de uma lín-

gua para outra sem “perder” as características básicas que a marcam em sua cultura de origem?

A seguir, apresentamos a metodologia adotada, assim como a fundamentação teórica, a análise dos dados coletados e a discussão dos mesmos.

2. Metodologia adotada

A metodologia utilizada foi com base nas análises qualitativa e quantitativa. Na primeira análise organizamos os dados analisando os aspectos semântico-lexicais dos trechos extraídos para análise segundo a tipologia proposta por Vinay e Darbelnet (1960) conforme apresentado por Campos (1987), segundo o qual os teóricos franceses Vinay & Darbelnet mencionam sete procedimentos: empréstimo, decalque, transposição, modulação, equivalência e adaptação. Campos (1987) ressalta outros “procedimentos”, que também serão abordados nesta pesquisa, apresentados por Geraldo Vásquez-Ayora, a saber: a amplificação, a condensação, a explicitação, a omissão, e a compensação. Além das modalidades de tradução encontradas em Aubert (1998). A segunda análise realizou-se um levantamento do número de ocorrências incidentes a fim de determinarmos a que predominava.

3. Fundamentação teórica

Nosso arcabouço teórico foi construído com base na intraduzibilidade discutida por Mounin (1963) e Rónai (1987). Pautamo-nos nas pesquisas sobre tradução cultural de Aubert (1995).

Em relação à intraduzibilidade, observamos a discussão sobre a impossibilidade da tradução abordada por Mounin (1963):

Os que sustentam a impossibilidade teórica da tradução (entre eles, paradoxalmente, tradutores de real mérito) costumam alegar a intransponibilidade de certas virtudes próprias a cada língua. Metódico, o nosso autor dissecalhes os argumentos um por um, demonstrando que nem a semântica, nem a morfologia, nem a fonética, nem a estilística peculiar a determinado idioma constituem obstáculos insuperáveis ao intérprete munido, além do conhecimento seguro das línguas, de cultura, intuição e bom gosto. (RONÁI, 1987, p. 31)

Em linhas gerais, Aubert (1995, p. 31) salienta que os planos estrutural, cultural e individual da linguagem são de naturezas diversas; o

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

autor também apresenta os problemas de traduzir a cultura, pois ela não pode ser resumida a uma simples transcodificação de léxico e gramática, uma vez que é marcada por conflitos, tensões e desequilíbrios.

Dentre os estudos sobre traduções em obras de Jorge Amado reportamo-nos à Corrêa (1998) e à Tooge (2009). A primeira realizou um estudo contrastivo de termos culturalmente marcados, das obras *Dona Flor e Seus Dois Maridos*, *Tenda dos Milagres* e *Tereza Batista Cansada de Guerra*, romances de Jorge Amado e suas respectivas traduções para o inglês, *Dona Flor and Her Two Husbands*, *Tent of Miracles* e *Tereza Batista Home from the Wars*. A autora utilizou o modelo proposto por Vinay e Darbelnet (1960) e sua reformulação por Aubert (1996) observando a prevalência das modalidades empréstimo, adaptação e explicitação. Já em Tooge (2009) ressaltamos o tocante à tradução em demasia - *Marcas culturais e religiosas*:

Ao tratar do culto africano [...] enquanto Amado buscou demonstrar a diferença da linguagem de uma comunidade à margem da sociedade da época, Putnam quis elevar o nível de linguagem do 'feiticeiro'. ('Ogum', 'Oxóssi', 'Iansã', 'Oxolufã', 'Omolu' e 'Exu' – Ogún, Oxossi, Yansan, Oxolufã, Omolú e Exú). [...] o autor utiliza empréstimos (nomes dos orixás). (TOOGE, 2009, p. 141-142)

Além dos teóricos citados, para estudar o corpus coletado, adotamos os estudos do candomblé realizados por Póvoas (1989), que apresenta um estudo do português falado do candomblé da Bahia; bem como as pesquisas de Bastide (2001) sobre o candomblé. A investigação deter-se-á nos estudos culturais de Hall (2002) o qual apresenta a questão da identidade cultural, das diferenças culturais e da homogeneização da cultura.

Hall (2002) observa a analogia que existe entre língua e identidade: falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional embutido em nossa língua e em nossos sistemas culturais (HALL, 2002, p. 40).

Com base no exposto, visamos verificar os questionamentos levantados sob a luz da fundamentação teórica e dos dados coletados. A seguir, expomos os resultados apurados com a pesquisa.

4. Análise dos dados

A análise e classificação dos termos verificaram se houve perda ou aculturação dos termos religiosos culturalmente marcados, e se os aspectos semântico-lexicais verificados nos termos traduzidos foram suficientes para a transposição e compreensão dos elementos linguísticos e extralinguísticos do candomblé para a língua e cultura inglesa. Os resultados são apresentados em tabelas, gráficos a fim de melhor visualização dos mesmos. Como parte da análise e quantificação dos termos referentes ao candomblé na obra original e traduzida, tem-se os gráficos do número de ocorrências relativas aos termos do candomblé em *Tocaia Grande* e *Showdown*.

A seguir, o gráfico em que constam todas as ocorrências de termos culturalmente marcados na tradução para a língua inglesa:

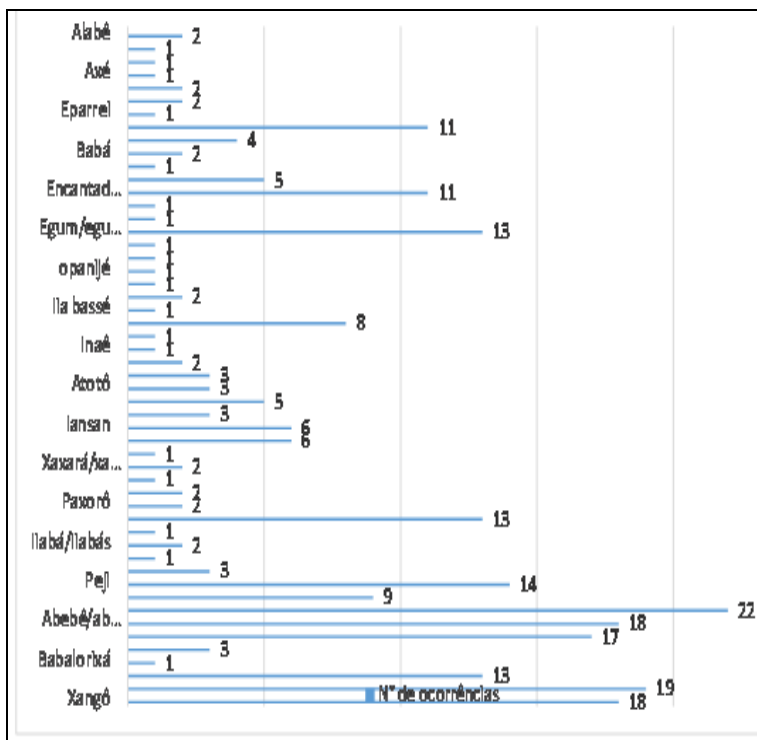


Gráfico 1 - Número de ocorrências relativas aos termos do candomblé em *Tocaia Grande* e *Showdown*

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

No gráfico acima observamos que os termos de maior incidência foram “Xangô”, “abebê” com 18%. Seguido pelos outros termos. Faremos uma seleção de alguns dos termos para a discussão dos dados coletados.

5. *Discussão dos dados coletados*

Apresentamos abaixo o gráfico que sintetiza as modalidades tradutórias da obra:

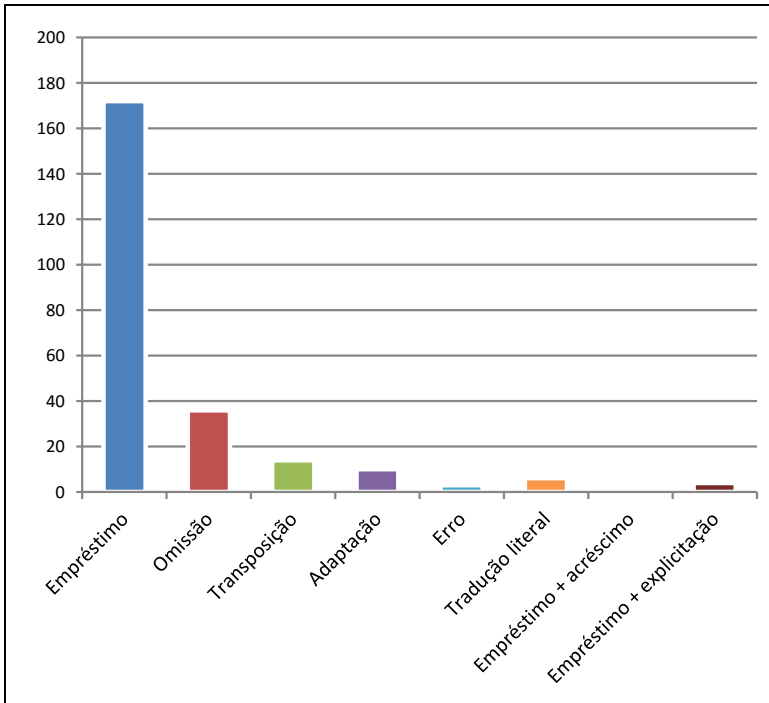


Gráfico 2 - Modalidades tradutórias de acordo com Aubert (1998)

No total de 247 ocorrências coletadas, entre elas as que foram omitidas (vide gráfico 1), verificou-se maior incidência das modalidades “empréstimo” 69% (77 ocorrências em itálico e 94 sem grifo), seguido de “omissão” 14%, “transposição” 6%, “adaptação” 4%, “tradução literal” 2%, “empréstimo” + “explicitação” 1,61%, “empréstimo” + “acréscimo” 0,80% e “erro” 0,40%, como verifica-se no gráfico 2.

Com base no gráfico 2, percebe-se que a modalidade de maior incidência é o empréstimo, seguido da omissão. Tal fato justifica-se por muitos termos serem nomes próprios (de entidades espirituais), e os demais não possuem equivalentes na língua inglesa, visto que se trata de uma cultura regional. Temos como exemplo os termos “peji” e “abebê”.

6. Considerações finais

No geral, percebemos através dos textos teóricos e dos dados coletados que existe certa dificuldade em relação à tradução de aspectos culturais, pois muitas das vezes, ao transferir certos termos para a língua inglesa, o sentido inicial do termo sofre modificações, o que acaba comprometendo o entendimento a respeito daquilo que se diz, e promovendo uma possível aculturação das questões religiosas referentes ao candomblé da Bahia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, J. *Tocaia grande: a face obscura*. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

AMADO, J. *Showdown*. Printed in the United States of America. Translated by Gregory Rabassa. A Bantam Book, 1988.

AUBERT, F. H. Desafios da tradução cultural. *TradTerm*. São Paulo: FFLCH-USP/CITRAT, n. 2, 1995.

_____. Modalidades de tradução: teoria e resultados. *TradTerm*, São Paulo: CITRAT/FFLCH-USP, vol. 5, n. 1, p. 99-128, 1998.

BASTIDE, R. *O candomblé da Bahia: rito nagô*. Trad.: Maria Isaura Pereira de Queiroz; revisão técnica Reginaldo Prandi. Título original: *Le candomblé de Bahia (rite nagô)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

CAMPOS, G. *O que é tradução*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CORRÊA, Regina Helena Machado Aquino; AUBERT, Francis Henrik. *Barreiras culturais da tradução: um estudo de obras de Jorge Amado traduzidas para o inglês*. 1998. Tese (de Doutorado). – FFLCH/USP, São Paulo.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MOUNIN, G. *Os problemas teóricos da tradução*. São Paulo: Cultrix. Trad.: Heloysa de Lima Dantas *Les problèmes théoriques de la traduction*. Paris: Gallimard, 1963.

PÓVOAS, R. C. *A linguagem do candomblé: níveis sociolinguísticos de integração afro-portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1989.

RONAI, Paulo. *Escola de tradutores*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

TOOGE, Marly D'Amaro B. *Traduzindo o Brasil: o país mestiço de Jorge Amado*. 2009. 267 f. Dissertação (Mestrado). – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

**EVENTOS DISCURSIVOS CARREGADOS DE SENTIDOS:
EFEITOS MONITORÁVEIS?**

Ieda Tinoco Boechat (UENF, UNESA e UNIFSJ)
iedatboechat@hotmail.com

Thiago Soares de Oliveira (UENF, CUBM e IFF)
so.thiago@hotmail.com

Sérgio Arruda de Moura (UFRJ e UENF)
arruda.sergio@gmail.com

RESUMO

Este artigo discute os efeitos de sentido construídos nos eventos discursivos entre os terroristas extremistas islâmicos e os cartunistas franceses, protagonistas da “crise das charges”, que impactou o mundo pela primeira vez em 2005 e pela segunda vez em 2015. Assim, por meio de pesquisa bibliográfica e consulta a *sites*, documentários e periódicos, este estudo põe em questão a possibilidade de um discurso ser inócuo, concluindo que o discurso é essencialmente sentido, um evento discursivo irrepitível e que traz todo um significado que se torna expresso para o leitor à luz de um já-dito que o acompanha, colocando-se como uma ação endereçada a um interlocutor, que pode gerar (re)ações, comunicar ideias e (des)fazer vínculos sociais, não sendo, portanto, ingênuo, apolítico e desprovido de sentido nem completamente isento de intenção.

Palavras-chave: Ideologia. Subjetividade. Efeitos de sentido.

1. Introdução

O presente trabalho tematiza o discurso contextualizado nas relações discursivas entre os jornalistas franceses e os terroristas extremistas islâmicos. Objetiva, assim, discutir a formação discursiva e os efeitos de sentido que se constroem nessas relações que se tecem em uma terminologia e atitudes bélicas; para tanto, expõem-se os pressupostos da análise do discurso e relata-se brevemente o desenrolar da história entre os protagonistas responsáveis pela “crise das charges”, problematizando a questão: um discurso pode ser inócuo?

Dessa forma, este artigo centra sua justificativa, inspirada em Possetti (2009), no entendimento de que um discurso só ocorre em uma sociedade se houver aí condições de produção sócio-históricas na formação social, para que haja uma ideologia que se materialize em um discurso que tenha marcas características dessa ideologia. Logo, supõe-se, um discurso não é ingênuo e apolítico nem desprovido de sentido ou isento de intenção, o que pressupõe uma análise não totalmente pautada na análise

do discurso de francesa, em razão dos próprios posicionamentos de Possenti (2009), mas enviesada por tal disciplina, uma vez que se faz necessária a apresentação, ainda que sucinta, de determinados conceitos.

Relevante se mostra tal discussão por evidenciar que parece pairar no imaginário social a possibilidade de monitorar efeitos de sentido e de que suas consequências sejam previstas, ou seja, que eventos discursivos alcançarão somente o objetivo a que se propuseram inicialmente aqueles que o enunciaram.

Por fim, com o intuito de dar conta de uma análise que, obviamente, não se esgota em poucas páginas tampouco esgota os diversos vieses a partir os quais o tema pode ser tratado, vale ressaltar que não se pretende exaurir as vias de análise, mas refletir e analisar o tema em questão sob a ótica discursiva.

2. *Metodologia*

Inicialmente, este trabalho parte de uma sucinta revisão bibliográfica que, de per si, não representa a metodologia adotada, já que a bibliografia especializada não constitui, de fato, a fonte de dados a que se recorre para o desenvolvimento da pesquisa. Aliás, segundo Tozoni-Reis (2010), pensar que a pesquisa bibliográfica está presente em todas as modalidades de pesquisa é um equívoco cometido tanto por alguns pesquisadores iniciantes quanto por pesquisadores mais maduros.

Na verdade, a base teórica que respalda a discussão aqui proposta é resultado de uma revisão bibliográfica a partir da qual se recorre a autores da área do discurso, especialmente da análise do discurso, ainda que esta disciplina não seja o único supedâneo de entendimento a embasar o artigo, já que, no decorrer da parte teórica do trabalho, a noção de sujeito assujeitado da análise do discurso é contraposta à noção de sujeito intencional de Possenti (2009).

Considerando, dessa forma, a fonte de dados que respalda o fazer analítico deste artigo, adota-se como metodologia a pesquisa documental de caráter qualitativo, amparada, por conta do assunto, em consultas a *sites*, vídeos do *Youtube*, documentários e artigos publicados na revista *Veja*. Por se tratar de um tema recente, a coleta de dados se valeu não só dos periódicos e documentários produzidos e divulgados a respeito da "crise das charges", mas também de vídeos capazes de engrossar a discussão sobre o assunto.

Nesse sentido, a fim de dar conta do objetivo proposto de discutir os efeitos de sentido construídos nos eventos discursivos entre os terroristas extremistas islâmicos e os cartunistas franceses, parte-se da consulta a obras, documentários e periódicos, ancorados em pressupostos teóricos discursivos, com o intuito de construir um artigo capaz de abordar a questão do efeito de sentido de forma não fragmentária, mas inter-relacionada.

3. Os pressupostos da análise do discurso aplicados às charges

Diversas são as concepções da palavra "discurso" no âmbito da análise do discurso. Contudo, para a finalidade aqui proposta, os estudos do discurso têm, a princípio, de ser considerados como um fenômeno político, antes de mais nada, e segundo o entendimento de Oliveira (2013).

De acordo com Silva (2013), segundo a teoria bakhtiniana ou dialógica, o discurso humano resulta de condições sociais e históricas, logo, nunca se fala sozinho; a autoria pressupõe polifonia, pois implica um diálogo entre diferentes autores: “o grupo de Bakhtin pensa a linguagem como um lugar de convergência de diferenças, em que a identidade se constrói pela convivência com a diversidade, com o outro” (FARIA E SILVA, 2013, p. 48)

O princípio do dialogismo que orienta essa teoria se refere ao fato de que quando alguém fala, dirige-se a outro, mesmo sem conhecê-lo; simultaneamente, sempre retoma o que já foi dito por outros. Isso implica considerar que respostas devem ser esperadas de todos os enunciados dos quais uma pessoa participa. Essa noção liga-se à concepção de língua como interação verbal, o que se evidencia no fato de um autor levar em consideração seu interlocutor direto ou indireto quando produz um enunciado⁹⁷. Assim, prossegue Silva (2013), o dialogismo acontece pela interação entre interlocutores diretos e pela relação entre discursos presentes, implícita ou explicitamente, nos enunciados.

Na concepção de Bakhtin (1929) *apud* ALKMIN, 2001, p. 25), “a verdadeira substância da língua [...] é constituída [...] pelo fenômeno social da interação verbal realizada através da enunciação ou das enuncia-

⁹⁷ O termo *enunciado* recebe definições diversas. Maingueneau (2004, p. 57) acolhe o termo como “o valor de frase inscrita em um contexto particular”.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

ções. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua”.

Nessa linha de raciocínio, Silva (2013) explica que, enquanto para algumas teorias o enunciado é o produto da enunciação, para Bakhtin, o processo e o produto da enunciação são constitutivos do enunciado.

Pode-se dizer que se tem, desse modo, na filosofia bakhtiniana, uma “filosofia do ato ético”, assevera Silva (2013, p. 51), uma vez que

Os enunciados estão sempre ligados a uma atividade humana, desempenhada por um sujeito que tem um lugar na sociedade e na história, ou seja, um sujeito que sempre está em interação com outros sujeitos. Por isso, o signo para Bakhtin não é linguístico, mas ideológico, ou seja, é carregado de sentidos que dizem respeito a uma posição social, histórica e cultural. O termo ético, então, refere-se à vida do homem, e não ao certo ou ao errado.

Assim, mesmo uma pessoa trazendo em seu discurso as vozes de outros e respondendo a elas, diz Silva (2013), cada enunciatador, no uso da língua e se instaurando como sujeito do discurso, dá ao enunciado seu estilo, estabelecendo relações dialógicas com os discursos que configuram seu tempo, comprometendo-se com eles, reproduzindo-os ou questionando-os.

Os diversos discursos que atravessam uma formação discursiva não se constituem independentemente. Toda *formação discursiva* (que elabora as formas de dizer) corresponde a uma formação ideológica (que elabora o *pensar*). A formação discursiva é ensinada a cada homem que, com ela devidamente assimilada, constrói seus discursos. O homem, dessa forma, reage linguisticamente aos acontecimentos. (MOURA; LUQUETTI; BANDOLI, 2011, p. 189)

Nesse rumo, afirma Santos (2013) que Pêcheux entende o discurso como os efeitos de sentido dentro da relação linguagem e ideologia, um ponto intermediário entre ambas, que busca explicitar os mecanismos da determinação histórica nos processos de significação. O autor estabelece uma ligação entre ideologia, discurso e subjetividade ao articular materialismo histórico, linguística e psicanálise para conceber um sujeito “capturado”, constituído no processo de interpelação: um sujeito de uma formação social, que se reconhece como sujeito por práticas no interior de formações ideológicas, referendadas por meio de formações discursivas.

Por formação discursiva, entende-se com Foucault (2009, p. 43-44) um “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram uma época dada, e para uma área

social, econômica e geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa”.

Tal concepção é reformulada por Pêcheux e relacionada à história, à memória discursiva e às formações ideológicas, definidas como um

Conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem individuais nem universais e que se referem mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras, que têm como parte constituinte de si uma ou mais formações discursivas que se inter-relacionam, determinando aquilo que se pode e deve dizer (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX (1971) *apud* SANTOS, 2013, p. 219)

Desse modo, segundo Santos (2013), o interdiscurso, articulado ao complexo de formações ideológicas – falas que procedem de outros lugares de maneira independente –, é definido como memória discursiva – um conjunto de já-ditos que sustenta o dizer: os sujeitos deixam transparecer os efeitos de um saber discursivo que os une por meio do inconsciente e das ideologias que os envolvem. O intradiscurso, por sua vez, seria uma interioridade, o dito atravessado pelo não dito, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo. Em outras palavras, Santos (2013) sintetiza a representação que Orlandi faz dessa construção: o já-dito (o interdiscurso) estaria no eixo vertical, o que está sendo dito (o intradiscurso) estaria no eixo horizontal e o dizível na intersecção dos referidos eixos.

Pêcheux, assim, entende que as formações discursivas se desenvolvem em espaços ideológico-discursivos, dadas as relações de dominação, subordinação e contradição em que são forjadas, e que a formação ideológica está vinculada a uma subjetividade adjacente da e na história, diz Santos (2013).

Nesse contexto, evidente se torna que todo discurso das civilizações se tece com fios ideológicos, subjetivos e históricos. Com os cartuns publicados em jornal não seria diferente. Segundo Silva (2013), a análise de uma charge de jornal deve considerar, além dos quadrinhos e palavras utilizadas, o cartunista que a produz, em que local circula o jornal e quem o lê: a identidade do autor, as temáticas que aborda, o jornal em que ele publica (público-alvo, seção, notícias daquele período) e o que o presumido leitor do jornal sabe sobre o assunto e qual sua posição social. Estes são fatores externos essenciais à constituição de sentidos ao enunciado, pois participam dele como constitutivos do todo que cria sentidos.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Na concepção de Pêcheux, Silva (2013) diz que a unidade de sentido marca as fronteiras do enunciado. O sentido abre-se em significação, que é constante; e tema, que é único e irrepitível, pois diz respeito ao todo constitutivo do enunciado, como, por exemplo, parte verbal, entonação, relação entre os interlocutores, condições sócio-históricas, temporais e espaciais, entre outras.

Importa, no entanto, salientar que Possenti (2009) sugere que o sentido não é convencional. O autor alude a Bakhtin para lembrar que o signo não espelha a realidade, mas a refrata. E prossegue dizendo que a significação depende dos discursos que exibem os meios de expressão e, simultaneamente, é a significação que faz, em boa medida, os discursos serem o que são. Ela só pode ser explicada por meio de uma história entendida como luta de classes em torno de bens materiais e simbólicos. Esse entendimento de Possenti (2009) claramente destoa da análise de Santos (2013) acerca da noção de Pêcheux relativa ao sujeito "capturado", assujeitado pela ideologia e pelo inconsciente.

Em outras palavras, Possenti (2009) entende que o sujeito enuncia um discurso "de outro" numa dada circunstância, assumindo uma posição discursiva. Para o autor, tal sujeito elabora um novo enunciado sobre e a partir do material do outro discurso e intervém ativamente na produção de algo novo, sabe o que está fazendo e tem espaço de atuação, não sendo, portanto, nem autônomo nem subjugado.

Sujeitos livres decidiriam a seu bel-prazer o que dizer em uma situação de interação. Sujeitos assujeitados seriam apenas pontos pelos quais passariam discursos prévios. Acredito em sujeitos ativos, e que sua ação se dá no interior de semissistemas em processo. Nada é estanco nem totalmente estruturado. (POSSENTI, 2009, p. 73)

Desse modo, o sujeito tem, para o autor supracitado, relativa autonomia na condução do seu discurso, não estando, pois, convertido a uma ordem discursiva, passivamente submetido ao projeto de outro discurso, apenas reproduzindo as forças que fizeram com que o enunciado se produzisse de um modo e não de outro, ou seja, o sujeito não é refém do interdiscurso.

Possenti (2009) fala, então, de um sujeito intencional, de um sujeito "fora do arquivo", que assume uma posição ao enunciar seu discurso, considerando a circunstância do aparecimento de tal discurso em um dado momento como mais uma condicionante sua a ser acrescentada ao interdiscurso.

Para tal formulação, Possenti (2009) baseia-se em De Certeau e Maingueneau para asseverar que, além de condicionado por “efeitos de estrutura”, o sujeito não é somente consumidor, mas um “usuário” de discursos, cuja competência discursiva se deve ao pequeno número de restrições que subjugam o discurso, verdadeira máquina de produzir enunciados e textos.

A partir das conjecturas acima, Possenti (2009, p. 80) propõe o princípio de que o “discurso é integralmente um acontecimento e integralmente peça de uma estrutura”, princípio do qual derivam outros cinco:

1. os sujeitos são integralmente sociais e históricos e integralmente individuais;
2. cada discurso é integralmente histórico e social e integralmente pessoal e circunstancial;
3. cada discurso é integralmente interdiscurso e integralmente relativo a um mundo exterior;
4. cada discurso é integralmente ideológico e/ou inconsciente e integralmente cooperativo e interpessoal; e
5. o falante sabe (integralmente?) o que está dizendo e ilude-se (integralmente?) se pensar que sabe o que diz (ou que só diz o que quer).

Então, longe de assujeitado, reforçada está a tese do sujeito intencional, afastado de uma das principais premissas da análise do discurso. Isso significa que as pessoas podem enunciar um discurso, usando deliberadamente o interdiscurso político-religioso, por exemplo, provocando sentidos cômicos e críticos em um espaço de enunciação, e sentidos interditos e heréticos em outro.

Assim, Possenti (2009) alerta para a possibilidade de ocorrer uma interincompreensão quando se fala de um discurso estando fora dele, principalmente se a posição adotada é conflitante com tal discurso: “os enunciados de um discurso são interpretados segundo os princípios (a semântica global) do outro discurso, e o resultado é sempre um simulacro” (POSSENTI, 2009, p. 65). Desse modo, inegável é que o discurso tem um enorme poder. Ele (re)produz “conhecimentos e crenças por meio de diferentes modos de representar a realidade; estabelece relações

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

sociais; e cria, reforça ou reconstitui identidades”. (MOURA; LUQUETTI; BANDOLI, 2011, p. 189)

O poder do discurso se pode constatar no diálogo acirrado entre os jornalistas franceses do *Charlie Hebdo* e os extremistas do Islã expresso no conflito político mundial deflagrado pela publicação das doze charges que ironizavam Maomé, tanto no evento de 2005, quanto, novamente, em 2015.

4. *A sátira do semanário francês e o terrorismo extremista islâmico*

“Quando as guerras são travadas no terreno das ideias, as armas mais eficientes são os gestos carregados de significados” (WATKINS, 2015, p. 57). Assim, a jornalista inicia seu texto para dizer que, em resposta ao atentado ao jornal *Charlie Hebdo* e à matança aos judeus, o presidente francês sai às ruas e o mesmo jornal, daí a uma semana, revista com Maomé na capa chorando e anunciando com um cartaz em punho “Eu sou Charlie”.

Segundo Watkins (2015), as mensagens destinavam-se ao mundo, mas, em especial, aos terroristas extremistas, que almejam ganhar dos franceses um *status* de cidadãos que os liberasse de incorporar valores ocidentais, tais como a liberdade de expressão e de religião, bem como o Estado de Direito. Esses indivíduos são aqueles que se apoiam na religião para matar os que consideram infiéis ou se colocam como obstáculos aos seus planos.

Ainda consoante a autora, cogitou-se, nas comunidades islâmicas, a necessidade de separar o joio do trigo; caberia, pois, uma ação efetiva dos muçulmanos moderados de denunciar e isolar os perigosos, além de evitar novos ataques, já que estes últimos perfazem seis por cento da população muçulmana na Europa. Segundo Wolf (2015), para o jovem filósofo muçulmano Bidar, não é suficiente que os pacíficos digam “Isso não é o Islã” e que os moderados digam “Não em meu nome”. Seria preciso mais: um enfrentamento.

No entanto, panos quentes sobre a ação terrorista são postos e encontram explicação nas políticas migratórias europeias, cujas medidas se inspiram no multiculturalismo, entendido como a possibilidade de diferentes povos coexistirem sem conviverem e alimentado pelo respeito à diversidade e aos direitos humanos. Tais medidas acabaram gerando o isolacionismo dos imigrantes muçulmanos em guetos e periferias, bem

como a revolta desse grupo contra a Europa por não se sentirem impelidos a adotar seus valores. Nesse caso, é a religião que define a identidade.

Atualmente, políticos e intelectuais da sociedade fazem uma apologia à proteção à sensibilidade de grupos em detrimento da defesa dos direitos democráticos históricos, diz Rose (2015). A democracia pode adoecer com o medo, a ideologia antiocidental e a má-fé intelectual, assevera Wolf (2015), aplaudindo a atitude dos franceses que saíram às ruas proclamando “*Je suis Charlie*” e “*not afraid*”, mensagens que, em sua opinião, simbolizaram os melhores valores humanos produzidos e dignificaram as raízes iluministas da civilização, alumando o caminho de saída da escuridão do ódio político e do obscurantismo religioso assassino.

Segundo Wolf (2015), para Bidar, o monstro jihadista, capaz de usurpar a identidade do Islã, nasceu das contradições do islamismo, tornando essa cultura refém de delinquentes. Ele acusa os intelectuais ocidentais de uma cegueira ideológica que os impede de ver o poder da religião sobre os homens, e diz que é preciso enfrentar essas questões com disposição para “reformatar o Islã”, abrindo caminho para regimes democráticos estáveis, para o triunfo do Estado de Direito, do respeito às liberdades individuais e aos direitos humanos, isto é, para sua ocidentalização”. (WOLF, 2015, p. 73)

Nesse rumo, o conflito das charges não se inicia com o ataque dos extremistas à sede do semanário francês, que contabilizou doze mortos e onze feridos. Na verdade, a “crise das charges” começou há dez anos, assevera Rose (2015, p. 64), “depois que encomendei uma dúzia de charges retratando Maomé. Foi essa decisão que provocou uma tempestade ao redor do mundo, com a republicação das charges em vários outros jornais”.

A crise começou em 2005 de modo bastante inocente. Um autor de livros infantis não conseguia encontrar um ilustrador para um livro sobre Maomé. Vários ilustradores se recusaram a fazer o trabalho por medo. Aquele que concordou em fazê-lo insistiu no anonimato. Havia ainda vários outros casos similares. Teatros, comediantes, tradutores e museus estavam censurando a si mesmos quando o assunto era o Islã. *Meu objetivo não era provocar nem zombar de ninguém, mas simplesmente começar um debate a respeito de autocensura em nosso tratamento do Islã em comparação com outras religiões. Ao propormos uma demonstração prática – “Mostre, não conte”, um princípio jornalístico –, queríamos deixar que os leitores formassem as próprias opiniões. Como constatamos, temores de violência pela ridicularização de um símbolo religioso estavam longe da fantasia* (ROSE, 2015, p. 64, grifo nosso).

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

No documentário *Charges Sangrentas de Maomé*, dirigido por Karston Kjaer (2007), que inicia se indagando se Deus é democrático, Kurt Westergaard relata que Flemming Rose pediu-lhe que fizesse as charges para responder à provocação dos terroristas que têm na religião uma munição espiritual. Em 30 de setembro de 2005, doze charges foram publicadas no jornal dinamarquês *Jyllands Posten*, para mostrar que, em uma democracia moderna, pode-se satirizar figuras religiosas.

O xeque Raed Hlayhel explica, no referido documentário, que não acredita se tratar de um conflito entre uma sociedade moderna livre e o islamismo, mas de um ódio que ela nutre desde as Cruzadas. Convicto de que Rose arderá no inferno por setenta anos se não se curvar a Alá, acredita, também, que o Islamismo se funda em valores mais adequados ao ser humano do que aqueles da democracia ocidental. O xeque se orgulha de ter incitado as reações às charges porque esse fato despertou os políticos para suas causas. Ressalta, ainda, que o governo e o jornal dinamarquês, considerando tudo uma questão de liberdade de expressão, não se desculparam.

Os protestos de 2005 foram violentos: bandeiras queimadas, cento e cinquenta pessoas mortas, embaixada dinamarquesa incendiada. Ainda em meio ao calor da revolta, o editor-chefe do *Charlie Hebdo*, Philippe de Val, decide publicar as charges: “Precisamos definir quem faz as leis: os grupos religiosos ou os legisladores em uma democracia”. O jornalista Henryk Broder, a favor de insultar crenças religiosas, refere-se às charges, no documentário, como caricaturas inocentes, ingênuas, ótimas piadas. No entanto, Dr. Ihsanoglu, secretário-geral da OCI, uma organização que coordena vários países islâmicos, nega sua participação no incentivo às violentas reações às charges e pontua que tanto o desrespeito do ocidente a vinte por cento da população mundial quanto o incêndio da embaixada não são atitudes civilizadas: “os dois lados são irresponsáveis”.

Flemming Rose (2015) diz que, em 2005, foi considerado culpado pela reação desmedida e letal de eventos decorrentes de tal acontecimento. O jornalista inquieta-se por não compreender a atitude de pessoas que apoiam a diversidade em relação à cultura, religião e etnia, mas não em relação à autoexpressão. Para ele, quanto maior a diferença, mais necessária é a troca aberta e livre de pontos de vista. Rose entende que a charge encomendada por ele a Westergaard (Figura 1), criticada por racismo e por estigmatizar os muçulmanos, na verdade, ataca uma doutrina religiosa rígida e não um grupo social particular; é-lhe impossível aceitar a lógica de pessoas que colocam religião e raça no mesmo patamar.



Fig. 1: Charge de Westergaard publicada no *Jyllands Posten*, em 2005.

Fonte: <https://www.google.com.br/search?q>

Visando defender o direito de ofender e garantir uma liberdade de expressão sem limites em um mundo multicultural, Rose (2015) expressa que, em vez de um tratamento de sensibilidade a ofensas, as pessoas precisam se tornar resistentes e insensíveis. “Os assassinos de Paris acreditavam sinceramente que os seres humanos do *Charlie Hebdo* mereciam morrer por causa de suas charges ofensivas” (ROSE, 2015, p. 65), não discernindo a diferença real entre falar e agir, entre insultar verbalmente alguém e violentá-lo fisicamente.

Perguntado sobre os limites das charges satíricas de Maomé, o ex-editor-chefe do semanário, Philippe de Val responde questionando a impossibilidade de uma civilização de ridicularizar os que bombardeiam trens e aviões e assassinam civis inocentes em massa, diz Rose (2015).

No Brasil, o discurso não é diferente. Adotando uma terminologia bélica, identificando humor a deboche, cartunistas brasileiros reuniram-se no evento “Território Livre da Democracia”, no Rio de Janeiro, uma semana após o atentado, em solidariedade aos franceses. Ziraldo, questionando “o que o Ocidente vai fazer para que nossos filhos não vivam sob

o terror”, diz que Volinsky, cartunista assassinado no trágico evento de 7 de janeiro de 2015, a quem sempre considerou “um guerreiro com um propósito”, ter-lhe-ia dito: “se a gente se intimida, se a gente muda de rota e deixa de fazer o jornal que nós fazemos, eles vão ganhar; nós não podemos perder mais. Agora, não dá pra gente recolher as armas e sair do campo de batalha. Vou ter que morrer aí”. Ao que parece, o debate acirrado entre democracia e religião novamente leva o mundo a avaliar os limites da liberdade de expressão e religiosa.

5. *Discursos bélicos: palavras ofensivas, “charges sangrentas” e armamento pesado*

Estupefatos com tamanha violência, cartunistas brasileiros dizem nunca terem pensado na possibilidade de um desenho motivar um ataque terrorista. Será que os cartunistas franceses ignoravam o fato de que um evento discursivo se direciona a alguém situado espacial, temporal e historicamente, já que os enunciados estão sempre ligados a uma atividade humana, desempenhada por um sujeito em constante interação com outros e que o signo que refrata a realidade não é apenas linguístico, mas ideológico, ou seja, é carregado de sentidos que dizem respeito a uma posição social, histórica e cultural?

Teria o cartunista que inicia o debate em 2005, para discutir a autocensura no tratamento do Islã em relação a outras religiões, se engajado em uma empreitada político-ideológica sem dimensionar as consequências ao encomendar charges satíricas de Maomé, lembrando-se apenas do princípio jornalístico e ignorando o princípio do dialogismo, que acontece pela interação entre interlocutores diretos e pela relação entre discursos presentes, implícita ou explicitamente, nos enunciados, o que implica considerar que respostas devem ser esperadas de todos os enunciados dos quais uma pessoa participa?

Centrado em seu objetivo de dar uma resposta aos provocativos terroristas que tomam a religião por munição, seria o jornalista desconhecedor da importância das condições extralinguísticas na produção dos efeitos de sentido dos enunciados utilizados nos discursos e acreditaria ele em que tal enunciado cumpriria somente o objetivo que tentou produzir pacificamente com linguagem bélica?

O discurso dos cartunistas, apoiados em sua crença na defesa de uma democracia conquistada historicamente e no desejo de ocidentalizar

o Islã com um debate ofensivo, expresso em charges que abarcam fatores externos, tais como a nevrálgica relação política entre os interlocutores, as divergências religiosas, antigas pendências sócio-históricas que atravessam mares e gerações, constitutivos do todo que cria sentidos, essenciais à compreensão do enunciado, não teria feito de um lápis um fuzil Kalashnikov?

O discurso dos “delinquentes” islâmicos, em sua intolerância política e religiosa, que matam inocentes, jornalistas e judeus apoiados em sua crença na religião, não teria desenhado com sangue sua indignação nas ruas parisienses, ainda que de forma e dimensão absurdamente equivocadas, desproporcionais e desumanas?

Parece que ambas as partes, terroristas extremistas e cartunistas ofensivos, não se deram conta em bom tempo de que o enunciado e seus elementos constitutivos formam um todo criando sentidos e definindo destinos numa cadeia de discursos bélicos: cartunistas franceses ofendem muçulmanos (extremistas), muçulmanos matam franceses, franceses caçam e matam muçulmanos, franceses prosseguem em ataques com grafite.

Parece ser a violência física muito diferente da violência verbal para os ocidentais. Mas será que é assim para todos? Em algumas culturas, um insulto causa uma vergonha pior que a morte; em outras, a uma ofensa se responde com vingança. Para o cristianismo, por exemplo, tanto quem mata quanto quem insulta são “réus de juízo”. A Bíblia Sagrada (2000), no livro de Mateus, registra que aos antepassados teria sido ordenado não matar e quem o descumprisse seria julgado. Contudo, para Cristo, todo aquele que se irar contra seu irmão ou que proferir contra ele uma ofensa está sujeito a julgamento. Como encontrar, então, parâmetros balizadores para mensurar e avaliar o modo pelo qual uma pessoa se sente agredida? O ocidental sabe bem como fere um fuzil, mas saberia discernir quanto pode ferir uma palavra, uma charge, um enunciado, enfim?

Quando os franceses falam de um discurso em uma posição externa a ele e conflitante com ele, o resultado é uma caricatura grosseira que provoca uma interincompreensão, pois os enunciados do discurso foram interpretados segundo a semântica global do outro discurso: os cartunistas, inconformados com a intimidação que os terroristas islâmicos causam à classe e à sociedade, dispuseram-se a abrir a discussão com charges irônicas e provocativas que produziram humilhação e vexame. Na

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

“crise das charges”, em que os primeiros veem um debate, os últimos percebem efeitos de sentidos a serem vingados.

Como se formam os discursos e como as pessoas se formam nesses discursos? Islâmicos e franceses são povos distintos. Cada povo lida com uma gama de atitudes e representações que não são de cada um em particular nem de todos ao mesmo tempo, e que se relacionam a posições de civilizações conflitantes umas com as outras, constituídas por formações discursivas interligadas, ditando o que pode e deve ser dito, articulado, aqui, em charges de jornal, a partir de uma posição político-ideológica definida em uma conjuntura sócio-histórica e cultural determinada, como já explicitado.

No entanto, parecendo desconsiderar tais fatos, os jornalistas franceses tentam legitimar seu discurso em nome de uma liberdade irrestrita de expressão e de uma democracia conquistada historicamente, pretendendo evidenciar quão ilegítimo é o discurso dos extremistas islâmicos; estes, por sua vez, buscam legitimar seu discurso em nome da liberdade de viver sua fé religiosa e sua luta política como as compreendem e de não se ocidentalizar, almejando realçar quão ilegítimo é o discurso dos cartunistas. Tal debate bélico parece revelar, como diz Possenti (2009, p. 38) ao se referir à luta pela utilização ou não de determinada palavra, em uma “língua politicamente correta”, “as forças sociais que lutam pela legitimidade de alguns discursos e pela ilegitimidade de outros”.

6. *Considerações finais*

As charges francesas dão ao enunciado um significado que não está expresso, mas os leitores islâmicos, destinatários-alvo da mensagem, trazem consigo um já-dito e, por meio de sua memória discursiva, colocam no entendimento do enunciado seus valores históricos e ideológicos, produzindo efeitos de sentido: uma ofensa, um insulto, uma blasfêmia, no caso em questão.

Ao que parece, o entendimento dos jornalistas franceses não é simples efeito daquilo que os antecede e afeta. Eles têm claro para si seus objetivos. Além disso, quando ativamente deitam ingênua nanquim sobre o passivo papel, escolhem deixar de ser apenas consumidores para serem usuários dos discursos que enunciam, a partir de uma posição política adotada em um dado momento, sendo, portanto, condicionados, mas não determinados por uma formação discursiva.

Nesse sentido, nenhum discurso é ingênuo, apolítico e desprovido de sentido nem completamente isento de intenção, coadunando-se com o entendimento de Possenti (2009). Sendo essencialmente sentido, um evento discursivo que não mais se repetirá e que traz todo um significado, que se torna expresso para o leitor à luz de um já-dito que o acompanha, coloca-se como uma ação endereçada a um interlocutor, podendo gerar (re)ações, comunicar ideias e (des)fazer vínculos sociais. Os cartuns constituem enunciados que promovem reflexão, provocam novas atitudes e deflagram comportamentos.

Por isso, torna-se difícil o monitoramento dos efeitos de sentido e a previsão da amplitude e das consequências de um evento discursivo; corre-se o risco de uma interincompreensão, especialmente no caso em questão, em que franceses enunciam seu discurso a partir de uma posição exterior e conflitante com o discurso islâmico, e têm seus enunciados interpretados conforme os princípios desse outro discurso.

Assim, autoexpressão e religião embebidas em boa dose de sangue e política geram uma disputa de ideias e de poder pleiteados violentamente. Os franceses, lutando por humor e sátira sem fronteiras, usam como armas cartuns, esquecendo-se de que a unidade de sentido delinea as fronteiras do enunciado, relativizando, talvez, os princípios franceses de liberdade, igualdade e fraternidade; indignados pela intimidação, desconhecem limites. Extremistas islâmicos, por seu turno, lutando por liberdade religiosa e política, usam como armas fuzis, esquecendo-se do Alcorão e das conquistas e interesses de seu povo, de sua nação; desrespeitados e humilhados, também recusam limites.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIN, Tânia Maria. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Cristina (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. v. 1., p. 21-46.

BÍBLIA sagrada. 2. ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2000.

FARIA E SILVA, Adriana Pucci Penteadado de Faria e. Bakhtin. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013, p. 45-69.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

GARCIA, Daniel; PAIVA, Daniel. (Dir.). *Malditos cartoonistas* [Documentário]. [s.l.]: Cavídeo, Tarja Preta, Daniéis Entretenimento, 2011. Trailer do filme. (3 min) son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xhFxxC_gLgM>. Acesso em: 20-02-2015.

KJAER, Karston (Dir.). *Charges sangrentas de Maomé*. Copenhagen: Produção de Freeport Media A/S & Associates, 2007. Vídeo on-line (52 mim), son. color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wMCCGsZEa9k>>. Acesso em: 20-02-2015.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MOURA, Sérgio Arruda de; LUQUETTI, Eliana; BANDOLI, Giselda Dutra. A metodologia interdisciplinar: o linguístico e o discursivo na abordagem das línguas e dos textos. In: LYRA, Pedro (Org.). *Conhecimento em processo: ensaios interdisciplinares sobre linguagem e cognição*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Eduenf, 2011, p. 171-190.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. Introdução. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013, p. 7-15.

POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. São Paulo: Parábola, 2009.

ROSE, Flemming. A expressão não pode ter limites. *Revista Veja*, São Paulo, vol. 48, n. 3, p. 64-65, 2015.

SANTOS, Sonia Sueli Berti. Pêcheux. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013, p. 209-233.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. *Metodologia da Pesquisa*. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S/A, 2010.

WATKINS, Nathalia. A Europa contra o mal. *Veja*, São Paulo, vol. 48, n. 3, p. 57-60, 2015.

WOLF, Eduardo. Não temos medo. *Veja*, São Paulo, vol. 48, n. 3, p. 72-73, 2015.

**JARGÕES DOS TELE-EVANGELISTAS:
UM ESTUDO DE CASO DE VALDEMIRO SANTIAGO**

Wagner Pavarine Assen (UEMS)

wagner.assen@gmail.com

Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros (UEMS)

chaves.adri@hotmail.com

Nataniel dos Santos Gomes (UEMS)

natanielgomes@uol.com

RESUMO

Verificando o crescimento do número de fiéis evangélicos no Brasil e suas manifestações linguísticas peculiares e particulares, o presente trabalho busca analisar as expressões dos chamados "tele-evangelistas", em um estudo de caso, munido dos pressupostos sociolinguísticos de Labov, Peter Burke e Roy Porter (ao estudarem as premissas históricas da linguagem). Especificamente, o recorte discursivo de Valdemiro Santiago, o famoso pastor do "chapéu", oriundo de igreja neopentecostal Igreja Universal do Reino de Deus. Ao deixar essa denominação, fundou sua própria congregação, a Igreja Mundial do Poder de Deus, com sede em São Paulo.

Palavras-chave: Jargões. Evangelista. Evangélico. Sociolinguística. Pentecostalismo

1. Introdução

O presente estudo tenta analisar os jargões utilizados pelo pastor da Igreja Mundial do Poder de Deus, Valdemiro Santiago, na ânsia de se estudar suas marcas expressivas e como elas ecoam na comunidade cristã falante.

Denominado apóstolo, Valdemiro atrai, através dos cultos televisionados, considerável número de fiéis a sua igreja. Sendo assim, intenta-se analisar, em caráter introdutório, seu discurso, suas expressões, as variações linguísticas presentes em sua fala, e como ela adapta para a TV o discurso bíblico. Essas expressões, que, muitas vezes, somente os próprios cristãos de sua comunidade entendem, demarcam as suas particularidades de fala ímpar, originando através da adaptação ideológica/filosófica da bíblia, o "evangeliquês".

Recolhemos algumas horas de vídeos das ministrações do apóstolo e verificamos a recorrência de alguns jargões. E, na intenção de entender a organização social da língua, levando em consideração as premissas sociolinguísticas postuladas por Labov, no objetivo também de compre-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

ender o conceito de *comunidade de fala*, definiremos como caráter introdutório esse conceito.

Segundo Gregory R. Guy, professor na York University e na New York University,

Para tentar entender a organização social da língua, grande parte da pesquisa sociolinguística usa uma estrutura básica de referência para além do falante individual, entendido como a base em relação à qual cada idioleto é delimitado. Essa unidade social é a comunidade de fala, que tem duas funções na teoria sociolinguística. Fornece, em primeiro lugar, uma base fundamentada para explicar a distribuição social de semelhanças e diferenças linguísticas, a razão por que certos grupos de falantes compartilham traços linguísticos que os distinguem de outros grupos de falantes. Em segundo lugar, a noção de comunidade de fala fornece uma justificativa teórica para unir os idioletos de falantes individuais (que são os únicos objetos linguísticos cuja existência se pode realmente observar), em objetos maiores, as línguas (que são, na verdade, construções abstratas). Considerando esses dois pontos separadamente, tratamos da comunidade de fala como um modelo explicativo de semelhanças e diferenças no uso da língua. Embora haja várias definições de comunidade de fala na literatura sociolinguística, podemos identificá-lo como um grupo comum de características sobre o qual parece haver consenso. (GUY, 1980, p. 18)

Dentre as definições de Gregory Guy sobre *comunidade de fala* temos três traços principais, que são:

- características linguísticas compartilhadas; isto é, palavras, sons ou construções gramaticais que são usados na comunidade, mas não o são fora dela.
- densidade de comunicação interna relativamente alta; isto é, as pessoas normalmente falam com mais frequência com outras que estão dentro do grupo do que com aquelas que estão fora dele.
- normas compartilhadas; isto é, atitudes em comum sobre o uso da língua, normas em comum sobre a direção da variação estilística, avaliações sociais em comum sobre variáveis linguísticas.

Se aplicarmos os três conceitos aos evangélicos, definindo-os, a priori, como comunidade de fala, teremos que:

1. As palavras, jargões ou interjeições usadas pela comunidade evangélica dificilmente são usadas por pessoas que não professam a mesa fé. São usadas dentro dessa comunidade, porém, não fora dela. Ainda se pode dizer que usar tais expressões é o

que te torna membro dessa comunidade, e não usar te faz “intruso”.

2. Por questões doutrinárias, o núcleo de convívio de muitos evangélicos se limita apenas aos próprios evangélicos, ainda assim, quando se comunicam com pessoas que não fazem parte desse núcleo, modulam suas escolhas léxicas para enfatizar que professam a fé cristã. Por se comunicarem com cristãos apenas, na maioria das vezes, não acessam outros falares. Considerando a *densidade* da fala citada, pode-se notar uma característica social inerente nesse quesito, o cristão evangélico usa a bíblia como base ideológica e muitas interpretações doutrinárias primam pela separação com o “mundo”, causando cerceamento do convívio com outras formas de uso da linguagem. Isso produz, ainda, mais força no uso das expressões que demarcam a comunidade.
3. Relacionando aos costumes o uso da linguagem hermética, como já introduzido no item anterior, o falante evangélico se comporta de maneira “bíblica” e escolhe seu léxico em concordância com um caráter politicamente correto. Nem tudo se é permitido dizer. A exclusão ou aquisição de termo e expressões passa por uma espécie de filtro diretamente relacionado à doutrina a que essa comunidade pertence. É válido citar algumas das diferentes denominações presentes no Brasil: batistas, presbiterianas e pentecostais, entre outras.

2. Panorama sociolinguístico

A vida organizada em sociedade sempre esteve pautada nas interações entre as pessoas através de recursos comunicativos. As relações sociais, em seus mais diversos contextos, foram tomadas pela linguística como objeto de estudo e, desde o início do século XX, se postulava uma concepção social da língua.

Podemos destacar alguns autores importantes, durante esse percurso histórico, que se tornaram alicerces de estudos relacionados à língua e à sociedade. Entre eles, o linguista francês Meillet (1866-1936) e os linguistas russos Marr (1865-1934) e Bakhtin (1895-1975). Tais autores contribuíram para o surgimento da área de estudos da linguagem, denominada como sociolinguística.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Meillet, desde suas primeiras publicações, elevou o caráter social e evolutivo da língua. Por ser a língua “um fato social, resulta que a linguística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da variação linguística é a mudança social”. (MEILLET, 1965, p. 17, *apud* CALVET, 2002, p. 16)

Assim, a partir da década de 1960, por influência de Meillet, ganha força a noção de língua como fator social dinâmico, cuja variação é explicada pela mudança social, por fatores externos. A influência deixada por Bakhtin, por sua vez, seria de que a língua é um fenômeno social de natureza ideológica. Quanto ao conceito de sociolinguística, assim afirma Votre (1993, p. 141):

A sociolinguística é uma área que estuda a língua em seu uso real, levando em consideração as relações entre a estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais da produção linguística. Para essa corrente, a língua é uma instituição social e, portanto, não pode ser estudada como uma estrutura autônoma, independente de contexto situacional, da cultura e da história das pessoas que a utilizam como meio de comunicação.

Dessa forma, podemos considerar que a sociolinguística, desde o seu aparecimento, vem apontando as relações inerentes entre língua, sociedade e cultura, assim como as implicações desse fenômeno nas variações da linguagem.

Até meados de 1960, as abordagens linguísticas de maior destaque eram a concepção estruturalista de língua de Ferdinand de Saussure e a concepção gerativista de Noam Chomsky. Nesse contexto, surge a proposta de um novo olhar sobre a estrutura das línguas e principalmente sobre as variações e mudanças linguísticas, feitas pelo linguista William Labov, publicadas em 1972 no livro intitulado *Padrões Sociolinguísticos*.

O principal ponto da proposta laboviana é a presença do componente social na análise linguística, reafirmando a relação língua e sociedade peculiar à sociolinguística. A partir de então, Labov dedicou-se aos estudos da língua no contexto social, com foco na variação fonética da língua inglesa. Tal proposta cresceu e ficou conhecida como sociolinguística variacionista.

A sociolinguística busca desvendar o funcionamento das regras que permitem que em determinados momentos e contextos sociais, possa se falar de uma forma, e em outros contextos se fale de outra, isto é, a aplicação das regras variáveis da língua, considerando não apenas os componentes internos, mas sim, os externos a ela.

Assim, para essa área de estudo, o uso das formas *você* ou *tu*, por determinadas comunidades, não pode ser considerado irrelevante à pesquisa ou a construção de conhecimento, pelo fato de que não compromete o bom funcionamento do sistema linguístico, muito menos a comunicação entre os falantes.

Guisan (2009, p. 17) afirma que, atualmente, a pesquisa na área da sociolinguística enfatiza, em particular, a função “identitária das línguas e os mecanismos que instrumentalizam essas línguas na construção dos mitos sobre os quais se fundamentariam as identidades coletivas”. Para esse linguista, quando se liga língua a identidade, fica subentendido que entre elas está a alteridade. Isto, devido estar impressa no discurso identitário, a questão da diferença.

Embora muito já se tenha escrito sobre o conceito de língua e das categorias de denominação a elas atribuídas como dialetos, socioletos e outros, o referido autor ressalta que ainda há dificuldade de se falar sobre esse tema. Em linhas gerais, podemos considerar alguns fatores que contribuem para tal dificuldade. O primeiro deles está relacionado ao fato da língua ser um produto cultural; o segundo diz respeito ao fato das línguas serem sistemas condicionados aos universais da mente humana; por fim, o seu caráter ideológico.

Entretanto, importa lembrar que o Outro preenche um papel essencial na definição da identidade do próprio sujeito; conseqüentemente, a língua do outro terá uma função primordial na delimitação do domínio da língua, já que é considerada como elemento da identidade coletiva. Daí a eleger o Outro e a sua língua como ameaça para a “pureza”, há apenas uma etapa rapidamente percorrida na história dos nacionalistas em particular, e dos etnocentrismos e racismos, onde o desprezo através da representação das outras línguas alimenta os preconceitos em geral. (GUISAN, 2009, p. 18)

Neste último, destaca-se a utilização da língua como um elemento primordial, tanto individualmente, quanto em comunidade, ao explicar o vínculo existente entre língua e identidade

3. *Os evangélicos brasileiros: origens, cisões e os tele-evangelistas*

Na contramão dos pressupostos do catolicismo, o protestantismo como seguimento religioso teve início na Europa tendo seu marco inicial precisamente depois da Reforma Protestante idealizada por Martinho Lutero, no século XVI. No Brasil, Heliodoro Heobano, 32 anos após o descobrimento do Brasil, trazia as premissas protestantes ao solo tupiniquim.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Em registros históricos, a primeira igreja protestante era apenas destinada aos estrangeiros: capela anglicana.

A primeira igreja evangélica de liturgia em língua portuguesa, porém, foi fundada em 1858 na ainda capital, Rio de Janeiro, denominada Igreja Evangélica Fluminense.

Nesse processo evolutivo, de crescida relevante, as igrejas protestantes se dissiparam em diferentes doutrinas e segmentos, dentre elas a presbiteriana, adventista, batista entre outras também tiveram suas raízes em terras nacionais.

No fim da década de 70, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) desponta. Como produto de crescimento, nasce um movimento de maior abrangência no Brasil atual, os “*neopentecostais*”. Os grandes tele-evangelistas da atualidade brasileira são oriundos dessa denominação. Romildo Ribeiro Soares era, então, o principal líder da época, principal pregador e ministro da igreja. Sofreu algumas baixas, deixando o posto da liderança da igreja nas mãos do bispo Edir Macedo.

Nascido no Espírito Santo, Romildo Ribeiro Soares, ao se mudar para o Rio de Janeiro com sua família, passa a residir na casa de seu tio, na ocasião, cunhado de Edir Macedo. E em 1977 fundam a igreja Universal. Porém, já no final dos anos 70, desentendimentos teológicos levaram a romperem relações. Romildo Ribeiro Soares não concordava com o método de condução que Edir Macedo adotava na igreja, suas divergências teológicas o fizeram fundar, em 1980, a Igreja da Graça de Deus.

Edir Macedo, defensor e promotor da chamada teologia da prosperidade, tornou sua igreja uma das maiores do seguimento religioso, sendo em 2000 considerada pelo censo a quarta maior comunidade religiosa brasileira. Nascido em fevereiro de 1945, hoje dono da rede Record de televisão, o fundador da IURD em 1992 teve seu nome ligado a escândalos de corrupção, charlatanismo e envolvimento com tráfico de drogas. Inocentado, o bispo continua à frente de sua igreja. Lança, em 2007, sua biografia. Em 2009, novas acusações também cairiam sobre mais nove pessoas próximas a ele, sendo elas lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

Nasceu em Palmas, no dia 2 de novembro de 1963, o pastor evangélico, líder e fundador da Igreja Mundial do Poder de Deus. Em 1998, foi responsável pela IURD de Sorocaba, e em mais uma desavença entre os pastores líderes deu origem a uma nova denominação evangélica.

Valdemiro consagrou um bispo em culto transmitido na madrugada pela Rede Record. Logo apareceram inúmeras denúncias contra tal pastor.

Ao saber do caso, Macedo exigiu que Valdemiro desfizesse a consagração e assumisse toda a responsabilidade do caso. Valdemiro não acatou a ordem de Macedo e foi expulso da Universal. Após ser expulso da IURD, Valdemiro Santiago, a esposa Francileia Santiago e outros quatro ex-membros da IURD, fundaram a Igreja Mundial do Poder de Deus.

Grandes movimentos evangelísticos foram iniciados por estes três líderes, que até hoje perpetuam a liderança quando o assunto é quantidade de fiéis. Esses líderes têm na TV seu maior “missionário”. A TV foi, sem sombra de dúvida, o maior propagador das pregações e ministrações do seguimento neopentecostal no Brasil, fazendo, com o passar do tempo, com o avanço e inserção considerável dos televisores nos lares, mais fiéis venham às igrejas.

Nessa perspectiva, é válido ressaltar o enfoque social da linguagem, defendido desde o princípio por Labov, que, considerando a linguagem um fato social por excelência, resultado do contato social, postulou que a linguagem se torna um dos mais fortes laços de união das comunidades, deve seu desenvolvimento à existência do grupo social e nos leva a perceber a relação social desta comunidade de fala, os evangélicos.

4. Valdemiro Santiago: o pastor do chapéu

Líder e pastor da Igreja Mundial do Poder de Deus, sim “mundial”, pois possui igrejas espalhadas por muitos países, como África, Estados Unidos, Canadá, Chile, Colômbia entre outros. As pregações, além de televisionadas, o que já era motivo de suficiente êxito, agora contam com o advento da internet.

Em algumas horas de vídeos, pregações, retirados tanto da internet (YouTube) quanto da TV retiramos algumas marcas linguísticas do falar evangélico, principais jargões, interjeições que demarcam a fala, tanto pastoral, quanto comum ao povo evangélico, ressaltando a premissa de comunidade de fala.

- *“Deus está no controle!”*: esta expressão usada pelo apóstolo demarca a confiança do evangélico perante um problema ou uma “adversidade”.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

- “*Adversidade*”: também se encaixa como escolha léxica voltada as ministrações como sinônimo de problema.
- “*Deus me conhece*”: quando o apóstolo faz uso dessa expressão tem a intenção de afirmar que o que diz é “aprovado” por Deus, dar crédito a sua fala, trazer o peso da verdade divina para seu discurso.
- “*Estou sofrendo perseguição ou Estão me perseguindo*”: em vídeo que desabafa, ao rescindir contrato com uma emissora aponta outro pastor missionário como culpado por isso. Essa expressão remete às épocas bíblicas do Antigo Testamento, onde relatos de guerra eram recorrentes. Claramente uma marca bíblica ideológica que faz alusão aos possíveis “inimigos” da modernidade.
- “*Restaurar vidas*”: menção ao trabalho divino, ao se considerar que uma determinada pessoa precisa de conserto.
- “*Inspiração de Deus*”: em rede aberta de televisão, o apóstolo faz uso desta expressão para afirmar crédito a sua proposta aos seus fiéis. No antigo testamento o povo hebreu separava o dízimo para sacrifício e culto ao seu Deus. O apóstolo propõe que esse dízimo seja de trinta por cento e não mais de dez.
- “*Devolver o de Deus*”: ao invés de utilizar o verbo *dar* o meio evangélico faz uso do verbo *devolver*, pois entende que tudo pertence a Deus. Logo, quando se dizima ou oferta, devolve-se aquilo que já pertencia a Deus.
- “*Prova*”: normalmente usado no meio evangélico com o sentido de “fase difícil” um período conturbado, porém ele ganha outro sentido dado pelo apóstolo do chapéu. Na citação a cima ele postula que o fiel se comprometa em devolver trinta por cento do seu recebimento mensal, e chama isso de *prova*. Sendo assim inserido nesse contexto *prova* ganha conotação de desafio, sacrifício desafiador.
- “*Se você der uma pequena contribuição, você vai alcançar a sua Graça, em mais tempo, mas alcançará*”: A essa expressão toda, não podendo ser considerada jargão, ainda cabe uma breve explanação sobre a ideologia da teologia da prosperidade pregada e defendida pelo apóstolo. Evidente é que quanto mais o fiel contribuir mais rápido ele alcança a graça de Deus, logo se a

contribuição for pouca a *graça* demora. Sendo assim, o vocábulo *graça* no contexto da fala de Valdemiro ganha outro sentido que não o bíblico. Aqui, *graça* é sinônimo de benção, e não de advento do perdão cristão do novo testamento.

5. Considerações finais

Dentre diversas expressões possíveis, as escolhidas demonstram como o líder de uma denominação evangélica grandiosa manifesta lexicalmente sua ideologia e que a comunidade falante tem um padrão desenvolvido por seu preletor.

Sendo assim, numa análise sucinta, pode se notar que os jargões evangélicos postulam uma comunidade hermética que, tendo a bíblia como base de crença, a utiliza em seu modo de diálogo com os comuns na fé, desenvolvendo uma linguagem particular, característica dos que creem de igual modo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____; PORTER, Roy (Orgs.). *Línguas e jargões: contribuições para uma história social da linguagem*. São Paulo: Unesp, 1997.

CALVET, L. J. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.

CÂMARA JR., Joaquim Matoso. *Dicionário de linguística e gramática*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CÉSAR, Elben M. Lenz. *História da evangelização do Brasil: dos jesuítas aos neopentecostais*. Viçosa: Ultimato, 2000.

DOUGLAS, J. D. (Org.). *O novo dicionário da bíblia*. Trad.: R. P. Sheed. São Paulo: Vida Nova, 1983.

FRESTON, Paul. *Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético*. Curitiba: Encontro, 1994.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 7. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

GUY, Gregory. A identidade linguística da comunidade de fala: paralelismo interdialetoal nos padrões de variação linguística. *Organon, Revista do Instituto de Letras da UFRGS*, Porto Alegre.

_____. *Variation in the group and the individual*. Locating language in time and space. Org.: W. Labov. New York: Academic Press, 1980, p. 1-36.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.

LEITE, Y.; CALLOU, D. *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MONTEIRO, J. L. *Para compreender Labov*. Petrópolis: Vozes, 2000.

NORBERT, Elias. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1999.

**LEXICOLOGIA E LEXICOFONIA:
USO E SENTIDO DO PALAVRÃO NA CULTURA BRASILEIRA**

José Geraldo da Rocha (UNIGRANRIO)

rochageraldo@hotmail.com

Rosane Cristina de Oliveira (UNIGRANRIO)

Além da função psicológica de xingar, nós não podemos nos esquecer das funções sociais. Xingar é importante para criar relacionamentos estreitos, amizade ou intimidade com os outros.

(Monika Bednarek)

RESUMO

O emprego terminológico de certas palavras na língua portuguesa quando descontextualizado acaba possibilitando uma interpretação equivocada. Muito do que hoje é compreendido como “palavrão” está diretamente associado a diversificados contextos socioculturais. Vivemos em um país de formação cristã onde valores os consensuados pela cultura dominante, são usados como padrão pela sociedade. Alguns termos, do ponto de vista moral apregoados nessa cultura de dominação, foram colocados como inapropriados para determinadas situações, também formatadas pelos valores da cultura de dominação. Não raras são as vezes em que pessoas se sentem ofendidas por ouvir a evocação de um palavrão cujos códigos morais e puritanos entendem tratar-se de algo inadmissível.

Palavras-chave: Palavrão. Xingamento. Cultura brasileira. Lexicologia.

1. Introdução

Você já se sentiu com uma vontade de dizer um puta palavrão, mandar tudo à merda ou para puta que pariu? Em determinadas situações tais sentimentos tomam conta da maioria de nós. Uns mais outros menos conseguem se conter. Mas, às vezes, não tem jeito e diante de situações extremas, a cabeça ferve e a calma que precisaríamos manter em situações de conflito acaba nos deixando na mão. Vem a hora da extrapolação. Gritamos, explodimos e berramos. Algo que estava entalado em nossa garganta vem à tona. Ao esfriar a cabeça, pode até vir em certos casos um peso na consciência, o remorso, mas dependendo da situação, o indivíduo tem a vontade de fazer de novo.

Em determinados contextos aquilo que soa como palavrão pode em outro lugar ser algo comum. Tudo depende muito dos códigos éticos

e morais de uma determinada cultura na vida dos povos. O presente artigo tem por objetivo discutir como na cultura brasileira tais termos são muito mais comuns que o pensamento puritano admite e o quanto a hipocrisia de setores ligados ao conservadorismo reacionário atua nos meandros da cotidianidade da vida. Assim sendo, o artigo vai apresentar um pouco do uso e do sentido do chamado palavrão na cultura brasileira. Em virtude dos processos de dominação cultural, tabus, pudores, conservadorismo e moralismos acabaram formando modos de pensar que acabam censurando a lexicologia e a lexicofonia.

2. Para início de conversa

Na década de setenta quando ainda menino vivendo no interior do Paraná saí da casa de meus pais para ingressar em um colégio interno. Uma vez por mês era costume voltar em casa. Sempre que chegava era aquela alegria. Família de muitos irmãos. De repente alguém perguntava quais são as novidades? Imediatamente minha mãe recriminava. “Não quero saber de novidades aqui em casa”. Para minha mãe, palavra novidade era um palavrão. Minha mãe era uma mulher que viveu no interior de Minas Gerais. Novidade para ela era o mesmo que arenga, ou simplesmente fofoca. Nós, então, éramos proibidos de usar esse termo em casa, mesmo sabendo que se tratava de outra realidade. Algo muito parecido acontecia com meu pai, entretanto, o termo que encerrava palavrão era fome. Certamente essa palavra marcou algumas situações vivenciadas pela nossa família de modo que ele não suportava nem ouvir pronunciar a palavra. Para ele que era para dizermos que estávamos com vontade de comer, mas nunca com fome.

Essas duas situações nos remontam a uma série de outros presentes na cultura brasileira, onde a compreensão e interpretação dos palavrões está associada a uma trajetória de vida, circunstâncias, vivências, valores e concepções. As palavras ganham novos sentidos. Seus usos e significados, em conformidade com os costumes e lugares, nem sempre podem ser interpretadas ao pé da letra. Vivemos em uma sociedade onde impera certos pudores e tabus, frutos de um moralismo e um conservadorismo tal que se comete atrocidades e essas não são consideradas uma afronta quanto um palavrão dito em determinados ambientes. São códigos de uma cultura dominante. Uma cultura que cerceia e censura as falas bem como os sujeitos do falar, em nome da moral e dos bons costumes. De certo modo não passa de uma hipocrisia.

O preconceito linguístico, por exemplo, é uma discussão interessante em se tratando das tentativas de controle social em relação ao cerceamento do uso do palavrão. Leite (2008), ao comentar sobre o preconceito e a intolerância linguísticos, salientou que,

O preconceito e a intolerância linguísticos revelam o comportamento de um falante diante da linguagem de outro e é, pois, um fato de atitude linguística. Como tudo o que diz respeito à linguagem, a atitude linguística não pode apenas ser interpretada como um assunto puramente pertinente ao domínio da língua. Antes de tudo, como sabemos muito bem, a linguagem é social, plena de valores, é axiológica e, por meio dela, consciente ou inconscientemente, o falante mostra a sua ideologia. Por isso, é preciso deixar claro que estudar o preconceito e a intolerância é ir além de fatos e opiniões que dizem respeito à língua e sua realização. (LEITE, 2008, p. 13-14)

Certa vez, se expressou uma senhora em um debate acadêmico ao ser questionada por um colega sobre: “você vai andando e bate com o pé em uma pedra... não vai soltar um puta *que pariu?* Ela respondeu “ vou dizer misericórdia senhor”. Ora, de certo modo isso, por um lado, é expressão de um modo religioso que revela o quanto alguns indivíduos sentem-se melindrados com os palavrões. Por outro lado, denota o quão distante esse indivíduo se encontra em relação às expressões culturais presentes no cotidiano da vida das pessoas. As palavras com conotações sexuais são as que recebem maiores reprovações, com algumas exceções. É corriqueiro na língua nacional a utilização do termo coitado para designar um indivíduo em um estado sofrível. Ora coito, como ato sexual não está ao alcance popular em sua compreensão. Daí que proferir o termo coitado para muitos não remete ao ato sexual e conseqüentemente a sua aceitação no linguajar cotidiano. Na verdade, ao dizer que alguém é coitado, é dizer que esse indivíduo é fodido. Na linguagem popular presente em nossa cultura, estar fodido é o mesmo que estar na merda.

Monique Augras (1989), ao discutir o Tabu, chamou a atenção para a relação entre as lexias proibidas e a linguagem erótica/obscena. Para a autora,

Em todo grupo cultural, há partes do corpo que não se devem sequer nomear. É o caso, entre nós, dos órgãos sexuais, que são designados, ou por jargão médico científico, ou por palavrões. É que os órgãos sexuais servem para lidar diretamente com o outro, estabelecendo a ligação entre opostos e, por conseguinte, têm de ser objeto de tabus, como tudo aquilo que fomenta um duplo domínio. (AUGRAS, 1989, p. 41)

Existe uma diferenciação demarcada exacerbadamente entre o público e o privado. Nesse contexto o ambiente da casa, das famílias são consideradas privadas, enquanto que a rua, o campo de futebol são espa-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

ços públicos. Assim sendo, um mesmo indivíduo, cujos padrões morais e ou religioso, não lhe permite proferir um palavrão dentro de sua casa, quando sai na rua o profere sem nenhuma cerimônia. A título de exemplificação pode-se observar o que se diz em um estádio de futebol quando um juiz apita um lance duvidoso. Alguns palavrões na cultura brasileira tornaram-se expressões populares, sem nenhum demérito para a cultura popular, pois essa é expressão de resistência de grupos marginalizado na sociedade.

A língua falada e escrita são as formas mais usuais de comunicabilidade. Entretanto, na informalidade é comum proferir palavras que, por vezes, possuem duplo significado (como, por exemplo: “caramba!”), que dependendo da forma que é externada pode remeter à ideia de dor, raiva, alegria, surpresa. Mas, então, o que é palavra, palavrão e como a cultura influencia ou é influenciada por tais elementos? De acordo com o dicionário da língua portuguesa, palavra é originária do grego *parabolé*, e do latim *parabola*, e significa

1. Unidade mínima com som e significado que pode, sozinha, constituir enunciado; forma livre. 2. Unidade pertencente a uma das grandes classes gramaticais, como, por exemplo, substantivo, verbo, adjetivo, advérbio, abstraídas as diferentes realizações (marcas flexionais) que ela possa apresentar; lexema. [...] 4. Nas escritas modernas, unidade constituída por grafemas, delimitadas por espaços em branco e/ou sinais de pontuação. 5. Alta expressão do pensamento; verbo. [...] 7. Faculdade de expressar ideias por meio de sons articulados; fala. [...] (FERREIRA, 2004, p. 1470)

A definição contida no dicionário da língua portuguesa é extensa. É possível notar a importância e, ao mesmo tempo, a complexidade que acompanha o uso da palavra. Além do significado, os sentidos do uso da “palavra”, como “empenhar a palavra”, “medir as palavras”, “ter palavra”, traduz uma série de significados que ao longo do tempo, de acordo com as transformações culturais e sociais, também sofrem alterações.

O palavrão, intensamente utilizado, especialmente na linguagem falada, existente no mundo todo, é observado como um tabu, algo ruim, que não devemos dizer, ouvir ou conhecer. Continuando com o dicionário da língua portuguesa, palavrão é “palavra obscena ou grosseira; palavrada, pachouchada”. Mas é, também, pode ser “palavra grande, difícil de pronunciar”, ou, ainda, “termo enfático ou empolado; palavrada”.

3. Sons e os ouvidos sensíveis

Aos ouvidos de muitos, alguns sons das palavras presentes no vocabulário cotidiano na cultura brasileira tornam-se ofensivos. É nesse contexto que o palavrão ganha notoriedade. Nem se atem tanto ao sentido do emprego terminológico em si, mas ao fato de ser tal palavra compreendida na cultura como sendo uma palavra de baixo calão. Nota-se que também a definição do que é uma palavra de baixo calão está associada à cultura de dominação.

“*Putá merda*” uma expressão muito corriqueira que associa duas realidades na sua pejoratividade, mas dependendo do contexto pode ensinar exatamente o contrário. Puta merda o cara é bom mesmo! Os chamados “politicamente corretos” em tom de brincadeira afirmam que em um contexto de censura e repressão do palavrão, dever-se ia falar “prostituta fez”. Ora nesse caso, o uso da língua culta perde completamente a conotação que se deseja imprimir à expressão. Algo semelhante acontece com “puta que pariu”, que no politicamente correto da linguagem se diria “prostituta que deu à luz”. É uma expressão que enseja espanto, “puta que pariu”, que maravilha a minha nota na prova! Pode também ensinar desagrado total. “Putá que pariu”, não se perde um gol assim, sozinho, só ele e a trave. Observa-se que nesses casos o palavrão não caracteriza ofensa a ninguém. Ele não é dirigido ao indivíduo no sentido de ofensa. Apenas uma palavra jogada ao ar, num contexto que expressa o estado emocional de quem o profere.

Um dos traços mais notáveis de nossa cultura é que se falar muitos palavrões. Todos sabem disso. Cada um de nós contribui com sua parte. Mas tendemos a não perceber essa situação.

Falar palavrões não consta do manual de boas maneiras de nenhuma área. Mas, segundo um estudo feito pela Universidade de Keele, na Inglaterra, pasará a ser recomendação médica. Isso porque proferir palavras do tipo ajudaria a aliviar a dor, segundo informou o jornal britânico *Daily Mail*. A Faculdade de Psicologia da entidade estudou o comportamento de 70 voluntários que realizaram um teste prático: tiveram de colocar as mãos em um recipiente com água gelada, a cerca de 5°C, enquanto repetiam palavrões a fim de aliviar o desconforto causado pelas baixas temperaturas. Outras vezes, tiveram de expressar outras palavras. A experiência durou três minutos em cada situação e foi monitorada a partir do aumento dos batimentos cardíacos. Os que ficaram xingando enquanto mantiveram as mãos na água fria demonstraram mais tolerância à dor e também menores variações no ritmo do coração. Mas o levantamento alerta que o benefício só é obtido se não se tem o hábito de proferir palavrões. “Quanto maior a frequência em falar palavras do tipo, menor foi a tolerância em permanecer com as mãos na água e à dor”, disse o psicólogo Ri-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

chard Stephens ao *Journal of Pain*. O especialista explicou que os resultados se devem aos palavrões representarem uma forma de linguagem que tem o efeito de aliviar emoções. "As palavras em geral ativam a parte esquerda do cérebro, mas os palavrões parecem acionar partes mais profundas, associadas às emoções". (ACHKAR, 2015)

Pode-se constatar que um palavrão pode fazer muito bem. É corrente a compreensão que o nível de estresse pode ser aliviado quando se profere um palavrão. Os dados da pesquisa destacados aqui nos demonstram que existe uma cientificidade no indicar alguns benefícios que isso encerra. Além de aliviar a dor e o estresse, o palavrão pode dissipar a raiva e evitar uma agressão física. Ele atua ainda como elemento de socialização e comunicação de um estado de euforia.

4. *O medo dos palavrões*

No processo de comunicação direta, a fala apresenta-se recheada de sentimentos e emoções que expressam o que estamos sentindo naquele exato momento. Assim, surge o que chamamos de linguagem popular, e, também, os palavrões. Tais palavras estão presentes em qualquer língua ao redor do mundo. Para Antônio Álvares da Silva, professor titular da Faculdade de Direito da UFMG, ao pronunciar-se sobre uma polêmica em relação ao processo de retirada ou não de determinados livros didáticos de circulação, em decorrência do uso de alguns tipos de palavrões em seu conteúdo, afirmou que do ponto de vista da cultura popular,

Retirá-lo [o palavrão] da linguagem é uma utopia, porque fazem parte da vida e a linguagem é a própria vida, transformada em comunicação com o próximo. Achar que podemos criar uma língua castiça, isenta de palavrões, é querer que o ser humano tenha uma vida sem emoções. Pura teoria, porque razão e emoção são dois conteúdos inseparáveis de quem vive. (SILVA, [s./d.], p. 2)

O autor não defende o uso indiscriminado do palavrão ou gírias, mas ignorá-los ou simplesmente suprimir, seria uma atitude "falsa e elitista", pois a "linguagem popular é um fato do mundo e é dela que língua literária recebe a seiva vital que os escritores e os poetas refinam com a sua sensibilidade, para transformar a palavra em arte... nada pior para o homem do que desconhecer a realidade em que pisa". (SILVA, [s./d.], p. 2)

Outra questão interessante a ser abordada é o palavrão como elemento de *tabu linguístico*. Orsi (2011), no artigo *Tabu e Preconceito Linguístico*, elaborou uma análise interessante sobre o palavrão na condi-

ção de léxico que ultrapassa os “limites” do que se convencionou de boa conduta, especialmente moral. Para a autora,

O tabu linguístico é decorrente das sanções, restrições e escrúpulos sociais; atua na não permissão ou na interdição de se pronunciar ou dizer certos itens lexicais aos quais se atribui algum poder e que, se violados, poderão trazer perseguições e castigos para quem os emprega. E, por estar em si também o impulso por ultrapassá-los, o homem reverte as imposições e usa os palavras e outras construções lexicais como forma de expressão de seus sentimentos e meio de subversão das proibições. (ORSI, 2011, p. 336)

Muitas pessoas têm medo dos palavrões e entendem que sua utilização denota falta de educação. Seguindo esse tipo de análise, por questão de coerência, muitas outras palavras, mesmo as não categorizadas como palavrões podem demonstrar falta de educação. Para ofender alguém em sua dignidade, não necessariamente o indivíduo necessita usar os termos classificados como palavrão. Santos e Costa (2013) argumentam que:

O que dá ao palavrão sua força é o sentido negativo que ele carrega. Como foi visto, embora esse sentido negativo proveniente da própria proibição, dos sentimentos ruins que a palavra possa despertar (nojo, medo, pecado) ou simplesmente pela convenção de um sentido carregado expressividade naquela palavra, esses vocábulos podem ser usados em variados contextos, já que o sentido denotativo dessas expressões não importa muito, mas sim, suas conotações ligadas às sensações que elas podem provocar em quem ouve. (SANTOS & COSTA, 2013, p. 337)

Em determinadas situações, mesmo usando de um palavrão, não significa ofensa alguma no contexto sociocultural brasileiro. Recordamos aqui algumas situações onde em um debate de caráter religioso alguém afirma que os indivíduos por não pertencer às religiões do universo cristão estão possuídos pelo demônio. Impingir ao outro tal mexa “possuído pelo demônio” afronta a dignidade humana, rebaixa a humanidade do indivíduo muito mais que uma expressão “puta merda”. Verifica-se que as mesmas pessoas que abominam o palavrão são capazes de utilizar tal artifício de classificação dos indivíduos.

Neste sentido, a questão do preconceito e intolerância, encontram nas discussões sobre preconceito linguístico um elemento que nos provoca inúmeras reflexões acerca da realidade sociocultural brasileira. De acordo com Orsi (2011),

Compreendemos por preconceito a ideia, a opinião ou o sentimento que pode influenciar e levar o indivíduo à intolerância, à atitude de não reconhecer e admitir uma opinião diversa da sua e, por isso, vir a reagir com violência ou agressividade em certas situações. A linguagem, por ser um fenômeno multi-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

facetado e, ao mesmo tempo, singular, é expressa de maneira diversa de usuário a usuário e em circunstâncias diferentes. Não obstante, a atitude dos preconceituosos e dos intolerantes é semelhante e homogênea e tenta impor padrões uniformizadores à sociedade em detrimento de variáveis importantes, como o respeito pela individualidade de um sujeito. (ORSI, 2011, p. 341)

A hipocrisia é um sintoma de anormalidade no comportamento e nas relações sociais. Cria-se uma falsa imagem de pessoas, arautos da moralidade, da ética e dos bons costumes, defensores dos princípios e dos valores da família, tidos como verdadeiros e absolutos, quando na verdade não passam de hipócritas. Ninguém é imune aos palavrões na cultura brasileira. Tal realidade faz parte do jeito de ser, de fazer e de viver do povo brasileiro. Afirmar que não admite um palavrão pode até ter sua validade dentro de alguns ambientes familiares, mas isso não significa que na rua, na escola, ou em tantos outros lugares isso não vai aflorar. A realidade é muito mais cruel do que aquilo que podemos ensinar. É essa crueldade da realidade que faz com que os indivíduos busquem formas de reação. O palavrão passa atuar então como uma válvula de escape. Enquanto válvula de escape, ele acaba evitando um mal maior, ou seja, uma agressão física. Uma das funções sociais então dos palavrões é aplacar a ira ante uma eminente agressão física em variadíssimas situações. Assim sendo, ter medo de proferir em determinadas circunstâncias um palavrão, deixa o indivíduo mais susceptível à agressão física. Trata-se na verdade de um tipo de repressão comportamental. Ora aquilo que se reprime de um jeito ou de outro, em algum momento tende a eclodir. Talvez esteja aqui o fundamento de algumas atitudes relacionadas à intolerância religiosa de alguns segmentos evangélicos em relação às religiões de matrizes africanas no Brasil.

5. *Considerações finais*

Tudo depende das circunstâncias. Nem tanto à terra nem tanto ao mar. É compreensível que em cada contexto possa existir um discurso mais adequado a ser proferido pelos interlocutores. Entretanto, os códigos da convivência social não raro são adaptados em conformidade com os meandros, os lugares e personagens em ação. Este é o caso do uso do palavrão.

Neste artigo, apresentamos uma breve reflexão sobre a relação entre cultura popular e palavrão, a partir de duas perspectivas. A primeira discutindo o uso das palavras e seu significado cultural, demonstrando que a ideia de palavrão pode ser determinada de acordo com a diversida-

de cultural, conforme o exemplo, a breve narrativa do uso da palavra “novidade” e “fome”. Para aquele núcleo familiar, estas palavras remetiam a algo proibido, agressivo e, por isso, não poderia ser proferido. Eram consideradas palavrões! Em seguida, chamamos a atenção para duas questões fundamentais: o tabu e o preconceito linguístico. A linguagem é social, e, portanto, expressa o que uma determinada sociedade possui como valores, cultura, normas, regras, conforme exposto por Leite (2008). Em geral, o tabu linguístico associa-se, também, a linguagem erótica e obscena. Entretanto, dependendo do ambiente no qual o sujeito está inserido, o palavrão pode ou não ser proferido, denotando uma questão de espaço público e espaço privado. Além disso, é possível notar a importância do palavrão para aliviar tensões e estresses presentes no cotidiano. Esta afirmativa pode ser justificada através dos dados apontados por Achakar (2015).

A última parte do artigo argumenta sobre os motivos que levam determinados grupos sociais ou indivíduos a sentirem medo de proferir palavrões, por causa do sentido negativo que ele carrega, conforme exposto por Silva e Costa (2013). Por outro lado, o não uso ou a imposição em relação a sua retirada dos espaços sociais denota a ação de grupos conservadores da sociedade, o que pode ser observado nas discussões sobre o uso de palavrões e gírias em livros didáticos, devidamente contextualizados. Outra questão problemática é o uso de determinados termos, em se tratando do debate religioso: o indivíduo que não apresente proximidade com o universo cristão, para algumas vertentes pentecostais, esse indivíduo é caracterizado como “possuído pelo demônio”, o que o coloca, em última instância, em lugares extremamente rebaixados do ponto de vista de um “xingamento”.

Por fim, o artigo chama a atenção para o caráter hipócrita e de falso moralismo em torno do uso ou não do palavrão. Para além de seu significado negativo, conforme querem impor determinadas camadas sociais, é fato que o palavrão é um elemento da cultura popular, existe em qualquer sociedade do globo terrestre e reprimir seu uso traduz-se como um meio de repressão comportamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHKAR, Michelle. *Falar palavrão é uma forma de aliviar a dor, diz pesquisa*. Disponível em: <<http://saude.terra.com.br/falar-palavrao-e->

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

[uma-forma-de-aliviar-a-dor-diz-pesquisa.18498c3d10f27310VgnCLD100000bbcceb0aRCRD.html](http://www.revel.inf.br/downloadFile.php?local=artigos&id=299&lang=pt)>.

AUGRAS, Monique. *O que é tabu*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FRANKFURT, Henry G. *Sobre falar merda*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2005.

LEITE, Marli Quadros. *Preconceito e intolerância na linguagem*. São Paulo: Contexto, 2008.

ORSI, Vivian. Tabu e preconceito linguístico. *ReVEL*, vol. 9, n. 17, 2011. Disponível em:

<<http://www.revel.inf.br/downloadFile.php?local=artigos&id=299&lang=pt>>.

SANTOS, Demócrito Cruz; COSTA, Kátia Regina Lopes. Palavrão: um olhar sobre a possível não arbitrariedade deste signo linguístico. *Web-Revista Sociodialeto*. Bacharelado e Licenciatura em Letras. UEMS/Campo Grande, vol. 3, n. 9, mar. 2013. Disponível em:

<<http://www.sociodialeto.com.br/edicoes/14/01042013045626.pdf>>.

SILVA, Antônio Álvares da. Devem ser retirados de circulação os manuais que contém palavrões? Não. Palavrões são parte da linguagem e da vida. [s./d.]. Disponível em:

<https://www.trt3.jus.br/download/artigos/pdf/161_palavroes_linguagem_vida.pdf>.

**MANUSCRITO OITOCENTISTA,
OBRAS LEXICOGRÁFICAS E O FALAR CACERENSE:
UMA LEITURA SEMÂNTICO-LEXICAL**

Milena Borges de Moraes (UNEMAT, USP)
milenaborges@usp.br

RESUMO

O presente artigo objetiva realizar um estudo semântico-lexical do item lexical *ordenado* extraído do manuscrito “Memoria sobre o plano de guerra offensiva e deffensiva da Capitania de Mato Grosso”, um documento oficial datado de 31 de janeiro de 1800, no Forte Coimbra, Capitania de Mato Grosso, pelo Tenente-Coronel Engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra, e testado *in loco* no município de Cáceres, Mato Grosso. Para este fim, utilizamos como corpora a abonação do item lexical registrada no manuscrito; a representação canônica e acepção do item presente em obras lexicográficas pertencentes às várias fases da língua portuguesa, compreendendo desde o século XVIII (século em que foi datado o manuscrito) até o século XXI (fase deste estudo); e o *corpus* oral constituído a partir da pesquisa de campo. Adotou-se como referencial teórico-metodológico os domínios da ciência da linguagem geolinguística, lexicologia e lexicografia. Como resultado preliminar, vislumbra-se a manutenção do português oitocentista escrito no Brasil, bem como o caráter polissêmico do item lexical.

1. Apresentação

Os documentos manuscritos, como parte da história da humanidade, presentes por muito tempo na esfera particular e na administração pública; considerados então um patrimônio histórico e linguístico; um legado que a história deixou; podem ser usados na busca pelo entendimento de fases pretéritas da língua portuguesa, bem como trazer, para o presente, elementos da nossa história social em determinado momento passado que, por sua vez, possibilita-nos rememorar nosso itinerário cultural e linguístico.

Nesse sentido, propomos um estudo do item lexical *ordenado* extraído de um manuscrito oitocentista e testado *in loco* no município de Cáceres, Mato Grosso, cujo objetivo é lançar um olhar semântico-lexical sobre o item lexical, conjugando sentidos registrados na abonação constante no manuscrito, nos dicionários de língua portuguesa e nos contextos dos registros orais da nossa pesquisa de campo, de modo a concentrar nossa reflexão acerca da manutenção de item lexical pertencente a estágio pretérito da língua portuguesa escrita no Brasil, sem com isso deixar de lado o processo natural das línguas, o de inovação.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Considerando que Biderman (2001, p. 131) define os dicionários como “[...] organização sistemática do léxico, uma espécie de tentativa de descrição do léxico de uma língua”, concebemos importante consultar obras lexicográficas pertencentes às várias fases da língua portuguesa, compreendendo desde o século XVIII (século em que foi datado o manuscrito) até o século XXI (fase deste estudo) a saber, *Vocabulario Portuguez e Latino* (1712 - 1728), de Raphael Bluteau; *Diccionario da Lingua Portuguesa* (1813, 2. ed.), de Antonio de Moraes e Silva; *Grande diccionario portuguez ou thesouro da lingua portuguesa* (1871-1874), de Frei Domingos Vieira; *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (1975, 1. ed.), de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; *Dicionário Houaiss eletrônico da língua portuguesa* (2009), de Antônio Houaiss.

Diante dessa perspectiva, apresentaremos a seguir os *corpora* em estudo e os procedimentos metodológicos utilizados na constituição deles; a abonação do item lexical registrada no manuscrito, caracterizando, assim, o léxico do período oitocentista; a representação canônica e aceção do item presente em obras lexicográficas; e o item lexical no contexto de fala do cacerense; análise semântico-lexical; considerações finais e referências.

2. *Corpora e procedimentos metodológicos*

A primeira etapa da pesquisa consistiu na constituição do *corpus* escrito a partir de itens lexicais extraídos do manuscrito intitulado *Memoria sobre o plano de guerra offensiva e deffensiva da Capitania de Matto Grosso*, um documento datado de 31 de janeiro de 1800, no Forte Coimbra, Capitania de Mato Grosso, pelo Tenente-Coronel Engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra, a pedido do então Governador e Capitão-general da Capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro. O códice onde se encontra esse manuscrito em estudo pertence ao Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), em São Paulo. Para a realização deste estudo, utiliza-se as edições fac-similar e semidiplomática elaboradas por Andrade, Santiago-Almeida, Baronas (2012).

O assunto do documento consiste em um relato descritivo dos aspectos geográficos, auríferos, demográficos e bélicos da Capitania de Mato Grosso e do país limítrofe, Espanha, vislumbrando, por meio de cartografias e um plano de guerra, os pontos positivos e as deficiências de cada um deles cujo intuito era o de respaldar as estratégias militares

para defesa e/ou ataque em um eventual embate entre essas coroas ibéricas. O possível embate previsto pela Coroa Portuguesa e a preocupação em controlar e defender o território de fronteira oeste da colônia Brasil, bem como o projeto político de expansão em ascensão no século XVIII gerou, então, a elaboração do documento.

Em um universo de aproximadamente 9053 (nove mil e cinquenta e três) substantivos e adjetivos existentes no manuscrito, levantados por meio do Programa de Estatística Textual "Léxico 3"⁹⁸ e separados da totalidade das formas⁹⁹, bem como reconhecidos nessa classe gramatical de acordo com o uso no documento, selecionamos 39 (trinta e nove) itens lexicais, sendo 23 (vinte e três) substantivos e 16 (dezesesseis) adjetivos para serem testados juntamente com suas respectivas acepções em pesquisa de campo na comunidade urbana de Cáceres (MT) que, em princípio, não são palavras correntes.

O item lexical selecionado para este estudo, *ordenado*, dessa forma, pertencente à pesquisa em curso, dentre os trinta e nove itens lexicais mencionados acima, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, e sob fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT).

Feito a seleção dos trinta e nove itens lexicais, realizamos a pesquisa de campo no município de Cáceres-MT, constituindo assim o *corpus* oral, a partir do suporte teórico-metodológico da geolinguística, como saber/fazer que se origina da dialetologia, constitui-se no estudo da variação diatópica e utiliza-se da pesquisa de campo, *in loco*, em uma rede de pontos em um determinado espaço, para descrição da realidade linguística.

A pesquisa de campo compreendeu dezesseis entrevistas realizadas mediante questionário linguístico de cunho semântico-lexical previamente estabelecido e elaborado a partir dos pressupostos metodológicos apresentados pelo Comitê Nacional do Projeto ALiB em *Atlas Linguísti-*

⁹⁸ Utilizamos a edição 2001, desenvolvido por pesquisadores da Universidade de Sourbonne Nouvelle-Paris 3. As diferentes versões desse programa podem ser encontradas gratuitamente na página: <<http://www.cavi.univparis3.fr/lpga/ilpga/tal/lexico> www/lexico3.htm.

⁹⁹ Tais formas consistiam todas as ocorrências delimitadas por dois espaços brancos, podendo ser palavras, números e sinais de pontuação.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

co do Brasil. *Questionários* (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB, 2001).

A respeito dos informantes foram divididos em oito do gênero masculino e oito do feminino, entre duas faixas etárias distintas e quatro níveis de escolaridade distintos; naturalidade, nascidos no local e, de preferência, pais pertencentes à mesma comunidade linguística.

3. *Análise semântico-lexical*

Tomamos como ponto de partida a ilustração contextual da definição do item lexical *Ordenado*¹⁰⁰ por meio de sua abonação no manuscrito *Memoria* (consta o item lexical em estudo destacado, *recto* ou verso do fôlio e indicação da linha em que se encontra o item lexical, e a referência):

Em fim se em alguns dos ditos Officios hou= ver o abuzo, de ficarem como serventuarios, as/ pessoas que os occupavaõ, só com parte dos/ seus *ordenados*, distribuindo o resto a outras/ estranhas mãos; esta dependencia occulta/ (se a houve) foi hum enorme abuzo que/ não serve de regra para a bem *ordenada* ar-/ monia da sociedade, e destroi a independen-/ cia, e applicaçãõ, com que devem servir os/ Officiaes da Fazenda sem receberem outros equivalentes. (71v-8 a 17 - ANDRADE, SANTIAGO-ALMEIDA, BARONAS, 2012, p. 321, grifos nossos).

Observa-se que Ricardo Franco faz uso do item lexical *ordenado* ora com a função de substantivo, para se referir ao salário; remuneração das pessoas; ora com a função de adjetivo indicando a condição da "armonia da sociedade", ou seja, organizada, colocada em ordem.

No que tange à ocorrência de *ordenado* no *corpus* oral, século XXI, ocorreu a partir de um questionário semântico-lexical que tinha como objetivo verificar se o informante cacerense reconhecia o item lexical e com qual acepção, bem como instigá-lo a usar a palavra dentro de um contexto, sendo que a acepção buscada era a de "salário, remuneração", e se a usava. Seguem abaixo o Quadro 1 com a transcrição grafe-

¹⁰⁰ A frequência de *ordenado* no documento, na função de substantivo, ocorreu cinco vezes, com a seguinte forma: *ordenados*.

mática¹⁰¹ do contexto de utilização do item lexical conhecido por cada informante da faixa etária 1 e o Quadro 2 pelos informantes da faixa etária 2.

F1-H-EP¹⁰²: Não conhece.

F1-M-EP: Ordenar é tipo ordenar as coisas... tipo ordenar tudo num lugar pra ficar tudo ordenadinho. Eu uso.

F1-H-EF: Ordenado, já li essa palavra. Não lembro o sentido. Ordenado não uso.

F1-M-EF: Ordenado é quando alguma coisa de ordem ou quando você está fazendo alguma coisa e tem que ser em ordem, ordenado. Uso.

F1-H-EM: Já ouvi, no sentido de ordem.

F1-M-EM: Ah ordenado é que vem de salário, pagamento. Uso, na faculdade que ordenado na contabilidade é débito ou crédito o salário a pagar, daí a gente associa com dinheiro.

F1-H-ES: Não conhece.

F1-M-ES: Já ouvi no sentido de ordem, ordenado a realizar tal coisa. Mas não uso.

Quadro 1 – Acepções de *ordenado* pelos informantes da faixa etária 1.

F2-H-EP: Ordenado... tem como salário, meu ordenado não deu para fazer a compra do mês.

F2-M-EP: Eu conheço assim como pagamento. De primeiro as pessoas falavam: meu ordenado é tanto. Não uso.

F2-H-EF: Eu uso. Ordenado mesmo é salário, meu salário é um ordenado.

F2-M-EF: Ordenado... de primeiro eu entendia assim... trabalhava e recebia um ordenado. Não uso. Receber o salário né.

F2-H-EM: Ordenado muito pouco eu uso, porque hoje ordenado virou salário, provento, soldo.

F2-M-EM: Já ouvi, não uso. Mais pra salário né.

F2-H-ES: Ordenado... salário. Não... usamos hoje salário, subsídio.

F2-M-ES: Ordenado eu já ouvi muito, vou receber meu ordenado antigamente, mas hoje

¹⁰¹ Para o recorte de análise foram consideradas todas as respostas de um mesmo entrevistado, porém transcrito apenas o que dizia respeito ao reconhecimento do item lexical e acepção buscada.

¹⁰² O significado da sigla utilizada consiste em: **F1** - faixa etária 1 (entre 18 e 30 anos); **F2** - faixa etária 2 (entre 50 e 65 anos); **H** - homem; **M** - mulher; **EP** - ensino primário; **EM** - ensino médio; **ES** - ensino superior.

não se fala. Ordenado tem duplo sentido. O cara é ordenado para fazer o serviço, fulano quem recebeu uma ordem pra fazer.

Quadro 2 – Acepções de *ordenado* pelos informantes da faixa etária 2.

Dos dezesseis entrevistados, seis informantes disseram conhecer e usar o item lexical *ordenado* (F1-M-EP, F1-M-EF, F1-M-EM, F2-H-EP, F2-H-EF, F2-H-EM); oito informantes reconheceram o item lexical porém disseram que não o usam (F1-H-EF, F1-H-EM, F1-M-ES, F2-M-EP, F2-M-EF, F2-M-EM, F2-H-ES, F2-M-ES); dois informantes afirmaram não conhecer o referido item lexical (F1-H-EP, F1-H-ES).

No que diz respeito à acepção buscada (salário; remuneração), todos os informantes da faixa etária 2 reconheceram e estabeleceram uma relação sinonímica com os substantivos *salário*, *pagamento*, *provento*, *soldo*, *subsídio*, vislumbrando variantes concorrentes. Na faixa etária 1 há o reconhecimento da acepção buscada apenas pela informante (F1-M-EM): "Ah ordenado é que vem de salário, pagamento. Uso, na faculdade que ordenado na contabilidade é débito ou crédito o salário a pagar, daí a gente associa com dinheiro". Verifica-se que a informante declara o uso de *ordenado* a partir do universo dela como acadêmica do segundo semestre do curso de graduação em ciências contábeis.

Outro fato no *corpus* oral vislumbra o uso corrente de *ordenado* em dois sentidos diferentes da acepção buscada, conforme ilustram excertos abaixo retirados dos quadros 1 e 2. Observa-se que os informantes a seguir utilizaram *ordenado* no sentido de 'colocar em ordem/organizar': F1-M-EP - "Ordenar é tipo ordenar as coisas... tipo ordenar tudo num lugar pra ficar tudo ordenadinho"; F1-M-EF - "Ordenado é quando alguma coisa de ordem ou quando você está fazendo alguma coisa e tem que ser em ordem, ordenado". Quanto aos informantes F1-M-ES - "no sentido de ordem, ordenado a realizar tal coisa"; e F2-M-ES¹⁰³ - "Ordenado tem duplo sentido. O cara é ordenado para fazer o serviço, fulano quem recebeu uma ordem pra fazer" empregaram no sentido de 'dar e receber uma ordem'. O informante F1-H-EM ao dizer que usa o item "no sentido de ordem" e não explicar, apresenta uma ambiguidade, ou seja, tanto pode ser no sentido de 'colocar em ordem' quanto no de 'dar e receber uma ordem'.

¹⁰³ Neste caso, a informante F2-M-ES foi citada duas vezes porque atribuiu duas acepções diferentes ao item lexical *ordenado*, sendo uma a buscada e a outra no sentido de 'dar e receber uma ordem'.

O cotejo de *ordenado* em obras lexicográficas, por sua vez, é demonstrado no Quadro 3 abaixo. A ordem dos dicionários segue o critério cronológico.

Dicionário	Acepções registradas no dicionário
Bluteau (1712-1728)	ORDENÀDO, fallando em Leys, Decretos, ou outra cousa semelhante. <i>Constitutus, o institutus, a, um. Vid. Ordenar.</i> Ordenado, que se dà a alguem para seu sustento. Que se dava aos Soldados, que traziaõ certidões do General, de ter fervido bem a Republica na guerra. <i>Beneficium, ii.</i>
Morais e Silva (1813)	ORDENÁDO, s. m. O mantimento, ou salario certo, e determinado. ORDENÁDO, p. pass. de Ordenar. Posto em ordem. Estabelecido, constituído. Ordenado a algum serviço.
Vieira (1871-1874)	ORDENADO, s. m. Mantimento, remuneração certa e determinada, legal. 2.) ORDENADO, part. pass. de Ordenar. Posto por ordem, posto em ordem.
Ferreira (1975)	Ordenado. 1. Posto em ordem; arranjado, arrumado, disposto. 3. Posto em ordem; classificado, numerado. 5. Vencimento dum funcionário, ou empregado qualquer, pago periodicamente.
Houaiss (2009)	ordenado Datação: sXIII. Adjetivo 1 colocado em ordem; arranjado, arrumado, disposto; 4 que foi determinado, preceituado. Substantivo masculino 6 paga periódica de servidor público ou empregado; salário.

Quadro 3 – definições do lema *ordenado*.

O cotejo lexicográfico acima permite, sobretudo, verificar o registro da forma *ordenado* em todos os dicionários, e, no que concerne às acepções 'salário, remuneração' (acepção buscada); 'colocar em ordem/organizar' (acepção também presente no manuscrito); 'dar e receber uma ordem', não há registro dessa última apenas nas obras lexicográficas de Vieira (1871-1874) e Ferreira (1975).

O uso de *ordenado* como *salário* por uma informante da faixa etária 1 devido a sua área acadêmica de atuação, bem como por todos os informantes da faixa etária 2, ainda que quatro deles disseram não usar a forma *ordenado* e sim outras variantes, e o registro em todas as obras lexicográficas analisadas, sugere tendência à manutenção semântico-lexical do português oitocentista.

4. Considerações finais

O presente estudo trouxe dados sobre o item lexical *ordenado* oitocentista do português escrito no Brasil e seu aspecto semântico preservados em obras lexicográficas e na fala do cacerense no século XXI. Isso revela-nos que embora a língua seja dinâmica, bem como o seu nível linguístico mais evidente, o léxico, considerado um sistema aberto, mais apto à variação, e à mudança, ainda preserva uma memória semântico-lexical.

Por hipótese, o léxico oitocentista presente no manuscrito *Memoria*, e em circulação em terras cacerenses desde essa época, conforme nos induz a história social subjacente no documento e do próprio município em estudo, está propício à manutenção no uso corrente do informante cacerense.

Além do contexto de uso dos informantes da faixa etária 1 e faixa etária 2 acerca de *ordenado*, corroborou com essa investigação o cotejo lexical diacrônico realizado desse item em obras lexicográficas do século XVIII ao XXI, nas quais encontramos o registro do item em todas as obras lexicográficas, bem como da acepção buscada 'salário; remuneração', e da outra expressa no documento e contexto de uso dos informantes cacerenses 'colocar em ordem/organizar'.

Por fim, o presente estudo contribuiu para o conhecimento, não só da memória linguística preservada do português oitocentista, no acervo lexical do cacerense, como também, por extensão, da flexibilidade do léxico da língua portuguesa no Brasil, na reutilização de itens lexicais com inserção e extensão de significados, ou seja, o caráter polissêmico da língua que caracteriza o enriquecimento do léxico. "Longe de ser um defeito da língua, a polissemia é uma condição essencial da sua eficiência" (ULLMANN, 1964-1973, p. 347). Dessa forma, observar a polissemia enriquece a descrição e oferece mais dados para compreender a circulação do léxico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Elias Alves de; SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo; BARONAS, Roberto Leiser. *Plano de guerra da Capitania de Matto Grosso*: janeiro de 1800. Cuiabá: EdUFMT, 2012.

BIDERMAN, Maria Tereza. Os dicionários na contemporaneidade: arquiteturas, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Edufms, 2001, p. 131-144.

_____. *As ciências do léxico*. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs.). *As ciências do léxico*. Lexicologia, lexicografia e terminologia. Campo Grande: UFMS, 1998, p. 11-20.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario português & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 vol. Disponível em:
<<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>>.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB. *Atlas linguístico do Brasil*. Questionários. Londrina: Eduel, 2001.

CUNHA, Celso Ferreira da. Conservação e inovação no português do Brasil. *O Eixo e a Roda* 5. p. 199-230, 1986. Disponível em:
<http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_txt/CELSOCUNHA.pdf>. Acesso em: set. 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. CD-ROM.

MORAES E SILVA, Antonio de. *Diccionario da lingua portugueza*. 2. ed. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em:
<<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/edicao/2>>.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. Fontes manuscritas e impressas: reflexos da nossa base cultural e linguística. In: DIAS, Marieta Prata de Lima (Org.). *Língua e literatura: discurso pedagógico*. São Paulo: Ensino Profissional, 2007, p. 131-140.

ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Trad.: J. A. Osório Mateus. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1973.

VIEIRA, Frei Domingos. *Grande dictionario portuguez ou thesouro da lingua portuguesa*. Porto: Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1871-1873, 5. vol.

**NO SOBE E DESCE DAS LADEIRAS,
SALVADOR CONTA A SUA HISTÓRIA**

Marta Maria Gomes (UNEB)

gomes.marta@uol.com.br

Celina Márcia de Souza Abbade (UNEB)

celinabbade@gmail.com

RESUMO

Estudar toponímia não é apenas adquirir conhecimentos históricos, sociais, geográficos, culturais, econômicos e políticos de uma região, mas também de um povo. Ao se estabelecer em um espaço físico-geográfico ou se tomar posse de um determinado local, o homem precisa nomeá-lo para garantir a localização espacial e identidade comunitária. No tocante a cidade do Salvador pretende-se estabelecer novas formas de relacionar os topônimos com a história da cidade, não como um palco para o desenrolar dos acontecimentos, e sim como elemento fundamental para a construção da trama histórica. A pesquisa em questão pretende focar Salvador a partir dos significados atribuídos aos territórios urbanos. Assim os topônimos escolhidos para o levantamento são os que designam as ladeiras, tão comum nessa cidade que se divide em alta e baixa e é entrecortada por ladeiras em quase todos os cantos. Será apresentado quatro ladeiras que interligaram a cidade do São Salvador no início do processo de colonização portuguesa em nossas terras: ladeira da Conceição, ladeira da Misericórdia, ladeira da Preguiça e ladeira da Montanha.

Palavras-Chave: Toponímia. Salvador. Ladeiras. História

1. Introdução

Cada cidade tem sua escritura, caligrafia inscrita nos muros, nas esquinas, na pátina que o tempo vai depositando aos poucos nos telhados. E os seus decifradores. (Mirian Fraga)

O objetivo deste artigo é relacionar os topônimos que designam as ladeiras da cidade do Salvador com a sua história. Os nomes das primeiras ladeiras utilizadas pela população soteropolitana no início da construção da cidade demonstram como o estudo dos topônimos e das informações que deles podem ser extraídas revelam importantes características do processo de formação da cidade. Buscou-se ainda analisar como os nomes são importantes para o resgate da memória e identidade de um povo.

Inicialmente, faz-se necessário explicitar a noção de toponímia, seguida de informações históricas sobre a cidade. A análise dos dados

coletados vem a seguir, com a tipologia, a classificação e a discussão a respeito dos nomes oficiais das ladeiras selecionadas.

O costume de batizar lugares compõe o hábito do homem desde os primórdios da civilização humana. Tem-se como exemplo, um dos livros da Bíblia, o Gênesis, que narra a criação do mundo e a história do povo hebreu em que o homem nomeou todos os seres que Deus lhe apresentou. Esse exercício assegura a orientação espacial e geográfica e, em alguns casos, a demarcação de posse do sujeito nomeador.

Estava se configurando, nesse momento, através do ato denominativo, a posse intelectual de uma espécie sobre as outras, através da manifestação simbólica da linguagem; o “dar nomes” e o “conhecer os nomes dados”, para os primitivos em geral, tinha, realmente, uma conotação própria, porque, pressupunha toda uma recorrência ao mecanismo de domínio do ente, cujo nome de batismo, o primeiro, clânico, por certo, se tornava público. (DICK, 1987, p. 97)

Os estudos toponímicos no Brasil têm início com as pesquisas do professor Carlos Drumond (1965), com o trabalho “Contribuição do Bororo à Toponímia Brasileira”. O projeto teve sequência sob a coordenação de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, propondo investigações sobre a toponímia da cidade de São Paulo que, posteriormente, levaram ao início do *Projeto Atlas Toponímico do Brasil* (ATB).

Dentre os assuntos que podemos englobar sob a rubrica geral de “estudos brasileiros”, um dos mais negligenciados tem sido, sem dúvida alguma, o referente aos nomes de lugares ou de acidentes geográficos. Oferecendo manancial riquíssimo e praticamente inexaurível, composto de vultosa série de nomes das mais diversas origens, é de se estranhar o pouco ou nenhum interesse que este ramo do saber tem despertado entre os nossos estudiosos. (DRUMOND, 1965, p. 13)

Atualmente a forma de “dar nomes” é o mesmo, pois tudo que surge vai sendo nomeado e tendo existência comprovada. Biderman (2001, p. 13) afirma que o léxico está estritamente relacionado ao processo de nomeação e à forma como concebemos ou entendemos a realidade. Em vista disso, o léxico de uma língua tem como função principal designar aquilo que se conhece no/do universo, pois, “ao dar nomes aos seres e objetos, o homem os classifica simultaneamente”. Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Ao se estabelecer em um espaço físico-geográfico ou se tomar posse de um determinado local, o homem precisa nomeá-lo para garantir a localização espacial e identidade comunitária. Dessa forma, por meio da toponímia, ramo de conhecimento da onomástica, se pode analisar a estreita relação que há entre o homem e os lugares que marcam o espaço que ele ocupa, isto é, pode-se analisar, entre outras, a relação que há entre língua, cultura, sociedade e natureza, manifestadas no processo de nomeação de logradouros.

O estudo da toponímia, como é concebido, representa mais do que a busca etimológica da origem dos nomes inscritos em um determinado código linguístico, principalmente quando se procura parâmetros para uma abordagem contrastiva. Pesquisas voltadas a essa meta costumam apresentar dificuldades mais do que certezas. Implicam não apenas no conhecimento do meio em que os designativos se constroem como, muitas vezes, no conhecimento do meio próximo ou vizinho. Assim, a nomeação adquire uma função muito mais ampla, pois o que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se, no ato de batismo de um lugar, motivado. Desta forma pode-se afirmar ser essa uma das principais características do topônimo. (DICK, 1990, p. 38)

O processo de nomeação dos logradouros não é feito de forma casual, já que o nomeador representa, nos topônimos, os elementos que deseja simbolizar, homenagear, perpetuar, memorizar. No primeiro momento dessa atividade, o ato é espontâneo, obedece-se às circunstâncias do tempo presente, mas quando esse lugar adquire *status* de município, cidade, vila ou bairro, o nome, quando não é mudado, deve se adequar às normas toponímicas estabelecidas por órgãos oficiais que podem ir da mais alta instância nacional, como é o caso do Governo Federal, à instância local, a exemplo do governo estadual e municipal. (MATOS, 2014, p. 15).

O estudo dos topos (lugares), objeto da toponímia, tem se tornado de grande importância para o conhecimento de aspectos histórico-culturais de um povo ou de uma região, pois permite que se identifiquem fatos linguísticos, ideologias e crenças presentes no ato denominativo e, posteriormente, à conservação ou não desses valores numa dada comunidade. Assim, o nome atribuído a um lugar ou a um acidente geográfico pode ser um componente que revele tendências sociais, políticas ou religiosas dos colonizadores e da época em que a nomeação ocorreu.

A onomástica, como parte do sistema comunicativo, terá condições de fixar ou retratar, de modo direto, os elementos indiciais prioritários da comunidade que analisa. Do ponto de vista da formação gramatical, o topônimo não pode ser considerado apenas como uma unidade léxica genérica porque recobre funções sintagmáticas, de verdadeiros enunciados modais.

Segundo Dick (1990), o topônimo é o vínculo existente entre o objeto denominado e o denominador, pois é a partir desse produto gerado que será possível recuperar as motivações semânticas que influenciaram o homem no ato da nomeação, já que suas percepções ficam registradas nos elementos linguísticos que constituem o topônimo.

Partindo desse pressuposto, Dick estabeleceu um quadro taxonômico que apresenta classificações possíveis de enquadrar os topônimos brasileiros, baseando-se em motivações físicas (aspectos geográficos) e antropoculturais (referentes ao meio social, cultural ou a aspectos psíquicos). A autora percebendo a necessidade de uma terminologia científica que abrangesse a nomenclatura da geografia do Brasil publicou em 1975 um primeiro modelo taxonômico com dezenove taxes (DICK, 1990) e, em 1980, diante da necessidade de ampliar o sistema classificatório dos topônimos brasileiros, o quadro ganhou mais oito taxes, chegando ao total de vinte e sete.

Os estudos com base no quadro taxonômico visam a uma análise sincrônica, dispensando um retorno histórico para que a significação da denominação seja alcançada. As verificações semânticas são feitas com base no material linguístico, o que em muito favorece as pesquisas toponímicas, pois dispensa a presença do denominador, o que nem sempre é possível, não só pelo distanciamento cronológico do ato da nomeação até o período da análise, como também pela dificuldade em realizar uma tarefa investigativa, *in loco*, quando se trata de uma área de pesquisa muito ampla, como no caso da formulação dos atlas toponímicos. (ALMEIDA, 2013, p. 60)

Os topônimos, neste trabalho, constituídos pelos nomes das ladeiras de Salvador, são exemplos que dão pistas do processo motivador de nomeação do signo, no sistema denominador, inclusive na própria estrutura, caracterizando o objeto nomeado.

Pretende-se estabelecer novas formas de relacionar os topônimos com a história da cidade, não como um palco para o desenrolar dos acontecimentos, e sim como elemento fundamental para a construção da tra-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

ma histórica, levando à reflexão sobre a atuação dos moradores no seu espaço geográfico.

A pesquisa em questão pretende não focar Salvador pelo viés dos seus lugares instituídos, mas a partir dos significados atribuídos aos territórios urbanos. Nesta pesquisa, os topônimos escolhidos para o levantamento são aqueles que designam as primeiras ladeiras, acidentes tão comuns nessa cidade, que desde a sua formação, se divide em cidade alta e cidade baixa, logo, entrecortada por ladeiras em quase todos os cantos.

2. *Contextualização histórica da cidade do Salvador*

**A cidade não conta o seu passado, ela o contém
como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas.
(Italo Calvino)**

Recém-saído da Idade Média, Portugal via-se motivado, por diversas circunstâncias, a buscar além-mar espaço territorial e riquezas. Os legítimos representantes do reino levaram para as suas colônias, inclusive o Brasil, costumes feudais e hábitos profundamente católicos, que se refletiam nas divisões de classes sociais e no ordenamento urbano, construído quase sempre no entorno de edificações religiosas. (DOREA, 2006, p. 275)

Dórea (2006, p. 275) acrescenta que no primitivo sítio da cidade do Salvador, localizado em áreas nomeadas a partir da presença de alguma construção, pertencente a uma das muitas ordens religiosas que se instalaram dentro dos seus limites, havia ruas batizadas a partir de uma única profissão, que era a mesma exercida por todas as pessoas que ali moravam. Um costume tipicamente medieval.

Desta forma pode-se afirmar que a toponímia de uma cidade está diretamente relacionada à sua constituição inicial, enquanto aglomerado urbano e, estudar estas relações, reconhecer suas manifestações e mudanças com o passar do tempo, pode contradizer a ideia de que o signo topônimo é empírico e arbitrário, podendo revelar muito de uma época.

Em 1714, os padres iniciaram a construção dos Cobertos Grande, do Meio e Pequeno, assim chamados pelas arcadas existentes em frente ao pavimento térreo dos sobrados que serviam para abrigar pequenos comerciantes.

Descrevendo, em 1866, essa parte da cidade que até hoje é uma importante zona da capital baiana, seja pela arquitetura dos casarões, seja pela história, Moraes (1866) apresenta importantes detalhes nos seus registros que são duas ruas dedicadas à profissionais de um mesmo ofício: Ourives e Algibebe (DÓREA, 2006, p. 37). Estas ruas estão localizadas no bairro do Comércio.

Segundo Tavares (1974, p. 93) Salvador foi a primeira cidade realmente fundada como cidade no Brasil. Antes de 1549, existiam vilas criadas pelos donatários das capitanias hereditárias ao longo da costa brasileira.

Em sua dupla condição de cidade-fortaleza, centro administrativo e entreposto comercial, Salvador cresceu em dois planos: na cidade baixa, o bairro da praia, com ribeira das Naus e as casas do comércio; na parte alta, os bairros de São Bento (incluindo Sé), Palma, Desterro, Saúde e Santo Antônio Além do Carmo. (TAVARES, 1974, p. 95)

A cidade do Salvador, a mais antiga capital do país, foi fundada sob o símbolo militar dos fortes, tendo em vista o controle do território pelos colonizadores portugueses. O critério militar era estrategicamente defensivo.

Fundada por Tomé de Souza, em 1549, Salvador está situada entre o mar e as colinas da Baía de Todos os Santos. Sua organização assemelha-se às cidades do Porto e Lisboa (Portugal), com forte caráter defensivo, próprio ao século XVII.



Mapa da cidade do Salvador, na primeira metade do século 17. Fonte:
<<http://www.ibahia.com/a/blogs/estrelas/2015/03/29/aniversario-de-salvador-466-anos>>

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

Primeira cidade fundada no Brasil, Salvador teve desde o início a missão de ser polo de colonização da América Portuguesa e o polo econômico da cana-de-açúcar e do tabaco. Sediou o governo geral até 1763, quando a capital da colônia foi transferida para o Rio de Janeiro.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada em 2014 era 2.902.927 pessoas, sendo o município mais populoso do Nordeste, o terceiro mais populoso do Brasil e o oitavo da América Latina.

A cidade do Salvador já foi chamada de Bahia, inclusive por moradores do próprio estado. Também já recebeu alguns epítetos, como o de "Capital da Alegria", devido aos enormes festejos populares como o carnaval, e "Roma Negra" por ser considerada a metrópole com maior percentual de negros localizada fora da África.

Do alto, hoje nomeado como Cidade Alta, semelhante a um mirante, era possível a observação permanente da entrada da Baía de Todos os Santos, com finalidade de precaver e dificultar o acesso de invasores ao "centro" da cidade, também com caráter logístico.

A divisão da cidade em dois planos deve-se à existência de um despenhadeiro, relativo a uma falha geológica de Salvador, fato que possibilitou a divisão da cidade em dois planos e, a um só tempo, repartiria as atividades: no alto, a Cidade Alta se consolidaria em local de moradia, de comércio a varejo e das atividades político administrativas. No declive da encosta, a Cidade Baixa, era onde se desenvolviam os locais de trabalho, do comércio por atacado e das intensas atividades portuárias.

Desobedecendo aos princípios comuns do urbanismo das cidades construídas somente em superfícies planas, a Bahia tinha sido edificada sobre montanhas, vales e baixios, fato que concorreu para se lhe surgirem aspectos singulares, sendo por isso a cidade mais original do Brasil. A capital apresenta três planos, o baixo, o alto e o médio, sendo conhecida pela cidade dos três andares. Os três planos formam outras tantas cidades, possuindo comércio e vida próprios e se comunicam por ladeiras, arcos, viadutos, ruas e avenidas. (TORRES, 1950, p. 12)

Ao longo do seu desenvolvimento e expansão demográfica, ocorreria a ocupação das áreas da própria escarpa, principal elo entre as áreas alta e baixa. Tal separação geomorfológica, contudo, implicaria em um impedimento à articulação entre os dois níveis, com contratempos à mo-

bilidade da população e, em particular, à elite que residia na parte alta da cidade, mas mantinha atividades empresariais na parte baixa.

Era evidente a necessidade de criar meios de comunicação e deslocamento entre as autoridades governamentais, que ocupavam a cidade alta, e as atividades comerciais, abaixo da montanha e de transporte para os mais variados tipos de mercadorias que chegavam ao porto, ou nele seriam embarcadas.

Para resolver o problema do desnível conferido pela geomorfologia do terreno, foram construídos pelos jesuítas os primeiros guindastes (que se tornariam os planos inclinados) movidos, então, pelo esforço da mão de obra escrava. Foram abertos, também, tortuosos caminhos e ladeiras, além de rampas e escadarias que possibilitariam, ao longo da encosta, as rotas para o percurso da população, inclusive, dos homens de negócios.

Obtinha-se, desse modo, o resultado necessário ao primeiro sistema de circulação e transporte de pessoas e mercadorias na Salvador do século XVI.

Na Salvador de hoje, o Decreto Nº 7.791/87 criou as Regiões Administrativas (RA). Em 2004, a nova lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) delimitou as divisões atuais das RA em 18 Regiões Administrativas, as quais são: RA I – Centro; RA II – Itapagipe; RA III – São Caetano; RA IV – Liberdade; RA V – Brotas; RA VI – Barra; RA VII – Rio Vermelho; RA VIII – Pituba/Costa Azul; RA IX – Boca do Rio/Patamares; RA X – Itapuã; RA XI – Cabula; RA XII – Tancredo Neves; RA XIII – Pau da Lima; RA XIV – Cajazeiras; RA XV – Ipitanga; RA XVI – Valéria; RA XVII – Subúrbios Ferroviários e a RA XVIII – Ilhas de Maré e dos Frades.

As ladeiras que serão apresentadas neste trabalho, estão situadas na Região Administrativa I (RA I) – Centro, contendo os seguintes bairros: Comércio; Barbalho; Santo Antônio; Macaúbas; Saúde; Centro Histórico; Nazaré; Tororó; Barris; Centro e Garcia.

3. *Salvador e as ladeiras*

Ladeiras que só interessam a ti e a mim
Eu subo e descubro que a vida é feito ladeiras
No seu sobe e desce contínuo
Princípio e o fim.

(Alceu Valença)



Fonte: Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS)
<<http://www.gestaosocial.org.br>>

Desde os primórdios de sua fundação a cidade do Salvador enfrentou problemas de ligação entre a cidade Alta e Baixa, separados por um desnível que chega, em alguns trechos, a 100 metros. Isto, provavelmente, se deve ao fato da cidade ser planejada para ser uma fortaleza, um complexo militar – urbano. Este posicionamento implicava na necessidade de superar o desnível existente entre a parte alta e baixa, até então limitada à praia da Ribeira na Cidade Baixa e na parte alta a uma praça, com meia dúzia de ruas (DÓREA, 2006, 56). Logo de início recorreram-se às ladeiras, onde se registrava intenso movimento de pessoas e cargas.

Da ladeira do Pepino chega-se a Brotas, um dos bairros mais populosos da capital baiana. Lá também tem a ladeira do Acupe e a dos Galés. Há também a ladeira do Boqueirão e a do Carmo, no Santo Antônio Além do Carmo, e mais embaixo, no Pelourinho, a ladeira do Taboão. Tem a ladeira do Pau Miúdo, no bairro de mesmo nome, ou a do Pau da

Bandeira, no centro. Tem a Quebra Bunda, a dos Barris, a da Curva Grande, a da Fonte e a de Santa Cruz etc. (SANTANA, 2013)¹⁰⁴

Segundo Dórea (2006, p. 45), Salvador foi e sempre será, por imposição topográfica, uma cidade de ladeiras. Este destino foi previsto pelo Mestre de obras Luís Dias quando dissera que “muitas casas podem fazer nestas ladeiras se isso houver de ir adiante”. E foi adiante, surgindo, assim, as quatro primeiras ladeiras da cidade recém-nascida que irão compor o corpus deste trabalho: ladeira do Carmo, da Praça, da Conceição e da Preguiça. Muitas dessas ladeiras, muitas vezes caminhos escadados, facilitavam a subida e descida da população.

[...] sair de casa, nas cidades brasileiras dos princípios do século XIX, tinha o seu quê de aventura. Tudo escuro; becos estreitos; poças de lama; “tigres” estourados no meio da rua; bicho morto. Na Bahia, [...] ladeiras por onde o pé escorregando em alguma casca de fruta podre, a pessoa corria o risco de ir espapaçar-se nas pedras e até perder-se em despenhadeiros. De modo que o prudente era sair-se com um escravo, levando uma luz de azeite de peixe que alumiasse o caminho, a rua esburacada (FREYRE, 1968, vol. 1, p. 40).

Dialeticamente, esses espaços ou estruturas trazem em seu bojo uma dinâmica determinada e determinante, na mesma medida em que sofrem influências e, portanto, modificações de seus atores, devendo ser entendidos e relacionados no conjunto social. Ademais, segundo Bourdieu (1997) os acidentes geográficos são espaços de sociabilidade e elementos profundamente ligados à memória social.

A ladeira da Conceição da Praia conta a história da mobilidade urbana, no início da fundação de Salvador, quando Tomé de Souza chegou em navios portugueses com tropas armadas e em formação de batalha em frente ao local onde hoje fica a igreja da Conceição da Praia. Em 1549 foi armado um acampamento e se preparou a subida para o alto da escarpa onde hoje está o núcleo inicial da povoação de Salvador, com a área comercial e portuária rente à praia e a área residencial e administrativa protegida de ataques pelos 72m de parede de rocha maciça.

Outra ladeira que merece destaque é a ladeira da Misericórdia, considerada uma das zonas de contato desde as primeiras décadas de

¹⁰⁴ Informação veiculada pelo G1, em 29/03/2013, em homenagem aos 464 anos da cidade de Salvador. Reportagem de Eni Santana. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia>>.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

existência de Salvador. A ladeira tangenciava os fundos da igreja e da Santa Casa de Misericórdia, da qual tomou o nome.

Destaca-se, também, a ladeira da Preguiça construída com a finalidade de transportar mercadorias, procedentes de diversas partes da Baía de Todos os Santos Cidade Baixa para abastecer as pessoas que moravam na Cidade Alta. Os saveiros aportavam na enseada da Preguiça e os escravos conduziam no lombo as diversas mercadorias trazidas.

A ladeira da Montanha, oficialmente, ladeira Barão Homem de Melo, é considerada recente, se cronologicamente for comparada com as demais citadas nesse artigo. Seu projeto de implantação – com o nome de 'Rua da Montanha' – foi elaborado em 1873 pelo engenheiro Francisco Pereira Aguiar, mas só seria aprovada cinco anos mais tarde. A construção foi concluída em 1885, momento em que Salvador passava por um momento de expansão comercial. A ladeira da Montanha foi escavada na dura rocha da falha geológica de Salvador e sustentada por estruturas em arcos, que podem ser observadas na ladeira da Conceição, para ser mais uma via de ligação da cidade. Seu ângulo menos incisivo facilitaria a subida dos bondes puxados a burro, coisa que seria impossível em outras ladeiras mais íngremes.

Merece ser destacado que o desenvolvimento da cidade de Salvador se deu em função da sua topografia e da falha geológica, anteriormente evidenciada, sendo caracterizada por suas subidas e descidas.

Os habitantes subiam as ladeiras, lenta e penosamente, ou alugavam na parte baixa da ladeira da Misericórdia, um cavalo, que pela quantia de 80 (oitenta) réis, conduzia o transeunte até a Praça do Palácio, onde logo que se apeava o cavaleiro, o animal voltava por si mesmo, pelo costume de fazer somente aquela viagem. (AMARAL, 1911, p. 69)

Na Cidade Alta, o mestre Luís Dias faria erguer uma muralha a fim de cercar o núcleo urbano inicial. Desde então, mesmo bastante íngremes, duas ladeiras se mostrariam indispensáveis para os trabalhos de construção do núcleo matriz e para a comunicação de pessoas e coisas, interligando as partes baixa e alta da Cidade: ladeira da Conceição e ladeira da Preguiça.

Salazar-Quijada (1985, p. 33) leva em consideração a dimensão histórica do topônimo. Para ele, por meio dos estudos toponímicos pode-se reconstruir a vida de um povo: sua cultura, seus movimentos migrató-

rios, aspectos linguísticos, aspectos da vida social e espiritual das pessoas que habitam ou habitaram uma determinada região.

Sob esta ótica, pode-se afirmar que as ladeiras da capital baiana revelam a história da cidade que nasceu no alto, para ser fortificada. Elas eram, também, os acessos primordiais para a condução de material de construção, alimentos e outros tipos de produtos. Posteriormente, foi instalado o Guindaste dos Padres que ajudou bastante na recepção de mercadorias pesadas vindas do porto, iniciando a expansão da cidade.

O arquiteto e professor Gustavo Pinheiro explica porque a cidade de Salvador começou a ser desenvolvida nas partes mais altas:

Começou por cima porque como era uma cidade fortificada, construir na cidade alta era mais seguro, para no caso de possíveis invasões. A partir daí o desenvolvimento continuou, a princípio no alto, pela facilidade em seguir com as construções nos lugares onde já estava habitado. Daí a quantidade de edificações antigas no Corredor da Vitória, no Campo Grande, e no Centro em geral. (SANTANA, 2013)¹⁰⁵

3.1. As ladeiras e a história: análise toponímica

A seguir, apresentam-se os topônimos que designam as ladeiras, construídas no início do processo de colonização portuguesa, para ligar a Cidade Baixa à Cidade Alta, organizados em fichas lexicográfico-toponímicas. A ficha é uma adaptação de Dick (1992), com o significado das taxas de acordo com a motivação semântica de cada topônimo, elaborada com a finalidade de melhor descrever e estudar as ladeiras soteropolitanas.

Topônimo: <i>ladeira da Conceição</i>	Taxionomia: Hierotopônimo
Município: Salvador (Microrregião MRG 021: Salvador Mesorregião: MESO 05: Metropolitana de Salvador)	
Etimologia:	Do latim <i>conceptus</i> 'fruto, concepção'
Entrada Lexical: ladeira da Conceição	
Estrutura Morfológica: Elemento composto (substantivo feminino singular + contração + Substantivo feminino singular)	

¹⁰⁵ Informação veiculada pelo G1, em 29/03/2013, em homenagem aos 464 anos da cidade de Salvador. Reportagem de Eni Santana.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Contexto Histórico/ Informações Enciclopédicas
<p>A ladeira da Conceição, construída por Filipe Guilhem em 1549, tinha início na Praça do Palácio – hoje, Praça Municipal ou Tomé de Sousa, na qual ainda podem ser observados diversos estilos arquitetônicos – descia pela encosta até o ponto correspondente ao Baluarte (ou Forte) de São Tomé, onde mudava de direção, continuando até um ponto próximo à ermida, hoje igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia. Vale ressaltar que essa santa é a padroeira da Bahia.</p>

Topônimo: ladeira da Misericórdia	Taxionomia: Hierotopônimo
Município: Salvador (Microrregião MRG 021: Salvador Mesorregião: MESO 05: Metropolitana de Salvador)	
Etimologia: Do lat. <i>miseriçordia</i> , de <i>miseriçors-dis</i> , <i>miser</i> + <i>cor</i> – <i>dis</i> ‘coração’.	
Entrada Lexical: ladeira da Misericórdia	
Estrutura Morfológica: Elemento composto (substantivo feminino singular + contração + Substantivo feminino singular)	
Contexto Histórico/Informações Enciclopédicas	
<p>Considerado um dos topônimos mais antigos em uso na cidade. Na época em que Tomé de Souza iniciou as obras de construção de Salvador era o caminho localizado ao norte da Praça do Palácio, e por ele subiam carros, transportando mercadorias oriundas da praia (DÓREA, 2006, p. 88)</p> <p>O batismo “ladeira da misericórdia” se deve pela presença ali, desde os primeiros tempos da fundação de Salvador, da igreja e hospital da Santa Casa de Misericórdia.</p>	

Topônimo: ladeira da Preguiça	Taxionomia: Animotopônimo
Município:	Salvador (Microrregião MRG 021: Salvador Mesorregião: MESO 05: Metropolitana de Salvador)
Etimologia:	Do latim <i>pigrítia</i> ‘aversão ao trabalho’.
Entrada Lexical	Ladeira da Preguiça
Estrutura Morfológica	Elemento composto (substantivo feminino singular + contração + Substantivo feminino singular)
Contexto Histórico/ Informações Enciclopédicas	
<p>A <i>ladeira da Preguiça</i> foi uma das três primeiras ladeiras construídas em Salvador (provavelmente, já no século XVII), após a abertura das ladeiras da Misericórdia e da Conceição. Cumpria então o papel de ligar o Porto da cidade à Cidade Alta.</p> <p>O seu batismo origina-se do tempo em que as poucas ladeiras existentes entre as partes baixa e alta da cidade eram caminhos usados para transportar as mercadorias do porto pa-</p>	

ra abastecimento da população. De maneira irônica foi então batizada pela população e os feitores como ladeira do Tira Preguiça, depois, pela “preguiça” comum à língua falada pelo povo, que em muitos casos – como este – ao suprimir uma palavra chega mesmo a desfazer o significado histórico original de um topônimo, ficou sendo apenas a ladeira da Preguiça (DOREA, 1999 p. 52).

Por essa ladeira passavam escravos que conduziam mercadorias oriundas dos navios. Os feitores e moradores da região, referindo-se aos escravos que subiam com altos fardos sobre as costas, proferiam frases do tipo “sobe preguiça”. Consta também, que eram ditos pelos escravos que após subirem a ladeira “dava preguiça”.

Topônimo: <i>ladeira da Montanha</i>	Taxionomia: Geomorfotopônimo
Município: Salvador (Microrregião MRG 021: Salvador Mesorregião: MESO 05: Metropolitana de Salvador)	
Etimologia: Do latim <i>montaneus</i> , “relativo a uma elevação”, de <i>mons</i> , “montanha”	
Entrada Lexical: ladeira da Montanha	
Estrutura Morfológica: Elemento composto (substantivo feminino singular + contração + Substantivo feminino singular)	
Contexto Histórico/Informações Enciclopédicas	
<p>Uma das principais ligações entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa, a ladeira foi construída pelo chefe de obras do exército, o Marechal de Campos, Francisco Pereira de Aguiar e ficou pronta em 1885. Mais conhecida pelo nome popular, a ladeira da Montanha foi oficialmente intitulada de Barão Homem de Melo, em referência ao então presidente da província, que solicitou a construção. Antes da construção da ladeira da Montanha, já havia ligação entre a Cidade Alta e Baixa com as ladeiras da Preguiça, Conceição, Misericórdia e Taboão, mas todas eram muito íngremes. A historiadora Antonieta Nunes explica que o povo passou a reclamar por conta do cansaço que sentia ao subir essas ladeiras e pediu ao Barão Homem de Melo a construção de uma nova ladeira. A ladeira foi escavada na rocha, com extensão de 661,9 metros, ligando a então "rua dos Ourives" ao "Largo do Teatro", atual Praça Castro Alves, onde ficava localizado o Teatro São João¹⁰⁶.</p> <p>As encostas da ladeira da Montanha além do referencial histórico, guardam muito da memória socioantropológica da cidade. As famosas “casas de tolerância” do passado apesar da triste condição social de seus moradores, eram recantos de boemias da velha Bahia. Os casarões que abrigavam “mulheres da vida” em tempos passados foram verdadeiros espaços democráticos, já que recebiam pessoas de todas as classes sociais. (DÓ-REA, 2006, p. 228)</p>	

¹⁰⁶ Informação veiculada pelo G1, em 23/03/201, em homenagem aos 466 anos da cidade de Salvador. Reportagem de Maiana Belo.

4. *Considerações finais*

Salvador, a cidade da Bahia, terra da alegria, de grandes belezas, inspiração de muitos poetas, autores, compositores que cantam em verso e prosa seus encantos e mistérios. Cidade que atrai quem a visita e se revela através dos nomes de suas ruas, ladeiras, largos, avenidas, bairros, praças, becos e vielas, seduzindo moradores e visitantes. Cada logradouro conta uma história, que se transporta para o passado e no presente revela emoções que só quem transita pela cidade pode sentir.

No sobe e desce das ladeiras, consideradas as artérias pulsantes do coração da cidade, é possível constatar a importância histórica e contemporânea desses acidentes geográficos presentes em toda capital baiana. É possível, também, identificar na Salvador do século XXI marcas, heranças e legados dos séculos passados, convivendo com as novas formas e tecnologias produzidas pela sociedade contemporânea. Mas as ladeiras permanecem fundamentais no cotidiano da cidade de São Salvador da Bahia.

As ladeiras da cidade do Salvador são linhas que interligam diversos pontos da cidade, unindo-os num todo, onde ao longo do tempo seus moradores deixaram a sua marca, e sua identidade cultural. As ladeiras tradicionais, objeto desse trabalho, refletem a trama do tecido urbano histórico, tanto no nível físico quanto cultural, transmitida de geração em geração que, de certa forma, personificou a cultura urbana da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Braz Hemenegildo do. A fundação da Bahia. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n. 36, 1911.

ALMEIDA, Lana Cristina Santana de. *Contribuições da semiótica aos estudos toponímicos: estudo de caso dos topônimos das comunidades rurais de Santo Antônio de Jesus*. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/21781/12562>>. Acesso em: 13-10-2014.

BELO, Maiana. *Dos arcos da "Conceição" à ladeira da Montanha, contos marcam história*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/salvador-466-anos/noticia/2015/03>> Acesso em: 10-04-2015.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*, 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

BOURDIEU, Pierre. É possível um ato desinteressado? In: _____. *Razões práticas*. Campinas: Papirus, 1997.

DICK, Maria Vicentina P. A. *Toponímia e antroponímia do Brasil: coletânea de estudos*. 3. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1992.

_____. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

_____. *Toponímia brasileira: os estudos que faltam*. Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.

DRUMOND, C. *Contribuição do bororo à toponímia brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1965.

DÓREA, Luiz Eduardo. *Histórias de Salvador nos nomes das suas ruas*. Salvador: Edufba, 2006.

FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968, 2 vol.

LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MATOS, Heloisa. *Análise toponímica de 81 nomes de bairros de São Luís (MA)*. 2014. Tese (de Doutorado). – UFC, Fortaleza.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. *História da Bahia*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1974.

MATTOSO, Katia de Queirós. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. Trad.: James Amado. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988.

SALAZAR-QUIJADA, A. *La toponímia en Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1985.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

SALVADOR. *Guia do turista*. Disponível em: <<http://www.guiadoturista.net/bahia/salvador.html>>. Acesso em: 10-05-2015.

SANTANA. Eni. *Da Montanha ao Pepino*: veja causos e histórias das ladeiras de Salvador. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia>> Acesso em: 20-08-2014.

TORRES, Carlos. *Vultos, fatos e coisas da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1950.

**O CADERNO DE RECEITAS DA ABADESSA
SÓROR MARIA LEOCÁDIA DO MONTE DO CARMO:
UM ESTUDO LÉXICO-SEMÂNTICO
DO VOCABULÁRIO DE COZINHA**

Elias de Souza Santos (UNEB)
elias40_d@hotmail.com

RESUMO

A confecção de doces sempre foi privilegiada nos conventos, sendo a referência de destaque na imagem cotidiana que se tem dos conventos femininos na idade moderna. *O Caderno de Receitas da Irmã Maria Leocádia* sem dúvidas é um registro com vistas à preservação e divulgação dessa realidade conventual que, traduz as práticas e saberes compartilhado por mulheres reclusas. Assim, a finalidade desse estudo é demonstrar como a abadessa Sórora Maria Leocádia do Monte do Carmo aborda a cozinha, fazendo uso de vários itens lexicais que revelam e refletem esse campo cultural. Buscar-se-á compreender a partir de algumas receitas como se estrutura o vocabulário de cozinha, na referida obra, a partir dos pressupostos teóricos abordados para estudos léxico-semânticos.

Palavras-Chave: Língua(gem). Sociedade. Cultura. Léxico. Cozinha

1. Um arrátel de palavras iniciais

"Dis-moi ce que tu manges; je te dirai ce que tu es" (Anthelme de Brillat-Savarino)

A alimentação pode ser considerada um dos mais arraigados e flexíveis dos hábitos quando relacionada a um povo, uma nacionalidade, e desse modo, à identidade. Assim, a identidade se identifica com hábitos e práticas que constituem um cenário gastronômico coesivo e associado a outros elementos da vida cotidiana, o que, porventura pode constituir cozinhas regionais. Dessa cozinha, há pratos que podem se destacar e se tornar característico de uma região pelo valor dado por um grupo ou por suas próprias características sendo concebido como típico. Deste modo, a cozinha e os elementos com os quais ela se associa, é também parte do universo linguístico do qual partimos, o léxico, ou seja, do acervo vocabular da língua.

Aqui tomaremos como *corpus* para a nossa análise léxico-semântica algumas receitas do *Caderno de Receitas da Abadessa Sórora Maria Leocádia do Monte do Carmo*, cuja edição que utilizaremos será a proposta por Leila Mezan Algrantí (2001).

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

O vocabulário presente na obra será estruturado em campos lexicais, proposta teoricamente por Eugênio Coseriu (1986). Assim, tomaremos cinco receitas para aplicação dos campos lexicais, a saber, broas de milho de santa clara, barriguinhas de freiras, queijinho do céu, pastelinhos de nata e manjar celeste com o objetivo de mostrarmos as interseções estabelecidas na língua, por via do léxico entre cultura e sociedade, pois se observa que a cozinha não só se resume em alimentos mais sim em um conjunto de elementos que identifica um povo.

2. *Uma canada de léxico, uma quarta de cultura e um arrátel de sociedade*

São visíveis e incontestáveis as agregações que se estabelecem entre léxico, cultura e sociedade, pois o léxico é o espelho pelo qual se vê “[...] a realidade linguística, cultural, e social de uma comunidade [...]” (OLIVEIRA, 2009, p. 45). Com efeito, é a partir da palavra que se torna possível transmitir os conhecimentos adquiridos e acumulados da história de um povo. Assim, a cultura, a história, o modo de sentir e de ver o mundo são impressos através do repertório lexical que esse povo faz e escolhe. Sendo assim, esse repertório que nada mais é que o léxico, (OLIVEIRA & ISQUERDO, 1998, p. 7) concebe-o como “[...] saber partilhado que existe na consciência dos falantes de uma sociedade, constitui no acervo do saber vocabular de um grupo sociolinguístico-cultural [...]”.

Estudar e analisar as palavras que constituem o universo vocabular que compreende o campo semântico da alimentação, a partir de um caderno de receitas conventuais é de extremo valor, pois trás uma curiosa colaboração para o vocabulário histórico da linguagem Nacional, como também trás ao lume uma das faces da convivência social. Dessa maneira, confirma (QUEIROZ, 2013, p. 2)

O léxico é o nível linguístico no qual as transformações sociais são apresentadas, sendo a parte menos conservadora, pois os elementos lexicais surgem e desaparecem naturalmente, refletindo os processos de mudança social e os fenômenos culturais.

Cumpre, antes de tudo, dizermos que a alimentação proporciona uma história dos gostos, das formas de cozinhar e dos produtos, assim como sua documentação em livros de receitas como bem observou Maria José Azevedo, “uma das principais fontes de conhecimento do viver do homem medieval e moderno”.

3. O caderno de receitas

Códice 10763 da Biblioteca Nacional de Portugal, proveniente do Convento de Santa Clara d'Évora é composto por 60 fólios, sendo que os fólios de 17 a 59 estão em branco. Manuscrito apenas pela amanuense, Sórora Maria do Rosário. É datado de 26 de outubro de 1729. Possui medidas de 203x146mm, possuindo algumas manchas de umidade.

O manuscrito trata-se de uma compilação de receitas, algumas cedidas por religiosas de outros conventos, como indicam os nomes de algumas receitas. É um caderno que denota certa intenção de preservação da memória da instituição se revelando como uma espécie de “segredo” como frisa a autora: “Este livro se não entregará a outrem que não seja pessoa desta casa nem por cedência, nem por empréstimo por afetar os proveitos da feitura dos doces que nesta casa são feitos”.

O caderno de receitas do Convento de Santa Clara d'Évora é dedicado apenas aos doces, embora o título indique “outros cozinhados”. O caderno é composto por dez receitas de doces todas a base de muito açúcar e ovos e que foram nomeadas em referência ao cotidiano do convento: “bolo do paraíso”, “fatias de Santa Clara”, manjar celeste e outros.

As receitas que compõem o caderno são simples por levarem ingredientes tradicionais e de fácil acesso em Portugal ou em colônias e são semelhantes a outras encontradas em outros livros em Portugal como as Barriguinhas de freiras, o manjar celeste e os pasteis de nata.

O caderno de receitas revela algumas particularidades, a priori por se tratar de um manuscrito institucional, a fim de preservar e divulgar as práticas de cozinha compartilhadas por mulheres reclusas, segundo por ser de uso interno do convento e terceiro por se tratar de um testemunho feminino numa época onde os escritos de cozinha eram em sua grande maioria de autoria masculina e sem contar a singularidade da familiaridade da mulher com a escrita numa época em que poucas eram letradas.

O Caderno de Receitas da Irmã Leocádia sem dúvidas é uma fonte de riquezas para análises e reflexões, quer sobre o aparato feminino, os aspectos linguísticos, quer sobre a história da alimentação e demais vertentes da vida cultural do século XVIII.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

4. *A cozinha revelando os campos lexicais*

Para a realização do estudo léxico-semântico foram elencadas cinco receitas do *Caderno de Receitas da Abadessa Sórora Maria Leocádia do Monte do Carmo*. Nestas foram feitas relações de apenas três macrocampos para a realização deste estudo, a saber: macrocampo dos utensílios, dos ingredientes e das unidades de peso e medidas, contabilizando um total de 23 lexias. A título de ilustração veja o quadro a seguir:

CAMPO LEXICAL	EXEMPLO	Nº DE LEXIAS
Dos utensílios	Púcaro Forno Chávena Tacho Fôrmas Tigelinhas de Barro Covilhetes	06

Tabela 01 – Campo lexical dos utensílios

CAMPO LEXICAL	EXEMPLO	Nº DE LEXIAS
Pesos e Medidas	Arrátel Quarta	03

Tabela 02 – Campo lexical dos Pesos e Medidas

CAMPO LEXICAL	EXEMPLO	Nº DE LEXIAS
Dos ingredientes	Farinha de Milho Farinha de trigo Açúcar Leite Cravo da índia Erva doce Amêndoas Castanhas Queijo Nata Requeijão Ovos Pão manteiga	14

Tabela 03 – Campo lexical dos ingredientes

5. *Organizando as lexias*

Para organização do vocabulário adotaremos os critérios propostos por Queiroz (2013).

- As lexias foram apresentadas em letras maiúsculas e em negrito e dispostas na ordem em que aparecem na obra;
- As lexias compostas foram classificadas como locução;
- As entradas dos substantivos foram feitas no masculino ou feminino singular;
- As entradas dos verbos estão no infinitivo;
- Após a entrada e a classificação foi apresentada a significação da lexia ou locução dentro do contexto específico, seguida por exemplos extraídos da obra, com a lexia em destaque.

5.1.1. Macrocampo dos utensílios

CHÁVENA – s.f. Xícara para chá, normalmente de porcelana.

“[...] com uma porção de pão ralado, que não vá além de uma *chávena* [...]” (Barriguinhas de freiras; L.06).

COVILHETE – s.m. Vaso pequeno de barro de figura côncava em que se costumam por doces. Também há covilhetes de metal, que são formas em que se fazem pastéis.

“[...] Desfeitos em assúcar fino seis *covilhettes* de natas [...]” (Pastelinhos de Natta; L.02).

FORNO – s.m. Compartimento feito de tijolos, barro ou ferro que, aquecido com carvão, lenha ou outro combustível, armazena calor para assar ou cozer tijolos, cerâmica, pães, bolos, biscoitos e etc.

“[...] facam-se as brôas e mandem se ao *forno* [...]” (Brôas de milho de Stta Clara; L.08).

FORMA – s.f. Utensílio de cozinha para assar bolos, pudins etc.

“[...] Depois umas *fôrmãs* de mana folhada, e mettida a nata dentro [...]” (Pastelinhos de natta; L.05).

PÚCARO – s.m. Pequeno vaso com asas, com o qual se bebe água ou se tiram líquidos de vasos maiores.

“hum *púcaro* de bom leite [...]” (Brôas de milho de Stta Clara; L.04).

TACHO – s.m. Recipiente largo e pouco fundo, geralmente de cobre com asas, destinado a usos culinários.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

“[...] vai se untando o *tacho* com manteiga [...]” (Barriguinhas de freiras; L.08).

TIGELINHA DE BARRO – **s.m.** Pequeno vaso côncavo de barro, da forma de uma xícara, sem asa.

“[...] Tira se depois do lume, e deita se em *tigelinhas de barro* pequenas [...]” (Manjar Celeste; L.11).

5.1.2. *Macrocampo dos pesos e medidas*

ARRÁTEL – **s.m.** Antiga medida de peso, equivalente a 459 gramas.

“[...] Toma se hum *arrátel* de farinha de milho [...]” (Brôas de Milho de Stta Clara; L.02)

QUARTA – **s.f.** Vaso de barro para agua, que serve como unidade de medida.

“[...] hum *quarta* de amendoas [...]” (Queijinho do Céu; L.03).

5.1.3. *Macrocampo dos Ingredientes*

AÇÚCAR – **s.m.** Produto alimentar, de sabor doce, extraído, sobretudo da cana-de-açúcar ou da beterraba.

“[...] dois arratteis de *assúcar* [...]”

AMÊNDOA – **s.f.** Fruto da amendoeira.

“[...] juntão se a *amendoa*, depois aquecem-se os ovos [...]” (Queijinhos do Céu; L.04).

CASTANHA – **s.f.** Fruto do castanheiro.

“[...] a mesma quer-se mais branda do que a das *castanhas* [...]” (Queijinho do Céu; L.08).

CRAVO-DA-ÍNDIA – **s.m.** Condimento usado em compotas e vinhas-d’alhos.

“[...] *Cravo da índia* e erva dôce quanto baste [...]” (Queijinhos do Céu; L.05).

ERVA DOCE – **s.f.** Planta aromática e medicinal.

“[...] Cravo da índia e *erva dôce* quanto baste [...]” (Queijinhos do Céu; L.05).

FARINHA DE MILHO – **loc.subs.** Pó a que se reduz o milho.

“[...] Toma se hum arrátel de *farinha de milho* e mais outro [...]” (Brôas de Milho de Stta Clara; L.02).

FARINHA DE TRIGO – **loc.subs.** Pó a que se reduz o trigo.

“[...] Toma se hum arrátel de farinha de milho e mais outro, hum arrátel de *farinha de trigo* [...]” (Brôas de Milho de Stta Clara; L.02).

LEITE – **s.m.** Líquido opaco, branco, segregado pelas glândulas mamárias das fêmeas dos animais mamíferos para alimentação dos filhotes, usado na alimentação humana.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

“[...] hum púcaro de bom *leitte* [...]” (Brôas de Milho de Stta Clara; L.05).

MANTEIGA – s.f. Substância extraída de vegetais.

“[...] vai se untando o tacho em volta com *manteiga* para não pegar [...]”

NATA – s.f. Parte gordurosa do leite com que se faz a manteiga.

Desfeitos em assúcar fino seis covilhettes de *natas* [...]” (Pastelinhos de Natta; L.03).

OVO – s.m. Elemento de casca dura e arredondada que as aves põem e que se utiliza na alimentação humana.

“[...] Tomam se seis *ovos* com claras e dez gemas [...]” (Barriguinhas de Freiras; L.03).

PÃO – s.m. Alimento feito com massa de farinha de trigo e outros cereais, água e fermento, assado ao forno.

“[...] tudo batido com huma porção de *pão* ralado, que não vai alem de uma chávena [...]” (Barriguinhas de freiras; L.05)

REQUEIJÃO – s.m. Queijo pastoso, produzido com a nata do leite coalhado pela ação do calor.

“[...] 2 quartas de *requeijão* e duas de assúcar [...]” (Manjar Celeste; L.05).

6. Afinal o que saboreamos?

O objetivo deste trabalho foi o de conhecermos mais uma obra da culinária portuguesa enfatizando suas especificidades, sendo que o seu diferencial no século XVIII era que a amanuense era uma mulher, a abadessa, sóror Maria Leocádia do Monte do Carmo. Com efeito, vale ressaltar que o estudo realizado sob a ótica do estudo lexical é de extrema importância, pois este evidencia as relações inegáveis entre língua, cultura e sociedade.

Assim, esperamos ter contribuído mesmo que de forma sucinta para a ampliação dos estudos que competem ao ramo da lexicologia com seu objeto de estudo, o léxico, buscando nos pressupostos teóricos de Eugênio Coseriu a estruturação do vocabulário de cozinha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. *Um estudo lexical do primeiro manuscrito da culinária portuguesa medieval: O livro de cozinha da Infanta D. Maria*. Salvador: Quarteto, 2009.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

BECHARA, Evanildo C. *Dicionário escolar da Academia Brasileira de Letras: língua portuguesa*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2011.

BIDERMAN, Maria Tereza. A categorização léxica. In: _____. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 179-185.

CARMO, Maria Leocádia do Monte do, abadessa sóror. *Livro das receitas de doces e cozinhados vários d'este Convento de Santa Clara d'Évora*, 1729.

COSERIU, Eugenio. *Princípios de semântica estrutural*. 2. ed. Trad.: Marcos Martínez Hernández, rev. por el autor. Madrid: Gredos, 1986.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; MELLO FRANCO, Francisco Manoel de. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande – MS: UFMS, 1998.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. “Arte de cozinha”: estudo léxico-semântico de um documento português do século XVII. *Cadernos do CNLF*, vol. XVII, n. 02. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2013.

SANTOS, Rosa Borges dos. Léxico e cultura. In: QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. (Org.). *Língua, cultura e sociedade: estudos sobre o léxico*. Feira de Santana – BA: UEFS, 2009, p. 9-11, CD-ROM.

VILELA, Mário. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Almedina, 1994.

O DICIONÁRIO NAS ENTRELINHAS DE PESQUISAS

Amós Coêlho da Silva (UERJ)
amoscoelho@uol.com.br

RESUMO

Qual seria a importância de se saber que o latim e o grego, berço de nossa civilização, têm relação de parentesco, cuja denominação é indo-europeu? As entrelinhas de um dicionário. Radicais e elementos etimológicos latinos e gregos. A história das palavras; os retratos extraídos do “real”; os epítetos; os simbolismos contidos numa expressão poética como *imago mundi* e a palavra como relato mítico.

Palavras-chave: Morfologia. Etimologia. Semiologia. Simbolismo. Mito

1. Introdução

Qual seria a importância de se saber que o latim e o grego, berço de nossa civilização, têm relação de parentesco, cuja denominação é indo-europeu? Uma delas, e não entraremos em outras considerações importantíssimas, seria a de identificar a importância do “pater” como centro do universo cultural, inaugurador que fora de cidades e suas respectivas leis. Por exemplo, lê-se, na proposição épica de Vergílio, *Albanique patres*, que podemos traduzir como *os reis albanos, e não como “o país albanos”* como o fez mais literalmente Maurice Rat na sua nova edição francesa da *Eneida*. Entretanto, em seguida fez o erudito francês uma nota informando que os albanos são os ancestrais dos romanos, já que Ascânio, filho do principal herói desta épica ocidental, Eneias, ou, revestido em seu outro nome, o epíteto Iulo, fundou Alba Longa, hoje *Palazzuola* (esta é outra informação de Maurice Rat).

Este epíteto “Iulo” é uma falsa etimologia, ou seja, *Iolum ou Iou-lom* (outros mencionam *Iobum*) funciona como um patronímico ancestral de Júlio César, o estadista mais importante de Roma, conforme até mesmo diria William Shakespeare na sua tragédia *Julius Caesar*. Como sabemos bem, o patronímico, um privilégio masculino, é um indicativo fundamental numa família. Assim, **Iouilos* por **diuulos*, relacionado, portanto, com *Iouis*, genitivo de *Iuppiter*, o deus do dia luminoso, cuja raiz indo-europeia é **Iou- il-*, *donde Iulo como Júlio seria o “luminoso”*. (BRANDÃO, 1993, p. 36 e 171) É que *Iulus* se relaciona a *Iulius*, *nomen* da *Gens Iulia*. Dentre as múltiplas reformas de Júlio César, temos em nosso calendário o mês de julho, introduzido após junho. O seu herdeiro

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Augusto César, introduziu em seguida o seu nome, que, em português, evoluiu para “agosto” (novamente vamos deixar de tocar em outras considerações importantíssimas aqui).

O indo-europeu foi um povo que se localizou, mais ou menos, na região do Cáucaso e emigraram, principalmente, rumo ao sul da Europa, fundando cidades e países da raça caucasiana, como se sabe o europeu, de tez branca. O comparativismo, firmado com fundamentos científicos a partir de estudiosos como Franz Bopp etc., é um marco inicial da Linguística moderna. Comparou-se, por exemplo, “*pater*” do latim, com “*patēr*” do grego, “*father*” do inglês, “*vater*” do alemão, “*pitar*” do sânscrito” ou, então, “*pés, pedis*” do latim, com “*poús, podós*” do grego, “*fo-ol*” do inglês, “*fuss*” em alemão, “*pada*” em sânscrito etc. Note-se uma possível constante no plano fonológico. Por exemplo, entre o latim e o grego “p” com bastante persistência, mas alternando para “f” (ou “v”) nas famílias linguísticas germânicas, na hindu, de base sânscrita, retornando a “p”. Desses cotejos, foi possível concluir uma raiz hipotética, colocando um asterisco à esquerda nestas hipóteses científicas) sempre com base numa das línguas da mesma família e o latim (além do osco e o úmbrio) é do grupo ítalo-celta; enquanto o grego é constituído dos aqueus, eólios, jônios e dórios etc.).

Mas quando se lê em Tácito que Nero foi um “parricida”, termo indicado pelo historiador em relação ao ato de Nero assassinar a própria mãe, nos causa estranheza. No Direito Romano, explica-se o assassinato de Nero como um parricídio (e não como matricídio), porque aquele que mata um membro consanguíneo tão próximo na família, ou seja, ele mata um membro familiar: em latim, *parentes*. Os estudiosos tentaram definir tal crime e surgem explicações as mais diversas. Uma delas é que quem pratica tal delito deve ser punido com um **parix* (termo sem documentação: saco de couro impermeabilizado com betume), como citou Anderson de Araújo Martins Esteves em sua tese de doutorado *Nero nos “Annales” de Tácito* – p. 116. Mas podemos atribuir uma outra interpretação, argumentado, primeiramente, a partir da etimologia, a importância de um “*pater*”, pedra angular na cultura ocidental e termo formador de cognatos importantíssimos como patronímico, formado do nome do pai, patriarcalismo, patrício, o nobre romano, patrimônio, pátria, patriarca etc. Para o termo “*mater*” só dispõe de uns poucos cognatos, matrona, maternidade, o que denota uma atividade social pobre. Não o é para “*pater*”, por exemplo, os senadores romanos eram invocados como “*patres conscrip-*

ti”, como lemos múltiplas vezes na obra mais famosa do orador Cícero, *As Catilinárias*.

Portanto, na esteira de Émile Benveniste, que tomemos a classificação semioloxemas, *que são os signos livres* (2006, p. 226) e os destaca dos semicategoremas, espécies de subsignos (elementos gramaticais: prefixos, sufixos, etc.) Destaquemos, doravante, a língua como um conjunto de signos, quando eles forem dotados de significação no interior de sua respectiva comunidade linguística, como o caso de “*pater*” e como acentua Émile Benveniste: *o signo é a unidade da semiótica*. (2006, p. 224)¹⁰⁷ Como ele propõe a palavra como a unidade semântica no âmbito da comunicação e a frase como a unidade semiótica no contexto de significação, recorta a noção de signo na relação sintagmática concretizada na frase, pois a frase é uma ideia, sob a condição sintagmática.

Assim, o termo crise em grego é κρίσις, litígio, luta, mas também significa decisão, juízo, já que o Homem ao emergir da natureza precisou lutar, porque passou do âmbito pontual das necessidades instintivas, ou seja, simplesmente comer, dormir e outras necessidades vitais, que a natureza demanda, para uma segunda alteridade, ora definida pela linguagem com sua pluralidade de objetos, quer dizer, *temos agora consciência de uma liberação do naturalismo*. (CASSIRER, Capítulo X *A História*, 1977, p. 272). E *apud* Ernst Cassirer, na mesma passagem, Ortega y Gasset, *A História como Sistema: O homem não tem natureza, o que ele tem é... história*. O sentido de “história” aqui é de linguagem. Assim, “*blue*”, azul, numa metáfora, em inglês, é “triste, melancólico”, *blues song*, canções de “tristezas”... no entanto, em português, azul pode significar “no auge, no entusiasmo”, como em Raimundo Correia: *No azul da adolescência as asas soltam...* No Houaiss e no Aurélio não há entrada ou indicação deste sentido do poema de Raimundo Correia. Se passarmos para a onomatopeia, verificaremos o pensamento humano com novos matizes. O mais curioso é que estamos dominados pela linguagem e não percebermos mais o “real” sensível. Por isso ouvimos a voz do cachorro emitindo “au, au” em português, mas “Por exemplo, o ladrar do cão é reproduzido em inglês como “*bow-wow*”. Há linguistas que defendem que o efeito onomatopaico depende da situação em que se pronuncia uma palavra”. (Onomatopeia. *E-Dicionário de Termos Literários*, Carlos Ceia)

¹⁰⁷ O linguista francês utiliza os termos semiótica e semiologia como sinônimos.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Tal luta, a passagem do mundo da natureza para a história, se define como um dualismo entre o ser natural e *homo sapiens*, o vir a ser ou ter uma nova identidade... Os historiadores da Renascença, conforme Ernst Cassirer (273 e sequência), atribuíram ao homem este poder de dominação existencial sobre a terra. Debate, contudo, o fato de o homem ter “consciência histórica”, como identidade ímpar sobre o planeta, mas não se concretizarem suas esperanças futuras que ficaram mergulhadas unicamente no seu passado, sob o fluxo temporal e sob o polimorfismo da vida humana. Afirma ainda que o homem, ao notar o problema do tempo, ou melhor, quando seus desejos e necessidades imediatas começaram a não ser correspondidos adequadamente, ele foi buscar resposta na origem mítica, e não mais na origem histórica.

A filosofia investiga os arcanos do Homem como *animal ridens* ou *homo sapiens*. O poeta colabora também com símbolos sobre o homem. Ora, Ernst Cassirer (Capítulo II - *Uma Chave para a Natureza do Homem: o Símbolo*: 51) chama o homem, na sua interação temporal ou espacial, de *animal symbolicum*. A tessitura poética se projeta diluída num amálgama de linguagens, verbal e não verbal, como a própria etimologia de *symbolicum*: ‘*sym*’, reunião, ‘-*bol*’, lançar, ‘*icu*-’, relativo a –lança(-*r/-do*) ao mesmo tempo. Compreendemos como característico da natureza humana: a referência ao futuro. Cassirer (*Antropologia Filosófica: Ensaio sobre o Homem*, 1977: 92) nos auxilia: “Vivemos muito mais de nossas dúvidas e temores, ansiedades e esperanças ligadas ao futuro, do que de nossas recordações ou de nossas experiências presentes”. No imaginário helênico, este fato se alegorizou no mito de Pandora. Aberta a caixinha, todos os bens (numa das versões são “os males”, que povoaram a terra e a esperança ficou presa na borda da jarra) se evolveram e só sobrou dentro da caixinha a esperança. Cassirer (*Idem, ibidem*, p. 86) se apoia em Kant, e sublinha: “No dizer de Kant, o espaço é a forma de nossa ‘experiência exterior’, o tempo é de nossa ‘experiência interior’”. Cassirer reforça sua argumentação com Heráclito nesta sua reflexão: “O que disse Heráclito vale para toda a vida orgânica: ‘Não se pode entrar duas vezes no mesmo rio’”. (*Idem, ibidem*, p. 87)

Em uma outra obra, *Linguagem e Mito*, Ernst Cassirer comenta como Kant definiu “realidade” no pensamento discursivo e o delimitou “mediante a consideração de que é preciso designar como ‘real’ todo conteúdo da percepção empírica, na medida em que seja determinado por leis gerais e, destarte, ordenado na uniformidade do “contexto da experiência” (p. 75). Mas o pensamento mítico e a concepção primitiva não de-

lineiam o “contexto da experiência”, já que esta função só poderia ocorrer na liberação, na diferenciação e na individualização.

Cassirer fundamenta o método de interpretação mitológica pela investigação linguística, em geral, e a etimológica, especificamente, “como veículos de interpretação” (2003, p. 17). No campo da mitologia, a palavra é mágica. “Quanto maior o poder de um ser, e quanto mais eficácia e ‘significação’ mítica contém, tanto mais se estende a significação de seu nome”. (CASSIRER, 2003, p. 71) Um cristão fervoroso dirá: “em nome de Deus, em nome de Cristo, em vez de dizerem: em Deus e em Cristo” (*Idem*, p. 71-72). Donde a importância do epíteto.

2. A leitura dos sentidos das palavras

A leitura de “O Vocabulário” em Othon M. Garcia, *Comunicação em Prosa Moderna*, nos dá a dimensão da importância da linguagem na educação do gênero humano. O autor nos menciona uma pesquisa em que um especialista (Dr. Johnson O’Connor) “submeteu a teste de vocabulário cem alunos de curso de formação de dirigentes de empresas industriais” (2002, p. 64). Depois de cinco anos, se verificou o percentual de 10%, que revelou mais domínio de vocabulário, ocupando os cargos de direção e o percentual de 25%, que demonstraram um domínio “fraco”, sem ocupar nenhum cargo de direção. Admite ainda que para *vencer na vida* não é suficiente um bom vocabulário. Mas é inegável a importância de um domínio de vocabulário, tanto na recepção de mensagens como na formulação da expressão do pensamento de maneira clara e precisa. Sem palavras não se pensa.

Dentre as múltiplas leituras recorridas por Othon M. Garcia, encontramos o triângulo de Ogden & Richards.

Os exemplos comentados por Ogden & Richards nos permitem afirmar que, devido à fluidez do significado das palavras – ou seja – do “referente”, há múltiplas interpretações para um mesmo texto. Assim, seguindo, neste momento, os passos de Umberto Eco em *Obra Aberta*, vamos admitir “símbolo” como signo da linguagem verbal na palavra “cão” (ECO, 1971, p. 111). Há neste termo uma relação sem motivo e não natural com aquilo que este indica, ou melhor, *o cão propriamente dito* (*Idem*, 112). Em outro idioma, teríamos à esquerda do triângulo outro segmento fônico e nem por isso haveria mudança na relação com o “referente”. Se alterarmos a referência, teremos novidade, porque é a media-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

ção entre o “símbolo” e o “referente” é dada pela “referência”. Isto é o que alguns estudiosos chamam *conceito*, outros, *imagem mental* e até a *condição de uso do “símbolo”*. Há uma estreita relação entre “símbolo” e “cão”. Ao se tentar dizer “cão”, não se pode dispor de outro recurso para se exprimir que não seja o “símbolo”. Ao se ouvir “cão”, devido à referência, se pensará no “símbolo” “cão”. Mas há “símbolo” sem referente, como é o caso do *unicórnio* (*Idem*, p. 112). A semiologia é o estudo do lado esquerdo do triângulo de Ogden e Richards (*Idem*, p. 113). Aí residem “numerosos fenômenos de significação”. (*Idem*, p. 113)

Quando Othon M. Garcia interpreta na leitura de Ogden & Richards que “as palavras por si mesmas nada significam, a cada novo contexto elas adquiririam significação diferente” – ainda se refere àquele fato afirmado também por Umberto Eco sobre a mediação da referência entre o “símbolo” e o “referente”. Ora, conforme o estudioso italiano, se for usada uma estratégia simples num âmbito de comunicação, como, por exemplo, apenas apontar o objeto sem construção de texto mais elaborado, talvez se pudesse sair desse emaranhado. Será que se apontaria para uma “vaca” e também estaria resolvida qualquer dificuldade de sentido da mensagem?

Em primeiro lugar, tomemos “sentido” como diferente de “significado”. Qual é o “significado” de “vaca”? É um animal dotado dos seguintes semas: vertebrado, mamífero, quadrúpede, doméstico, fêmea etc. Porém, se a referência viesse de um hindu, e não de uma referência de um ponto qualquer do globo terrestre, ocorreria uma significação totalmente diferente a partir de um sema religioso: para eles, a “vaca” é elemento do sagrado. Ou seja, “referência” corresponde a uma outra cultura. Aí é que alcançamos o “sentido”.

A mesma coisa se pode exemplificar com a palavra “senhora”. Em Joaquim Manoel de Macedo, *A Moreninha*, “senhora” apresenta semas bem diferentes de Aluísio Azevedo em *O Cortiço*. Com diferenças evidentes de época, em *A Moreninha*, surpreendemos o fato de uma menina de quinze anos ser tratada por *senhora*, como elemento a ser interpretado, já que uma possibilidade de leitura, no vasto sistema, ou seja, no mundo, seria a de uma repressão sexual por trás dessa cerimônia social. Em Aluísio Azevedo, o termo “senhora” é enriquecido com um diminutivo e afirma o Autor de *O Cortiço*, em paralelismo com uma outra personagem, *Pombinha: Chamavam-lhe Pombinha*. Quer dizer, a comunidade do cortiço a batizou com este “símbolo”. Por iteratividade, o mesmo acontece com a filha do Jerônimo: “Crismaram-na logo com o cognome

de 'Senhorinha'" (p. 131, cap. 19). O próprio Autor nos auxilia na leitura, quando afirma que, naqueles moradores antigos – como ocorrera com a Pombinha – "havia uma necessidade moral de eleger para mimoso da sua ternura um enteuzinho delicado e superior, a que eles privilegiavam respeitosa e, como súditos a um príncipe". (*Ibidem*) A afetividade da comunidade está expressa no sufixo -inho e o elemento simbólico de contemplação / sacralização no nome pomba, que, na tradição judaico-cristã, representa o Espírito Santo, ou seja, a pureza e simplicidade, uma mensagem de paz, harmonia, esperança e felicidade. O que dizer, então, de "senhora"? É claro que se trata de Nossa Senhora, a mãe de Jesus. Tudo isso forma implícitos (repetição de diminutivos, da sacralidade do nome, isto é, "semas", unidade mínima de significação (DUBOIS *et alii*: 1978) etc.) que devem ser orientados na leitura de um discurso literário.

Como se sabe, a semiologia em Saussure se apresenta como um ramo da psicologia social, ou seja, um quadro maior que abrange a linguística. Mas, se ancorarmos nossa leitura em Roland Barthes, seremos forçados a admitir que qualquer sistema semiológico, como código de trânsito ou de alimentação de um povo etc., se impregna de linguagem; donde a semiologia é que seria um ramo da linguística.

Por isso, Othon M. Garcia passa daquela leitura, que ele citou, quer dizer, Ogden & Richards, que se prendem a uma análise da linguagem também não verbal, afirmando que tal mediação *tornaria praticamente impossível a própria intercomunicação*. (176) E retoma o debate, introduzindo o dicionário. Este caminho percorrido por Othon M. Garcia, é semelhante ao de Mattoso Câmara (1970, p. 22):

Assim, uma língua, em face do resto da cultura, é: -1) o seu resultado, ou sùmula, 2) o meio para ela operar, 3) a condição para ela subsistir. E mais ainda: só existe para tanto. A sua função é englobar a cultura, comunicá-la e transmiti-la através das gerações.

Tudo isto opõe a língua ao resto da cultura, ou cultura "stricto sensu", e torna necessária uma ciência independente para estudá-la – a LINGÜÍSTICA, distinta da ANTROPOLOGIA CULTURAL ou ETNOLOGIA, que estuda todas as outras manifestações culturais.

Para nos encontrarmos, temos de retomar Saussure com o que ele denominou "valor linguístico", que é o "sentido" de um elemento, considerada a sua posição dentro de um sistema linguístico. A união entre o som vocal, admitindo-o como possibilidade combinatória, e um conceito, imbricado num sistema, resulta numa forma e não numa substância.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

É no conjunto das “relações” em “oposição” entre as unidades linguísticas no interior do sistema que encontraremos o “valor linguístico”. Assim, (BENVENISTE, 1995, p. 23):

A noção positivista do “fato” linguístico é substituída pela de “relação” (*Idem*). Ao invés de considerar-se cada elemento em si e de procurar-se a sua “causa” num estado mais antigo, encara-se cada elemento como parte de um conjunto sincrônico; o “atomismo” dá lugar ao “estruturalismo”.

Na questão da “Polissemia e contexto”, considerando a linguagem, seja na comunicação *oral ou escrita, mímica ou semafórica*, como *um sistema de símbolos*, nascido de um pacto social e proveniente de histórica convivência que amadurecerá o valor do símbolo à medida que o grupo social aprovar e aceitar um “valor linguístico” (SAUSSURE, p. 157) Para um dado sentido,

La collectivité est nécessaire pour établir des valeurs dont l'unique raison d'être est dans l'usage et le consentement général: l'individu à lui seul incapable d'en fixer aucune.

A coletividade é necessária para que se estabeleça os valores dos quais a única razão de ser está no uso e no consenso geral: o indivíduo, por si só, é incapaz de fixar nele qualquer valor que seja.

Em edições antigas, liam-se mais considerações sobre os dois exemplos de Othon M. Garcia a respeito de *linha e ponto* retirados do *Dicionário de Laudelino Freire*. O Autor de *Comunicação em Prosa Moderna* afirmou naquelas edições que as palavras *linha e ponto* teriam, respectivamente, 165 e 117 sentidos. A do ano 2002 se restringe a dizer *cerca de cem acepções*. Inclusive, é interessante refletirmos quais seriam aqueles sentidos?

Uma outra citação *in* Otto M. Garcia é a leitura de Karl Bühler a respeito das funções primordiais da língua. Assim, para expressar o mundo biossocial, temos na tradução do Mattoso Câmara¹⁰⁸, a função “representativa”, sempre que usarmos a língua em sua capacidade de fazer um recorte do mundo exterior. Se a finalidade for exprimir sentimentos, exploraremos a função de “exteriorização psíquica”. Na tradução de Roman Jakobson para a língua portuguesa, se fala em função “emotiva”, que parece termo mais simples e eficaz. Ao contrário da tradução que foi feita de Roman Jakobson para o português, quanto à finalidade persua-

¹⁰⁸ Othon M. Garcia, neste passo, não cita expressamente Mattoso Câmara, mas está em sua bibliografia.

siva de língua, ou seja, “conativa”, temos “apelo” – esta expressão “apelo” está em *Comunicação em Prosa Moderna* – ou “atuação social” e que ambas foram palavras indicadas por Mattoso Câmara, e nos parecem mais precisas.

Propõe-se ainda Othon M. Garcia uma leitura sobre denotação e conotação e nota-se nas entrelinhas atualidade bibliográfica do Autor. Cita expressamente Umberto Eco, *A estrutura ausente*. Comenta a palavra “cão” com seus múltiplos semas: animal doméstico, mamífero, quadrúpede, canino – assertiva semântica introduzida por Greimas.

Ainda traz à luz que *toda metaforização é conotação, (... mas) nem toda conotação é metaforização*. (2002, p. 180)

Sobre a importância da metáfora é preciso completar que ela não é conotação quando se trata de um eixo formador de polissemia. Voltemos à palavra “linha”. A “linha de mira” é de sentido denotativo e nessas metáforas consagradas (O telefone deu “linha”, perder a “linha”, “linha” melódica...) ainda temos denotação e a metáfora é um recurso de formação do abstrato.

3. *Problemas linguísticos em traduções latinas*

Publius Vergilius Maro (70-19 a.C.), Vergílio, cujo verdadeiro nome é a forma onomástica Vergilius < *uerg (cf. gr. ‘érgon’, ação; trabalho; ‘enérgeia’, energia), mas a latinidade cristã, que admirava o seu caráter dócil, associou o seu nome a uirgo (virgem); daí, em port. Virgílio, em fr. Virgile, em ingl. Virgil. Estudou também em Roma. Em 42 a.C., após a batalha de Filipos, teve as suas terras gaulesas confiscadas e distribuídas entre os veteranos de guerra de Otaviano. Foi a Roma e consegue recuperar os seus domínios, mas é confiscado pela segunda vez. Mecenas, ministro de Otaviano, cujo nome se torna um substantivo comum com o significado de “protetor da arte”, dá-lhe uma boa compensação, além de uma propriedade em Nola. Vergílio escreveu em versos hexâmetros datílicos as seguintes obras: as *Bucólicas*, ou *Éclogas*, as *Geórgicas* e a *Eneida*. Críticos atribuem a Vergílio a autoria de outros textos da sua fase juvenil no *Appendix Vergiliano*.

ARMA virumque cano, Troiae qui primus ab oris
Italiam, fato profugus, Laviniaque venit
litora, multum ille et terris iactatus et alto

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

vi superum saevae memorem Iunonis ob iram;
multa quoque et bello passus, dum conderet urbem,
inferretque deos Latio, genus unde Latinum,
Albanique patres, atque altae moenia Romae.

(VERGÍLIO, *Eneida*, 1, 1-7)

Canto as armas e o varão, que, como pioneiro, veio
Das praias de Troia, afugentado pelo destino, para a Itália e
Litoral Lavínio, muito ele foi agitado nas terras no alto mar
Pela força dos deuses superiores, pela ira lembrada da cruel Juno;
Também sofreu muitos trabalhos na guerra, enquanto fundasse a cidade,
E transferisse os seus deuses para o Lácio, donde (surgiram) a raça latina,
Os reis albanos e as muralhas da poderosa Roma.

A simples leitura da tradução não reflete complexidade das entrelinhas do discurso poético vergiliano. Por exemplo, ao épico o interesse se volta para apresentação; assim, descrição e narrativa se sucedem propiciando inspiração à arte figurativa, ou como quadros de pintura, ou como aquela escultura em mármore, intitulada “Laocoonte e seus filhos”, no museu do Vaticano.

Daí, a evidência do guerreiro, devido à redução da expressão linguística, dada a construção da sinédoque, ou seja, a relação por contiguidade, ou melhor, a parte (*as armas*) pelo todo (*o guerreiro Eneias*) neste primeiro verso: *arma, orum*.

O Poeta canta *as armas* e o sentido ímpar do herói, que exige do leitor um pouco mais de conhecimento da língua latina: *vir* não pertence a uma lista extensa de palavras dentro do seu grupo mórfico ou declinação; a segunda declinação apresenta a seguinte pauta: o grupo *-us*, como *mundus, i, lupus, i, corvus, i*, etc. – todas estão em português: *mun-do, lo-bo, corvo*; o grupo *-er*: *ager, agri, liber, bri, caper, pri* – todas também estão em português, mas com alguma modificação na história interna: *-b > -v-*, *livro*; usado no diminutivo: *cabrito* e externa: *agr-, campo*, em agronomia, agricultura etc. Os neutros em *-um*: *templum, i, membrum, i* etc., marcam sua presença com formas semelhantes em português: *tem-plo, membro* etc.

Mas *vir, viri* compõe sozinha o tipo *-ir*, sem concorrência de outra palavra com esta terminação. E, no máximo, dela se tiram derivados, como é *triumvirato*, que passou ao português. Não poderia ser de outra forma, já que em grego um ‘*ánthropos*’, que corresponde no latim ao *homo, hominis*, não poderia ser um herói – pertencem em ambas as línguas a listas extensas, paradigmaticamente em latim (“-o”: “*homo, hom(inis)*”; “*origo, orig(inis)*” etc.). O que pode ser um herói é um ‘*áner*,

andrós'. É que *homo*, *homem*, tem a mesma raiz de *humus*, *barro*, *argila*... Donde a singularidade do *vir*, que significa as qualidades *viris* do homem. Em Cícero, *Tusculanae Disputationes*, 2, 55: *rusticanus vir, sed plane vir, um homem rústico, mas verdadeiramente um homem*.

Uma outra dificuldade, observa Michel Bréal (1992: *A restrição do Sentido*). Não há ajuste na significação de uma expressão: ora ela é muito ampla, ora demasiadamente restrita. É o caso do adjetivo *altus* que observamos a seguir. No texto, usou-se *terris, nas terras*, em oposição a *alto, no mar*, com elipse da palavra *mar* em latim. Atribui-se ao adjetivo latino *altus* uma significação dupla: *alto* e *profundo*. *Altus* se prende ao verbo *alo* (cujo supino podia ser *altum / alitum*), *alimentar, nutrir*... O particípio se especializou no sentido de *alto, que tem crescido et n'a plus de rapport sémantique avec le verbe, e não tem mais relação semântica com o verbo*. (ERNOUT & MEILLET, 1985: *alo*) Porém, o Poeta ainda lança mão do sentido etimológico de *altus* quando determina (*atque moenia*) *altae Romae, (e as muralhas) da poderosa Roma*.

De modo que *restrição de sentido tem, há muito tempo, causado surpresa aos etimologistas*. (p.85) Ressalta as *objeções de Quintiliano a respeito de "homo": 'cremos', diz ele, 'que "homo" vem de "humus", porque o homem nasceu da terra, como se todos os animais tivessem a mesma origem?'* Completa M. Bréal que *"homines" significa "os habitantes da Terra". Era uma maneira de opô-los aos habitantes do céu, "Dii" ou "Superi"*.

Émile Benveniste seguirá outro atalho, ms alcançará o mesmo resultado, assim:

A dupla significação que se atribui ao latim "altus", como "alto" e "profundo", se deve à ilusão que nos faz tomar as categorias da nossa língua como necessárias e universais. (p. 87) (...)

Uma linguagem é, em primeiro lugar, uma categorização, uma criação de objetos e de relações entre esses objetos. Imaginar um estágio da linguagem, por mais "original" que se queira, mas apesar disso real e "histórico", em que um certo objeto seria "denominado" como sendo ele próprio e ao mesmo tempo qualquer outro, e em que a relação expressa seria a reação de contradição permanente – a relação não relacionante –, em que tudo seria ele mesmo e outro que não ele – portanto nem ele mesmo nem outro – é imaginar uma pura quimera. (p. 89)

No quarto verso a hipálage, ou seja, o realce dos determinantes cruel (*saevae*) e (*memorem*), promove a possível tradução: *pela ira lembrada da cruel Juno* em lugar de *pela ira cruel da lembrada Juno*... Ou-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

tras dificuldades são os dois zeugmas, ou elipses das preposições *in* – (*in Italianum*) e *ad* – (*ad litora Lavinia*); além disso, há a elipse do auxiliar de voz passiva *est* e ficou subentendido *surgiram* que seria em latim *orti sunt*.

4. Conclusão

A *Eneida* é um poema composto de doze livros, iniciado no ano 30 a.C. e não chegou a ser revisado pelo Poeta. A intenção é difundir a crença lendária de que os romanos descendiam dos troianos e que Otávio, que passou a Otaviano quando foi adotado por Julio César, e se tornou Augusto, proveniente do adjetivo *augustus*, *a*, *um* (derivado de *augere*: *fazer crescer, amplificar*) Muitas vezes, a metáfora afasta de tal forma a significação de uma palavra que nos admiramos quando consultamos o dicionário. A principal fonte de inspiração de Vergílio foram os poemas homéricos. Embora tivesse trabalhado dez anos, não conseguiu deixar o poema como queria e, por isso, pediu a Augusto que os destruísse, pedido que não atendido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Trad.: Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri. e *Problemas de linguística geral II*, Trad.: Eduardo Guimarães *et alii*. Campinas: Pontes, 1995 e 2006 (respectivamente).

BRANDÃO, Junito de Souza. *Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega*. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. *Dicionário mítico-etimológico da mitologia e religião romana*. Petrópolis: Vozes, 1993.

BRÉAL, Michel. *Ensaio de semântica: ciência das significações*. São Paulo: Pontes, 1992.

CÂMARA JR., J. Mattoso. *Princípios de linguística geral*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.

CASSIRER, Ernst. *Linguagem e mito*. Trad.: J. Guinsburg e M. Schnaiderman. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. *Antropologia filosófica: ensaio sobre o homem. introdução a uma filosofia da cultura humana*. Trad.: Vicente F. de Queiroz. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. Tradução coordenada por Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CHANTRAINE, Pierre. *Dictionnaire étymologique de la grecque – histoire des mots*. Paris: Klincksieck, 1999.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANDT, A. *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

D'HAUTERIVE, R. Grandsaignes. *Dictionnaire des racines des langues européennes* (grec, latin, ancien français, francês, espanhol, italiano, inglês, alemão). Paris: Librairie Larousse, 1949.

ECO, Umberto. *A estrutura ausente*. Trad.: Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. *Obra aberta: formas e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. Trad.: Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 1971.

ERNOUT, A.; MEILLET, A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots*. Paris: Klincksieck, 1985.

GAFFIOT, F. *Dictionnaire illustré latin français*. Paris: Hachette, 1934.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Confluência, 1967.

_____. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Confluência, [s/d.].

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Encadernadora, 1932.

RECTOR, Mônica. *Para ler Greimas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SPALDING, T. O. *Pequeno dicionário de literatura latina*. São Paulo: Cultrix, [s/d.].

TRASK, R.L. *Dicionário de linguagem e linguística*. Trad.: Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

O PROCESSO FORMADOR DE PALAVRAS
“BLEND” LEXICAL
COMO DIFUSOR IDEOLÓGICO NO FACEBOOK

Joane Marieli Pereira Caetano (UNIFSJ)

joaneiff@gmail.com

Eliana Crispim França Luquetti (UFRJ)

elinaff@gmail.com

RESUMO

Entende-se por *blend* lexical o procedimento de formação de palavras que se utiliza de duas bases para formar uma nova palavra com outra significação. Diferentemente dos compostos, nesse processo formador de palavras não há encadeamento linear das bases devido aos rompimentos por sobreposições. Este artigo tem como objetivo analisar as ocorrências do *blend* lexical na rede social *Facebook* e sua eficácia em nível discursivo-textual, investigando suas relações ideológicas e seu valor expressivo enquanto mecanismo de comunicação. Metodologicamente, a pesquisa é de cunho bibliográfico, tendo seu *corpus* coletado a partir das ocorrências encontradas em duas páginas do *Facebook*: “Dilma Bolada” e “Eleições da Zueira”. Dentre os resultados, teve-se a oportunidade de considerar uma classificação de fato integral do *blend*, uma vez que a classificação do processo cognitivo de mesclagem foi analisada a partir de investigações de sua estruturação (aspectos morfológicos), sua produção de sentidos (aspectos semânticos) e os impactos do seu uso na situação de comunicação verbal (aspectos pragmáticos). Conclui-se que os estudos gramaticais tradicionais possuem deficiências acerca das classificações dos processos formativos de palavras, sendo necessária, assim, uma abordagem valorizadora da língua em seu processo mutante de uso.

Palavras-chave:

Formação de palavras. Processos não concatenativos. Língua portuguesa. Facebook.

1. Introdução

Este artigo tematiza as novas possibilidades lexicográficas que vêm surgindo em língua portuguesa, devido, dentre alguns fatores, ao poder criativo dos usuários da língua influenciado pelo meio virtual digital de comunicação.

Na Pós-modernidade, verifica-se a capacidade nata do ser humano em ampliar suas redes interacionais, criando métodos e serviços com vistas a aperfeiçoar o seu convívio em sociedade, sobretudo, através das mídias digitais. Surge um novo paradigma social alicerçado fundamentalmente na Informação, denominando-se sociedade da informação ou soci-

idade do conhecimento a fim de, conforme Castells (1999), sobrepor a nomenclatura sociedade pós-industrial ou informacional.

Neste contexto, surgem novos veículos de comunicação e interação social. No que tange à comunicação virtual, o site de redes sociais *on-line Facebook* edifica-se como um novo canal comunicativo para leitura, produção e troca de textos entre os usuários. Quanto à língua, esta rede social apresenta novas possibilidades de investigação lexicográfica.

Além das ocorrências de processos de formação lexical já reconhecidas pela gramática tradicional, nos textos vinculados nesta rede social constatou-se o uso recorrente de fenômenos ainda não sistematizados pelo arcabouço teórico tradicional: os processos não concatenativos geradores de novas palavras, tais como o *blend* lexical.

Tendo como ponto de partida as construções morfológicas não concatenativas rastreadas, busca-se uma análise não apenas morfológica, mas morfoprosódica e semântico-cognitiva, apresentando a utilização constante do *blend* lexical em enunciados para projetar ideologias à massa seguidora destas comunidades.

A fim de retratar a eficácia do *blend* lexical como artifício estratégico para expressão de valores em nível discursivo-textual, tem-se como *corpus* desta pesquisa os enunciados presentes nas seguintes páginas do Facebook: “Dilma Bolada” e “Eleições da Zueira”.

Desse modo, apresenta-se como problemática da pesquisa a questão: Com base no uso da língua, até que ponto as novas possibilidades lexicográficas – especificamente, o processo de formação de palavras *blend* lexical em português – conferem impacto expressivo em nível discursivo-textual no *Facebook*, servindo de difusor ideológico?

No intuito de responder a esta indagação, parte-se da hipótese do uso dos *blends* lexicais como promotores intencionais de um posicionamento ideológico no discurso, na medida em que estes compõem um quadro de alternativas de considerável valor expressivo. No que concerne às questões políticas, o fato gramatical acarreta semanticamente o humor, evidenciando uma crítica à sociedade, à política etc., possibilitando a formação de determinado pensamento, isto é, a difusão de uma ideologia.

Nesse sentido, tem-se como objetivo geral analisar as ocorrências do fenômeno *blend* lexical na rede social *Facebook* e sua eficácia em nível discursivo-textual, investigando suas relações ideológicas e seu valor expressivo enquanto mecanismo de comunicação. Especificamente, pre-

tende-se elaborar um estudo investigativo sobre as ocorrências do processo de criação vocabular *blend* lexical na rede social *Facebook*, especificamente, nas páginas “Dilma Bolada” e “Eleições da Zueira”; bem como propor, dentro dos pressupostos da Língua Portuguesa, a mesclagem como um dos processos de ampliação do vocabulário da língua; e, ainda, interpretar a ideologia por trás dos usos dos *blends* nas páginas “Dilma Bolada” e “Eleições da Zueira” em período eleitoral e o valor expressivo que se tem como efeito a partir dos cruzamentos lexicais.

No contexto de enunciação supracitado, urge pensar além de estruturas morfológicas, valendo-se de análises semântico-cognitivas com o intuito de evidenciar como o uso dos *blends* lexicais interferem na construção do pensamento, sobretudo, como podem revelar a expressão intencional de modos de interpretação e (re)criação de sentidos.

2. *As ocorrências do blend lexical no Facebook*

Em um mundo cada vez mais globalizado e ágil quanto ao processamento das informações, a Internet faz-se presente nas relações comunicativas. O sujeito loca-se em um ciberespaço pluritextual de interação constante das ações discursivas, na medida em que os usuários do “mundo inteiro trocam ideias, artigos, imagens, experiências ou observações em conferências eletrônicas organizadas de acordo com interesses específicos”. (LÉVY, 1999, p. 29)

Diante deste intercâmbio ideológico, as redes sociais constituem-se como “um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados” (MARTELETO, *apud* FETTERMANN, 2012, p. 57), isto é, o ambiente virtual funciona como suporte para a mobilização de discursos sociais e demarcação de grupos identitários.

A partir de análises das linguagens digitais, notam-se na rede social *Facebook* possibilidades de “redefinição de alguns aspectos centrais na observação da linguagem em uso” (MARCUSCHI, 2014), especificamente, quanto à ampliação do léxico.

O *corpus* foi coletado nas páginas do Facebook, “Dilma Bolada” e “Eleições da Zueira”, no período de 31 de maio de 2014 até a data de diplomação de Dilma Rousseff como presidenta da República Federativa do Brasil, 18 de dezembro de 2014.

Conforme descrições em seu perfil, a página “Dilma Bolada” surgiu no Twitter, logo após o fim das eleições presidenciais de 2010, criada pelo usuário da rede mundial de computadores, Jefferson Monteiro. Após um período sem publicações, começou a ser mais utilizada em 2011, contando os fatos e acontecimentos cotidianos da presidenta. Vencedor de prêmios como o youPIX por 2 anos consecutivos e do Shorty Awards, o Oscar do Twitter, em março 2012, a página “Dilma Bolada” foi eleita o Melhor Fake do Mundo e em 2013 foi novamente premiada como a “Melhor Ação em Redes Sociais no Brasil”. A própria presidenta do Brasil reconheceu o impacto do trabalho de Jefferson Monteiro, recebendo-o no Palácio do Planalto por duas vezes e prestando elogios publicamente ao criador da página.

Já a página “Eleições da Zueira” não possui descrições. Registra-se apenas a data de entrega na rede social *Facebook*, no dia 31 de maio de 2014. A respeito de seu conteúdo, compreende publicações direcionadas exclusivamente às eleições presidenciais.

3. O fenômeno *blend lexical* na rede social *Facebook* e sua eficácia em nível discursivo-textual

Para a compreensão destes tipos de construção se torna essencial resgatar as pistas estruturais contidas nas palavras e cruzá-las com informações contextuais, através do reconhecimento de intertextualidades e de conhecimentos compartilhados instantaneamente no ambiente virtual.

Nesse sentido, importa relacionar o fenômeno *blend lexical* com a produção de efeito de sentidos no discurso. Segundo Charaudeau (2008a), a compreensão do discurso requer a identificação dos contextos, práticas sociais, ideologias, metáforas, alusões e múltiplas intertextualidades (co)existentes na estruturação das relações. Por isso o estudo vale a pena de uma abordagem morfoprosódica e semântico-cognitiva.

A carga semântica contida na nova palavra gerada pela mesclagem vocabular possibilita que, de acordo com o sentido provavelmente pretendido pelo autor, o texto ultrapasse suas conveniências linguísticas, estimulando intercruzamentos com outras áreas do saber. Pechêux (1995) acrescenta apontamentos sobre as influências da realidade e da história de uma sociedade na produção de sentidos do discurso.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Pode-se ressaltar a contribuição do modelo dos espaços mentais (FAUCONNIER, 1994) para o entendimento desses aspectos semântico-cognitivos. De acordo com Miranda (1999, p. 82):

(...) o modelo alinha-se com uma perspectiva integradora da cognição que, confrontando-se com as teorias modularistas da mente, considera a organização cognitiva como um conjunto integrado de sistemas dentre os quais estão a linguagem e a estrutura sociocultural. Em outros termos, postula-se *a linguagem como instrumento cognitivo*. (Grifo nosso).

Tem-se, assim, a oportunidade de considerar uma classificação de fato integral do *blend*, uma vez que a classificação do processo cognitivo de mesclagem será analisada a partir de investigações de sua estruturação (aspectos morfológicos), sua produção de sentidos (aspectos semânticos) e os impactos do seu uso na situação de comunicação verbal (aspectos pragmáticos).

Segundo Miranda (1999), o cruzamento lexical age sobre dois espaços mentais ou domínios-fonte, tomados como *inputs* para a formação de um terceiro espaço: o espaço-mescla. Ocorre o *blend*, portanto, quando duas palavras-base agirão como *input* na formação de uma terceira, como em “Dilmãe”, tanto o nome próprio *Dilma* quanto o vocábulo *mãe* são tomados como *input* na formação de *Dilmãe*.

Pode-se destacar também outra tendência que corrobora para a análise do processo de mesclagem na formação de novas construções: a teoria da correspondência (McCARTHY & PRINCE, 1995; BENUA, 1995). Semelhantemente à teoria dos espaços mentais no que diz respeito à explicação do significado, essa teoria pressupõe a combinação vocabular como produto de uma mescla geradora de uma correspondência de uma forma para vários sentidos – na qual uma das bases é realizada ao mesmo tempo com uma parte da outra – entretanto, nesse ponto se limita a explicação relativa ao caráter conceptual dos cruzamentos vocabulares. Porém, o modelo da correspondência traz grandes contribuições a respeito da estrutura formal das construções mescladas, pois possibilita o estudo mais minucioso da complexa rede morfológico-estrutural para identificação das partes construtivas do *blend*.

A esse respeito, a morfologia prosódica (MCCARTHY, 1981) fornece um esquema que permite a determinação de um ponto mais adequado, no qual uma das bases será quebrada para dar continuidade à segunda, porque, ao considerar o caráter fonológico, permitem-se rastreamentos de configurações de retomada mais facilitada nas construções cruzadas.

A Morfologia Prosódica contribui para uma descrição mais completa do fenômeno não concatenativo, assim como os estudos do discurso que consideram o aspecto de inconicidade, isto é, o valor expressivo obtido com a mesclarem, dependendo dos fatores textuais da situacionalidade e intencionalidade discursiva.

Nesse sentido, Charaudeau (2008b) ressalta a situação de comunicação do discurso como aspecto fundamental na encenação do discurso político. Conforme o autor existe um sujeito enunciativo que busca contato com o outro, que lida concomitantemente com as interpretações subjetivas e coletivas, pois para validar o seu discurso seduz o interlocutor, persuadindo-o, de modo que transmita uma verdade, embora o fato não seja verídico.

A política é um campo de persuasão, onde se embatem argumentações no intuito de convencer o público para, então, fazê-lo aderir ideologicamente a determinado posicionamento. No jogo político, é justamente através da linguagem, especificamente da língua, que discursos ideológicos se materializam, deixando transparecer as estratégias comunicativas para a disseminação de ideias. O discurso político constrói-se majoritariamente através de estratégias de gestão do poder para a captação de novos adeptos. As redes sociais também possuem um discurso político estruturado, uma vez que através das ações “curtir”, “comentar” e “compartilhar”, objetiva-se a interação dialética. Assim, os cruzamentos vocabulares vão sendo difundidos e sua rápida (re)utilização entre os usuários permite que a informação se espalhe e “a moda pegue”, fazendo com que cada vez mais ocorrências sejam diagnosticadas.

3.1. Análise dos impactos discursivo-textuais de algumas ocorrências de *blend* lexical

De forma geral, os *blends* presenciados no *corpus* desta pesquisa abordam acontecimentos político-sociais ironicamente, optando pela valorização da perspectiva humorística. Todavia, estes fenômenos lexicais “não são sempre humorísticos, mas a principal motivação para a sua existência é o poder expressivo” (BASÍLIO, 2003, p. 2). Observa-se esta força expressiva no enfoque destinado às questões políticas.

Por se tratar de período eleitoral, os cruzamentos vocabulares possuem, em sua maioria, o nome dos candidatos à presidência como material para a construção da estrutura morfológica, a saber:

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

- (a) Formas criadas em função do primeiro nome dos candidatos: Dilmãe; Dilmastar; Bom Dilma; DilminasGerais; Dilmainha; Dilmobilidade urbana; Aecínico; Aeronécio; Dilmônio; Marinárvore; Aético; Aecioporto; Aébrio Neves; Dilmilequinze.
- (b) Formas que têm por base o segundo nome dos candidatos: Rousseffie; Marina Selva; Cheira Neves.
- (c) Palavras construídas a partir do nome dos partidos políticos ou pessoas ligadas às campanhas eleitorais dos candidatos: Petrala; PTrouxa; Luladão; Presidanta.

Em análise das formas criadas em função do primeiro nome dos candidatos, utilizado como exemplo o vocábulo *Aeronécio*, podem-se notar intertextualidades impulsionadas a partir das palavras-base estruturantes morfológicamente, visto que ao divulgar o vocábulo *Aeronécio* (Aeroporto + Aécio) realiza-se uma interconexão entre conhecimentos e acontecimentos no mundo social-midiático, ao se inferir uma relação entre o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) à presidência da república brasileira e a acusação de construção de um aeroporto, com dinheiro público, em terras de seus familiares para benefício dos próprios. Extrapolam-se, assim, questões meramente linguísticas a fim de se decodificar o *blend*, na medida em que se requer uma interpretação do contexto de seu uso em referência a noções político-sociais. Realizam-se, ainda, críticas com toques humorísticos.

Sobre as características do *blend*, de acordo com Gonçalves (2006), elas possuem acentuada força discursiva, na medida em que caracterizam e rotulam seres, eventos ou estados, haja vista a ocorrência lexical *Dilmãe* (Dilma + mãe) que realiza uma associação simbólica da presidenta do Brasil com a figura materna, metaforizando o amor, a proteção e o zelo como características da líder governamental. Já o vocábulo *Dilmônio* (Dilma + demônio) designa à candidata à reeleição Dilma Rousseff uma imagem pejorativa. Em se tratando do último exemplo, podem-se verificar as intenções discursivas do emissor e sua posição ideológica no discurso, pois nota-se, neste caso, um sujeito textual que não demonstra qualquer afinidade pela figura presidencial. Tal pejoratividade, como destaca Basílio (2003), é, antes de tudo, a própria expressão subjetiva do falante, explicitando, desta forma, a intencionalidade inerente ao caráter depreciativo da fala e conseqüentemente resultante da ideologia do emissor.

4. Do ponto de vista do estudo da língua: a marginalidade gramatical dos processos não concatenativos

O arcabouço teórico da gramática tradicional compreende apenas os processos lineares de formações de palavras em suas prescrições e não considera os fenômenos não concatenativos.

Ao discorrer sobre os processos de formação de palavras, a tradição gramatical detém-se somente aos seguintes processos formadores: a composição e a derivação, considerados os principais fenômenos de aquisição lexical. Importante destacar que a abordagem destinada ao analisá-los vale-se essencialmente de fatores relacionados a estrutura morfológica, sem preocupações com questões contextuais referentes a essas criações. Bechara (2009) acrescenta, resumidamente, a “formação regressiva, abreviação, reduplicação, conversão, intensificação e combinação” e Nicola (2005) apresenta também como outro processo a onomatopeia.

Percebe-se frequentemente a ocorrência dos fenômenos concatenativos/aglutinantes, em língua portuguesa, para a ampliação do vocabulário. Todavia, evidencia-se, também, o surgimento de fenômenos não concatenativos geradores de novas palavras, tais como o *blend* lexical, em especial, nas produções escritas dos usuários da internet.

Entende-se por *blend* lexical (também chamado de mesclagem ou cruzamento lexical) o procedimento de formação de palavras que se utiliza de duas bases para formar uma nova palavra, e cujo significado se difere das bases aproveitadas (BORGES; LELIS, 2009), tais como em *Dilmãe* (Dilma + mãe), *Aecínico* (Aécio + Cínico), *Presidanta* (Presidenta + anta), *Aético* (Aécio + Ético), *Dilmônio* (Dilma + demônio), *Aeronécio* (Aeroporto + Aécio), dentre outros.

Na tradição gramatical em língua portuguesa, estes processos de formação de palavras são relegados à marginalidade, uma vez que “não [são] descritos de forma sistemática em nossa língua e interpretados como irregulares pela maior parte dos estudiosos” (GONÇALVES, 2006, p. 1).

Perante esta incongruência gramatical – o fenômeno existe, está em uso, mas não é sistematizado –, é fundamental argumentar em favor do reconhecimento dos fenômenos não concatenativos formadores de palavras, devido à sua aplicabilidade no cotidiano dos usuários da língua em meio digital.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Segundo os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1997, p. 41) o ensino de língua materna deve destinar uma atenção especial a propostas inovadoras para as noções de leitura, escrita, produção de textos e gramática, de modo que se considere, verdadeiramente, o indivíduo dentro de um contexto social específico e com suas peculiaridades linguísticas. Bakhtin (1997) ressalta a língua enquanto um processo vivo. Deste modo, há de se repensar, sobretudo, atualizar pressupostos gramaticais a fim de contemplar os novos fenômenos formadores de palavras que vêm sendo amplamente utilizados no contexto virtual.

5. Conclusão

Depreende-se, assim, que os estudos gramaticais tradicionais possuem deficiências acerca das classificações dos processos formativos de palavras. Em contraposição às ideias conservadoras de que os processos não concatenativos não são passíveis de sistematização, as teorias revistas por esta pesquisa demonstram aspectos estruturais e conceituais do *blend* que permitem a sua previsibilidade e formalização sistemática. Torna-se fundamental, antes de tudo, traçar estudos teórico-críticos, de fato, funcionais da morfologia portuguesa, os quais levem em consideração toda a variedade e complexidade das ocorrências.

Mostra-se importante esta inclusão para o atingimento de uma educação mais democrática e valorizadora da língua em seu processo mutante de uso – impactado pelas novas tecnologias de informação e comunicação –, que revela também toda a diversidade linguística das produções escritas dos usuários na Internet.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BASÍLIO, Margarida. Cruzamentos vocabulares: o fator humorfológico. In: XII Congresso da ASSEL-RIO. Rio de Janeiro, 2003. *Anais...* Rio de Janeiro: ASSEL-RIO, 2004.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.

BENUA, L. Identify effects in morphological truncation. In: BECKMAN, J. (Ed.). *Papers in Optimality Theory*, vol. 18, n. 1, p. 77-136, 1995. Disponível em:

<<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.387.2781&rep=rep1&type=pdf>>.

BORGES, João Felipe Barbosa; Lelis, Marina Camila Santana. *Blends lexicais – entre as margens e a tradição: um olhar sobre a morfologia não concatenativa da língua portuguesa*. 2009. Disponível em:

<<http://www.ufjf.br/revistagatilho/files/2009/12/VOLUME-9-Blends-Lexicais.pdf>>. Acesso em: 16-12-2014.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: LARA, G. M. P; MACHADO, I. D; EMEDIATO, W. (Org.). *Análises do discurso hoje*, vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008a.

_____. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2008b.

FETTERMANN, Joyce Vieira. *Os entornos virtuais da rede social My English Club e suas intervenções nos ambientes presenciais de aprendizagem de língua inglesa*. 2012. Dissertação (de Mestrado em Cognição e Linguagem). – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2012.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. *Blends lexicais em português: não concatenatividade e correspondência*. *Revista Veredas*, Juiz de Fora, vol. 7, n. 1 e 2, p. 149-167, 2003. Disponível em:

<<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo62.pdf>>

_____. *Usos morfológicos: os processos marginais de formação de palavras em português*. 2006. Disponível em:

<<http://www.letras.ufrj.br/posverna/docentes/72520-1.pdf>>. Acesso em: 16-12-2014.

LEVY, Pierre. *Cibercultura*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. Disponível em:

<<http://www.google.com.br/search?hl=ptBR&biw=1024&bih=592&q=G>

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

[%C3%A3o+e+funcionalidade+&aq=f&aqi=&aql=&oq=&gs_rfai=>](#). Acesso em: 16-12-2014.

McCARTHY, J. A prosodic theory of nonconcatenative morphology. *Linguistic Inquiry*, vol. 12, n. 1, p. 373-418, 1981

_____; PRINCE, A. *Faithfulness and reduplicative identity*. Rutgers: Rutgers University, 1995.

MIRANDA, Neusa Salim. Domínios conceptuais e projeções entre domínios: uma introdução ao modelo dos espaços mentais. *Revista Veredas*, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 81-95, 1999. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo45.pdf>.

NICOLA, José de. *Gramática da palavra, da frase, do texto*. São Paulo: Scipione, 2005.

PECHÊUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1995.

SACCONI, Luiz Antonio. *Nossa gramática completa*. 31. ed. São Paulo: Nova Geração, 2011.

**O QUE VOCÊ ESTÁ ESCRREVENDO NO FACEBOOK?
– AS NOVAS POSSIBILIDADES LEXICOGRÁFICAS
E SEU IMPACTO EM NÍVEL DISCURSIVO-TEXTUAL**

Joane Marieli Pereira Caetano (UNEF)

joaneiff@gmail.com

Eliana Crispim França Luquetti (UNEF)

elinaff@gmail.com

RESUMO

Entende-se por *blend* lexical o procedimento de formação de palavras que se utiliza de duas bases para formar uma nova palavra com outra significação. Diferentemente dos compostos, nesse processo formador de palavras não há encadeamento linear das bases devido aos rompimentos por sobreposições. Este artigo tem como objetivo analisar as ocorrências do *blend* lexical na rede social *Facebook* e sua eficácia em nível discursivo-textual, investigando suas relações ideológicas e seu valor expressivo enquanto mecanismo de comunicação. O *corpus* desta pesquisa foi coletado a partir das ocorrências encontradas em duas páginas do Facebook: “Dilma Bolada” e “Eleições da Zueira”. Tem-se, assim, a oportunidade de considerar uma classificação de fato integral do *blend*, uma vez que a classificação do processo cognitivo de mesclagem será analisada a partir de investigações de sua estruturação (aspectos morfológicos), sua produção de sentidos (aspectos semânticos) e os impactos do seu uso na situação de comunicação verbal (aspectos pragmáticos).

Palavras-chave: Formação de palavras. Processos não concatenativos.
Língua portuguesa. Facebook.

1. Introdução

Na Pós-modernidade, verifica-se a capacidade nata do ser humano em ampliar suas redes interacionais, criando métodos e serviços com vistas a aperfeiçoar o seu convívio em sociedade, sobretudo, através das mídias digitais. Surge um novo paradigma social alicerçado fundamentalmente na informação, denominando-se sociedade da informação ou sociedade do conhecimento a fim de, conforme Castells (1999), sobrepor a nomenclatura sociedade pós-industrial ou informacional.

Neste contexto, surgem novos veículos de comunicação e interação social. No que tange à comunicação virtual, o site de redes sociais *on-line Facebook* edifica-se como um novo canal comunicativo para leitura, produção e troca de textos entre os usuários. Quanto à língua, esta rede social apresenta novas possibilidades de investigação lexicográfica.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Além das ocorrências de processos de formação lexical já reconhecidas pela gramática tradicional, nos textos vinculados nesta rede social constatou-se o uso recorrente de fenômenos ainda não sistematizados pelo arcabouço teórico tradicional: os processos não concatenativos geradores de novas palavras, tais como o *blend* lexical.

Tendo como ponto de partida as construções morfológicas não concatenativas rastreadas, busca-se uma análise não apenas morfológica, mas morfoprosódica e semântico-cognitiva, apresentando a utilização constante do *blend* lexical em enunciados para projetar ideologias à massa seguidora destas comunidades.

A fim de retratar a eficácia do *blend* lexical como artifício estratégico para expressão de valores em nível discursivo-textual, tem-se como *corpus* desta pesquisa os enunciados presentes nas seguintes Páginas do Facebook: “Dilma Bolada” e “Eleições da Zueira”.

Desse modo, apresenta-se como problemática da pesquisa a questão: Com base no uso da língua, até que ponto as novas possibilidades lexicográficas – especificamente, o processo de formação de palavras *blend* lexical em português – conferem impacto expressivo em nível discursivo-textual no *Facebook*, servindo de difusor ideológico?

No intuito de responder a esta indagação, parte-se da hipótese do uso dos *blends* lexicais como promotores intencionais de um posicionamento ideológico no discurso, na medida em que estes compõem um quadro de alternativas de considerável valor expressivo. No que concerne às questões políticas, o fato gramatical acarreta semanticamente o humor, evidenciando uma crítica à sociedade, à política etc., possibilitando a formação de determinado pensamento, isto é, a difusão de uma ideologia.

Nesse sentido, tem-se como objetivo geral analisar as ocorrências do fenômeno *blend* lexical na rede social *Facebook* e sua eficácia em nível discursivo-textual, investigando suas relações ideológicas e seu valor expressivo enquanto mecanismo de comunicação. Especificamente, pretende-se elaborar um estudo investigativo sobre as ocorrências do processo de criação vocabular *blend* lexical na rede social *Facebook*, especificamente, nas páginas “Dilma Bolada” e “Eleições da Zueira”; bem como propor, dentro dos pressupostos da língua portuguesa, a mesclagem como um dos processos de ampliação do vocabulário da língua; e, ainda, interpretar a ideologia por trás dos usos dos *blends* nas páginas “Dilma Bolada” e “Eleições da Zueira” em período eleitoral e o valor expressivo que se tem como efeito a partir dos cruzamentos lexicais.

No contexto de enunciação supracitado, urge pensar além de estruturas morfológicas, valendo-se de análises semântico-cognitivas como o intuito de evidenciar como o uso dos *blends* lexicais interferem na construção do pensamento, sobretudo, como podem revelar a expressão intencional de modos de interpretação e (re)criação de sentidos.

2. A ocorrência do *blend* lexical no Facebook

Em um mundo cada vez mais globalizado e ágil quanto ao processamento das informações, a Internet faz-se presente nas relações comunicativas. O sujeito loca-se em um ciberespaço pluritextual de interação constante das ações discursivas, na medida em que os usuários do “mundo inteiro trocam ideias, artigos, imagens, experiências ou observações em conferências eletrônicas organizadas de acordo com interesses específicos” (LÉVY, 1999, p. 29).

Diante deste intercâmbio ideológico, as redes sociais constituem-se como “um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados” (MARTELETO *apud* FETTERMANN, 2012, p. 57), isto é, o ambiente virtual funciona como suporte para a mobilização de discursos sociais e demarcação de grupos identitários.

A partir de análises das linguagens digitais, notam-se na rede social *Facebook* possibilidades de “redefinição de alguns aspectos centrais na observação da linguagem em uso” (MARCUSCHI, 2014), especificamente, quanto à ampliação do léxico.

O *corpus* foi coletado nas páginas do Facebook, “Dilma Bolada” e “Eleições da Zueira”, no período de 31 de maio de 2014 até a data de diplomação de Dilma Rousseff como presidenta da República Federativa do Brasil, 18 de dezembro de 2014.

Conforme descrições em seu perfil, a Página “Dilma Bolada” surgiu no Twitter, logo após o fim das eleições presidenciais de 2010, criada pelo usuário da rede mundial de computadores, Jefferson Monteiro. Após um período sem publicações, começou a ser mais utilizada em 2011, contando os fatos e acontecimentos cotidianos da presidenta. Vencedor de prêmios como o youPIX por 2 anos consecutivos e do Shorty Awards, o Oscar do Twitter, em março 2012, a página “Dilma Bolada” foi eleita o Melhor Fake do Mundo e em 2013 foi novamente premiada como a “Melhor Ação em Redes Sociais no Brasil”. A própria presidenta do Brasil

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

reconheceu o impacto do trabalho de Jeferson Monteiro, recebendo-o no Palácio do Planalto por duas vezes e prestando elogios publicamente ao criador da página.

Já a página “Eleições da Zueira” não possui descrições. Registra-se apenas a data de entrega na rede social *Facebook*, no dia 31 de maio de 2014. A respeito de seu conteúdo, compreende publicações direcionadas exclusivamente às eleições presidenciais.

3. *O fenômeno blend lexical na rede social Facebook e sua eficácia em nível discursivo-textual*

Para a compreensão destes tipos de construção se torna essencial resgatar as pistas estruturais contidas nas palavras e cruzá-las com informações contextuais, através do reconhecimento de intertextualidades e de conhecimentos compartilhados instantaneamente no ambiente virtual.

Nesse sentido, importa relacionar o fenômeno *blend lexical* com a produção de efeito de sentidos no discurso. Segundo Charaudeau (2008a), a compreensão do discurso requer a identificação dos contextos, práticas sociais, ideologias, metáforas, alusões e múltiplas intertextualidades (co)existentes na estruturação das relações. Por isso o estudo valerá de uma abordagem morfoprosódica e semântico-cognitiva.

A carga semântica contida na nova palavra gerada pela mesclagem vocabular possibilita que, de acordo com o sentido provavelmente pretendido pelo autor, o texto ultrapasse suas conveniências linguísticas, estimulando intercruzamentos com outras áreas do saber. Pechêux (1995) acrescenta apontamentos sobre as influências da realidade e da história de uma sociedade na produção de sentidos do discurso.

Pode-se ressaltar a contribuição do modelo dos Espaços Mentais (FAUCONNIER, 1994) para o entendimento desses aspectos semântico-cognitivos. De acordo com Miranda (1999, p. 82),

(...) o modelo alinha-se com uma perspectiva integradora da cognição que, confrontando-se com as teorias modularistas da mente, considera a organização cognitiva como um conjunto integrado de sistemas dentre os quais estão a linguagem e a estrutura sociocultural. Em outros termos, postula-se a *linguagem como instrumento cognitivo* (grifo nosso).

Tem-se, assim, a oportunidade de considerar uma classificação de fato integral do *blend*, uma vez que a classificação do processo cognitivo de mesclagem será analisada a partir de investigações de sua estruturação

(aspectos morfológicos), sua produção de sentidos (aspectos semânticos) e os impactos do seu uso na situação de comunicação verbal (aspectos pragmáticos).

Segundo Miranda (1999), o cruzamento lexical age sobre dois espaços mentais ou domínios-fonte, tomados como *inputs* para a formação de um terceiro espaço: o espaço-mescla. Ocorre o *blend*, portanto, quando duas palavras-base agirão como *input* na formação de uma terceira, como em “Dilmã”, tanto o nome próprio *Dilma* quanto o vocábulo *mãe* são tomados como *input* na formação de *Dilmãe*.

Pode-se destacar também outra tendência que corrobora para a análise do processo de mesclagem na formação de novas construções: a teoria da correspondência (McCARTHY & PRINCE, 1995; BENUA, 1995). Semelhantemente à Teoria dos Espaços Mentais no que diz respeito à explicação do significado, essa teoria pressupõe a combinação vocabular como produto de uma mescla geradora de uma correspondência de uma forma para vários sentidos – na qual uma das bases é realizada ao mesmo tempo com uma parte da outra – entretanto, nesse ponto se limita a explicação relativa ao caráter conceptual dos cruzamentos vocabulares. Porém, o modelo da correspondência traz grandes contribuições a respeito da estrutura formal das construções mescladas, pois possibilita o estudo mais minucioso da complexa rede morfológico-estrutural para identificação das partes construtivas do *blend*.

A esse respeito, a morfologia prosódica (MCCARTHY, 1981) fornece um esquema que permite a determinação de um ponto mais adequado, no qual uma das bases será quebrada para dar continuidade à segunda, porque, ao considerar o caráter fonológico, permitem-se rastreamentos de configurações de retomada mais facilitada nas construções cruzadas.

A morfologia prosódica contribui para uma descrição mais completa do fenômeno não concatenativo, assim como os estudos do discurso que consideram o aspecto de iconicidade, isto é, o valor expressivo obtido com a mesclarem, dependendo dos fatores textuais da situacionalidade e intencionalidade discursiva.

Nesse sentido, Charaudeau (2008b) ressalta a situação de comunicação do discurso como aspecto fundamental na encenação do discurso político. Conforme o autor existe um sujeito enunciativo que busca contato com o outro, que lida concomitantemente com as interpretações subjetivas e coletivas, pois para validar o seu discurso seduz o interlocutor,

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

persuadindo-o, de modo que transmita uma verdade, embora o fato não seja verídico.

A política é um campo de persuasão, onde se embatem argumentações no intuito de convencer o público para, então, fazê-lo aderir ideologicamente a determinado posicionamento. No jogo político, é justamente através da linguagem, especificamente da língua, que discursos ideológicos se materializam, deixando transparecer as estratégias comunicativas para a disseminação de ideias. O discurso político constrói-se majoritariamente através de estratégias de gestão do poder para a captação de novos adeptos. As redes sociais também possuem um discurso político estruturado, uma vez que através das ações “curtir”, “comentar” e “compartilhar”, objetiva-se a interação dialética. Assim, os cruzamentos vocabulares vão sendo difundidos e sua rápida (re)utilização entre os usuários permite que a informação se espalhe e “a moda pegue”, fazendo com que cada vez mais ocorrências sejam diagnosticadas.

3.1. Análise dos impactos discursivo-textuais de algumas ocorrências de *blend lexical*

De forma geral, os *blends* presenciados no *corpus* desta pesquisa abordam acontecimentos político-sociais ironicamente, optando pela valorização da perspectiva humorística. Todavia, estes fenômenos lexicais “não são sempre humorísticos, mas a principal motivação para a sua existência é o poder expressivo” (BASÍLIO, 2003, p. 2). Observa-se esta força expressiva no enfoque destinado às questões políticas.

Por se tratar de período eleitoral, os cruzamentos vocabulares possuem, em sua maioria, o nome dos candidatos à presidência como material para a construção da estrutura morfológica, a saber:

Formas criadas em função do primeiro nome dos candidatos: Dilmãe; Dilmastar; Bom Dilma; DilminasGerais; Dilmainha; Dilmobilidade urbana; Aecínico; Aeronécio; Dilmônio; Marinárvore; Aético; Aecioporto; Aébrio Neves; Dilmilequinze.

- (d) Formas que têm por base o segundo nome dos candidatos: Rousselfie; Marina Selva; Cheira Neves.
- (e) Palavras construídas a partir do nome dos partidos políticos ou pessoas ligadas às campanhas eleitorais dos candidatos: Petrala; PTrouxa; Luladão; Presidanta.

Em análise das formas criadas em função do primeiro nome dos candidatos, utilizado como exemplo o vocábulo *Aeronécio*, podem-se notar intertextualidades impulsionadas a partir das palavras-base estruturantes morfológicamente, visto que ao divulgar o vocábulo *Aeronécio* (Aeroporto + Aécio) realiza-se uma interconexão entre conhecimentos e acontecimentos no mundo social-midiático, ao se inferir uma relação entre o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) à presidência da república brasileira e a acusação de construção de um aeroporto, com dinheiro público, em terras de seus familiares para benefício dos próprios. Extrapolam-se, assim, questões meramente linguísticas a fim de se decodificar o *blend*, na medida em que se requer uma interpretação do contexto de seu uso em referência a noções político-sociais. Realizam-se, ainda, críticas com toques humorísticos.

Sobre as características do *blend*, de acordo com Gonçalves (2006), elas possuem acentuada força discursiva, na medida em que caracterizam e rotulam seres, eventos ou estados, haja vista a ocorrência lexical *Dilmãe* (Dilma + mãe) que realiza uma associação simbólica da presidenta do Brasil com a figura materna, metaforizando o amor, a proteção e o zelo como características da líder governamental. Já o vocábulo *Dilmônio* (Dilma + demônio) designa à candidata à reeleição Dilma Rousseff uma imagem pejorativa. Em se tratando do último exemplo, pode-se verificar as intenções discursivas do emissor e sua posição ideológica no discurso, pois nota-se, neste caso, um sujeito textual que não demonstra qualquer afinidade pela figura presidencial. Tal pejoratividade, como destaca Basílio (2003), é, antes de tudo, a própria expressão subjetiva do falante, explicitando, desta forma, a intencionalidade inerente ao caráter depreciativo da fala e conseqüentemente resultante da ideologia do emissor.

4. Do ponto de vista do estudo da língua: a marginalidade gramatical dos processos não concatenativos

O arcabouço teórico da gramática tradicional compreende apenas os processos lineares de formações de palavras em suas prescrições e não considera os fenômenos não concatenativos.

Ao discorrer sobre os processos de formação de palavras, a Tradição Gramatical detém-se somente aos seguintes processos formadores: a composição e a derivação, considerados os principais fenômenos de aquisição lexical. Importante destacar que a abordagem destinada ao ana-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

lisá-los vale-se essencialmente de fatores relacionados a estrutura morfológica, sem preocupações com questões contextuais referentes a essas criações. Bechara (2009) acrescenta, resumidamente, a “formação regressiva, abreviação, reduplicação, conversão, intensificação e combinação” e Nicola (2005) apresenta também como outro processo a onomatopeia.

Percebe-se frequentemente a ocorrência dos fenômenos concatenativos/aglutinantes, em língua portuguesa, para a ampliação do vocabulário. Todavia, evidencia-se, também, o surgimento de fenômenos não concatenativos geradores de novas palavras, tais como o *blend* lexical, em especial, nas produções escritas dos usuários da Internet.

Entende-se por *blend* lexical (também chamado de mesclagem ou cruzamento lexical) o procedimento de formação de palavras que se utiliza de duas bases para formar uma nova palavra, e cujo significado se difere das bases aproveitadas (BORGES & LELIS, 2009), tais como em *Dilmãe* (Dilma + mãe), *Aecínico* (Aécio + Cínico), *Presidanta* (Presidenta + anta), *Aético* (Aécio + Ético), *Dilmônio* (Dilma + demônio), *Aeronécio* (Aeroporto + Aécio), dentre outros.

Na tradição gramatical em língua portuguesa, estes processos de formação de palavras são relegados à marginalidade, uma vez que “não [são] descritos de forma sistemática em nossa língua e interpretados como irregulares pela maior parte dos estudiosos”. (GONÇALVES, 2006, p. 1)

Perante esta incongruência gramatical – o fenômeno existe, está em uso, mas não é sistematizado –, é fundamental argumentar em favor do reconhecimento dos fenômenos não concatenativos formadores de palavras, devido à sua aplicabilidade no cotidiano dos usuários da língua em meio digital.

Segundo os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN, 1997, p. 41) o ensino de língua materna deve destinar uma atenção especial a propostas inovadoras para as noções de leitura, escrita, produção de textos e gramática, de modo que se considere, verdadeiramente, o indivíduo dentro de um contexto social específico e com suas peculiaridades linguísticas. Bakhtin (1997) ressalta a língua enquanto um processo vivo. Deste modo, há de se repensar, sobretudo, atualizar pressupostos gramaticais a fim de contemplar os novos fenômenos formadores de palavras que vêm sendo amplamente utilizados no contexto virtual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BECHARA, Evanildo. *Nova gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucearna, 2009.

BENUA, L. Identify effects in morphological truncation. In: BECKMAN, J. (Ed.). *Papers in Optimality Theory*, vol. 18, n. 1, p. 77-136, 1995.

BORGES, João Felipe Barbosa; LELIS, Marina Camila Santana. *Blends lexicais – entre as margens e a tradição: um olhar sobre a morfologia não concatenativa da língua portuguesa*, 2009. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistagatilho/files/2009/12/VOLUME-9-Blends-Lexicais.pdf>>. Acesso em: 16-12-2014.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2008b.

_____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: LARA, G. M. P; MACHADO, I. D; EMEDIATO, W. (Orgs.). *Análises do discurso hoje*, vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008a.

FAUCONNIER, G. *Mental spaces*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FETTERMANN, Joyce Vieira. *Os entornos virtuais da rede social My English Club e suas intervenções nos ambientes presenciais de aprendizagem de língua inglesa*. 2012. Dissertação (de Mestrado em Cognição e Linguagem). – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. *Usos morfológicos: os processos marginais de formação de palavras em português*. 2006. Disponível em: <<http://www.letras.ufrj.br/posverna/docentes/72520-1.pdf>> Acesso em: 16-12-2014.

_____. Blends lexicais em português: não concatenatividade e correspondência. *Revista Veredas*, Juiz de Fora, vol. 7, n. 1 e 2, p. 149-167, 2003.

LEVY, Pierre. *Cibercultura*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. Disponível em:

http://www.google.com.br/search?hl=ptBR&biw=1024&bih=592&q=G%C3%AAneros+textuais1%3A+defini%C3%A7%C3%A3o+e+funcionalidade+&aq=f&aqi=&aql=&oq=&gs_rfai=. Acesso em: 16-12-2014.

McCARTHY, J. A prosodic theory of nonconcatenative morphology. *Linguistic Inquiry*, vol. 12, n. 1, p. 373-418, 1981.

_____; PRINCE, A. *Faithfulness and reduplicative identity*. Rutgers: Rutgers University, 1995.

MIRANDA, Neusa Salim. Domínios conceptuais e projeções entre domínios: uma introdução ao modelo dos espaços mentais. *Revista Verdades*, Juiz de Fora, vol. 3, n. 1, p. 81-95, 1999.

NICOLA, José de. *Gramática da palavra, da frase, do texto*. São Paulo: Scipione, 2005.

PECHÊUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1995.

SACCONI, Luiz Antonio. *Nossa gramática completa*. 31. ed. São Paulo: Nova Geração, 2011.

O VOCABULÁRIO SEXUAL LATINO EM CATULO

Francisco de Assis Florencio (UERJ)
ff017066@gmail.com

RESUMO

Vasto é o léxico do vocabulário sexual latino. Para sua composição, grande foi a contribuição do célebre filho de Verona. Catulo, ora para denegrir a imagem das pessoas outrora amadas e agora odiadas, ora para difamar e ridicularizar seus inimigos, quer na política quer nas disputas amorosas, fez, como nenhum outro escritor latino, uso do vocabulário latino voltado para a área sexual. Este vocabulário tem um leque semântico muito amplo: pode designar atos sexuais: *pedicabo* e *irrumabo*; pode ser formado a partir de metáforas, como ocorre com *mentula*; pode empregar palavras obscenas para designar o órgão sexual feminino, como *cunnus*. Além desses exemplos, abordaremos outros vocábulos que giram na órbita do vocabulário sexual. Assim sendo, o nosso trabalho terá por objetivo traduzir trechos de alguns poemas catulianos onde esse vocabulário está inserido, vindo, em seguida, a análise dele. Para tanto, recorreremos principalmente, como fonte de inspiração, à obra *The Latin Sexual Vocabulary*, de J. N. Adams.

Palavras-chave: Catulo. Vocabulário sexual latino. Latim.

1. Introdução

O fato de as gerações posteriores identificarem Catulo como um poeta que escreve coisas obscenas não é à toa. O sexo assume um papel de protagonista em sua obra, pois retrata bem o seu caráter. Embora pareça cru e desagradável em alguns ataques pessoais, o vocabulário sexual carrega consigo um caráter satírico e, em razão disso, não é apenas uma mera expressão que tem por objetivo chocar os leitores, mas se torna principalmente, no *calamum Catulli*, um belo recurso de ênfase. Muitos tradutores, quer por não entenderem isso, quer por medo de chocarem os leitores, recorreram e recorrem ao eufemismo e, assim, afastam-se do real significado de muitas palavras e aguçam a curiosidade do leitor, que, de pronto, percebe que há algo de errado ali.

Segundo Antonio Ramirez de Verger, em “Catulo – Poesias”, a fonte de inspiração do vate latino foi a *aischrologia* ou o *genus liberale iocandi*, frases tomadas de empréstimo às sátiras gregas e romanas de origem cínica e que se materializavam na *licentia volgi* e nos *graffiti*. Provavelmente, se não tivesse recorrido a este instrumento, as invectivas do vate teriam sido ensossas e sem graça, conforme ele mesmo testifica:

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

O poeta piedoso deve ser decente,
mas de modo algum seus versos. (*Carmen*, XVI)

O mesmo caminho trilhou Ovídio e Marcial.

Inúmeras são as pessoas que sofrem com os ataques do nosso poeta. Esses ataques vão desde autoridades, César e Pompeu, cidadãos comuns, Aurélio e Fúrio, militares, Mamurra, a sua grande paixão, Lésbia. Vale lembrar que, na verdade, não são ataques, mas sim contra-ataques, pois como ocorre no *carmen* XVI, ele apenas se defende das críticas de que seus versos são indecentes. Talvez, em especial nas invectivas contra Lésbia, o poeta deixe transparecer muito de ressentimento e “dor de cotovelo” por ter sido preterido e trocado por vários amantes.

Por fim, para realizarmos a nossa análise, fizemos uso de alguns poemas e de excertos de outros. Preocupamo-nos também em apresentar o resumo do poema a ser trabalhado a fim de que o leitor que, por acaso, desconheça a obra, possa entender o contexto em que determinada palavra ou frase está inserida. A tradução é nossa e buscamos ser os mais fiéis possíveis ao texto original, salvo, é claro, nos casos em que o literal fosse de encontro à índole da língua portuguesa ou viesse a chocar o leitor.

2. XV. *Ad Aurelium*

O poema em estudo foi endereçado a Aurélio, figura corrente na obra do poeta veronense e que sempre aparece como uma pessoa depravada. Assim se divide o *carmen*: do verso primeiro ao décimo terceiro, o poeta pede a Aurélio que deixe em paz um certo *puer*, que provavelmente deva ser o jovem Juvêncio (citado também nos poemas 24, 48, 81 e 99), objeto de desejo tanto de Catulo quanto de Aurélio; do quatorze ao dezenove, o poeta ameaça seu oponente e diz-lhe que, se ele continuar a tentar seduzir, conquistar e a usufruir dos favores sexuais do jovem, receberá o mesmo castigo que outrora recebiam os atenienses que praticavam o crime de adultério.

Vejamos agora os versos 18 e 19:

*quem attractis pedibus patente porta
percurrent raphanique mugilesque*

a quem, com os pés afastados e com a saída aberta,
percorrerão rabanetes e tainhas

Nos versos acima, Catulo faz alusão a um castigo que era imposto aos adúlteros, a *raphanidosis*, ou seja, a introdução de rabanetes no ânus do adúltero. Esta prática, segundo Aristófanes, era uma forma de punir aqueles que cometiam adultério na Atenas Clássica, séculos cinco e quatro a. C. Juvenal também faz referência a este antigo castigo. (*Sátiras*, X, 314-317):

*exigit autem
interdum ille dolor plus quam lex ulla dolori 315
concessit: necat hic ferro, secat ille cruentis
uerberibus, quosdam moechos et mugilis intrat.*

Merece destaque o emprego da palavra *porta* como metáfora para “ânus”, conforme testemunho de Adams (*The Latin Sexual Vocabulary*): “*Most examples of the metaphor in Latin refer to the anus...*”

Outro vocábulo digno de citação neste poema é a palavra “pênis”. Seu sentido original é “cauda” e passou a significar “pênis” através de um processo metafórico que leva em conta a anatomia do objeto, ou seja, a cauda, anatomicamente, lembra um “pênis ereto”. Este vocábulo, nos poemas catulianos, aparece duas vezes. Primeiramente no *carmen* em estrofe, verso 9 e cujo predicado se estende até o verso 10:

*verum a te metuo tuoque pene
infesto pueris bonis malisque.*

Além de estar presente neste poema, o vocábulo aparece outra vez em Catulo, no *carmen* xxv-3, que é uma crítica a um certo Talo por seu comportamento afeminado ou, como diríamos, pelo fato de ele “desmumhecar” muito.

*Cinaede Thalle, mollior cuniculi capillo
vel anseris medullula vel imula oricilla
vel pene languido senis situque araneoso,...*

Ó Talo maricas, (tu és) mais suave do que o pelo de um coelho,
Ou a pluma de um ganso ou o lóbulo da orelha
Ou o pênis mole de um velho ou a teia de uma aranha,...

3. XVI. *Ad Aurelium et Furium*

Já citado no poema anterior, Aurélio agora é colocado ao lado de outro grande devasso, segundo o nosso poeta: Fúrio. Os versos são, na verdade, uma defesa que o autor faz de sua poesia, após aqueles o acusarem de produzir versos curtos, deselegantes, pouco refinados e indecen-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

tes. O poema assim se divide: protestos e ameaças (do verso 1 ao 4); crítica literária da obra (5-11) e nova queixa e ameaça de escarnecimento (12-14).

<i>Pedicabo ego vos et irrumabo,</i>	1
<i>Aureli pathice et cinaede Furi,</i>	
<i>qui me ex versiculis meis putastis,</i>	
<i>quod sunt molliculi, parum pudicum.</i>	
<i>nam castum esse decet pium poetam</i>	5
<i>ipsum, versiculos nihil necesse est;</i>	
<i>qui tum denique habent salem ac leporem,</i>	
<i>si sunt molliculi ac parum pudici,</i>	
<i>et quod pruriat incitare possunt,</i>	
<i>non dico pueris, sed his pilosis</i>	10
<i>qui duros nequeunt movere lumbos.</i>	
<i>vos, quod milia multa basiorum</i>	
<i>legistis, male me marem putatis?</i>	
<i>pedicabo ego vos et irrumabo.</i>	14

Logo no primeiro verso aparecem as duas formas verbais que immortalizaram o amante de Lésbia no que se refere ao vocabulário sexual. A primeira é *pedicabo*, que se origina, provavelmente, do grego παιδικος (infantil), trazendo à tona a tendência da língua latina de tomar de empréstimo ao grego termos relacionados à homossexualidade. Conhecida a sua raiz etimológica, esta prática consistia em *inserere penem in anum*. Deste modo, aquele que penetrava (CATULO) exercia um papel ativo na relação homossexual, enquanto os que eram penetrados, nesse caso, Aurélio e Fúrio, o papel passivo. A segunda forma verbal, *irrumabo*, segundo Adams (*ibidem*) reflete “... the popular obsession among latin speakers with a similarity felt between feeding and certain sexual practices”. Não é por acaso, então, que o verbo *irrumare* é formado a partir de *in* (para, em direção a) e *ruma, ae* (teta), ou seja, “ir em direção à teta para sugá-la”. A definição deste verbo em latim é *praeberere mentulam sugendam alicui*, razão pela qual, o vate diz que vai oferecer o seu pênis para que seus dois críticos possam sugá-lo. Convém fazer a distinção entre *irrumare* e *fellare*. O primeiro, como já dissemos, compete ao que exerce o papel ativo na relação, enquanto o segundo, a quem exerce o papel passivo. Os dois verbos do primeiro verso retratam mais uma agressão verbal do autor em resposta às críticas recebidas, do que sua real intenção.

Ao chamar Aurélio de *pathicus* e Fúrio de *cinaedus*, Catulo traz à tona mais uma vez a influência grega na composição do léxico latino relativo à sexualidade. O primeiro vocábulo é oriundo do verbo grego πασχω, que significa “sofrer”, daí o seu valor passivo na hora do *coitus*.

Pathicus, então, na relação homossexual, é aquele que pratica a *irrumatio*; já *cinaedus*, que originalmente significava “dançarino”, é aquele que sofre a “pedicação”. A origem deste termo se deve, provavelmente, ao fato de músicos e dançarinos, graças ao seu caráter libertino, se entregarem frequentemente à prostituição.

4. *Carmen XXXII*

O poema é dedicado à prostituta *Ipsitilla*, em grego *Hypsithylla*, cujo significado, segundo Verger, é “Grande festival de amor”. Ele assim se divide: o poeta pede a ela que o convide para sua casa (versos de 1 a 3); conselhos do poeta (4-8) e rogo para que ela se apresse em convidá-lo (9-11).

Vamos aos versos a serem comentados:

*sed domi maneat paresque nobis
novem continuas fututiones.*

Mas que permaneças em casa e que obtenhas para nós
nove cópulas seguidas

O verbo latino com valor obsceno mais básico para a relação sexual entre um homem e uma mulher era *futuo*. A sua etimologia é desconhecida, mas deve ser derivado de **futo*, “bater”, “atingir”. Dele, com certeza, deriva o substantivo *fututio*, *-onis*. Embora o verbo possa ser empregado para insultar ou agredir, notamos que, aqui, o poeta faz uso do substantivo para enaltecer as qualidades de *Ipsitilla* como prostituta. Qualidades estas que o levam a “subir pelas paredes” e a querer “dar nove” seguidas.

5. *XXXIII. Ad Vibennios*

O poema é uma invectiva contra duas pessoas, sendo apenas a primeira conhecida pelo nome. Do primeiro ao quarto verso aparecem o pai, um ladrão dos banhos públicos (*furum balneorum*), e o filho, um homossexual passivo (*cinaede*); do quinto ao oitavo, encontramos conselhos e as razões por que eles devem proceder segundo o que foi dito pelo poeta. Eis o texto:

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

*O Furum optime balneariorum
Vibenni pater et cinaede fili
(nam dextra pater inquinatore,
culo filius est voracior),
cur non exilium malasque in oras
itis? quandoquidem patris rapinae
notae sunt populo, et natis pilosas,
fili, non potes asse venditare.*

Em termos de vocabulário obsceno, o autor, para se referir ao jovem devasso, emprega um termo já citado e comentado por nós, *cinaede*. O segundo ataque ao filho vem através dos vocábulos *culo* e *natis*.

Ao comparar o comportamento do pai e do filho, o autor faz uso da hipérbole e diz que enquanto o genitor é o mestre dos ladrões dos banhos públicos, o filho tem um *culo* voraz, insaciável. De origem incerta, segundo Adams, a palavra *culus* era o termo básico para *anus*. Este vocábulo aparece nove vezes nos poemas de Catulo. Em seguida, o poeta, ao dizer que o filho “não consegue vender as suas nádegas cabeludas nem por um asse”, transfere o significado geral desta palavra (a região onde se encontra o ânus) para um sentido mais restrito, mais específico, ou seja, o *culus*, conforme testemunho de Adams: “... *though nates occasionally comes close to the sense ‘culus’*:...”.

6. XCIV. *Ad Mentulam*

*Mentula moechatur. Moechatur mentula? Certe.
Hoc est quod dicunt: ipsa olera olla legit.*

Mentula é um fornicador. É um fornicador Mentula? Com certeza. Isto é o que dizem: “A panela recolhe os legumes”.

Os versos acima são dirigidos a Manmurra, apelidado de *Mentula* por Catulo. Ele era comandante e amante de César, e, por tabela, objeto de discórdia de Catulo. O seu apelido se origina certamente da sua vida promíscua e devassa e, provavelmente, do fato de ele exercer a posição passiva durante a relação homossexual. Por meio do paralelismo quiástico no primeiro verso, o autor reforça a fama de fornicador e devasso atribuída a Manmurra. O epigrama é concluído com um provérbio latino que equivale a “Cada um faz o que sabe”.

A palavra obscena mais frequente em Catulo para designar o órgão sexual masculino é *mentula*. Em sua obra, ela aparecerá oito vezes: duas vezes nos versos jâmbicos (*carmina* xxix e xxxvii) e seis vezes nos metros elegíacos (xciv, cv, cxiv e cxv). De etimologia controversa, há,

pelo menos, três explicações para a sua origem. O dicionário de Ernout-Meillet cita a etimologia *eminere, mentum, mons*, significando “aquilo que projeta”, apenas para refutá-la. Outra possibilidade seria ligar este vocábulo ao sânscrito *mánthati*, “rodopios”, “piruetas”, no sentido de “uma coisa que se esfrega, que roça”. A terceira e a mais aceitável etimologia para esta palavra é que *mentula* seria o diminutivo de *menta*. Voltando aos versos do veronense, o vocábulo em questão além de servir, como já vimos, de apelido para Mamurra, é empregado principalmente para se referir ao *membrum virile*. Abaixo apresentaremos alguns poemas em que a palavra *mentula* aparece com este último significado.

7. XXIX. *In Romulum cathamitum*

Esta poesia é um ataque a Pompeio e a César. Assim ela se estrutura: do verso um ao quatro, o poeta interroga a alguém sobre o porquê de Mamurra, embora moralmente indigno, estava a gozar dos prazeres e das benesses da Gália e da Britânia; do verso 5 ao 10, ele nomeia este alguém (provavelmente Pompeio) como *cinaede Romule*, “maricas de Rômulo” e o caracteriza, por está de acordo com as atitudes de Mamurra, como um sem vergonha (*impudicus*), um glutão (*vorax*) e um jogador (*aleo*), características estas com certeza compartilhadas com Mamurra; do 11 ao 14, graças a sua atitude de a tudo devorar, este recebe a alcunha de *Mentula*; do 15 ao 19, o vate enumera tudo que o general de César dilapidou: desde a fortuna dos pais até a longínqua Britânia; por fim, critica a César (sogro) e a Pompeu (genro) por terem consentido que este impudico estendesse os seus tentáculos insaciáveis às colônias romanas. Do poema em estudo, transcrevemos apenas a parte que consideramos mais significativa para os comentários que já fizemos e destacamos, ainda, o verso treze, que traz o significante de *mentula, diffututa*, derivado do já conhecido *futuo*, e que denota um tipo de união sexual promíscua, como a praticada por Mamurra. Os versos abaixo retratam o que foi dito:

cinaede Romule, haec videbis et feres? 9
es impudicus et vorax et aleo.
eone nomine, imperator unice,
fuisti in ultima occidentis insula,
ut ista vestra diffututa mentula
ducenties comesset aut trecenties? 14

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Maricas de Rômulo, verás isto e irás tolerar?
Tu és imoral e voraz e jogador.
Com esse nome, único governante,
Estiveste na última ilha do ocidente,
Para que esse vosso insaciável pênis
Comesse vinte ou trinta milhões?

8. XXXVII. *Ad contubernales et Egnatium*

O poema em estudo assim está dividido: do verso 1 ao 5, o poeta se dirige aos clientes de um prostíbulo; do seis ao dez, ele profere ameaças contra eles; do onze ao dezesseis ele justifica o porquê das ameaças; do dezessete ao vinte, ataca a um certo Inácio.

Abaixo destacamos os cinco primeiros versos:

*Salax taberna vosque contubernales,
a pilleatis nona fratribus pila,
solis putatis esse mentulas vobis,
solis licere, quidquid est puellarum,
confutuere et putare ceteros hircos?*

Vós clientes assíduos desta taberna de luxúria,
A nove números do templo dos irmãos gêmeos,
Julgais que só vós tendes pênis,
E que só a vós é permitido transar com todas as jovens
E tratai a nós outros como bodes?

Além da presença de *mentula*, destacamos o verbo *confutuere*, forma composta do verbo *futuere*.

9. XXVIII. *Ad Verannium et Fabullum*

*tota ista trabe lentus irrumasti.
sed, quantum video, pari fuistis
casu: nam nihilo minore verpa
farti estis. pete nobiles amicos!
at vobis mala multa di deaeque
dent, opprobria Romuli Remique.*

Neste *carmen*, que é uma invectiva política contra Mêmio e Pisão, que são, segundo o poeta, “desonra de Rômulo e Remo” (*opprobria Romuli Remique*), escrita em forma de carta a Verânio e Fabulo, além de aparecer mais uma vez o verbo *irrumare*, deve-se ressaltar ainda outro vocábulo empregado pelo vate veronense para se referir à genitália masculina: *verpa*. Bastante presente na boca do povo, o que é comprovado

pelos *graffiti*, esta palavra só é encontrada em Catulo, Marcial e o *Corpus Priapeorum*.

10. XCIII. *Ad Gaium Iulium Caesarem*

*Nil nimium studeo, Caesar, tibi velle placere,
nec scire utrum sis albus an ater homo.*

Não me preocupo muito, César, em querer agradar-te
nem em saber se tu és um homem branco ou preto.

Criticado e xingado frequentemente por Catulo, Júlio César é neste e em outros poemas sua fonte de inspiração. Assim, encontramos aqui uma crítica ao físico e ao comportamento de César no que tange à sua sexualidade. Para isso, o poeta faz uso de dois adjetivos: *albus* e *niger*. Segundo alguns comentaristas, se aceitarmos que estes determinantes correspondem aos adjetivos gregos *leukós* e *mélas*, ficará claro a bissexualidade de César, uma vez que o primeiro adjetivo servia para denominar um homossexual passivo, enquanto o segundo, um homossexual ativo.

11. LVIII. *Ad Marcum Caelium Rufum*

Neste epigrama, Catulo se dirige provavelmente a M. Célio Rufo, rival e substituto do poeta no coração de Lésbia. Descreve o seu passado feliz com Lésbia (1-3) em oposição ao presente sórdido dela (4-5):

*Caeli, Lesbia nostra, Lesbia illa.
illa Lesbia, quam Catullus unam
plus quam se atque suos amavit omnes,
nunc in quadriviis et angiportis
glubit magnanimi Remi nepotes.*

Célio, a nossa Lésbia, aquela Lésbia,
Lésbia aquela, a quem unicamente Catulo amou
Mais do que a si mesmo e a todos os seus;
Ela agora descasca, nas esquinas e nas vielas,
Os descendentes do magnânimo Remo.

Mais uma vez aparece na obra do bardo veronense um quiasmo. É empregado desta vez para contrapor a Lésbia de outrora com a atual. Aquela era uma *puella* que dedicava todo seu amor, paixão e juros de amor a pessoa do poeta e que por isso também era amada por ele. O advérbio *nunc*, porém, retrata o estado atual em que ela se encontra: depois de passar pelas mãos de vários amantes, vive agora pelas ruas de Roma

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

como uma prostituta. Não se pode dizer se realmente o que aqui é narrado pelo poeta corresponde à realidade ou se é apenas uma porta de saída para ele desafogar suas lágrimas após ter sido abandonado e traído pela sua amada. É certo, porém, que Cícero a descreve como uma mulher ambiciosa e ninfomaníaca.

Em termos de vocabulário obsceno, merece destaque o verbo *glubit*. Oriundo da zona rural, este verbo era empregado para designar o ato de “tirar a casca”, “descascar” uma fruta, um fruto ou um legume, como ocorre com o milho. A imagem criada pelo poeta é bem violenta, pois a Lésbia atual, diferente daquela de outrora, é apresentada como uma prostituta barata, que, por qualquer preço, masturba (*glubit*) sem nenhum pudor os cidadãos romanos.

12. Considerações finais

Esperamos ter contribuído um pouco para o estudo do vocabulário sexual latino. Catulo, graças a sua forte personalidade é, sem dúvida, uma fonte bastante fértil para esse tipo de estudo. Claro que seria bastante árduo trabalhar todos os poemas em que o vocabulário em estudo estivesse presente, razão pela qual tivemos que selecionar apenas alguns. Não nos faltará, porém, oportunidade para que, num futuro não muito distante, o que ficou pendente venha a ser trabalhado e analisado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ERNOUT, A; MEILLET, A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine*. Histoire des mots. Paris: Klincksieck, 1967.

ADAMS, J. N. *The latin sexual vocabulary*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1990.

CATULO. *Poesias*. Tradução, introdução e notas de Antonio Ramirez Verger. Madrid: Alianza, 1994.

CICERO. *Opera Omnia*. Disponível em: <<https://books.google.com>>.

FORCELLINI, Egidio. *Totius Latinitatis Lexicon*. Disponível em: <<https://books.google.com>>.

OS CAMINHOS DE SENTIDO NA NOTÍCIA: REESCRITURAÇÃO E PROGRESSÃO TEXTUAL¹⁰⁹

Marise Rodrigues Guedes (UESC)

mariseguedess@hotmail.com

Maria D'Ajuda Alomba Ribeiro (UESC)

profdaajuda@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo descrever o funcionamento da notícia intitulada *Padre desaparece em voo com balões de festa*, presente no livro didático *Português Linguagens*, de Cereja e Magalhães (2009), à luz da Semântica Histórica da Enunciação, com pressupostos teóricos de Guimarães (2009; 2011), especificamente no que concerne ao procedimento de reescrituração. Ainda, apresenta-se a caracterização do gênero notícia com base em estudiosos, tais como Lage (2000) e Coracini (1991). Esse gênero constitui-se como uma prática de linguagem bem próxima da realidade dos educandos, motivo pelo qual o estudo da notícia precisa considerar não apenas o seu aspecto estrutural - como se percebeu no livro didático - mas, principalmente, os procedimentos que o fazem texto, ou seja, unidade de sentido construída por elementos integrados. A partir das análises realizadas, observou-se que a reescrituração constitui-se como um importante mecanismo de progressão textual e de estabelecimento de laços que relacionam um ponto a outro do texto, permitindo a construção dos seus sentidos.

Palavras-chave: Notícia. Reescrituração. Semântica da enunciação.

1. Introdução

O estudo acerca da construção dos sentidos mergulha-nos num universo de fonte inesgotável de investigação, uma vez que existirão tantos textos e gêneros textuais quantos falantes e necessidades comunicativas existirem. Neste trabalho, optamos pelo estudo do gênero textual notícia, por ser um dos gêneros ensinados no Ensino Fundamental e por se fazer presente em diversas situações do dia-a-dia, estando, portanto, bem próximo da realidade dos alunos.

Embora se constitua como um texto bastante rico em seus aspectos linguísticos, discursivos e textuais, poucas vezes se percebe o trabalho com esse gênero com vistas à análise das relações que as palavras

¹⁰⁹ Esta pesquisa é parte da dissertação de Mestrado em Letras (Profeletas - UESC), intitulada "A notícia: caminhos possíveis para o trabalho com o texto em sala de aula", de autoria de Marise Rodrigues Guedes, orientada pela Professora Doutora Maria D'Ajuda Alomba Ribeiro.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

que o compõem são capazes de estabelecer, dando tessitura ao texto. Quando do trabalho com a notícia em sala de aula, verifica-se que, na abordagem utilizada - apoiada em livros didáticos - os alunos são limitados ao estudo estrutural da notícia, tais como título, subtítulo, *lead* e corpo, não proporcionando a análise semântica dos elementos que constituem esse gênero. Isso ocorre, por exemplo, em *Português linguagens*, de Cereja e Magalhães (2009), volume para o 7º ano do Ensino Fundamental. A coleção, aprovada pelo Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2012, lidera o ranking das coleções mais distribuídas (3.172.012 exemplares em 2014) nas escolas brasileiras, conforme portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (BRASIL, 2014).

Sabemos que o gênero textual notícia extrapola aspectos formais, pois possui elementos semânticos que se relacionam e, assim, encaminham o texto a uma mesma conclusão, ou seja, que direcionam o texto ao seu interpretável. Esse entendimento pode ser construído a partir da análise semântico-enunciativa do gênero, com o estudo dos elementos reescrituradores que o integram, através da ativação do campo semântico, que revela a progressão textual.

Diante desse cenário, buscamos responder ao seguinte questionamento: como funcionam os elementos reescrituradores na notícia presente no livro didático *Português Linguagens*?

Acreditamos que a análise do funcionamento de mecanismos como a reescrituração no texto jornalístico, mais especificamente na notícia, torna possível pensar uma leitura mediante um posicionamento mais crítico do leitor frente ao texto, uma vez que é a partir dele, entre outros, que se constrói a significação. Tal posicionamento é capaz de construir leitores menos passivos e mais atuantes na construção dos sentidos dos textos de notícia.

Nesse contexto, objetivamos, em linhas gerais, descrever o funcionamento semântico-enunciativo do texto da notícia intitulada *Padre desaparece em voo com balões de festa* (Anexo), presente no livro didático *Português Linguagens* de Cereja e Magalhães (2009), volume para o 7º ano, à luz da Semântica Histórica da Enunciação. Desse modo, os objetivos específicos a serem alcançados são: caracterizar o gênero notícia quanto a elementos estruturais e semânticos; sistematizar a reescrituração, enquanto procedimento de análise semântico-enunciativa de texto; e, por fim, verificar o funcionamento dos elementos reescrituradores na notícia veiculada pelo livro didático.

Um estudo que amplie o que é proposto pelo livro didático no tocante a estratégias de leitura a partir de gêneros textuais - em nosso caso, a notícia - é de fundamental importância para o aprimoramento da prática leitora, uma vez que permite a reflexão do aluno em relação ao que lê. Portanto, concordamos com o pensamento de Coracini (1991), ao afirmar:

parece que hoje, mais do que nunca, é preciso transformar *de lato* a situação de sala de aula, para que a construção de sujeitos críticos, capazes de 'ler' as realidades, por detrás das aparências não continue no papel, na utopia estática dos 'objetivos' escolares. (CORACINI, 1991, p. 187)

Percebendo o texto como um todo composto por elementos integrados e integradores, o aluno terá mais consciência ao posicionar-se frente àquele e poderá apontar os caminhos que utilizou para chegar à determinada conclusão.

2. O gênero textual notícia

Pertencente à ordem do relatar, o gênero textual notícia volta-se à documentação, uma vez que funciona como um registro das ações humanas. Neste sentido, apresenta ações situadas no tempo e possui o papel fundamental de informar às camadas da sociedade sobre acontecimentos do cotidiano relacionados a temas variados, tais como política, sociedade, economia, violência, entre outros.

Surgido ainda no século XIX, esse gênero passou por várias modificações na forma de transmitir a informação ao leitor. No período da Idade Média, onde a Igreja impunha seu controle sobre as relações sociais, as matérias voltavam-se à exaltação de valores morais e religiosos, contendo de forma explícita opiniões e traços menos velados de subjetivismo daquele que escrevia o texto. De acordo com Lage (2000), após esse período de controle da Igreja e do Estado, a notícia passou a ser um bem de consumo essencial, sendo que apenas a partir da década de 30 que a informação passa a possuir prioridade sobre a opinião.

Com o surgimento de uma das partes que a integraria até os dias atuais, o *lead* - no século XX, a televisão impõe à notícia um padrão visual determinante para a sua estrutura e o tratamento dos dados na esfera jornalística. É, então, a partir de finais da década de 60, que o gênero ganha a forma como conhecemos atualmente.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Neste contexto, subdividiu-se a notícia em algumas partes características: a manchete ou título principal – onde se apresentam enunciados de forma objetiva e chamativa, para atrair a atenção dos leitores; o título auxiliar ou subtítulo, que acrescenta informações ao título principal; o *lead*, primeiro parágrafo do texto, onde é sintetizada a notícia (quem fez o que a quem, quando, onde e como); e o corpo da notícia (o fato), momento em que se dá uma descrição mais detalhada dos fatos ocorridos e se explana a informação propriamente dita.

Atendendo a essa estrutura, o texto deve ser objetivo e cumprir o papel de informar a alguém sobre um determinado assunto de maneira clara, objetiva e precisa. A impressão que a notícia precisa causar é a de que está relatando somente fatos verdadeiros, para isso costuma-se utilizar, geralmente, a terceira pessoa. Embora saibamos que existem outras formas de demonstrar juízo de valor, a primeira pessoa só é utilizada no momento em que são inseridas falas de outras pessoas. Assim, a opinião será do participante e não do jornal, que busca manter-se neutro.

No entanto, até mesmo na seleção das palavras que utiliza para compor o texto, o locutor lança mão, de alguma forma, da sua subjetividade, escolhendo uma palavra ou expressão em detrimento de outras. Nesse ponto, utiliza do mecanismo semântico da reescrituração na sua produção textual e aponta ao leitor os caminhos argumentativos que precisa seguir. Com os diversos modos de significar advindos das relações entre elementos reescriturados e reescrituradores, o locutor constrói laços em seu texto, estabelecendo as relações de um ponto a outro, estando eles dispostos linearmente ou não, possibilitando a construção dos sentidos. No tópico que segue, tratamos sobre o procedimento semântico de reescrituração.

3. *Reescrituração: o emaranhado do texto*

A concepção de texto perseguida neste trabalho parte do entendimento que a integração dos enunciados que compõem aquele se dá por ‘laços’ que são estabelecidos de maneira não segmental nem linear de um ponto a outro próximo ou distante, uma vez que

[...] as relações de sentido não são segmentais, mas são normalmente transversais, sobrepostas, etc. [...] esta relação de sentido, a integração, caracteriza o texto não como composto por segmentos, mas como integrado por elementos linguísticos de diferentes níveis e que significam em virtude de integrarem es-

ta unidade. O sentido dos enunciados é esta relação de integração. (GUIMARÃES, 2011, p.22-23)

Um dos procedimentos utilizados para o estabelecimento desses laços é a reescrituração, que entendemos como o modo com algo é dito e redito a todo tempo num texto. No entanto, esta retomada de algo que já apareceu não funciona como uma simples referência, pois é capaz de constituir sentido, acrescentando significados ao termo reescriturado e contribuindo para a tessitura.

Uma característica importante desse mecanismo semântico é a possibilidade de ele se dar através de enunciados que não estão próximos, ou seja, que não se apresentam um após o outro. Não é um impedimento, porém, que os elementos envolvidos nesse processo estejam próximos; no entanto, o fato de a reescrituração permitir um movimento no texto a torna ainda mais relevante. Isto permite a integração dos enunciados, à medida que esses se reportam uns aos outros e, assim, o integram e fazem com que o sentido aconteça, dando ao texto uma unidade.

A reescrituração, portanto, é um procedimento existente entre dois elementos: o que reescritura e o que é reescriturado. De acordo com Guimarães (2009), as relações entre estes dois elementos são caracterizadas por terem: simetria, transitividade e não-reflexividade.

Por simetria, podemos entender a característica de correspondência entre os dois elementos desse procedimento, de maneira que um se reporta ao outro e vice-versa.

A transitividade é a relação que esses elementos estabelecem uns com os outros à distância. Desse modo, entre os dois elementos, poderá haver um terceiro elemento que também se reporta ao primeiro. Assim, entre os elementos x, y e z, sendo eles formas de redizer o mesmo, afirmamos que z também se relaciona a x.

Ao mesmo tempo em que redizem o mesmo elemento, x, y e z não significam da mesma forma; ao contrário, cada um a seu modo acrescenta sentidos, uns aos outros. Vale ressaltar que mesmo se y e z consistirem em uma repetição de si, eles não significarão da mesma forma, pois a reescrituração é não-reflexiva, o que implica que, ao longo do texto, novos sentidos foram acrescentados aos elementos envolvidos. Nesse contexto, o uso da repetição faz com que um termo signifique diferentemente do outro, na enunciação.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Num texto, a reescrituração pode ocorrer de diversos modos. Conforme Guimarães (2009, p. 54), “ela pode se dar por repetição, substituição, elipse, expansão, condensação e definição”. Há, ainda, a enumeração.

Como o próprio nome sugere, na repetição, os termos relacionados aparecem como iguais; na substituição, um dos elementos substitui o outro; na elipse, ocorre o apagamento do elemento reescriturado.

Enquanto na expansão, ocorre a ampliação do que já foi dito, na condensação, ocorre o inverso, quer dizer, se reduz o já dito com a utilização de menos palavras. Por sua vez, a definição é o modo de reescrever em que se apresenta o que é ou se caracteriza o reescriturado.

Por último, a reescrituração por enumeração, ocorre quando as partes de um todo aparecem coordenadas através da adição de elementos, com acúmulo de palavras diferentes que expandem um todo que pode ser anterior ou posterior a elas, através da descrição (GUIMARÃES, 2009).

Para exemplificar os modos de reescrituração, bem como os modos como as formas como ela produz sentido no texto, realizamos, no tópico seguinte a análise da notícia *Padre desaparece em voo com balões de festa* presente em Cereja e Magalhães (2009, p. 178), no livro didático *Português Linguagens* do 7º ano do ensino fundamental. Assim, demonstraremos como os sentidos vão sendo construídos nela, através dos enunciados que a integram e significam porque estão no texto e com ele estabelecem relações.

4. A reescrituração na notícia "Padre desaparece em voo com balões de festa"

Para realização da análise do *corpus* em estudo, apresentaremos progressivamente - mas não necessariamente na ordem em que aparecem - enunciados da notícia *Padre desaparece em voo com balões de festa* (Anexo), buscando neles os elementos reescriturados e reescrituradores, os quais consideramos relevantes para o trabalho com o texto em sala de aula, uma vez que permitem a progressão textual, bem como a ampliação dos sentidos produzidos ao longo da leitura.

Os enunciados selecionados serão identificados com a letra E e numerados em ordem crescente. Assim, o primeiro enunciado que desta-

camos na notícia em estudo, representa o título do texto, conforme a seguir:

(E1) Padre desaparece em voo com balões de festa (CEREJA; MAGALHÃES, 2009, p. 178)

O enunciado E1 figura no texto como uma forma de apresentar de maneira sucinta todo o conteúdo que será abordado no seu decorrer. Pela leitura desse enunciado, tomamos conhecimento do fato ocorrido, mas não sabemos quem é o padre a que o texto se refere. A partir de E1 é noticiado o desaparecimento de uma pessoa com balões de festa, no entanto, sem mais detalhes sobre como se deu o ocorrido. Esse enunciado significa à medida que condensa todo o conteúdo que será abordado na notícia e que, através dos procedimentos de reescrituração serão ditos e reditos ao longo do texto, fazendo com que os enunciados signifiquem e o integrem por, justamente, fazerem parte dele. Portanto, em relação ao todo da notícia, o título apresenta-se com uma condensação.

O subtítulo da notícia, por sua vez, apresenta-se como uma expansão em relação a E1:

(E2) Suspenso por mil bexigas com gás hélio, Adelir Antônio de Carli, 42, tentava bater recorde mundial de balonismo caseiro (CEREJA; MAGALHÃES, 2009, p. 178).

Embora E2 não ofereça detalhes minuciosos sobre o que foi anunciado em E1, ele cumpre o papel importante de expandi-lo: traz a identificação do padre, além de mais informações sobre a utilização de balões para voo. Nesse contexto, o enunciado E2 significa como um desenvolvimento do primeiro, bem como os demais enunciados que integram o texto, uma vez que, através dele o enunciado E1 tem o seu conteúdo desenvolvido e apresentado.

Particularmente, nos enunciados E1 e E2 temos laços entre: “padre” e “Adelir Antonio de Carli, 42”; “balões de festa” – “mil bexigas com gás hélio” – “balonismo caseiro” (CEREJA; MAGALHÃES, 2009, p. 178).

Esses laços significam ao passo que da substituição de “padre” por “Adelir Antonio de Carli, 42”, produz-se um sinônimo; mas, esta sinonímia não significa por um simples processo de referênciação, ao contrário, acrescenta sentido ao texto, de modo que passamos a conhecer o nome da pessoa sobre quem o texto está tratando, bem como dados sobre ela, como a idade, por exemplo. Além disso, essa reescrituração presente em E1 e E2 constitui-se também como uma especificação, posto que não

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

se trata de um padre qualquer, mas do padre Adelir Antonio de Carli. Esse movimento de atribuir um nome próprio a um nome comum, o determina.

Percebemos, ainda, em E1 e E2 a construção dos sentidos do texto através da expansão, pois, enquanto o título da notícia - E1 - apresenta ao leitor a informação principal de forma condensada, E2 o expande, trazendo as circunstâncias do fato, nome, idade e intenções do padre ao realizar aquele voo.

Esses enunciados nos servem, ainda, para esclarecer uma das características da reescrituração: a simetria. Assim, dois elementos são simétricos à medida que um pode ser retomado pelo outro, construindo relações entre um ponto e outro do texto e, sobretudo, fazendo com que os enunciados dos quais fazem parte o integrem, uma vez que significam pelas relações que estabelecem entre si.

Ao longo da notícia, podemos perceber também a transitividade. Relacionada a não linearidade, permite que os enunciados se cruzem, tornando os que se encontram distantes do ponto de vista segmental, próximos semanticamente. Isso ocorre, por exemplo, com o elemento “padre”, que ao longo do texto vai sendo reescriturado por outros que a ele agregam significados, como nos enunciados E3 a E9 que seguem.

(E3) Suspenso por cerca de mil balões de festa cheios de gás hélio, um padre de 42 anos desapareceu na noite de anteontem no litoral de Santa Catarina. (CEREJA; MAGALHÃES, 2009, p.178).

Observamos que em E3, a expressão “um padre de 42 anos”, condensa o nome próprio Adelir Antonio de Carli e repete a informação relacionada à idade desse personagem da notícia, já apresentada em E2. No entanto, a repetição não funciona apenas como o mesmo ou como algo já dito; ao contrário, significa diferentemente, pois novos sentidos já foram acrescentados ao elemento repetido, ao longo da leitura.

Passemos ao próximo enunciado:

(E4) Praticante do balonismo caseiro, também conhecido como navegação em balões de festa, o padre Adelir Antônio de Carli, 42, tentava bater um recorde mundial da categoria - queria ficar 20 horas no ar. (CEREJA; MAGALHÃES, 2009, p.178).

Nesse enunciado, observamos uma substituição onde “praticante de balonismo caseiro” reescritura a palavra “padre”. Ao utilizar a expressão “praticante de balonismo caseiro” temos um acréscimo de sentido a “padre” e, conseqüentemente ao texto, uma vez que apresenta uma in-

formação adicional a respeito de Adelir; quer dizer, além de desempenhar a função social de padre, o homem se dedicava à prática de balonismo caseiro que, embora não seja considerado oficialmente como um esporte, requer cuidados e treinamento necessário para a sua realização. Isso significa no texto, ao passo que percebemos que a decisão de voar não foi imotivada, ao contrário, surgiu de alguma afinidade que o padre possuía com o voo com balões de festa. Essa informação faz com que o texto progrida em seus sentidos, pois funciona como um predicado ao elemento “padre”.

No enunciado (5) observamos a condensação do nome Adelir Antonio de Carli por, “Carli”, simplesmente.

(E5) Carli partiu de Paranaguá (96 km de Curitiba) às 13h de domingo. Seu destino era Ponta Grossa (113 km de Curitiba), a 180 km do local da decolagem. (CEREJA; MAGALHÃES, 2009, p. 178).

Essa condensação traz consigo significados já apresentados e, portanto, atualiza esses sentidos no enunciado (5), tais como: a idade, a profissão – no caso, o sacerdócio –, a identificação completa do desaparecido, além da característica do padre de ser praticante de balonismo caseiro. Além disso, aparece também em outros enunciados da notícia, provocando uma relação de integração e pertencimento desses ao texto do qual fazem parte:

(E6) [...] Carli chegou a ser aconselhado a adiar a viagem, mas se recusou. "Ele sempre tomou a última decisão sobre o que fazer."

(E7) Carli fez o último contato do balão com bombeiros de São Francisco do Sul, no litoral norte de Santa Catarina, às 20h45 de anteontem. (CEREJA; MAGALHÃES, 2009, p. 178).

Em outros enunciados há ocorrência de “padre” como “ele” e “o religioso”, conforme enunciados abaixo:

(E8) [...] “Ele sempre tomou a última decisão sobre o que fazer”.

(E9) A suspeita é que o balão do religioso tenha sido atingido por uma corrente de vento. Por causa disso, ele foi levado para o mar, em sentido oposto ao de Ponta Grossa, seu destino original. Ele chegou a atingir 5.500 m de altura, segundo a equipe de apoio (CEREJA; MAGALHÃES, 2009, p. 178).

Nos enunciados de E2 a E9, observamos a reescrituração de “padre”, presente em E1, pelos seguintes elementos: “praticante de balonismo caseiro”, “o padre Adelir Antonio de Carli”, “Carli”, “padre”, “ele”, “o religioso”. Além disso, esses elementos demonstram a transitividade,

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

característica inerente ao procedimento semântico que analisamos, uma vez que essas formas estabelecem ligação entre um ponto e outro da notícia, próximos ou distantes.

Essas ligações semânticas ocorrem porque a reescrituração permite que os sentidos sejam construídos à medida que funcionam no texto, independente de os elementos linguísticos estarem ou não justapostos. Assim, enquanto o primeiro reescriturador de “padre” (E1) aparece logo no subtítulo da notícia (“Adelir Antonio de Carli”, E2), um outro está no meio do primeiro parágrafo (“Praticante de balonismo caseiro”, E3) e outros, ainda, aparecem no meio do texto – como é o caso de “o religioso” E10 - e no final do texto, com a reescrituração por repetição da palavra padre E11:

(E10) [...] A suspeita é que o balão do religioso tenha sido atingido por uma corrente de vento.

(E11) O padre dizia estar a 20 km da costa [...]. (Cereja e Magalhães, 2009, p. 178).

A relação transitiva da reescrituração, portanto, faz com que enunciados distantes na superfície textual se tornem próximos, interligados transversalmente e isto os faz significar dentro do texto. É assim que eles se cruzam: não linearmente, mas transversalmente.

Ainda, outra característica, a relação não-reflexiva, figura nos enunciados selecionados. A não-reflexividade dos elementos é que faz com que o primeiro seja diferente do segundo. Assim, “padre” não é igual a “praticante de balonismo” que não é igual a “Carli”, ao passo que um não significa no texto como o outro, embora possuam a relação de simetria. Se ambos significassem da mesma forma, o texto não progrediria em seus sentidos, pois seria uma repetição do mesmo. É nesta perspectiva que eles acrescentam sentido à notícia em estudo.

Outro modo como a reescrituração integra enunciados em um texto é através da elipse (\emptyset), como ocorre em E12:

(E12) (\emptyset) Informou que perdia altura e que precisava de resgate, pois iria cair no mar. (CEREJA; MAGALHÃES, 2009, P.178).

Nesse enunciado, ratifica-se a importância da análise semântica para a demonstração do funcionamento dos sentidos de um texto, pois, apesar do apagamento do sujeito do verbo “Informou”, conseguimos identificar a retomada de “Carli” pelas relações semânticas estabelecidas entre E12 e, principalmente, os enunciados E6 e E7. Assim, o sujeito do

referido verbo apresentar-se como “o padre”, “o religioso”, “Adelir Antonio de Carli”, “Carli”, “praticante de balonismo caseiro”, entre outros.

Outro elemento importante no *corpus* em estudo é a expressão “balões de festa”: “bexigas com gás hélio”, “balonismo caseiro”, “navegação com balões de festa” e “nesse tipo de navegação” (CEREJA; MAGALHÃES, 2009, p. 178).

Para essa expressão, observamos dois modos de significar, dos quais não nos ocupamos até agora: a definição e a enumeração. Observemos os enunciados em que ocorrem:

(E2) Suspenso por mil bexigas com gás hélio, Adelir Antônio de Carli, 42, tentava bater recorde mundial de balonismo caseiro

(E3) Suspenso por cerca de mil balões de festa cheios de gás hélio, um padre de 42 anos desapareceu na noite de anteontem no litoral de Santa Catarina.

(E4) Praticante do balonismo caseiro, também conhecido como navegação em balões de festa, o padre Adelir Antônio de Carli, 42, tentava bater um recorde mundial da categoria – queria ficar 20 horas no ar. (CEREJA; MAGALHÃES, 2009, p. 178).

A reescrituração de “balonismo caseiro” (E2) por “navegação com balões de festa” (E4) é uma forma de definir para o leitor em que consiste essa atividade. Dessa maneira, balonismo caseiro é um tipo de navegação com balões de festa cheios de gás hélio (E3). Essa definição funciona, portanto, como um esclarecimento ao leitor sobre um termo presente nessa notícia, uma vez que essa informação pode não ser de seu conhecimento. A partir dessa definição, são desfeitas as dúvidas a respeito de o que constitui essa prática.

Temos, ainda, a condensação de “navegação com balões de festa” (E4) por “nesse tipo de navegação” (E13), de modo que o segundo retoma parte do primeiro, se referindo a ele, produzindo uma generalização e integrando o enunciado ao texto ao relacioná-lo com os enunciados E2, E3 e E4. Além disso, em E13 há um acréscimo de sentido a “navegação com balões de festa”, uma vez que explica como essa prática acontece, funcionando também como uma definição:

(E13) Nesse tipo de navegação, o balão depende da direção do vento e é apenas controlado pelo piloto nos momentos de subida ou descida. (CEREJA; MAGALHÃES, 2009, p. 178).

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

A enumeração também aparece nesse texto, como uma forma de expandir os enunciados relacionados. Na notícia em estudo, observamos a enumeração expressa em ações, materializadas em verbos:

(E14) Por celular via satélite, o padre entrou em contato com os bombeiros de Guaratuba (PR) e disse que precisava que alguém o ensinasse a operar o aparelho de GPS (sistema de posicionamento global) que portava. Disse ainda que a bateria do seu telefone estava acabando.

Carli fez o último contato do balão com bombeiros de São Francisco do Sul, no litoral norte de Santa Catarina, às 20h45 de anteontem. Informou que perdia altura e que precisava de resgate, pois iria cair no mar.

O padre dizia estar a 20 km da costa, entre as cidades de São Francisco do Sul e Barra do Sul. Pela costa, o local fica a 90 km do ponto da decolagem. (CEREJA; MAGALHÃES, 2009, p. 178)

Apesar de entendermos que toda a sequência de enunciados – E2 a E13 – aqui apresentados se constitui como uma expansão de (E1), o título –, no enunciado E14 acima, uma forma especial de significar ocorre. Nesse caso, temos uma descrição de como se deu o desaparecimento do padre, anunciado pelo título da notícia ou E1.

Na sequência de ações que aparecem em E14 temos a adição de ações coordenadas que determinam o todo – o desaparecimento do padre – expresso em verbos que representam as partes de como esse acontecimento se deu, tais como: “entrou em contato”, “disse que precisava de alguém”, “disse que a bateria do seu telefone estava acabando”, “fez o último contato”, “Informou que perdia altura”, “precisava de resgate”, “iria cair no mar” e “dizia estar a 20 km da costa”.

Nesse contexto, a enumeração, como todos os outros modos de significar da reescrituração, se mostra como um importante mecanismo que permite o prosseguimento dos argumentos presentes no texto, atuando em forma de determinações, que predicam elementos a eles agregando significações e construindo a tessitura textual. Além disso, a reescrituração funciona positivamente para a análise e estudo do texto uma vez entendido como um conjunto integrado de enunciados que significam por dele fazerem parte.

5. *Considerações finais*

Através do procedimento semântico de reescrituração são construídas as relações de sentido tanto de um ponto de um texto para outro quanto de pontos distintos de um mesmo texto. Dessa forma se diz que

esse procedimento o processo de reescrituração, “[...] ao se dar, produz sentido na medida em que ao retomar alguma expressão faz que ela signifique de outro modo”, o que dá tessitura e movimento ao texto. (GUIMARÃES, 2007, p. 87)

Por meio da reescrituração, sobrepomos a simples análise estrutural, entendendo a construção dos sentidos como não segmental, uma vez que as partes que integram o texto significam por estarem integradas por ele, estabelecendo relações entre um ponto e outro, estejam eles dispostos linearmente ou não.

A partir do momento em que se permite o desenvolvimento desta consciência leitora no aluno, torna-se possível que ele compreenda, de fato, o que é um texto, possibilitando a ampliação da competência leitora, através do desenvolvimento de habilidades que auxiliam na construção do sentido.

Assim, ele é motivado a perceber as teias que o locutor instaura em sua produção textual e os significados que são produzidos a partir dos laços existentes entre os termos e expressões nela existentes. Além disso, o educando compreende também que essas relações não segmentais existentes no texto são importantes para a significação, uma vez que permitem que os enunciados signifiquem porque pertencem ao mesmo texto e o integrem porque significam na relação com o texto e com o seu exterior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Coleções mais distribuídas por componente curricular: ensino fundamental*. Brasília: FNDE, 2014. Disponível em:

<<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>>. Acesso em: 08-09-2013.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Tereza Cochar. *Português linguagens: 7º ano*. São Paulo: Saraiva, 2009.

CORACINI, Maria José. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: Pontes, 1991.

GUIMARÃES, Eduardo R. J. Domínio semântico de determinação. In: ____; MOLLICA, M. C. (Orgs.). *A palavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes/RG, 2007, p. 77-96.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

_____. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, vol. 1, n. 51, p. 49-68, 2009.

_____. *Análise de texto: procedimentos, análises, ensino*. Campinas: RG, 2011.

LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

Anexo

Produção de texto

A NOTÍCIA


Leia esta notícia

Padre desaparece em voo com balões de festa

Suspenso por mil bestigas com 245 balões, Adelfir Antônio de Carli, 42, tentava bater recorde mundial de balonismo cascineiro

Mesmo com um turbado e chuvoso, ele partiu de Paranaguá (PR) e, em seu último contato, disse que iria cair no litoral de SC

DIMITRI DO VALLE DA
AGÊNCIA FOLHA, EM CURITIBA



Suspenso por cerca de mil metros de altura de festa (fios de gás hélio), um padre de 42 anos desapareceu na noite de quinta-feira no litoral de Santa Catarina, tentando bater um recorde mundial de balonismo cascineiro, tentava colacionado com navegação em balões de festa, o padre Adelfir Antônio de Carli, 42, tentava bater um recorde mundial de balonismo — queria ficar 20 horas no ar.

Segundo o rádio de apoio do padre, o recorde pertence a dois norte-americanos que ficaram 19 horas no ar. Além do objetivo, o padre dizia ainda que iria divulgar a Pastoral Redentora, de apoio à comunidade.

Carli partiu de Paranaguá (96 km de Curitiba) às 13 h de domingo. Seu destino era Ponta Grossa (113 km de Curitiba), a 180 km do local do descolagem.

Mesmo com o céu turbado e pancadas de chuva, o padre manteve o voo. Segundo o empresário José Agostão de Moraes, da equipe de apoio, Carli chegou a ser aconselhado a parar a viagem, mas se recusou. “Ele sempre tomou a última decisão sobre o que fazer.”

Nesse tipo de navegação, o balão depende da direção do vento e é apenas controlado pelo piloto nos momentos de subida ou descida. A suspeita é que o balão do religioso tenha sido atingido por uma corrente de vento. Por causa disso, ele foi levado para o mar, em sentido oposto ao de Ponta Grossa, seu destino original. Ele chegou a atingir 5.500 m de altura, segundo a equipe de apoio.

Por acaso via satélite, o padre manteve em contato com os bombeiros de Guaratuba (PR) e disse que precisava que alguém o ajudasse a operar o aparelho de GPS (sistema de posicionamento global) que portava. Disse ainda que o tempo do seu voo estava acabando.


Carli fez o último contato do balão com bombeiros de São Francisco do Sul, no litoral norte de Santa Catarina, às 20h45 de domingo. Informou que perdia altura e que precisava de resgate, pois não sair no mar.

O padre disse estar a 20 km da costa, entre os vilarejos de São Francisco do Sul e Barra do Sul. Pôde estar, o local fica a 90 km do ponto da descolagem.

[...]

(Folha de S. Paulo, 21/4/2008)

1. O texto que você leu é uma notícia, gênero textual presente nos jornais. Compare essa notícia com outras e responda: Que temas são geralmente abordados nas notícias?
2. A notícia lida foi publicada em um jornal escrito.
 - a) Além dos jornais escritos, que outros veículos podem divulgar notícias ao público?
 - b) Compare a notícia que você leu a notícias veiculadas em rádio e televisão. Que diferenças você nota entre as notícias impressas e as notícias transmitidas oralmente?
3. Uma notícia geralmente compõe-se de duas partes: lead (de-se “lede”) e corpo. O lead consiste normalmente no primeiro parágrafo da notícia e é a parte que apresenta um resumo de pontos essenciais, fornecendo respostas às questões fundamentais do jornalismo: o que (fatos), quem (pessoas, animais, objetos, etc.), quando (tempo), onde (lugar), como e por que. No primeiro parágrafo da notícia, identifique:
 - a) o fato principal;
 - b) as pessoas envolvidas no fato;
 - c) quando ocorreu o fato;
 - d) o lugar onde aconteceu o fato;



Fonte: Cereja e Magalhães, 2009, p. 178.

OS ESTRANGEIRISMOS E EMPRÉSTIMOS
ORIUNDOS DA LÍNGUA INGLESA:
UMA BREVE ANÁLISE DE SEU PROCESSO DE AQUISIÇÃO

Laís Teixeira Lima (UENF)

laisbj@gmail.com

Andressa Teixeira Pedrosa Zanon (UENF)

andressa.pedrosa@gmail.com

Monique Teixeira Crisóstomo (UENF)

monikebj@gmail.com

Eliana Crispim França Luqueti (UENF)

elinaff@gmail.com

RESUMO

Atualmente, o uso de palavras oriundas da língua inglesa no discurso de falantes de língua portuguesa pode ser amplamente observado, uma vez que a língua é flexível e modifica-se de acordo com seus falantes e com a sociedade que faz seu uso. Um dos fatores essenciais para o crescimento deste uso é a interação imediata entre falantes de diferentes países, além da grande influência econômica, cultural e linguística de países que fazem o uso da língua inglesa. Os empréstimos e estrangeirismos ainda podem ser encontrados em diferentes campos, como em termos profissionais técnicos, na literatura, *outdoors* e em propagandas publicitárias. Por tal motivo, a análise de como estas expressões são utilizadas e passam a fazer parte do léxico dos falantes torna-se relevante. O uso dos estrangeirismos e empréstimos tornou-se alvo de muitas discussões e críticas entre diferentes áreas de estudo, fragmentando as opiniões dos estudiosos. O trabalho tem como objetivo compreender como o processo de inserção dos estrangeirismos e empréstimos estão inseridos no léxico da língua portuguesa. Utilizamos como base teórica autores como Zilles (2001), Fiorin (2001), Ilari (2002), Sandmann (2001) e Zanferrari (2006). É necessário compreender a motivação que induz os falantes a utilizarem palavras estrangeiras, em detrimento de palavras anteriormente existentes na língua.

Palavras-chave: Estrangeirismos. Empréstimos. Léxico. Língua estrangeira.

1. Introdução

Com a mutabilidade da língua, o acervo de vocábulos existentes no idioma está em constante transformação. Desse modo, observa-se um aumento considerável de novas palavras na língua portuguesa. O processo de cristalização de um novo vocábulo não depende somente de sua criação ou de seu uso por pequenos grupos, mas sim de sua aceitação na comunidade onde foi inserida. Somente a partir de seu uso ela será em-

pregada nos discursos de seus falantes e, então, poderá ser agregada como vocábulo de um idioma.

O uso de novas palavras no discurso de falantes pode ser observado de maneira bem recorrente nos dias de hoje, uma vez que a língua é flexível e modifica-se de acordo com seus falantes e com a sociedade que faz seu uso. Assim como, o uso de palavras estrangeiras no discurso de falantes de língua portuguesa pode ser também amplamente observado. Um dos fatores essenciais para o crescimento deste uso é a globalização e a interação imediata entre falantes de diferentes países. Os empréstimos e estrangeirismos ainda podem ser encontrados em diferentes campos, como em termos profissionais técnicos, na literatura, outdoors e, principalmente, em propagandas publicitárias.

O uso dos estrangeirismos e empréstimos tornou-se alvo de muitas discussões e críticas entre diferentes áreas de estudo, fragmentando as opiniões dos estudiosos. Duas vertentes de pensamentos podem ser observadas: a visão dos puristas, que compreendem o uso destas expressões como aquilo que descaracteriza a língua materna e a visão de linguistas e outros autores, que compreendem tais palavras como um fator que amplia o léxico do idioma. Diante disso, uma reflexão acerca das contribuições deste processo de aquisição lexical, mostra-se relevante.

2. Os aspectos histórico-culturais e o uso dos estrangeirismos

O termo cultura, muitas vezes, é compreendido como um elemento restritivamente local. Porém, no atual momento histórico-cultural mundial não se pode reduzi-lo a questão de localidade, deixando suas demais particularidades, uma vez que, enumeram-se diferentes tipos de culturas, a familiar, profissional, sexual, regional, entre outras. O fato que nenhuma cultura pode ser considerada pura é uma questão que dispensa a asseveração de referências específicas, visto que, a influência de aspectos culturais de outras sociedades em um meio social é inevitável.

Devido aos efeitos da globalização, as diferentes culturas mundiais estão em constante transformação e estão sendo reconfiguradas a todo tempo. Tal situação mostra-se crescente diante da notável interação entre diferentes sociedades, interação esta que pode ser estabelecida por um clique, independentemente da distância entre elas. Castells (1999) afirma que “nossas sociedades se interconectaram globalmente e tornaram-se culturalmente inter-relacionadas” (CASTELLS, 1999, p. 19). Inúmeras

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

vezes, traços presentes em uma cultura podem ser claramente identificados quando inseridos em outras, em outros casos, a interação cultural pode ser tamanha que a distinção de quais características são específicas de cada cultura pode ser impossível. Portanto, as sociedades nos dias atuais vivenciam um hibridismo cultural, como afirma Hall (2006).

A globalização facilitou para que a pluralidade cultural estivesse presente não somente em sociedades específicas, mas também em diferentes sociedades, que podem adaptar ou excluir traços oriundos de outras sociedades. Soares (2001) afirma que

no contexto da globalização, as instâncias totalizantes assumem posições crescentemente privilegiadas nas relações com as demais esferas, ampliando progressivamente seu poder de ordená-las, rehierarquizá-las e compatibilizá-las, segundo suas próprias normas de prescrição de consistências e de exclusões. (SOARES, 2001, p. 400)

Tendo ainda a globalização como foco, ela pode ser considerada uma fonte dinâmica e saudável de trocas culturais entre indivíduos de diferentes localidades do mundo para que possam se conhecer e a partir daí se reconhecer no outro. Permitindo assim, que haja uma troca onde o principal objetivo é a valorização e o respeito das diferentes culturas e não a tentativa de difundir sua como superior às demais.

A cultura que se internacionaliza é o veículo saudável de conhecimento mútuo dos povos (...). Ela entabula o respeito às diferenças e o conhecimento como alternativa ao julgamento, alterando inclusive a percepção dos povos em relação à sua alteridade (CESNIK & BELTRAME, 2005, p. 21).

Portanto, a partir do pressuposto que as culturas passaram a ser mais respeitadas e valorizadas, indivíduos de diferentes sociedades passam a trocar seus hábitos culturais, levando traços de seu cotidiano para outras culturas, da mesma maneira que insere atitudes trazidas de outras sociedades para seus costumes cotidianos.

3. *As influências linguísticas da língua portuguesa*

As inúmeras influências trazidas de outros países já perpetuam desde os séculos passados, então, da mesma maneira que a cultura não é livre de influências, pode-se afirmar que uma língua também não pode ser considerada pura, pois recebe heranças de outros idiomas. As influências linguísticas podem ser percebidas ao longo da história, já que existem diferentes razões para uma comunidade linguística interagir com outras, tais como colonização, conquista territorial, migração ou comércio.

Ela ainda pode receber heranças de outros povos por questões ideológicas ou de fronteiras. Portanto, a língua portuguesa foi e ainda é influenciada, por línguas tais como a indígena, o espanhol, italiano, alemão, entre outros, como afirma Ilari (2002):

nenhuma língua escapa de sofrer influências de externas; no patrimônio lexical mais antigo da língua portuguesa já se encontram palavras criadas em outras línguas, em particular o provençal, o espanhol e o árabe. Outras línguas que exerceram influência sobre o português do Brasil são o francês, o italiano e o alemão, além, é claro, das línguas africanas e das línguas indígenas brasileiras. (ILARI, 2002, p. 72)

Em um âmbito mais específico, resumiremos somente às duas últimas maiores influências linguísticas da língua portuguesa. Durante meados do século XIX e início do XX uma das mais significativas influências culturais mundiais era a França. Neste período chamado de *Belle Époque* – período por volta de 1888 até 1914 – pode-se perceber o auge da influência francesa não somente no Brasil, mas também em todos os países europeus e do mundo. A França detinha significativa importância junto aos países vizinhos, em todos os níveis, sobretudo o intelectual, ela era notada como modelo cultural, social, econômico e intelectual, era referência na culinária, moda, pintura, decoração e na linguagem. Apesar de durante um tempo o acesso à língua francesa ser restrito à alta sociedade, elite consideravelmente pequena, seu acesso expandiu-se com a constante vinda de companhias de teatro, ópera e balé e ainda com a obrigatoriedade do estudo da língua em escolas de segundo grau.

Esta aproximação com o francês, fez com que o Brasil incorporasse inúmeras palavras que nomeavam inventos e descobertas, adotando quase todas as terminologias técnicas e científicas. Estas palavras oriundas do francês que foram inseridas na língua portuguesa são denominadas galicismos.

Quem nunca pensou em ir a uma *boutique chic* comprar uma *lingerie*, um vestido *évasé* e *maquillage* para um jantar romântico com o *af-faire*, a espera de um *bouquet* de rosas e um *buffet* com *filet* e *champagne*? Diante disso, é possível observar que muitas expressões francesas foram fixadas na língua portuguesa e algumas vezes o falante faz seu uso e sem notar que está utilizando uma palavra ou expressão oriunda de outro idioma.

A partir do final do século XX e até os dias atuais a França via seu idioma perder espaço para o inglês, que se tornou a língua com maior influência mundial. O fim da Primeira Guerra Mundial desencadeou o inf-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

cio da hegemonia política norte-americana, sua presença em diversas áreas tomou uma proporção jamais vista anteriormente na história. Outra questão relevante para tal dominação é a representação significativa das indústrias não somente norte-americanas, mas também, inglesas, sendo o Brasil cliente subserviente de ambas.

O inglês tornou-se a língua franca ou língua universal quase ideal, é considerada a língua de supremacia e da diplomacia, que substituiu o prestígio tão significativo e julgado inabalável do francês. De acordo com Harmmer (1998), “língua franca é definida como uma língua largamente adotada para comunicação entre dois falantes cujas línguas maternas são diferentes uns dos outros” (HARMMER, 1998, p. 15). Portanto, tendo o inglês como língua universal e a cultura norte-americana tão influente, indivíduos fazem o uso de palavras oriundas deste idioma em seu léxico, estas palavras ou expressões vindas da língua inglesa para o português são denominadas anglicismos.

A inserção dos anglicismos pode ser realizada de diferentes maneiras, uma delas é o considerável mercado de consumo, fortemente influenciado pela mídia, publicidade e entretenimento, que associam à língua inglesa a um vasto repertório simbólico de recursos econômicos, sociais e culturais. Garcez e Zilles (2004) apontam que a sociedade consumidora brasileira sofre de grande insegurança social e busca um sistema de consumo como modelo, então adotaram os modelos norte-americano e britânico, onde ambos possuem o almejado capital simbólico, não surpreendendo o aumento do uso de anglicismos.

Outro ponto fundamental da inserção e do uso das expressões inglesas é o *status* social atribuído a elas, por serem países dominantes e socialmente influentes o uso de palavras oriundas destas nações agrega um caráter elitista ao falante.

Para melhor compreensão sobre a vinda de palavras do inglês para a língua portuguesa, a diferenciação entre dois termos – estrangeirismos e empréstimos – é necessária, pois devido à proximidade entre eles, eles algumas vezes são confundidos por leigos neste assunto.

4. *Os estrangeirismos e suas principais significações*

Os estrangeirismos são palavras oriundas de outros idiomas que são inseridas na língua portuguesa. Estas expressões foram inseridas na língua portuguesa sem alteração em sua grafia, podendo existir somente

pequenas alterações fonéticas em sua pronúncia, uma vez que, alguns fonemas existentes no inglês não são muito familiares no português. As palavras e expressões assim classificadas, ainda possuem características bem acentuadas de seu idioma original, além de traços significativos da cultura de seus usuários. Vale ainda ressaltar que enquanto estrangeirismo, o significado das palavras não foi alterado em relação a sua significação original, mostrando ainda suas características simbólicas. Ilari (2002) define que no primeiro momento de inserção, as palavras recebidas de outros idiomas têm a tendência de soar diferente para o falante.

Garcez e Zilles (2004) ainda afirmam que a “noção de estrangeirismo, contudo, confere ao empréstimo uma suspeita de identidade alienígena, carregada de valores simbólicos relacionados aos falantes da língua que originou o empréstimo” (GARCEZ; ZILLES, 2004, p. 15). Alguns exemplos de estrangeirismos presentes no léxico de falantes do português são: *best-seller*, *home page*, *coffee shop*, *iced tea*, *reality show*, *test drive*, entre inúmeros outros.

Santos (2006) afirma que os galicismos tinham mais facilidade de adaptação à língua portuguesa, pois sua origem é latina, assim como a do português. A adaptação de palavras inglesas é mais complexa devido às diferenças significativas de aspectos fonológicos e fônicos da língua inglesa, suas peculiaridades na pronúncia e ortografia.

Mesmo encontrando dificuldades para uma adaptação à língua portuguesa e suas características, inúmeras palavras estrangeiras foram moldadas para que pudessem ser utilizadas com mais naturalidade pelos falantes. A partir do momento que a expressão ou palavra é aportuguesada, seu caráter simbólico e muitas referências anteriormente ligadas ao idioma e ao de falantes de origem podem ser desfeitos, trazendo ao vocábulo sentidos referentes ao léxico e, principalmente, a cultura onde foi inserido. Tal processo é denominado de diferentes terminologias, tais como, “naturalização”, “nacionalização”, “aclimatação” ou “adaptação” ele se refere ao processo de transformação do estrangeirismo para empréstimo.

Deste modo, uma vez adaptadas, estas palavras ou expressões passam a fazer parte do léxico do falante de maneira mais natural e consequentemente, mais constante.

5. *Os empréstimos e suas principais características*

Muitas vezes um estrangeirismo torna-se indispensável para a língua e então passa a fazer parte dela, Alves (1994) aponta que neste processo que o vocábulo está se integrando, ele pode sofrer três tipos de adaptações, as de grafia, morfológicas ou semânticas. Para melhor compreensão de tais adaptações, será apresentado um exemplo de cada processo anteriormente citado:

- 1) “Caubói” é uma palavra originária da expressão inglesa “*Cowboy*”, e em seu processo de adaptação sua grafia foi alterada, para que ela pudesse ser utilizada de maneira mais natural e espontânea pelos falantes da língua portuguesa;
- 2) Alves (1994) destaca a expressão “*happy hour*” como adaptada morfológicamente, já que por algumas vezes ela recebe o gênero feminino por uma associação feita à palavra originalmente portuguesa hora. Em contrapartida, pode também receber o gênero masculino, o que torna ambas estruturas – “um *happy hour*” ou “a *happy hour*” – corretas. Esta modificação é interessante, pois esta expressão em sua língua original não possui distinção de gênero;
- 3) Com a modificação semântica, o vocábulo assume outros sentidos, diferentes do sentido de seu idioma original, podendo assumir uma identidade polissêmica. A expressão “*show*”, por exemplo, quando inserida na língua portuguesa além de trazer significados originais, ela assume novos significados, que surgem de acordo com a necessidade do falante que faz seu uso.

Alves (1984) argumenta que, os termos estrangeiros dão início a seu processo de inserção no léxico de uma língua quando se integram fonologicamente a ela, isto por que quando o falante não possui conhecimento suficiente da fonologia do idioma original de um estrangeirismo, ele precisa adaptá-lo fonologicamente para reproduzi-lo de forma eficaz. É possível ainda observar uma adaptação fonológica, alguns fonemas existentes no inglês são desconhecidos por falantes da língua portuguesa e esta adequação. Teoricamente a não adaptação de alguns vocábulos estrangeiros é possível, apesar da semelhança fonológica entre línguas ser rara.

Após definições mais específicas dos termos estrangeirismos e empréstimos é possível ressaltar, de maneira mais sucinta que, os estrangeirismos são as expressões inseridas no léxico de falantes de um

idioma, porém ainda não foram reconhecidas como pertencentes àquela língua, pois ainda possuem características muito intensas de sua língua original. Por sua vez, os empréstimos já fazem parte do idioma onde foi inserido, devido a sua aclimação, podendo inclusive ser encontrados no dicionário. Entretanto, existem algumas expressões que foram inseridas em um idioma e apesar de não sofrerem modificações, estão consagradas como parte daquele idioma.

Zanferrari (2006, p.55) ressalva que “termos como *e-mail*, *design* ou *fashion*, por exemplo, parecem não ser mais reconhecidos como sendo estrangeiros, dada a regularidade de seu uso pelos falantes da língua”. Tal afirmação mostra que palavras como as citadas acima ainda não se mostram em uma classe definida, pois mantiveram suas formações semântica, morfológica, de grafia e fonológica originais, mas mesmo assim fazem parte do idioma, sendo encontradas até no dicionário. Carvalho (1989) nomeia as expressões que mantem sua grafia original mesmo sendo muito utilizadas como xenismo.

Deste modo, concluímos que um termo oriundo de outro idioma perde a condição de termo estrangeiro a partir do momento que os falantes fazem seu uso e não o percebe como tal.

6. Conclusão

Portanto, após esta breve análise é possível observar que as palavras ou expressões de outros idiomas não são trazidas para a língua portuguesa somente pela carência vocábulos, uma vez que, algumas palavras já existentes na língua foram substituídas por outras estrangeiras, oriundas principalmente do inglês. Isto se dá também pela forte influência que os Estados Unidos exercem sobre o mundo, influência não só econômica, mas também cultural e linguística. O que pode levar a um uso pela busca de *status* social.

Concluímos também que apesar de encontrarmos muitos estrangeirismos na língua portuguesa atualmente, os empréstimos podem ser mais utilizados pelos falantes possivelmente porque a palavra já está adaptada e pode ser empregada com mais naturalidade durante a fala. Em contrapartida, o uso dos estrangeirismos pode ser menos utilizado, uma vez que, que tais expressões ainda podem ser consideradas alienígenas dentro do idioma.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Ieda Maria. *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática, 1994.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CARVALHO, Nelly de. *Publicidade: a linguagem da sedução*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- CESNIK, F. S.; BELTRAME, P. A. *Globalização da cultura*. Barueri: Manole, 2005.
- FARACO, Carlos Alberto. *Estrangeirismos, guerra em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2001.
- GARCEZ Pedro M.; ZILLES, Ana Maria S. *Estrangeirismos: desejos e ameaças*. In: FARACO, Carlos Alberto (Org.). *Estrangeirismos: guerras em torno à língua*. São Paulo: Parábola, 2004.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HARMMER, Jeremy. *How to Teach English*. 3. ed. *England*: Longman, 1998.
- ILARI, Rodolfo. *Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras*. São Paulo: Contexto, 2002.
- SANTOS, Agenor Soares dos. *Dicionário de anglicismos e de palavras inglesas correntes no português*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- SOARES, L. E. *Globalização como deslocamento de relações intraculturais*. In: MENDES, C.; SOARES, L. E. (Eds.). *Pluralismo cultural, identidade e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 379-409.
- XATARA, Cláudia Maria. *Estrangeirismo sem fronteira*. *Revista de Linguística*, vol. 45, p. 149-154, 2001. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4191/3789>>. Acesso em: 16-04-2014.
- ZANFERRARI, Cristina Momberger. *O estrangeirismo no texto publicitário: efeitos de sentido*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2006.

**OS SOBRENOMES
DA COMUNIDADE DE NOVA MILANO-FARROUPILHA/RS**

Patricia Peroni (UCS)
patriciaperoni@hotmail.com
Vitalina Maria Frosi

RESUMO

O presente trabalho analisará os sobrenomes mais recorrentes das décadas de 20 e 80, um estudo antroponímico que busca além da análise linguística realizar uma investigação cultural para compreender em que medida esses sobrenomes são representantes de alguma cultura. Além disso, procura-se efetuar um estudo comparativo, onde os sobrenomes serão comparados verificando se o perfil da comunidade estudada sofreu modificações ou não ao longo dos sessenta anos de intervalo entre as décadas estudadas. Foram selecionados os cinco sobrenomes mais incidentes de cada decênio para a análise etimológica e para verificar a motivação dos mesmos. Os teóricos utilizados foram Mioranza (2010), Frosi (2014), Caffarelli & Marcatto (2008) e Guérios (1981), dentre outros.

Palavras-Chave: Sobrenomes. Cultura. Etimologia.

1. Introdução

Estudar os sobrenomes significa resgatar a história de muitas famílias. Diversos indivíduos não têm conhecimento de que existe um significado para seus sobrenomes, um contexto histórico que pode até levar à origem das famílias. A localidade onde os sobrenomes foram coletados é considerada o berço da imigração italiana no Rio Grande do Sul, já que, em 1875 ali se instalaram as três primeiras famílias de imigrantes italianos no sul do país: Stefano Crippa, Luigi Sperafico e Tomazzo Radaelli. Nova Milano é o quarto distrito de Farroupilha, Rio Grande do Sul, no censo realizado em 2008 estimava-se que a população era de 3.258 habitantes, sendo 1.184 da zona urbana e 2.074 da zona rural. Como Nova Milano é um distrito do município, ele abriga diversas comunidades do interior, como por exemplo: Linha Boêmios, Linha Machadinho, Linha Amizade, São Miguel, São João, etc. Mesmo já tendo se passado cento e quarenta anos da imigração italiana, percebe-se que as raízes da comunidade ainda permanecem em seus moradores, como por exemplo, o uso do dialeto vênето e milanês, alimentação (representada através dos almoços nas comunidades do interior), práticas sociais (como o hábito de ir à igre-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

ja), dentre outros que podem ser considerados peculiares frente ao contraste com outras etnias.

Além disso, as escolas da cidade oferecem para os alunos que frequentam a rede municipal de ensino a língua e cultura italiana até o 5º ano. Com o passar dos anos as comunidades vão sofrendo alterações em sua população em função da inserção de pessoas de outras localidades, o que favorece o hibridismo cultural. Entretanto, percebe-se através desse estudo que a comunidade ainda é predominantemente italiana nas décadas estudadas em função da predominância de sobrenomes de origem italiana. O presente trabalho, mesmo que abranja apenas duas décadas consegue apresentar dados relevantes e auxiliar a comunidade a entender mais sobre um dos seus bens mais preciosos: o sobrenome.

As décadas analisadas foram as de 20 e 80, com o intuito de verificar se houve modificação no perfil da comunidade nesses sessenta anos de diferença, verificar se os sobrenomes italianos continuam predominantes, e se forem, se os mais incidentes são os mesmos ou se ocorreram mudanças. Dessa forma, foram compilados os dados dos registros de batismo da comunidade de Nova Milano para a realização da pesquisa, que é de caráter descritivo-explicativo baseada em fontes escritas (registros de batismo). Através da ferramenta de linguística de corpus “*antconc*” foi realizada a seleção dos dados. Além do estudo etimológico dos sobrenomes, que foi realizado baseado em fontes lexicográficas como Mioranza (2010), Caffarelli & Marcatto (2008) e Guérios (1981) foi estudada também a motivação dos sobrenomes baseando-se em Frosi (2014) e Mioranza (2010).

2. *O estudo dos sobrenomes e a linguística*

O estudo dos sobrenomes é de natureza linguística, situado no campo da lexicologia. Dentro da lexicologia existe a onomástica, ciência que estuda os nomes próprios de pessoas e de lugares. Ainda, subdividindo-se, dentro da onomástica existe a toponímia ou toponomástica que se dedica aos nomes dos lugares e a antroponímia ou antroponomástica que realiza a análise dos nomes próprios de pessoas, segundo Mioranza (2009, p. 27):

A onomástica envolve áreas da linguística, da antropologia, da sociologia, da geografia, da história e da psicologia. O termo, essencialmente grego, se decompõe em *ónoma* (nome) e *tékne* (arte), resultando em *onomastiké*, arte dos nomes. O vocábulo foi usado, por muito tempo, para designar o estudo de

todos os nomes próprios, tanto os de pessoas como os de locais, étnicos, gentílicos.

O estudo dos nomes envolve mais do que conhecimentos linguísticos. Por ser um campo interdisciplinar pressupõe diversos conhecimentos em outras áreas do conhecimento. Assim como o presente estudo, não basta apenas investigar a etimologia dos sobrenomes. Para que se tenha um trabalho completo é necessário analisar outras interferências, sejam elas geográficas ou culturais a fim de se atingir os objetivos da pesquisa. Vejamos abaixo as considerações de Biderman (1998, p. 11) a respeito da prática de nomeação.

O léxico de uma língua natural constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo. Ao dar nomes aos seres e objetos, o homem os classifica simultaneamente. Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo.

Dessa forma, ressalta-se a importância da prática de nomeação. Compreender o significado de seu sobrenome, assim como a própria autora cita, é uma primeira etapa no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo.

O costume de acrescentar sobrenomes aos indivíduos surgiu na Idade Média mediante a necessidade de diferenciar as pessoas, naquela época, as pessoas não possuíam sobrenomes, apenas prenomes, que com o passar dos anos passaram a confundirem-se entre si, surgindo assim essa necessidade. O dicionário etimológico dos sobrenomes italianos ilustra a seguir algumas considerações acerca do sistema de sobrenomes.

O sistema de sobrenomes ocorreu entre o fim do Império Romano e o começo da Idade Média alta, em seguida, entre os séculos V e VI, e se estabiliza na última Idade Média, entre os séculos XIII e XIV; o sistema de sobrenomes surge em algumas das principais cidades do regime municipal, especialmente na Itália do norte, entre os séculos X e XII, é alargada a outros centros urbanos do século XIII e XIV e, em seguida, em cidades menores, também no Sul, e é fixo depois do Concílio de Trento, no final do século XVI e XVIII. (DE FELICE, 1982, 317).¹¹⁰

¹¹⁰ Il sistema cognominale italiano insorge tra la fine dell'Impero romano d'Occidente e l'inizio dell'alto medio evo, quindi tra il V e il VI secolo, e si stabilizza nell'ultima età medioevale, tra il XIII e il XIV secolo; il sistema cognominale insorge in alcune maggiori città a regime comunale, soprattutto dell'Italia centrosettentrionale, tra il X e il XII secolo, si estende a altri centri urbani nel XIII e XIV secolo e quindi a centri minori, anche del Sud, e si fissa dopo il Concilio di Trento, tra la fine del Cinquecento e il Settecento. (DE FELICE, 1982, p. 317).

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

Diante da necessidade de nomeação, as pessoas foram recebendo sobrenomes de acordo com a localidade em que viviam, profissão que exerciam, característica física, defeito ou qualidade, dentre outros critérios. Baseando-se em Mioranza (2010) os sobrenomes podem ser classificados através das motivações abaixo:

Fitonímicas	Sobrenomes derivados de um fitônimo.
Gentílicas	Designativo dos habitantes de um país, de uma região, de uma cidade.
Hagionímicos	Sobrenomes derivados de nome de santo.
Justaposição	Composição formada por simples união de dois ou mais vocábulos, como no caso de nomes e sobrenomes.
Matronímicos	Sobrenomes derivados do nome da mãe e significa sempre filho de: _____.
Patronímicos	Sobrenomes derivados do nome do pai e significa sempre filho de: _____.
Toponímicos	Sobrenomes derivados de um topônimo.
Zoonímicos	Sobrenomes derivados de um zoônimo, ou seja, nome de animais.

É através dessa classificação que será estabelecida a motivação dos cinco sobrenomes mais incidentes de cada década.

3. *Análise dos dados*

Na década de vinte foram compilados trezentos e onze sobrenomes, sendo que os cinco mais incidentes foram: Colombo com trinta e sete ocorrências, Brustolin com trinta e três, Spinelli com vinte e duas, Brambilla e Maino com vinte. Na década de oitenta, foram duzentos e trinta e sete sobrenomes, sendo De Bastiani com vinte e uma incidências, Lazzari com onze, Menti com dez, Bonalume e Peroni com nove. Percebe-se que não houve repetição dos cinco primeiros sobrenomes nas décadas estudadas, entretanto, permanece a predominância de sobrenomes italianos, o que nos comprova que até a década de oitenta, a comunidade não sofreu modificações quanto à etnia de sua população. A seguir, veremos o significado dos sobrenomes segundo o dicionário etimológico dos sobrenomes Italianos de Caffarelli & Marcato (2008).

SPINELLI:¹¹¹

Da mesma origem que Spina, com o sufixo *-ello*; tais ocorrências devem ser originárias dos topônimos Spinello e Spinelli, que se repetem na Itália, além do nome de pessoa medieval Spinello, documentado em documentos toscanos do século XII, em Florença, em 1260, Ispinellus com prótese de f- [Bratto 1955]; em Gemona (Udine) foi documentado em 1301 um Spinello de Somcollo [De Stefani 2003], o nome pessoal Spinello pode ter origem de um nome comum *spinello* [*espinhel*], variedade de rubi e tipo de peixe, de uma forma encurtada de um nome como Crispino (v. Crispini) ou segundo outros, uma adaptação de um nome antigo Ospinello, de Hospinel de tradição épica [De Felice 1978, NPI]; na Sardenha, em Sassari, foi atestado em 1341, na forma Espinello [Maxia 2002]. O sobrenome Spinella denomina cerca de 2700 pessoas, quase todas na Sicília e na Calábria: Reggio e Melito de Porto Salvo, Messina e Gioiosa Marea (Messina), Catania e arredores, Manrico (Palermo), além de Roma e de Milão, O mais difundido Spinelli denomina mais de 18.000 pessoas e ocupa o 75º posto na Puglia e o 126º na Itália; a sua difusão ocorre em numerosas regiões: é o 27º na Província de Bari (onde interessa principalmente Sanmichele di Bari, o 32º em Brindisi, 72º em Ascoli Piceno e 90º em Imperia, com quantidades mais elevadas em Roma e Milão, além de Palermo, Reggio Calabria, Taranto, Brindisi., Nápoles, Nocera Inferiore (Salerno), Archi (Chieti), Ceccano (Frosinone), Florença, Livorno, Cesena (Ferrara), Gênova, Turim, Albino (Bergamo),etc. Quase 7 vezes menos numeroso, Spinello, consta como o 27º por frequência na Província de Caltanissetta, com o 1º em Nisemi, onde registra a concentração máxima e além disso, em Gela e San Cataldo e em outros lugares na Sicília oriental; um segundo núcleo independente é vêneto: Arzergrande (Pádua), Piove di Sacco (idem), Adria (Rovigo),etc., e concerne cerca de 2500 portadores. (p. 1601)

¹¹¹ SPINELLI: Della stessa origine di Spina con il sufisso *-ello*; talune occorrenze dipenderanno da un toponimo Spinello, Spinelli che si ripete in Italia, altre dal nome di persona medievale Spinello, documentato in carte toscane dal XII secolo, a Firenze nel 1260 Ispinellus con prostesi di f- [Bratto 1955], a Gemona-Ud è documentato nel 1301 uno Spinello de Somcollo [De Stefani 2003]; il personale Spinello può avere origine da un nome comune spinello, varietà di rubino e tipo di pesce, da una forma accorciata di un nome come Crispino (v. Crispini) o secondo altri adattamento di un nome antico Ospinello, da Hospinel di tradizione epica [De Felice 1978; NPI]; in Sardegna, a Sassari è attestato nel 1341 nella forma Espinello [Maxia 2002]. Il cognome Spinella denomina circa 2700 persone, quasi tutte tra Sicilia e Calabria: Reggio con Melito di Porto Salvo, Messina e Gioiosa Marea-Me, Catania e dintorni, Marincopa, oltre a Roma e Milano. Il più diffuso Spinelli denomina oltre 18.000 persone e occupa il r. 75 in Puglia e il r. 126 in Italia; la sua diffusione riguarda numerose regioni; è 27º nella provincia di Bari (dove interessa soprattutto Sammichele di Bari), 32º a Brindisi, 72º ad Ascoli Piceno e 90º a Imperia, con i valori più elevati a Roma e Milano; inoltre a Palermo, Reggio Calabria, Taranto, Brindisi, Napoli, Nocera, Inferiore-Sa, Archi-Ch, Ceccano-Fr, Firenze, Livorno, Cesena-Fe, Genova, Torino, Albino-Bg, ecc. Quasi 7 volte meno numeroso, Spinello risulta il 27º per frequenza nella provincia di Caltanissetta con il r.1 a Nisemi, dove registra la massima concentrazione, e inoltre a Gela e San Cataldo e altrove nella Sicilia orientale; un secondo nucleo indipendente è veneto: Arzergrande-Pd, Piove di Sacco-Pd, Adria-Ro, ecc; riguarda circa 2500 portatori.

BRUSTOLIN:¹¹²

De origem supranominal do vocábulo dialetal *brustolin* “cheiro de chamuscado”, “semente tostada”, “grelha” e também “vento frio”, “pessoa fisicamente deformada” é um sobrenome belunês, paduano e trevisano (Vidor), presente igualmente no Friuli e no Piemonte. (p. 312)

BRAMBILLA, BREMBILLA:¹¹³

Do topônimo Bergamasco *Brembilla*, município do Vale Brembana, no primeiro caso com o resultado –e->-a- em posição pré-tônica. Mesmo a forma *Brambilla* ocupa o 115º lugar a nível nacional e o 8º em absoluto na Lombardia, representando cerca de 18.000 pessoas. Em particular a Província e a cidade de Milão são caracterizadas pelo sobrenome Brambilla que se tornou um seu traço onomasticamente distintivo e muito típico; a forma ocupa o 7º lugar na capital lombarda (4º na província, 5º em Cinisello Balsamo e em Sesto S. Giovanni, numeroso também em Caponago, Cernusco sul Naviglio, Cassano d’Adda, Pessano com Bornago etc.) e numeroso na Província de Monza e Brianza (1º em Vermiccate, 4º na capital, 6º em Brugherio, frequente em Concorezzo, Bernareggio, Bellusco, Agrate Brianza); é também o 20º em Pavia (43 na região), 42º em Lecco (17º na região), 48º na Província de Como, 54º em Lodi e 96º em Cremona, além de 43º no município de Verbania; em Milão e arredores reside a maioria dos numerosos Brambilla Pisoni (cfe. Pisón). Quanto à forma originária *Brembilla*, o sobrenome denomina cerca de 1400 italianos e ocupa a posição nº 42 em Bergamo e pertence inteiramente ao Bergamasco, tem grande relevo em Bonate Sootto, Curno e Ponte San Pietro. (p. 291)

³ BRUSTOLIN: Di origine soprannominale dalla voce dialettale *brustolin* ‘odore di bruciaticcio’, ‘seme tostado’, ‘graticola’, e anche ‘vento freddo’, ‘persona fisicamente malformata’; è cognome bellunense, padovano e trevisano (Vidor), presente anche in Friuli e in Piemonte.

¹¹³ BRAMBILLA, BREMBILLA: Dal toponimo bergamasco *Brembilla*, comune della Valle Brembana, nel primo caso com l’esito –e->-a- in posizione pretonica. Proprio la forma *Brambilla* occupa il r. 115 a livello nazionale e 1º in assoluto em Lombardia, rappresentato circa 18.000 persone. In particolare la provincia e la città di Milano sono caratterizzate dal cognome *Brambilla* che ne è diventato un tratto onomasticamente distintivo e tipicissimo; la forma occupa il r. 7 nel capoluogo lombardo (4º nella provincia, 5º a Cinisello Balsamo e a Sesto San Giovanni, numeroso anche a Caponago, Cernusco sul Naviglio, Cassano d’Adda, Pessano con Bornago ecc.), e numeroso nella provincia di Monza e Brianza (1º a Vimercate, 4º nel capoluogo, 6º a Brugherio, frequente a Concorezzo, Bernareggio, Bellusco, Agrate Brianza); è anche 20º a Pavia (43º nel Pavese), 42º a Lecco (17º nel Lecchese), 48º nella provincia di Como, 54º a Lodi e 96º a Cremona, nonché 43º nel comune di Verbania; a Milano e dintorni risiede anche la maggior parte dei numerosi *Brambilla Pisoni* (cfr. Pisón). Quanto alla forma originaria *Brembilla*, il cognome corrispondente denomina circa 1400 italiani e occupa il R. 42 a Bergamo e appartiene interamente al Bergamasco; spicca a Bonate Sootto, Curno e Ponte San Pietro.

BONALUME, BONALUMI¹¹⁴:

Dir-se-iam correspondentes a um apelido, *bonalòm*, composto pelo vocábulo dialetal lombardo *lòm*, “lume”, “lanterna”, feminino em Bergamasco e em boa parte da Itália Setentrional, mas segundo Lurati [2000] esta interpretação não é aceitável, também pela ausência de formações paralelas e propõe, ao invés, de partir de um *Bonanom*, “bom nome”, nome pessoal de caráter augural, do qual *Bonalòm* seria uma variação diferenciada com uma passagem de *-n-* a *-l-* da qual se tem outros exemplos na área lombarda. O primeiro sobrenome pertence ao norte da Lombardia, distribuindo-se entre a região de Lecco (com provável epicentro em Merate e um núcleo em Paderno d’Adda) e a Província de Milão, especialmente Cologno Monzese e a capital. Também o mais numeroso Bonalumi (mais de 2000 pessoas assim chamadas) é tipicamente lombardo, dividindo-se entre Milão e Cernusco sul Naviglio, Monza com Brugherio, Bergamo com Paladina, Mozzo e Sotto il Monte Giovanni XXIII. (p. 255)

¹¹⁴ A fonte italiana foi omitida para este sobrenome. [NE]

COLOMBI, COLOMBO:¹¹⁵

Do nome de pessoa *Colombo*, que retoma o latim *Colombus* [*pomba*], consolidado em ambientes cristãos, já que o pombo (e mais ainda a pomba) simbolizava as qualidades cristãs de inocência, brancura, pureza e mansidão; em alguns casos pode refletir o apelido de *pombo*, *pomba* ou também um topônimo como *Colombi-Cn* [De Felice 1978]; Lurati [2000] acrescenta que o nome hebraico Jonas foi muitas vezes traduzido na Itália como o sobrenome (judeu) *Colombo*. A forma em -i, em relação de 1 a 11 com a outra, aparece como 64º em Pavia, (mas está em 31º na região com ápices em Castana e Broni) e em 71º em Bergamo (com Gandino na província) e a sua distribuição assinala uma prevalência na Lombardia, incluindo também Milão e arredores, a região de Brescia, com grupos em Piacenza, Livorno, Pisa, Roma, Gênova e Bolonha. Colombo é o 7º sobrenome mais frequente na Itália e o 1º na região mais populosa, a Lombardia. Está em 16º em Molise. Figura entre os 100 primeiros em 17 capitais de província: Aosta, Biella, Brescia, Imperia, Lodi, Pa-

¹¹⁵ **COLÓMBI, COLÓMBO:** Dal nome di persona *Colombo* che riprende il latino *Colombus* affermatosi in ambienti cristiani in quanto il colombo (e più la colomba) simboleggiava le qualità quanto il colombo (e più la colomba) simboleggiava le qualità cristiane di innocenza, candore, purezza e mansuetudine; in alcuni casi può riflettere un soprannome da colombo, colomba o anche un toponimo come *Colombi-Cn* [De Felice 1978]; Lurati [2000] aggiunge che il nome ebraico Jona venne non poche volte tradotto in Italia con il cognome (israelita) *Colombo*. La forma in -i, in rapporto 1 a 11 con l'altra, compare al r. 64 a Pavia (ma è 31ª nel Pavese, con punte a Castana e Broni) e al r. 71 a Bergamo (con Gandino nella provincia) e la sua distribuzione segna una prevalenza in Lombardia, comprendente anche Milano e dintorni, il Bresciano, con gruppi a Piacenza, Livorno, Pisa, Roma, Genova, e Bologna. Colombo è il 7º cognome per frequenza in Italia e il 1º nella regione più popolosa, La Lombardia; è poi 16º nel Molise. Figura tra i primi 100 in 17 capoluoghi di provincia: Aosta, Biella, Brescia, Imperia, Lodi, Pavia, Rovigo, Vercelli, Torino e in particolare Lecco, dove si colloca al r.1. Como dove risulta 2º, Milano dov'è 3º come a Novara, nonché Varese (4º), Verbania (5º), La Spezia (7º) e Bergamo (19º). In valori assoluti, le province che più concorrono al suo alto rango e alle sue circa 60.000 occorrenze sono Milano e Monza e Brianza (r. 2 nel capoluogo), seguite da Como, Lecco, Varese, Novara (in tutte e 5 occupa il 1º posto); e poi, a distanza, Torino, Verbania (dove è 6º), Vercelli (9º), Biella (19º), La Spezia (16º), Savona (25º), Imperia (14º), Bergamo (17º), Pavia (37º) e Brescia al Nord, ma anche Ragusa (in particolare Modica), e Palermo al Sud (per le occorrenze siciliane va ipotizzata una genesi parallela della forma). Tra i centrinon capoluogo con oltre 20.000 abitanti, Colombo occupa il r.1 a Buccinasco-Mi, Cernusco sul Naviglio-Mi, Cesano Maderno-Mb, Giussano-Mb, Lainate-Mi, Legnano-Mi, Meda-Mb, Novate Milanese, Parabiago-Mi, Rho-Mi e Sesto San Giovanni-Mi, ed è ben numeroso, nella provincia di Milano, a Trezzo sull'Adda, Cassano d'Adda, San Giorgio su Legnano, oltre che a Seregno-Mb e a Lentate sul Seveso-Mb; è il cognome più numeroso anche a Busto Arsizio e a Gallarate, nel Varesotto, con gruppi consistenti a Castellanza e Gorla Minore, oltre che a Merate-Lc; è inoltre ben presente a Roma e a Genova. Occupa il r.11 nel Canton Ticino. La sua fortuna è data dalla diffusione antica del nome personale Colombo, sostenuto dal culto di santi e dai significati allegorici assunti dall'animale nell'iconografia cristiana; tuttavia la ragione che ne fa un cognome tanto diffuso in una determinata regione è legata alla storia detanto diffuso in una determinata regione è legata alla storia degli istituti di accoglienza dei trovatelli, avendo il più grande di Milano, l'ospizio di Santa Caterina alla Ruota, i simbolo appunto di una colomba: di qui l'imposizione del nome *Colombo* a numerosi bambini senza famiglia (cfr. **Colombin**).

via, Rovigo, Vercelli, Turim e em particular em Lecco, onde está em 1º. , em Como, onde consta como 2º, em Milão onde é o 3º, como em Novara, além de Varese (4º), Verbania (5º), La Spezia (7º) e Bergamo (19º). Em valores absolutos, as províncias onde mais aparece esta alta posição e as suas 60.000 ocorrências são: Milão e Monza-Brianza (r.2 na capital), seguidas por Como, Lecco, Varese, Novara (em todas as 5, ocupa o 1º lugar) e depois, à distância, Turim, Verbania (onde é o 6º), Vercelli (9º), Biella (19º), La Spezia (16º), Savona (25º), Imperia (14º), Bergamo (17º), Pavia (37º) e Brescia, no Norte, mas também em Ragusa (particularmente em Modica) e Palermo, no Sul (para as ocorrências sicilianas deve-se fazer a hipótese de uma gênese paralela da forma). Entre os centros que não são capitais, com mais de 20.000 habitantes, Colombo ocupa o 1º lugar em Buccinasco (Milão), Cernusco sul Naviglio (Milão), Cesano Maderno (Monza-Brianza), Giussano (Monza-Brianza), Lainate (Milão), Legnano (Milão), Meda (Monza-Brianza), Novate Milanese, Parabiago (Milão), Rho (Milão) e Sesto S. Giovanni (Milão) e é bem numeroso na Província de Milão, em Trezzo sull'Adda, Cassano d'Adda, san Giorgio su Legnano, além de Seregno (Monza-Brianza), e Lentate sul Seveso (Monza-Brianza), é o sobrenome mais numeroso também em Busto Arsizio e Gallarate, na zona de Varese, com grupos consistentes em Castellanza e Gorla Minore, além de Merate (Lecco) e é bem presente em Roma e em Gênova. Ocupa o 11º lugar no Cantão Ticino [*Suíça*]. A sua fortuna deveu-se à antiga difusão do nome pessoal Colombo, sustentado pelo culto dos santos e dos significados alegóricos assumidos pelo pombo na iconografia cristã; todavia, a razão que faz dele um sobrenome tão difundido em uma determinada região está ligada à história dos institutos de acolhimento de órfãos, tendo o maior deles, em Milão, o orfanato de Santa Caterina alla Ruota, o próprio símbolo da pomba: vai daí a imposição do nome Colombo a numerosas crianças sem família (cfe. **Colombin**). (p. 500)

PERÓN, PERÓNA, PERÓNE, PERÓNI, PERÓNO:¹¹⁶

Da base Per- (Pietri) com o sufixo –one, as formações vênetas devem ser confrontadas com Pedrón, porque podem representar o resultado –dr>-r. Um *Giacomo detto Perone* foi atestado em um documento do Vêneto de 1333 [Pellegriani 2003], uma família *Peroni* está presente em Verona no início do século XV, *Lacopo Peroni* foi registrado em Villafranca (Verona) em 1569 [Rapelli 1995]; em documento de área meridional de 1171 foi registrado um *Guilielmus filius quondam Peroni*; na Sicília se atesta um *Gregorius Perona de Gageta* em 1282 [Caracausi 1993]. Peron é vêneta: em Veneza, Borgoricco (Pádua) e Pádua, Vicenza e província, abrange cerca 2200 pessoas. Peroni é o 16º sobrenome mais frequente em Biella e é numeroso também em Turim e província e esparsos em outros locais do Piemonte. *Peroni* abrange cerca de 1900 pessoas, sobretudo no Sul: Nápoles e Torre del Greco (Nápoles) na zona de Benevento (Bonea, Montesarchio), na zona de Avellino e em Vittoria (Ragusa). Registra, porém, valor mais elevado em Milão, 2,5 vezes mais numeroso, *Peroni* abunda em Roma, Milão, Verona, Brescia e Gussago (Brescia), Ascoli Piceno (onde se coloca no lugar 28 por frequência), Fano (Pesaro-Urbino), Faenza (Ravenna), Aulla (Massa-Carrara), Rimini, Florença, Genova e, sobretudo no norte da Itália. Enfim, Perono está espalhado na província de Turim, incluindo os numerosos *Perono Cacciafuoco*. (*Cacciafuoco* não existe como primeiro sobrenome). (p. 1312)

¹¹⁶ **PERÓN, PERÓNA, PERÓNE, PERÓNI, PERÓNO:** Dalla base Per-(Pietàri) con il suffisso –one; le formazioni venete sono da confrontare con Pedrón perché passano a rappresentare l'esito –dr > -r; un *Giacomo detto Perone* è attestato in un documento del Veneto del 1333 [Pellegriani 2003]; una famiglia *Peroni* è presente a Verona dall'inizio del Quattrocento, *Lacopo Peroni* è registrato a Villafranca-Vr nel 1569 [Rapelli, 1995]; in carta di area meridionale del 1171 è registrato in *Guilielmus filius quondam Peroni*, in Sicilia è attestato un *Gregorius Perona de Gageta* nel 1282 [Caracausi 1993]. Peron è veneta: a Venezia, Borgoricco-Pd e Padova, Vicenza e provincia; interessa circa 2200 persone. Perona è il 16º cognome per frequenza a Biella ed è numeroso anche a Torino e provincia e sparso altrove in Piemonte. *Peroni* riguarda circa 1900 persone, soprattutto nel Sud: Napoli e Torre del Greco-Na, il Beneventano (Bonea, Montesarchio), l'Avellinese e inoltre Vittoria-Rg; registra però il valore più elevato a Milano. Più numeroso 2,5 volte, *Peroni* spicca a Roma, Milano, Verona Brescia e Gussago-Bs, Ascoli Piceno dove si colloca al r. 28 per frequenza, Fano-Pu, Faenza-Ra, Aulla-Ms, Rimini, Firenze e Genova e altrove soprattutto nel Nord d'Italia. Infine, *Perono* è sparso nella provincia di Torino, compresi i numerosi *Perono Cacciafuoco* (*Cacciafuoco* non esiste come primo cognome).

DE BASTIANI:¹¹⁷

É composto por Bastiani e pela preposição simples. Na província de Belluno coloca-se em 44º por frequência, com os grupos mais numerosos em Cesiomaggiore, em Feltre, e em Santa Giustina, além da zona de Treviso, em Milão e em Gênova. (p. 584)

LÁZZARA, LÁZZARI, LÁZZARIS, LÁZZARO:¹¹⁸

Do nome de pessoa Lazzari Lazzaro [NPI], do nome próprio, através do espanhol *lázaro*, “mendigo” deriva *lazzaro* “maltrapilho” [DEI] que pode ter originado alguns apelidos e daí, um sobrenome. No caso da forma siciliana, além de *Làzzara*, há também *Lazzàra*, que é variate de Azzara, com artigo aglutinado. Um Matthia Lazzara foi documentado em Paluzza (Udine) em 1630 [De Stefani 2003]. Lazzara denomina cerca de 3000 portadores e é siciliano de Palermo, Catania, Longi (Messina), Santa Caterina Vallermosa (Caltanissetta), Trapani, Porto Empedocle (Agrigento); no uso comum é acentuado muitas vezes na segunda sílaba. Quatro vezes mais numeroso, Lazzari é o 279º sobrenome italiano por frequência, largamente difundido na Itália Setentrional até o norte da Toscana: ocupa o 9º posto em Cremona (19º na Província), é o 48º em Ferrara, o 57º em Brescia, o 61º em Lucca e está entre os 100 mais frequentes também em Bergamo, Veneza e Pavia, com os grupos mais consistentes em Roma, Bolonha e Veneza e também em Milão, Gênova, Turim, Forlì,

¹¹⁷ **DE BASTIANI:** é composto da **Bastiani** e dalla preposizione semplice. Nella provincia di Belluno si pone r. 44 per frequenza, con i gruppi più numerosi a Cesiomaggiore, a Feltre e a Santa Giustina; inoltre nel Trevigiano, a Milano e a Genova.

¹¹⁸ **LÁZZARA, LÁZZARI, LÁZZARIS, LÁZZARO:** Dal nome di persona *Lazzari Lazzaro* [NPI]; dal nome proprio attraverso lo spagnolo *lázaro* ‘mendicante’, deriva *lazzaro* ‘straccione’ [DEI] che può aver originato qualche soprannome e quindi un cognome. Nel caso della forma siciliana oltre a *Làzzara* vi è pure *Lazzàra* che é variante di **Azzara** con articolo agglutinado. Un Matthia Lazzara é documentato a Paluzza-Ud nel 1630 [De Stefani 2003]. Lazzara denomina circa 3000 portatori ed é siciliano di Palermo, Catania, Longi-Me, Santa Caterina Vallermosa-CI, Trapani, Porto Empedocle-Ag; nell’uso comune é spesso accentato nella seconda sillaba. Più numeroso quasi 4 volte, Lazzari risulta il 279º cognome italiano per frequenza, largamente diffuso nell’Italia settentrionale fino al nord della Toscana: occupa il r. 9 a Cremona (19º nella provincia), r. 48 a Ferrara, r. 57 a Brescia, r. 61 a Lucca e tra i 100 più frequenti anche a Bergamo, Venezia e Pavia, con i gruppi più consistenti a Roma, Bologna e Venezia, e inoltre a Milano, Genova, Torino, Forlì, Rimini, Pesaro, Lucca, Trieste, Castro-Bg, Nociglia-Le (unico consistente nucleo meridionale), Pieve di Sacco-Pd e Fabriano-An. La variante in -is, latineggiante e di tradizione notarile, é veneta, con epicetro Forno di Zoldo-BI. Infine, Lazzaro individua circa 6000 portatori e presenta nuclei distinti: il primo é veneto, a Padova dove occupa il r. 35 per frequenza, nel Padovano (Montegrotto Terme, Abano Terme, ecc) e a Venezia, con occorrenze milanesi; un secondo é ti Taranto e Massafra-Ta, presente anche a Napoli; un terzo é siciliano, a Catania e nel Catanese (Adrano, Bronte) e nel Messinese (Capo d’Orlando, il capoluogo), con diffusione in Calabria (Petilia Policastro-Kr, fronta inoltre con il toponimo reggino *Lazzàro*, frazione di Motta San Giovanni; figura inoltre a Udine, in Piemonte, a Geova e in Abruzzo.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Rimini, Pesaro, Lucca, Trieste, Castro (Bergamo), Nociglia (Lecce)-o único núcleo meridional consistente, Piove di Sacco (Pádua), e Fabriano (Ancona). A variante em - *is*, latinizante e de tradição notarial, é veneta, com epicentro em Forno di Zoldo (Belluno). Enfim, Lazzaro individua cerca de 6000 portadores e apresenta núcleos distintos: o primeiro é vêneto, em Pádua, onde ocupa o 35º posto por frequência, no Paduano (Montegrotto Terme, Abano Terme, etc) e em Veneza, com ocorrências milanesas. Um segundo é de Taranto e de Massafra (Taranto), presente também em Nápoles; um terceiro é siciliano em Catânia e na sua região (Adrano, Bronte) e na zona de Messina (Capo d'Orlando e na capital), com difusão na Calábria (Petilia Policastro, Crotona), se defronta também com o topônimo Lazzaro (Reggio Calabria), distrito de Motta San Giovanni, figura também em Udine, no Piemonte em Gênova e nos Abruzzi. (p. 968)

MÉNTI, MÉNTO:¹¹⁹

De Mento, apelido originário de *mento* [**queixo**], atestado em Florença em 1202, ou em área meridional, do neogrego Méntes, um Petrós Méntos foi documentado em 1199. Um documento meridional foi redigido em grego, *Sineus de Mento*, em 1243, na Sicília [Caracausi 1993]. Algumas formas podem depender de um Meno hipocorístico de nomes de pessoa medievais em *-mento* como Comento ou da Mente (cfe. Mentucci). Menti é de Vicenza, com valor mais elevado em Valdagno. Mento se coloca entre os 100 primeiros nomes de família em Messina e se distribui na zona de Messina com núcleos esporádicos no centro-norte e nomeia mais de 1100 cidadãos. (p. 1113)

¹¹⁹ **MÉNTI, MÉNTO:** Da Mento, originario soprannome tratto dal mento, attestato a Firenze nel 1202, o in area meridionale dal neogreco Méntes: un pétros méntos è documentato nel 1199. Un documento meridionale redatto in greco, *Sineus de Mento* nel 1243 in Sicilia [Caracausi 1993]; qualche forma può dipendere de un Meno ipocoristico di nomi di persona medievale in *-mento* come Comento o da Mente (cfr. Mentucci). Menti è vicentino, con il valore più elevato a Valdagno. Mento si colloca tra i primi 100 nomi di famiglia a Messina e si distribuisce nel Messinese, con nuclei sporadici nel Centro-nord; cognomina oltre 1100 cittadini.

MÀINI, MÀINO¹²⁰:

Refletem um nome de pessoa Màiño, de origem germânica, derivado da base “*magin*”- “força”, “poder”, através de um hipocorístico de nomes compostos com esta base como *Mainardi*, *Mainero* [De Felice 1978]; o nome foi documentado como *Mainus*, em Cava e Farfa desde o século IX, *Maynus*, *Meynus*, em área de Novara no século XI. *Maini* é o 31º sobrenome mais frequente na Província de Parma, presente em Medesanom Fidenza, Salsomaggiore Terme, além da capital, e depois em Bolonha, Ferrara, Modena e Carpi (Modena) e em outros locais, na Emília; um grupo reside em Roma; concerne a cerca de 3000 italianos. Pouco menos numeroso, *Maino* é poligenético, com um núcleo lombardo, em Busto Arsizio (Varese) e Brugherio (Monza-Brianza) especialmente, outro em Arco (Trento); é, além disso, muito presente no Piemonte com o 79º lugar em Alessandria e no Vicentino, bem como em Altamura (Bari), Bari e em outros locais. (p. 1030)

Com a análise dos sobrenomes acima, pode-se perceber que existem dois de origem toponímica: Brambilla e Spinelli, três que têm origem através de apelido ou característica física: Brustolin, Bonalume e Lazzari e um, Colombo, que é um sobrenome típico de crianças enjeitadas, originárias de orfanatos ou casas que recolhiam crianças conforme o histórico do sobrenome acima.

4. Considerações finais

Através dessa breve análise, percebe-se que o perfil da comunidade de Nova Milano/Farroupilha – RS permanece o mesmo nas décadas estudadas. Através da origem etimológica dos principais sobrenomes é possível realizar a classificação quanto à motivação dos mesmos e isso possibilita que os usuários dos sobrenomes conheçam mais sobre sua própria história familiar, já que o sobrenome é um legado que acompanha o indivíduo no momento de seu nascimento até a posteridade. É interessante observar que os registros de batismo preservaram a grafia dos so-

¹²⁰ **MÀINI, MÀINO**: Riflettono un nome di persona *Màiño* di origine germanica, derivato dalla base **magin*- ‘forza, potere’, attraverso un ipocoristico di nomi composti con tale base come *Mainardi*, *Mainero* [De Felice 1978]; il nome è documentato come *Mainus* a Cava e Farfa fin dal IX secolo, *Maynus*, *Meynus* in area novarese nell’XI secolo. *Maini* è il 31º cognome per frequenza nella provincia di Parma, presente a Medesano, Fidenza, Salsomaggiore Terme oltre che nel capoluogo, e poi a Bologna, Ferrara, Modena e Carpi-Mo e altrove in Emilia; un gruppo risiede a Roma; riguarda circa 3000 italiani. Di poco meno numeroso, *Maino* è poligenetico, con un nucleo lombardo, a Busto Arsizio-Va e Brugherio-Mb specialmente, un altro ad Arco-Tnn; è inoltre ben presente in Piemonte, con il r. 79 ad Alessandria, e nel Vicentino, nonché ad Altamura-Ba e Bari e altrove.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

brenomes, que é a mesma encontrada no dicionário italiano de sobrenomes italianos. Essa preservação da grafia ocorre tanto na década de vinte, quanto na década de oitenta, isso pode explicar um dos motivos pelos quais o perfil da comunidade não se modificou. Fica claro que a comunidade estudada preserva seus traços de italianidade em função da preservação cultural que realiza e que sabendo sobre suas origens podem conseguir preservar suas raízes e passá-las através das gerações, já que, assim como já mencionado, o sobrenome é muito mais do que uma diferenciação entre pessoas, mas sim um legado que permanece para sempre com o indivíduo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. O Léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires; ISQUERO, Aparecida Negri. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS, 1998

CAFFARELLI, E.; MARCATO, C. *I cognomi d'Italia: dizionario storico ed etimologico*. Torino: UTET, 2008. 2v.

FROSI, Vitalina. Sobrenomes Italianos: um estudo onomástico. *Revista Signum [on-line]*. Vol. 17, n. 2, dez.2014. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/18397/15707>. Acesso em: 10-05-2015.

GUÉRIOS, R. F. M. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Ave Maria, 1973.

MIORANZA, C. *Filius Quondam: a origem e o significado dos sobrenomes italianos*. 2. ed. São Paulo: Larousse do Brasil, 2010.

OLIVEIRA, A. M. P. de; ISQUERDO, A. N. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

**QUEM CANTA SEUS MALES ESPANTA:
DITOS POPULARES ANALISADOS
À LUZ DA LINGUÍSTICA COGNITIVA**

Antonio Marcos Vieira de Oliveira (UERJ)
amvdeo@hotmail.com

RESUMO

Nesta comunicação, apresentaremos os resultados da pesquisa, desenvolvida no mestrado em linguística da UERJ, “Ditos Populares em Músicas do Cancioneiro Popular: Uma Abordagem Cognitiva”, cujo objetivo foi averiguar como as metáforas conceptuais fundamentam ditos populares, seja no formato utilizado pelo senso comum, seja retomados em músicas do cancionário popular. Analisaremos a relação entre a metáfora conceptual *Pessoa estressada/sobrecarregada é um recipiente sob pressão*, que estrutura o dito “Quem canta seus males espanta”, e trechos da música “Quem Canta Seus Males Espanta”, de Zélia Duncan. Este estudo encontra sua justificativa em uma das assunções basilares da linguística cognitiva de que as metáforas conceptuais estão presentes tanto nas conversas cotidianas quanto nas manifestações literárias e artísticas. O estudo é fundamentado pela teoria da metáfora conceptual de Lakoff e Johnson (2002) e seus desdobramentos desenvolvidos por Kövecses (2002, 2005), bem como pela teoria da integração conceptual de Fauconnier e Turner (2002). Além das teorias da metáfora e da integração conceptuais, o conceito de imaginação narrativa (TURNER, 1996) se revelou importante para o sentido dos ditos. O estudo dos ditos populares se insere nas discussões desenvolvidas no âmbito dos estudos sobre metáfora da linguística cognitiva, cuja proposta é observar a multidimensionalidade dos processos de significação das construções linguísticas e reconhecer tais construções como expressões de poder projetivo e metafórico na mente dos falantes. Nesses termos, demonstraremos que construções proverbiais são constituídas por uma rede de integração conceptual, para postular seu poder projetivo e metafórico na mente dos falantes. Espera-se que isto motive outras pesquisas sob o escopo teórico da linguística cognitiva; em especial, as teorias da metáfora e da mesclagem conceptual, que revelaram um potencial descritivo promissor para análise de fenômenos semântico-pragmáticos do português.

Palavras-chave:

Ditos populares. Linguística cognitiva. Metáfora. Mesclagem conceptual.

1. Introdução

Neste estudo, pretendemos analisar o dito popular “Quem canta seus males espanta” retomado na música homônima “Quem canta seus males espanta”, de Zélia Duncan. Os ditos populares são construções notáveis em várias línguas, tanto no tocante às ideias que transmitem, quanto na originalidade e na transmissão de saberes de uma determinada cultura.

O conhecimento dos falantes nativos de língua portuguesa acerca dos usos dos ditos motivou o presente estudo, cujo objetivo é averiguar, com base no arcabouço das teorias da metáfora conceptual (LAKOFF & JONHSON, 1980; KÖVECSES, 2002) e da integração conceptual (FAUCONNIER & TURNER, 2002), se a projeção metafórica presente na construção de sentido do dito selecionado, empregado cotidianamente, sustenta-se quando esse dito é retomado na letra de uma música.

Como o sentido dos ditos envolve projeções de mais de dois espaços mentais, em razão do cenário narrativo que evocam, também buscamos demonstrar que tais construções podem ser explicadas por redes de integração conceptual, de modo que as diferenças de sentido observadas no dito transposto para a letra da música podem estar relacionadas ao tipo de rede de integração conceptual acionado durante o processo de mesclagem.

2. *A teoria da metáfora conceptual*

Os estudos realizados sobre a metáfora, na década de 70, representam um divisor de águas, pois, a partir de então, a metáfora foi concebida com a hipótese de ser um fenômeno do pensamento. Essa inovação vem quebrar paradigmas científicos realizados até então que consideravam a metáfora como um desvio e a colocavam em um plano menor como um simples adorno retórico e residual.

George Lakoff e Mark Johnson em 1980 com a obra *Metaphors We Live By* quebram o paradigma vigente e elevam a essencialidade da metáfora na compreensão do mundo e do homem. Insatisfeitos com gerativismo de Chomsky, que já não dava conta de algumas de suas aspirações com relação à linguagem, e já incorporados ao âmbito da linguística cognitiva, apresentam evidências empíricas de que a metáfora não é apenas um adorno da linguagem.

Para os autores, a grande ocorrência de metáforas na linguagem cotidiana representava um dado objetivo que não podia ser ignorado e corroborava para a existência de uma função que ultrapassasse o simples uso de um processo de significação. A recorrência de expressões metafóricas podia ser entendida como uma dimensão central da metáfora, a de estruturar o nosso sistema conceptual na forma como pensamos, atuamos e agimos.

Ao utilizarmos a metáfora, grande parte dos nossos conceitos são

compreendidos em termos de outros; em outras palavras, a metáfora permite ao ser humano compreender e representar o mundo através da transferência de domínios de conhecimentos. Realizamos essa transferência entre domínios de forma inconsciente, mas buscamos, nas nossas experiências, elementos que nos autorizem a perceber o mundo e acabam por auxiliar no processo de compreensão.

A teoria da metáfora conceptual coloca no mesmo patamar o pensamento e a linguagem. Nesse prisma, a metáfora é entendida como o elemento central da conceptualização e do raciocínio e tem como elemento relevante, a experiência sensório-motora. Frases como “olha onde nossa vida chegou?”, “não cheguei a lugar nenhum” e “estou numa encruzilhada” são realizações linguísticas da metáfora conceptual A VIDA É UMA VIAGEM e podemos dizer que constituem a evidência de que a metáfora estrutura o pensamento a partir de nossas experiências.

A metáfora é caracterizada como um mapeamento, um conjunto de relações que acontece entre domínios conceptuais, denominados de domínio fonte e de domínio alvo. O mapeamento entre os domínios acontece de forma implícita e automática, assumindo funções relevantes no processo da linguagem.

O domínio fonte corresponde ao domínio alvo e vice-versa e as restrições são governadas pelo domínio alvo. A expressão metafórica “Olha onde nosso amor chegou?”, relaciona-se à relação amorosa e é organizada a partir da metáfora conceptual básica O AMOR É UMA VIAGEM. A projeção metafórica entre o domínio fonte, VIAGEM, e o domínio alvo AMOR é estruturada a partir de nossas experiências emocionais, físicas e de nosso conhecimento compartilhado culturalmente.

Essa projeção é fortemente estruturada, na qual entidades do domínio do AMOR (amantes, objetivos comuns, dificuldades, relacionamento amoroso etc.) correspondem de forma sistemática a entidades do domínio VIAGEM (os viajantes, o veículo, o destino etc.). O conjunto de correspondências resultantes desse mapeamento metafórico caracterizará as correspondências que nos levam a raciocinar sobre o amor, utilizando o conhecimento com o qual raciocinamos sobre viagens.

3. A construção de sentidos e a mesclagem conceptual

A teoria da mesclagem conceptual, desenvolvida por Fauconnier e Turner (2002), possui como linha geral de sua investigação as discus-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

sões, travadas no âmbito da linguística cognitiva, acerca da construção do significado.

De acordo com esse enfoque, o processamento do significado é entendido como uma instanciamento de operações mentais que dão conta da ação discursiva, em outros termos, a construção do significado é desenvolvida de acordo com o contexto.

Admitindo o entendimento postulado pelos autores, entendemos que é de natureza capital averiguarmos os tipos de conexões realizados por nossa mente e também o efeito produzido quando as palavras são utilizadas em contextos diferenciados.

Parece-nos natural considerar que a criação e integração de espaços mentais são parte dessa conexão realizada por nossa mente, haja vista que os espaços mentais são construtores mentais utilizados no processamento do discurso a partir de instruções linguísticas fornecidas pelo contexto.

A teoria dos espaços mentais (1985, 1997) é um arcabouço de bastante importância no processo de construção de sentidos. Para Fauconnier (1985, 1997), a construção do significado ocorre por meio de dois processos: (i) a construção de espaços mentais e (ii) a criação de um mapeamento entre os espaços mentais. Acrescenta ainda que a relação entre os mapeamentos sofre forte influência do contexto onde o discurso ocorre, ou seja, a construção de sentidos é situada ou ligada a um contexto específico.

Nesse arcabouço, o espaço mental é uma região do espaço conceitual construída localmente, de acordo com as necessidades específicas do discurso. Desse modo, a formação dos espaços mentais e as relações estabelecidas por eles possuem o poder de contribuir muito na construção de sentidos e esses sentidos podem ser ilimitados.

Com ênfase na operação básica de mesclagem conceptual, os autores postulam que nossa mente cria, integra e projeta espaços, à medida que a ação discursiva avança. Assim, a obra *The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities* (2002) surge como um amplo suporte que versa sobre os processos subjacentes à produção do significado e relata ainda que as conexões realizadas pela mente humana são complexas e inconscientes, o que nos leva a inferir a integração conceptual como uma operação básica do processamento cognitivo humano.

A integração conceptual é um processo cognitivo que permite a

interação entre domínios conceituais que funcionam como input para um novo espaço – a mescla. A interação entre os domínios de input é alcançada através de um mapeamento parcial que projeta seletivamente elementos dos inputs iniciais para um terceiro espaço, o espaço mescla, elaborado de forma dinâmica. Esse mapeamento explora estruturas esquemáticas dos inputs ou desenvolve estruturas esquemáticas compartilhadas. A estrutura compartilhada nos inputs iniciais fica contida em um quarto espaço chamado de espaço genérico.

Esses quatro espaços são conectados através de conexões projetivas e constituem uma rede de integração conceitual representada na figura (1), abaixo.

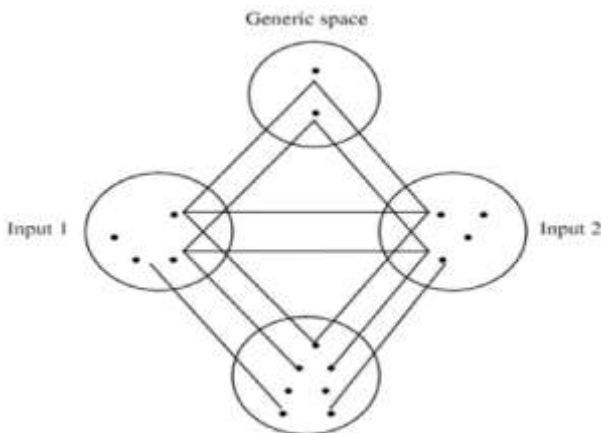


Fig. 1 – Rede da integração conceitual

Fauconnier e Turner (2002) afirmam que criar uma rede de integração é estabelecer espaços mentais, é equiparar esses espaços, é realizar projeções seletivas, é localizar estruturas compartilhadas, é realizar projeções de volta para os inputs iniciais, é buscar novas estruturas para os inputs ou para uma mescla. Em suma, é realizar várias operações no próprio processo de mesclagem.

Ao estabelecermos um espaço mescla, estamos operando cognitivamente dentro desse espaço mescla, o que nos permite manipular vários eventos dentro de uma unidade integrada. A mescla fornece uma estrutura, um elemento novo, inédito, não disponível em nenhum dos outros espaços da rede de integração. Esse elemento novo, que emerge do espaço mesclado, Fauconnier e Turner (2002) denominam de estrutura emergente.

te, que recebe este nome por emergir do processo de mesclagem.

Para os autores, a conceptualização alcançada por meio da mesclagem consiste em um aspecto diferenciador da capacidade cognitiva humana, revelando-se como um mecanismo mental otimizador da memória, em razão da compressão propiciada pela integração entre os espaços de input, cujos elementos são projetados seletivamente no espaço mescla.

Assim sendo, cenários podem ser imaginados numa escala de compreensão ótima, de modo que, por exemplo, podemos conceber uma cerimônia de graduação sem a necessidade de carregar na memória todas as etapas pelas quais passamos até chegar à formatura. Essa compressão de elementos alcançada por meio da mesclagem de relações conceptuais é denominada de relação vital.

Em outras palavras, relação vital é a união entre elementos ou propriedades de contrapartes, de modo a possibilitar a compreensão numa escala humana, ou seja, de forma otimizada e imaginativa. Os autores propõem um pequeno conjunto das relações vitais, que se repetem com frequência em processos de mesclagem e podemos destacar, entre outras, relações de mudança, identidade, tempo, espaço, causa-efeito, parte-todo, representação, papel-valor, analogia, contrafactualidade, propriedade, similaridade, categoria e intencionalidade.

Nessa perspectiva, podemos conceber as relações vitais como relações conceptuais necessárias à integração de espaços mentais de natureza distinta que desempenham papel fundamental na configuração da rede de espaços mentais realizadas pela mente humana.

Por todo o apresentado, podemos aqui ratificar que uma rede de integração conceptual envolve sempre, pelo menos, quatro espaços: dois espaços de entrada, um espaço genérico e um espaço de mescla, embora existam também as mesclas múltiplas, que serão bastante importantes em nossa análise, em que várias entradas são projetadas em paralelo, ou os espaços são projetados sucessivamente em mesclas intermediárias, que servem como espaços para outras mesclas.

4. *Quem canta seus males espanta*

Nesta seção, apresentaremos a análise do dito popular “Quem canta seus males espanta”. Observaremos, neste primeiro momento, a metáfora conceptual que estrutura o referido dito e posteriormente anali-

saremos o dito retomando na música "Quem canta seus males espanta" de Zélia Duncan.

No dito popular "Quem canta seus males espanta", podemos perceber uma clara noção de que algo está sobrecarregando alguém, que, não aguentando mais essa sobrecarga, invoca como solução o canto, para afastar seus males, a carga que afeta uma pessoa.

No dito em análise, a pessoa afastará todos os males, o estresse que a aflige, se cantar. Logo, com base no esquema imagético de CONTÊINER, a pessoa tensa pode ser entendida como um RECIPIENTE, de onde seus sentimentos saem sob a forma de canto. Podemos aqui conceitualizar o canto (sentimento) como uma válvula que promoverá o esvaziamento dos males que estavam transbordando do recipiente (pessoa), de modo a impedir uma explosão.

Dessa forma, evidenciamos que esquemas imagéticos ancoram vários conceitos linguísticos que refletem nossas experiências com o mundo que nos cerca e também ligados às projeções entre domínios conceituais envolvidos nos processos metafóricos que estruturam e organizam o conhecimento a partir das experiências vivenciadas.

O dito popular "Quem canta seus males espanta" é estruturado pela metáfora conceitual PESSOA ESTRESSADA/SOBRECARREGADA É UM RECIPIENTE SOB PRESSÃO que emerge do esquema imagético do CONTÊINER. Tal metáfora nos permite o entendimento de um domínio abstrato em termos de outro domínio mais concreto.

A metáfora que conceptualiza uma pessoa zangada em termos de um recipiente sob pressão possui no seu domínio alvo um indivíduo que passa por algumas adversidades em algum momento de sua vida (trajetória), porém precisa retirar de sua cabeça tal coisa, porque poderia "explodir". Ao falarmos em trajetória, estamos indo ao encontro do esquema imagético do TRAJETO, pois adversidades podem surgir no trajeto/na jornada (vida) do indivíduo. O domínio fonte é composto de elementos referentes ao esquema imagético do CONTÊINER, pois há aqui um indivíduo que está cheio de males, como um fluido quente a ser colocado para fora de seu corpo.

Esse domínio possui também a escolha de cantar ou não, ou seja, deixar o fluido quente sair ou não de seu corpo, espantando, assim, os males. Observamos também o fator que levou a pessoa a encher este contêiner com as dificuldades apresentadas pela vida.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

O mapeamento ocorre através das correspondências que existem entre os domínios. Dessa forma, podemos perceber que a metáfora PESSOA ESTRESSADA/SOBRECARREGADA É UM RECIPIENTE SOB PRESSÃO apresenta as seguintes projeções: a) o CONTÊINER é o indivíduo, b) o canto é a válvula que o impulsiona a colocar para fora o estresse, a fim de ficar bem (espantar os males), c) as adversidades são as dificuldades da trajetória que levam o indivíduo a ficar cheio como um contêiner, d) a escolha do indivíduo é a decisão de deixar o fluido quente sair ou não, e e) o destino final é resultante da escolha de esvaziar ou não contêiner.

Assim sendo, a rede de integração para a conceptualização do dito usado em situações cotidianas apresenta a seguinte configuração.

- Espaço-input (1) – composto de elementos relativos ao frame de vida, onde há um indivíduo que tem a possibilidade de cantar ou não, buscando, assim, espantar todos os seus males.
- Espaço-input (2) – composto de elementos relativos ao esquema imagético do CONTÊINER, onde há um indivíduo que precisa colocar raiva/estresse/tensão, fluido quente, para fora, pois só assim conseguirá continuar sua trajetória.
- Espaço genérico – configurado com a compressão de uma pessoa com raiva em termos de um contêiner cheio, prestes a transbordar, que nos remete à metáfora conceptual PESSOA ESTRESSADA/SOBRECARREGADA É UM RECIPIENTE SOB PRESSÃO.
- Espaço mescla resultado da projeção das contrapartes dos dois inputs interconectados que nos leva ao dito popular “Quem canta seus males espanta” usado em interações cotidianas.

Há no referido dito uma compressão por IDENTIDADE, pois a integração dos indivíduos só é realizada na mescla, já que nos inputs temos indivíduos diferentes com pretensões diferentes: no input 1, há uma possibilidade, ao passo que no input 2 há uma necessidade de diminuir a pressão do contêiner para evitar uma explosão. Também ocorre uma compressão por CAUSA EFEITO, porquanto a decisão de cantar levará o indivíduo a espantar todos os males, deixando o contêiner vazio.

A rede de integração postulada para a conceptualização cotidiana do dito é apresentada na figura (2).

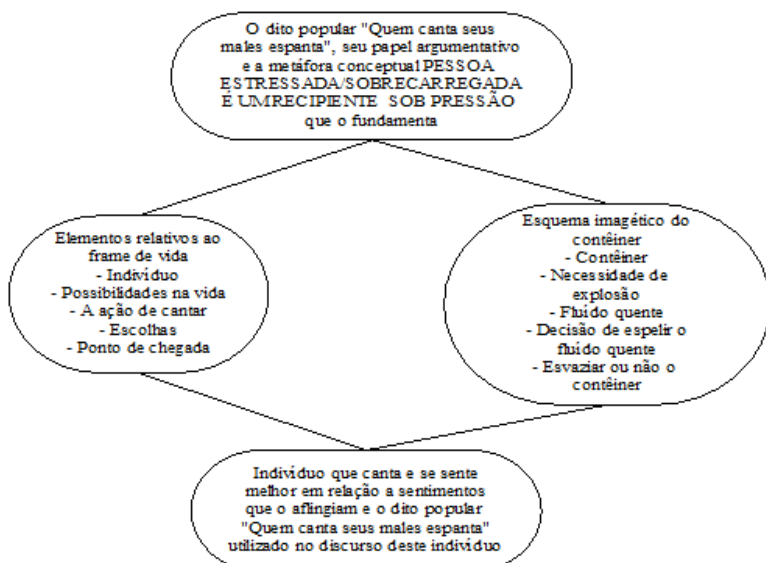


Fig. 2 – Rede de integração de “Quem canta seus males espanta”

Podemos afirmar que, subjacente à metáfora conceptual que estrutura o dito popular “Quem canta seus males espanta”, existe uma combinação complexa dos esquemas imagéticos de TRAJETO e de CONTÊINER, haja vista que, em sua trajetória por um caminho específico, um indivíduo pode cantar para espantar os males acumulados pelas tensões, ou seja, o canto esvaziará o contêiner.

O dito popular “Quem canta seus males espanta” é retomado na música com título homônimo de Zélia Duncan, apresentada abaixo e analisada em seguida.

Quem canta seus males espanta

Entro em transe se canto, desgraça vira encanto
Meu coração bate tanto, sinto tremores no corpo
Direto e reto, suando, gemendo, resfolegando
Eu me transformo em outras, determinados momentos
Cubro com as mãos meu rosto, sozinha no apartamento
Às vezes eu choro tanto, já logo quando levanto
Tem dias fico com medo, invoco tudo que é santo
E clamo em italiano *ó dio come ti amo*
Eu me transmuto em outras, determinados momentos
Cubro com as mão meu rosto, sozinha no apartamento
Vivo voando, voando, não passo de louca mansa
Cheia de tesão por dentro, se rola na face o pranto

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

Deixo que role e pronto, meus males eu mesma espanto
Eu me transbordo em outras, determinados momentos
Cubro com as mãos meu rosto, sozinha no apartamento
É pelos palcos que vivo, seguindo o meu destino
É tudo desde menina, é muito mais do que isso
É bem maior que aquilo, sereia eis minha sina
Eu me descubro em outras, determinados momentos
Cubro com as mãos meu rosto, sozinha no apartamento

(Zélia Duncan)

Após a leitura da letra da música Quem canta seus males espanta, podemos perceber que estamos diante de um desabafo do personagem narrador que em sua trajetória passa por algumas adversidades muito incômodas e opressivas. O narrador acredita que através do canto conseguirá se transformar e espantar os males que o incomodam, como pode ser percebido por meio do verso “entro em transe quando canto, desgraça vira encanto”.

Com exceção do título, o dito não é expresso integralmente, em termos formais, na letra da música. O narrador apenas emprega trechos da frase que o compõe no verso “Deixo que role e pronto, meus males eu mesma espanto”, ao afirmar que ele próprio espanta os seus males. Porém, apresenta como causa, para essa expulsão dos problemas, o canto, estabelecendo, assim, uma relação com o dito presente no título da música Quem canta seus males espanta.

Observamos, em seguida, se a metáfora PESSOA ESTRESSADA /SOBRECARRREGADA É UM RECIPIENTE SOB PRESSÃO estrutura a retomada do dito popular “Quem canta seus males espanta” na letra da música Quem canta seus males espanta com a mesma projeção metafórica postulada para o dito usado de forma geral nas interações cotidianas.

A letra da música é uma narrativa na qual o personagem narrador está em um momento não muito favorável, pois parece estar bastante nervoso, inquieto e fala muito em choro, medo, transformação e solidão. A letra da música inicia com o narrador apresentando a força que a música possui para ele, pois até mesmo as desgraças se transformam em canto.

Entendendo que na letra da música há uma narrativa, conceptualizaremos inicialmente um MCI de narrativa, o qual nos guiará ao input inicial que contém o dito popular “Quem canta seus males espanta” estruturando o discurso do personagem presente na letra da música e a força argumentativa presente nesse dito.

A rede de integração proposta para a interpretação da letra da música possui mais dois inputs: no segundo deles, há elementos referentes ao frame de VIDA, no qual existe um indivíduo com as possibilidades e as escolhas feitas no percurso da vida; há também a ação de cantar, algo muito presente na vida dos seres humanos, e o ponto de chegada, aquele destino a que todos almejam. O terceiro input possui elementos referentes ao esquema imagético do CONTÊINER, no qual temos o contêiner, a necessidade de explosão, o fluido quente e as decisões e as escolhas referentes ao fluido quente.

No espaço genérico, há a metáfora conceptual PESSOA ESTRESSADA/SOBRECARREGADA É UM RECIPIENTE SOB PRESSÃO que estrutura o dito “Quem canta seus males espante” utilizado em situações cotidianas e a força persuasiva presente no dito.

O espaço mescla é constituído por um indivíduo/personagem da música que se transmutou em outras e através do canto sente-se muito melhor. Dessa forma, chegamos ao dito “Quem canta seus males espanta” utilizado no discurso desse indivíduo.

A rede de integração conceptual para a música Quem canta seus males espanta resulta das seguintes relações vitais: (a) relação vital de MUDANÇA, pois a narradora transmuta-se em várias outras mulheres ao longo da música; (b) compressão por CAUSA – EFEITO, já que a narradora só consegue se transmutar, colocar sua raiva para fora, se cantar. A noção de causa e efeito é bastante relevante na letra da música, pois tudo que a narradora apresenta na letra da música só se concretizará se ela cantar, (c) compressão de TEMPO, a música integra fatos em momentos indeterminados e em momentos determinados e (d) compressão por IDENTIDADE, pois a conexão dos indivíduos só se realiza na mescla.

A rede de integração para a conceptualização do dito retomado na letra da música é representada na figura (3).

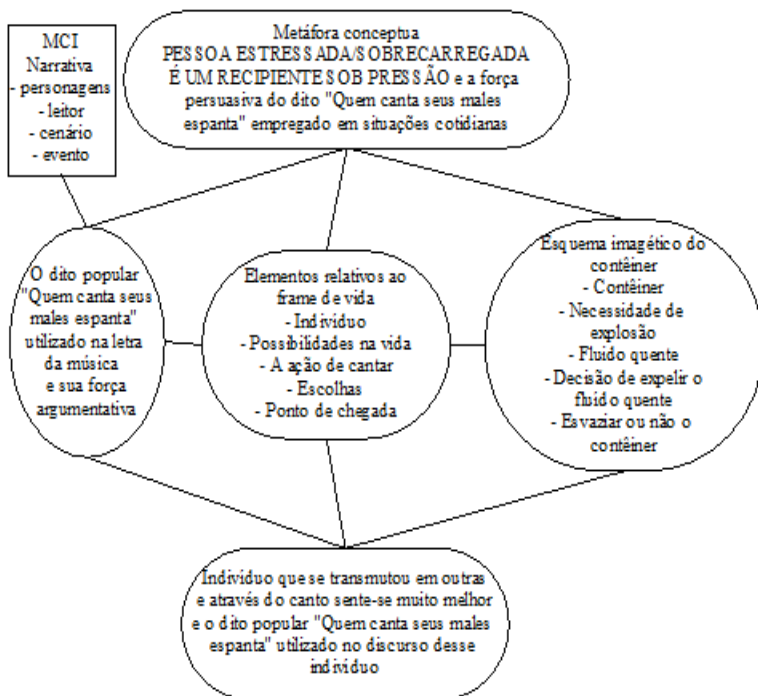


Fig. 3 – Mesclagem na música Quem canta seus males espanta

Concluída a análise da letra da música Quem canta seus males espanta, verificamos que a metáfora conceitual PESSOA ESTRESSADA/SOBRECARREGADA É UM RECIPIENTE SOB PRESSÃO estruturou o dito usado em situações da vida cotidiana e o dito retomado na música com a mesma projeção metafórica.

5. Considerações finais

O estudo possibilitou-nos reconhecer que nos apoiamos em modelos de um mundo concreto para conceituar fenômenos abstratos, não apenas em termos conceituais com a utilização de metáforas, a fim de buscar sentidos precisos, mas também porque, ao integrarmos cognitivamente estados de coisas abstratas e domínios da experiência concreta, asseguramos inconscientemente uma maior eficiência e expressividade no uso da linguagem cotidiana.

No que tange às redes de integração postuladas para explicar a construção de sentido do dito e deste na música analisada, foi possível demonstrar a adequação dessa ferramenta à análise, em virtude da compressão das relações vitais presente nos espaços mentais de input e no espaço mescla.

O dito “Quem canta seus males espanta” expressa uma noção de sobrecarga. Empregamos esse dito em situações cotidianas, quando temos a intenção de mostrar que algo nos sobrecarrega e o canto poderá nos livrar da carga que nos aflige. Isso nos remete ao esquema imagético do CONTÊINER, com base no qual podemos conceber a pessoa sobrecarregada como um RECIPIENTE que necessita de esvaziamento e o canto funcionará como a válvula que promoverá esse esvaziamento. Esse dito é estruturado pela metáfora conceptual PESSOA ESTRESSADA/SOBRECARREGADA É UM RECIPIENTE SOB PRESSÃO.

Esse dito é retomado na música com título homônimo de Zélia Duncan. Na música, estamos diante de um desabafo do personagem narrador que, em sua trajetória, passa por algumas adversidades muito incômodas e opressivas. O narrador acredita que através do canto conseguirá se transformar e espantar os males que o incomodam.

Entendendo que o dito retomado na letra da música, mesmo que de modo não formal, possui a mesma noção expressa pelo dito utilizado em situações cotidianas, sustenta-se a ideia de que a metáfora conceptual PESSOA ESTRESSADA É UM RECIPIENTE SOB PRESSÃO estrutura as duas utilizações do mesmo dito popular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUTRER, Michelle. *Time e tense in narrative and in everyday language*. San Diego: University of California, 1994.

FAUCONNIER, G. *Mental spaces*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____. *Mappings in language and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

_____; TURNER, Mark. *The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basis Books, 2002.

_____; SWEETSER, Eve. *Cognitive links and domains: basic aspects*

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

of mental space theory. In: _____. *Spaces, worlds & grammar*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

FERRARI, Lilian Vieira. Postura epistêmica, ponto de vista e mesclagem em construções condicionais na interação conversacional. *Veredas*, Juiz de Fora: EDUFJF, vol. 3, n. 1, p. 115-128, 1999.

_____. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

FILLMORE, Chales J. Frames and the semantics of understanding. *Quaderni di Semantica*, vol. 6, n. 2, p. 222-254, 1985.

GEERAERTS, D. (Ed.). *Cognitive linguistics: basic readings*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2006.

KÖVECSES, Zóltan. *Metaphor: a practical introduction*. New York: Oxford University Press, 2002.

_____. *Metaphor in culture: universality and variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

MIRANDA, Neusa Salim. Domínios conceptuais e projeções entre domínios: uma introdução ao modelo dos espaços mentais. *Veredas*, n. 4, p. 81-95, 1999.

TURNER, Mark. *The literary mind*. New York: Oxford University Press, 1996.

VELLASCO, Ana Maria de Moraes Sarmiento. Padrões de uso de provérbios na sociedade brasileira. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, vol. 4, p. 122-160, 2000.

XATARA, Claudia Maria; SUCCI, Thais Marini. Revisitando o conceito de provérbio. *Veredas on-line – atemática*, n. 1, p. 33-48, 2008. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo31.pdf>>.

QUEM CRÊ VERÁ
JARGÕES EVANGÉLICOS NA INTERNET

Wagner Pavarine Assen (UEMS)

wagner.assen@gmail.com

Natalina Sierra Assêncio Costa (UEMS)

natysierra2011@hotmail.com

Nataniel dos Santos Gomes (UEMS)

natanielgomes@uol.com

RESUMO

Com humor e cheio de boas intenções, a comunidade evangélica, crescente em todos as denominações, também se propaga pela internet. Mesclando o internetês ao evangeliquês, os cristãos ganham as redes sociais com páginas que permeiam por vezes a crítica, a evangelização e também o humor, essa "língua" bem particular aos que professam a fé cristã. Este artigo tem a intenção de estudar pelos pressupostos sociolinguísticos, as variações e adaptações do falar evangélico à internet. Como se dão os processos e expressões utilizadas nas redes sociais e como isso demarca as teorias labovianas.

Palavras-chave: Jargão. Evangelismo. Redes sociais. Sociolinguística.

1. Introdução

Da maneira mais ampla possível, toda forma de expressão e de linguagem carrega a representação da cultura a que esta foi submetida ou na qual foi inserida. Cada indivíduo, considerado ser “histórico”, leva em si uma bagagem de expressões de um léxico a que desde seu nascimento fora submetido, que segundo Paulo Freire “está inserido num permanente de procura, fazendo e refazendo seu saber”. As ações humanas são representações de um determinado período histórico, e o modo como um determinado falante se expressa é reflexo de inúmeros fatores que se concaenam como tempo, espaço, classe social, escolaridade etc.

E é nesse avanço e mudança da sociedade que a linguagem se modifica de maneira acompanhada. A língua segue o tempo, e alguns modelos de expressão são tornados padrões de diferenciação, um determinado grupo de falantes, por exemplo; seu sotaque ou entoação ao falar determina e faz possível perceber de onde o falante veio. É possível determinar também os “dialetos” de cada grupo social definidos pelo estilo musical como roqueiros, os *rappers*, os adeptos do *reggae*.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Cada falante se insere no meio pelo falar que o aproxima dos demais, além de seus gostos em comum, sua linguagem passa ser semelhante e, pelo advento das *gírias* e dos *jargões*, esse fator se torna ainda mais latente. Nessa interação que o indivíduo verbaliza e simboliza, pode-se perceber o tempo em que ele fala.

Entendida como “sistema de signos simbólicos empregados na intercomunicação social para expressar e comunicar ideias e sentimentos ou conteúdos da consciência” a linguagem se realiza de modo histórico onde cada sistema se realiza em determinada comunidade de falantes. Mas é necessário saber que a *intercomunicação social* é que produz linguagem, por estar inserida no mundo e no meio, e não se realizar individualmente. (BECHARA, 2009)

A *atividade humana de falar* possui cinco dimensões universais – que para o estudo se faz necessário, ressaltando o caráter preliminar da análise, e são elas *criatividade, materialidade, semânticidade, alteridade e historicidade*.

Levando em conta as cinco instancias universais formadoras da linguagem, estas juntas são pressupostos a serem considerados para um análise bem estruturada do objeto em questão, em que a linguagem humana articulada se realiza por meio dos chamados *atos linguísticos* organizados em sistemas.

Sendo o português uma língua constituída por varias outras próximas entre si, como exemplo o espanhol, o galego e o português, se fazem congruentes e únicas apesar das diferenças. Os falantes dessa pluralidade tendem a buscar facilitações para o entendimento de suas comunicações e é, não só, mas também, pelo advento dessa necessidade de comunicação que a língua se molda para que a linguagem se faça comum. Há, então, uma busca por uma unidade de linguagem onde o falante realiza por ordem política e cultural sua expressão; “geralmente, nessas condições, se eleva um dialeto como veículo de expressão e comunicação que paire sobre as variedades regionais e se apresente como espelho da unidade que deseja refletir o bloco das comunidades irmanadas” (BECHARA, 2009). É o que se chama de *língua comum*.

2. *Os evangélicos e as novas tecnologias*

Por esse viés notamos que, não só o cristão evangélico, mas todo aquele que professa a algum tipo de fé ou religião pode ser conhecido pe-

lo falar. Diferenciando assim uns dos outros de modo não segregativo, mas enquadrando o que fala em seu meio de convívio, num processo mais natural possível. Dentre relevantes aspectos sobre as funções da linguagem, esta pode representar a cultura, condição social e nível de escolaridade do falante.

O cristão evangélico oriundo do protestantismo, sempre preconizou se diferenciar das demais crenças e religiões, principalmente do catolicismo romano. Muito deste pensar tem a Bíblia, em traduções estabelecidas na língua portuguesa, tais como a João Ferreira de Almeida, no século XVII. Não só nos ritos e comportamentos essa “separação” é expressa e se evolui até os dias de hoje, essencialmente, pela linguagem. A saber, que a chamada “santidade bíblica”, separação dos santos (crentes) se reflete nas práticas, o que os distancia caracteristicamente dos demais grupos da sociedade. Algo como uma “tribo”, como roqueiros, hippies, que direcionam o modo como vivem de acordo com seus gostos primeiramente musicais, neste caso pela ideologia filosófica cristã, diferenciados do catolicismo, baseados nas premissas protestantes de Lutero, e suas noventa e cinco teses.

O uso de jargões ou também classificado como gíria por Câmara Jr. descreve que jargão/gíria é um vocabulário que, comum a um grupo, faz seu uso na intenção de se distinguirem da massa dos sujeitos falantes (1986, p. 127). Das demais relações pertinentes aos diversos grupos de cristãos na atualidade, surge a relevância de se estudar as vertentes doutrinárias e as estratificações sociais, para se obter o escopo léxico desejado na análise, identificando e analisando, numa ótica sociolinguística, como se forma, desde suas bases protestantes, o falar do cristão contemporâneo.

Sabendo que é através da linguagem que uma sociedade se comunica, de modo a retratar o conhecimento e consciência de si próprio e o mundo que se insere (LEITE & CALLOU, 2002, p. 7) por este viés, não se visa juízo de valor, apenas a análise da linguagem do cristão e de sua comunidade de fala. Suas variações, o uso ou desuso de determinado jargão são marcas relevantes do histórico cultural que se reflete lexicalmente. Assim como a extensão do território brasileiro se mostra vasto as variações de comunicação entre as diversas denominações protestantes que aqui se instalaram, a análise se vale deste artifício para colher dados relevantes. Enquanto um determinado grupo se define pelo uso de jargões outros tantos se definem pelo não uso deles.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Além a televisão como maior propagadora do movimento evangélico, principalmente a partir da década de 1990, a vertente religiosa ganha espaço também na internet. Dentre sátiras, humor, seriedade e evangelismo, brigas e alfinetadas por todos os lados o “crente” se manifesta de modo significativo na grande rede. No Instagram, Facebook, Twitter e diversos sites espalhados pela Web, os jargões evangélicos aparecem causando riso e muito bom humor aos apreciadores que professam a fé ou não.

A propagação dos jargões evangélicos ganha ainda mais força se somada ao humor, na maioria das vezes caricaturados, claro, satirizando o modo como vivem os fieis de hoje em dia, personagens são criados na intenção do riso fácil. Não se faz intento aqui o julgo de valores dessa brincadeira toda. Analisaremos de antemão os aspectos sociolinguísticos das personagens. Clássicos da comédia nacional dos dias atuais, como *Irmã Selma* do Grupo de Humor Terça Insana e *Hermanoteu na Terra de Godah dos Melhores* do Mundo, já antecipavam essa caricatura do meio gospel, as novelas também de modo jocoso os crentes.

Na internet, atualmente o perfil *Irmã Zuleide*, (entre outros) faz às vezes da comunicação humorística, nesse caso a jocosidade se volta para uma personagem que caricatura uma “irmã santarrona”, recatada. A sátira elaborada por esta personagem ficcional criada nas paginas das redes sociais mostra o viés evangélico de um humor que beira por vezes a crítica, alfinetando o fanatismo religioso.

3. “*Não estou entendendo nada*”: humor e boas intenções

Por vezes somente para evangélicos soa familiar os jargões utilizados por irmã Zuleide. O perfil ganhou notoriedade pelo cunho religioso que permeia suas tiradas na internet. Em uma análise sucinta e objetiva postularemos algumas expressões da web na tentativa de marcar possíveis aspectos bíblicos e doutrinários da Irmã Zuleide.

Repreendido:

"Odeio quando vou comer no Mc Donalds e minha dentadura fica presa no hamburger. *Repreendido!!*"

A graça não fica por conta apenas da ocasião mencionada na piada, o “repreendido” destacado faz menção bíblica, onde se repreendia um espírito maligno que atormentava a paz. Nessa ocasião irmã Zuleide “re-

preende” o hambúrguer que fez com que sua dentadura ficasse presa nele.

A expressão se repete em um contexto semelhante:

"As pessoas ficam com vergonha de se ajoelhar na igreja, mas no baile funk só faltam se jogar no chão. *Reprende Senhor!!*"

Aleluia:

"Nessas eleições eu voto em Jesus, pois ele é o único que pode fazer tudo mudar! *Aleluia!!*"

Como se Jesus fosse um possível candidato a expressão ‘aleluia’ no final da frase mostra uma celebração, onde algo com entusiasmo merece ser celebrado. E expressão ‘aleluia’ no âmbito bíblico significa algo como ‘louvem a Deus’.

Queima Jeová:

"Paga 10% do garçon no bar pra encher a cara, mas não paga os 10% do dízimo pra igreja no final do mês. *#QueimaJeová.*"

A expressão “queima Jeová”, faz menção ao Deus guerreiro do antigo testamento que pelo seu fogo consumia inimigos, Jeová e a expressão transliterada do nome de Deus em hebraico. A marca da web linguagem se dá pela # (*hashtag*)

Na informática, a inspiração para usar o símbolo veio do IRC (*Internet Relay Chat*), um tipo de protocolo de comunicação utilizado na rede para bate-papos e trocas de arquivos. No IRC, você inicia uma mensagem com a # e adiciona o nome do canal para indicar que ela pertence a certo grupo ou assunto. Inicialmente era essa a sua função: indexar um tópico ou assunto nas redes sociais com o objetivo de permitir o acesso de todos a uma determinada discussão, já que, ao clicar nas *hashtags*, elas transformam-se em *hiperlinks* (hiperligação de um texto a outros documentos, resultando em um hipertexto). (PEREZ, Lucas. Portal R7 Educação).

Oh Glória:

"O dia é do sexo, mas a noite é de oração. *Ôh Glória!*"

Mais uma expressão que muitos que não são cristãos desconhecem, ‘oh glória’ é interjeição de felicidade. Pode significar uma conquista, uma comemoração, no caso pela noite de oração.

Em nome de Jesus:

"Rosas são vermelhas, violetas são azuis, feriado venha logo, *em nome de Jesus!*"

Grande parte dos evangélicos se utiliza da expressão “em nome de Jesus” seguindo o exemplo escrito na bíblia, no objetivo de alcançar algo

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

pelo nome de Jesus, no texto de João 14 versículo 13 Jesus explica que aquele que pedisse ao Pai em seu nome seria atendido. Sendo assim todo cristão usa dessa expressão no sentido de prece, um pedido ao intercessor junto a Deus, Cristo, objetivando algo em nome de Jesus dando ênfase espiritual a esse pedido. Neste caso a vinda do feriado “vem” pelo nome de Jesus.

Tá amarrado:

"Antigamente os cartazes nas ruas com rostos de criminosos ofereciam recompensas, hoje em dia pedem votos. *Tá amarrado* em nome de Jesus!!"

A marca da oralidade no texto se dá pela contratura do *está* pelo *tá*, funcionando em significado aproximado ao repreendido o ‘*tá amarrado*’ é uma expressão de rejeição, repúdio.

Amém:

"Comigo é só jejum mais oração e voadora na cara do cão! *Amém?*"

A frase inteira é uma expressão bem peculiar da comunidade falante evangélica, a começar pelo *jejum* uma prática bíblica de santificação somada à *oração*, o que difere dos católicos, por exemplo, que dão o nome de *reza* ao ato de comunicação com o divino. O cão é satanás, que ao longo do tempo ganhou muitos outros nomes impares, numa maneira eufêmica de se dizer diabo. Processo histórico desde a inquisição católica postulou a magnitude do inimigo de Deus, entende-se hoje que os vários nomes que recebe se faz pelo processo de eufemismo, a amenização do peso semântico pelo uso de outra palavra. O *amém* seguindo do ponto de interrogação (?) mostra as variáveis do uso deste vocábulo e o que este significa. O termo hebraico é utilizado para afirmar algo, concordar com; uma interjeição que significa: verdadeiramente, assim seja ou certamente. Aqui se dá por uma interjeição interrogativa que presume a concordância, bem-humorada, com as práticas de jejum, oração e “voadora na cara do cão”. Esta última citada mostra repúdio violento, mesmo que nas dimensões da espiritualidade, ao inimigo de Deus.

Os pressupostos definidores do quesito *comunidade de fala* se fazem cruciais para entender a análise. Visto que Labov iniciou seus postulados sociolinguísticos pelo estudo da estrutura e evolução da língua dentro de um contexto social. (LABOV, 1972)

A comunidade de fala não é definida por nenhum acordo/contrato no uso de elementos de língua, mas pela participação em um jogo de normas compartilhadas; tais normas podem ser observadas em tipos claros de comportamentos avaliativos e pela uniformidade de modelos abstratos dos padrões da varia-

ção que são invariáveis em relação aos níveis particulares de uso... (LABOV, 1972, p. 120-121)

As variáveis linguísticas de cada indivíduo passam a ser contextualizadas inseridas dentro de uma determinada comunidade de fala, como a evangélica, afirmando a premissa da heterogeneidade da língua ao notar suas variações.

4. Considerações finais

O discurso bíblico nem sempre é aceito por muitos que estão de fora das comunidades evangélicas e igrejas espalhadas pelo Brasil. Deste modo a ser tornar grupo fechado de falantes os evangélicos se apossam de uma linguagem que se faz familiar somente a eles.

Porém na internet essas expressões se espalham, mesmo que de modo humorístico, tornando essas expressões familiares não só a evangélicos como a boa parte dos usuários e seguidores desses perfis de humor, como o da irmã Zuleide, aumentando e propagando a noção e significado desses jargões a uma comunidade falante que não a evangélica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____; PORTER, Roy (Orgs.). *Línguas e jargões: contribuições para uma história social da linguagem*. São Paulo: Unesp, 1997.

CALVET, L. J. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.

CÂMARA JR., Joaquim Matoso. *Dicionário de linguística e gramática*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CÉSAR, Elben M. Lenz. *História da evangelização do Brasil: dos jesuítas aos neopentecostais*. Viçosa: Ultimato, 2000.

DOUGLAS, J. D. (Org.). *O novo dicionário da bíblia*. Trad.: R. P. Sheed. São Paulo: Vida Nova, 1983.

FRESTON, Paul. *Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético*. Curitiba: Encontro, 1994.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 7. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.

GUY, Gregory. A identidade linguística da comunidade de fala: paralelismo interdialetoal nos padrões de variação linguística. *Organon, Revista do Instituto de Letras da UFRGS*, Porto Alegre.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.

LEITE, Y.; CALLOU, D. *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, L. M. *Introdução à sociolinguística. fundamentação teórica: conceituação e delimitação*. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTEIRO, J. L. *Para compreender Labov*. Petrópolis: Vozes, 2000.

NORBERT, Elias. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1999.

ZULEIDE, Irmã. *Mensagens com amor*. Disponível em:

<http://www.mensagenscomamor.com/diversas/irma_zuleide.htm>.

RECURSOS FRASEOLÓGICOS E ARGUMENTATIVIDADE

Denise Salim Santos (UERJ)
d.salim@globo.com

RESUMO

Este estudo dedica-se à identificação de itens fraseológicos, em especial a enunciados proverbiais que, presentes em textos publicados em mídia impressa, participam da construção de argumentos. Para isso, servem-nos de aporte teórico as ideias de Grésillon e Maingueneau (1984) a respeito da técnica de *détournement* proverbial, desconstrução ou retextualização de uma unidade fraseológica, a fim de fazer circular uma visão crítica sobre determinado tema.

Palavra-chave: *Détournement*. Fraseologismo. Argumentatividade

Muitas e variadas são as maneiras como é definido fraseologismo, termo que recobre um conjunto de ocorrências estudadas na área da Lexicologia e Lexicografia, cuja peculiaridade se apresenta por ser um enunciado constituído de vários elementos lexicais, mas cujo significado final não corresponde à soma de significados de cada um de seus componentes.

Apesar de haver consenso quanto à estrutura básica dos fraseologismos- provérbios, ditados, máximas, locuções, expressões idiomáticas, clichês, anexins, refranes etc. –, cada um deles apresenta alguma especificidade sintática, morfológica, semântica, discursiva e/ou pragmática que os distinguem, às vezes, apenas por tênues traços.

Fórmulas (religiosas, rituais, diretivas, de caráter pragmático), as locuções (frases feitas e expressões idiomáticas) que muito interessam às atividades de ensino de língua estrangeira ou português como segunda língua, também se constituem como centro de interesse dos estudos fraseológicos.

A caracterização de um item fraseológico que é apresentada por Guilhermina Jorge busca simplificar o excesso terminológico existente nesse campo. Assim, situa a fraseologia como um subdomínio da lexicologia, em que se incluem vários tipos de sintagmas que selecionam alguns dos traços a seguir:

constituídos de duas ou mais palavras; não composicionalidade (lexia complexa indecomponível); sentido idiomático/ metafórico / moralizante; não substituições pragmáticas, lexicalização; enunciados consagrados pelo uso; possibi-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

lidade de existência de um duplo sentido-literal e figurado. (JORGE, 2012, p. 59)

O irrefutável, no entanto, é que esses itens lexicais sempre marcam presença como elemento relevante da cultura humana. Por materializarem enunciativamente as experiências do dia a dia em um puro reflexo da sabedoria popular na apreensão do mundo como produto de seu conhecimento e por seu conteúdo e utilidade no ato discursivo, acabam legitimadas, tornando-se fórmulas, as quais, pela repetição no passar do tempo, sobrevivem de geração a geração, como verdades não contestáveis, pertencentes ao conhecimento coletivo de uma comunidade.

Como expressões historicamente construídas, os recursos fraseológicos, nos quais se incluem os provérbios, são instrumentos de alta eficiência crítica e irônica, a partir de um ludismo léxico-semântico e pragmático que atenua ou acentua o impacto crítico ou denunciativo a que se propõe como ocorre em “Nem todo dia é dia (de) santo”, “Quando os gatos não estão em casa, rato passeia em cima da mesa” ou em registro mais informal “Quando o gato sai, os ratos se espalham”. Segundo Maingueneau (2011)

em matéria de expressões cristalizadas, os provérbios ocupam uma posição singular, não só porque constituem frases, com verbo (à noite todos os gatos são pardos) ou não (Tal pai, tal filho), mas também porque são as únicas seqüências cristalizadas que fazem parte da língua, que relevam. (MAINGUENEAU, 2011, p. 42)

Em um de seus estudos sobre aforismos, outra unidade fraseológica, Maingueneau nos informa que a citação de um provérbio deve ser reconhecida pelos alocutários, sem que haja necessidade de o locutor indicar a fonte ou empregar verbos que indiquem citação: “o caráter de citação é marcado apenas por um desnível interno à enunciação, que pode ser de natureza gráfica, fonética, paralinguística”. (MAINGUENEAU, 2011, p. 43). O reconhecimento consagra a formulação proverbial como pertencente ao *Thesaurus* de uma língua, isto é, ao conjunto de enunciados que circulam em dada comunidade linguística e dela é indissociável.

Essa apropriação, pelos falantes, das frases cristalizadas atribuídas à “sabedoria popular”, de acordo com Greimas, permite ter-se “a impressão de que o locutor abandona voluntariamente sua voz, tomando outra de empréstimo a fim de proferir um segmento de fala que não lhe pertence propriamente e que ele está unicamente citando” (*apud* MAINGUENEAU, 2011, p. 45). Dominique Maingueneau denomina tal comportamento discursivo como *hiperenunciação* efetivada por um *hiperenuncia-*

dor que domina os dois interactantes envolvidos no processo de comunicação.

Grésillon e Maingueneau (1984) propuseram a noção de *détournement* (originalmente “*détournement du proverbes*”): “produção de um enunciado que possui marcas linguísticas de uma enunciação proverbial, mas que não pertence ao estoque de provérbios reconhecidos” (GRÉSILLON & MAINGUENEAU, *apud* KOCK, BENTES & CAVALCATE: 2007, p. 45). Pelo conceito de *détournement*, provérbios corrompidos ou descristalizados podem ter finalidades discursivas diferenciadas ora servindo apenas para explorar a camada de superfície do enunciado (a sonoridade, por exemplo, ou o jogo de palavras) na enunciação, ora, para, argumentativamente, exteriorizar uma crítica, uma ironia, a serviço de manobras políticas ou ideológicas.

Zuenir Ventura, em crônica cujo título é “Em poucas palavras” (*O Globo*, 17/114/2012) comenta a engenhosidade do humorista e escritor Dirceu Ferreira, dizendo que “o humor de Dirceu faz pensar fazendo rir, e é impiedoso, às vezes corrosivo (...)”. E cita uma das frases elaboradas pelo humorista “Atrás de um grande homem existe uma mulher que não consegue ver o filme”. Observa-se que a eliminação do modalizador “grande” na segunda parte do provérbio “atrás de um grande homem há sempre uma grande mulher” e o acréscimo de uma oração adjetiva restritiva, cujo valor semântico acaba por desprestigiar a figura enaltecida no provérbio original – a mulher – define um ponto de vista ideológico a respeito do papel da mulher na sociedade, privilegiando aspectos negativos de seu comportamento. Mas todo esse jogo discursivo só pode ser percebido pela riqueza da memória que, recuperando o provérbio original, percebe as marcas do desvio semântico e discursivo presentes na nova construção.

Este comportamento linguístico-discursivo, de o falante se apropriar de uma expressão tradicional em sua língua para provocar a adesão do interlocutor, é possível a partir de várias estratégias de retextualização como substituição de um dos componentes do enunciado, pois os provérbios inserem em um texto uma ideia de partilha, de igualdade entre os que usam determinada língua (JORGE, 2012, p. 60), facilitando a comunicação. Desta forma, eles apresentam outra propriedade: são reconhecidos pelos falantes seja pela construção, forma ou conteúdo, abastecidos nos valores universais e ligados ao homem no seu estar no mundo.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Por esse aspecto, admitimos que os provérbios assumem caráter de fraseologia universal: "Sua autonomia, a maior transparência semântica e a sua pertença a um legado mais universal conferem-lhe um tratamento individual", segundo Guilhermina Jorge. (2012, p. 77)

Afirma-se ainda do significativo repertório de provérbios, sobre alguns dos quais nos debruçamos para este estudo, que todos os seus elementos apresentam, pelos menos, dois traços comuns: um, já citado, é refletirem uma cultura em determinado tempo-espaço. O outro aspecto a ser observado no emprego dessas unidades fraseológicas é o de serem adotados pelo gosto popular dos falantes de uma língua, no seu mais amplo espectro, a tal ponto que essas unidades, à exceção, talvez, dos fraseologismos bíblicos, têm a origem apagada (no caso dos fraseologismos autorais como as máximas) e passam a circular como uma expressão simples, corriqueira, mas ainda bastante eficiente nos atos de comunicação.

Tal deslocamento semântico só surtirá o efeito pretendido pela preservação, ou o não apagamento, do conteúdo original do provérbio, a que chamaremos de sentido de base. A presença do já cristalizado garantirá o efeito de sentido na alteração da unidade proverbial retextualizada. Na distribuição dos modos como pode ser explorado discursivamente o *détournement*, encontramos o tipo *lúdico* (o primeiro apresentado) e o tipo *militante*, que pode se redistribuir em "militante por captação" ou "militante por subversão". Sobre a bipartição inicial – *détournement lúdico e militante* –, Kock, Bentes e Cavalcante se associam à ideia apresentada no início deste artigo, opinando "que todo e qualquer exemplo de *détournement* é "militante" em maior ou menor grau, visto que ele sempre vai orientar a construção de novos sentidos pelo interlocutor". (2007, p. 25)

O *détournement* militante pode ser obtido por captação ou subversão. O primeiro, "militante por captação", abrange as alterações proverbiais em que se mantém a "autoridade original do provérbio", ou seja, a mensagem original se mantém presente para que, a partir daí, o interlocutor apreenda o resultado obtido por efeito da alteração proverbial como ocorre em "Quando um não quer, os dois não compram em outro lugar. Só nas casas Bahia", em que a ideia de solidariedade, parceria, consenso, compreensão se mantém, apesar da substituição do verbo brigar por comprar. Isso é observado também ao se comparar o provérbio "O castigo vem a cavalo" às suas retextualizações em "O castigo vem a jato" ou "O castigo vem em tempo real", estratégia recorrente, por exemplo, em

textos publicitários. Neste caso a ideia de velocidade, rapidez se atualiza nas expressões “a jato” e “em tempo real” de acordo com a necessidade enunciativa de seu produtor (velocidade nos transportes e velocidade digital). A vitalidade semântica proverbial se afirma, pois busca-se um item lexical cristalizado de longa existência no universo fraseológico para dar autoridade aos avanços tecnológicos.

Já o *détournement* “militante por subversão”, muito comum nos textos midiáticos, vai por em xeque a própria autoridade do que está posto no provérbio, como ocorre em “O hábito não faz o monge” em cotejo com o título da matéria. “Sim, o hábito faz o monge, mostra pesquisa”. Estudo americano comprova que significado social das peças que vestimos interfere nos processos cerebrais”. A afirmação em lugar da negação subverte a ideia contida no provérbio original e se transforma em argumento que propõe uma reflexão sobre a questão do vestuário como interferente nos processos cerebrais.

Na época do julgamento dos acusados de participarem do mensalão, a mídia impressa muito se valeu de fórmulas discursivas e de outros fraseologismos para manter aceso o interesse dos leitores. Isto pode ser exemplificado com a manchete de primeira página publicada no jornal *O Globo* à época do julgamento pelo STF: “A ocasião faz o mensalão”, enunciado derivado do dito popular “A ocasião faz o ladrão”, fundamentado no princípio moralizante do provérbio original, aplicado muito apropriadamente para desmoralizar os indivíduos envolvidos no julgamento (quem participou do mensalão é ladrão), um bom exemplo de *détournement* militante por captação definindo, argumentativamente, um posicionamento ético e crítico contrário ao praticado pelos réus.

Martha Medeiros, em “Penso, logo posto”, se apropria da frase descartiana em jogo polifônico e, claro, intertextual, para discutir a questão da capacidade pensante do homem contemporâneo em relação ao mundo virtual: “Penso, logo, existo. Descartes teria que reavaliar esse cogito, ergo sum, pois as pessoas trocaram o verbo pensar por postar. Posto, logo existo” (*Revista O Globo*: 25/03/2012). A substituição de pensar por postar, trabalha com a semelhança das formas, mas aponta a diferença de comportamento social: o pensar sugere isolamento, ação individual. Já o postar indica compartilhamento, exposição. O exemplo apresentado é mais uma ocorrência em que se observa apagamento da autoria, pois é possível que o interlocutor conheça o dito e até o empregue em seu texto, mas já sem a lembrança de que foi Descartes quem o proferiu pela primeira vez.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Na composição de Chico Buarque de Holanda, “Bom conselho”, os versos “Está provado, quem espera nunca alcança e Faça como eu digo/Faça como eu faço, Devagar é que não se vai longe” são, rigorosamente exemplos de *détournement* “militante por subversão”, em que o viés ideológico se sobrepõe ao provérbio original, definindo uma outra forma de se posicionar no mundo.

O provérbio popular “tudo que cai na rede é peixe” foi explorado argumentativamente na manchete do caderno de economia do jornal *O Globo* sob o tema “Economia do mar” (*O Globo*, 03/08/2015, p. 20), ao tratar dos problemas de poluição excessiva na Baía de Guanabara que causam prejuízo à atividade pesqueira na região: “Quando o que cai na rede não é peixe”. A mensagem contida no provérbio de origem é de certo modo otimista, pois há um aproveitamento de tudo o que ocorre ou então, um certo desleixo quanto às propriedades do que se consegue, mas ainda assim, aceito, indicando pouca exigência. Mas, o enunciado desconstruído por processo de *détournement* caminha exatamente no sentido contrário, ou seja, argumentando que, se nem tudo que cai na rede não é peixe, algo está errado e precisa ser denunciado e resolvido, pois a rede no mar simboliza a busca do alimento, a sobrevivência de muitos.

Concluimos esta reflexão sobre os provérbios como unidades do léxico que fortalecem a argumentação, trazendo o pensamento de Maria Luiza Ortiz Alvarez que afirma ter “o provérbio um caráter de fraseologia universal; esta ideia é crucial para o provérbio e denota uma abordagem específica, considerado à parte dos outros tipos de fraseologia. A autonomia do provérbio, a maior transparência semântica e a sua pertença a um legado mais universal precisamente pelo seu caráter mais moralizante, conferem-lhe tratamento individualizado (2012, p. 358). E é exatamente essa solidez de conteúdo que permite a transgressão da materialidade desses enunciados em novas retextualizações, os *détournements*, em favor do ludismo ou da argumentatividade que se apresentam nos mais variados gêneros textuais, comprovando sua produtividade. Eis a razão de enfatizarmos o trabalho com os provérbios em aulas de língua portuguesa para os falantes nativos ou para estrangeiros interessados em aprender português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Maria Luiza Ortiz. Estudos fraseológicos no Brasil: estado da arte. In: _____. (Org.). *Tendências atuais na pesquisa descritiva e apli-*

cada em fraseologia e paremiologia. Campinas: Pontes, 2012, p. 355-375.

BENITO, A. B. G. *Na periferia da fraseologia: estudo contrastivo dos enunciados fraseológicos do português e do espanhol nas aulas e LP*. In: MARÇALO, M. J. et al. *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar colunas*. Évora: Universidade e Évora, 2009. Disponível em: <www.simelp2009.uevora.pt/pdf/sig49/01.pdf>. Acesso em: 20-06-2013.

CRESSOT, M. *O estilo e suas técnicas*. Lisboa. Editora 70, [s/d].

GRÉSILLON, A.; MAINGUENEAU, D. Polyphonie, proverbs et détournement. *Langages*, n. 73, p. 112-125.

JORGE, G. A tradução nos estudos fraseológicos. In: ALVAREZ, M. L. O. (Orgs.). *Tendências atuais na pesquisa descritiva e aplicada em fraseologia e paremiologia*. Campinas: Pontes, 2011, p. 249-275.

KOCK, I. G. V.; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. C. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2007.

KRIEG-PLANQUE, A. *A noção de “fórmula” em análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2010

LAPA, M. R. *Estilística da língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MAINGUENEAU, D. A aforização proverbial e o feminino. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Orgs.). *Fórmulas discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 41-57.

MONTEIRO-PLATIN, R. S. Produtividade fraseológica: do cognitivo ao cultural. In: SILVA, S. (Org.). *Fraseologia e CIA*. Londrina: UEL, 2012, vol. I, p. 123-148.

SILVA, J. P. da. *Ensaio de filologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: O Autor, 2005.

SILVA, S. *Fraseologia & Cia entabulando diálogos reflexivos*. 2. ed. ampl. São Paulo: Pontes Editores, 2014.

SANTOS, D. S. Água mole em pedra dura: provérbios nas aulas de língua portuguesa. In: SIMÕES, D.; OSÓRIO, P. (Orgs.). *Léxico: investigação e ensino*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2014, p. 75-87

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

URBANO, *Um aspecto do português popular do Brasil: sua fraseologia*. 2008. Disponível em: <www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/slp18/04.pdf>. Acesso em: 20-06-2013.

_____. *Da fala para a escrita: o caso de provérbios e expressões populares*. Disponível em: <<http://www.revistainvestigacoes.com.br/Volumes/Vol.21.2/hudnilson.urbano.pdf>>. Acesso em: 20-06-2013.

**TEREZA BATISTA CANSADA DE GUERRA:
UM ESTUDO DO CAMPO LEXICAL DA SEXUALIDADE
NA OBRA DE JORGE AMADO**

Rita de Cassia Ribeiro de Queiroz (UEFS)
rcrqueiroz@uol.com.br

RESUMO

Jorge Amado, ao escrever seus textos, buscou, na medida do possível, recriar a realidade circundante. Neste processo, apresenta elementos da vida cotidiana em suas obras, dentre estes, palavras que circulam na boca do povo brasileiro, melhor dizendo, de uma parte desse povo, ou seja, o baiano. No romance *Tereza Batista Cansada de Guerra*, cuja primeira edição data de 1972, povoam lexis do universo da sexualidade que remetem à linguagem popular, tais como: “chifrudo”, “quiba”, “cornó”, “provar o corpo”, dentre outras. A partir da leitura da décima quinta edição, datada de 1981, procedeu-se ao estudo do vocabulário, aplicando a teoria dos campos lexicais, sendo escolhido o campo da sexualidade, subdividido nos macrocampos: órgãos sexuais (subdividido em órgãos sexuais femininos e órgãos sexuais masculinos); locais de prostituição; relações sexuais; qualificadores (subdividido em qualificadores femininos e qualificadores masculinos). Deste modo, pretende-se atrelar este trabalho aos estudos da língua, da literatura e da cultura através do léxico, que representa a janela pela qual se pode ver a dinâmica dos processos sócio-históricos e linguístico-culturais.

Palavras-chave: *Tereza Batista cansada de guerra*. Jorge Amado. Léxico. Sexualidade.

1. Introdução

Difícil para Tereza foi aprender a chorar, pois nasceu para rir e alegre viver. Não quiseram deixar mas ela teimou, teimosa que nem um jegue essa tal de Tereza Batista. (AMADO, 1981, p. 14).

O estudo do vocabulário de um autor como Jorge Amado revela-se muito interessante, na medida que são descortinados os modos de vida, as práticas sociais, as tradições, os valores, a cultura de uma dada comunidade. Deste modo, compreendem-se as intenções autorais na seleção das unidades lexicais, integrantes do patrimônio lexical da língua portuguesa. Nas páginas do romance *Tereza Batista cansada de guerra*, transparece um vocabulário que é o reflexo e o retrato da forma como os seus personagens nomeiam o mundo circundante. É isso que interessa no presente texto, apresentar a estruturação do vocabulário relativo ao campo léxico-semântico da sexualidade.

2. *Jorge Amado e a obra Tereza Batista Cansada de Guerra*

Filho de João Amado de Faria e de Eulália Leal Amado, Jorge Leal Amado de Faria, conhecido nacional e internacionalmente como Jorge Amado, nasceu no dia 10 de agosto de 1912, na Fazenda Auricídia, em Ferradas, hoje Itabuna, Bahia. Faleceu no dia 6 de agosto de 2001, em Salvador, a poucos dias de completar 89 anos.

Jorge Amado foi para Salvador por volta dos catorze anos, logo se engajando na vida boêmia da cidade. Trabalhou como repórter no jornal “Diário da Bahia”, no período de 1927 a 1929. Juntamente com outros jovens escritores, como Pinheiro Viegas, fundou a Academia dos Rebeldes (1928-1933)¹²¹, agremiação fundamentada na resistência aos modelos dominantes de então. Em 1930 publicou a novela *Lenita*, escrita em parceria com Dias da Costa e Edison Carneiro.

Desde então, Amado não parou mais de escrever e publicar. Constam em sua biobibliografia os seguintes títulos: *O País do Carnaval*, romance (1931); *Cacau*, romance (1933); *Suor*, romance (1934); *Jubiabá*, romance (1935); *Mar Morto*, romance (1936); *Capitães de Areia*, romance (1937); *A Estrada do Mar*, poesia (1938); *ABC de Castro Alves*, biografia (1941); *O Cavaleiro da Esperança*, biografia (1942); *Terras do Sem Fim*, romance (1943); *São Jorge dos Ilhéus*, romance (1944); *Bahia de Todos os Santos*, guia (1945); *Seara Vermelha*, romance (1946); *O Amor do Soldado*, teatro (1947); *O Mundo da Paz*, viagens (1951); *Os Subterrâneos da Liberdade*, romance (1954); *Gabriela, Cravo e Canela*, romance (1958); *A Morte e a Morte de Quincas Berro d'Água*, romance (1961); *Os Velhos Marinheiros ou o Capitão de Longo Curso*, romance (1961); *Os Pastores da Noite*, romance (1964); *Dona Flor e seus Dois Maridos*, romance (1966); *Tenda dos Milagres*, romance (1969); *Tereza Batista Cansada de Guerra*, romance (1972); *O Gato Malhado e a Andorinha Sinhá*, historieta (1976); *Tieta do Agreste*, romance (1977); *Farda, Fardão, Camisola de Dormir*, romance (1979); *Do Recente Milagre dos Pássaros*, conto (1979); *O Menino Grapiúna*, memórias (1982); *A Bola e o Goleiro*, literatura infantil (1984); *Tocaia Grande*, romance (1984); *O Sumiço da Santa*, romance (1988); *Navegação de Cabotagem*, memórias (1992); *A Descoberta da América pelos Turcos*, (1994); *O Milagre dos*

¹²¹ Integravam a Academia dos Rebeldes, além de Jorge Amado e Pinheiro Viegas, Sosígenes Costa, Aydano Ferraz, Guilherme Dias Gomes, João Alves Ribeiro, Walter da Silveira, Edison Carneiro, Da Costa Andrade, De Souza Aguiar e Clóvis Amorim.

Pássaros, (1997); *Hora da Guerra*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2008.¹²²

Suas obras já foram traduzidas em diversos países para mais de quarenta línguas. Também foram adaptadas para o cinema, o rádio e a televisão, não só no Brasil como em diversos outros países, a exemplo de Portugal, França, Argentina, Suécia, Alemanha, Polônia, antiga Tcheco-Eslováquia, Itália e Estados Unidos. Atualmente, conta com exemplares em braile e em audiolivro.

Formado em Direito (1935), nunca exerceu a profissão, viveu exclusivamente da literatura e de seus direitos autorais. Integrou a Academia Brasileira de Letras (1961-2001), ocupando a cadeira 23, cujo patrono é José de Alencar e o primeiro ocupante foi Machado de Assis.

Casou-se duas vezes. A primeira com Matilde Garcia Rosa, com quem teve uma filha, Lila, falecida em 1949. Separou-se de Matilde em 1944, na sua volta do exílio imposto por Getúlio Vargas (1941-1942). Casou-se com Zélia Gattai (1916-2008) em 1945, com quem teve dois filhos: João Jorge (1947) e Paloma (1951).

A partir de 1958, Jorge Amado iniciou uma nova perspectiva nos seus romances, deixando o tom mais panfletário para tratar a questão feminina, com os romances *Gabriela, Cravo e Canela* (1958), *Dona Flor e seus Dois Maridos* (1966), *Tereza Batista Cansada de Guerra* (1972) e *Tieta do Agreste* (1977). Em todos estes, aborda a liberdade da mulher, tanto no trato com seu corpo, quanto com a sua posição na sociedade.

No romance *Tereza Batista Cansada de Guerra*, Jorge Amado conta a história de uma mulher de personalidade forte, que luta pela sobrevivência a todo custo. Desde a infância Tereza Batista luta contra a pobreza e a falta de liberdade. Órfã de pai e mãe, foi vendida pela tia Felipa para o Capitão Justiniano Duarte da Rosa, conhecido como Capitão Justo, que a transforma em escrava sexual após tê-la estuprado. Tereza se apaixona por Daniel, cujo romance é descoberto pelo Capitão. Defendendo-se, acaba por matá-lo. Abandonada pelo amante, é presa e libertada por Emiliano Guedes, um usineiro rico e seu admirador, com quem viverá uma relação fraternal, mas que não duram muito tempo, pois

¹²² Cf. informações em Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br>>. Acesso em: 8-06-2015.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

aquele morre. Foi mandada para um convento, fugindo de lá sob a orientação da cafetina Gabi. Vai para Sergipe. Ciente de sua condição de mulher, usa das armas que possui: poder de sedução e sensualidade, a fim de marcar sua presença em um mundo tão opressor. No entanto, Amado (1981), retomando um pouco a questão social, imprime à personagem o caráter solidário, quando coloca Tereza como líder da campanha contra a varíola no interior de Sergipe. Em Aracaju, Tereza conhece o pescador Januário Gereba, baiano, por quem se apaixonou e com quem viveu uma linda história de amor. Mas Gereba era casado e não podia seguir com Tereza, voltando para a Bahia sozinho. Com a partida de Januário Gereba, Tereza passa por muitos infortúnios, saindo de Sergipe e indo para Salvador a procura de seu amor. Nesta localidade, lidera um movimento de prostitutas, a “greve do balaio fechado”. Em Salvador, conhece outro homem com quem decide se casar, mas Januário Gereba a encontra e os dois seguem juntos para a realização do sonho de amor.

Tereza Batista, com seu espírito de inconformismo, da mulher que recusa sua condição de fragilidade, que não aceita ser objeto, que luta por autonomia, aquela que não desiste de brigar, mesmo cansada de guerra, figura entre as grandes protagonistas de Jorge Amado. A personagem ganhou tanta fama internacional que desde 1977, o Clube Feminista Italiano, cuja sede se encontra em Milão, é chamado de “Casa de Tereza Batista”.

O romance *Tereza Batista Cansada de Guerra* foi adaptado para televisão, em 1992, foi publicado em Portugal e traduzido para mais de dez línguas.

3. *O estudo do léxico*

O léxico representa para o linguista um campo de difícil análise, pelas implicações culturais que possui e porque nele, mais do que em nenhum outro, se observa melhor a condição dinâmica da língua, sua contínua renovação para atender às necessidades de comunicação, fato que reflete a mobilidade das estruturas sociais, que também se renovam incessantemente. (PRETI, 2010, p. 79)

Sendo o léxico o acervo no qual estão contidos todos os elementos que demonstram a dinamicidade da língua e, sendo aquele constituído pelas necessidades dos usuários da língua, faz-se *mister* apresentar como se dá a relação língua, literatura, cultura e sociedade, a partir da análise

de uma obra literária, no caso o romance *Tereza Batista Cansada de Guerra*. (AMADO, 1981)

Jorge Amado, como bom artífice das palavras, traz em seus textos as marcas da sociedade que está retratando, apresentando os modos de vida, a cultura, as tradições, os valores, etc. O próprio autor, ao selecionar as lexias que compõem a obra, já o fez intencionalmente, a fim de retratar no vocabulário como os personagens interagem espacialmente, linguisticamente, culturalmente e socialmente.

Não importa se as palavras semeadas na obra literária nasceram da verdade, da imaginação, das lembranças da representação ou de um pouco de tudo, o que importa é que representa um momento histórico, um tempo e um lugar. A literatura é o espelho da sociedade, e a sociedade influencia e/ou modifica a literatura. (SOUSA; CHAVEIRO, 2008, p. 94)

Destarte, objetiva-se apresentar a estruturação do vocabulário da obra *Tereza Batista Cansada de Guerra*, à luz da teoria dos campos lexicais (COSERIU, 1986). Nessa abordagem, toma-se o conceito de família de palavras, ou conjunto que compreende unidades lexicais envolvidas em uma mesma zona de significação. Segundo Ulmann (1964, p. 83) “[...]o vocabulário dá assim a impressão de um vasto arquivo ordenado, no qual todos os artigos da nossa experiência estão registrados e classificados”.

Sendo o léxico o testemunho da sociedade e o reflexo dos diferentes momentos pelos quais passou a história do grupo social que representa, optou-se, aqui, por trazer à tona as lexias que compõem o campo da sexualidade. De acordo com Preti (2010, p. 81):

[...] a ligação entre léxico e costumes, muito maior se torna, quando se refere a certos vocabulários, como, por exemplo, aqueles que representam o ato sexual e as práticas eróticas, porque os juízos da sociedade sobre eles se transferem também para o léxico.

Sendo assim, Jorge Amado (1981) traz em sua obra lexias que podem ser consideradas chulas, populares, tabus, mas que, nem por isso ele deixou de apresentá-las, pois aquelas representam o grupo social que as usa e verbaliza, sem pudor algum.

3.1. A organização do vocabulário a partir do campo da sexualidade

A partir da leitura da obra *Tereza Batista Cansada de Guerra*, foi tomado o campo da sexualidade para análise, sendo este subdividido nos seguintes macrocampos: órgãos sexuais femininos e órgãos sexuais masculinos; locais de prostituição; relações sexuais; qualificadores femininos e qualificadores masculinos.



Quadro 1: Campo, Macrocampos e Microcampos

Para a organização do vocabulário foram adotados alguns critérios, a saber:

- As lexias foram apresentadas em letras maiúsculas e em negrito e dispostas na ordem em que aparecem na obra;
- As lexias compostas foram classificadas como locução;
- As entradas dos substantivos foram feitas no masculino ou feminino singular;
- As entradas dos verbos estão no infinitivo;
- As lexias foram apresentadas conforme constam nos dicionários e os exemplos de acordo com a obra sob análise;
- Após a entrada e a classificação foi apresentada a significação da lexia ou locução dentro do contexto específico, seguida por exemplos extraídos da obra, com a lexia em destaque.

3.2. O vocabulário através dos campos lexicais

3.2.1. Macrocampo Órgãos Sexuais

Este macrocampo está subdividido em dois microcampos: órgão sexuais femininos e órgãos sexuais masculinos, conforme se pode visualizar no quadro a seguir:

		Cabaço
	Órgãos Sexuais Femininos	Peito
Órgãos Sexuais		Seio
		Rosa de ouro
	Órgãos Sexuais Masculinos	Baixio
		Quiba
		Bago

Quadro 2: Macrocampo dos Órgãos Sexuais

3.2.1.1. Microcampo Órgãos Sexuais Femininos

CABAÇO – s.m. ‘Hímen’.

“[...] de terras adquiridas a preço de banana, sob ameaça de clavinote e punhal, de meninas estupradas no verdor dos *cabaços*, meninas eram o fraco de Justiniano Duarte da Rosa”. (p. 68)

PEITO – s.m. ‘Cada um dos seios femininos’.

“Parecia um moleque, o corpo esguio, os *peitos* apenas despontando na chita da blusa, o saioite no meio das coxas longas”. (p. 69)

SEIO – s.m. ‘Peito’. → ‘Mama’.

“Agora, no entanto, lambe os beijos quando ela passa e acompanha guloso a formação do corpo, o despontar dos *seios*, as primeiras curvas das ancas; [...]”. (p. 69)

ROSA DE OURO – loc. subs. ‘Vagina’.

“[...] por que ficara à espera que o sangue brotasse em Tereza, tingindo sua pequena *rosa de ouro*, [...]”. (p. 74)

3.2.1.2. Microcampo Órgãos Sexuais Masculinos

BAIXIO – s.m. ‘Área dos órgãos sexuais’.

“Propôs mas não esperou que ele corresse dentro; manda-lhe um pontapé nos *baixios* visando os quibas [...]”. (p. 19)

QUIBA – s.m. ‘Testículo’.

“Propôs mas não esperou que ele corresse dentro; manda-lhe um pontapé nos baixios visando os *quibas* [...]”. (p. 19)

BAGO – s.m. ‘Testículo’.

“Ao ver o corno rugindo, as duas mãos na altura dos *bagos* [...]”. (p. 28)

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

3.2.2. *Macrocampo Locais de Prostituição*

Este macrocampo é marcado pelas lexias populares, as quais designam os prostíbulos, mas também por aquela que mudou semanticamente ao passar da língua francesa para a língua portuguesa, no caso *rendez-vous*. Vejam-nas no quadro que se segue:

	Cabaré
	Castelo
Locais de Prostituição	Rendez-vous
	Alcova
	Açougue de carne fresca
	Puteiro

Quadro 3: Macrocampo dos Locais de Prostituição

CABARÉ – s.m. ‘Casa de espetáculos onde se come, bebe e também as mulheres se prostituem’.

“[...] dado porém a mulheres e farras, a conflitos em *cabarés* e prostíbulos, [...]”. (p. 18)

CASTELO – s.m. ‘Casa de prostituição’.

“[...] recebera proposta de Veneranda, dona do *castelo* mais elegante e caro de Aracaju”. (p. 24)

“Tereza poderia residir no próprio *castelo*, se preferisse”. (p. 24)

RENDEZ-VOUS – s.m. ‘Casa de prostituição’.

“Descreveu-lhe o *rendez-vous*: vasto sobrado colonial, discreto entre árvores, em meio de terreno cercado de altos muros, os enormes quartos subdivididos em modernas e íntimas alcovas, [...]”. (p. 24)

ALCOVA – s.f. ‘Quarto das casas de prostituição que servem para os encontros sexuais’.

“Descreveu-lhe o *rendez-vous*: vasto sobrado colonial, discreto entre árvores, em meio de terreno cercado de altos muros, os enormes quartos subdivididos em modernas e íntimas alcovas, [...]”. (p. 24)

AÇOUGUE DE CARNE FRESCA – loc. subst. ‘Prostíbulo’.

“[...] a nossa ilustre Veneranda, dona do mais afamado *açougue de carne fresca* da cidade; dizque só fornece filé *mignon* mas hoje mesmo quis me empurrar um bucho francês malcheiroso”. (p. 30)

PUTEIRO – s.m. ‘Prostíbulo’.

“Em mais de uma circunstância Justiniano ameaçara fechar seu *puteiro* [...]”. (p. 80)

3.2.3. *Macrocampo Relações Sexuais*

Este macrocampo também é marcado por lexias do universo popular, as quais podem ser visualizadas no quadro a seguir:

Relações Sexuais	Frete Dar Derrubar
-------------------------	--------------------------

Quadro 4: Macrocampo dos Locais de Prostituição

FRETE – s.m. ‘Flerte com interesses sexuais’.

“Tereza sorri gentil porém distante; está de coração trancado, vazio, desinteressada de olhares de admiração ou de *frete*, [...]”. (p. 17)

DAR – verbo. ‘Manter relações sexuais’.

“Se não *deu* ao poeta, por que houvera de *dar* ao patrão dos tecidos?” (p. 54)

DERRUBAR – verbo. ‘Manter relações sexuais’.

“Muitas já *derrubara*, naquele colchão da casa da roça no colchão da casa da cidade”. (p. 79)

“[...] e não a *derrubara* em nenhum dos dois quartinhos escuros e, sim, na alcova de solteira da casa na Praça da Matriz, [...]”. (p. 81)

3.2.4. Macrocampo Qualificadores

Este macrocampo está subdividido em dois microcampos: qualificadores femininos e qualificadores masculinos, exemplificado no quadro a seguir:

		Mulher macho
		Boca-suja
	Qualificadores Femininos	Siá-puta
		Rapariga
		Cadela
		Metida a besta
		Alcoviteira
		Corno aflito
		Chifruado
		Corno
		Porreta
Qualificadores		Fátuo
		Fichinha
	Qualificadores Masculinos	Gabo
		Frouxo
		Pernas de varapau
		Galalau
		Coroca
		Mulherengo
		Xereta
		Escroto
		Gostosão
		Garganteiro

Quadro 5: Macrocampo dos Qualificadores

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

3.2.4.1. Qualificadores femininos

MULHER-MACHO – loc. adj. ‘Mulher com características e/ou atitudes masculinas’.

[...] nem *mulher-macho*, nem Paraíba, nem boca-suja – ai, boca mais limpa e perfumosa! –, nem jararaca, nem desordeira, nem puxa-briga; se alguém assim lhe informou, ou quis lhe enganar ou não conheceu Tereza Batista”. (p. 14)

BOCA-SUJA – loc. adj. ‘Que diz palavras de baixo calão’ → ‘Que fala muitos palavões’.

[...] nem *mulher-macho*, nem Paraíba, nem *boca-suja* – ai, boca mais limpa e perfumosa! –, nem jararaca, nem desordeira, nem puxa-briga; [...]”. (p. 14)

SIÁ-PUTA – loc. subst. ‘Prostituta’. ‘A expressão siá é corruptela de sinhá, tratamento dado pelos escravos à sua senhora’.

“– É assim, *siá-puta*, que foi visitar sua mãe doente em Propriá?”

RAPARIGA – s. f. ‘Meretriz’. → ‘Prostituta’.

[...] a tempo exato de assistir à mão espalmada do grandalhão pela segunda vez na cara da *rapariga* [...]”. (p. 18)

CADELA – s. f. ‘Prostituta’.

[...] a repisar palavras tão repetidamente ouvidas em tempos distantes: ‘aprenda a me respeitar, *cadela!*’; [...]”. (p. 18)

METIDA A BESTA – loc. adj. ‘Orgulhosa’.

“– Hoje de tarde conversei com uma pessoa que me disse: essa tal de Tereza Batista é um poço de orgulho, *metida a besta*”. (p. 30)

ALCOVITEIRA – adj. ‘Corretora de prostitutas’.

“De seu tempo de *alcoviteira* guarda rancor por Veneranda”. (p. 30)

3.2.4.2. Qualificadores masculinos

CORNO AFLITO – loc. adj. ‘Diz-se do homem traído (sexualmente) pela mulher, ou companheira, ou namorada etc. e que fica aflito em saber da situação’.

[...] – o que mais dá em cabaré é *cornos aflitos* –, [...]”. (p. 18)

CHIFRUDO – s. m. ‘Diz-se de quem foi (ou é frequentemente) traído pelo cônjuge’ → Popular ‘Corno’.

“Os dois bandos recebem reforços: de um lado os restantes sequazes do incômodo *chifrudo*, [...]”. (p. 19)

CORNO – s. m. ‘Diz-se do homem traído (sexualmente) pela mulher, ou companheira, ou namorada etc.’.

“Já no escuro, ouve-se o berro do *cornos* Libório, Tereza acerta-lhe o pé onde devido”. (p. 20)

“Ao ver o *cornos* rugindo, as duas mãos na altura dos bagos [...]”. (p. 28)

PORRETA – adj. ‘Bom’ → ‘Bacana’.

“A estreia da estrela candente do samba – o Pachola era uma (*sic*) *porreta* na propaganda, sem rival na invenção de frases e *slogans* publicitários [...]”. (p. 15)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

FÁTUAO – adj. ‘Insensato’. → ‘Tolo’.

“[...] todas as tardes no Café e Bar Egito despachando clientes, rindo dos *fátuos* e traçando umas bramotas, por entre a fumaça de permanente charuto”. (p. 15)

FICHINHA – s.f. ‘De menor valor’ → ‘Que não compete com outro na mesma proporção’.

“– Junto do poeta sou *fichinha*, bebo minhas cervejas mas ele não tem medida”. (p. 17)

GABO – s.m. ‘Elogio de si próprio’ → ‘Vaidade’. (p. 18)

“Ali mesmo quis improvisar versos de lisonja e *gabo*, em plena dança, [...]”. (p. 18)

FROUXO - s.m. ‘Covarde’.

“– Homem que bate em mulher não é homem, é *frouxo*... [...]”. (p. 19)

“– e em *frouxo* eu não bato, cuspo na cara”. (p. 19)

PERNAS DE VARAPAU – loc. adj. ‘Diz-se da pessoa cujas pernas são longas’.

“[...] não alcança a meta, o sujeito tinha *pernas de varapau*”. (p. 19)

GALALAU – s.m. ‘Diz-se de pessoa muito alta e magra’.

“Em seguida o caboclo impede que um dos sequazes do *galalau* esfregue a sola do sapato na cara do poeta José Saraiva, [...]”. (p. 20)

COROCA – s.m. ‘Diz-se de pessoa velha que se acha enfraquecida e doente, ou confusa, pouco lúcida’ → ‘Caduco’

“[...] da fraternidade dos velhinhos de Alma Castro; todos eles *corocas*, ricos, pródigos, ilustres e impotentes. Não mandou bulhufas”. (p. 22)

MULHERENGO – adj. ‘Dado a mulheres’. → ‘Farrista’.

“[...] Lulu Santos: com muletas e tudo, o rábula tinha fama de *mulherengo* retado”. (p. 22)

XERETA – s.m. ‘Diz-se de pessoa indiscreta, intrometida’.

“[...] entrara no Paris Alegre a tempo de vê-la cuspir na cara do *xereta* e enfrentá-lo, mulherzinha valente de se tirar o chapéu”. (p. 27)

ESCROTO – s.m. ‘Indivíduo reles, desonesto e inescrupuloso’.

“Raça de *escrotos*, concluiu Lulu Santos”. (p. 28)

GOSTOSÃO – adj. ‘Bonitão’. → ‘Convencido’.

“Calixto Grosso, mulato tirado a *gostosão*, uma prensa, [...]”. (p. 40)

GARGANTEIRO – adj. ‘Falador’. → ‘Mentiroso’.

“Vai se ver e o *garganteiro* é mesmo primo de Ogum nem que seja bastardo, [...]”. (p. 48)

4. Considerações finais

Enveredar pelas teias lexicais é sempre uma tarefa que nos conduz ao conhecimento de novas lexias. Quando essa investigação é realizada a partir do vocabulário de um autor como Jorge Amado, torna-se ainda mais instigante, pois o escritor buscou, nas páginas dos seus romances, trazer à tona a produção lexical de seu povo. Se a vida é dinâmica, isso se

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

reflete no léxico, pois este é, dos níveis linguísticos, o mais extralinguístico.

Na obra *Tereza Batista cansada de guerra*, Jorge Amado traz para a cena literária lexias como ‘quiba’, ‘açougue de carne fresca’, ‘frete’, ‘metida a besta’, ‘corno aflito’, dentre outras, que representam o universo lexical do povo brasileiro, falante da língua portuguesa aqui implantada.

No presente texto, foi apresentada uma pequena parte do campo lexical da sexualidade constante na obra em análise, pois não seria possível trazer todas as lexias para este espaço. Sendo assim, estudar da história das palavras nos revela as relações que há entre língua e cultura, registradas através do léxico, pois este traz as marcas socioculturais de um determinado grupo transmitidas de geração em geração. E, sendo o sexo um fato cultural, as lexias que integram esse campo semântico correspondem às necessidades dos atores sociais envolvidos no ato sexual. A citação de Preti (2010, p. 81) corrobora essa afirmativa, pois, “E, se é muito grande, de fato, a ligação entre léxico e costumes, muito maior se torna, quando se refere a certos vocabulários, como por exemplo, aqueles que representam o ato sexual [...]”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Disponível em:
<<http://www.academia.org.br>>. Acesso em: 8-06-2015.

AMADO, Jorge. *Tereza Batista cansada de guerra*: romance. Ilustrações de Calasans Neto. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 1981.

COSERIU, Eugenio. *Princípios de semântica estrutural*. 2. ed. Vers. esp.: Marcos Martínez Hernández, rev. por el autor. Madrid: Gredos, 1986.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. totalmente revista e ampliada. 4. reimpr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; MELLO FRANCO, Francisco Manoel de. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Elaborado no Instituto Houaiss de Lexicografia. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

PRETI, Dino. *A linguagem proibida: um estudo sobre a linguagem, erótica*. 2. ed. São Paulo: LP&B, 2010.

SOUSA, Andréia Aparecida Moreira de; CHAVEIRO, Egmar Felício. O Diálogo entre geografia e literatura: a representação de Goiânia na obra *Viver é Devagar*. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, vol. 2, n. 5, p. 89-120, dez. 2008.

ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Trad.: J. A. Osório Mateus. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

TOPONÍMIA NA PERSPECTIVA
DA TEORIA DA INTERDISCIPLINARIDADE:
BREVES CONSIDERAÇÕES NO CONTEXTO DO ENSINO

Verônica Ramalho Nunes (UFT)

vevethin@gmail.com

Karylleila dos Santos Andrade (UFT)

karylleila@gmail.com

RESUMO

A toponímia é a disciplina que estuda os topônimos, ou seja, os nomes próprios de lugares. É considerada parte da linguística e possui relações intrínsecas com a geografia, história, antropologia e outras áreas do saber, sendo uma disciplina de conteúdo interdisciplinar e está presente na grande área dos estudos lexicais. O estudo dos nomes de lugares preconiza movimentos que agregam fatores linguísticos, históricos, geográficos, sociais, culturais, não podendo ser vistos como um estudo de saberes isolados. Nesta perspectiva, a toponímia revela-se como uma disciplina interdisciplinar, por estabelecer uma interface com outras áreas. Desse modo, o ato de nomear torna-se imprescindível, de modo que os indivíduos deixam suas marcas, sua herança cultural e histórica. Fica evidente a relação desses estudos com a toponímia, visto que o ato de nomear possibilita maior interação do indivíduo com o meio em que habita. O estudo dos nomes de lugares é identificado a partir dos múltiplos olhares. Transita de maneira significativa pelas diversas áreas do saber, auxiliando na ampliação do conhecimento. Esses aspectos permitem que o processo de denominação dos topônimos não se realize de maneira fragmentada, ou seja, a partir de múltiplas possibilidades. Um exemplo é que esse estudo, sob a perspectiva do ensino, pode auxiliar o aluno na compreensão e construção de uma memória identitária dos lugares.

Palavras-chave: Toponímia. Interdisciplinaridade. Ensino.

1. Introdução

A toponímia é uma disciplina de conteúdo interdisciplinar e está presente na grande área dos estudos lexicais. Por meio do léxico, os grupos batizam os elementos ao seu redor, evidenciam sua cosmovisão e *modus vivendi*. Desse modo, o ato de nomear torna-se imprescindível, de modo que os indivíduos deixam suas marcas, sua herança cultural e histórica.

A toponímia revela-se, portanto, interdisciplinar ao manter relações intrínsecas com a história, antropologia, geografia, psicologia. Fica evidente a relação desses estudos com a toponímia, visto que o ato de nomear possibilita maior interação do indivíduo com o meio em que habita. Sousa (2013, p. 297) aborda que “o trabalho com a toponímia arti-

culará saberes geográficos, históricos, biológicos, antropológicos, além, é claro, de saberes linguísticos”.

Sabemos que a interdisciplinaridade busca um conhecimento universal e integrado dos saberes. Possibilita que a inovação e a dinâmica sejam constantes no âmbito das disciplinas e das metodologias aplicadas, ampliando assim, o processo de aprendizagem.

Para que o conhecimento seja pleno e ampliado, é importante que as disciplinas sejam trabalhadas por uma abordagem descompartmentalizada e desfragmentada. Com isso, os conhecimentos se integrariam e caminhariam para universalidade, de modo que a integração dos currículos baseados nos interesses e necessidades dos alunos atenderiam as relevâncias sociais de conhecimentos como ciências exatas, humanas, biológicas e sociais.

O surgimento da *interdisciplinaridade* deu-se por volta da década de 60 do século XX, na Itália e na França, em meio aos movimentos estudantis, que, dentre várias reivindicações, estava o anseio por um ensino que estivesse em sintonia com as questões socioeconômicas e políticas do período. Segundo Fazenda (2006, p. 5) “a década de 60 inaugura o início dos estudos sobre interdisciplinaridade. Surgem entre os teólogos e fenomenólogos a busca de um sentido mais humano para a educação e baseiam-se numa antropologia filosófica”.

Servindo-nos, por exemplo, de uma definição clássica produzida em 1970 pelo CERFI – Centro para Pesquisa e Inovação do Ensino – órgão da OCDE (Documento Ceri/HE/SP/7009), no qual *interdisciplinaridade* é definida como interação existente entre duas ou mais disciplinas, verificamos que tal definição pode nos encaminhar da simples comunicação das ideias até a integração mútua dos conceitos-chave da epistemologia, da terminologia, do procedimento, dos dados e da organização da pesquisa e do ensino, relacionando-os. Tal definição, como se pode constatar, é muito ampla, portanto não é suficiente nem para fundamentar práticas interdisciplinares nem para pensar uma formação interdisciplinar de professores. Podemos proceder a uma decodificação na forma de conceber a interdisciplinaridade. Fourez (2001) fala-nos de duas ordens distintas, porém complementares, de compreender uma formação interdisciplinar de professores, uma ordenação científica e uma ordenação social. A científica nos conduziria à construção do que dominaríamos saberes interdisciplinares. A organização de tais saberes teria como alicerce o cerne do conhecimento científico do ato de formar professores, tais que a estruturação hierárquica das disciplinas, sua organização e dinâmica, a interação dos artefatos que as compõem, sua mobilidade conceitual, a comunicação dos saberes nas sequências a serem organizadas. Essa proposição conduziria à busca da cientificidade disciplinar e com ela o surgimento de novas motivações epistemológicas, de novas fronteiras existências. Por isso, entendemos o seguinte: cada disciplina precisa ser analisada não apenas no lugar que ocupa ou ocuparia na

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

grade, mas nos saberes que contemplam, nos conceitos enunciados e no movimento que esses saberes engendram, próprios de seu *locus* de cientificidade. Essa cientificidade, então originada das disciplinas, ganha *status* de interdisciplina no momento em que obriga o professor a rever suas práticas a redescobrir seus talentos, no momento em que ao movimento da disciplina seu próprio movimento for incorporado. A segunda, então denominada ordenação social, busca o desdobramento dos saberes científicos interdisciplinares às exigências sociais, políticas e econômicas. Tal concepção coloca em questão toda a separação entre a construção das ciências e a solicitação das sociedades. No limite, diríamos mais, que esta ordenação tenta captar toda complexidade que constitui o real e a necessidade de levar em conta as interações que dele são constitutivas. Estuda métodos de análise do mundo, em função das finalidades sociais, enfatiza os impasses vividos pelas disciplinas científicas em suas impossibilidades de sozinhas enfrentarem problemáticas complexas. (FAZENDA, 2008, p. 18-19)

No Brasil, o surgimento da interdisciplinaridade ocorreu no final da década de 60, e sua chegada acabou exercendo grande influência em relação à elaboração das leis que regulamentam o ensino no país. A presença da interdisciplinaridade intensifica-se cada vez mais no cenário educacional brasileiro por meio da nova LDB N° 9.394/96, dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN) na década de 90, bem como, das novas *Diretrizes Curriculares para a Educação Básica*. A interdisciplinaridade ganhou força também nas escolas, integrando a prática e o discurso dos professores. Todavia, é comprovado que a interdisciplinaridade precisa ser mais conhecida e difundida no meio educacional, para que seja consolidada de fato nos processos de ensino. É necessário que o fazer interdisciplinar se desenvolva de fato na prática pedagógica.

Pensar de forma interdisciplinar possibilita ao homem o alcance de uma postura mais crítica diante dos fatos da realidade, compreendendo-a melhor. Ela vai além da justaposição de matérias quando interagimos em busca de objetivos comuns. Além disso, contribui para que o aluno amplie o seu campo de conhecimento, aprendendo a olhar um mesmo objeto sob distintos prismas. Nesse sentido, os acontecimentos da realidade social devem ser tratados de maneira desvinculada e desfragmentada, para que sejam dados os reais valores aos contextos sociais, econômicos, políticos e pessoais das experiências significativas dos alunos.

2. Toponímia no contexto da interdisciplinaridade

O anseio em diluir a tendência desarticulada e fragmentada do processo de conhecimento faz-se pela necessidade de comunicação e in-

teração entre as diferentes áreas do saber, superando-se a fragmentação do conhecimento que paira sobre o ensino, reproduzindo um saber dividido e resultando na desvinculação do conhecimento identificado atualmente.

O estudo dos nomes de lugares preconiza movimentos que agregam fatores linguísticos, históricos, geográficos, sociais, culturais, não podendo ser vistos como um estudo de saberes isolados. Nesta perspectiva, a toponímia revela-se como uma disciplina interdisciplinar, por estabelecer uma interface com outras áreas. No contexto do ensino, possibilita ao educando melhor compreender a realidade toponímica que o rodeia. Andrade e Dick (2012, p. 198) expressam que a

Toponímia deve ser pensada como um complexo línguo-cultural: um fato do sistema das línguas humanas. Podemos pensar que a relação da toponímia, a partir de uma visão interdisciplinar, estabelece sentido de unidade diante dos diversos saberes. Ou seja: possibilita ao sujeito (re)encontrar a identidade, história, etimologia do nome na multiplicidade de conhecimentos, tendo em vista o plano onomasiológico no ato de dar nomes aos lugares.

Considerando seu objeto de estudo, os estudos dos nomes de lugares constituem uma abertura para que o aluno possa conhecer o *modus vivendi* do lugar em que vive, expandindo seu leque de informações. Ao nomear um lugar, o denominar estabelece vínculos com o contexto social, cultural, político e histórico, etc. E isso implica dizer que o signo toponímico pode ser determinado por meio das especificidades do ambiente, bem como das convicções, dos sentimentos e da realidade do denominador.

Arelada aos preceitos de interdisciplinaridade, constata-se que a toponímia só é possível vinculada a outros saberes, ela não se faz sozinha. “É uma disciplina que se volta para a história, a geografia, a linguística, a antropologia, a psicologia social e, até mesmo, à zoologia, à botânica, à arqueologia” (DICK, 1992), como exemplifica Andrade (2012) através da **Fig. 1**.

Trazer essa abordagem toponímica atrelada à natureza interdisciplinar se faz necessária para que ela possa ser difundida no contexto do ensino, tendo em vista a importância do estudo dos nomes de lugares. Deve ser ampliada para o processo de ensino-aprendizagem, como por exemplo a partir dos conteúdos presentes no livro didático, que podem ser trabalhados pelo viés da toponímia.



Fig. 1: Toponímia no contexto interdisciplinar. Fonte: Andrade, 2012, p. 220

Estudar os nomes de lugares propiciam possibilidades de ampliação do conhecimento, do leque de informações dos estudantes e, nesse sentido, contribuem significativamente para o processo de ensino, de modo que nos leve a pensar o trabalho com os topônimos de maneira específica, dinâmica, pedagógica.

Os estudos toponímicos apropriam-se dos elementos externos provenientes dos diversos campos de formação, sendo determinante para realidade sócio-histórica de hoje. Andrade e Dick (2012, p. 205) ressaltam que

Na geografia, a toponímia pode dar informações relevantes sobre vários aspectos: relevo, flora, fauna etc. pode ainda auxiliar na delimitação da separação entre duas zonas geográficas (por exemplo, entre a zona dos cocais e a caatinga do sertão brasileiro). É considerada uma fonte de informação para os historiadores (colonização, imigração, histórica e memória oral etc.), antropólogos (identidade, relação homem, cultura e meio social), biólogos (nomes de seres que compõem determinado bioma), botânicos (nomes de plantas) e outros pesquisadores. A linguística, particularmente, permite estudar a evolução fonética, a etimologia, os aspectos morfossintáticos e semântico-lexicais. Fruto de um movimento de aglutinação de aspectos sócio-históricos, culturais, geográficos e linguísticos, os nomes de lugares revelam a origem dinâmica dos lugares; tornando rica a maneira pelo qual os atores sujeitos se utilizam da linguagem para imprimir no espaço uma variedade de significados. O ato de nomear expõe como as pessoas se relacionam com os seus lugares, pensam, vivem e experimentam o espaço em sua plenitude.

O estudo dos nomes de lugares é identificado a partir dos múltiplos olhares. Transita de maneira significativa pelas diversas áreas do saber, auxiliando na ampliação do conhecimento. Esses aspectos permitem que o processo de denominação dos topônimos não se realize de maneira fragmentada, ou seja, a partir de múltiplas possibilidades. Um exemplo é que esse estudo, sob a perspectiva do ensino, pode auxiliar o aluno na compreensão e construção de uma memória identitária dos lugares.

3. O estudo dos nomes no processo de ensino-aprendizagem

Como fora mencionado anteriormente, os estudos toponímicos revelam a cosmovisão de determinadas comunidades, podem resgatar a memória, etimologia e valorizam a identidade. Enaltecem o sentimento de pertencimento e a valorização do lugar, evidenciam os aspectos da trajetória do homem em determinado território e revelam dados importantes em relação a história dos grupos humanos. Além disso, possibilitam o resgate de informações acerca da trajetória das comunidades que habitaram e habitam determinada região, bem como características dos momentos históricos vivenciados por esses grupos.

Nesta perspectiva, compreendemos o vínculo do estudo dos nomes de lugares ao processo de ensino-aprendizagem, considerando que é fundamental para o aluno conhecer a realidade que o cerca. Uma possibilidade viável é o estudo etimológico do nome do lugar em que ele vive, como forma de resgate e conhecimento da história e da memória do lugar. Estudar a etimologia do lugar é conhecer a origem do nome, a história, os significados das raízes e as influências que o nome sofreu ao longo dos anos. A etimologia, nesse contexto, pode tornar-se um instrumento, sob a ótica da linguística, importante para ampliação do leque de conhecimento do aluno, auxiliando significativamente para o processo de ensino como forma de apropriação de mais informações a respeito do nome de lugar.

A respeito de outros aspectos ou conteúdos que podem ser abordados no ensino, Sousa (2013, p. 295-296) reitera que a toponímia compreende conhecer

- a) a história dos grupos humanos que vivem ou viveram na região; b) as características físico-geográficas da região; c) as particularidades socioculturais do povo (o denominador); d) extratos linguísticos de origem diversa da que é utilizada contemporaneamente, ou mesmo línguas que desapareceram; e) as relações estabelecidas entre os agrupamentos humanos e o meio ambiente.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Conforme o autor, a toponímia está diretamente relacionada ao contexto cultural de uma comunidade e poderá permitir ao educando estabelecer, preservar e conhecer os aspectos históricos, linguísticos, bem como os valores por meio dos estudos dos nomes de lugares.

Vinculado ao fazer interdisciplinar, voltado ao processo de ensino-aprendizagem, a partir do estudo da geografia por exemplo, o estudo toponímico permitirá que o aluno obtenha mais informações acerca da fauna, flora, ambiente, espaço geográfico, paisagem, dentre outros aspectos físico-naturais que permeiam os nomes. Com relação ao ensino de língua portuguesa, podemos incluir discussões pertinentes a questões etimológicas, semântico-lexicais, fonético-fonológicas etc.

Quanto ao ensino de história, os topônimos poderão proporcionar conhecimentos a respeito da tradição, da memória e da história oral, além do contexto de formação histórica quanto à colonização, processos de imigração e emigração e outros aspectos importantes da história do país, estado, município, vila, distrito ou qualquer outro lugar em que vive ou já viveu. Numa vertente da antropologia, é possível que o aluno identifique as relações do homem como a identidade e a cultura local ou regional.

A toponímia estabelece uma relação intrínseca entre língua, identidade e cultura, o que tende fomentar o processo de ensino-aprendizagem em relação às questões cotidianas do conhecimento dos alunos.

4. Os nomes de lugares nos documentos oficiais

O fazer interdisciplinar é compreendido como a relação de troca constante e de integração mútua entre as disciplinas. Para Japiassu (1976, p. 74), a “interdisciplinaridade se caracteriza pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas, no interior de um projeto específico de pesquisa”.

A partir desse universo interdisciplinar em que a toponímia se encontra inserida, pode-se afirmar que ela, no contexto escolar, contribui para a compreensão da cultura local, identidade, evidência histórica. Como estamos trabalhando no contexto da escola, acreditamos ser imprescindível identificar e conhecer de que forma os nomes de lugares estão apresentados nos documentos oficiais, uma vez que eles são documentos norteadores no que concerne aos encaminhamentos e as atividades desenvolvidas nas escolas.

De acordo com esses documentos, os conteúdos e as propostas pedagógicas devem ser estabelecidos de acordo com o contexto/realidade social das comunidades escolares. Eles são orientações relativas ao cotidiano escolar, aos conteúdos a serem trabalhados, ou seja, eles têm o papel de subsidiar os educadores para melhor qualidade em suas práticas pedagógicas. Abordaremos os seguintes documentos: os *PCN de Geografia do Ensino Fundamental*, o *Referencial Curricular do Estado do Tocantins* e a *Novas Diretrizes Curriculares da Educação Básica*.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* constituem as referências nacionais do ensino básico, cujo objetivo é orientar o planejamento escolar, as ações de reorganização do currículo, levando em conta as diferenças étnicas e culturas brasileiras, tornando-se assim, adaptável a qualquer local e qualquer realidade escolar.

Para este trabalho, buscou-se analisar de que maneira os nomes de lugares estão inseridos nos *PCN de Geografia do Ensino Fundamental*, e em que contexto eles aparecem. Os PCN (1998, p. 07) explicitam que é importante conhecer em diversos âmbitos as dimensões culturais do país. Acreditamos que o contexto cultural de um grupo remete conhecer a história do lugar, ou melhor, do nome de lugar. Identificamos, ainda, que os nomes de lugares aparecem como nomes geográficos, terminologia específica da geografia, e relacionam-se diretamente às questões territoriais. Não são estabelecidas maiores relações com os nomes (cidades, países, municípios, vilas, distritos etc.), fazem, no entanto, uma abordagem implícita em mapas e imagens em um contexto mais locacional.

Já o *Referencial Curricular do Ensino Fundamental do Tocantins* (2009, p. 162) aponta indicativos que sugere o trabalho dos nomes de lugares por uma ótica interdisciplinar, embora de maneira superficial. O documento apresenta que é necessário conhecer e saber utilizar procedimentos de pesquisa na geografia para compreender o espaço, a paisagem, o território, o lugar, os seus processos de construção, identificando suas relações, problemas, contradições, bem como realizar leituras de imagens, de dados e de documentos de diferentes fontes de informações, de modo a interpretar, analisar e relacionar informações sobre o espaço geográfico e as diferentes paisagens. O documento também estabelece que seja necessário “Compreender a organização do espaço geográfico e funcionamento da natureza em suas múltiplas relações, a partir das manifestações da sociedade na construção e na produção do território, da paisagem e do lugar”. (BRASIL, 2009, p. 168)

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

A abordagem é muito semelhante ao que preconizam os *PCN de Geografia* (1998), visto que a ênfase ao estudo dos nomes de lugares propriamente dita é praticamente inexistente. Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* ainda estão em vigor, no entanto, já se encontram disponibilizadas as novas *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica* (DCNEB), as quais discutiremos a seguir.

As *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica* (2013) foram recentemente atualizadas e são responsáveis por estabelecer a base nacional comum, orientar a organização, articulação, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas das redes de ensino no Brasil de modo geral. Elas constituem-se de um documento muito amplo, pois direciona e norteia a educação infantil, fundamental e média, também integram a obra as diretrizes e respectivas resoluções para a educação no campo, a educação indígena, a quilombola, a educação especial e de jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, a educação profissional técnica de nível médio, a educação ambiental, a educação em direitos humanos, a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

Em relação à questão dos nomes de lugares, o documento sugere que a relação dos indivíduos com o lugar enaltece um sentimento de pertinência e está intimamente atrelada aos preceitos de ancestralidade, dignidade e de forte dimensão coletiva.

O *território* diz respeito a um espaço vivido e de profundas significações para a existência e a sustentabilidade do grupo de parentes próximos e distantes que se reconhecem como um coletivo por terem vivido ali por gerações e gerações e por terem transformado o espaço em um lugar. Um lugar com um nome, uma referência forte no imaginário do grupo, construindo noções de pertencimento. Trata-se de um espaço conquistado pela permanência, pela convivência, que ganha importância de uma tradicionalidade ao servir de suporte para a existência de um grupo de pessoas aparentadas por afinidade e consanguinidade ou até mesmo por uma afiliação cosmológica. (BRASIL, 2008, p. 419)

De acordo com o que estabelecem as novas *Diretrizes Curriculares Nacionais*, não é possível pensar em uma cidadania concreta sem levar em consideração a importância dos lugares, tendo em vista que os povos dependem em todos os sentidos dos lugares em que vivem. Os lugares são a base para que as pessoas se estabeleçam como cidadãos, sendo assim, os nomes de lugares acompanham esse sentimento de pertencimento, por estarem diretamente relacionados com o modo de vida das

comunidades, além de representarem toda simbologia histórico-cultural destes lugares e das pessoas.

5. Considerações finais

O estudo dos nomes revela aspectos inerentes à cultura, identidade, memória, política, religião de um povo, os quais acreditamos que, aplicados ao contexto do ensino, poderão possibilitar a ampliação do processo ensino-aprendizagem ao contribuir para o complemento de informações nas diferentes áreas do conhecimento. No ensino de história, poderá auxiliar no conhecimento da memória oral, tradição, processos migratórios e de colonização; na linguística, poderá contribuir para os estudos da semântica, do léxico, contexto etimológico etc.; no ensino de geografia, poderá possibilitar a ampliação do estudo de aspectos da paisagem, território etc.

Acreditamos que o estudo dos nomes de lugares possibilita ao sujeito ampliar seu leque de informações pertinentes ao aspecto social, cultural, identitário e histórico de um lugar, evidenciando seu caráter interdisciplinar.

REFEFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, K. S. Os nomes de lugares em rede: um estudo com foco na Interdisciplinaridade. *Revista Eletrônica de Linguística Domínios de Lingu@agem*, vol. 6, n. 1, p. 205-225, mar./jun. 2012.

_____; DICK, Maria. Vicentina de Paula do Amaral. A interdisciplinaridade no contexto da toponímia: reflexões iniciais de um a proposta aplicada ao ensino. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*, volume VI. Campo Grande: UFMS, 2012. p. 193-207.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: geografia*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. *Diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica*. Brasília: Ministério da Educação, 2013.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1992.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Interdisciplinaridade: qual o sentido?* 2. ed. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. (Org.). *O que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez, 2008.

JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

SOUSA, Alexandre Melo de. Para a aplicação da toponímia na escola. *Cadernos do CNLF*, vol. XVII, n. 02. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2013.

TOCANTINS. Secretaria de Estado da Educação e Cultura. *Referencial curricular do ensino fundamental das escolas públicas do estado do Tocantins: ensino fundamental do 1º ao 9º ano*. 2. ed. Palmas: Secretaria de Estado da Educação e Cultura, 2008.

**VARIAÇÃO LEXICAL NA FALA DE TUCURUÍ
E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Cecília Maria Tavares Dias(UNIFESSPA)

ceciliatavaresdias@gmail.com

Eliane Pereira Machado Soares (UNIFESSPA)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre a fala da zona urbana de Tucuruí, município do sudeste do Pará, localidade que sofreu um grande fluxo migratório na década de 80, com a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí. Essa pesquisa-ação será desenvolvida em uma escola pública, com alunos do 8º ano, com o fim de investigar na fala dos moradores a influência da variação lexical, a partir da aplicação do questionário de base semântico-lexical do *Atlas Linguístico do Brasil*. Desse modo, pretende-se ressaltar a importância dos dialetos e registros e suas contribuições para a formação da identidade cultural de um povo, bem como será relevante para a renovação dos procedimentos em sala de aula, voltados para o ensino do léxico, no sentido de valorizar a variação linguística dos alunos, bem como, para a ampliação do vocabulário.

Palavras-chave: Variação linguística. Identidade. Aprendizagem.

1. Introdução

A língua é um processo dinâmico, e como tal renova-se e muda constantemente devido a diversos fatores como a condição socioeconômica dos falantes, a diversidade cultural, a faixa etária, entre outros. Em razão dessas condições sociais, culturais e regionais, para ensinarmos a língua portuguesa na escola, é necessário o desenvolvimento de atividades que explorem e valorizem a linguagem dos alunos, ou seja, utilizemos metodologias que promovam o conhecimento das variedades linguísticas dos diferentes contextos sociais, pois dada à heterogeneidade da língua, não mais concebemos um ensino em que se privilegie apenas a aprendizagem da variedade culta, em que impomos aos alunos regras descontextualizadas da gramática normativa, embora seja importante o ensino da norma padrão, uma vez que devemos preparar o aluno para que o ascenda socialmente. Assim, respeitando-se e valorizando os diversos falares, o fazer pedagógico precisa ser repensado de forma que a escola abra suas portas para um ensino em que os alunos conheçam a riqueza lexical de sua língua materna, que possui um vasto vocabulário, sendo constante o surgimento de novas palavras, assim como, muitas deixam de ser utilizadas, caindo-as em desuso. Devemos, portanto, estimular os alu-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

nos para o conhecimento do nosso léxico, oportunizando-os a reflexão de que há varias maneiras de se dizer a mesma coisa, como postula Bortoni-Ricardo (2005):

A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e por meio deles, os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade. (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 15).

Nesse sentido, havemos de considerar que o campo lexical de uma língua pode apresentar papel relevante em termos de variação e mudança linguística, pois há uma grande variedade regional e sociocultural do português, para tanto, é importante que a escola proporcione ao aluno o estudo da variação lexical, dada a necessidade de se explicar o uso alterante de certas formas léxicas que ocorrem tanto nas condições linguísticas, quanto nas extralinguísticas.

2. *Problemática*

Como existem formas distintas de efetuarmos a língua, pois ela varia no espaço (variação diatópica), no tempo (variação diacrônica) e no indivíduo, é natural que ocorra o emprego de expressões linguísticas diferentes, num município onde se encontram pessoas advindas de várias regiões do Brasil, em busca de emprego na construção da (usina hidrelétrica de Tucuruí), sobretudo, na década de 80. E como já havíamos realizado uma pesquisa (aplicando-se o questionário do ALiB – Projeto *Atlas Linguístico do Brasil*), nos anos 90, na zona rural do município, questionamos se a fala da zona urbana, que foi onde ficou concentrada a maioria das pessoas que vieram de fora, apresenta consideráveis traços linguísticos diferenciados da fala dos moradores da zona rural de Tucuruí, considerando-se os aspectos lexicais.

3. *Objetivos*

Este estudo tem como objetivos gerais: levar o aluno a compreender o fenômeno da variação linguística a partir da variação lexical na fala dos moradores de Tucuruí e estimular o interesse do aluno pelo conhecimento das variedades lexicais. Além desses, vários são os objetivos específicos, entre eles, proporcionar ao aluno a compreensão da importância das variações linguísticas do contexto social em que está inserido;

conhecer a história social do município de Tucuruí; identificar as variedades lexicais usadas pelos moradores; buscar as motivações significativas que levam os falantes a usar termos e expressões diferentes para os mesmos fenômenos; analisar as variações da língua em uso; refletir sobre as diferenças decorridas do uso da linguagem do ponto de vista urbana e rural; registrar a linguagem falada na cidade de Tucuruí e contribuir para o ensino de língua portuguesa de Tucuruí.

4. Justificativa

A ideia de desenvolver um projeto com o tema voltado para a variação lexical utilizada município de Tucuruí, surgiu após refletirmos sobre como o município vem caminhando ao longo da sua história, sobretudo, por ser um lugar que abrigou duas grandes obras (a Estrada de Ferro Tocantins e a Hidrelétrica de Tucuruí), empreendimentos de grandes portes para a economia do Estado que, portanto, abrigou pessoas de várias regiões do país, que por diversos aspectos, como a dimensão territorial, jamais apresentaria uma uniformidade na modalidade oral, o que pode ser comprovado pela presença de diferentes sotaques e dialetos no município. Para tanto, essa diversidade dos grupos sociais que utilizavam um vocabulário específico, que evidencia suas idiosincrasias e revela um pouco de sua cultura e história, contribuiu significativamente para a formação da linguagem da população desse município.

Em face do prestígio da norma padrão e o fato de a maioria da população ser de família humilde, cuja variedade linguística não reflete a norma culta, nos fez perceber que a fala do pessoal de fora se sobrepunha como superior à do local, com isso há algumas situações de discriminação e preconceito da forma como falam muitas pessoas, sobretudo, nas escolas, onde há muitos alunos advindos de regiões ribeirinhas. A esse respeito, postulam os *Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1997)*:

O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar – a que se parece com a escrita – e o de que a escrita é o espelho da fala – e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. [...] A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. É saber coordenar satisfatoriamente o que falar e como fazê-lo, considerando a quem e por que se diz determinada

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

coisa. É saber, portanto, quais variedades e registros da língua oral são pertinentes em função da intenção comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de correção da forma, mas de sua adequação às circunstâncias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem: falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido. (BRASIL, 1997, p. 26)

Sobre essa situação, a escola deve propiciar um ensino em que o aluno se sinta incluso nas diversas situações comunicativas, pois é preciso que fique claro a todos envolvidos no estudo da língua de que não há uma variedade linguística superior a outra. Sobre isso, afirma Bagno (2002) que

parece ser mais interessante (por ser mais democrático) estimular, nas aulas de língua, um conhecimento cada vez maior e melhor de todas as variedades sociolinguísticas, para que o espaço da sala de aula deixe de ser o local para o espaço exclusivo das variedades de maior prestígio social e se transforme num laboratório vivo de pesquisa do idioma em sua multiplicidade de formas e usos. (BAGNO, 2002, p. 32)

Desse modo, contribuir para as aulas de língua portuguesa, pesquisando sobre a riqueza de falares em Tucuruí, pretendemos continuar com o estudo que desenvolvemos no trabalho de conclusão de curso da graduação em Letras, um estudo realizado a partir de aplicação do questionário piloto de base semântico-lexical em um ponto de inquérito (zona rural de Tucuruí), vinculado ao Projeto “Atlas Geossociolinguístico do Pará”, coordenado pelo Professor Abdelhak Razky.

O referido trabalho foi embasado nos postulados teóricos da Sociolinguística e da geografia linguística e teve como alicerce um corpus constituído de quatro fitas de áudio, referente a quatro informantes, sendo dois de Breu Branco, um de Muru e um de Novo Repartimento (localidades, que já fizeram parte do município de Tucuruí). Seu objetivo foi o de testar a adequação do questionário piloto à realidade dos falantes paraenses e identificar as possíveis variações lexicais existentes nas localidades pesquisadas. Nesse sentido, pretendemos aplicar esse questionário que possui 256 questões, dividido em quinze campos semânticos: natureza e acidentes geográficos, fenômenos atmosféricos; astros e tempo; flora; atividades agropastoris (agricultura, instrumentos agrícolas); fauna; corpo humano; cultura e convívio; ciclo da vida; religião e crenças; festas e divertimentos; habitação; alimentação e cozinha; vestuário e vida urbana, para verificar a variação lexical na fala dos moradores, haja vista ao processo de intenso fluxo migratório por que passou esse município, e hoje, como se apresenta esse léxico, após o período do término da construção da hidrelétrica e a ida de muitos moradores para outros lugares.

Para verificar a influência da migração, aplicaremos o questionário em alguns bairros estratégicos onde se fixaram mais imigrantes e naqueles onde permaneceram os moradores mais antigos.

Diante desse quadro, é possível chegar à seguinte pergunta: o que é que buscamos ao estudar a variação léxica no município? Primeiramente, podemos dizer, como apresenta Velasco (2003), que o léxico, saber partilhado que existe na consciência dos falantes de uma língua, constituiu-se no acervo do saber vocabular de um grupo sócio-linguístico-cultural. Na medida em que o léxico se configura como a primeira via de acesso a um texto, representa a janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo, uma vez que esse nível da língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os hábitos e os costumes de uma comunidade, como também as inovações tecnológicas, as transformações socioeconômicas e políticas ocorridas numa sociedade. Sobre essa questão, Moreno Fernández (1998) expõe o fato de que a variação lexical objetiva explicar o uso alternante de umas formas léxicas em umas condições linguísticas e extralinguísticas determinadas: podem ser unidades de diferentes origens geolinguísticas que estiveram presentes em uma comunidade, de estilo mais ou menos formal, entre outras possibilidades.

Desse modo, essa pesquisa-ação contribuirá, significativamente, para o ensino no referido município, uma vez que envolverá de forma expressiva a participação ativa dos alunos no desenvolvimento de todas as etapas do projeto de intervenção. O referido projeto será construído, desenvolvido e aplicado numa turma de 8º ano da escola de ensino fundamental Maria Fernandes de Medeiros Alves, de acordo com o proposto na metodologia, e servirá para futuros estudos na área de linguagens e letramentos, com enfoque para o estudo da variação linguística, com ênfase para a sociolinguística que é um ramo da linguística que estuda a importância dos dialetos e registros e suas contribuições para a formação da identidade cultural de um povo, bem como será relevante para a renovação dos procedimentos em sala de aula, voltados para o ensino do léxico e para a ampliação do vocabulário.

5. Fundamentação teórica

Os primeiros estudos para a construção de uma hidrelétrica que aproveitasse o potencial do rio Tocantins, iniciaram-se por volta de 1957 e seguiram durante a década de 1960. Com o início da Ditadura Militar, foi implantado, no sul do estado do Pará, o Projeto Grande Carajás, vi-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

sando ao desenvolvimento da Amazônia oriental por meio da atividade minero-metalúrgica e de projetos agropecuário-florestais. Por isso, para a consolidação desse projeto, o município de Tucuruí tornava-se ponto decisivo. Assim, a usina teve sua 1ª etapa concluída em 1984 (inaugurada pelo então presidente João Batista Figueiredo), com uma potência instalada de 4000 MW. A segunda etapa foi concluída apenas em meados de 2007 elevando a capacidade para 8000 MW. Considerando todo esse avanço energético, a usina hidrelétrica de Tucuruí mudou radicalmente a base econômica, a população e as perspectivas da cidade, que pode ter sua história dividida em dois momentos muito distintos: o antes e o depois da hidrelétrica. Nesse sentido, no período da construção da hidrelétrica, o município de Tucuruí passou por um fluxo migratório muito grande com a vinda de pessoas de várias regiões do país em busca de trabalho. Por conta dessa miscigenação, várias foram as contribuições em diversos aspectos, para a vida das pessoas, entre elas, a incorporação vocabular, que modificou, significativamente, o modo do falar dos moradores., pois se pode sentir essa mudança em várias situações comunicativas, como nos eventos da sala de aula.

Tucuruí, portanto, é um celeiro rico de diversidade cultural, com ênfase aqui para o estudo da língua, a qual salientamos, que embora altamente organizada é variável, isto é, um sistema flexível e, desse modo, nenhuma língua viva é fixa, fechada ou sólida. Conforme Marcuschi (2003), a língua é um fenômeno heterogêneo, variável, indeterminado sob o ponto de vista semântico e sintático e que está situado em contextos concretos, tais como o texto e o discurso. Esse caráter dinâmico encontra um campo para aumentar as fronteiras do domínio do repertório linguístico de muitas sociedades no nível lexical. É justamente nesse nível de análise da língua que pode haver a construção, a projeção e a manutenção da maneira como os falantes concebem o mundo no qual vivem, bem como a sua interação com todas as esferas da sociedade, adequando-se aos mais variados contextos das situações comunicativas.

O conhecimento consciente de uma língua (por quem dela queira ser mais do que utilizador) implica o reconhecimento dessa dinâmica diversificante que torna qualquer língua resistente à normalização. De fato, as variantes normativas são, como as não normativas, eventualmente passageiras, mudando ao longo do tempo o modo como os falantes encaram os mesmos fatos linguísticos. A primeira questão que se coloca ao estudar as variedades linguísticas é a de fixar o próprio conceito de variedade. Para Hudson (1981), uma variedade linguística é uma manifestação

de um fenômeno chamado linguagem que se define como um conjunto de elementos linguísticos de similar distribuição social. Dentro dessa definição, ficam incluídas as línguas de um falante ou de uma comunidade de fala, os dialetos e qualquer outra manifestação linguística na qual se possa observar um determinado uso ou valor social. Segundo o referido autor, as variedades linguísticas, assim definidas, revelam problemas consideráveis na hora de distinguir variedades da mesma classe (uma língua de outra, um dialeto de outro) e para a delimitação de diferentes tipos de variedades (língua de dialeto).

6. Metodologia

Este trabalho de pesquisa-ação será desenvolvido em uma escola pública de Tucuruí, município localizado no sudeste do Pará, com alunos do 8º Ano do ensino fundamental da escola municipal Maria Fernandes de Medeiros Alves, que farão uma pesquisa de campo, no corrente ano, com moradores da zona urbana em alguns bairros da cidade, para pesquisar a variação lexical a partir da aplicação do questionário de base semântico-lexical do ALiB (*Atlas Linguístico do Brasil*), para fins de comparação entre a fala dos moradores da zona rural e da urbana desse município, utilizando os dados linguísticos obtidos da pesquisa proposta com outra já realizada pela autora deste projeto, em anos anteriores. Este projeto será desenvolvido da seguinte forma:

1ª Etapa:

Aula sobre o tema variação linguística. Desenvolver o trabalho em parceria com um professor de língua portuguesa. Levar para a sala de aula recursos (jornais, revistas, folhetos, textos de campanha comunitária etc.) exploração de sociedade, cultura e variação linguística, especialmente a lexical, por meio de músicas que apresentam nas suas letras variantes linguísticas, leitura de textos literários, de autores como Guimarães Rosa, linguagem rica de palavras e expressões regionais e os filmes “Narradores de Javé” que trata da história de uma cidade que desaparecer por conta da construção de uma hidrelétrica e a prática do registro e o filme “ai que vida” que apresenta uma vasta variedade regional.

2ª Etapa:

Realização da pesquisa-ação que é uma metodologia muito utilizada em projetos de pesquisa educacional em que o participante é conduzido à própria produção do conhecimento e se torna o sujeito dessa produção. De acordo com Thiollent, 1985:

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo. (THIOLLENT, 1985, p. 14)

Assim, por meio da pesquisa-ação buscaremos estabelecer uma relação entre o conhecimento e a ação, entre os pesquisadores (professores e alunos e as pessoas envolvidas na situação investigada e desses com a realidade), numa ampla interação entre si, com o intuito de aumentar o conhecimento dos alunos ou nível de consciência a respeito das variedades linguísticas empregadas no município, assim como, contribuir para a discussão a respeito das questões abordadas. Além do mais, essa pesquisa compreenderá a bibliográfica sobre a Sociolinguística (que desde os anos 60, quando esse termo surgiu, se consolidou nos meios acadêmicos), que de acordo com Calvet, (2002, p.140) “a sociolinguística [...] esclarece as diferentes convicções e os diferentes comportamentos no que se refere à língua de grupos inteiros ou de classes inteiras da sociedade”. Nesse sentido, opera-se a noção de que há um vínculo bastante perceptível entre linguagem e sociedade.

3ª Etapa:

Abordagem da linguagem na sua natureza intrínseca com a sua relação com o social, para isso, buscar antecedentes desta relação, em Labov (1963, *apud* CAMACHO, 2000), Fischman (1973, *apud* ALKMIN, 2000), Bourdieu (*apud* CAMACHO, 2000) teorias que, de uma forma ou de outra, confirmam esta relação como questão central deste campo de investigação.

4ª Etapa:

Projeto de intervenção na escola: preparação para a pesquisa: pedido autorização aos pais; preparação dos alunos para a coleta de dados; escolha dos informantes; entrevista com os informantes; aplicação do questionário.

5ª Etapa:

Após à aplicação do questionário, transcrição dos dados coletados, quantificação e comparação.

6ª Etapa:

Produção de um glossário com os itens lexicais pesquisados.

7ª Etapa:

Criação, juntamente com os alunos, de um blog da escola para a divulgação da experiência de suas atividades.

8ª Etapa:

Parceria com a rádio local para oportunizar aos alunos a divulgação de algumas de suas produções.

7. Cronograma de atividades

ATIVIDADE	Dez 14	Jan 15	Fev 15	Mar 15	Abr 15	Mai 15	Jun 15
Aula sobre o tema variação linguística							
Pesquisa bibliográfica e início da elaboração do pré-projeto							
1º contato com o orientador e apresentação da 1ª versão do pré-projeto							
Projeto de intervenção na escola: preparação para a pesquisa							

ATIVIDADE	Jul 15	Ago 15	Set 15	Out 15	Nov 15	Dez 15	Jan 16
Aplicação do questionário semântico-lexical aos informantes							
Aplicação do questionário semântico-lexical aos informantes.							
Sistematização do projeto de pesquisa com base nas orientações do orientador							
Produção de um glossário							
Redação							
Apresentação e defesa							

8. Considerações finais

Conforme o que propõe esse projeto de pesquisa, além da obtenção do grau de mestre pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, pretende contribuir para que as aulas de língua portuguesa da Escola Municipal Maria Fernandes abordem metodologias que compreendam o

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

estudo das variedades linguísticas, bem como atendam aos objetivos propostos, entre os citados, o de conhecer o fenômeno da variação linguística a partir da variação lexical na fala dos moradores de Tucuruí,, verificando se a fala dos moradores da zona urbana, apresenta consideráveis variantes diferenciadas da zona rural do município (pesquisada em1997, por meio da aplicação do questionário do ALiB, no aspecto semântico-lexical), dada à influência do convívio com pessoas advindas de outras regiões do país, em decorrência da construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, assim como a produção de um glossário pelos alunos, que além de enriquecer as aulas dessa turma envolvida na pesquisa, será doado um exemplar à biblioteca municipal, o qual, certamente, será um material muito importante de pesquisa. Além do mais, visar a uma aprendizagem significativa dos conteúdos mediante uma reformulação do ensino da língua, que propicie a formação dos alunos em cidadãos críticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALKMIN, T. M. *Sociolinguística- parte I*. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, vol. 1, 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- BAGNO, Marcos. *Língua materna: letramento, variação & ensino*. São Paulo: Parábola, 2002.
- _____. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais. Língua portuguesa: ensino de primeira à quarta série*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.
- CAMACHO, J. Sociolinguística parte II. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, vol. 1, 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- HUDSON, Richard. *La sociolinguística*. Barcelona: Anagrama, 1981.
- LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de textualização*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. *Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje*. Barcelona: Ariel, 1998.

PRETI, Dino Fioravante. *Sociolingüística: os níveis da fala*. São Paulo: Edusp, 2003.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Ática, 1994.

VELASCO, Ideval. O léxico da pesca em Soure – Ilha do Marajó. In: RAZKY, Abdelhak. (Org.). *Estudos geossociolingüísticos no estado do Pará*. Belém: Grafia, 2003, p. 155-172.

ESTUDO DO LÉXICO A PARTIR DE TEXTOS TEATRAIS:
A RECUPERAÇÃO DOS VESTÍGIOS DA DITADURA

Eliana Correia Brandão Gonçalves (UFBA)
elianabrand7@gmail.com

RESUMO

O estudo do léxico pode apresentar pistas sobre a história política, social e cultural dos sujeitos. Por outro lado, é inegável que as produções culturais podem registrar acontecimentos sobre as políticas de silenciamento impostas às sociedades, entre as quais aquelas empreendidas pelos regimes ditatoriais. Nesse contexto, como objeto de estudo para a análise lexical, são examinados textos teatrais produzidos durante a vigência da ditadura militar, visto que os mesmos são exemplos de arquivos culturais interditados; logo, testemunhos do não dito, dos silêncios que marcaram a história e de momentos trágicos e de interdição (RANCIÈRE, 1994; FOUCAULT, 1997; 2004; ORLANDI, 2007; AGAMBEN, 2008). Esses documentos dos arquivos do teatro registram utilizações de itens lexicais, marcados pela construção de espaços semânticos, que oscilam entre a inclusão e a exclusão, entre o inscrever e o apagar, pois os sujeitos também foram reprimidos e torturados pela privação da liberdade da palavra, excluídos da voz, através da vigilância da censura, parcial ou total e, por conseguinte, algumas unidades lexicais ou eram banidas dos textos teatrais ou, no caso de mantidas, denunciavam, por vezes, o discurso do controle, a repressão da polícia, as opções e os saberes das minorias. No entanto, diante dessa impossibilidade de esses sujeitos testemunharem, a leitura crítico-filológica desses textos, por meio do estudo lexical, possibilita o resgate dessas vozes e o direito ao testemunho, permitindo que os silenciados e os esquecidos tenham direito à memória.

Palavras-chave: Léxico. Arquivo. Textos teatrais. Ditadura militar. Crítica filológica.

1. Palavras iniciais

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma leitura crítico-filológica do vocabulário relativo à violência e à vigilância, presente em textos teatrais produzidos durante a vigência da ditadura militar, em especial o texto *Apareceu a Margarida*, de Roberto Athayde, escrito na década de 70, com base na edição filológica organizada por Correia (2013). É fato que os documentos dos arquivos do teatro registram utilizações de itens lexicais, marcados pela construção de espaços semânticos, que oscilam entre a inclusão e a exclusão, entre o inscrever e o apagar, e apresentam pistas do discurso do controle, da repressão da polícia, da opressão das instituições e das opções e dos saberes das minorias, em tempos de ditadura.

O diálogo aqui empreendido é resultante da pesquisa desenvolvida na UFBA, a partir do projeto intitulado "Arquivos Culturais e Construção do Léxico: A Vigilância e a Violência nos Regimes Ditatoriais", que tem, entre outros objetivos, analisar o léxico presente em fontes testemunhais, históricas ou ficcionais, que divulgam relatos, diretos ou indiretos, sobre a memória traumática da violência e da vigilância, durante a vigência de regimes ditatoriais, entre os quais a ditadura militar no Brasil. Assim, considerando o estudo dessas fontes, no período da ditadura militar, entre as décadas de 60 a 80 (1964-1985), é possível: **a)**- refletir sobre a violência e a vigilância por parte desse regime ditatorial; **b)**- fazer um balanço sobre os regimes ditatoriais na contemporaneidade; **c)**- reavaliar os relatos que denunciam as experiências de interdição e de trauma vivenciados pelos sujeitos e que estão dispersos, fragmentados e/ou esquecidos, em textos do teatro, da literatura e dos jornais, mas também em relatos da memória, por meio dos arquivos virtuais.

2. *Filologia: produções editoriais e práxis filológica*

Na contemporaneidade, considera-se a filologia como a ciência do texto, apesar das tensões teóricas e metodológicas que envolvem outras disciplinas que também reconhecem o texto como objeto de estudo. Mas é preciso lembrar que, no contexto arqueológico da filologia, desde as suas origens, na Antiguidade, a atividade filológica nunca se distanciou da exegese crítica, histórica e cultural do texto, considerando suas diversas materialidades e inscrições, sua relação visceral com a cultura dos povos e sua vinculação com a língua, a história e o tempo. Rememoramos que, no contexto nietzschiano da cultura alemã, o filólogo não era apenas aquele que estudava os textos e suas respectivas línguas escritas, mas também aquele que, por meio delas, lidava com as manifestações do espírito de um povo (GONÇALVES, 2003; 2012; 2014). Nessa perspectiva, a captura do tecido do texto por parte do filólogo contemporâneo evidencia os processos de significação que permeiam os textos e suas tensões.

Em sua prática teórico-metodológica, o filólogo se ocupa, tanto do desenvolvimento de produções editoriais, por meio dos vários tipos de edição, quanto da produção crítica, por meio dos diversos estudos crítico-filológicos do texto, entre os quais o estudo lexical, semântico e discursivo. Dessa forma, neste trabalho, é possível considerar que o fazer filológico também articula a reflexão crítica entre os arquivos da ditadura e

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

seus lugares históricos; e entre a análise dos itens lexicais, utilizados nas produções teatrais, e a ação, direta ou indireta, da censura, por meio do monitoramento dos sujeitos, impondo aos textos, produzidos na época, interdições de base ideológica e político-cultural.

A tarefa de editar se torna, então, crucial para qualquer pesquisa com o texto, incluindo a pesquisa linguística, visto que a prática editorial pode ser pensada não apenas como apropriação do seu objeto de estudo, o texto, mas uma ação de distinguir, mediar e articular “às relações múltiplas, móveis e instáveis, estabelecidas entre texto e suas materialidades, entre a obra e suas inscrições”. É imprescindível que os textos sejam “respeitados, editados e compreendidos” na sua diversidade histórica e cultural, em suas várias identidades textuais reconhecidas pelos “leitores ou ouvintes”, por meio dos testemunhos textuais. (CHARTIER, 2007, p. 13-14; MACKENZIE, 2005)

O filólogo híbrido, proponente, mediador e leitor, que aqui me reconheço e celebro, diante do texto, seu objeto teórico e de estudo, apresenta uma práxis mediada pela edição e pela leitura interventiva, crítica e histórica dos textos, por conta da sua prática identitária nômade que se motiva não apenas na sua busca pelos testemunhos textuais, mas também pelo cruzamento de fronteiras e pela combinação e articulação entre atividade editorial e leituras crítico-filológicas dos textos.

Compreende-se então o texto como objeto cultural, que recompõe a história e os resíduos da memória cultural dos sujeitos e a atuação dessas memórias como arquivo. Essas interlocuções nos fazem lembrar que ser filólogo consiste em reinterpretar, reavaliar, sem cessar, os procedimentos adotados no decorrer de suas leituras, é desconfiar das verdades que se insinuam no texto.

Ao se escrever, se restitui parte dos arquivos presentes na memória viva, desse modo “os escritos constituem a porção principal dos depósitos de arquivos e, se entre os escritos os testemunhos das pessoas do passado constituem o primeiro núcleo, todos os tipos de rastros possuem a vocação de ser arquivados” (RICOEUR, 2008, p. 178). Então, é necessário trazer de volta a memória da violência que se inscreve nos textos produzidos sob a vigilância dos regimes políticos ditatoriais, que têm uma história longa a ser recontada. (GONÇALVES, 2014)

Por outro lado, se atentarmos para o fato de que os vestígios da violência da ditadura estão, por vezes, interditados e fragmentados, apresenta-se, então a "tarefa de convocar o passado, que já não está mais num

discurso num presente” (CHARTIER, 2009, p. 15), através das produções teatrais, nas quais se inscrevem as marcas dos traumas, do apagamento e do esquecimento da memória.

É através da língua, utilizada na composição dos textos, que o sujeito articula as suas vivências e experiências, felizes ou traumáticas, possibilitando ao pesquisador, a partir da análise e interpretação linguística, o desenvolvimento de leituras críticas sobre os arquivos da violência da ditadura militar. Portanto, considerando o texto *Apareceu a Margarida*, de Roberto Athayde, é possível recuperar as cenas e o discurso da censura, por meio da análise dos itens lexicais e dos testemunhos do não dito e dos silêncios que marcaram os momentos trágicos e de interdição, permitindo rasuras, recortes e reescritas da história, além de reavaliações de fatos do passado. (RANCIÈRE, 1994; FOUCAULT, 1997; 2004; ORLANDI, 2007; AGAMBEN, 2008)

3. Textos teatrais censurados e o estudo do léxico

3.1. A produção dramatúrgica de Roberto Athayde: *Apareceu a Margarida*

A ditadura militar no Brasil (1964 a 1985) marcou um período de intervenção decisiva da censura, por meio dos órgãos censórios, que criaram mecanismos de vigilância e que tiveram como foco a produção teatral, cinematográfica e literária realizada no país. Essa política de vigilância e violência, por meio da censura, revela violações dos direitos à liberdade de expressão, por meio do intenso controle social, político e artístico (BERG, 2002). Assim, os textos escritos sob a vigência da censura apresentam uma realidade diferente, marcada pela disciplina, submissão e interdição, construída a partir da ação da censura e da mistura de memórias da repressão, ideais de liberdade e desejo de poder.

A peça teatral *Apareceu a Margarida*, escrita em 1971, é parte da produção do escritor carioca Roberto Athayde, que teve também a referida peça encenada na Bahia. A produção escrita de Roberto Athayde foi bastante diversificada, marcada pela escrita de textos dramáticos, de traduções e adaptações de textos para o teatro, mas também pela escrita literária através de romances e poesias.

Apareceu a Margarida representa um arquivo cultural interditado, visto ser uma produção dramatúrgica que passou pelo crivo da censura de sua época, podendo ser compreendida como testemunho do não dito.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Clássico da dramaturgia brasileira, *Apareceu a Margarida* foi a primeira produção dramaturgicamente de Roberto Athayde a ser encenada com grande sucesso, em 1973, dois anos depois de ser escrita, no Teatro de Ipanema, no Rio de Janeiro, e teve uma primeira montagem com direção de Aderbal Freire-Filho, e Marília Pêra no papel principal. (CORREIA, 2013)



Fig. 1 – Recorte de Jornal – Nota sobre o texto teatral *Apareceu a Margarida*

Fonte: CLETO, 1973, *apud* CORREIA, 2013, p. 57

Na Bahia, a referida produção teatral teve sua estreia em 1977:

Na Bahia, o sucesso de AM [*Apareceu a Margarida*], encenada em 1977, com Yumara Rodrigues [atriz baiana] no papel da professora e Direção de Manuel Lopes Pontes, garantiu à obra o troféu Martim Gonçalves [entregue aos melhores atores, diretores e técnicos do ano], em duas categorias: melhor espetáculo e melhor atriz.

A montagem ocorreu no Teatro do SENAC, pelo grupo Tato e Teatro de Equipe, com a participação em cena de Jorge Santori e figurino de Angélica Lopes Pontes. A julgar pela opinião da crítica teatral baiana, com Carlos Borges, na *Tribuna da Bahia* de 26 de março de 1977, o espetáculo pareceu, de fato, impressionar a plateia (...). (CORREIA, 2013, p. 60-61)

O texto utilizado para a análise dos itens lexicais tomou por base a edição elaborada por Correia (2013),¹²³ que foi de crucial importância pa-

¹²³ Fabiana Prudente Correia organizou, em 2013, a edição sinóptica e fac-similar de *Apareceu a Margarida*, de Roberto Athayde, como resultado da sua Dissertação de Mestrado – UFBA, que teve como orientadora a Profa. Dra. Rosa Borges dos Santos, coordenadora da Equipe de Textos Teatrais Censurados (ETTC) da UFBA, que vem desenvolvendo, desde 2006, um trabalho criterioso

ra o desenvolvimento desta análise, visto que a editora adota um modelo editorial que considera a história dos diferentes momentos de escritura do texto e o processo de transmissão e circulação do texto na Bahia.

Apareceu a Margarida apresenta uma crítica às relações de poder, no contexto escolar, em período de regime ditatorial. O poder que reprime as produções artísticas e culturais, mas também corrompe, silencia e ameaça as vozes dos sujeitos. Assim, o texto encenado, nos silenciosos tempos da ditadura, mostra a repressão e a violência dos padrões vigentes no contexto escolar, uma vez que, por conta da censura, o texto não pode ser encenado, na época, tal como ele foi produzido. Mas, recorrendo-se ao procedimento descritivo-analítico do texto, é possível resgatar os rastros da opressão que são flagrados no texto, por intermédio dos cortes da censura e da recomposição do vocabulário relacionado à esfera semântica da violência.

Avaliando a figura da professora Margarida, são perceptíveis as relações entre aprisionamento e autoritarismo, presentes na ditadura, e pela oscilação entre sanidade e loucura. O texto evidencia, de um lado, a insanidade e o autoritarismo da professora ditadora, que humilha seus alunos; e do outro lado, uma diferente faceta da professora é revelada: um sujeito que está aprisionado em sua tirania, em seus valores ditatoriais. Nesse ensino, marcado pelo conflito entre grupos, exemplificado nas relações entre professores e alunos, autoridade e carisma, são impostas as verdades da professora Margarida, que podem ser um sintoma da escancarada violência simbólica (BORDIEU, 2004) que marcou a ditadura militar. Desse modo, discurso é violência e é nessa prática de violência, de interdição da palavra, atribuídas ao discurso, que precisam ser construídos “mecanismos de resistência”, pois é na violência que os acontecimentos discursivos localizam o princípio de sua regularidade. (FOUCAULT, 2004; GONÇALVES, 2014)

Por conseguinte, é importante resgatar a relação do sujeito com a memória, pois sabemos que alguns rastros da violência foram apagados pela impossibilidade de falar e de testemunhar, mas os textos podem servir como vestígios dos testemunhos do não dito, de quem podia dizer e o que não podia ser dito (CABRAL, 1979). Da mesma maneira, os textos teatrais escritos no período da ditadura militar no Brasil enfocam uma re-

a propósito da recensão, transcrição, edição e estudos de natureza interpretativa de textos teatrais censurados.

alidade diferente, marcada pela disciplina, submissão e interdição, construída a partir de uma mistura das memórias da repressão.

E, ainda que seja possível reconhecer, em uma leitura política e crítica, que a produção dramatúrgica não tenha sido escrita com o intento de fazer uma referência direta à violência na ditadura militar, lembramos que tudo é possível, quando o leitor se apropria do texto. Acresce-se ainda o fato de que, na contemporaneidade, o sujeito não se conecta ao passado apenas por intermédio das obras históricas, mas também pela ficção e pelos relatos da memória coletiva ou individual, ao ponto de que, por vezes, o sujeito se sente mais identificado com esses relatos, que “conferem uma presença ao passado”, do que com os próprios livros de história. (CHARTIER, 2009, p. 21)

4. *Breve amostragem: o vocabulário da violência e as cenas da repressão*

Para os que já leram o texto de *Apareceu a Margarida*, é fato de que o texto apresenta cenas de uma memória traumática e vestígios que insinuam o enfrentamento, a violência e o silenciamento que marcaram o período da ditadura militar. O texto, centrado no contexto escolar, apresenta recortes de narrativas da violência na cena escolar, que envolve as tensas relações entre professores e alunos, articulando, na construção da narrativa, diferentes itens lexicais, que se vinculam com as inscrições de violência.

O dicionário da língua portuguesa de Houaiss (2009) apresenta, em seu verbete violência, as referidas acepções:

Violência s. f. (sXIV) 1 qualidade do que é violento <a v. da guerra> 2 ação ou efeito de empregar força física ou intimidação moral contra; ato violento 3 exercício injusto ou discricionário, ger. ilegal, de força ou poder <a v. de um golpe de Estado> 4 força súbita que se faz sentir com intensidade; fúria, veemência <a v. de sua linguagem> 6 p. ext. cerceamento da justiça e do direito; coação, opressão, tirania <viver num regime de v.>.

A partir da análise do verbete de Houaiss (2009), rememoramos que violência também está relacionada com o cercear das vozes, com a interdição da palavra, do discurso (ORLANDI, 2007), tornando necessário que os sujeitos construam “mecanismos de resistência” (FOUCAULT, 2004, 54-59). Portanto, as mudanças sociais, culturais e políticas, como a imposição de regimes militares, provocam intervenções na memória, alterações discursivas e também interferem historicamente na

adoção ou exclusão de certas unidades lexicais por parte dos utentes da língua.

E, apesar de sabemos necessariamente que o discurso da violência não apresenta um léxico próprio, pois nenhum item lexical pertence obrigatoriamente a um vocabulário, é importante lembrar que são nos contextos que os itens lexicais se reatualizam, de acordo com os saberes dos utentes da língua. Nessa perspectiva, Vilela (1994, p. 6) afirma que o léxico “é a parte da língua que primeiramente configura a realidade extralinguística e arquiva o saber linguístico (...) afinal quase tudo, antes de passar para a língua e para a cultura dos povos, tem um nome e esse nome faz parte do léxico”.

Dessa forma, reflete-se sobre a cultura da violência, não por meio da voz da vítima, mas a partir da voz da professora Margarida, que representa, por intermédio de seu discurso em sala de aula, as práticas autoritaristas presentes no regime ditatorial brasileiro. Evidencia-se, então, a cultura da violência como ação recorrente no regime militar e político brasileiro, avaliando as relações de violência, a partir da análise de substantivos e verbos, presentes no texto, que são utilizados pela professora Margarida.

4.1. Análise lexical e o corpus

Vale ressaltar que as abonações do texto de *Apareceu a Margarida* tiveram por base a edição fac-similar, apresentada por Correia (2013), do testemunho datiloscrito datado de 1975 e que representa a peça teatral produzida na Bahia. O fac-símile do texto teatral de 1975 também apresenta testemunhos das intervenções da censura da época que podem ser acompanhadas por meio dos documentos do Arquivo Nacional de Brasília. Além da edição fac-similar, por meio de digitalização por fotografia, que apreende a imagem, a editora apresenta uma edição sinóptica (SANTOS, 2012) com as sete versões contempladas na sua pesquisa, em suporte impresso e eletrônico. (CORREIA, 2013, p. 69-73)

No entanto, considerando a genealogia dos testemunhos, optou-se pela escolha da transcrição de uma das versões em fac-símile, logo “em um de seus estados concretos”, tendo em vista que para um trabalho que se propõe a analisar um recorte sobre o vocabulário da violência, considera-se mais produtiva e coerente a eleição de uma versão, o que nos faz dialogar com Chartier (2009, p. 14):

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

(...) as múltiplas formas textuais em que uma obra foi publicada constituem seus diferentes estados históricos, que devem ser respeitados, editados e compreendidos em sua diversidade irredutível.

Com efeito, um texto sempre se dá a ler ou escutar em um de seus estados concretos. Conforme as épocas e os gêneros, variações são mais ou menos importantes e pode se referir, de forma separada ou simultânea materialidade do objeto, à grafia das palavras, às regras de pontuação ou aos próprios enunciados.

Neste caso, optou-se pela versão datiloscrita denominada pela editora de D75SA (testemunho datiloscrito de 1975; representa a peça teatral produzida na Bahia), que, como registro temporal, espacial e material, apresenta emendas manuscritas, “por meio de supressões e substituições por sobreposições de termos datiloscritos”. (CORREIA, 2013, p. 74)

As fortes imagens da violência verbal e psicológica e da repressão são confirmadas pela postura da professora que são narradas no texto. Naquela época, era muito importante que os alunos tivessem um bom rendimento nos estudos, pois, após a conclusão do 5º ano primário, os alunos necessitavam de aprovação e classificação suficiente no exame de admissão do ginásio. Naquele período, o ensino não alcançava a todos, devido ao fato de as escolas públicas disponibilizarem poucas vagas para os alunos.

Em diversos momentos, no texto, a professora, D. Margarida, por meio de abuso de poder, profere discursos de opressão e ameaça aos alunos em relação aos referidos exames de admissão ao ginásio, como pode ser visto na transcrição do fac-símile:

Vocês se encontram
no quinto ano.
Também não é novidade para ninguém o fato de que esse
quinto ano recebe o nome, a denominação, de
admissão. O que vem a ser admissão? A prova de
admissão, meus queridos alunos, é
nada menos
que a prova
mais difícil de quantas vocês já fizeram. Ela compreende
toda a matéria dada em cinco anos de trabalhos
escolares. Não passar no exame de admissão
é uma **desgraça** [grifo nosso]
que marcará para sempre a vida de cada um de vocês. São as portas
do ginásio e

do ensino superior que se fecham irremediavelmente diante de vocês. É todo um mundo de conhecimentos, é toda a cultura e¹²⁴
a sabedoria
humanas que se tornaram inacessíveis a vocês. É a **vergonha** [grifo nosso] que cai como um manto negro sobre o nome da família de cada um de vocês.
O que fazer para evitar essa
Desgraça [grifo nosso] que seria não passar no exame de admissão? (CORREIA, 2013, p. 64-65)

Em plena década de 70, o escritor carioca Roberto Athayde descreve cenas da escola no contexto brasileiro da época, mas que por vezes se repetem na atualidade: de um lado os sujeitos gritam para reafirmar o poder e do outro gritam para se libertar.

Para proceder à análise lexicográfica do vocabulário da violência, em *Apareceu a Margarida*, é crucial a utilização de dicionários da língua portuguesa, visto que

O dicionário de língua faz uma descrição do vocabulário da língua em questão, buscando registrar e definir os signos lexicais que referem os conceitos elaborados e cristalizados na cultura. Por outro lado, o dicionário [também] é um objeto cultural de suma importância nas sociedades contemporâneas (...) (BIDERMAN, 1998, p. 15)

Assim, para a organização descritivo-analítica do vocabulário da violência presente em *Apareceu a Margarida*, foram utilizados como procedimentos metodológicos:

- a. Seleção de amostragem de nove unidades lexicais, cinco substantivos (S.), masculinos (m) e femininos (f), e quatro verbos (V.), que remetam as questões da violência, localizadas no texto, com base na edição filológica de Correia (2013);
- b. Seleção e transcrição das abonações do texto que atestam os itens lexicais em análise;
- c. Consulta aos verbetes dos dicionários de língua portuguesa, em especial os dicionários semasiológicos de Houaiss (2009) e Fer-

¹²⁴ Toda vez que for utilizado o recuo do trecho à direita, abaixo da outra linha, indica-se que o trecho é continuação da linha anterior.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

reira (1999) e o dicionário etimológico de Cunha (1996), com o fim de construir a análise lexicográfica, por meio das acepções encontradas das nove unidades lexicais selecionados¹²⁵;

- d. Análise das nove unidades lexicais que podem compor o vocabulário da violência, considerando as classificações gramaticais e as suas acepções contextuais;
- e. Composição de quadro que apresente as nove unidades lexicais, em ordem alfabética, seguida das suas acepções e da abonação do texto. Seguindo, a tradição lexicográfica, no quadro, as unidades lexicais representadas pelos verbos serão lematizadas pelo infinitivo; e os substantivos analisados serão lematizados pela forma do singular.

A partir da amostragem dos resultados, apresenta-se o seguinte quadro:

UNIDADE LEXICAL	ACEPÇÃO	ABONAÇÃO
[ARREBENTAR]	V. Rebentar; quebrar.	Quem soltou esse barbantinho? Eu mato, eu esfolo o autor dessa sacanagem! Eu arrebento , eu parto a cara de quem fez isso! Vocês pensam que acabam com dona Margarida, seus moleques? (CORREIA, 2013, p. 113; ATHAYDE, 1975)
CADELA	Sf. Fêmea do cão. Pej. Mulher pouco digna, de baixa condição social ou de comportamento ou hábitos reprováveis. Mulher vulgar, desavergonhada.	O que está pensando que isso aqui é? Uma casa de sacanagem?! E você aí, minha filha! Tá sentada como uma cadela ! Ouviu bem? (CORREIA, 2013, p. 87; ATHAYDE, 1975)
[CASTIGO]	Sm. Pena ou punição que se aflige a pessoa ou animal. Observação sobre um erro ou uma falta; repreensão, admoestação. Imposição de so-	Os castigos que dona Margarida der serão sempre outros tantos incentivos. É para o bem de vocês. Vocês têm que ir se acostumando (...) (CORREIA, 2013, p. 91; ATHAYDE, 1975)

¹²⁵ Foram consultados também os dados constantes no catálogo informatizado (2014-2015), organizado pela bolsista IC – CNPq – UFBA – Elifrance Oliveira Marins, que é estudante da graduação vinculada ao projeto que coordeno intitulado Arquivos Culturais e Construção do Léxico: A Vigilância nos Regimes Ditatoriais.

	frimento; mortificação, importunação.	
[ESTRAÇALHAR]	V. Despedaçar-se, fazer-se, em pedaços; com certa fúria.	Eu estraçalho aquele que disser que eu faço uma injustiça! Entenderam bem? Eu boto vocês todos vocês todos sem saída só para vocês terem o gostinho de quem é dona Margarida. (CORREIA, 2013, p. 97; ATHAYDE, 1975)
MEDO	Sm. estado afetivo suscitado pela consciência do perigo ou que, ao contrário, suscita essa consciência.	Dona Margarida pergunta a vocês quem de vocês teria coragem de dizer o que pensa sobre dona Margarida. Vocês têm medo de falar. Ninguém diz porra nenhuma nessa classe. (CORREIA, 2013, p. 100; ATHAYDE, 1975)
PONTAPÉ	Sm. golpe com a ponta ou com o peito de pé; chute.	São uns covardes! Pois que digam na minha frente o que tiverem de dizer! Podem falar! Quem vai ser o primeiro a dar um passo à frente e dizer alguma coisa? Seus mariquinhas! Seus babacas! Seus merdas! Dou uma porrada nos cornos do primeiro que se atrever! Dou um pontapé no saco! (CORREIA, 2013, p. 100; ATHAYDE, 1975)
PORRADA	Sf. infrm. pancada com cacete, cacetada, bordada.	São uns covardes! Pois que digam na minha frente o que tiverem de dizer! Podem falar! Quem vai ser o primeiro a dar um passo à frente e dizer alguma coisa? Seus mariquinhas! Seus babacas! Seus merdas! Dou uma porrada nos cornos do primeiro que se atrever! Dou um pontapé no saco! (CORREIA, 2013, p. 100; ATHAYDE, 1975)
PRENDER	V. Privar (alguém) da liberdade, aprisionar. Ficar preso a (algo) agarrar-se engancha-se. Monopolizar a atenção e interesse de alguém.	Aqui dentro quem manda sou eu. Eu vou dar essa matéria toda nem que eu tenha de prender vocês a noite inteira aqui dentro. (CORREIA, 2013, p. 102; ATHAYDE, 1975)
TREMER	V. Agitar (se) com tremor; provocar ou sofrer tremor em razão de medo, emoção, de um fenômeno externo.	E aí daquele que passar o ano inteiro na vagabundagem, sem ouvir as minhas admoestações, sem tremar diante da responsabilidade que pesa sobre a sua cabeça; (CORREIA, 2013, p. 84; ATHAYDE, 1975)

A leitura da experiência de ensino narrada no texto teatral é bastante sintomática, pois mediante a análise linguística, de cunho lexical, das acepções das unidades lexicais selecionadas, é imposto, de modo vio-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

lento e forçoso, o poder da autoridade da professora Margarida sobre o grupo dominado, o dos alunos, descortinando-se os embates culturais, políticos e sociais que podem refletir, ainda que inconscientemente, as relações de luta pelo poder presente no regime ditatorial. Dessa maneira, são vinculadas as relações de violência que aproximam simbolicamente as práticas do aparelho ideológico do Estado, a escola, e do aparelho repressor do Estado, a polícia. Porquanto, a partir das acepções e contextualizações dos itens lexicais, é oportuno observar:

1. Ações de empregar intimidação moral contra grupos oprimidos, por meio de atos violentos, que provocam sofrimento, medo e opressão, evidenciados na leitura dos contextos dos verbos *tremer*, *prender* e *estrapalhar*;
2. Contextos que nomeiam e incitam formas e ações de violência física, através dos substantivos *porrada* (sf.) e *pontapé* (sm.);
3. Atos de extrema violência, cometidos com fúria e destruição, mostrando o sistema autoritário e opressor da ditadura, ao avaliar o uso contextual do verbo *arrebentar*;
4. Disseminações da violência de gênero evidenciada pelo sentido pejorativo e discriminatório usado na remissão à figura feminina, por meio da reflexão contextual do substantivo *cadela* (sf.);
5. Ações de punição que aflige o sujeito, impondo sofrimento físico ou emocional, próprio da ditadura, com justificativa de que o sujeito deve ser violentado, com a utilização do substantivo *castigo* (sm.);
6. Divulgações de estados excessivos de pavor, perigo e opressão, que tem como consequência o silenciamento da palavra, do poder dizer e do poder ser, em contextos como o observado com utilização do substantivo *medo* (sm.).

5. Considerações finais

A análise da tessitura lexical do vocabulário presente em *Apareceu a Margarida*, de Roberto Athayde, apresenta, com sutileza, reavaliações de fatos do passado e do presente, rasuras, recortes e reescritas da história, ao aproximar, por vezes, de realidades aparentemente distantes. O texto teatral, enquanto testemunho, nunca está dissociado da palavra das testemunhas que ali figuram e da experiência de reencontro, retorno

ao passado, que ele recupera pela narração e pela reescrita da história (RICOEUR, 2008; CHARTIER, 2009, p. 21-30). Desse modo, estudar vocabulário a partir da edição de *Apareceu a Margarida*, como um dos temas na investigação filológica, leva-nos a refletir sobre o trabalho consciente do filólogo como mediador dos textos, levando a outras interlocuções, entre as quais, o silenciamento dos arquivos; o arquivo como lugar de memória, o arquivamento do sujeito escritor/dramaturgo; e o teor político do discurso censório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*. São Paulo: Boitempo, 2008.

ALBIN, Ricardo Cravo. *Driblando a censura: de como o cutelo vil incidiu na cultura*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.

ATHAYDE, Roberto. *Apareceu a Margarida*. Datiloscrito, Salvador, 1975, 34 f.

BERG, Creuza. *Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)*. São Carlos: Edufscar, 2002.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: Edufms, 1998, p. 11-20.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo. (Orgs.). *Desaparecidos políticos: prisões, sequestros, assassinatos*. Rio de Janeiro: Opção/CBA, 1979.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Trad.: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura*. Trad.: Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Edunesp, 2007.

CORREIA, Fabiana Prudente. *O desabrochar de uma flor em tempos de repressão: edição e crítica filológica de *Apareceu a Margarida*, de Roberto Athayde*. 2013. Dissertação (Mestrado). – Instituto de Letras, Pro-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

grama de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. rev. e acresc. de um supl. 6. impr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad.: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. *Vigiar e punir*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. Memória cultural e textos literários. In: *Anais I Congresso Internacional de Estudos Filológicos*, Salvador: CIEF, 2012.

_____. O papel da filologia textual na formação dos estudantes de Letras. In: *II Encontro Nacional de Linguística Aplicada ao Ensino*, Paraíba: II ECLAE, 2003.

_____. Léxico e arquivo: a questão da violência nos regimes ditatoriais. In: *Actas do XVII Congresso Internacional da Associação de Linguística e Filología da América Latina (ALFAL)*. João Pessoa: Ideia, 2014.

HOUAISS, Antônio et al. 1. ed. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MCKENZIE, Donald Francis. *Bibliografía y sociología de los textos*. Trad.: Fernando Bouza. Madrid: Akal, 2005.

MICHAELIS. *Moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramento, 2007.

MINISTÉRIO da Justiça. Departamento de Polícia Federal. [Parecer do censor G. M. C.]. Datiloscrito, Brasília, 22 abr. 1f.

ORLANDI, E. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

RANCIÈRE, J. *Os nomes da história: ensaio de poética do saber*. São Paulo: Educ/Pontes, 1994.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

RICOEUR, Paul. *Memória, história e esquecimento*. Trad.: Alain François et al. Campinas: Edunicamp, 2008.

SANTOS, Rosa Borges dos. Filologia e literatura: lugares afins para estudo do texto teatral censurado. In: _____. *Edição e estudo de textos teatrais censurados na Bahia: a filologia em diálogo com a literatura, a história e o teatro*. Salvador: Edufba, 2012, p. 19-65.

VILELA, Mário. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Almeida, 1994.